

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E
PATRIMÔNIO CULTURAL**



Tese

A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA
Processos e disputas patrimoniais em Gravataí – RS

Helena Thomassim Medeiros

Pelotas, 2025

HELENA THOMASSIM MEDEIROS

A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA

Processos e disputas patrimoniais em Gravataí – RS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto
de Ciências Humanas da Universidade Federal de
Pelotas.

Orientador: Daniel Mauricio Viana de Souza

Coorientador: Diego Lemos Ribeiro

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação da
Publicação

M488c Medeiros, Helena Thomassim

A construção de uma história [recurso eletrônico] : processos e
disputas patrimoniais em Gravataí - RS / Helena Thomassim Medeiros ;
Daniel Mauricio Viana de Souza, orientador ; Diego Lemos Ribeiro,
coorientador. — Pelotas, 2025.
505 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social
e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas, 2025.

1. Patrimônio. 2. Patrimonialização. 3. Patrimonialidade. 4.
Decolonialidade. 5. Gravataí. I. Souza, Daniel Mauricio Viana de, orient.
II. Ribeiro, Diego Lemos, coorient. III. Título.

CDD 363.69

Elaborada por Fabiano Domingues Malheiro CRB: 10/1955

A construção de uma história: Processos e disputas patrimoniais em Gravataí – RS

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 22 de maio de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel Mauricio Viana de Souza (Orientador)
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro (Coorientador)
Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni
Doutora em História da Arqueologia pela Universidade do Algarve

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira
Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMSPC) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) pela oportunidade de realizar minha pesquisa de mestrado e doutorado nessa instituição que me marcou tão positivamente e sem a qual não me sentiria tão realizada e valorizada enquanto pesquisadora. Aos meus orientadores: Daniel Maurício Viana de Souza, que aceitou me orientar a partir do segundo semestre de 2021; Diego Lemos Ribeiro, meu coorientador no mestrado e agora no doutorado, que sempre acompanhou meu desenvolvimento. Ambos foram muito importantes para a realização dessa pesquisa e para que eu voltasse a acreditar na Museologia e nas contribuições sociais que essa área pode proporcionar. Sou grata aos professores, colegas e profissionais que conheci na UFPel, que sempre foram extremamente solícitos e gentis nestes anos em que frequentei a instituição.

Às professoras Juliane Conceição Primon Serres e Vanessa Barroso Teixeira Aquino, minhas orientadoras durante minha dissertação na UFPel e no meu trabalho de conclusão do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), respectivamente. Obrigada pelas bases e pelo auxílio de vocês durante meu mestrado e graduação!

Ao querido amigo José Paulo Brahm, colega de PPG e responsável por me motivar a tentar o doutorado em 2020, quando me disse que havia vagas à distância devido a pandemia do covid-19. Graças ao José, que agora é professor na UFPel, escrevi meu projeto de tese e ingressei no doutorado, além disso, ele foi meu companheiro de desabafos, nossas conversas e trocas foram e são fundamentais para a realização dessa tese e para minha motivação em persistir nessa área tão difícil!

Aos meus entrevistados durante a pesquisa de doutorado: Airton Leal; Maria Inês Guilloux Leal; Suzana Christ Maeski; Carmem Lucia dos Santos; Izabel Cristina da Silveira; Jairton Camisolão Silva da Silva; Ana Müller; Kátia Adriane Rodrigues Ferreira; Thiago De Leon; Isab-El Cristina Soares; Cláudio Ávila; Demétrio Tafras; Célia Silva Jachmet; Paulo Silveira. Agradeço por terem me cedido seu tempo, suas histórias e atenção para que eu conseguisse compreender um pouco mais sobre a cidade de Gravataí e seus processos! Espero que vocês gostem do trabalho que

ajudaram a construir e desejo que possamos contribuir com essa cidade e com a ampliação de narrativas sobre ela!

À minha família como um todo, mas, especialmente aos meus companheiros de pesquisa e de luta cultural: meu pai, Nestor Ourique Medeiros; minha mãe, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros; minha irmã mais nova, Carolina Thomassim Medeiros. Além de pessoas maravilhosas, profissionais extremamente competentes e qualificados, que todos os dias tentam construir uma sociedade melhor, tenho muito orgulho de vocês e sua caminhada inspiradora! Obrigada por sempre me apoiarem e acreditarem no meu trabalho!

Ao meu amado namorado Ruan H. F. Correia, por todo o apoio e paciência nessa trajetória! Pouco depois de nos conhecermos decidi tentar entrar no doutorado e você foi muito importante, me auxiliando em diversos momentos e incentivando sempre! Sou extremamente grata pelo teu carinho e dedicação!

Aos meus avós, Maria e Darci, Nilza e Nelson, vocês sempre são fonte de amor, construíram, com seus erros e acertos, a família que eu tanto amo. Infelizmente não convivi com meu avô Darci e tive apenas nove anos para conhecer meu avô Nelson, mas minhas avós Maria e Nilza são pessoas incríveis, que me deram tanto amor, que não sei se algum dia seria capaz de retribuir plenamente. Espero poder deixar vocês orgulhosas e peço desculpas por dedicar uma tese e não um bisneto, como sei que gostariam (risos). Aos meus padrinhos (Celso e Márcia), tios (Miguel, Paulo, Darci, Eduardo, Edson, Leandro, Agostinho, Renato, Nilton e Alexandre) e tias (Leila, Miriam, Márcia, Hilda, Verônica, Mari, Adriana, Karen e Adriana), primos (Lucas, Gabriel, Marcos, Felipe, Pedro, Bruno, Bernardo, João, Benjamin, Lucas, Arthur e Matheus) e primas (Vivian, Tainá, Terena, Naiara, Bianca, Maria Eduarda), irmão (André) e irmã (Carolina) que me cercam de cuidado e amor desde pequena!

Às minhas amigas Maitê e Ruth, que me acompanham desde 2012, quando iniciamos juntas a graduação em Museologia na UFRGS. Estivemos ao lado uma da outra em momentos bons e ruins, então essa tese também só é possível graças ao apoio de vocês! Aos amigos, Luana, Bruno, Vinícius, Bruno e Matheus, obrigada por me fazerem companhia, me tirarem da rotina e me trazerem bons momentos sempre nos encontramos!

Aos membros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC) e aos funcionários da cultura da cidade, por sua participação e luta, desde a época da Fundação de Arte e Cultura de

Gravataí (FUNDARC) e até mesmo antes disso. Espero que consigamos construir um futuro cada vez melhor para nossa cidade!

Ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG), no qual cresci e com qual tive a chance de contribuir por meio do projeto “SPMG: 25 anos de luta sindical”. Aos meus tios emprestados Vitalina, Irene, Rita e Valter, os quais cresci vendo trabalharem e se dedicarem, em conjunto com meus amados pais Nestor e Marlí, nessa luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Aos profissionais da educação como um todo, pois, estudei em escolas públicas municipais e estaduais de Gravataí, sou grata aos seus ensinamentos e dedicação, sem essa base eu não poderia apresentar uma tese hoje, além disso, foram e são esses trabalhadores que construíram e constroem as políticas culturais e patrimoniais, as pesquisas dessa cidade.

À Sarah Wavginiak, Lucas Oliveira Gonçalves, Tayane Pereira Silveira, Matheus Dias, Waldemar Max, Denise Pacheco Lopes (*in memoriam*), Amon da Costa, Jeane Bordignon, Pedro Martha, Mari Velleda, Izabel Cristina da Silveira, Viviane Peixoto Hunter, Maria Inês Guilloux Leal, Fabiana Perondi, Angela Xavier Osório, Carlos Albani, Marlize Damin, Célia Silva Jachmet, Cecília Balsamo Etchelar, Jonatan Gomes, Isab-El Cristina Soares, Zulair Maria de Souza (*in memoriam*), Denis Bueno, Carmem Lucia dos Santos, Kátia Adriane Rodrigues Ferreira, Silvia Maciell, Getúlio Xavier Osório, Cristiane Gomes, Lisandro Paim (*in memoriam*), e tantos outros pesquisadores, agentes culturais, artistas de Gravataí que estiveram presentes – seja como entrevistados, membros das Setoriais do CMPC, de coletivos de artistas, de ações organizadas em conjunto ou mesmo em obras que deixaram – nesses processos de pesquisas, nos projetos e ações que propus ou ajudei a construir. Agradeço o trabalho que vocês construíram e constroem diariamente, além do seu apoio e confiança!

Essa tese tem muito de mim, meus anseios e percepções pessoais, mas, todas essas passam por diversas experiências e pessoas que são fundamentais para que eu tenha conseguido persistir mesmo com as dificuldades e entregar essa pesquisa com a qual espero muito poder contribuir com essa e outras realidades!

RESUMO

MEDEIROS, Helena Thomassim. A construção do passado: patrimonialização e patrimonialidade em Gravataí-RS. Orientadora: Daniel Mauricio Viana de Souza. Coorientador: Diego Lemos Ribeiro. 2025. 505 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Os conceitos de patrimonialização e patrimonialidade (POULOT, 2009) embasam a discussão sobre a eleição de patrimônios de Gravataí, cidade localizada na região metropolitana de Porto Alegre. A cidade foi o maior aldeamento indígena do Rio Grande do Sul no período colonial, e percebe-se a influência de pessoas de origem africana desde os primórdios de sua colonização. Todavia, o discurso autorizado do patrimônio (SMITH, 2009) limita-se a um passado açoriano e católico como base identitária dessa população. Buscando compreender tais discrepâncias, o estudo em questão imerge na história dessa localidade e analisa seus processos patrimoniais, desde a implementação do Museu Municipal Agostinho Martha, criado em 1974, até a organização da Secretaria Municipal de Cultura, no final de 2024. A partir de uma perspectiva decolonial – embasada nas discussões de autores como Aníbal Quijano (2005; 2007), Mignolo (2008), Maldonado-Torres (2018), Bernardino-Costa (2018), Gil e Meinerz (2017), Françoise Vergès (2020; 2023) – problematizamos os patrimônios e discursos estáticos atrelados ao passado e presente dessa comunidade. A pesquisa participante, por meio da realização de entrevistas, participação no Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC) e atuação em projetos culturais, são as bases das discussões propostas. O primeiro capítulo introduz o cenário da pesquisa, a história e reflexões que levaram ao surgimento deste estudo. A discussão quanto à metodologia, de modo mais denso, ocorre no segundo capítulo, onde descrevemos a mesma e os caminhos percorridos pela pesquisa. O terceiro capítulo apresenta a cidade e o desenvolvimento de suas políticas culturais e patrimoniais. A influência do Museu Municipal na eleição de bens elevados à categoria de patrimônios, assim como as problematizações referentes a esses processos, que se modificam a partir de 2012, são aspectos analisados no quarto capítulo. No quinto, a construção da açorianidade e o apagamento das heranças negras e indígenas são debatidos. As patrimonialidades percebidas, a apresentação de elementos vinculados à herança negra da cidade, fazendo uso do conceito de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), e a atuação de agentes culturais nas transformações observadas na cultura do município são o tema do sexto capítulo. O sétimo foca na apresentação e discussão da atuação da autora no cenário cultural, tentando apresentar mecanismos para a rearticulação das narrativas oficiais. Nas considerações finais, realizamos um balanço sobre a pesquisa, as hipóteses levantadas e as descobertas feitas nesse processo.

Palavras-chave: Patrimônio. Patrimonialização. Patrimonialidade. Decolonialidade. Gravataí.

ABSTRACT

The concepts of patrimonialization and patrimoniaity (POULOT, 2009) underpin the discussion on the selection of heritage sites in Gravataí, a city located in the metropolitan region of Porto Alegre. The city was the largest indigenous settlement in Rio Grande do Sul during the colonial period, and the influence of people of African origin can be seen since the beginning of its colonization. However, the authorized discourse on heritage (SMITH, 2009) is limited to an Azorean and Catholic past as the basis of this population's identity. Seeking to understand such discrepancies, the study in question delves into the history of this location and analyzes its heritage processes, from the implementation of the Agostinho Martha Municipal Museum, created in 1974, to the organization of the Municipal Secretariat of Culture, at the end of 2024. From a decolonial perspective – based on the discussions of authors such as Aníbal Quijano (2005; 2007), Mignolo (2008), Maldonado-Torres (2018), Bernardino-Costa (2018), Gil and Meinerz (2017), Françoise Vêrges (2020; 2023) – we problematize the heritage and static discourses linked to the past and present of this community. Participatory research, through interviews, participation in the Municipal Council for Cultural Policy of Gravataí (CMPC) and work in cultural projects, are the basis of the proposed discussions. The first chapter introduces the research setting, history, and reflections that led to the emergence of this study. The discussion of methodology, in more depth, occurs in the second chapter, where we describe the methodology and the paths followed by the research. The third chapter presents the city and the development of its cultural and heritage policies. The influence of the Municipal Museum in the election of assets elevated to the category of heritage, as well as the problematizations related to these processes, which have changed since 2012, are aspects analyzed in the fourth chapter. The fifth chapter discusses the construction of Azorean identity and the erasure of black and indigenous heritage. The perceived heritage, the presentation of elements linked to the city's black heritage, using the concept of “underground memories” (POLLAK, 1989), and the role of cultural agents in the transformations observed in the city's culture are the theme of the sixth chapter. The seventh chapter focuses on the presentation and discussion of the author's role in the cultural scene, attempting to present mechanisms for the rearticulation of official narratives. In the final considerations, we take stock of the research, the hypotheses raised and the discoveries made in this process.

Keywords: Heritage. Patrimonialization. Patrimoniaity. Decoloniality. Gravataí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Temáticas identificadas nos projetos dos editais 010/2020 e 011/2020	70
Figura 2 - Projetos identificados na temática História e Patrimônio	71
Figura 3 - Mapa do RS com Gravataí sinalizada	79
Figura 4 - Território de Gravataí e cidades emancipadas	80
Figura 5 - Mapa do Zoneamento de Gravataí no Novo Plano Diretor de 2023	81
Figura 6 - Biomas e unidades de conservação	82
Figura 7 - Imagem ilustrativa sobre a ocupação futura de Gravataí	83
Figura 8 - Gráfico baseado nos dados do Censo 2022 sobre cor e raça em Gravataí	85
Figura 9 - Imagem do Sítio Arqueológico "Arroio dos Ferreiros"	87
Figura 10 - Primeira rodovia pavimentada do RS.....	99
Figura 11 - Fonte do Forno, possivelmente, entre as décadas de 1980 e 1990	110
Figura 12 - Compilado de fotos do interior do Cineteatro, possivelmente no ano de 1997	113
Figura 13 - Cineteatro de Gravataí	114
Figura 14 - Quiosque da Cultura em 2021	115
Figura 15 - Memorial ao incêndio de 1997	116
Figura 16 - Localização aproximada dos bens patrimonializados	134
Figura 17 - Bens patrimonializados no Centro de Gravataí	134
Figura 18 - Sobrado do Museu em 2022	142
Figura 19 - Acervo do Museu em 2013	143
Figura 20 - Incêndio no Museu Municipal Agostinho Martha	144
Figura 21 - Livro Tombo em 2022.....	145
Figura 22 - Interior do Livro Tombo em 2022.....	145
Figura 23 - Antigo Anexo do Museu	146
Figura 24 - Praça em frente ao Museu	148
Figura 25 - Banners sobre Agostinho Martha	150
Figura 26 - Exposição do Museu no Sobrado	151
Figura 27 - Igaçabas expostas em 2022	153
Figura 28 - Acervo da exposição itinerante	154
Figura 29 - Esculturas em exposição temporária em 2022	155
Figura 30 - Casarão dos Fonseca	161

Figura 31 - Fachada da Prefeitura.....	163
Figura 32 - Fachada do Museu e Arquivo	164
Figura 33 - Fonte do Forno.....	165
Figura 34 - Obras no entorno da Fonte do Forno.....	166
Figura 35 - Casarão dos Bina.....	167
Figura 36 - Igreja Matriz Nossa Senhora dos Anjos	186
Figura 37 - Antiga Casa Canônica.....	187
Figura 38 - Capela Santa Cruz.....	188
Figura 39 - Seminário São José.....	188
Figura 40 - Monumento Açoriano, março de 2023	209
Figura 41 - Monumento Açoriano, setembro de 2023.	210
Figura 42 - Cruz Missioneira em Gravataí.....	212
Figura 43 - Exposição do Museu em espaço temporário	212
Figura 44 - Banner do Museu em espaço temporário	214
Figura 45 - Artefato arqueológico – Sítio Arroio dos Ferreiros.....	216
Figura 46 - Mapa com localizações aproximadas dos Quilombos e Sítios Arqueológicos da região.....	218
Figura 47 - Colégio Dom Feliciano	223
Figura 48 - Organização Urbana das Missões Jesuíticas	224
Figura 49 - Mapa do centro de Gravataí	225
Figura 50 - Centro de Gravataí.....	226
Figura 51 - Praças centrais de Gravataí em 2023.....	227
Figura 52 - Pedras de moer (mós)	228
Figura 53 - Localização aproximada de territórios ligados a herança negra em Gravataí	247
Figura 54 - Quilombo Manoel Barbosa.....	254
Figura 55 - Placa próxima ao Quilombo Manoel Barbosa	255
Figura 56 - Sede da Associação de moradores do Quilombo Manoel Barbosa	257
Figura 57 - Mapa comparativo dos territórios Manoel Barbosa, Crispim Ferreira e Anastácia de Souza Reis	260
Figura 58 - Fachada do Clube Social Seis de Maio (2021)	267
Figura 59 - Desfile da Acadêmicos de Gravataí em 2016	268
Figura 60 - Estátua de Exú Bará na Rótula dos Quimbandeiros	274
Figura 61 - Cruzeirão em 2022.....	277

Figura 62 - 35ª Carreteata Estadual de Gravataí	283
Figura 63 – Semana do Hip-hop 2024	285
Figura 64 – Sacramento na Rua 2024	286
Figura 65 - Museu e Arquivo Histórico Municipal	313
Figura 66 - Casarão dos Bina em 2021	315
Figura 67 - Casarão dos Bina 2024	315
Figura 68 - Escadas próximas à Fonte do Forno	317
Figura 69 - Pintura na fachada da Prefeitura	318
Figura 70 - Obras nas praças centrais para a Rua Coberta	319
Figura 71 - Placa de autorização das obras	319
Figura 72 - Placa de identificação do carvalho	320
Figura 73 - Retirada de árvore da Praça Dom Feliciano	321
Figura 74 - Acervo do Museu Municipal na Câmara de Vereadores	322
Figura 75 - Acervo do Museu Municipal no Casarão dos Bina	322
Figura 76- Exibição itinerante "Museu na Mala: Cotidianos"	324
Figura 77 - Detalhe do acervo, à direita igaçaba indígena	324
Figura 78 - Acervo arqueológico do Museu Municipal em 2022	325
Figura 79 - Capa do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás"	333
Figura 80 - Sumário do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás" Parte 1	334
Figura 81 - Sumário do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás" Parte 2	334
Figura 82 - Captura de tela do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás"	335
Figura 83 - Captura de tela do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás"	335
Figura 84 - Entrega dos exemplares de "Gravataí: entre anjos e gravatás" na SMED	336
Figura 85 – Quadro "Passado In-Visível"	341
Figura 86 - Quadro "Indústria"	342
Figura 87 - Quadro "Primeira classe!"	342
Figura 88 - Quadro "Cinco Gurias de Gravataí"	343
Figura 89 - Registro da 1ª Caminhada Cultural	344
Figura 90 - Linha do tempo do Museu Municipal Agostinho Martha	345
Figura 91 - Registro da 2ª Caminhada Cultural	347
Figura 92 - Identidade Visual do 35ª Feira do Livro de Gravataí	350
Figura 93 - Painel sobre o patrimônio histórico material e imaterial de Gravataí	353
Figura 94 - Montagem da exposição	358

Figura 95 - Montagem da exposição	358
Figura 96 - Imagem da tampa do jogo	359
Figura 97 - Capacitação de professores para o "Jogo Gravataí: entre anjos e gravatás"	362
Ainda em relação ao mapeamento de patrimônios e patrimonialidades nesse município, chamou-me a atenção que quando realizei o levantamento de espaços da cidade em relacionados a herança negra (Figura 98 - Localização aproximada de territórios ligados a herança negra em Gravataí), observei uma maior descentralidade em relação aos bens patrimonializados. Esse dado demonstra que há uma lacuna nos processos e discursos patrimoniais, mas também indica que devemos ampliar a percepção em relação a cidade e entender que há diversas histórias ainda não contadas.....	373
Figura 99 - Imagem de divulgação criada por Sarah Wavgniak.	460
Figura 100 - Concentração em frente ao Museu Municipal. Foto de Carolina Thomassim Medeiros.	461
Figura 101 - Fonte do Forno. Foto de Marlí Aparecida Thomassim Medeiros.....	462
Figura 102 - Em frente à Igreja Matriz. Foto de Ruan Finamor.	463
Figura 103 - Dentro do Seis de Maio. Foto de Waldemar Max.....	464
Figura 104 - Proposta de Arquibancada.....	481
Figura 105 - Proposta de Arquibancada.....	482
Figura 106 - Modelo de placa de identificação	483
Figura 107 - Mapa com possível localizações para as placas de sinalização do entorno da Fonte	483
Figura 108 - Banner de identificação Fonte do Forno	484
Figura 109 - Escadaria próximo a Fonte do Forno	485
Figura 110 - Mosaico da escadaria	485
Figura 111 - Cano danificado acima da Fonte	486
Figura 112 - Problemas de escoamento da água.....	486
Figura 113 - Esgoto	487
Figura 114 - Acúmulo de água no basalto irregular	487
Figura 115 - Área próxima a Fonte	488
Figura 116 - Rachadura em mureta próxima à Fonte	488
Figura 117- Escadas em frente ao hall de entrada	496

Figura 118 - Relocação do banheiro PNE, redução a um banheiro unissex e alteração do circuito da rampa e escada na Anápio Gomes	497
Figura 119 - Vista dos fundos, com a rampa protegida estendendo as paredes de vidro	498
Figura 120 - Vista dos fundos, com a rampa protegida estendendo as paredes de vidro	498
Figura 121 - Manutenção do espaço original do prédio do Arquivo	499

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temáticas identificadas nos projetos culturais aprovados pela LAB 2020	69
Quadro 2 - Projetos de história e patrimônio da LAB 2020	71
Quadro 3 - Bens patrimonializados em Gravataí na esfera estadual	136
Quadro 4 - Bens patrimonializados em Gravataí na esfera municipal	137
Quadro 5 - E-mails enviados	303
Quadro 6 - Documentos e ofícios enviados	307
Quadro 7 - Reuniões da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC	310
Quadro 8 - Reuniões da Setorial com outras Secretarias	311
Quadro 9 - Temas selecionados para as cartas do “Jogo Gravataí: entre anjos e gravatás”	360

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados oficiais Edital 010/2020	68
Tabela 2 - Dados oficiais Edital 011/2020.....	68

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APABG - Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande
APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CAERGS - Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí
CMPTG - Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Gravataí
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPRIR - Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
CONCAUGRA - Conselho Municipal dos Cultos Afroumbandistas de Gravataí
CRE - Coordenadoria Regional de Educação
CTG - Centro de Tradições Gaúchas
DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento
EUA - Estados Unidos da América
FETEG - Festival de Teatro de Gravataí
FMC - Fundo Municipal de Cultura
FMMA - Fundação Municipal do Meio Ambiente
FUNDARC – Fundação de Arte e Cultura
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP - Instituto Cultural Português
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAB - Lei Aldir Blanc
LPG - Lei Paulo Gustavo
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MinC - Ministério da Cultura
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAB - Política Nacional Aldir Banc
PPGMSPC – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RGE - Rio Grande Energia

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

RS - Rio Grande do Sul

SEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Bem-Estar Animal

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SMCEL - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Gravataí

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMGC - Secretaria Municipal de Governança e Comunicação

SMGCC - Secretaria Municipal de Governança, Comunicação e Cultura

SMSU - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

SPMG - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 CAMINHOS DA PESQUISA	39
2.1 Reflexões sobre o meu lugar na pesquisa	44
2.2 O conceito de patrimônio e seus desmembramentos	54
2.3 Colonialidade e Decolonialidade: um panorama conceitual	59
2.4 Metodologia	63
3 CONHECENDO GRAVATAÍ	79
3.1 Panorama histórico de Gravataí	86
3.2 Políticas culturais e patrimoniais na cidade	103
3.2.1 Primeiras iniciativas: década de 1970 e 1980	105
3.2.2 A atuação da FUNDARC (1994-2017)	111
3.2.3 Retrocessos e avanços	123
4 REPRESENTAÇÕES DO PASSADO	133
4.1 Museu Municipal Agostinho Martha (1974)	138
4.2 Patrimonialização pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural (2004-2005)	156
4.3 Patrimonialização pela Câmara Municipal de Vereadores (2012-2024)	169
4.4 Patrimonialização pelo Gabinete do Prefeito (2023-2024)	180
5 PATRIMÔNIO E COLONIALIDADE	190
5.1 Açorianidade: a criação de uma identidade	195
5.2 Onde estão os indígenas e negros no discurso oficial?	211
5.3 O apagamento da herança negra	229
6 PATRIMONIALIDADE COMO UMA ALTERNATIVA DECOLONIAL	240
6.1 Um patrimônio decolonial é possível?	242
6.2 Histórias Negras em Gravataí	245
6.2.1 Quilombos	249
6.2.2 Seis de Maio e Acadêmicos	263
6.2.3 Conselhos Municipais e o Calendário Municipal de Eventos	269
6.3 Agentes culturais como agentes de transformação social	280
6.3.1 Publicações e pesquisas sobre Gravataí	288
7 CONTRAPONDO O DISCURSO OFICIAL	293
7.1 Atuação no CMPC: discussões e desafios	301

7.2 Projetos culturais: ações de resistência	331
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	364
REFERÊNCIAS	379
APÊNDICES	405
APÊNDICES A – Lista de Publicações sobre Gravataí	406
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	410
APÊNDICE C – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Ailton Leal em 08/11/2022	411
APÊNDICE D – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Maria Inês Guilloux Leal em 23/11/2022	412
APÊNDICE E – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Carmem Lucia Santos em 29/11/2022	413
APÊNDICE F – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Izabel Cristina Silveira em 29/12/2022	414
APÊNDICE G – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Jairton Camisolão Silva da Silva, Kátia Adriane Rodrigues Ferreira e Ana Müller em 02/01/2023	415
APÊNDICE H – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Thiago De Leon em 17/04/2023	416
APÊNDICE I – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Maria Inês Guilloux Leal em 24/04/2023	417
APÊNDICE J – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Isab-El Cristina Soares 11/06/2024	418
APÊNDICE K – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Cláudio Ávila em 20/06/2024	419
APÊNDICE L – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Demétrio Tafras em 21/06/2024	421
APÊNDICE M – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Célia Silva Jachemet em 10/07/2024	422
APÊNDICE N – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Paulo Silveira em 19/12/2024	423
APÊNDICE O – Ofício sobre a revitalização da Fonte do Forno 2022	425
APÊNDICE P – Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial 2022	426

APÊNDICE Q – E-mails enviados entre 2022 e 2024	429
APÊNDICE R – Relatório – Patrimônio em risco: Museu Municipal Agostinho Martha	434
APÊNDICE S – Relato da visita ao Casarão dos Bina em 18 de junho de 2024	446
APÊNDICE T – Sugestão de uso do prédio da Prefeitura	455
APÊNDICE U – Carta ao CMPC	458
APÊNDICE V – Relato sobre a 2º Caminhada Cultural	460
APÊNDICE X – Programação do “Painel sobre Patrimônio Histórico Material e Imaterial de Gravataí” da 35ª Feira do Livro de Gravataí	467
APÊNDICE W – Dia Estadual do Patrimônio de 2024	471
ANEXOS	476
ANEXO I - Carta Aberta de solicitação de emendas e informações sobre os Projetos de Lei 54/2024 e 55/2024	477
ANEXO II – Propostas para a revitalização da Fonte do Forno 2023	480
ANEXO III – Planejamento 2023: SMCEL Cultura	489
ANEXO IV – Sugestões sobre a Proposta de Restauração do Museu Municipal Agostinho Martha	495
ANEXO V – Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC 2024	500

1 INTRODUÇÃO

Patrimonialização e patrimonialidade, são dois conceitos que norteiam esse trabalho. Segundo Poulot (2009), o primeiro relaciona-se a um processo de institucionalização, que eleva materialidades, costumes, heranças culturais à categoria de patrimônio. Entre os meios mais conhecidos, que configuram essa ação, estão o tombamento de bens móveis e imóveis, o registro de bens intangíveis e a musealização de acervos.

A patrimonialidade, para Poulot (2009), estaria associada à processos sociais, políticos e culturais que são mutáveis e fazem com que determinados bens sejam percebidos enquanto patrimônio. Porém, devemos levar em conta que a patrimonialização associa-se também à construção de um discurso sobre o passado que representa escolhas, esquecimentos e valorização de determinadas narrativas em detrimento de outras.

Tereza Scheiner (2013) menciona que a museologia vai em direção à patrimoniologia, entendendo o museu não apenas como uma instituição fechada, mas como uma instância simbólica. Desta forma, é possível traçar um paralelo com os conceitos de musealização e musealidade, que se aplicam de forma similar ao de patrimonialização e patrimonialidade

De maneira simplificada, a musealização seria o ato de integrar um bem à uma coleção museal, passando algo que era antes um item do cotidiano para uma compreensão deste enquanto bem a ser preservado, como representante de uma determinada realidade. Aqui utilizo a musealização dentro da perspectiva de que essa também constrói patrimônios e, portanto, vincula-se à patrimonialização.

A musealidade, estaria no potencial que um bem teria em representar a relação entre os seres humanos e a realidade na qual estão inseridos. Desta mesma forma, também vou associar a musealidade e patrimonialidade, percebendo-as enquanto elementos relacionados uma percepção patrimonial de um bem material ou imaterial que, não necessariamente, foi chancelado como patrimônio do ponto de vista jurídico.

Tendo em vista o contexto no qual estamos inseridos, enquanto pesquisadores e cidadãos, acrescento à discussão, sobre a formação de patrimônios, os conceitos de colonialidade e decolonialidade. Posto que, as escolhas vinculadas à patrimonialização também se associam a problemas estruturais gerados pelo processo de colonização que permanecem em diversas esferas sociais.

A patrimonialidade, conforme utilizo aqui, poderia surgir enquanto um conceito a ser pensado a partir dos processos de marginalização. Sendo ela uma possibilidade para discutirmos a valorização de bens, a deterioração de patrimônios e a permanência de memórias subterrâneas (POLLAK, 1989). A partir deste panorama conceitual - visando a compreensão de problemáticas vinculadas ao universo patrimonial - esse estudo direciona-se à patrimonialização e às patrimonialidades identificadas¹ em Gravataí, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS).

A escolha do cenário de pesquisa não se deu por suas características ímpares ou mesmo por alguma necessidade urgente de se preservar o local – apesar de salientarmos que ambas existem –, mas sim, por sua mediocridade. Proponho que se perceba essa cidade enquanto uma alegoria da relação entre o conceito de patrimônio e sua aplicação em diversas outras realidades brasileiras. Ela tem seu período de colonização marcado pela presença de grupos étnicos historicamente tidos como fundadores de nossa nação: povos indígenas², portugueses³ e pessoas escravizadas de origem africana⁴.

O patrimônio e a história oficial, legitimada por diversos trabalhos realizados na cidade, valorizam e buscam um passado europeu como base para justificar a importância de determinadas celebrações, edificações e costumes. Seus bens patrimonializados passam por um processo de degradação, vinculados à falta de uso

¹ Cabe ressaltar que nem todo processo de patrimonialização parte de uma patrimonialidade (ou gera patrimonialidades), ao passo que nem toda patrimonialidade gera processos formais de patrimonialização.

² Em Gravataí, a literatura histórica encontrada aponta para o território como sendo de ocupação da etnia guarani, mais especificamente carijós.

³ A cidade, assim como a região metropolitana de Porto Alegre, recebeu pessoas e descendentes do arquipélago dos Açores, região colonizada por portugueses desde o século XV.

⁴ Dentre as bibliografias encontradas, uma delas continha um levantamento histórico sobre a origem dessas pessoas em Gravataí. Ainda que esse não seja muito extenso pode servir de guia para quem queira se aprofundar mais no tema. São inventários que datam de 1867 e 1888. Nele consta que a maioria era nascida no Brasil, sendo uma porcentagem muito menor originária, quando especificado, de Mina – que comumente é compreendido como Costa da Mina ou Costa do Ouro, atual Gana - e Moçambique. Mais informações em: OLIVEIRA, Vinicius Pereira. “Era uma cidadezinha só de pretos”: a Comunidade Quilombola de Manoel Barbosa e o negro na formação histórica de Gravataí/RS. In: ROCHA, Martha Medeiros (org.). *Anais Produzindo História a partir de Fontes Primárias*. IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do RS. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 287 – 304. Disponível em:

<https://www.academia.edu/65190800/_Era_uma_cidadezinha_s%C3%B3_de_pretos_a_Comunidade_Quilombola_de_Manoel_Barbosa_e_o_negro_na_forma%C3%A7%C3%A3o_hist%C3%B3rica_de_Gravata%C3%AD_RS>. Acesso em 25 de fev. de 2023.

e, quiçá, identificação com as memórias vivenciadas pela população, que segue à margem destes debates.

Gravataí, atualmente, representa uma das maiores economias do Rio Grande do Sul. É um polo industrial, porém, a maior parte de seu território é de zona rural e sua população concentra-se nos espaços urbanos. Preserva, em seus laços cotidianos, vínculos com famílias tradicionais, cujo sobrenome, para muitos, tem seu significado escondido em relações de poder que vem, em alguns casos, desde o período colonial e escravagista. Há uma percepção de cidade pequena, apesar de sua grande extensão territorial, pois o centro representa um microcosmo que concentra o poder público, os comércios locais, o aparato cultural, as escolas mais antigas e muitas das possibilidades de entretenimento existentes.

O site oficial da Prefeitura (GRAVATAÍ, [s.d.]) informa que os carijós foram os primeiros a povoar esse território. Índícios arqueológicos demonstram que a localidade já era utilizada há centenas de anos por povos originários. Segundo diversas referências, dentre elas as informações oficiais (GRAVATAÍ, [s.d.]), o livro de Medeiros, Medeiros e Medeiros (2021) e, a obra de Silveira, Gonçalves, Wavginiak (2021), o atual nome da cidade, Gravataí, tem origem no idioma tupi-guarani. O termo “gravatá” designaria uma espécie de bromélia, e “hy” significaria rio, sendo assim, rio dos gravatás ou rio das bromélias⁵.

O processo de colonização inicia no século XVIII, quando a região pertencia à cidade de Viamão. Martha e Martha (2022), mencionam que há registros de distribuição de terras para sesmeiros em, aproximadamente, 1732. Segundo Carvalho, et al. (2006), dentre os primeiros habitantes também se encontravam pessoas escravizadas de origem africana.

Neste período inicial o território fazia parte do Campos de Viamão, que se torna freguesia de Viamão em 1747, dando origem a Freguesia de Porto Alegre em 1772 (KÜHN, 2004). A emancipação de Gravataí ocorre em 1880. Outras cidades foram gradativamente tornando-se independentes do município, sendo elas Canoas (1939), Cachoeirinha (1965) e Glorinha (1988).

⁵ O rio Gravataí faz parte de uma das principais bacias hidrográficas do Estado, Bacia Hidrográfica do Gualba, banhando nove cidades, parcial ou totalmente, abastecendo cerca de um milhão de habitantes. O local é considerado patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, pela Lei 12.001, de 05 de novembro de 2003.

A localização geográfica da cidade demonstra que nos primórdios da criação do Rio Grande do Sul enquanto estado brasileiro, Gravataí estava em uma posição central, no sentido de pertencer à segunda e à terceira capital do Estado, Viamão (1766 - 1773) e Porto Alegre (1773 - atual), respectivamente.

Kühn (2011), descreve que foram trazidos para a região, que hoje se denomina Gravataí, milhares de indígenas provenientes do território das Missões Jesuíticas, entre 1762 e 1763. Com sua chegada formou-se a Aldeia dos Anjos ou Aldeia Nossa Senhora dos Anjos, padroeira da cidade. O local foi considerado o maior aldeamento indígena do Rio Grande do Sul no período colonial.

Os livros de Rosa (1987) e Martha e Martha (2022), revelam que Gravataí recebeu um dos primeiros educandários do Estado. Destinado à educação das crianças guaranis, era utilizado para que aprendessem o idioma português e para preparar as meninas ao casamento com os colonizadores. A obra *“Os índios d’Aldeia dos Anjos: Gravataí - Século XVIII”* também relata a troca de nomes indígenas para portugueses e a proibição do uso do idioma tupi-guarani. Essas tentativas de retirar sistematicamente a cultura destes povos e realizar um processo de assimilação faz com que hoje muitos de seus descendentes desconheçam essas heranças e histórias.

Atualmente a cidade passa pela emergência de um novo momento em relação à sua identidade cultural. Assim como no restante do Brasil, iniciativas que visam estimular e fortalecer as narrativas negras ganham espaço. Seja através da arte, da cultura, da criação de conselhos municipais, dentre outras ações, seus descendentes visam o reconhecimento da importância e representatividade destes povos, não apenas no passado, mas no presente, buscando um futuro no qual suas narrativas não estejam à margem de um processo civilizatório imposto por uma visão eurocêntrica de sociedade.

Pode-se dizer que uma perspectiva patrimonial sobre a cidade inicia em meados da década de 1970, quando Jorge Rosa começa a recolher peças de interesse histórico para compor um acervo sobre Gravataí. Em 1974 o Museu Histórico Municipal é instituído pela lei 1.217, de 30 de julho de 1974. Posteriormente, em 1981, recebe o nome de Agostinho Martha, seu patrono, doador de peças e pesquisador que escreveu um livro sobre a cidade, *“Nossa terra, nossa gente”*, publicado em 2022, cujos primeiros rascunhos datam da década de 1940.

A partir da criação do Museu Histórico Municipal essa e outras instituições vinculavam-se à Secretaria Municipal de Educação (SMED) até que em 1994 é criada

a Fundação de Arte e Cultura (Fundarc), que era responsável pelas demandas e equipamentos culturais. Dentre as instituições que a extinta Fundação cuidava estavam: a Biblioteca Pública Monteiro Lobato (1966); o Museu Municipal Agostinho Martha (1974); o Arquivo Histórico Antonio Soares da Fonseca (1989); o Parque Municipal de Eventos (1998-2019); Cineteatro (1998-2011); o Quiosque da Cultura (2011).

A FUNDARC foi extinta em 2017 e suas atribuições passaram a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL) até 2023. No ano de 2024 a Secretaria Municipal de Governança e Comunicação (SMGC) passou a se chamar Secretaria Municipal de Governança, Comunicação e Cultura (SMGCC), até que, em 2025 foi criada a Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

Em 2004, ainda no período de atuação da FUNDARC, é criada a lei 2114, que estabelece procedimentos de tombamento e proteção ao patrimônio cultural do município. Os bens patrimonializados em esfera municipal, quando iniciei essa pesquisa, em 2021, eram seis, sendo que apenas dois não estavam associados diretamente a uma construção identitária baseada na herança portuguesa: a Prefeitura, utilizada pelo poder administrativo desde 1894, quando foi adquirida para ser sede da Intendência Municipal, e a Fonte do Forno, que foi a única das duas fontes construídas para abastecer a população gravataiense, em 1861, que restou.

Dentre os demais bens estão: o Casarão dos Fonseca, que é ocupado pela Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS); Atafona do Xará, um moinho cuja relação com a herança portuguesa é ressaltada em sua documentação de tombamento como um registro da cultura trazida por esses povos; o sobrado que sedia o Museu Municipal Agostinho Martha (fechado por problemas em sua estrutura desde 2018); o Casarão dos Bina (que em 2021 estava em severo estado de deterioração e foi reformado em 2024 após denúncias realizadas no começo de 2023).

Desde 2004 a patrimonialização ocorria a partir de pesquisas realizadas pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, vinculado à FUNDARC e as investigações realizadas pela equipe do Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca. Porém, a partir de 2012, após o *impeachment* prefeita eleita Rita Sanco, onze bens foram patrimonializados por projetos da Câmara de Vereadores de Gravataí e pelo Gabinete do Prefeito, algo que, na prática, fez com que não fosse “obrigatório” a disponibilização das pesquisas ou fontes utilizadas.

Atualmente, o único material sobre os bens patrimonializados desde 2012 são as justificativas apresentadas nos projetos de lei que, em diversos casos, não explicam a relação deles com a cidade, seu contexto histórico ou informações que justifiquem a chancela de patrimônio. Dentre eles estão: o Rio Gravataí, patrimonializado seis anos antes pelo Estado; o Festejo do Terno de Reis, que segundo a documentação disponível no Museu e Arquivo, tratava-se de uma celebração relacionadas às origens açorianas; o Festival de Teatro de Gravataí em sua sexta edição; a Marcha para Jesus, que apresenta como justificativa a movimentação econômica causada pelo evento e o fato de ações do tipo ocorrerem no Brasil desde 1993; a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, que é o único projeto que apresenta algum embasamento relacionado à história e identidade do município e sua população, além de reconhecer a importância da herança negra e africana na cidade enquanto patrimônio; os bens históricos da Igreja Católica compostos pela Igreja Matriz, Casa Canônica (construída no local onde era o primeiro cemitério da cidade), Capela Santa Cruz (também conhecida como Capelinha, é uma construção que remonta ao século XVIII), Seminário São José e Vila Lourdes, cujas pesquisas estão sendo realizadas por um “Grupo Especial de Trabalho para participação revisão, aprimoramento e elaboração de dados, características, histórias e estudos do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município de Gravataí, catalogados e em processo de inventário”, criado pelo Decreto nº 21.371/2024; o evento mensal Rua Aberta, que é realizado desde o final do ano de 2023.

Dentre os bens patrimonializados à nível estadual estão o Rio Gravataí e o Morro Itacolomi, ambos declarados parte integrante do patrimônio cultural do Estado em 2003, além do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Aldeia dos Anjos, declarado como patrimônio histórico e cultural do RS em 2006. Podemos destacar outros espaços vinculados a valores históricos na cidade: os três quilombos identificados no território gravataiense, entre eles Quilombo Manoel Barbosa, reconhecido em 2004 pela Fundação Palmares; o Colégio Barbosa Rodrigues, que fez 100 anos em 2022; a escola Dom Feliciano, instituição de ensino privada, vinculada a Igreja Católica, no espaço hoje ocupado por sua ala mais antiga era a região onde funcionava o educandário para as meninas guaranis da Aldeia dos Anjos; o Clube Social Negro Seis de Maio, criado em 1956; os quatro sítios arqueológicos identificados desde 2018.

Considerando a dificuldade que senti ao realizar essa pesquisa, em relação aos materiais que já haviam sido produzidos sobre a cidade de Gravataí, tomei a liberdade de organizar uma revisão literária sobre o tema, com o objetivo de divulgar esses trabalhos e de criar um material que possa auxiliar futuros pesquisadores, deixando em apêndice⁶ uma lista com todas as publicações que encontrei até o momento sobre a cidade, é bem provável que até a publicação da tese esse material possa estar ultrapassado, mas creio que poderá ser útil.

No decorrer da tese fiz uso de vários destes livros, mas destaco aqui algumas obras que vão embasar a construção da história de Gravataí: “História de Gravataí”, de 1987, produzido por Jorge Rosa; “*A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do guarani-missioneiro ao processo de dominação do sistema luso (1762-1798)*”, de autoria de Protasio Paulo Langer de 1997; a coletânea “*Raízes de Gravataí*”, organizado por Célia Silva Jachmet e Vera Lucia Maciel Barroso, publicada em 2011, em parceria entre a Prefeitura municipal e a CAERGS; a obra de Wagner de Azevedo Pedroso, intitulada “*Nazário e um plano de rebelião escrava na Aldeia dos Anjos: os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo*” de 2020; “*Gravataí: entre anjos e gravatás (2021)*”, vinculado à iniciativa “Projetos Culturais Irmãs TM”, com autoria de Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, Nestor Ourique Medeiros e Helena Thomassim Medeiros; o e-book “*Gravataí Histórica*” (2021), organizada pelo grupo “Cidade Histórica”, composto por Tayane Pereira Silveira, Lucas Oliveira Gonçalves e Sarah Wavginiak; o livro “*O Teatro em Gravataí: cenas, registros e histórias*” (2021) de autoria de Marlise Damin e Ane Minuzzo; o livro “*Gravataí: histórias*” (2022) de Nestor Ourique Medeiros; “*Nossa Terra, Nossa Gente - a história de Gravataí: 1730-1950*”, publicação póstuma, de 2022, escrito por Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha.

Além destes trabalhos, há também a série de livros infantis “*Conhecendo Gravataí com Medonha*”, escrito pela professora, turismóloga e artista local, Denise Lopes Pacheco, já falecida. A obra apresenta diversos locais da cidade, representando, assim, alguns aspectos da identidade e do patrimônio do município. Outra publicação interessante é a “*Revista Cidades Culturais: novos rumos para a gestão cultural em Gravataí/RS*”, de 2015, elaborada por Simone Luz Ferreira Constante, realizado através de recursos do Fundo de Apoio à Cultura (Pró-Cultura

⁶ No “Apêndice A – Lista de Publicações sobre Gravataí” coloco os títulos, autores e o ano de lançamento de alguns materiais sobre a cidade.

RS FAC). Em 2024 é lançada a obra *“À redescoberta das raízes: relações entre os Açores e a diáspora (Rio Grande do Sul, 1976-2016)”* de autoria de Célia Silva Jachemet, a obra relaciona-se à sua tese de doutorado, não trata especificamente sobre Gravataí, mas descreve o processo histórico ligado ao sentimento de açorianidade inserido no discurso oficial da cidade.

Encontrei diversos trabalhos acadêmicos sobre temas específicos da cidade, como sua indústria, economia, saúde, educação e geografia. Contudo, sobre áreas como história, museologia, patrimônio e manifestações culturais, o que identifiquei até o momento foram materiais que estão organizados em três eixos: história e cultura negra e indígena; patrimonialização e gestão cultural; festas açorianas e açorianidade.

No primeiro grupo - história e cultura negra e indígena em Gravataí - encontramos 07 (sete) trabalhos: a dissertação *“Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS”*, publicada em 2007, de autoria de Luciano Souza Costa; os artigos *““Era uma cidadezinha só de pretos”: a Comunidade Quilombola de Manoel Barbosa e o negro na formação histórica de Gravataí/RS”* e *“Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS”*, de Vinicius Pereira de Oliveira, publicados em 2006 e 2007, respectivamente; o relatório intitulado *“A resistência através da permanência: relatório antropológico, histórico e geográfico sobre a comunidade negra de Manoel Barbosa”* (2006), de autoria de Vinicius Pereira de Oliveira, Ana Paula Comin de Carvalho, Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto e Vera Regina Rodrigues da Silva; o artigo *“O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780)”*, publicado em 2007, de Fábio Kühn; o artigo *“O finado meu avô também era bem preto, os que eram pretos é que sofriam”: Os percursos e percalços do campesinato negro no pós-abolição*, (2010), de Maria do Carmo Moreira Aguiar; *“Invisibilidade/visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí”* (2012), dissertação de Antonio Gabriel Vergara; *“Escravos, Senhores, Posses, Partilhas e um Plano Insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia Dos Anjos, RS (1863)”*, dissertação de Wagner de Azevedo Pedroso, publicada em 2013.

O segundo eixo - patrimonialização e gestão cultural - é composto por 05 (cinco) trabalhos: *“A Educação Patrimonial e a Açorianidade em Gravataí/RS”*, artigo de 2010, com autoria de Jairton Ortiz da Cruz; o artigo *“Proteção Contra Incêndios em Edificações Históricas: Estudo de caso de um museu de Gravataí”*, publicado em 2011,

de autoria de Emerson Passos de Fraga e Rogério Bueno de Paiva; a dissertação de Vergara (2012) *“Invisibilidade/visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí”*, no qual encontram-se informações importantíssimas sobre a estrutura do Museu Municipal, que também enquadra-se na temática “história e cultura negra e indígena”; o trabalho *“Análise da Gestão Pública da Cultura e do processo de implantação do Sistema Municipal de Cultura no município de Gravataí/RS”* de Simone Luz Ferreira Constante, publicado em 2013 para a conclusão de sua especialização em gestão cultural; *“Possibilidades de Proteção da Paisagem do Morro Itacolomi - Gravataí-RS”*, dissertação apresentada em 2015, de Valeska Almeida Marquette; *“Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais: desafios da criação de uma ferramenta de avaliação de políticas públicas de fomento à cultura no município de Gravataí/RS”* artigo de Simone Luz Ferreira Constante, publicado em 2015.

No terceiro grupo - festas açorianas e açorianidade - temos 06 (seis) publicações: *“A Educação Patrimonial e a Açorianidade em Gravataí/RS”*, artigo de 2010, com autoria de Jairton Ortiz da Cruz também inserido no segundo grupo; *“Festa Do Divino Espírito Santo Gravataí/RS-Brasil”*, artigo de 2012, de Tania Ferreira Regina dos Santos; os artigos *“A Educação Patrimonial e a Açorianidade em Gravataí/RS”* (2010), *“Estudos comparativos sobre a Festa do Divino em Gravataí/RS e São José da Califórnia /Estados Unidos”*, publicado em 2013 e a dissertação *“A festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS ao longo dos séculos XX-XXI”* (2014) de Jairton Ortiz da Cruz; *“À redescoberta das raízes: relações entre os Açores e a diáspora (Rio Grande do Sul, 1976-2016)”*, tese de doutorado de Célia Silva Jachemet, publicada em 2023, que deu origem ao livro de mesmo nome, lançado no ano seguinte.

A partir deste panorama sobre Gravataí, sua história, os bens patrimonializados na cidade, seus espaços culturais e o material bibliográfico pertinente ao município, tento traçar as linhas gerais desta pesquisa. Há aspectos similares e genéricos nessas estruturas, bem como peculiaridades e interesses particulares que tornam o local único.

O objeto de estudo desta tese é analisar o patrimônio, em suas diversas facetas, na cidade de Gravataí. Tenho o intuito de descrever a narrativa construída sobre o passado através da patrimonialização para compreender as lacunas e conflitos imersos neste processo. Identificando o discurso autorizado do patrimônio, que é construído em oposição à história da cidade, observo aspectos que podem desencadear na perda eminente de alguns bens. Desta forma, novas percepções de

patrimonialidades emergentes, vinculadas a diferentes identidades e memórias subterrâneas, contribuiriam para operacionalizar uma perspectiva de patrimônio vivo.

Por consequência, o problema de pesquisa proposto concentra-se em responder as seguintes questões: quais são as lacunas advindas do processo de patrimonialização instituído na cidade? Se os discursos sobre o passado não encontram ressonância na população gravataiense, quais seriam as narrativas e espaços, dotados de patrimonialidade, capazes de cumprir tal ressonância? Quais seriam os mecanismos e estratégias possíveis para a ativação patrimonial dos bens, patrimonializados ou não, dentro deste contexto?

A primeira hipótese é de que a questão indígena e negra, apesar de constarem em materiais produzidos sobre a história do município, não são percebidas enquanto aspectos dotados de patrimonialidade. Os trabalhos desenvolvidos relacionam-se a iniciativas de grupos específicos, que visam contar e representar essas trajetórias.

Os bens tombados ou identificados como patrimônio remetem às origens portuguesas e açorianas do município. Além disso, se investe na construção da identidade do “gaúcho”, trazendo aspectos do movimento tradicionalista e da percepção de uma herança cultural atrelada à materialidade deixada por grupos detentores do poder político e econômico da cidade.

A prática da patrimonialização do município se embasa em um processo de dominação que remete ao período colonial, às famílias “tradicionais” e aos grupos detentores de terras na cidade. Considerando a herança indígena e africana em Gravataí, esses valores não representariam essa população em uma maior escala. Por este motivo o patrimônio da cidade sofre pelo descaso e falta de reconhecimento, pois não há identificação. Sem se sentirem representados por essas seleções, os habitantes não percebem o seu patrimônio a partir deste termo.

A segunda hipótese levantada é de que o patrimônio institucionalizado se torna “artificial”, pois representa uma eleição de narrativas feitas “de cima para baixo”. Por outro lado, as heranças culturais com as quais os grupos se identificam se mantêm, mesmo que de forma “subterrânea”, através de mecanismos de sociabilidade, sendo revividas constantemente sem que recebam a alcunha de patrimônio.

As narrativas e espaços dotados de patrimonialidade parecem apontar para um passado vinculado à herança negra em Gravataí. Consequentemente, dentro dos espaços dotados de patrimonialidade, identificam-se o Clube Social Negro Seis de

Maio; os quilombos localizados no território gravataiense; celebrações associadas a religiões de matriz africana.

Pollak (1989) fala sobre a necessidade das vítimas de guerra em encontrar um *modus vivendi*. Sendo as pessoas escravizadas de origem africana retiradas de suas terras e culturas, essas passaram por um processo traumático, que se perpetua até hoje. Portanto, é coerente pensar que diversas estratégias de sobrevivência foram criadas. Conjectura-se que dentro do aspecto patrimonial, poderia ocorrer o mesmo, tendo suas origens e histórias negadas por um discurso autorizado do patrimônio são criados outros mecanismos para a perpetuação de sua memória.

A terceira hipótese sintetiza a maior parte dos anseios aqui expostos, pois relaciona-se a seguinte problemática: “Como fazer a ativação patrimonial destes bens?”. Não creio que haja uma fórmula ou metodologia simples para isso. Parto do pressuposto de que ao conhecer a cidade, sua história e alguns locais emblemáticos para diferentes trajetórias seria possível identificar patrimonialidades. A partir disso, inserir diversas percepções em um discurso oficial, ocasionando na vontade de preservar e usufruir de tais patrimônios.

Contudo, levanto a questão que, enquanto Gravataí continuar legitimando interesses pessoais e não sociais na construção de suas narrativas, não encontrará ressonância nestas ações. Pois é necessário mais do que apenas identificar e apontar os patrimônios, há necessidade de vivenciá-los. Sendo assim, locais, eventos e leis que não são compreendidas enquanto processos formais de patrimonialização são caminhos possíveis, tanto para identificar as patrimonialidades, quanto para estimulá-las.

O objetivo geral deste trabalho é compreender os processos atrelados à patrimonialização de bens culturais e à construção da história “oficial” de Gravataí, observando as lacunas deixadas pelo discurso autorizado do patrimônio. Considerando o conceito de patrimonialidade como uma expressão das ausências observadas nos processos patrimoniais instituídos.

Tem-se, enquanto objetivos específicos da tese em questão, os seguintes propósitos: contextualizar historicamente a cidade de Gravataí; identificar os bens patrimonializados da cidade e que fazem parte nas narrativas oficiais; analisar o estado atual dos patrimônios instituídos na cidade; problematizar o patrimônio institucionalizado, a partir dos conceitos de colonialidade e decolonialidade; apontar possíveis locais e narrativas dotados de patrimonialidade; perceber temáticas

emergentes na comunidade gravataiense; observar a reminiscência da herança africana na cidade; descrever possíveis mecanismos e ações que poderiam levar a promoção, preservação e reflexão sobre o patrimônio, instituído ou não.

A metodologia proposta é baseada no critério qualitativa pois associa-se a um caráter subjetivo de análise. Para compreender como a pesquisa descrita é executada, faz-se necessário a apresentação dos métodos científicos utilizados. Para Marconi e Lakatos (2006), esses procedimentos sistematizam as ações propostas a fim de alcançar os objetivos. Sendo essa uma pesquisa de cunho acadêmico, visa a geração de conhecimento, por meio de uma abordagem hipotético dedutiva, que formula hipóteses quanto aos problemas identificados.

Os objetivos são de natureza descritiva e explicativa, posto que visam compreender as problemáticas vinculadas aos fenômenos patrimoniais em uma determinada realidade. Além de possuir um viés avaliativo e propositivo, a medida em que analisa a patrimonialização em Gravataí e propõe meios, através da descrição de locais, temas vinculados a patrimonialidade e ações realizadas visando a ativação patrimonial.

Utilizando o método de procedimento histórico, estatístico e estruturalista, a medida em que analiso o passado e seus reflexos no presente, faço reduções de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos para classificar dados sobre a realidade estudada, além de levar a discussão sobre a patrimonialização e patrimonialidade para uma percepção mais abstrata, mediando entre a concretude das ações e as estruturas simbólicas nas quais se alicerçam.

Os procedimentos técnicos consistem em *levantamento bibliográfico*, *pesquisa documental*, *estudo de caso*, *entrevistas* e a *pesquisa participante*. A pesquisa documental e bibliográfica, utiliza documentação indireta, na qual o foco são as fontes primárias – reportagens de jornais, inventários, documentações de tombamentos e informações obtidas através de documentos do Museu e Arquivo Municipal – e secundárias, por meio da publicação de livros, artigos, dissertações, teses e materiais de audiovisual, que possam apresentar informações relevantes para as análises propostas.

Na *revisão bibliográfica* são pesquisados e analisados textos que tragam informações sobre a história de Gravataí; os processos de salvaguarda de locais associados ao patrimônio; movimentos sociais vinculados à cultura da cidade; conceitos teóricos que possam ser utilizados para problematizar os processos de

patrimonialização e patrimonialidade, bem como a relação da população com estes bens.

A *pesquisa documental* é realizada com base nos documentos legais sobre a cidade e seu patrimônio; utilizando o acervo do museu municipal como fonte de informação e sobre o processo de “enquadramento da memória”⁷; em reportagens de jornais, considerando-os como elementos de documentação histórica e de representação da trajetória do local; material audiovisual produzido pela CAERGS e pelos projetos “*Gravataí Missioneira*”, “*Gravataí: entre anjos e gravatás*” e “*Olhos de Anastácia: Conexões Quilombolas*”.

O *estudo de caso* representa uma análise aprofundada sobre a história, as origens gravataienses e seus reflexos na atualidade. Os motivos que levam à preservação de determinados bens e ao esquecimento de outros. Após realizar a coleta de dados – através de pesquisa bibliográfica, documental, participante e entrevistas –, este material é utilizado para estudar as medidas tomadas pelo governo e pela população em seu processo de patrimonialização, sua ressonância e apontar perspectivas futuras visando a ativação patrimonial.

Aplica-se aqui a identificação das patrimonialidades, para a qual também se fez o uso da análise dos projetos premiados pela Lei Aldir Blanc em 2020, em esfera municipal. Tais dados foram classificados por diferentes assuntos, que levaram a uma percepção inicial da herança negra da cidade enquanto temática emergente.

As *entrevistas* são realizadas a fim de elaborar possíveis respostas aos problemas propostos neste projeto. Sendo assim, foi feita a consulta a alguns agentes locais relacionados a cultura, a pesquisa, a manutenção dos equipamentos culturais do município, entre outros que estão vinculados ao processo de patrimonialização e as patrimonialidades pujantes.

Para a tese realizei 12 (doze) entrevistas⁸, com 14 (quatorze) pessoas, sendo elas: o ex e atual vereador, que era o conselheiro indicado pelo governo no Conselho Municipal do Povo de Terreiro, Airton Leal; a historiadora responsável pelo Museu e Arquivo Histórico Municipal até 2023, Maria Inês Guilloux Leal, que era membro do

⁷ Pollak (1992) comenta sobre o “trabalho de enquadramento da memória” no qual privilegiamos uma perspectiva do passado em detrimento de outra, a fim de, muitas vezes, construir uma imagem hegemônica. Ao selecionarmos um bem e o “elevarmos” a categoria de patrimônio escolhemos uma perspectiva, selecionamos o que queremos transpor ao “tempo sagrado”.

⁸ O termo de consentimento e os diferentes roteiros de entrevistas semiestruturadas podem ser vistos nos apêndices, do “B” ao “N”.

Departamento de Patrimônio da cidade, entrevistada em duas ocasiões, sendo a segunda em conjunto com a senhora Suzana Christ Maeski, servidora aposentada que atuou no Arquivo Histórico Municipal; Carmem Lucia dos Santos, presidente da Associação de Moradores do Quilombo Manoel Barbosa; Izabel Cristina da Silveira, na época, coordenadora do Departamento de Artes Cênicas da SMCEL; Jairton Camisolão Silva da Silva, Ana Müller e Kátia Adriane Rodrigues Ferreira, na época, funcionários do município que atuavam em ações vinculadas ao Comitê de Saúde da População Negra e ao Conselho de Igualdade Racial; Thiago De Leon, na época, vereador, para falar sobre o projeto de lei que criaria um programa de proteção ao patrimônio, de sua autoria que foi arquivado pelo poder público; Isab-El Cristina Soares, servidora municipal aposentada, que atuou no Museu Municipal, na FUNDARC e fez parte de diversos movimentos culturais da cidade como Associação de Literatura de Gravataí e atualmente do CMPC; Cláudio Ávila, na época vereador, que propôs a patrimonialização dos dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana; Demétrio Tafras, na época vereador, que propôs a patrimonialização do Terno de Reis e do FETEG; Célia Silva Jachmet, autora e pesquisadora na área histórica da cidade, trabalhou no Museu Municipal e na SMED, além de ter participado de diversos projetos e publicações na temática; Paulo Silveira, na época vereador, que realizou denúncias relacionadas ao descaso com os bens patrimoniais da cidade em 2023. Além destes nomes, devo frisar que houve convites que não foram aceitos em virtude de conflitos de agenda e pessoas com as quais eu já havia participado de entrevistas durante o projeto “Gravataí: entre anjos e gravatás”.

A *pesquisa participante*, por sua vez, não era um procedimento técnico para coleta de dados pensado inicialmente. A demanda surgiu em virtude do desenvolvimento da tese, posto que, em Gravataí é comum atuarmos como se estivéssemos em uma cidade pequena. A medida em que pesquisei mais sobre o município, participei de diversos projetos, realizei entrevistas e conversas informais com os agentes culturais da cidade, tornei-me também uma espécie de “referência” sobre alguns assuntos.

Com uma formação atípica, para o círculo social no qual estou inserida, tendo em vista que sou museóloga e mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, fui convidada para participar da 8ª Conferência Municipal de Cultura de Gravataí, onde fui eleita conselheira titular do Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Deste modo, a pesquisa passou a ser também

participante, ou talvez, sempre o tenha sido, já que estou inserida na cidade tanto quanto ela está em mim.

O emprego das técnicas de *observação*, *descrição densa* e *observação participante* aplicam-se nesta categoria. Considerando que, segundo Belei, et al (2008) ao observar algo pela primeira vez, ficam apenas os “aspectos mais impressionantes”, é necessário repetir a observação diversas vezes para que se tenha percepção mais detalhada, sendo assim, essa técnica foi muito importante para perceber o patrimônio da cidade além do que já está institucionalizado.

O procedimento da pesquisa participante permite acesso a diversas informações e um olhar por “de trás das cortinas” do processo patrimonial. Sendo parte integrante desse círculo vicioso me coloco em uma relação conflitante entre questionar e ao mesmo tempo tentar manter determinadas “conquistas” quanto aos bens eleitos como patrimônio.

A *análise de conteúdo* (AC) e a do *discurso* (AD) parecem ser recursos interessantes como técnicas de análise dos dados, para utilizar na presente pesquisa, posto que se aplicam a compreensão da comunicação objetiva e subjetiva. A primeira, seria útil na abordagem mais factual, auxiliando na categorização e decodificação documental. A segunda, utiliza a tríade ideologia, história e linguagem, ela “[...] não vai trabalhar com a forma e o conteúdo, mas irá buscar os efeitos de sentido que se pode apreender mediante interpretação.” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.682). Deste modo, compreendo que o patrimônio exige uma relação entre a memória e a identificação social, passando, portanto, pela comunicação, sejam em escala individual ou institucional.

Em relação a organização, essa tese é composta por 8 capítulos. Considerando que busquei escrever essa pesquisa de uma perspectiva “intimista”, em “*Caminhos da pesquisa*” apresento algumas das reflexões que me fiz ao longo desse processo, além de explicar conceitos que serão bases para toda a discussão proposta – colonialidade, decolonialidade, patrimonialização, patrimonialidade e musealidade – e esmiuçar a metodologia que optei por seguir e o processo de entrevistas. Visa registrar a forma como encarei a temática, demonstrar também a personalidade das escolhas.

Os três capítulos seguintes tendam dar conta do problema de pesquisa: quais são as lacunas advindas do processo de patrimonialização instituído na cidade? Deste modo, em “*Conhecendo Gravataí*” apresenta de forma mais profunda a cidade e sua história. Também realizo um panorama sobre a construção das políticas públicas

relacionadas à cultura e patrimônio do município, o sistema municipal de cultura, sua defasagem e problemas na preservação do patrimônio. Além disso, busca sintetizar a situação atual da cidade e os motivos que levam à preocupação com ela, não por sua especificidade ou características únicas, mas por ser uma alegoria a um processo de esquecimento e de valorização de um passado problemático.

Em *“Representações do passado”*, quarto capítulo da tese, aponto como a história de Gravataí é construída pelo discurso oficial, levando em consideração os processos de musealização e patrimonialização, os bens eleitos para representar essa população. Apresento o Museu Histórico Municipal de Gravataí – instituição que teve e tem um papel determinante para a eleição dos primeiros patrimônios municipais – e os bens patrimonializados pelo poder público,

No quinto capítulo *“Patrimônio e colonialidade”* discuto as presenças e ausências dentro das representações criadas. Aprofundo no tema da açorianidade, tendo em vista a imagem portuguesa, europeia, colonial, vinculada aos bens patrimonializados. Em contraponto, falo sobre as representações, ou a falta destas, em relação as heranças indígenas e negras.

A partir deste ponto, tento responder à questão: quais seriam as narrativas e espaços dotados de patrimonialidade? Tendo em vista que no sexto capítulo, *“Patrimonialidade como uma alternativa decolonial”*, trago o conceito de patrimonialidade enquanto narrativas à margem de um discurso oficial, e a decolonialidade, como uma alternativa para pensar os problemas entre memória e identidade no patrimônio gravataiense. Aprofundo a discussão da herança negra da cidade, abordando as ações que demonstram a emergência dessa temática em Gravataí: a história dos quilombos, o Clube Social Negro Seis de Maio, conselhos municipais, leis em relação a religiões de matriz africana. Também aponto o trabalho desenvolvido diariamente por agentes culturais locais, que dentro de suas ações acabam demonstrando também uma narrativa diferente da cidade.

Em relação ao questionamento: quais seriam os mecanismos e estratégias possíveis para a ativação patrimonial dos bens, patrimonializados ou não, dentro deste contexto? Descrevo no oitavo capítulo, *“Contrapondo o discurso oficial”*, a pesquisa participante, na qual destaco minhas atuações dentro do cenário cultural, político e patrimonial. Pensando justamente na ideia de uma “desordem absoluta” – perspectiva citada por Frantz Fanon (1968) e Françoise Vergès (2023) –, tento “subverter” a lógica dos trabalhos acadêmicos, colocando em prática os

conhecimentos e percepções que desenvolvi ao longo dessa trajetória. Desta forma, apresento os projetos e ações nos quais me envolvi, tanto dentro de minha inserção dentro do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), quando enquanto agente cultural, que foram as bases nas quais pude construir a tese e questionar os processos que presenciamos em Gravataí

Por fim, no nono capítulo, "*Considerações finais*", são ponderados os principais aspectos da pesquisa, os percalços e possíveis avanços que são visados com a publicação dela. A indicação de temas que poderiam ser melhor explorados, bem como proposições para um patrimônio futuro que não traga o ranço colonial, mas que alimente as próximas gerações com novas perspectivas.

Através das escolhas que realizei ao longo dessa trajetória, iniciada antes da tese, creio que algumas contribuições já venham, gradativamente, surtindo algum efeito. Todavia, registrar esses processos e deixar tais experiências disponíveis ao público, por meio da publicação dessa pesquisa, pode auxiliar outros pesquisadores e até mesmo a uma determinada parcela dessa população, interessada na temática. As histórias e narrativas sobre o passado são também construções simbólicas, elas podem servir para legitimar determinados poderes ou questionar, e espero que esse trabalho possa ser também um mecanismo de reflexão sobre nossa sociedade para evitar que determinados processos sigam sendo repetidos.

2 CAMINHOS DA PESQUISA

Enquanto museóloga e pesquisadora, me deparei com diversas discussões sobre a falta de interesse da população para com seu patrimônio, casos de depredação ou deterioração por falta de manutenção de bens. Nasci em Gravataí, estudei em escolas públicas da cidade, em 2012 ingressei na graduação em Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e fiz meu primeiro estágio curricular, em 2013, no Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca. Em 2014 atuei no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG), no projeto “SPMG: 25 anos de luta sindical”, no qual realizei meu terceiro estágio curricular, em 2015, gerando a exposição, virtual e presencial, “SPMG: uma história de luta”, concluída em 2021. Entre os anos de 2021 e 2022 trabalhei no SESC Gravataí, como auxiliar de cultura. Estive envolvida em diversos projetos ligados a história de Gravataí, seu patrimônio e cultura entre 2020 e 2025; organizei ações em prol do patrimônio; participei da gestão 2022 – 2024 do Conselho Municipal de Política Cultural, como conselheira titular da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial. No decorrer destas experiências, notei diversas questões problemáticas no contexto cultural do município:

- O único museu da cidade vem sendo subutilizado há décadas, e muitos moradores até mesmo desconhecem sua existência. O serviço público mantém o local funcionando, geralmente, com um ou dois funcionários, professores de história afastados da sala de aula ou cargos de confiança que, dificilmente, têm alguma formação na área, além de, eventualmente, algum estagiário. Desde 2018 o Museu está fechado para uma reforma em seu prédio, sem nem haver previsão de entrega, e este cenário não é atípico ou específico da cidade, tornando-o um fator preocupante que merece atenção.
- O patrimônio tombado ou histórico de Gravataí é, aparentemente, desconhecido dos moradores. As pesquisas e os bens inventariados, concentram-se no centro da cidade e áreas próximas.
- Muitos dos habitantes da cidade, ao se referirem à região central, a denominam de “Gravataí”, como se os demais bairros e localidades não pertencessem a este município.
- O discurso autorizado do patrimônio, analisando os bens tombados e muitas das bibliografias encontradas, enaltece uma herança europeia, por vezes,

açoriana, em busca, talvez de modo inconsciente, de “embranquecer” suas raízes.

- As preocupações dos membros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial vinculam-se, quase que exclusivamente, à preservação das materialidades dos bens e sua permanência.
- Locais do município, como os três quilombos – Manoel Barbosa, Ferreira-Fialho e Paredão, não são comumente associados a um discurso patrimonial. O mesmo ocorre como o Clube Social Negro Seis de Maio⁹.
- A dificuldade de acesso, divulgação e organização de informações, gera impasses para o desenvolvimento de pesquisas e faz com que a população seja apartada de sua história.
- É comum encontrarmos referências ao passado indígena de Gravataí, mas não sobre a relação desses povos com o presente. Os quatro sítios arqueológicos identificados no território – Arroio dos Ferreiros, Aterro Sanitário, Morungava e Itacolomi –, dos quais três relacionam-se a essa população, não são de conhecimento geral. Não há qualquer trabalho, pesquisa ou preocupação com a relevância desses espaços e dos objetos arqueológicos, inclusive daqueles musealizados, por parte da cidade e poder público.

Tendo em vista esses aspectos, percebemos a semente de minha problematização: parece não haver um senso de pertencimento ou de identidade bem definidas na cidade, o que ressoa em seu patrimônio institucionalizado. Em Gravataí, assim como em muitos locais do Brasil e do mundo, o recorte histórico, patrimonial e religioso mais valorado pelo poder público nem sempre representa sua população. Há lacunas históricas, confrontos de interesse e processos de dominação que resultam no desuso e na falta de identificação com o aparato cultural da cidade.

Originalmente a temática da herança negra em Gravataí, por exemplo, não era parte específica de minha análise, contudo, ao observar mais atentamente a história da cidade e a atuação de seus agentes culturais, notei que esse tópico estava ausente no discurso autorizado do patrimônio. Essa “nova” percepção sobre Gravataí elucidou

⁹ Devo mencionar que em 2025, encontrei, na página oficial da Prefeitura Municipal, uma matéria atualizada sobre os patrimônios da cidade, onde consta o Clube Seis de Maio e menciona a Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí. Mesmo que nenhum dos dois bens tenha passado por qualquer processo de patrimonialização, a inserção de seus nomes certamente está ligada as reivindicações que estou acompanhando desde o começo da tese e das quais fiz parte, de certa forma. Mais informações em: ALBANI, Carlos. Patrimônio Cultural de Gravataí. Prefeitura de Gravataí. Disponível em: <<https://gravatai.atende.net/subportal/patrimonio-cultural-de-gravatai>>. Acesso em 20 jan. 2025.

algumas das questões que me preocupavam. Pois, dentro de minha trajetória no município sempre tive muita dificuldade em identificar um sentimento de pertencimento dos moradores com sua história, instituições de memória ou bens patrimonializados.

Há um desconhecimento da população em relação ao Museu, bem como seu esvaziamento e constante fechamento; baixo índice de pesquisas, publicações e eventos relacionados à história da cidade; falta informações sobre os patrimônios e, em diversos momentos os moradores desconhecem sua existência, me levando a questionar também sua relevância para a comunidade. Apenas com a pesquisa de doutorado tive conhecimento sobre quais eram os bens patrimoniais do município e muito me espantou a sua forte relação com a cultura luso-açoriana. Enquanto pesquisadora da área de memória e patrimônio, sei que tais discursos são intencionais e encobrem processos de tensão e conflitos do passado e do presente, todavia, é impressionante perceber o quanto não notamos aquilo que está diante de nós.

A temática da herança africana ¹⁰ que nos fazem adotar uma história, muitas vezes, do opressor, como nossa. Essa característica é algo que se reflete nos patrimônios que elegemos como representantes de nossas heranças culturais e nos discursos que construímos em torno deles. Desta forma, aprender sobre o tema e discutir suas representações, ou a falta delas, auxilia a pensarmos um patrimônio que converse com a população, que faça sentido para eles, para que seja possível haver ressonâncias.

Percebo que, para identificar dissonâncias no discurso autorizado sobre o patrimônio, é necessário um momento de ruptura com a narrativa oficial. O meu se deu através de duas questões, uma ligada à minha atuação enquanto agente cultural e outra em relação à construção da tese. A primeira foi a conversa que tive com um pesquisador local quando fazia uma entrevista sobre a cidade para um projeto cultural, no qual ele cita que Gravataí é um município com origens muito negras. O diálogo me chamou a atenção, pois cresci ouvindo sobre a herança indígena observada no nome que teria origem no idioma guarani e, quando estagiei no Museu Municipal Agostinho Martha, em 2013, vi reforçada a questão da herança luso-açoriana e indígena. Antonio

¹⁰ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117–142. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>>. Acesso em: 02 de mar. de 2023.

G. Vergara (2012), ao estudar a representação dos guarani pré-colonial nessa instituição, afirma que ela e seu circuito cultural cumpriram um papel fundamental para reforçar essa imagem do indígena missioneiro e do luso-açoriano sobre o passado.

O segundo ponto de ruptura para mim foi com a análise dos projetos aprovados, em esfera municipal, na Lei Aldir Blanc (LAB) em 2020. Ao fazer o levantamento destes dados categorizei as temáticas que eram abordadas nas ações e, dentro do grupo que focava em história e patrimônio, 20% destes tratavam sobre a temática negra. Dentre eles o documentário “Olhos de Anastácia: conexões quilombolas”, que aborda duas comunidades e suas relações: Quilombo da Anastácia em Viamão e Quilombo Manoel Barbosa em Gravataí. A partir do contato com um dos diretores, consegui entrevistar a presidente da Associação de Moradores do Quilombo Manoel Barbosa, Carmem Lucia dos Santos. Na entrevista com ela fui apresentada ao relatório realizado pelo INCRA em conjunto com a UFRGS sobre a comunidade (CARVALHO et al., 2006), o que possibilitou encontrar diversos outros trabalhos que apresentavam Gravataí de uma perspectiva cuja dimensão eu desconhecia.

A partir destes dados atentei-me para algo que estava na minha frente o tempo todo: a lacuna da história e herança negra no patrimônio de Gravataí. Foi pensando nessa possibilidade que decidi ampliar minha visão sobre o tema. Começando com uma revisão crítica quanto à história da cidade e aos processos que podem levar a esses apagamentos, algo que é mais elaborado no capítulo 3 “Surgimento de Gravataí”. Tentando compreender, também, quais seriam as possibilidades para estimular a memorialização de narrativas dissonantes, que pudessem contribuir para a criação de ressonâncias.

Percebi que a memória açoriana passa a ser pauta na cidade no momento em que há também um incentivo financeiro e uma visibilidade positiva atribuída a esse passado, tema aprofundado no capítulo 5 “Representações do passado”. Podemos supor que, além desse aspecto, há um sentimento de identidade por parte da população. Entretanto, aqui retornamos à questão da colonialidade do pensamento: ser, mesmo que de forma distante, “europeu” parece um elemento atrativo para pessoas latino-americanas, que, muitas vezes, descendem também de diversas outras etnias, como negros e indígenas. Talvez, se houvesse incentivo financeiro para se pesquisar e contar o passado e a identidade negra e indígena, ou mesmo um processo de valorização ao trabalho de agentes culturais e pesquisadores que

investem nessa faceta histórica, os bens patrimonializados em Gravataí poderiam ter um perfil muito diferente do que se tem atualmente.

Entretanto, assim como a colonialidade é um reflexo de séculos de dominação e imposição cultural, o processo para refletirmos como decolonializar nosso passado pode levar muito tempo para se concretizar. Mas, isso não significa que essas heranças sejam totalmente perdidas, essas vozes podem estar aguardando uma escuta adequada, cabe a nós, pesquisadores, artistas, agentes culturais, sociedade civil, como um todo, estarmos dispostos a ouvir.

Consequentemente a essas constatações, desenvolvi algumas tentativas de mapear as patrimonialidades latentes. A análise proposta na pesquisa é de caráter qualitativa, o que faz com que a autora e sua percepção sobre o tema também sejam parte do processo, tendo em vista que:

[...] o componente subjetivo é um aspecto relevante na pesquisa qualitativa. Porém, embora a pesquisa quantitativa seja considerada objetiva, nela também existe o componente subjetivo, pois apesar de todos os controles metodológicos, a pesquisa quantitativa e suas descobertas são inevitavelmente influenciadas pelos interesses e pelas formações social e cultural dos envolvidos. (TEIS; TEIS, 2006 p.03)

Por mais que a coleta e análise de dados tente ser objetiva, quem eu sou irá interferir nessas percepções. Sendo assim, as divisões apresentadas nesse capítulo têm como objetivo demonstrar de que forma a subjetividade direciona a pesquisa e os caminhos que escolhi criar para a coleta de dados.

Em “Reflexões sobre o meu lugar na pesquisa”, mesclo algumas percepções relacionadas à metodologia qualitativa de análise e aos conceitos de “estar lá” e “estar aqui” de Clifford Geertz (2009), como base para me colocar na pesquisa enquanto um indivíduo com determinados posicionamentos e fruto de diferentes contextos.

Nos subcapítulos “O conceito de patrimônio e seus desdobramentos” e “Colonialidade e Decolonialidade: um panorama conceitual”, delimito brevemente conceitos que são trabalhados durante toda a tese. Optei por trazer tais questões neste momento porque as problematizações sobre essas embasam os dados, informações e argumentos que desenvolvo no decorrer de toda a tese.

Por fim, adentro na “Metodologia” enquanto mecanismo de construção do saber científico, descrevendo alguns passos para o desenvolvimento da pesquisa, como a categorização de temáticas dos projetos culturais da Lei Aldir Blanc e da seleção de

entrevistas, buscando apresentar a análise de conteúdo e de discurso enquanto norteadores do trabalho.

2.1 Reflexões sobre o meu lugar na pesquisa

Considerando que o objetivo desse subtítulo é abordar, de forma mais intimista, o meu lugar na pesquisa, acho interessante fazer uma breve retomada quanto ao papel das pesquisas qualitativas. Segundo Teis e Teis (2006), este tipo de análise tem, dentre suas origens, trabalhos etnográficos,

A etnografia tem como principal preocupação o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas ou os grupos estudados. É a tentativa de descrição da cultura. Atarefa do etnógrafo consiste na aproximação gradativa ao significado ou à compreensão dos participantes, isto é, de uma posição de estranho o etnógrafo vai chegando cada vez mais perto das formas de compreensão da realidade do grupo estudado, vai partilhando com eles os significados. (p.04)

James Clifford (2008), explica que, no começo, a etnografia era feita por cientistas europeus refletindo e observando os costumes do “*outro*”, misterioso e exótico. A etnografia está, do começo ao fim, vinculada à escrita, buscando traduzir em palavras uma determinada experiência, porém, sempre traz consigo uma carga de subjetividade e de visões políticas.

Clifford comenta que: “[...] antes do final do século XIX, o etnógrafo e o antropólogo, aquele que descrevia e traduzia os costumes e aquele que era o construtor de teorias gerais sobre a humanidade, eram personagens distintos.” (CLIFFORD, 2008, p. 25). A sofisticação científica levou a criação de padrões de pesquisa, como a imersão na vida cotidiana do povo estudado. Havia um consenso de que uma pesquisa legítima levaria 1 ou 2 anos de familiaridade. Com a *nova etnografia*, baseou-se no forte poder de observação: “Sem levar anos para conhecer os nativos [...] o pesquisador podia ir atrás de dados selecionados que permitiam a construção de um arcabouço central ou “estrutura”, do todo cultural.” (CLIFFORD, 2008, p. 28-29).

As pesquisas seriam de curta duração, observando o “presente etnográfico”. Ocorria, então, uma segmentação da análise, observando um ponto específico, não o todo. Acreditava-se que os fatos só se revelariam com base em uma teoria, “[...] defendendo o poder da abstração científica para direcionar a pesquisa e articular

dados complexos” (CLIFFORD, 2008, p. 30). É interessante notar que: “[...] a “experiência” etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e interferências”.

O autor faz uma comparação, colocando que a adivinhação depende de um entendimento aguçado e/ou prévio do contexto, desta forma também pode se dar o contato etnográfico. O “eu” observador não é imparcial, pois precisa de sua base ideológica e social para a partir dela compreender a dos outros. “Todo uso do pronome *eu* pressupõe um *você* [...] não há nenhum significado discursivo sem interlocução e contexto.” (CLIFFORD. p. 41). O autor afirma que não há neutralidade e questiona “quem escreve o texto e a análise”. De fato, qual a autoridade que uma pessoa pode ter para buscar representar uma sociedade, se dentro da mesma, provavelmente, há ambiguidades.

Clifford Geertz (2009), no livro *“Obras e vidas: o antropólogo como autor”*, aponta duas perspectivas interessantes: “estar lá” e “estar aqui”. Refletindo sobre a existência da presença autoral no texto antropológico. O autor aborda problemas com as análises relacionadas ao empirismo, insensibilidade e impressionismo. Ele aponta para a necessidade de que o etnógrafo convença o leitor de sua presença no local que observou e descreveu: “[...] não apenas de que “estiveram lá”, mas ainda [...] de que, se houvéssemos estado lá, teríamos visto o que viram, sentindo o que sentiram e concluído o que concluíram.” (GEERTZ. p. 30).

Ao produzirem suas obras, os autores, também produzem padrões a serem seguidos em obras de outros pesquisadores. Posso dizer, que a partir dessa perspectiva o que li e ouvi daqueles que “estiveram lá”, influencia os padrões que percebo em meus estudos, como é o caso da dissertação de Antonio Vergara, que teve mais contato que eu com a organização e a história do Museu Municipal Agostinho Martha. A partir deste trabalho passei a conjecturar que a figura do gaúcho tradicionalista, do indígena catequisado e do açoriano colonizador formavam o discurso autorizado do patrimônio.

Todavia, o “[...] o Estar Lá é uma experiência de cartão postal [...] Mas o Estar Aqui, como um estudioso entre estudiosos, que faz com que o texto antropológico de alguém seja lido... publicado, criticado, citado e ensinado.” (GEERTZ. p. 170). Segundo Geertz, com a globalização, o maior acesso aos diferentes cantos do globo, os povos antes observados, que, em geral, também são os que foram colonizados,

passam a não só consumir ciência como produzi-la: “[...] cada vez mais difícil sustentar a afirmação do antropólogo de que ele é a tribuna para os não-ouvidos, um representante dos não-vistos, um conhecedor dos mal interpretados.” (GEERTZ. p. 174).

A mudança no “Estar Lá” através da descolonização, abalou o “Estar Aqui” pela perda de confiança nas histórias antes aceitas: “Escrever etnografia hoje é escrever reconhecendo que essas pressuposições estão mortas, tanto nos autores quanto no público.” (GEERTZ. p. 182). Um autor que está parcialmente convencido tenta convencer o leitor, o que se faz é uma arte comparável, o peso da autoria recai sobre o autor que “sonha”, por assim dizer, com a etnografia. “Como qualquer instituição cultural, a antropologia [...] é própria de um lugar e de uma época, estando em perpétuo perecimento e, não com a mesma certeza, em perpétua renovação” (GEERTZ. p. 190). Ele também comenta que se hoje podemos criticar os métodos e narrativas antropológicas devemos isso ao fato de que alguém primeiro os criou.

A antropologia, a etnografia (enquanto método de coleta de dados), a museologia, a história e tantas outras ciências que utilizamos hoje, e que orientam minha pesquisa, tem sua origem na Europa, assim como muitos dos autores que embasam os conceitos que apresento e minhas argumentações. Métodos e visões que reforçam a dualidade entre o “estar lá” e “estar aqui”. Anibal Quijano (2005), comenta que

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (p. 122).

Dentro da implementação desse padrão a ser seguido, estão diversos elementos, como a colonização e a colonialidade, utilizando a educação e instituições correlatas, enquanto ferramenta para essa legitimação. Estes locais, muitas vezes,

são os canais de contato das populações com o mundo, sendo assim, a nossa visão sobre a vida parte em si de um processo direcionado. Com o desenvolvimento das ciências e a “ascensão” do colonizador enquanto pensador que compõe essa estrutura de dominação há um rompimento entre “estar lá” (em campo, observando as culturas) e “estar aqui” (em discussões acadêmicas de trocas entre pares).

Dentro desta pesquisa, ousou supor que, o que faço se enquadraria em uma perspectiva diferente, pois não vim conhecer Gravataí e observar seus processos de patrimonialização e identidade. Eu *sou de lá* e, casualmente tenho o privilégio de “estar aqui”.

Percebo esse “*sou de lá*” como uma questão interessante para pensarmos a produção de um conhecimento de dentro para fora. Alguns autores que abordam a decolonialidade citam que “[...] a opção descolonial demanda ser epistemicamente desobediente.” (MIGNOLO, 2008, p. 323). Relaciona-se, além de uma maneira de pensar, a uma forma de agir a partir da reflexão do contexto colonial do qual fazemos parte.

Portanto, parece-me “justo” com o leitor explicar, em determinada medida, o meu local de fala e pesquisa. Proponho a compreensão da ideia de “sou de lá” como um meio de demarcar um posicionamento, pois minha análise é também formada por tudo o que vivi e como decodifiquei essas vivências de forma subjetiva. Portanto, se Geertz utiliza o verbo “estar” para compreender o papel do pesquisador ao observar o outro – lá – e transmitir informações aos seus pares – aqui –, ao entender que “sou de lá”, denoto aspectos e compreensões que fazem parte de mim. Gloria Anzaldúa menciona que

O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. (ANZALDÚA, 2000, p.233)

Sendo assim, além do contexto no qual me insiro há também meus processos e questões internas, que podem ou não transparecer na escrita. Essa autora também traz reflexões sobre a consciência mestiça, tendo em vista que “Nascida em uma cultura, posicionada entre duas culturas, estendendo-se sobre todas as três culturas e seus sistemas de valores, *la mestiza* enfrenta uma luta de carne, uma luta de

fronteiras, uma guerra interior.” (2005, p.705, grifo da autora). Este limbo entre opressor e oprimido vai ao encontro à perspectiva dos colonizados enquanto condenados, discutida por Maldonado-Torres (2018) e, antes dele, por Frantz Fanon (1968). E, dentro dessa linha invisível é onde me vejo, e, de onde enxergo nossa sociedade.

Primeiramente, sou uma pesquisadora de um país colonizado, latino-americano que não utiliza espanhol como língua oficial, mas português, distinguindo-se dos outros por essa questão. Sou de um estado que reforça, sempre que possível, sua imagem como diferente dos demais, seja pelo clima, sotaque, mas, principalmente por uma construção de que as heranças europeias foram as bases, quase que exclusivas, de seus referenciais culturais.

Minha cidade de nascença, Gravataí, costuma ter um perfil conservador e, há muitos anos, governos de direita. Fato, notavelmente, histórico, posto que Vergara (2012, p.80), ao falar do contexto político da criação do Museu Municipal menciona que “[...] a elite gravataiense se constituía como uma elite agrária local e conservadora”. Em 2022, mais de 60% dos votos da população para a presidência da República foram para o candidato Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL)¹¹. Em meio às últimas eleições vimos diversos casos de pessoas públicas com falas favoráveis à exploração dos trabalhadores, com ideias reacionárias sobre educação, políticas sociais, dentre outros, além de perseguição a pessoas de oposição. Eu mesma, em mais de um momento, passei por situações em que a cor do carro em que estava, a camisa que usei ou adesivo contra a violência de gênero, foram motivos de ameaça por transeuntes.

Meus pais são professores de história aposentados, de origem humilde, que trabalhavam em escolas públicas, membros atuantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG). Fazendo parte da fundação e, diversas vezes, membros da diretoria da instituição. Grande parte de minhas lembranças de infância são atreladas a mobilizações sindicais.

Estudei em instituições públicas, cresci em um bairro que, durante minha infância e começo da vida adulta, não era asfaltado, tinha diversos casos de roubo,

¹¹ Mais informações em: ELEIÇÕES em Gravataí (RS): Veja como foi a votação no 2º turno. *In*: G1 – Rio Grande do Sul RBSTV. 31 outubro 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/10/31/eleicoes-em-gravatai-rs-veja-como-foi-a-votacao-no-2o-turno.ghtml>>. Acesso em 20 dez. 2024.

tráfico de drogas, fazendo parte do Programa RS Seguro¹². Não desenvolvi muitas relações afetivas ou duradouras na cidade, por falta, em parte, de identificação com o posicionamento político e ideológico de diversas pessoas que conheci.

Tendo pais presentes, formados, que tinham condições financeiras de me vestir, alimentar e dar material escolar, era, nítida, durante o período escolar, uma distinção entre mim e meus colegas. Todavia, através destas trocas, aprendi a falar palavrão, a me expressar de forma simples e a observar as distinções sociais ocasionadas pelo racismo e machismo estrutural, além da desigualdade na distribuição de renda. Fiz parte do Conselho Escolar, me candidatei ao Grêmio Estudantil, durante o primeiro grau.

Ao entrar na faculdade percebi um novo abismo social entre mim e alguns colegas da UFRGS. Foi aí que me dei conta de que eu era pobre e que isso se transmitia, tanto por meu modo de vestir, quanto porte em sala de aula, linguagens, expressões corporais e ideias. E, acredito que esse tenha sido um momento decisivo em minha vida, pois, por mais que eu tivesse o privilégio de “estar aqui”, não era o suficiente; e ainda não é.

Minha ligação com a ancestralidade e a territorialidade de Gravataí se deu de formas distintas. Meus avós e família paterna são de lá, a família de minha avó é de Glorinha, região emancipada na década de 1980. Meus pais cresceram e estudaram em Porto Alegre, vindo morar nesse município no final dos anos de 1980. Nasci em 1993, antes da chegada da GM, mas, durante o processo de industrialização, iniciado nos anos de 1970 e intensificado no começo dos anos 2000.

Cresci ouvindo algumas histórias sobre a vida de minha avó paterna na zona rural do que era Gravataí, sobre ancestrais que estudaram no Dom Feliciano e construíram capelas, ao mesmo tempo em que o uso de ervas medicinais era apreciado por ela e sua mãe tinha fenótipos indígenas. Em meu bairro, chamávamos a região central da cidade de “Gravataí”, como se não nos identificássemos com ela. Meu principal referencial identitário na cidade é a Escola Municipal de Ensino

¹² O programa RS Seguro é uma iniciativa do governo estadual que identifica locais com maiores índices de criminalidade e população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo quatro eixos principais: combate ao crime; políticas sociais preventivas e transversais; qualificação do atendimento ao cidadão; sistema prisional. Mais informações em: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. **RS Seguro**. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/rs-seguro>>. Acesso em 20 dez. 2024.

Fundamental Aurea Celi Barbosa, onde vivi quase todos os meus dias dos 06 aos 14 anos.

Vi os anos passarem, as ruas serem asfaltadas, a S.V. (sigla constantemente pichada nos muros da região) tornar-se Bairro São Vicente. Muitos de meus colegas de escola tiveram filhos ou se casaram na transição de infância para adolescência, tive vizinhos e amigos que foram mortos por roubo ou drogas. Assisti a expulsão de carroceiros e famílias de baixa renda da região, para que fosse feito o desmatamento de uma grande área verde para a construção de um Alphaville.

A escola de minha infância, antes com um muro quebrado para que a gurizada pudesse jogar bola nas quadras, foi toda cercada, o que também pode simbolizar um suposto afastamento das dinâmicas sociais. Um posto de saúde foi inaugurado e, atualmente, observo a transformação do local, que cada vez mais parece pertencer a “Gravataí”. O centro, antes tão distante, agora é parte da realidade, principalmente com a Prefeitura e diversas Secretarias sendo transferida para a região. Parte de mim se perde, na vila que já não é.

Pensando nessa perspectiva, de “sou de lá”, podemos dizer que vários dos conceitos e percepções desta origem vem comigo. Sendo assim, ao não pensar na herança negra enquanto uma lacuna discursiva, também reforço um não lugar. Enquanto características individuais, sou uma mulher cisgênero, lida como branca. Sendo natural do Rio Grande do Sul, comparando-me com pessoas loiras de olhos azuis, percebe-se que o meu “branco” é produto de uma forte miscigenação racial. Mas, assim como menciono que queremos, enquanto sociedade, ser europeus, almejamos nos ver no colonizador, reconheço essa mesma vontade em minha família.

Tenho oito bisavôs, todavia, por questões sociais, estereótipos de gênero e outras, nas quais não irei me aprofundar, identifico que, quem constrói, muitas vezes, as memórias familiares são as mulheres. Destas quatro bisavós, três eram órfãs de mãe, o que faz com que as reminiscências de suas vivências venham de um período histórico relativamente recente. Com facilidade ouvia na infância que descendíamos de grupos europeus, os quais sabemos nominar, mas, também de indígenas ou negros (de modo irônico, essa faceta vinha sempre do lado dos homens, que não falavam sobre suas origens, então essa aparece apenas como uma suposição baseada em fenótipos).

Recentemente, ao ver fotos antigas de minha família paterna, me deparei com uma imagem da mãe de minha avó, que eu sempre vi como branca, apesar de

desconhecer suas origens. Meu namorado ao ver a imagem que perguntou: quem é essa senhora indígena? Ao questionar à minha avó se minha bisavó tinha ascendência indígena, ela me respondeu algo mais ou menos assim: “[...] parece né? Sempre achei isso também, mas, ela nunca diria isso, porque teria vergonha.”. Meu pai sempre foi mais moreno que seu irmão e mãe, eu imaginava que essa era uma herança de meu avô, mas, me dei conta de que, dos meus quatro avós, apenas em uma eu encontro um discurso unicamente de ancestrais “brancos”. Achei esse fato interessante e cabível para a tese, porque, no decorrer do trabalho, abordo, inúmeras vezes, as origens indígenas desse território e nunca havia percebido esses traços em minha bisavó, até alguém de fora (meu namorado), apontar.

Nesse sentido, tomando-me como exemplo também, acredito que as identidades dos povos colonizados foram sistematicamente retiradas ao ponto de muitos de seus descendentes desconhecerem suas origens. Deste modo, como ousar falar de qualquer ascendência que, na prática, não existe mais? Essas origens culturais não foram preservadas, assim, como nenhuma das outras. Eu compreendo minha família como a de muitos brasileiros, já nascemos aqui ou estamos aqui há muitas gerações, não existe outra base identitária na qual se apegar que não a nacional e multicultural. Ao mesmo tempo, essa percepção leva a um processo de invisibilidade de outras lutas e problemas estruturais em nossa sociedade.

Essa tese vai denotar que muitos dos reflexos observados no patrimônio de hoje, vêm da permanência de laços e práticas que categorizaram pessoas em relação a sua origem. Se muitos veem o Rio Grande do Sul como um estado racista, esse aspecto irá se relacionar com sua história, mas também com a imagem que tentamos produzir sobre ela.

Uso o exemplo de minha vida e família para pensar na realidade de milhares de brasileiros que, assim como eu, não tem uma ascendência da qual possam pensar enquanto referencial. Seja por suas raízes terem sido apagadas e até hoje desvalorizadas, ou simplesmente por não terem condições de saberem sobre sua ancestralidade. Todavia, aqui entro em uma área complexa de discussão que envolve os conceitos de colorismo, multiculturalismo e racismo.

Socialmente, percebemos que há uma distinção entre pessoas por seus fenótipos e tons de pele, colorismo. Apesar de me entender enquanto mestiça, em nossa sociedade sou lida como branca, e não admitir isso também seria “tomar” o

lugar de alguém que vive preconceitos diariamente. Lélia Gonzales (1988) menciona que

Sabemos que as mulheres brancas não gostam que lhes digam que são brancas. [...] O sentimento de ser inocente está no centro da capacidade de se ver como branca e, portanto, de se proteger contra toda e qualquer responsabilidade na ordem do mundo atual. [...] Admitir ser branca, isto é, admitir que privilégios foram historicamente concedidos a essa cor - privilégios que podem ser tão banais quanto poder estar em uma loja sem ser automaticamente considerado suspeito de roubo, não precisar ouvir, sistemicamente, que o apartamento que queremos já está alugado, ser naturalmente tomada como a advogada e não sua assistente, como a médica e não auxiliar de enfermagem, como atriz e não a empregada ... -, já seria um grande passo. (p.44-45).

Uma de minhas entrevistadas mencionou algo similar, ao conversarmos sobre o racismo, ela me disse que “ninguém quer ser o vilão”. Nesse momento é fácil me ver como uma pessoa não branca e pobre, mas em algum momento foi bom para meus ancestrais serem passáveis como brancos e se apoiarem nessa origem como *modus vivendi*. Mesmo o fato de me referir a um passado humilde é algo complexo, pois, posso ter tido uma bisavó que era empregada doméstica, um avô zelador, outro pedreiro e pintor de parede, mas, em um contexto social tão desigual, posso dizer que sou extremamente privilegiada, ao passo que me apavoro com o quão mais privilegiados, muitas pessoas que conheci no meio acadêmico, são e o desconhecem.

Destaco essas reflexões que me faço constantemente, quanto minhas origens étnicas, econômicas e culturais, para tentar entender o lugar do povo brasileiro dentro da eleição e preservação de patrimônios que representariam nossas identidades. Venho dessa família que se apegou a um passado europeu para ter alguma legitimidade social, esquecendo facilmente qualquer raiz negra ou indígena. Mas, ao nos depararmos com o “outro” não somos “brancos” o bastante para “estar aqui” e nem negros o bastante para “estar lá”. Parece que preciso sempre criar formas de me orientar nas informações que absorvo do mundo para conseguir me posicionar.

Neste contexto, a decolonialidade representa mais do que um conceito abstrato, foi uma resposta a ânsias que tinha e não conseguia nomear. Demonstra a possibilidade de falar através de uma voz genuína, sem tentar fazer uso da linguagem colonializada, por mais que essa seja necessária para me comunicar e apresentar o mundo que conheço.

Uma das questões da colonialidade é o papel de condenado que nos foi dado. Ao estudar nos colégios públicos de Gravataí, por mais simples que pareça, sinto que consegui descobrir algo de mim. Compreendendo que, apesar de “estar aqui”, no ambiente acadêmico, também “sou de lá”. Sendo assim, quando menciono que “há um problema na relação memória-patrimônio de Gravataí”, não falo isso como pesquisadora, mas como parte deste contexto.

Fiz estágio no Museu Municipal Agostinho Martha, em 2013 e todos com quem eu falava desconheciam o local. Trabalhei no SESC Gravataí entre 2021 e 2022, e, mesmo estando ao lado, as pessoas não sabiam sobre a instituição museológica. Para descobrir quais bens eram tombados na cidade, tive que ir perguntar diretamente para os funcionários, pois não há sinalização, mapas ou informações sobre esses patrimônios. Em 2022 promovi a “Caminhada Cultural – Centro de Gravataí, história e cultura”, onde convidei pesquisadores para mediar visitas a pontos históricos da cidade e tive uma nova surpresa, alguns locais como o Clube Social Negro Seis de Maio e o Quilombo Manoel Barbosa, não eram conhecidos por alguns deles. Observo diariamente esse problema, vejo essa ruptura entre a memória da população e o discurso autorizado do patrimônio. Devemos considerar que

Ao iniciar uma pesquisa, o pesquisador traz para a experiência certos esquemas de interpretação. Dessa forma, sua tarefa consiste em tomar cada vez mais consciência acerca dos esquemas de interpretação das pessoas observadas e acerca de seus próprios marcos de interpretação culturalmente aprendidos, que ele levou ao campo. O investigador deve ultrapassar seus métodos e valores, admitindo outras lógicas de entender, conceber e recriar o mundo [...] (TEIS; TEIS, 2006, p.5).

A partir desta percepção, começa o trabalho de “provar”, até determinado ponto, que há fundamentos em minha impressão. Para isso me dediquei à pesquisa bibliográfica e documental, pensando que, ao descrever o contexto da cidade e quais os patrimônios são eleitos, seria possível demonstrar essa construção discursiva. No entanto, foi através das entrevistas e da pesquisa participante que pude observar mais ativamente essas questões.

Concluindo esse subtítulo destaco que o meu lugar dentro dessa pesquisa é perpassado por questões pessoais e reflexões quanto aos meus afetos e ideologias. Busquei um afastamento para observar o campo por meio da metodologia, porém, sendo, epistemicamente desobediente, reconheço que é na empatia e na busca de responder também a ânsias pessoais que reside o valor de minhas análises. Como

disse anteriormente, sou de lá, estou inserida em um contexto de desigualdade social, me vejo como uma pessoa ora marginalizada, ora privilegiada. É dentro deste “limbo” existencial que acredito que muitos outros se identifiquem. Sou uma museóloga que, em diversos momentos, não se vê nos museus, uma pesquisadora da memória e patrimônio que não compreende por qual motivo determinadas figuras e histórias são exaltadas. Uma estudiosa que não acredita na conservação distante como única resposta para a valorização do passado. Uma gaúcha que não é loira de olhos azuis¹³ e uma gravataiense que não percebe nas origens açorianas a única e mais proeminente identidade dessa população.

2.2 O conceito de patrimônio e seus desmembramentos

A fim de compreendermos o cerne da pesquisa, é necessário delimitar também algumas bases dos conceitos que serão utilizados durante toda a tese. Tendo como objeto de estudo o patrimônio, em suas diversas facetas, na cidade de Gravataí, parece-me necessário delimitar o que seriam esses desdobramentos do conceito.

Maria Cecília Londres Fonseca (2017) apresenta a perspectiva de que o patrimônio, como o concebemos atualmente, tem origens na formação dos Estados modernos, no século XVIII. A partir da Revolução Francesa e da instauração de um novo Estado, intensificam-se atos de vandalismo, sendo assim, o governo confisca bens para sua proteção, percebendo neles valor para a instrução pública, pois “[...] passaram a ter também um valor como documento da nação e se converteram em objetos de interesse não apenas cultural como também político.” (FONSECA, 2017, p.59). Deste modo, as ameaças de destruição aos bens, motivaram também a criação de medidas para sua preservação:

A construção do que chamamos patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática - o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados de uma motivação ideológica - a necessidade de ressemantizar esses bens. A ideia de um patrimônio da nação, onde todos, conforme o texto legal, homogeneiza simbolicamente esses bens heterogêneos e de diferentes procedências, que passam a ser objeto de medidas administrativas e jurídicas [...] (FONSECA, 2017, p.59).

¹³ Gosto de relatar essa questão pois, em 2012, no meu primeiro ano cursando Museologia, tive a oportunidade de ir em um encontro nacional promovido no Rio de Janeiro, durante o café, dois estudantes mineiros perguntaram para mim e uma amiga de onde éramos, respondemos que éramos gaúchas e eles afirmaram que não parecíamos porque não éramos loiras de olhos azuis.

Sendo assim, percebemos nos primórdios do conceito de patrimônio a intenção de que sua preservação servisse para a instrução, a educação e a formação da identidade de uma nação.

José Reginaldo Santos Gonçalves traz a perspectiva do patrimônio enquanto categoria de pensamento. O autor menciona que a percepção desse conceito como fruto de uma organização política e social, relacionada à formação dos estados nacionais, também está correta, mas, que seria possível transcender a imagem enraizada e perceber que “Ela não é simplesmente uma invenção moderna. [...] A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela” (GONÇALVES, 2009, p. 26)-

Ao nos referirmos ao conceito de patrimônio devemos entender esse enquanto uma dimensão da memória e da identidade construída. Posto que, o ser humano acumulou conhecimentos, desenvolveu culturas e tradições que são absorvidas pelas identidades que se desenvolvem e transmitidas através do patrimônio acumulado para as futuras gerações.

Seguindo essa linha de raciocínio: a memória presentifica o passado; a identidade se forma pelo contexto presente; o patrimônio preserva o passado, elegido pelo presente, para o futuro. Contudo, sabemos que dentro desse processo há uma série de conflitos e seleções, que poderíamos encaixar dentro de dois termos cunhados por Dominique Poulot (2009): *patrimonialidade* e *patrimonialização*.

Poulot (2009), vai cunhar o termo *patrimonialidade* baseado no conceito de *teatralidade*, que é pensado para designar aspectos essenciais da teatralização, ligados aos gestos e recursos utilizados para performar, transmitindo significados. O autor vai nos dizer que o conceito de *patrimonialidade* seria utilizado para

[...] designar a modalidade sensível de uma experiência do passado [...] encontra-se na relação íntima ou secreta de um proprietário ou de usufrutuários em diversos níveis, de especialistas ou de iniciados [...] Mais tarde, [...] a nação é que se tornou o objeto por excelência da patrimonialidade, fornecendo, por assim dizer, o quadro de interpretação de qualquer objeto do passado. (p.28).

A *patrimonialidade* estaria relacionada ao significado dos bens, o que os diferencia dos outros e os faz serem concebidos como patrimônios. Esses valores são

mutáveis, vinculam-se à memória de grupos, contextos históricos e sociais, considerando como as sociedades se relacionam com o passado.

Teresa Scheiner (2013), aborda a possibilidade da existência da *patrimoniologia*, buscando pensar outras formas de museu para além da concepção do museu tradicional, a autora vai dizer que

Perceber objeto e patrimônio com extensões do corpo humano permite pensar a finitude como característica básica do homem, mas de modo relativo: pois o humano prolonga-se no objeto, ou nos modos e formas pelas quais cultura lisa natureza, tornando-a seu patrimônio. (p. 369).

Dentro dessa lógica, poderíamos comparar o conceito de *patrimonialidade* e o de *musealidade*, considerando que:

[...] a *percepção da musealidade* pode ser identificada desde os primeiros momentos do processo de hominização, quando os grupos humanos selecionavam e retiravam fragmentos da realidade (como, por exemplo, vestígios geológicos) para sua proteção e guarda, como também, registravam em pinturas e gravuras as suas interpretações dessa mesma realidade, preservando-as, é possível identificar que o embrião dos processos de musealização foi contemporâneo ao período pré-histórico e acompanhou estes grupos humanos pelas complexas rotas de ocupação dos distintos territórios. (BRUNO, 2020, p.155-156, grifo da autora).

Sendo assim, esses conceitos estão atrelados a interação entre a humanidade e a realidade que a cerca. A *musealidade* seria, em princípio, a causa da *musealização*. O que distinguiria esse potencial do ato de musealizar são os processos, pois, mesmo que um bem tenha esse potencial de representação do real, ele não necessariamente passará pelos processos museais.

Segundo Poulot (2009), no século XIX o patrimônio “legal” surge com as constituições nacionais. A *patrimonialização*, aparece enquanto mecanismo de identificação e instituição de bens como patrimônio, processo, costumeiramente, vinculado a instâncias jurídicas, que legitima uma narrativa do passado como elemento de identidade. O autor vai dizer que a *atitude patrimonial* dependerá da assimilação do passado, conectada ao seu caráter pedagógico, e a relação de estranheza que fará com que certos bens sejam concebidos como “tesouros” a serem preservados.

Prats (1998), aponta como critérios de legitimação de bem patrimonial, a natureza, história e genialidade, todavia, o mesmo autor também vai dizer que o patrimônio é uma construção social e que

[...] ninguna invención adquiere autoridad hasta que no se legitima como construcción social y que ninguna construcción social se produce espontáneamente sin un discurso previo inventado (ya sea en sus elementos, en su composición y/o en sus significados) por el poder, por lo menos, repito, por lo que al patrimonio cultural se refiere. (p.64)¹⁴

Desta forma, poderíamos dizer que a patrimonialização vincula-se a criação de discursos sobre o passado que são legitimados pelas instâncias de poder em nossa sociedade. Segundo Jean Davallon (2014), a patrimonialização é resultado de alguns gestos: o interesse de um grupo amplo e/ou organizado; estudos sobre os bens, reconhecendo seu valor; declaração de patrimonialidade feita por grupos autorizados; acesso por parte da comunidade; heranças deixadas para as futuras gerações. Entretanto, é preciso ressaltar que:

[...] o patrimônio não deixa de ser – como havia sido desde sempre – o resultado de um processo consciente de seleção; mas, nessa perspectiva, é baseado em apreciações particulares. [...] O desafio consiste, desde então, em saber quem, na comunidade, decide o que deve ser protegido e como legitimar as escolhas adotadas. (POULOT, 2009, p. 230).

Este 'quem' apontado pelo autor também nos dá indícios das visões que são privilegiadas, assim como ter ciência sobre quais ações são adotadas nos possibilita observar de que forma lidamos e identificamos o patrimônio em nossa sociedade.

Aqui entro em outra questão interessante: se patrimônio é uma dimensão da memória, como propõe Candau (2016), essa é uma dimensão selecionada, formada por um trabalho de enquadramento da memória (Pollak, 1992). Sendo assim, há uma seleção de discursos associados ao passado, que serão legitimados e reforçados pela narrativa vigente. Mário Chagas (2002) ressalta que

¹⁴ Tradução: "[...] nenhuma invenção adquire autoridade até ser legitimada como construção social e nenhuma construção social é produzida espontaneamente sem um discurso previamente inventado (seja nos seus elementos, na sua composição e/ou nos seus significados) pelo poder, pelo menos, repito, no que diz respeito ao patrimônio cultural." (PRATS, 1998, p.64, tradução nossa).

[...] onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção de memória. Memória e poder exigem-se. O exercício do poder constitui “lugares de memória” que, por sua vez, são dotados de poder. [...] o jogo da memória e do poder está presente, e em consequência participam do jogo o esquecimento e a resistência. (p.69).

Deste modo, as seleções associadas aos processos de patrimonialização estão imersas em significados conflitantes, no quais, muitas vezes, o que não está dito pode ter um papel de ressonância ainda mais profundo, posto que representa aquilo que queremos, enquanto sociedade, esquecer.

Então esse caráter pedagógico e essa estranheza apontadas por Poulot (2009) como elementos da atitude patrimonial não são também “orgânicos”, fazem parte de uma construção. Laurajane Smith (2009), descreve um conceito que faz muito sentido dentro da análise que proponho – perceber as patrimonialidades e os discursos sobre o passado formulados na patrimonialização de bens em Gravataí – que é o ‘*Authorized Heritage Discourse*’ (AHD), ou, Discurso Autorizado do Patrimônio. A autora trabalha a ideia de que a intencionalidade por traz das iniciativas patrimoniais exclui narrativas dissonantes a fim de gerar uma imagem ‘confortável’ sobre o passado, assimilando-o a perspectiva dos grupos dominantes.

Ressaltando o fato de que estamos falando de discursos patrimoniais construídos em um país que foi colonizado e colonializado, onde diversos grupos foram e são colocados à margem de uma história e identidades oficiais, estes aspectos repercutem em nossos processos de patrimonialização. Então, se a questão patrimonial já é, por si só, imersa em conflitos, aqui, ela é também mecanismo de dominação e apagamentos. Sendo assim, não podemos ver a patrimonialização como um reflexo do interesse de uma comunidade somente.

Considerando que a patrimonialização e a patrimonialidade se encontrariam dentro da percepção, trazida por Gonçalves (2009), do patrimônio enquanto categoria do pensamento, o primeiro, teria passado por esse processo ocidental de valorização e instituído através de uma lógica de seleção forjada com a finalidade de reforçar uma memória oficial, criar uma identidade baseada na perspectiva de nação. O segundo, poderia estar mais próximo da relação construída entre seres humanos e o mundo ao redor, um patrimônio antes de existir essa palavra e conceito.

Dentro da perspectiva de que patrimônio é uma dimensão da memória (CANDAU, 2016) e que essa dimensão está imersa em um jogo de poder (CHAGAS,

2002), seria possível comparar o conceito de patrimonialidade à ideia de uma memória *in natura*, talvez sem a preocupação de servir a um discurso específico.

Sendo assim, ao longo da pesquisa eu optei por compreender a patrimonialidade como uma percepção patrimonial basilar que, assim como na musealidade, acompanha a humanidade mesmo antes de existir a chancela de patrimônio ou a instituição museu. Entendendo que a patrimonialidade pode ser uma característica de elementos que não passaram por um processo de patrimonialização, que não possuem, e, às vezes, nem mesmo necessitam, do aval legal para serem denominados patrimônios, pois são entendidos como elementos que representam ou que se almeja preservar por suas comunidades. Representando assim o “patrimônio real”, que é a ligação de grupos com os bens materiais e imateriais transmitidos de geração em geração. E não apenas a compreensão legal do patrimônio, na qual a escolha destas representações é realizada, muitas vezes de uma perspectiva vertical, por grupos atreladas as instituições do poder.

2.3 Colonialidade e Decolonialidade: um panorama conceitual

A problemática patrimonial costuma estar envolta por discussões acerca da preservação de bens e memórias herdadas, percebendo-os como formadores da identidade de um povo. Assim, os conceitos de colonialidade e decolonialidade são muito importantes para os estudos da área, sobretudo por contribuírem para a percepção da história e dos discursos produzidos sobre o passado, que refletem no presente nos países colonizados. Cabe atenção às diferentes nomenclaturas utilizadas: colonialismo; colonialidade; descolonial; decolonial; contra colonial; contra colonização.

Colonialismo é a chegada de um povo ao local de outro, no qual o primeiro impõe seu poder, costumes, identidade, explora as riquezas e recursos da colônia para benefício do colonizador (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JUNIOR, 2017). Segundo Anibal Quijano (2007), o colonialismo é mais antigo que o conceito de colonialidade, tendo o segundo, cerca de 500 anos, e “[...] no siempre, ni necesariamente, implica relaciones racistas de poder.” (p.93)¹⁵.

¹⁵ Tradução: “[...] não sempre, nem necessariamente, implica em relações racistas de poder.” (QUIJANO, 2007, p.93, tradução da autora).

O termo *colonialidade* implicaria em processo mais profundo de dominação simbólica. Maldonado-Torres (2018, p. 51) trabalha com a ideia de que a colonialidade opera nas dimensões do poder, do ser e do saber, e que:

[...] objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos, como se eles estivessem no inferno. Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado.

Essa dominação imposta aos povos colonizados não se relaciona apenas com o período da colonização, mas com as marcas deixadas. Na colonialidade do poder, há estruturas de controle dos recursos econômicos, naturais, de gênero, político etc. Na do “ser”, os sujeitos são subalternizados, levados à categoria do ‘não ser’, tendo seus corpos e características invalidados. Na do saber, as crenças, lógicas de pensamento, cultura e hábitos são colocados como primitivos, tornando-se incompatíveis com a lógica imposta pelo colonizador.

O termo *descolonial* estaria vinculado ao colonialismo, pois “[...] o termo *descolonización* é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, [...]” (SANTOS, 2018, p.3, grifo da autora). O Brasil, por exemplo, foi colônia de Portugal, o trabalho desenvolvido aqui servia para fins portugueses, era uma colônia. Tornou-se uma nação independente em 1822, representando sua descolonização. Contudo, isso não significa que passamos por um processo *decolonial*, posto que, falamos português, desenvolvemos categorizações sociais baseadas em preceitos racistas, tornamos figuras de ascendência europeia “heróis da nação”, dentre outras questões.

Percebe-se que toda a lógica de conhecimento atual é baseada em um passado, uma percepção histórica de valores e crenças que não são necessariamente nossos. Dentro do momento histórico em que ocorre a formação do conceito de estado-nação, também é formada a percepção do que designamos ‘patrimônio’.

O termo *contra colonial*, tem origem no conceito de *contra colonização*, criado por Antonio Bispo dos Santos, e surge no livro “Colonização, Quilombos: modos e significações”, publicado em 2015. Antonio, também conhecido como Nego Bispo, é quilombola, na época em que o livro foi lançado, morador do Quilombo Saco-Curtume, no Piauí.

Na publicação em questão, Santos (2015) utiliza o termo *colonização*, para se referir a “[...] todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra.” (p.48). Dentro dessa perspectiva, a *contra colonização* seria “[...] todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios”. (p.48). Em entrevista, concedida em 2019, Antonio Bispo dos Santos explica que:

As Academias inventaram o decolonialismo. Eu não sabia que isso existia, eu queria era enfrentar o colonialismo. Aí eu fui assim, bati a cara na parede e trouxe o contra-colonialismo. Mas eu não sabia que as Academias estavam discutindo o decolonial. Mas aí, foi outra consequência. Quando eu fui ver que as Academias estavam discutindo decolonial, então eu disse assim: "agora eu vou avançar no contra-colonial". Começou mesmo numa disputa de luta, mas agora é uma disputa de narrativas. Nós estamos dizendo: "o contra-colonialismo é um conceito orgânico e o decolonialismo é um conceito sintético". [...] Então os decoloniais, tipo o Boaventura Sousa Santos e sua companhia, saem lá de Portugal e vem dizer para os indígenas: "ô indígena, vocês estão sendo colonizados. O saber de vocês está sendo saqueado". Vai adiantar para quê? Os indígenas sabem disso. Eu quero que ele enfrente lá é o povo dele, os filhos dele, os tios dele, os primos dele, os pais dele que estão sacaneando com a gente. Por que ele não enfrenta o povo dele? Ele tem que ficar é lá. Ele está fazendo a coisa certa no lugar errado. Ele tem que abrir mão da herança colonial que ele tem. Por que ele não abre mão? Porque os filhos dele vão herdar todos os privilégios coloniais [...] O nosso livro, que não é um livro, na verdade, é uma relatoria dos saberes contra colonialistas. O nosso livro tem essa função. (SANTOS, 2019, p. 79).

O que percebo é que o pensamento contra colonial vai em oposição a toda uma cosmologia do saber, onde também me incluo, sendo estudante universitária, uma pessoa lida como branca, estando inserida em um contexto que é fruto da colonialidade. Em virtude de tais circunstâncias, nesse momento, me alicerço em perspectivas decoloniais, compreendendo a patrimonialidade enquanto alternativa à patrimonialização que se baseia em contornos colonializados para realizar a seleção de patrimônios. Saliento que as perspectivas, decolonial, contra colonial e contra colonização, têm em comum a busca por uma redescoberta de saberes, de visões de mundo, uma tentativa de compreender uma autenticidade da qual – nós, povos colonizados e colonializados – fomos apartados.

Todavia, se eu entendo a patrimonialização como fruto da colonialidade, me questiono até que ponto o que estou propondo não seria uma perspectiva de contra

patrimonialização. Entendendo a patrimonialidade como um conceito fluido, mutável e vivo, o que foge das dicotomias.

Gilbert Durand (2004, p. 06) comenta que o imaginário seria “o ‘museu’ (...) de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas”. Segundo Pitta (1995), para esse autor, existiriam duas intenções fundamentais que são base para a organização das imagens, seriam elas *imagens diurnas* (oposições, como o bem e o mal) e *imagens noturnas* (complementares). Dentro do segundo grupo, ousa dizer, estaria o conceito de patrimônio, uma vez que dá vida e mata, preserva e retira da dinâmica social.

Mirce Eliade (1992), ao distinguir o tempo profano e sagrado, comenta que o primeiro se vincula ao cotidiano, ao tempo linear, passado, presente e futuro. Enquanto o segundo, o tempo sagrado, é reatualizado. Festas e celebrações permitiriam que a experimentação do tempo sagrado, saindo do tempo histórico, onde corremos o risco do esquecimento. Sendo assim, seria possível “parar” o tempo histórico por meio dos ritos que ligam o homem ao sagrado.

Dentro dessa perspectiva, ao patrimonializar ou musealizar um bem, se estaria retirando-o do “tempo profano” e colocando-o, enquanto símbolo da existência humana finita, no patamar de “sagrado”. A visita aos museus ou a valoração de algo por meio da alcunha de patrimônio se encarregariam da reatualização e reafirmação de sua importância para a memória e identidade das sociedades que representam.

Esse “tempo dos deuses” também poderia se relacionar à morte, pois a existência humana pressupõe um fim, e a patrimonialização/musealização, na ânsia de preservar, muitas vezes “mata a vida” e as dinâmicas do local. Nego Bispo (2015), ao realizar um comparativo entre as matrizes culturais religiosas dos colonizadores e, segundo temos do autor, contra colonizadores, menciona que “[...] faz-se por bem entendermos que as populações desenvolvem sua cosmovisão a partir da sua religiosidade e é a partir dessa cosmovisão que constroem as suas várias maneiras de viver, ver e sentir a vida.” (p.38). Segundo o autor:

O povo eurocristão monoteísta, por ter um Deus onipotente, onisciente e onipresente, portanto único, inatingível, desterritorializado, acima de tudo e de todos, tende a se organizar de maneira exclusivista, vertical e/ou linear. [...] Por esse Deus ser masculino, também tendem a desenvolver sociedades mais homogêneas e patriarcais. Como acreditam em um Deus que não pode ser visto materialmente, se apegam muito em monismos objetivos e abstratos. (BISPO, 2015, p. 38-39).

Ao entendermos que essas percepções cosmológicas também estão ligadas a criação de imagens e a percepção da patrimonialização enquanto a transcendência de um bem ao “tempo sagrado”, observamos que a matriz cultural da colonialidade, ou do colonizador, apresenta “imagens diurnas”, dicotômicas. O que interfere na relação de nossa sociedade com o patrimônio, pois, antes dessa alcunha, as materialidades, por exemplo, inserem-se nas dinâmicas sociais, ao passo que, com seu reconhecimento patrimonial ocasiona-se o afastamento do toque e uso diário. Seguindo essa lógica colonializada de pensamento, não é à toa que trabalhamos a dualidade da materialidade e imaterialidade de bens, assim como a inserção de uma perspectiva intangível ainda é algo incipiente. Por outro lado, Bispo menciona que:

[...] povos pagãos politeístas que cultuam várias deusas e deuses pluripotentes, pluricientes e pluripresentes, materializados através dos elementos da natureza que formam o universo, é dizer, por terem deusas e deuses territorializados, tendem a se organizar de forma circular e/ou horizontal, porque conseguem olhar para as suas deusas e deuses em todas as direções. Por terem deusas e deuses tendem a construir comunidades heterogêneas, onde o matriarcado e/ou patriarcado se desenvolvem de acordo com os contextos históricos. Por verem as suas deusas e deuses at elementos da natureza como, por exemplo, a água, a terra, o fogo outros elementos que formam o universo, apegam-se à plurismos subjetivos e concretos. (BISPO, 2015, p.39).

Percebo que a materialidade e territorialidade presentes nas dinâmicas sociais, nas percepções religiosas, seriam “imagens noturnas”, que complementam ao invés de distinguir o material e imaterial. Aqui identifico a patrimonialidade que, mesmo sendo inserida em uma lógica de patrimônio colonizadora, abarca a essência dos bens, posto que, não necessita de uma chancela para continuar a existir.

2.4 Metodologia

O desafio desta pesquisa era identificar temáticas emergentes e memórias dissonantes que pudessem contribuir para a narrativa patrimonial. Estando tão imersa no universo pesquisado necessitei fazer um esforço de afastamento. Jovchelovitch (2008) comenta sobre a relação entre os saberes do eu e do outro:

O distanciamento é necessário precisamente porque o entendimento de nossos próprios vieses, preconceitos e projetos pode contribuir para uma melhor aproximação. Sem a capacidade de retroceder e se distanciar da

situação, a própria atividade de ouvir fica comprometida. Se os pesquisadores estiverem muito envolvidos no campo ou na luta por interesses próprios eles encontrarão dificuldades para manter a escuta sem atuar suas próprias preocupações. O manejo da tensão entre distanciamento e participação no campo é central para a eficácia de intervenções de pesquisa, ao objetivo de produzir reflexão crítica e a ampliação dos parâmetros de todos os saberes vinculados ao processo. (p.286-287).

Nesse sentido busquei um processo metodológico que trouxesse dados para embasar minhas análises. Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2003), ressaltam que existem diversos tipos de conhecimento. O popular seria “[...] transmitido de geração para geração por meio da educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal” (p.75). Já o conhecimento científico seria “[...] transmitido por intermédio de treinamento apropriado [...] Visa explicar “por que” e “como” os fenômenos ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos que estão correlacionados [...] (p.75). Além destas duas tipologias, as autoras também mencionam o conhecimento filosófico e religioso.

Compreendendo que, nossas pesquisas trazem um pouco de nós, me vejo, rodeada por essas quatro tipologias. Uma vez que “sou de lá”, estou atravessada pelo local pesquisado em meus afetos e memórias, tenho minhas percepções alteradas por isso, também possuo minhas próprias ideologias e crenças, que me fazem valorar determinados aspectos em detrimento de outros. Porém, uma vez que “estou aqui”, no meio acadêmico, faço uso de métodos científicos e reflexões filosóficas para responder questionamentos pessoais. O que utilizo então são métodos, e compreendendo que esses são

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo -conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.83).

O método de abordagem seria hipotético dedutivo, “[...] que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese; [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.106). O método de procedimentos por sua vez, mescla elementos de uma abordagem histórica, que “[...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje [...]” ((MARCONI; LAKATOS, 2003, p.

105); estatística, a medida em que reduz “[...] fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.” ((MARCONI; LAKATOS, 2003, p.108); estruturalista, pois

[...] parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se a seguir ao nível do abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo retomando por fim ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social. [...] o método estruturalista caminha do concreto para o abstrato e vice-versa, dispondo, na segunda etapa, de um modelo para analisar a realidade concreta dos diversos fenômenos. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.111).

Para o levantamento de dados fiz uso da coleta documental, observação, entrevistas, através de documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) e direta (pesquisa de campo, entrevistas e observação participante).

As técnicas de observação direta intensiva, por meio de pesquisa participante e entrevistas, foram fundamentais para a análise. A fim de explicar esses processos na pesquisa, vou citá-los separadamente.

A *coleta documental* percorre todo o processo de produção da tese, vai desde textos acadêmicos, com conceitos a serem esmiuçados e operacionalizados nesse processo, até a obtenção de informações por meio de reportagens ou entrevistas veiculadas em redes sociais.

A *observação* é um método fundamental para esse processo de análise, perpassando toda a construção da tese. Marconi e Lakatos (2003), explicam que a observação participante

Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste. [...]. O observador participante enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais, e pelo choque do quadro de referência entre observador e observado. O objetivo inicial seria ganhar a confiança do grupo, fazer os indivíduos compreenderem a importância da investigação, sem ocultar o seu objetivo ou sua missão, mas, em certas circunstâncias, há mais vantagem no anonimato. Em geral, são apontadas duas formas de observação participante: a) Natural. O observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga. b) Artificial. O observador

integra-se ao grupo com a finalidade de obter informações. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 194).

Podemos dizer que as duas formas de observação participante são utilizadas neste caso. Pois, faço parte da cidade, “sou de lá”, mas também me inseri em dinâmicas específicas, como o Conselho Municipal de Política Cultural, com o objetivo de obter informações sobre as relações criadas dentro desse processo de gestão cultural, além de participar e contribuir com a comunidade.

Nesse sentido, a análise de conteúdo permeia toda a pesquisa e, a partir dela, dei início ao processo de *entrevistas*. Para Laurence Bardin (1977) “A análise de conteúdo é *um conjunto de técnicas de análise das comunicações*” (BARDIN, 1977, p.31, grifo do autor), difere da linguística pois “A linguística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis.” (BARDIN, 1977, p.43).

A *análise de conteúdo* (AC) seria

[...] uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. Na AC o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682).

Ela pode ser mutável e adaptada a diferentes casos, trabalha com a criação de categorias, para a codificação dos dados, considerando que:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 1977, p.117).

A AC analisa a comunicação visando compreender os processos de produção da mensagem. Ela consiste em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação. Na primeira, *pré-análise*, delimita a temática, o universo pesquisado. Poderíamos inserir a coleta documental e a observação dentro desta etapa. A segunda refere-se à *exploração do*

material, pode ser considerada uma “[...] fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas [...]” (BARDIN, 1977, p.101). Por fim, *o tratamento dos resultados, interferência e interpretação*, na qual se pode “[...] propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.” (BARDIN, 1977, p.101).

Na tentativa de identificar temas emergentes no cenário cultural de Gravataí tentei classificar as temáticas apresentadas nos projetos realizados em esfera municipal, em ocasião da Lei Aldir Blanc (LAB), em 2020. Processo que movimentou o cenário cultural da cidade. A lei em questão foi criada em caráter emergencial para fomentar o setor cultural, fortemente abalado economicamente em decorrência da pandemia e a cidade desenvolveu editais próprios com tal verba.

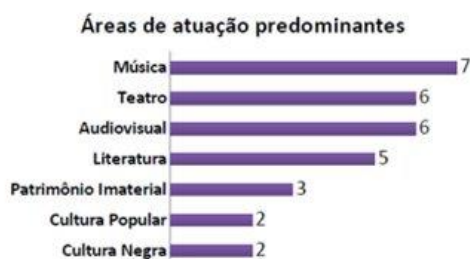
Os recursos da LAB, em esfera municipal, foram aplicados em três linhas: uma bolsa auxílio para trabalhadores que interromperam as atividades devido a pandemia; recursos para espaços culturais; editais para prêmios e projetos. Trato, especificamente, de dados levantados a partir dos 72 (setenta e dois) projetos aprovados dos editais “Prêmio Ocupação de Territórios” e “Saberes e Fazeres Culturais”, posto que se destinavam ao desenvolvimento de ações culturais na cidade, entre dezembro de 2020 e outubro de 2021.

Parto do pressuposto de que analisar quais ações são adotadas possibilitaria observar, mesmo que de modo parcial, a forma como essa sociedade lida e identifica o patrimônio. Apresento, assim, um material com um rico potencial para pesquisa. Vale reforçar que, no período em questão, o Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC), que auxiliou no processo de aplicação da lei, se segmentava em: Setorial de Artes Visuais; Setorial de Tradicionalismo; Setorial de Música; Setorial de Teatro; Setorial de Literatura; Setorial de Cultura Afro; Setorial de Folclore. Não havendo nenhuma setorial que tratasse especificamente da temática patrimonial.

Os dados oficiais apresentados em relatório disponibilizado pelo site da Prefeitura de Gravataí ([2021?]), mostravam as seguintes informações:

Tabela 1 - Dados oficiais Edital 010/2020

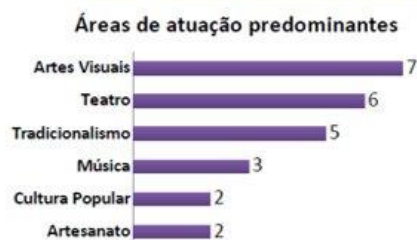
EDITAL 010/2020 – Saberes e Fazeres Culturais					
Objeto	Total aplicado no Edital	Categorias	Linhas de Recursos	Inscritos	Contemplados
Selecionar e fomentar projetos artístico-culturais, abrangendo a pluralidade de áreas/linguagens.	R\$ 870.000,00 R\$ 1.075.000,00	Saberes	R\$ 15.000,00	1	1
			R\$ 20.000,00	9	9
		Fazeres	R\$ 20.000,00	12	12
			R\$ 40.000,00	35	16
		TOTAL		57	38



Fonte: GRAVATAÍ ([2021?]).

Tabela 2 - Dados oficiais Edital 011/2020

EDITAL 011/2020 – Prêmio Ocupação de Territórios					
Objeto	Total aplicado no Edital	Categorias	Linhas de recursos	Inscritos	Contemplados
Selecionar e premiar projetos artístico-culturais, com Ocupações do Quiosque da Cultura e de Outros Territórios, abrangendo a pluralidade de áreas/linguagens.	R\$ 210.000,00 R\$ 206.500,00	Quiosque da Cultura	R\$ 7.000,00	34	25
		Outros Territórios (incluindo virtuais)	R\$ 3.500,00	9	9
		TOTAL		43	34



Fonte: GRAVATAÍ ([2021?]).

Essas informações não me diziam muito sobre os projetos apresentados, apesar, de demonstrar o teatro, as artes visuais e a música como principais

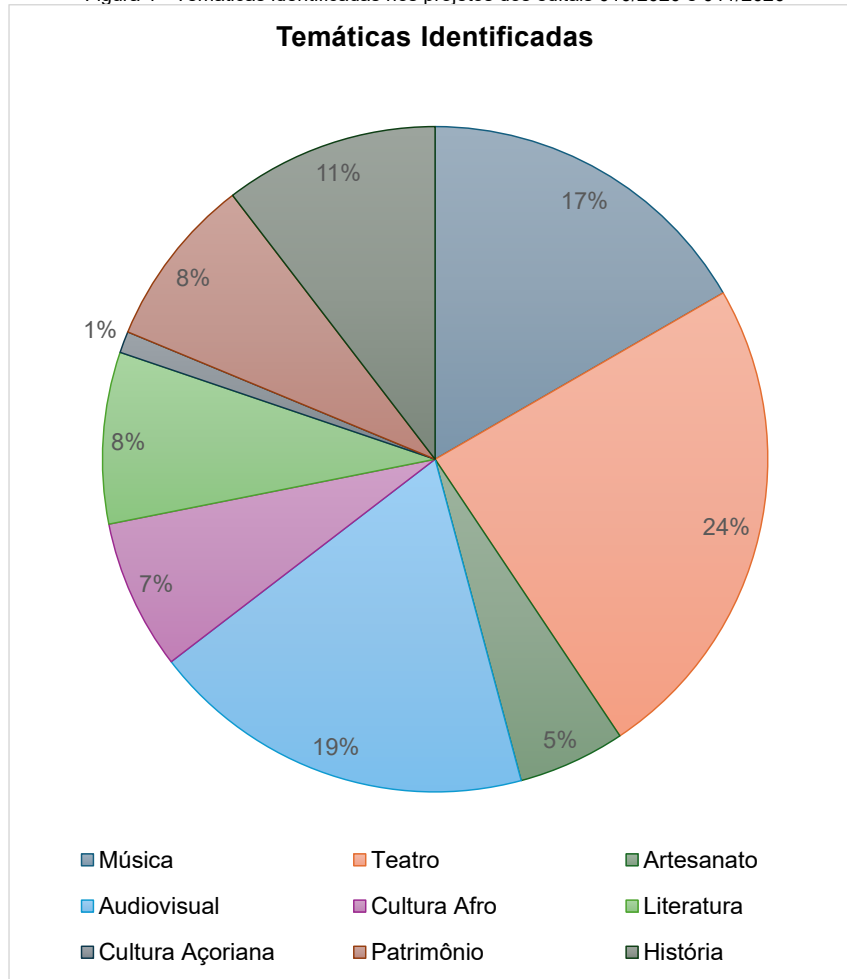
norteadores dos projetos. Deste modo, realizei a minha própria categorização, buscando informações sobre cada projeto, agrupei os selecionados dos dois editais e cheguei aos seguintes dados sobre as temáticas dos projetos selecionados: Teatro - 19% (23 projetos); Audiovisual – 15% (18 projetos); Música - 13% (16 projetos); Artes Visuais – 10% (12 projetos); História – 8% (10 projetos); Patrimônio – 6% (8 projetos); Literatura – 6% (8 projetos); Tradicionalismo – 6% (7 projetos); Cultura Afro – 6% (7 projetos); Cultura Nerd/Pop – 5% (6 projetos); Artesanato – 4% (5 projetos); Feminismo – 1% (2 projetos); Cultura Açoriana – 1% (1 projetos); Religiosidade – 1% (1 projetos).

Quadro 1 - Temáticas identificadas nos projetos culturais aprovados pela LAB 2020

TEMÁTICAS IDENTIFICADAS	
Música	16
Teatro	23
Artesanato	5
Audiovisual	18
Cultura Afro	7
Literatura	8
Cultura Açoriana	1
Patrimônio	8
História	10
Artes Visuais	12
Tradicionalismo	7
Cultura Nerd/Pop	6
Feminismo	2
Religiosidade	1

Fonte: Dados de GRAVATAI ([2021?]), adaptados por Helena Thomassim Medeiros (2023).

Figura 1 - Temáticas identificadas nos projetos dos editais 010/2020 e 011/2020



Fonte: Dados de GRAVATAÍ ([2021?]), adaptados por Helena Thomassim Medeiros (2023).

Após identificar as temáticas que norteavam esses projetos, de modo geral, realizei a seleção daqueles que se enquadrariam dentro da categoria “História” e “Patrimônio”, nos quais estavam inseridos os seguintes trabalhos: Olhos de Anastácia: Conexões Quilombolas; Rota dos Quilombos; Projeto Cidade Histórica: E-book; Chama Crioula – CTG Aldeia dos Anjos; O Teatro em Gravataí: cenas registros e histórias; Do Índio ao padroeiro - Gravataí, o bairro Barnabé, e a Paróquia Nossa Senhora das Graças em 80 anos; SPMG: uma história de luta; Exposição Virtual

Conhecendo o Rio Gravataí – entre olhares e sons; Resgate Cultural Semana Farroupilha; Projeto Cidade Histórica: Aplicativo.

Separei os projetos em cinco temáticas: a cidade; cultura afro; tradicionalismo; teatro; sindicalismo. A partir desse afunilamento obtive os seguintes resultados:

Quadro 2 - Projetos de história e patrimônio da LAB 2020

PROJETOS DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO	
Cidade	4
Cultura Afro	2
Tradicionalismo	2
Teatro	1
Sindicalismo	1

Fonte: Dados de GRAVATAÍ ([2021?]), adaptados por Helena Thomassim Medeiros (2023).

Figura 2 - Projetos identificados na temática História e Patrimônio



Fonte: Dados de GRAVATAÍ ([2021?]), adaptados por Helena Thomassim Medeiros (2023).

Dentro dos temas de todos os projetos, apenas 7% (sete por cento) abordavam a temática negra, mas, ao recortarmos apenas projetos sobre história e patrimônio o número subia para 20% (vinte por cento). Esse resultado pode parecer baixo, mas

dentro de um universo patrimonial em que a memória negra não é ao menos mencionada, encontrar esse percentual nos projetos chamou a atenção, ainda mais por esse não ser um tema abordado quando falamos sobre o patrimônio e a história gravataiense. Através da metodologia de observação e da realização de algumas entrevistas com agentes culturais municipais, identifica-se essa temática como socialmente importante.

A partir destas primeiras percepções direciono meu olhar para identificar patrimonialidades vinculadas à herança negra da cidade. Ao procurar manter um distanciamento, busquei, intencionalmente, um posicionamento oficial sobre as políticas patrimoniais da cidade, tanto por meio da pesquisa documental, em leis, reportagens, quanto nas falas que me foram cedidas. Posto que

O grande desafio nesses casos é saber trabalhar o envolvimento e subjetividade, mantendo necessário distanciamento que requer um trabalho científico. Uma das formas de lidar com esta questão tem sido o estranhamento, um esforço sistemático de análise de uma situação familiar como se fosse estranho. Trata-se de saber lidar com percepções e opiniões já formadas, reconstruindo-as em novas bases, levando em conta, sim, as experiências pessoais, mas filtrando-as com apoio do referencial teórico e de procedimentos metodológicos específicos, como, por exemplo, a triangulação. Ou seja, além de utilizar observação em campo, realizada através da elaboração de notas que vão levar à possível construção de diários, pode-se fazer uso de entrevistas, questionários, gravações em áudio e vídeo, etc., sempre na tentativa de triangular os dados para a análise. Além disso, o pesquisador pode buscar, ainda, uma diversidade de sujeitos e diferentes perspectivas de interpretação de dados. (TEIS; TEIS, 2006, p. 5 - 6)

Deste modo, meu primeiro entrevistado foi o ex-vereador e conselheiro indicado pelo governo no Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Gravataí (CMPTG), Airton Leal. O intuito da entrevista, realizada em 08 de novembro de 2022, era o de compreender o papel deste Conselho na cidade e a percepção das religiões de matriz africana enquanto um patrimônio e elemento identitário. Nessa ocasião o entrevistado me disponibilizou o contato de Jairton Camisolão Silva da Silva, que atuava junto ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPRIR).

Ainda na tentativa de entender o discurso oficial construído sobre o patrimônio municipal, realizei, em 23 de novembro de 2022 e em 24 de abril de 2023, entrevistas com a única historiadora responsável pelo Museu e Arquivo Histórico Municipal, Maria Inês Guilloux Leal, que era membro do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural da cidade. Devo acrescentar que, em 2022, também tentei entrevistar o ex-

coordenador do Museu, um cargo de comissão, que me sugeriu fazer entrevista apenas com a funcionária Maria Inês, pois ela teria todas as informações que eu necessitasse. De fato, ela é uma das poucas pessoas da cidade que conhece intimamente o processo de patrimonialização, o que foi feito ou não. Além de possuir um grande conhecimento sobre a história da cidade, ela também era a responsável pelo circuito cultural. Minhas entrevistas com Maria Inês foram extremamente informativas, posto que possibilitam compreender como foram organizados o Museu Municipal Agostinho Martha e a percepção de patrimônio vigente no município.

Dando conta de um discurso oficial, já explorado, mesmo que brevemente, por algumas bibliografias, busquei entrevistados que pudessem sanar dúvidas em relação à presença negra na cidade. Carmem Lucia dos Santos, presidente da Associação de Moradores do Quilombo Manoel Barbosa, foi a terceira entrevistada, em 29 de novembro de 2022. Seu contato me foi cedido pelo diretor do projeto “Conexões Quilombolas”, que culminou no documentário “Olhos de Anastácia”, Jhonatan Gomes. A senhora Carmem é uma “guardiã de memórias”, compreendendo que

Ser guardiã de memórias é aceitar e construir o posicionamento de ser narradora privilegiada das histórias de família, onde a prática de narrar é acompanhada, transformada e reforçada pela coleção de objetos múltiplos [...]” (CAIXETA, 2006, p.12).

Carmem constantemente é procurada para falar sobre suas origens e a história deste Quilombo. Além de me transmitir diversas informações, possui um posicionamento crítico em relação à falta de reconhecimento e inserção das temáticas negras no município. Ela também auxiliou a pesquisa pois, no decorrer de sua fala mencionou o relatório realizado em parceria com a UFRGS para o INCRA. A partir dessa informação consegui uma cópia do documento com a UFPel, dentro de um acervo disponibilizado por e-mail. Com esses dados, fui capaz de encontrar diversos trabalhos sobre a temática negra no território de Gravataí. Esses documentos foram fundamentais para essa tese, pois forneceram indicadores bem diferentes do que eu havia tido contato anteriormente, reforçando a hipótese de que a herança negra é uma lacuna alimentada pelo discurso oficial do patrimônio em Gravataí.

Em 2022, houve um fenômeno muito interessante no município: novos patrimônios foram eleitos. Todavia, não passaram pelos mesmos processos que bens patrimonializados haviam passado até então, pesquisas preliminares realizadas pelos

funcionários do Museu, identificação de patrimonialidade, relatórios sobre os bens e pedido de patrimonialização. Esses bens foram selecionados diretamente pelo Poder Legislativo, representado pela Câmara de Vereadores, sem o conhecimento prévio do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, como está previsto em lei.

Sendo assim, entrevistei a servidora Izabel Cristina da Silveira, na época, coordenadora do Departamento de Artes Cênicas da SMCEL, em 29 de dezembro de 2022, posto que um dos bens patrimonializados é o Festival de Teatro de Gravataí (FETEG), coordenado pela funcionária. A entrevista não sanou as dúvidas em relação à eleição de patrimônios de forma irregular, posto que a mesma funcionária não tinha conhecimento do teor complexo da lei nesse quesito. Mas, resultou em um diálogo interessante sobre a percepção do teatro na cidade enquanto uma atividade de grande procura e ressonância. Dados que entram em consonância com o que pode ser identificado pelos projetos realizados através da Lei Aldir Blanc, em 2020.

Jairton Camisolão Silva da Silva, mencionado anteriormente, foi indicado por Airton Leal, enquanto um servidor municipal que poderia me auxiliar em relação a temática da presença negra em Gravataí. Em virtude de agendas, a entrevista com Jairton ocorreu em 02 de janeiro de 2023. Na ocasião, o entrevistado convidou também Ana Müller e Kátia Adriane Rodrigues Ferreira, ambas funcionárias do município, para participarem de sua fala.

Jairton é jornalista e, na ocasião, atuava como cargo comissionado e membro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPRIR) e do Comitê de Saúde da População Negra. Ana Muller, é jornalista vinculada a Prefeitura e atuava com Jairton e Kátia, no Comitê em questão. Kátia Adriane Rodrigues Ferreira também é psicóloga, trabalha no município com a atendimento à população negra no Centro de Atenção Psicossocial.

A entrevista com os três foi extremamente enriquecedora para a pesquisa, pois demonstraram como vem se estruturando o reconhecimento das narrativas negras na cidade. A atuação destes entrevistados associa-se muito ao Quilombo Manoel Barbosa e denota que há um processo de acompanhamento dessa comunidade, ainda que não seja compreendida enquanto um espaço patrimonial com todas as suas atribuições.

Na ocasião, Kátia, fez diversas contribuições levantando questões sobre o Beco dos Catutas, que eu, até então, não havia pensado dentro de uma perspectiva

de mapeamento. Ela também mencionou questões vinculadas ao racismo estrutural e à criação de cotas raciais nos cargos municipais.

Através da coleta documental observei um projeto muito interessante para a preservação de bens patrimoniais da cidade. Caso tivesse sido aprovada pela Câmara de Vereadores, ele iria sanar algumas das irregularidades que vem sendo observadas na temática patrimonial, além de proteger os espaços culturais de serem desmantelados pelo poder público. Todavia, me intrigou o fato de que um documento tão rico havia sido descartado, desta forma, busquei contato com o vereador Thiago De Leon (PDT), que propôs o projeto de lei que criaria um programa de proteção ao patrimônio, para falar sobre esse documento. A entrevista com o vereador ocorreu em 17 de abril de 2023, e corroborou com algumas de minhas percepções quanto à estruturação da gestão cultural da cidade, trazendo também inquietações sobre essa temática.

Em 24 de abril de 2023, realizei mais uma entrevista com a servidora Maria Inês Guilloux Leal, que se aposentou no final daquele ano. No dia em questão tive a sorte de encontrar a senhora Suzana Christ Maeski, que atuou no Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca durante muitos anos e está aposentada. Pude observar que ainda há muito sobre Gravataí que eu não conheço.

A entrevista seguinte foi feita em 11 de junho de 2024, com Isab-El Cristina Soares, professora formada em Letras e Literatura, servidora municipal aposentada. Ela trabalhou na FUNDARC, no Museu Municipal Agostinho Martha e atuou na antiga Associação Literária de Gravataí (ALG) criada oficialmente em 1994, que auxiliou em processos importantes como a ocupação do Quiosque da Cultura, do Cineteatro, do Casarão dos Fonseca e em ações em prol do Museu, que sofreu um incêndio em 1997. Isab-El atua com coletivos de literatura na cidade e em ações ligadas ao patrimônio, além de ser conselheira do CMPC desde 2024.

Em relação aos processos de tombamento com origem na Câmara de Vereadores, segui buscando entrevistas com os políticos que propuseram e aprovaram novos processos de patrimonialização em Gravataí. Desta forma, em 13 de junho de 2024 entrevistei o vereador Cláudio Ávila (União Brasil), proponente da lei de patrimonialização dos “dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana”. No mesmo ano também realizei uma entrevista virtual com o vereador Demétrio Tafras (Cidadania), proponente das leis de patrimonialização do Terno de Reis e FETEG, em 21 de junho de 2024. Apenas um

dos três vereadores com leis de patrimonialização aprovadas, que contatei, não retornou ao meu contato, mas há ainda um quarto vereador com o qual eu não busquei contato por estar acompanhando de perto as sessões da Câmara e ações do CMPC, sendo assim, não havia dúvidas em relação a lei que ele aprovou. As demais leis de patrimonialização tiveram origem no Gabinete do Prefeito, a partir de um processo de denúncias e ações de pedidos de informação no qual eu estive envolvida durante meu período como conselheira.

Por meio de minha pesquisa participante e ousou dizer ativismo cultural¹⁶ na cidade, conheci a professora Célia Silva Jachemet, o que me possibilitou a realização de uma entrevista em 10 de julho de 2024. A professora em questão é formada em Letras e Literatura, doutora em História e tem um extenso trabalho de pesquisa em Gravataí. Esteve envolvida nos primórdios do Museu Municipal, fez parte da SMED durante o período em que eram organizados os eventos do “Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataíense”, atua na CAERGS e sua tese focou-se justamente nesta “retomada” do sentimento de açorianidade em Gravataí.

A última entrevista que realizei ocorreu em 19 de dezembro de 2024, ocasião na qual conversei com o vereador Paulo Silveira (PSB), que esteve na Câmara em três mandatos consecutivos, entre 2013 e 2024, tendo vivenciado o processo de desmantelamento das políticas culturais de Gravataí. Meu interesse em conversar com o político também se deu em virtude de seu papel decisivo para as recentes ações de revitalização¹⁷ do Casarão dos Bina e da divulgação do projeto de restauração do Museu Municipal, anunciado em 2024. Posto que, em março de 2023 o vereador divulgou vídeos em suas redes sociais que denunciavam a deterioração destes patrimônios, além de fazer pedidos de informações ao poder público e utilizar os documentos que foram desenvolvidos ao longo de minha atuação no CMPC para comprovar que não havia andamento nos processos, mesmo que todos já soubessem da necessidade de medidas urgentes para a preservação dos bens.

¹⁶ O termo “ativismo” refere-se à realização de ações, orientadas ideológica e politicamente, que buscam a transformação de determinados cenários, podendo ser consideradas transgressoras. Em relação ao “ativismo cultural” aqui pontuado, refiro-me as atividades nas quais estou envolvida dentro do cenário cultural – sejam elas relacionadas a criação de exposições, projetos, eventos, webinários, livros – e que buscam, direta ou indiretamente, questionar as narrativas que são criadas em relação ao passado e identidade de Gravataí.

¹⁷ Na Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, entramos diversas vezes em contato com o poder público para ter maiores informações sobre as obras no Casarão dos Bina, que ocorreram entre 2023 e 2024. Todavia, considerando que nunca tivemos acesso aos documentos e relatórios, preferi utilizar o termo “revitalização”, pois não sei se ocorreu apenas uma reforma ou uma restauração da estrutura histórica, com técnicas específicas e profissionais capacitados.

Acrescento às questões apresentadas nesse subtítulo, uma breve explanação sobre a *análise do discurso* (AD), que difere da análise de conteúdo (AC), ao trabalhar questões vinculadas à história e à psicologia, buscando compreender o não dito através do que é dito. Abarcaria o contexto sócio-histórico-ideológico do que se quer analisar. Em minha pesquisa tento apresentar os dados reunidos sobre Gravataí, o processo de patrimonialização instituído e as patrimonialidades identificadas à contextualização necessária para seu questionamento, percebendo que

As estruturas narrativas convertem-se em discurso quando assumidas pelo sujeito da enunciação: ele faz uma série de "escolhas", de pessoa, de espaço, de tempo e de figuras, contando a história a partir de um determinado "ponto de vista". A narrativa é, assim, "enriquecida" com essas opções do sujeito da enunciação. (GREGOLIN, 1995, p. 16)

Nessa perspectiva, o enunciador não deixa de ser o poder público e as escolhas realizadas tanto por agentes culturais vinculados à esfera municipal enquanto funcionários ou não. O discurso autorizado do patrimônio passa por instâncias de poder e não haveria forma de realizar essa análise se não imergisse nesse contexto social, histórico e, porque não dizer, ideológico. Tanto os fatos narrados por esse trabalho quanto meu posicionamento em relação a eles, denotam ideologias, tensões e disputas ainda em movimento.

A AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando "pistas" do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680-681)

Essa memória coletiva, é construída diariamente, reforçada por apagamentos e silenciamentos. Segundo Caregnato e Mutti (2006),

A AD não vai trabalhar com a forma e o conteúdo, mas irá buscar os efeitos de sentido que se pode apreender mediante interpretação. Nunca esquecer que a interpretação sempre é passível de equívoco, pois embora a interpretação pareça ser clara, na realidade existem muitas e diferentes definições, sendo que os sentidos não são tão evidentes como parecem ser. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.682).

Desta forma, voltamos ao ponto que tem sido foco da discussão desse capítulo: há uma intencionalidade na criação de discursos, tanto os meus enquanto pesquisador que “sou de lá”, quanto nos que analiso. Posso dizer que todo esse processo metodológico, desde a coleta de documentos, a análise de conteúdo, as entrevistas, a observação participante e tudo o que foi escrito até o momento está impregnado pela análise desse discurso e suas discrepâncias.

Portanto, para conseguir analisar a cidade precisei atuar ativamente em seu cenário cultural, ao ponto que tais ações me envolveram emocionalmente e exaustivamente. Algo que foi uma escolha metodológica, mas também pessoal, visto que os problemas que aponto em Gravataí são comuns a muitos outros locais, então, pensando na ideia de desordem absoluta – citada por Frantz Fanon (1968) e Françoise Vergès (2023), - apontada como fundamental para o processo decolonial, tendo em vista que:

[...] as lutas cotidianas pela liberdade e pela dignidade, contra o extrativismo e a guerra permanente, mostram que não há um dia sequer que protestos, manifestações e criação de refúgios e santuários, em diferentes lugares, não desafiem a ordem do mundo. A decolonização consiste em criar condições da abolição necessária desse mundo. (VERGÈS, 2023, p. 20-21).

Não seria possível apenas realizar uma pesquisa acadêmica, distante da realidade estudada e que não tentasse modificá-la também. Por esse motivo optei por escrever um capítulo inteiro destinado a apresentar as ações em que estive envolvida, tanto por meio do CMPC, quando como agente cultural, que é o capítulo “7 Contrapondo o discurso oficial”, no qual retomo a pesquisa participante, após explicar de forma mais extensa aspectos como a contextualização histórica e de patrimonialização de Gravataí. Também utilizo essas experiências para descrever alguns momentos que vivi em relação à processos mais recentes de patrimonialização e construção de discursos, demonstrando que meu envolvimento permeia toda a construção dessa tese.

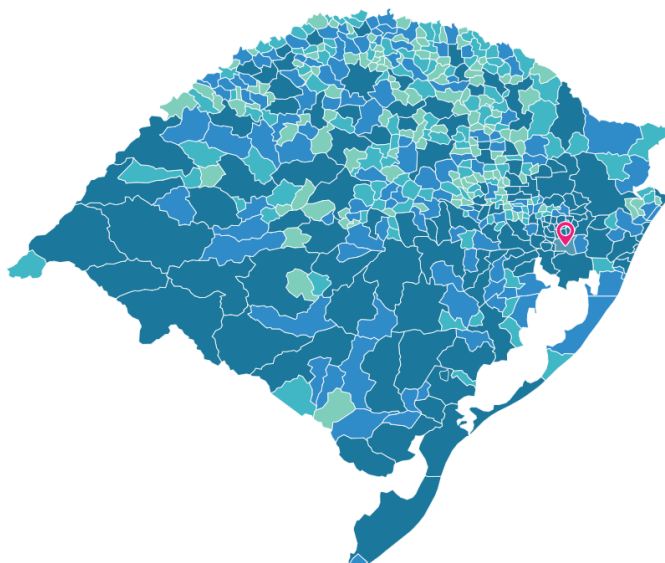
3 CONHECENDO GRAVATAÍ

Gravataí é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), capital do estado do Rio Grande do Sul. O local era o distrito Nossa Senhora dos Anjos d'Aldeia subordinado à Porto Alegre desde 1795. Em 1880, o município se emancipou, desde então, seu território foi novamente dividido com os processos de emancipação de Canoas (1939), Cachoeirinha (1965) e Glorinha (1988). Abaixo coloco o mapa do estado com a sinalização de onde está localizada a região e uma ilustração, realizada para o livro “Gravataí: entre anjos e gravatás”, que demonstra a antiga extensão territorial do município e as cidades que se emanciparam desse território.

Figura 3 - Mapa do RS com Gravataí sinalizada

População no último censo

Gravataí: 265.074 pessoas



Fonte: IBGE ([2025?])

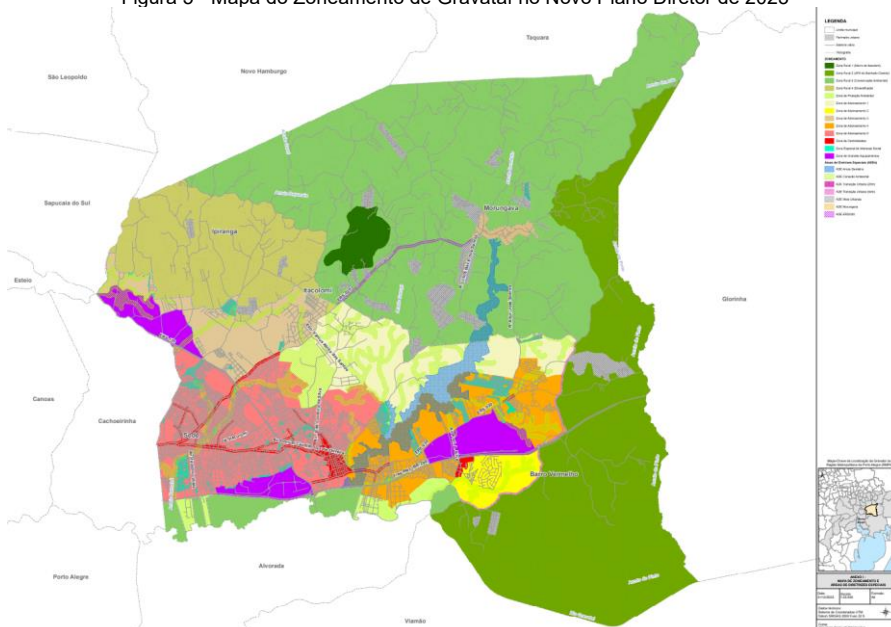
Figura 4 - Território de Gravataí e cidades emancipadas



Fonte: Medeiros; Medeiros; Medeiros (2021)

Os dados obtidos por meio das informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que em 2022 a população de Gravataí era de 265.074 (duzentas e sessenta e cinco mil e setenta e quatro) pessoas. O território da cidade é de 468,288 km² em 2023 (IBGE, 2023a), sendo a 9ª maior cidade da região metropolitana em extensão territorial. Em dados de 2019, a área urbana é de 73,87 km², sendo a 6ª no ranking do Estado e a 3ª da região. Atualmente o município é dividido em cinco distritos: Gravataí (sede ou centro), Barro Vermelho, Ipiranga, Itacolomi e Morungava.

Figura 5 - Mapa do Zoneamento de Gravataí no Novo Plano Diretor de 2023



Fonte: Gravataí (2023b)

Segundo reportagem de Thaila Lopes (2023), em 2021, ano em que iniciei essa pesquisa, a cidade era a 4ª maior economia do Estado, passando para a 9ª posição em 2023. A maior parte da população concentra-se na zona urbana, todavia, grande parte do território é composto por zonas rurais. Conforme é possível observar no mapa acima, a cor verde representa zonas rurais da cidade ou de proteção ambiental.

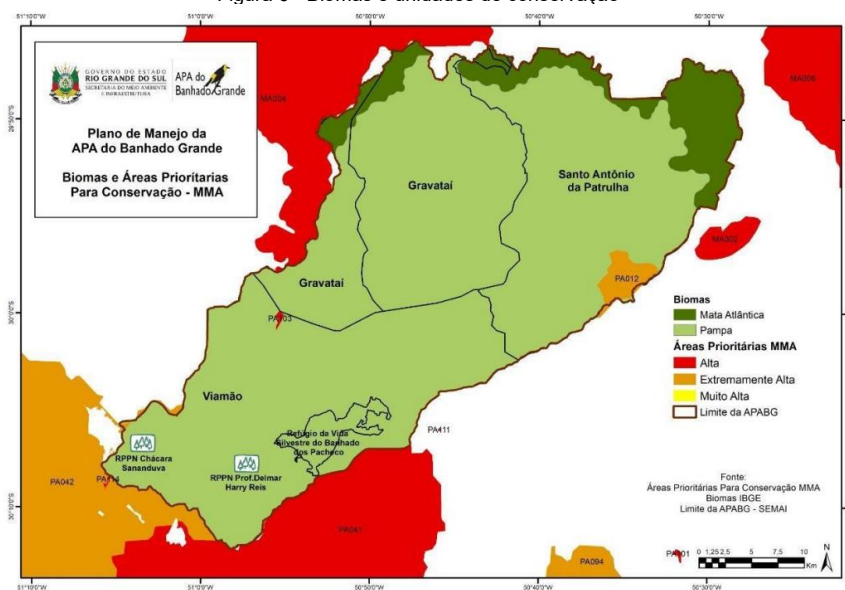
Parte da extensão do município de Gravataí está dentro da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (APABG), criada pelo Decreto nº. 38.971 de 1998, segundo a publicação *“Plano de manejo Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande: Caracterização da unidade de conservação”*, do governo estadual:

AAPABG foi decretada como contrapartida à instalação da fábrica da General Motors – GM, no município de Gravataí, que veio a se consolidar em 2000, tendo como objetivo preservar os banhados da região e sua importante função reguladora de água. O rio Gravataí e seu sistema de banhados atendem a muitas demandas, seja para agricultura, seja para indústrias que se instalaram na região, seja para abastecimento urbano, que se expandiu na região metropolitana de Porto Alegre, demandando também a diluição de esgoto e efluentes produtivos. (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p.11)

A área preserva os biomas do Pampa e Mata Atlântica, o documento aponta que, no final da década de 1960 o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) construiu canais de drenagem, fazendo com que o Banhado Grande fosse reduzido de 450 km² para 50 km², em função de irrigação de áreas para o cultivo de arroz.

A área está delimitada entre o norte de Viamão e sudoeste de Gravataí, [...] a APABG possui um total de 136.935 mil hectares que são divididos em Viamão com 49.296 ha (36%), Santo Antônio da Patrulha com 45.188 ha (33%), Glorinha com 32.864 ha (24%) e Gravataí com 9.585 ha (7%). (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p.14). No mapa abaixo é possível visualizar essa distribuição.

Figura 6 - Biomas e unidades de conservação¹⁸



Fonte: Rio Grande do Sul (2021, p.17)

Através dos mapas é possível observar que parte da região da APABG é o distrito do Barro Vermelho, destaco essa questão pois nessa região está o Quilombo Manoel Barbosa e o Quilombo Ferreira-Fialho, próximo ao Rio Gravataí também existe a comunidade do Quilombo da Anastácia, em Viamão.

¹⁸ O mapa apresenta a nomenclatura de Gravataí duas vezes, faço a correção que entre as cidades de Gravataí e Santo Antônio da Patrulha está localizado o município de Glorinha.

A reportagem “Os caminhos da Gravataí do futuro; conheça o Plano Diretor” publicada em 2018 pelo jornal “Seguinte”, menciona que a ocupação urbana em Gravataí segue o formato de uma espinha de peixe e que a partir do aumento da população desde a década de 1980, acentuado pela vinda da *General Motors* nos anos 2000, a tendência era de que a cidade começasse a expandir em direção ao leste, seguindo a BR-290 (popularmente conhecida como *Freeway*).

Figura 7 - Imagem ilustrativa sobre a ocupação futura de Gravataí



Fonte: Os caminhos da Gravataí do futuro (2018).

Destaco que, como moradora, nos últimos anos tem sido assustador ver a velocidade com a qual áreas verdes são desmatadas e dão lugar a condomínios de luxo, vemos “bairros particulares” serem criados em um piscar de olhos. Desta forma destaco uma situação que ocorreu em 2024, após deixar de atuar como conselheira no CMPC, tentamos realizar, por meio da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial e da Setorial de Artes Visuais, uma campanha contra a aprovação do projeto de lei 55/2024, que se tornou a lei nº 4838, que estabelece condições especiais para a implantação de aeródromo no município e dá outras providências.

Em 04 de setembro de 2024 enviamos, por meio da conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, uma “*Carta Aberta de solicitação de emendas e informações sobre os Projetos de Lei 54/2024 e 55/2024*” (Anexo I), na qual externalizávamos a

preocupação em relação ao local onde esse aeródromo será construído, tendo em vista que na lei consta que

Art. 2º A área identificada para a implantação e regramento das condições especiais está compreendida entre a Rua Djair Aurélio Helfensteller da Rosa, Avenida Ely Correa (Rodovia ERS-030), divisa geográfica com o Município de Glorinha e Rodovia Federal BR-290, acrescida de faixa de 400,00 (quatrocentos) metros a partir do limite da faixa de domínio da Av. Ely Correa (Rodovia ERS-030), no trecho compreendido entre a Estrada Bercírio Manoel Cardoso até a divisa geográfica com o Município de Glorinha, lado norte da rodovia estadual. (GRAVATAÍ, 2024d, p.01).

Conforme é possível ver no mapa anterior, “Biomassas e unidades de conservação”, a divisa entre Gravataí e Glorinha está dentro da APABG. Além de ser próxima aos quilombos anteriormente citados, que ainda não possuem a demarcação de suas terras. Lembro também que o ano de 2024 foi marcado por chuvas intensas no estado que deixaram milhares de pessoas desabrigadas, principalmente, em cidades próximas a Gravataí, como Canoas, Cachoeirinha, Porto Alegre, dentre muitas outras. Sendo assim, era um momento importantíssimo para repensarmos os planos dos dirigentes em relação a proteção e cuidado com o meio ambiente.

Todavia, mesmo tentando conscientizar a população, entrando em contato com os vereadores municipais por e-mail e frequentando as sessões da Câmara de Vereadores tentar explicar a importância do tema, o projeto de lei 55/2024 foi aprovado em 06 de setembro de 2024, sendo agora a lei 4838. Reforço ainda que o aeródromo em questão será construído para fins de uso particular, atendendo a uma parcela extremamente específica e diminuta da população, que estão, historicamente, do lado dos “vencedores”.

Em relação as transformações econômicas da cidade, segundo Jorge Rosa (1987), a farinha de mandioca era um dos principais produtos da cidade, na década de 1950 iniciam-se esforços em relação a industrialização e em 1970 a cidade passa a integrar a RMPA. Ana Clara Fernandes (2011) divide esse processo de industrialização em duas fases, de 1960 até 1989 com loteamentos de zonas rurais e de 1990 aos anos 2000, onde se intensifica a vinda de fábricas, especialmente ligadas ao setor automobilístico, na região. Alguns marcos nesse processo de transformação da cidade são: a construção da BR-290, a *Freeway*, em 1973; a instalação da *General Motors*, entre os anos de 1997 e 2000.

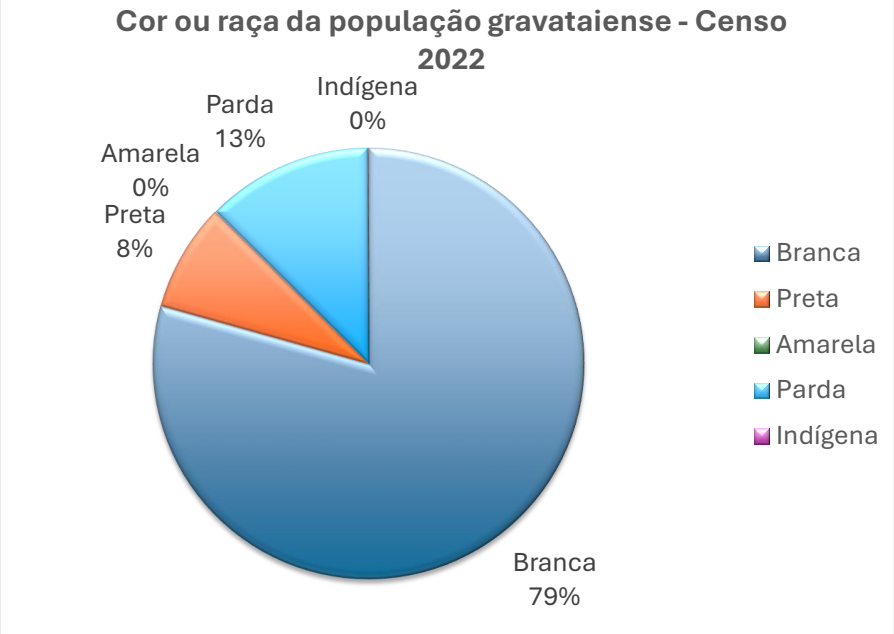
O processo de industrialização de Gravataí nas últimas décadas desencadeou em um grande aumento da população. Em relação aos dados do censo sobre cor e raça destes, observo que no censo de 2022, 79,3% dos moradores se identificam como brancos; 12,5% como pardos; 8,1% como pretos. Há também moradores que se identificam nas categorias amarela e indígena, conforme a tabela e gráfico abaixo:

Tabela 1 – Dados do IBGE 2022: cor ou raça dos moradores de Gravataí

DADOS DO IBGE 2022 - GRAVATAÍ		
Cor ou raça	População (pessoas)	Porcentagem
Branca	210244	79%
Preta	21344	8%
Amarela	220	0,08%
Parda	33024	13%
Indígena	240	0,08%

Fonte: Dados do IBGE (2023b), adaptados por Helena Thomassim Medeiros (2025).

Figura 8 - Gráfico baseado nos dados do Censo 2022 sobre cor e raça em Gravataí



Fonte: Dados do IBGE (2023b), adaptados por Helena Thomassim Medeiros (2025).

Em comparação aos dados estaduais, no qual 78,4% da população se declara como branca, 14,7% parda e 6,5% preta, vemos uma diferença interessante em relação ao número de moradores de Gravataí que se identifica como pessoas pretas.

Devemos lembrar também que esses dados nos dão uma visão geral sobre a cidade e seus habitantes, porém, há sempre, peculiaridades. Chamo a atenção para essa informação sobre a população em particular pois as questões étnicas vão permear toda a pesquisa.

Desta forma, após essa apresentação de aspectos mais superficiais da cidade, introduzo nesse capítulo dois temas que serão fundamentais para pensar os processos de patrimonialidade e patrimonialização em Gravataí: a história da cidade e as políticas culturais e patrimoniais que fazem parte dessa trajetória. Acredito que, por meio desses dados o leitor consiga compreender um pouco das tensões que se formam em relação aos apagamentos e exaltações de determinadas narrativas no discurso oficial.

3.1 Panorama histórico de Gravataí

A história da cidade de Gravataí inicia-se antes de uma delimitação geográfica deste local, é anterior à chegada e colonização do espaço por povos de origem europeia. Uma das formas para se acessar esses dados é por meio de pesquisas históricas e arqueológicas. Segundo Antonio Gabriel Vergara (2012), "[...] o atual município de Gravataí corresponde às áreas apontadas como sendo de ocupação por grupos guarani a, pelo menos, um milênio." (VERGARA, 2012, p.77). Em sua dissertação de mestrado o autor busca as origens pré-coloniais da cidade e aponta, além de sua ocupação milenar, que esse território poderia ser utilizado como aldeamento indígena antes do século XVIII, período que lhe é comumente atribuído.

O sítio arqueológico "Arroio dos Ferreiros", um dos quatro espaços já identificados no município, cujo processo foi aberto em 2008 e finalizado em 2017, apresenta uma oficina lítica. Segundo os relatórios sobre o processo, dentre eles o "*Relatório Final – Programa de prospecções arqueológicas na área de implantação de parcelamento do solo em área de 66,3 ha, Seminário São José, município de Gravataí/RS*" (2016), disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esse local seria o único sítio dessa tipologia encontrada no Estado, reforçando os sinais dessa ocupação milenar. Segundo Fabiana Comerlato (2025, p.185) "As oficinas líticas caracterizam-se como locais de trabalho específico onde era finalizado o polimento dos artefatos de populações pré-coloniais, deixando impressa nos afloramentos rochosos depressões em diversos tamanhos e formatos [...]".

Figura 9 - Imagem do Sítio Arqueológico "Arroio dos Ferreiros"



Fonte: RELATÓRIO, 2016, p.22.

O arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza (2011), no texto “*Do passado originário ao presente etnográfico: trajetória das coletividades indígenas na região de Gravataí*”, faz uma retomada desde a chegada do *homo sapiens* às Américas, inserindo o território dentro deste contexto. São abordados pelo pesquisador informações sobre as populações que sobreviveram ao Holoceno¹⁹ e receberam nomes dos europeus, como Minuanos, Charruas, Genoas, Yarós e Boanes, até a migração de guaranis da Amazônia para o sul do País. Quanto aos guaranis,

[...] os Araches viviam na região do Lago Guaíba, os Anjos viviam na região de Gravataí e Santo Antonio da Patrulha, os Carijos ocupavam o litoral atlântico em direção a Santa Catarina, os Tapes na região dos rios Jacuí, Vacacaí, Ibicuí e Uruguai. (SOUZA, 2011, p.57).

¹⁹ Segundo o autor, após a glaciação, o clima ficou mais quente e úmido, tornando propício a proliferação de recursos, e Gravataí estaria próxima à orla do Atlântico neste período, sendo um ambiente com abundância de alimentos.

O autor relata que, com a vinda dos jesuítas para a região sul do Brasil, a partir de 1609, começaram a vir também bandeirantes para aprisionar os guaranis, em especial os carijós. Segundo Protasio Paulo Langer (1997) os conflitos entre missioneiros e colonos eram frequentes, pois

As reduções gozavam de proteção real, enquanto que o colono reivindicava o direito de usufruir da mão-de-obra nativa. Esse conflito perpassaria a história das reduções, até a expulsão da Companhia de Jesus de todas as possessões espanholas em 1767. De 1640 a 1750, as reduções viveram um período de estabilidade e relativa autonomia caracterizado pela construção de um modelo intercultural peculiar. (p.40-41).

Também se ressalta que as comunidades indígenas eram utilizadas para proteger o território espanhol, coibir rebeliões coloniais e guardar as fronteiras de invasões. Segundo Langer (1997, p.49)

Nas reduções parece ter ocorrido uma adesão e até um apossamento pelos indígenas das novas modalidades de trabalho e da tecnologia introduzida pelos missionários. [...] A adoção de novos costumes quanto aos instrumentos de trabalho e alimentação resultaram em grandes alterações no “modo-de-ser” Guarani.

Todavia, havia questões culturais que eram mantidas, como o “cacigazgo”, organizando as reduções em “bairros”, para manter esse poder político, integrando os caciques ao organismo administrativo e na esfera jurídica colonial espanhola. O idioma, festas e religião, por meio do sincretismo religioso, permaneciam, até mesmo em aspectos ligados a urbanização, pois

Se por um lado articulação das casas com as ruas, dos quarteirões com a praça e a igreja seguem os padrões urbanísticos renascentistas por outro, a cultura Guarani colaborou com sua originalidade a esse conjunto urbanístico, através da ordenação social em grandes casas habitadas por famílias extensas embora fossem compartimentadas. (LANGER, 1997, p.52)

A partir da decadência dos Sete Povos das Missões, na segunda metade do século XVIII, as famílias guaranis começaram a ser levadas para aldeamentos, a fim de que, entre outros motivos, não se aliassem à coroa espanhola.

Langer (1997), menciona que em 1725 tropeiros lagunenses ocupavam os Campos de Viamão e em 1740 as primeiras “cartas de sesmaria” já haviam sido

entregues à colonizadores portugueses. O Tratado de Madrid, assinado em 1950 entre as coroas portuguesa e espanhola, definiu que:

Os habitantes do Sete Povos deveriam abandonar, além de suas terras, os ervaais, as estâncias de gado e os povoados construídos com o trabalho de várias gerações. Os mesmos Guarani que haviam desempenhado um papel primordial na defesa da integridade das possessões espanholas na Região Platina, estavam sendo agora, pelo referido Tratado, expulsos do território que tantas vezes haviam defendido em nome da Coroa espanhola. (LANGER, 1997, p.23).

Segundo Vergara (2012, p.76), há registros que, em 1637, o cacique carijó Anjo ocupava terras ao norte de Porto Alegre. O curioso nesse aspecto é que a comunidade comandada por esse líder também era chamada de “anjos”, sendo que, um dos primeiros nomes atribuídos à Gravataí é Aldeia dos Anjos.

O nome “Aldeia dos Anjos”, ou “Aldeia Nossa Senhora dos Anjos”, costuma ser relacionado à colonização portuguesa, fortemente católica, que colocou tal santidade como padroeira da região. Além desse aspecto, a chegada de indígenas oriundos da região das Missões, que vieram ainda muito novos para esse local, também é apontada, dentro da narrativa popular, como um dos motivos para a nomenclatura.

Entretanto, o pesquisador Paulo Estivalet Flores do Pinto, escreve um artigo intitulado “*Um século separa o Anjo da Aldeia dos Anjos*”, publicado em 2019, no qual aponta que a relação de Gravataí com o cacique e população Anjo seria um equívoco histórico, reforçado por diversos trabalhos. O autor menciona que

Trata-se, a confusão, de tomar a “Aldeia do Anjo” pela “Aldeia dos Anjos”. O disparate, que vai penetrando no senso comum, deve-se à falta de atenção prestada à trajetória do processo histórico do Rio Grande do Sul, onde o espaço ficcional e o mito tomam lugar da verossimilhança no passado rio-grandense. (PINTO, 2019. p.01)

A Aldeia do Anjo, nome português dado para Carai bebe, que era um chefe indígena, não chegaria até a região onde hoje existe Gravataí, todavia, sua principal atuação seria nas proximidades da cidade de Laguna, em Santa Catarina, no século XVII. Desta forma,

[...] os territórios dos atuais municípios de Gravataí e Santo Antônio da Patrulha estavam fora da zona de influência do Grande Anjo ou Carai bebe.

Se algum grupo Guarani fosse assim designado seria, naturalmente, o da Aldeia do Caibi, do Ibiá, que, só por antonomásia seria Anjo. (PINTO, 2019, p. 04).

O autor finaliza seu argumento apontando que:

A Aldeia do Caibi, ou do Anjo, subsistiu, temporalmente, nas primeiras décadas do século XVII, mais de um século antes dos lagunistas criarem a Nossa Senhora dos Anjos do rio Gravataí, para onde levaram a mesma ancestral devoção aos anjos da guarda que os unia em Santo Antônio dos Anjos da Laguna e, especialmente, no médio Caí, muitas léguas afastado dos banhados do vale do Gravataí. (PINTO, 2019, p. 04).

Destaco essa discrepância histórica para demonstrar que, desde os primórdios, há controvérsias sobre não somente a história da cidade, mas o discurso oficial produzido sobre ela. Segundo o mesmo pesquisador, em entrevista concedida à CAERGS em 2021, os primeiros colonizadores europeus chegam por volta de 1730, após expedições que traziam pessoas escravizadas, indígenas e descendentes para verificar o território. Estes sesmeiros eram lagunenses de origem portuguesa, lembrando que Laguna, também era o local, mencionado por Pinto (2019), de forte atuação e influência do chefe indígena Carabebe. Sendo assim, me questiono até qual ponto seria tão “errado” relacionar a Aldeia dos Anjos com o chefe indígena, pois estes primeiros sesmeiros também possuíam filhos mestiços de ascendência dos povos originários.

No começo do século XVIII há ocupação do território por sesmeiros portugueses e pessoas escravizadas de origem africana. Segundo Nestor Ourique Medeiros (2021), autor do livro “*Gravataí: Histórias*”, em 1737 ocorre a posse de terras que já eram utilizadas desde 1732 por colonizadores. É importante destacar, que:

A região de Gravataí, especialmente em sua porção sudeste, consolidou-se ao longo de um período histórico bastante longínquo (que remonta a fundação do município em 1763) como um território habitado por negros e “morenos” [...] tão frequente como a ocupação por parte de famílias negras de terras nessa região, foram os processos de expulsão dos negros de suas terras. (COSTA, 2007, p.53).

A narrativa histórica mais usual vincula a chegada de grupos indígenas, oriundos da região das Missões, em 1762 e 1763, como data de fundação da cidade. Pois “[...] mais de 3.500 índios se encontravam na Aldeia dos Anjos, que pertencia à

Freguesia de Viamão" (VERGARA, 2012, p.72), e, foram eles que construíram as primeiras ruas, casas, comércios e a primeira capela. Segundo Langer (1997), no período de chegada dos indígenas das Missões ao território de Viamão já havia 400 famílias, sendo assim "[...] em 1762, quando da vinda das famílias missionárias, já não havia mais terras devolutas nas adjacências de Viamão. Por essa razão, os índios foram arranchados às margens do Rio Gravataí [...]" (p.31).

Os autores de uma das principais pesquisas referentes à história da cidade, Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha (2022, p.23), conjecturam que, anterior à chegada dos povos missionários, já havia ocupação indígena do território, "[...] desde 1758, no mínimo, já vinham sendo enviados indígenas para o "Estabelecimento" de Gravataí, [...] Os primeiros registros do nome "Aldeia Nossa Senhora dos Anjos" existiam em 1761, com a elevação da Capela do Curato [...]". Os autores também apontam que em 1762 havia 3.500 indígenas no local.

A partir de 1758, passa a vigorar, dentro do período pombalino²⁰, um *Diretório* que institui medidas para a assimilação dos povos indígenas pela Coroa portuguesa. Era designado o *status* de cidadãos aos indígenas, todavia, foram criados aldeamentos onde essas pessoas eram agrupadas e submetidas ao trabalho assalariado, além de um processo de aculturação, no quais suas manifestações religiosas são coibidas, bem como o uso de seus nomes e costumes. A tese de Luísa Durán Rocca, "*Açorianos no Rio Grande do Sul: Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*", publicada em 2009, explica que:

A aplicação do Diretório significou a progressiva diluição da cultura indígena. A fuga dos nativos cada vez mais adentro do mato foi constante. Nas aldeias com possibilidades de se tornarem vilas, acrescentaram-se moradores luso-brasileiros e famílias de açorianos para acelerar a fixação dos padrões culturais ocidentais. Uma importante medida foi o Alvará Régio, de 4 de abril de 1755, que estimulava o casamento entre portugueses e nativas, garantindo-lhes honras e benefícios econômicos. (ROCCA, 2009, p.340).

20 Refere-se ao período de 1750-1777, no qual uma série de reformas em relação à política, administração, cultura e educação foram implementadas. Esse momento histórico está associado a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que foi o Primeiro-Ministro de Portugal na ocasião e teve seu governo marcado por um forte controle estatal. Mais informações em: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino**. In: Educação e Pesquisa, v. 32, n. 3, p. 465–476, set. 2006.

A Aldeia dos Anjos fazia parte das cinco aldeias indígenas formadas no RS entre 1753 e 1769, e o historiador Fábio Kühn (2011), aponta que teria sido o maior aldeamento indígena do estado no período colonial. Todavia, foi um período complexo já que, segundo Langer (1997)

A agricultura, que ocupava um espaço central na economia guarani e também na guarani-missioneira, na Aldeia dos Anjos limitava-se a pequenas chácaras em volta dos ranchos de cada família. Não havia terras disponíveis para uma roça coletiva. Como as terras da região eram propícias à atividades agropastoris, Estas já se encontravam nas mãos dos luso brasileiros, que as ocupavam desde algumas décadas antes da chegada dos guaranis [...] (p.74-75).

O fato de que as terras da região já estavam ocupadas por colonizadores e que a estrutura nos aldeamentos era diferente daquela que os indígenas vivenciavam nas Missões, fez com que queixas de roubo de gado, por parte dos colonos, e repressões aos “crimes” levassem a dispersão de famílias guaranis, posto que

Arrancado de suas raízes socioeconômicas e trazido para a Aldeia dos Anjos o Guarani missioneiro passou a engrossar o contingente de uma população marginal cuja subsistência dependia basicamente do gado das instâncias alheias final a partir deste momento, ele, que sequer possuía uma noção clara de furto, passa a ser visto como um inimigo em potencial um ladrão de gado que deveria ser punido com rigor. (LANGER, 1997, p. 76-77).

A partir de 1769 se inicia o primeiro governo de José Marcelino de Figueiredo, que se estende até 1771, retomado entre 1773 e 1780, sendo um período caracterizado pelo “[...] empenho por parte do sistema de impor uma legislação que conduzissem a assimilação plena de um grupo étnico que até então não vinha correspondendo às expectativas da sociedade colonial.” (LANGER, 1997,p.78).

Segundo Fábio Kühn (2011), iniciou-se, em 1770, o processo de matrícula de 2.619 indígenas. Eles eram registrados com nomes portugueses que ocidentalizavam seus povos de origem. Dentre estes estavam as famílias Poty, Cababay, Taropi, Mandaré etc. Dentre as “melhorias” apontadas nesse período estavam:

[...] uma estância com doze mil cabeças de gado para o seu sustento; duas olarias; a edificação de um templo “magnífico” na Vila Nova dos Anjos; a formação de uma escola para os meninos índios e um recolhimento para as meninas. (KÜHN, 2011, p.101).

Langer (1997), menciona que em 1777, as escolas tornaram-se internatos, em uma tentativa de que ao afastar as crianças do convívio familiar, fosse possível introjetar o idioma português, os hábitos e costumes luso-católicos. Também se estimulava o casamento entre portugueses e indígenas para que a miscigenação auxiliasse no processo “civilizatório”.

Apesar de não serem, oficialmente, escravizados, os indígenas eram alugados para os colonos que pagavam um salário que era retido pelo Diretor até a finalização do trabalho. Também precisavam pagar dízimo à Igreja. Quanto a essas questões:

A função do Diretor (Capitão ou comandante) das aldeias, poderia ser expressa da seguinte maneira: ele deveria fazer com que o índio missioneiro passa-se a falar português, a se vestir e morar como luso-brasileiro, a trocar sua vivência e experiência religiosa pela do luso-brasileiro e até perder seus traços físicos pela miscigenação com o luso-brasileiro. [...] Devia, ainda, trabalhar apenas numa propriedade privada, pagar os dízimos e servir de mão-de-obra barata para não dizer semi-escrava. (LANGER, 1997, p.90).

Em 1772 começaram a chegar casais açorianos, trazidos para povoar as terras ao sul do Brasil. Segundo Jairton Ortiz, esses povoadores “[...] trouxeram na bagagem cultural para o sul do país, além de suas práticas agrícolas e modo de vida também suas práticas culturais entre as quais estão as festas das Cavalhadas, do Terno de Reis e do Divino Espírito Santo.” (CRUZ, 2014, p.33). Todavia, José Otávio Catafesto de Souza (2011), reforça que, esses colonos foram

[...] trazidos propositalmente para substituir os índios Guarani dos Sete Povos a oeste. Os açorianos foram abandonados ao próprio destino e a colonização teria sucumbido se não tivessem contado com o apoio inicial dos índios Guarani nucleados em Gravataí ou que continuaram habitando as margens do Lago Guaíba depois da fundação dessa vila. (p.60-61).

Entre 1763 e 1814, o número de indígenas diminui drasticamente, ocorre um “desaparecimento” ou incorporação. Rocca (2009), aponta que em 1780 a Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos “[...] contava com 2355 moradores, dos quais 1890 eram indígenas (equivalentes a mais de 80%); 210, brancos; 255, negros.” (p.496). Ou seja, neste período a população era, em sua maioria, indígena e negra. Todavia, em 1814 “[...] contava com 2653 indivíduos dos quais unicamente 256 eram índios, que trocaram os nomes indígenas por portugueses.” (p.497).

Rocca (2009), aponta que, com a saída de José Marcelino de Figueiredo do governo, em 1780, ocorre o declínio da Aldeia, com a dispersão dos indígenas. Ocasionalmente também pela chegada dos açorianos. Dentre outros aspectos que levaram a essa diminuição demográfica e a desestruturação deste aldeamento, há a venda e privatização das propriedades coletivas dos indígenas, criadas durante o governo. No ano de 1780, o engenho e a olaria indígena são colocados em leilão, "[...] em 1783, junto com a grande estância, foi rematado o açougue. O rematador foi Antônio José de Alencastro o mesmo que, por vários anos, havia sido secretário da Aldeia." (LANGER, 1997, p.88).

Em 1784, os indígenas da Aldeia dos Anjos ainda utilizavam o guarani como língua, demonstrando um processo de resistência à dominação e imposição colonial. Langer (1997) menciona que diversas documentações se referiam a eles como preguiçosos e indolentes, além de mencionar que mantinham hábitos de vestiário e higiene próprios de sua cultura. Fugas e dispersões tornaram-se comuns, pois esses processos de imposição cultural forçaram essa população ao abandono: do local, em busca de alimentos; e/ou de modo de vida, incorporando a cultura portuguesa. Segundo Rocca (2009):

Em 1794, começaram a ser vendidas as casas dos funcionários, as escolas, o quartel, o moinho, a olaria. A Estância dos Povos, fundamental para o sustento do programa, como anteriormente relatado, foi 'doada' pelo próprio rei. O fim do projeto foi formalizado, em 1803, quando a Junta da Real Fazenda de Porto Alegre dissolveu a administração [...] (p. 496-497).

Em 1880 o território de Gravataí teve sua emancipação política de Porto Alegre. Segundo Medeiros (2021, p.40), em 1884 ocorre a abolição da escravatura no município, tendo essa se concretizado em território nacional em 1888. Entretanto, Martha e Martha (2022), apontam que "[...] quando declarou a Vila 'livre de escravos', em novembro de 1884, o Cel. Da Fonseca estava se referindo à sede do município, tão somente." (MARTHA; MARTHA, 2022, p.126). Os autores afirmam que em 1884 foram libertas 183 pessoas e 348 em 1885.

Próximo a esse período histórico, também estão os primórdios do Quilombo Manoel Barbosa, reconhecido pela Fundação Palmares, através da portaria n° 19²¹, em 2004. Segundo o relatório organizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela UFRGS,

[...] sabe-se que os primeiros sesmeiros da região já possuíam escravos trabalhando em suas propriedades desde o século XVIII [...] O emprego da mão-de-obra escrava esteve presente nesta localidade até 1888, quando foi abolido, o que não significou, porém, que o negro não continuasse a estar presente nesta sociedade. (CARVALHO et al., 2006, p.35).

Algumas famílias são apontadas como possuindo laços estreitos com essa história, dentre elas os Vargas, Barbosa, Paim de Andrade, Ramos, Fonseca, Fialho e Corrêa de Medeiros. Também é ressaltado pelos autores desta pesquisa que não apenas latifundiários, mas pequenos produtores também costumavam “ter”, entre seus bens, pessoas escravizadas. Sendo esse o caso mais comum nesta localidade, posto que a maior parte eram de plantéis com cerca de 10 pessoas (CARVALHO et al., 2006).

Através de estudo de inventários de bens entre 1867 e 1888 percebeu-se que 66,66% dos moradores de Gravataí deixaram como herança pessoas escravizadas, revelando uma alta disseminação desta prática na região (CARVALHO et al., 2006). Além disso,

Do total de 32 inventariados que possuíam pelo menos um escravo, 14 eram proprietários de atafonas, o que representa 43,75% dos inventários com cativos. Quando observamos somente aqueles inventários de senhores de escravos que possuíam atafona, encontra-se 87 cativos, ou seja, 54,71% dos que foram listados em todos os elementares analisados. Desta forma, conclui-se que mesmo que os donos já atafona não fossem a maior parte dos proprietários de escravos possuíam juntos mais da metade dos escravos que foram identificados nos inventários. (CARVALHO et al., 2006, p.38).

Nestes inventários constam poucas informações quanto a origem das pessoas escravizadas, a maioria era nascida no Brasil, sendo uma porcentagem muito menor

²¹ Mais informações em: BRASIL. Portaria n° 19, de 14 de maio de 2004. Certifica que conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, Comunidades remanescentes dos quilombos. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 107. 4 jun. 2004. Seção 1, pt. 19. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/06/2004&jornal=1&pagina=19&totalArquivos=72>>. Acesso em 02 de nov. de 2022.

originária, quando especificado, de Mina – que comumente é compreendido como Costa da Mina ou Costa do Ouro, atual Gana – e Moçambique. Todavia, os autores ressaltam que o termo “preto”, que aparece em 31 dos 159 casos, poderia designar pessoas nascidas na África ou descendentes diretos destes.

Quanto ao Quilombo Manoel Barbosa, parte das terras foram adquiridas por Manoel Barbosa em 1896, mas acredita-se que sua ocupação é mais antiga e que teriam sido herdadas por Maria Luiza Paim de Andrade, que fora criada por Isaura Barbosa, e casou-se com Manoel:

[...] as referências documentais e memoriais nos levam a crer que esta comunidade negra já ocupava terras na localidade do Barro Vermelho de forma autônoma e com permissão dos proprietários, e que a transação de venda provavelmente foi somente uma formalização/regularização dessa posse. (CARVALHO et al., 2006, p.25).

Carmem Lucia dos Santos, presidente da Associação de Moradores do Quilombo Manoel Barbosa, em entrevista em 29 de novembro de 2022, ao ser indagada sobre a história e origem do local, relata que:

As terras foram recebidas, um presente pra Maria Luiza Paim de Andrade, ela cuidou muitos anos da sinhazinha Maria, daí ela ficou muito doente, chamou as tias dela e deu de presente as terras pra Maria Luiza. Aí a Maria Luiza conheceu Manoel Barbosa e se casou com ele [...] 11 filhos [...] Aqui ficou só, tudo parente, a parentada foi vindo [...] nós temos o livro, o estudo que foi feito pela UFRGS. (SANTOS, 2022, inf. verb.).

Além destes aspectos, dentro da narrativa popular, é relatada uma estreita relação entre o Quilombo Manoel Barbosa e o Quilombo da Anastácia, que fica na cidade de Viamão. O documentário “Olhos de Anastácia” (OLHOS, 2021b), disponível no *Youtube*, e nos documentos produzidos pelo projeto “Rota dos Quilombos – Eixo Rio Gravataí” (PROJETO, 2021), ressalta-se a importância do Quilombo Manoel Barbosa, enquanto um local seguro para pessoas escravizadas que fugiam das regiões próximas e faziam a travessia pelo Rio Gravataí.

Essas pessoas seriam auxiliadas por Hortência de Oliveira Pacheco e seu marido, no local hoje conhecido como Quilombo da Anastácia. Anastácia Souza Reis seria filha do casal, e foi um importante nome para a comunidade por ser, dentre outras

coisas, parteira e benzedeira. Diz-se que Hortência e o marido colocavam escravizados fugidos em caiaques no fim do dia para que fizessem a travessia do Rio Gravataí e chegassem ao Quilombo Manoel Barbosa, que seria mais isolado e por isso um esconderijo melhor. Entretanto, em entrevista, Carmem contesta tal alegação, pois, segundo ela:

Essa história não existe. Eu vou dizer uma coisa para vocês: essa história aí não é verdadeira. Olha o Rio, a distância. Como meu pai falou mesmo, meu pai tem 77 anos, a barca, quem era dona da barca do Rio era um branco, com certeza ele tinha quem cuidasse de noite e dia. As pessoas não passavam da barca. Isso aí não existiu [...] eu perguntei para todos os mais antigos aí, ninguém sabe dessa história, que passava para cá, nunca teve. [...] Eles tiveram aqui, o Jhonatan [diretor do documentário "Olhos de Anastácia"] teve aqui, teve esse convenia [...] o Jhonatan dizendo que passavam os negros para cá, eu disse para eles: isso aí nunca existiu. Aí eu perguntei para outras pessoas e disseram que não, nunca existiu. [...] É muita fantasia. (SANTOS, 2022, inf. verb.).

Apesar das afirmações controversas sabe-se que há uma relação entre os Quilombos Manoel Barbosa e da Anastácia, posto que os moradores frequentavam esses espaços, participavam de eventos sociais em comum, dentre outras questões. Até o presente momento, o único relatório encontrado sobre um território quilombola em Gravataí relaciona-se ao Quilombo Manoel Barbosa. Todavia, são apontados, dentro do município, outras duas comunidades: o Quilombo Ferreira-Fialho e o Quilombo do Paredão.

O quilombo Ferreira-Fialho não possui uma demarcação territorial concreta, mas, teria terras ancestrais entre as atuais cidades de Gravataí e Canoas. Ele estaria em uma etapa inicial de organização, sendo descrito da seguinte forma:

Trata-se dos descendentes de Crispim Gomes Ferreira e José Fialho, um grupo familiar cujos integrantes encontram-se em núcleos mais ou menos coesos de moradores, em bairros vizinhos as suas terras, nas regiões de Mato Alto e Cavahada, em Gravataí, e também em Canoas - uma vez que tiveram as terras da família na região da Cavahada perdidas por expulsão e esbulho ao longo dos anos. Desde o início de 2007, um grupo de integrantes deste grupo familiar resolve requerer junto à Fundação Cultural Palmares o seu enquadramento como "remanescente de comunidade de quilombo" e o retorno da Posse das terras dos ancestrais. (COSTA, 2007, p.15-16).

Segunda a dissertação de Luciano Souza Costa, "*Anastácia, Manoel Barbosa e Ferreira-Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS*", os três quilombos - Anastácia (Viamão), Manoel Barbosa (Gravataí) e Ferreira-Fialho (Gravataí) - teriam uma forte ligação, posto também a proximidade geográfica de seus territórios e ao fato de que

A memória dos membros mais antigos das três comunidades faz referência a uma ligação ancestral entre os antepassados destes grupos negros que até hoje habitam a região. Dentre estes grupos negros de Gravataí, as referências recaem principalmente nas figuras de Manoel Barbosa, José Fialho, Alberto Ramos e Pedro Barbosa. [...] os relatos dão conta de que esses homens teriam sido companheiros em guerras travadas longe das terras de morada. (COSTA, 2007, p.60).

Em 2022, outro local dentro do território de Gravataí, mais precisamente em sua divisa com a cidade de Taquara, conseguiu ter suas terras delimitadas, trata-se do Quilombo do Paredão:

Segundo pesquisas, os "Fialhos", no final do século XIX e no início do século XX, eram donos majoritários da área que hoje se conhece como Fazenda Fialho, a qual, atualmente, conta com moradores vindos de várias localidades, além dos habitantes do Quilombo. Os negros fugiam das senzalas dos "Fialho" e escondiam-se nos matos. Existia o medo de serem recapturados, caçados por cães em meio à mata, já que os que eram levados de volta enfrentavam a "corda", que era o chicote. (RAMOS; SMANIOTTO, 2014, p.222).

Apesar desta ocupação inicial vinculada a pessoas escravizadas que fugiam da Fazenda dos Fialho, com o passar do tempo este local considerado seguro tornou-se um abrigo para populações de diferentes origens. A remanescência dessas populações, mesmo as que não estão totalmente dentro do território de Gravataí, demonstram um pouco da importância da cidade e dos potenciais históricos e identitários que ela carrega. Além da ocupação do território por povos originários, pessoas escravizadas de origem africana, portugueses e açorianos, Souza (2011) destaca também os alemães, italianos, entre outros europeus e imigrantes asiáticos.

Nas décadas seguintes à abolição da escravidão ocorre o processo de urbanização da cidade. Martha e Martha (2022, p.189) relatam que na década de 1930 Gravataí ainda era dedicada à agricultura, em especial à produção de farinha de mandioca, principal fonte de renda. Em abril de 1934 foi inaugurada a primeira rodovia

de concreto que ligava a cidade à Porto Alegre, um grande marco para a história do município, que ainda hoje resiste ao tempo em um pequeno trecho conservado na parada 72 e 73 da Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira²², em Gravataí.

Figura 10 - Primeira rodovia pavimentada do RS



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2021).

Por volta de 1945, transporte, energia elétrica e comunicações vão alterando o perfil da região. Segundo os autores:

As antigas famílias com origem de São Paulo, Laguna e Açores mesclaram-se com descendentes de emigrantes alemães e italianos que por aqui aportaram. Quem observa hoje os nomes dos familiares das crianças que nascem, constata facilmente essa miscigenação. (MARTHA; MARTHA, 2022, p. 190).

²² Em junho de 2025, o “Departamento de Patrimônio Histórico-Cultural” (denominação que o atual responsável pelo Museu e Arquivo Histórico Municipal utiliza, não consegui identificar se há alguma lei de criação ou se essa é uma derivação do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural criado pela lei de tombamento municipal de 2004) e a “Comissão do Patrimônio” de Gravataí (Grupo Especial criado por decreto em 2023), tombaram esse trecho da estrada pavimentada de 1943. A discussão não foi previamente informada à Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, mesmo esse grupo tendo pedido atenção ao trecho desde 2022 e levando a questão em diferentes momentos. Fomos pegos de surpresa quando a notícia sobre o tombamento quando ela foi veiculada em jornais locais. Infelizmente, como esse fato ocorreu após a entrega do texto desta tese para a banca avaliadora, optei por não aprofundar a discussão para não descaracterizar o documento avaliado no momento da defesa da tese, em maio de 2025.

Trago foco para essa citação pois ela demonstra a construção e a reprodução de um discurso muito comum na cidade até os dias de hoje: uma herança puramente branca, europeia, fortemente arraigada no racismo estrutural. Segundo Ruben George Oliven (2002, p. 172), “[...] a historiografia tradicional do estado subestima a presença do negro, parte dela também afasta o índio da formação da identidade gaúcha [...]”.

Vitor Rhoden Sperb (2022), apresenta um trabalho sobre o crescimento populacional de Gravataí entre 1970 e 2010. Segundo o autor, nessas décadas a cidade deixou de ter um aspecto rural e passou por um forte processo de industrialização. Fato reforçado por Ana Clara Fernandes, no artigo “*Tempos, formas e conteúdos do espaço urbano-industrial em Gravataí (RS)*”, no qual a autora menciona que:

O município de Gravataí, até os anos 1960, caracteriza-se por possuir economia essencialmente agrícola e cumprir a função de cidade-dormitório em relação à capital do Estado do Rio Grande do Sul -Porto Alegre. Nos anos 1970 passa a integrar a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) através da Lei Complementar Federal 14, de 8 de junho de 1973. Desde então, através de um conjunto de medidas e iniciativas das esferas de governo municipal, estadual e federal Gravataí modificou sua economia e suas características. (FERNANDES, 2011, p.103).

A mesma autora, Ana Clara Fernandes, também menciona, em sua dissertação “*A cidade esparramada considerações sobre a produção do espaço urbano-industrial em Gravataí – Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)*”, de 2008, que há uma relação com o processo de urbanização da própria capital gaúcha, entre as décadas de 1970-1980, que se expandiu para os territórios do entorno. A industrialização da cidade, marcados pela criação da BR-290, comumente denominada *Freeway*, inaugurada em 1973, e pela vinda da *General Motors*, no final da década de 1990, teria alterado muito perfil da cidade e de sua população. Segundo Sperb (2022):

A rodovia foi, somado a outros fatores da época, um grande avanço para Gravataí, que se por um lado, perdeu a passagem dos veranistas por seu centro comercial, ganhou com agilidade e rapidez no deslocamento até a capital e a outras cidades RMPA e do estado. Isto representou um marco para a cidade, atraindo uma série de empresas para a o município, que estrategicamente se localizaram próximas as saídas desta nova rodovia, como a Panatlantica em 1974, a Zivi em 1981 (atual Mundial), e mais recentemente, a General Motors em 2001. (p.29).

O mesmo autor, também menciona o drástico aumento da densidade populacional em Gravataí em apenas quatro décadas, “[...] indo de 52.462 pessoas em 1970, para 255.762 em 2010.” (SPERB, 2022, p.13). O panorama histórico trazido nesse capítulo tem como objetivo compreender a formação da população de Gravataí em diferentes camadas que levam a relação construída por essa com o seu patrimônio.

Percebe-se que sua ocupação inicial, por povos originários, encontra-se imersa em processos de dominação que levaram ao seu suposto apagamento. O caso dos descendentes de pessoas escravizadas de origem africana também é emblemático, pois através dos registros e pesquisas sobre sua história identificamos esses grupos como extremamente importantes para a cidade. Mas isso não significa que essa narrativa já tenha sido assimilada pela população que vive – ao menos pelo que parece nos bens institucionalizados – a fantasia de um passado europeu e de sua extrema relevância no contexto atual.

O apagamento da escravidão como um elemento formador da sociedade gravataíense pode ser visto inclusive na bibliografia. Martha e Martha (2022), por exemplo, reforçam a imagem de que no Rio Grande do Sul “[...] a importância do braço negro nunca foi muito relevante.” (p.124). Apontando que, por existirem propriedades pequenas na região as famílias trabalhavam em conjunto com os peões, e, por isso “Não se criou, assim, a casta dos senhores de engenho, nobre e preconceituosa, como ocorreu na região nordestina.” (p.125).

Não é de se espantar que um livro escrito décadas atrás traga concepções tão ultrapassadas, mas, sua permanência em uma publicação de 2022 deve sim ser analisada, senão de forma crítica, como um reflexo de um discurso socialmente aceito. Os autores ainda mencionam que:

No princípio do século (1814), existiam 716 escravos em Gravataí dentro de uma população branca de 1292 habitantes. Quase 70 anos após, em 1882, o relatório da Câmara de vereadores dava conta de que esse número de cresceram para 675 negros cativos quando a população já ultrapassava os 5000 moradores. (MARTHA; MARTHA, 2022, p.125).

Ruben George Oliven (2002) menciona que 29% da população do Rio Grande do Sul era formado por pessoas escravizadas em 1814, sendo que, os dados trazidos por Martha e Martha (2022), referentes ao mesmo período em Gravataí era quase

36% da população. Não podemos tratar esses fatos como “desprezíveis” ou de “pouca importância” para traçar um perfil histórico e social dessa cidade.

Além disso, retomando o processo de assimilação, aculturação e dominação do qual as sociedades coloniais são fruto, a contraposição trazida entre negros e brancos é apenas ilustrativa. A queda no número de escravizados não é sinônimo de inexistência ou menor densidade demográfica de pessoas de origem africana, mas um reflexo do contexto mundial que passou a coibir a prática. Deste modo, forçando países, como o Brasil, a abolirem a escravidão, visando assim a inserção de mão-de-obra assalariada para garantir a estabilização do sistema capitalista que vinha se intensificando com o processo de industrialização. Essa mesma demanda é o que leva a chegada e colonização por açorianos na cidade, demonstrando que essas narrativas não estão isoladas.

O Rio Grande do Sul é um estado que construiu uma idealização dentro do próprio contexto nacional, como uma “Europa brasileira”, onde a população seria mais “civilizada” e até mesmo mais “bonita”, características típicas de um contexto de colonialidade do pensamento. No caso de Gravataí “[...] a cidade criou-se fixando uma identidade “gaúcha” que apagou da memória os direitos originários alienados dos Guarani em benefício dos luso-brasileiros, que na verdade foram e são luso-guaranis.” (SOUZA, 2011, p.62). E eu acrescentaria a essa declaração os descendentes de populações africanas, pois são três elementos base na formação da cidade.

Os conceitos de patrimônio e história estão entrelaçados, ambos são constituídos a partir de recortes sobre o passado, forjam uma narrativa destinada as gerações futuras. Sabe-se que, durante muito tempo, a historiografia foi escrita de uma perspectiva que privilegiava os grupos “vencedores”, que “dominaram” outros povos e culturas em um determinado período.

Tanto a história transmitida, quanto os bens elevados ao status de patrimônio, desenvolvem-se sob uma perspectiva que não é neutra. Todavia, nas últimas décadas, esses discursos, que antes poderiam ser vistos como únicos e verdadeiros, deram lugar a uma percepção da realidade mais plural e multifacetada.

Percebe-se que a história de um local é construída não somente de documentos que registram o passado, mas também a partir da memória das pessoas. Ao longo das gerações vão se consolidando locais e narrativas que tem como finalidade representar a visão de um povo sobre sua trajetória. Há dentro dessa construção sobre o passado uma série de disputas de poder, nas quais algumas

percepções são “esquecidas” em detrimento de outras, que se tornam oficiais e, em diversos momentos, os bens patrimoniais, foram e ainda são utilizados como representantes deste discurso.

Pretendo explorar mais esses temas no decorrer da tese, contudo, gostaria de destacar alguns elementos que serão fundamentais para compreender tais análises: havia ocupação pré-colonial na cidade; pessoas negras vivem nesse território há tanto tempo quanto as brancas; açorianos e outras populações de origem europeia também tem relação com as heranças indígenas e negras, tendo em vista um longo processo de miscigenação forçada da qual países colonizados são fruto; o perfil populacional desse município foi drasticamente alterado em um curto período de tempo, como consequência da urbanização, o que pode, também afetar as percepções de identidade, a ideia de pertencimento e, por consequência, a ressonâncias de ações patrimoniais.

3.2 Políticas culturais e patrimoniais na cidade

Para que a patrimonialização, como conhecemos hoje, fosse possível, foram criados mecanismos legais que visam além de seu reconhecimento enquanto bens da nação, sendo esses de cunho material ou imaterial. Segundo Poulot (2009), o termo *patrimonium* já era utilizado pelo direito romano para se referir ao conjunto de bens familiares, que deveriam ser transmitidos entre diferentes gerações. Na época das revoluções liberais o “[...] projeto de formar cidadãos pela instrução e pelo culto do Estado-Nação: o senso de patrimônio é denominado, assim, pela pedagogia de sua divulgação.” (p.14). E, na virada dos séculos XX e XI, o conceito contribuiria para revelar identidades, “[...] graças ao espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como que tornado selvagem; o outro, se for o caso, do alhures etnográfico.” (p.14).

Em relação ao acautelamento dos bens por parte do Estado, Maria Cecília Londres Fonseca (2017) explica que noções de patrimônio são utilizadas, no Brasil, desde a década de 1930, quando surgem as primeiras leis a respeito do tema. Atualmente, temos o uso de duas formas legais de patrimonialização: o tombamento e o registro de bens.

O tombamento, enquanto ferramenta que objetiva a proteção e preservação de bens materiais, é instituído pelo decreto-lei nº 25, de 1937. Dentro desse, são criados

seguintes livros do tomo: arqueológico, etnográfico e paisagístico; histórico; belas artes; artes aplicadas.

O valor imaterial, em um primeiro momento, era considerado subjetivo e, portanto, não foi pensado enquanto passível de tutela. Sendo assim, a proteção aos bens baseava-se na preservação de suas características físicas. Ruben George Oliven comenta que

O Estado brasileiro tem uma longa tradição de zelar por bens edificados que compõem o patrimônio material. [...] por seu caráter único e pelo fato de serem vistos como depositórios de uma memória que aponta para a identidade nacional [...]. (OLIVEN, 2009, p. 81).

Os bens patrimoniais eram considerados aqueles cujo valor seria inegável, vinculados a perspectivas da história oficial, a imagem que se quer construir da nação. Dentre os aspectos que levam à percepção de uma materialidade enquanto patrimônio também se relaciona à noção de perda:

[...] frequentemente é a ameaça de perda que motiva os pedidos de tombamento – e não uma seleção feita na base de um inventário prévio –, muitas vezes o pedido é feito em um momento quando outros interesses, contrários à preservação do bem, já estão em jogo. (FONSECA, 2017, p.199)

A partir da década de 1970 se amplia a noção de cultura e com isso outras demandas são implementadas, como a econômica e política: “É pela via da participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 1980.” (FONSECA, 2017 p.169).

A concepção de patrimônio intangível no Brasil só irá ser trabalhada a partir da Constituição de 1988, período em que o País passa por um processo de redemocratização, após duas décadas de Ditadura. Em 2000, é instituído o decreto-lei 3.551, que regulamenta o registro de bens de natureza imaterial, a partir de quatro livros de registro: saberes, celebrações, forma de expressão e lugares.

Fonseca (2009) reforça que a percepção de materialidade e imaterialidade não são distintas, mas relacionam-se, pois, “Todo signo (e não apenas os bens culturais) tem dimensão material (o canal físico de comunicação) e simbólica (o sentido, ou melhor, os sentidos), como duas faces de uma moeda.” (p. 68). A autora também

aponta que “[...] talvez a expressão “patrimônio intangível” seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis.” (p. 68).

A lei que institui o tombamento para proteção ao patrimônio cultural de Gravataí, aprovada em 2004, levou também à criação do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, que fica encarregado de pesquisar e solicitar medidas legais para a proteção e acautelamento; aprovar obras de restauração e conservação; proteger e vigiar bens tombados. Atualmente, esse Departamento funciona dentro do Museu e seus funcionários também atuam nessa área, além das ações de caráter museológico e arquivístico. Deste modo, faz sentido entender que a noção de patrimônio nesse município vai ser mais desenvolvida a partir da criação do Museu Municipal em 1974.

Considerando que desde a década de 1970 tivemos muitas transformações na cidade, dividi esse panorama sobre as políticas culturais e patrimoniais de Gravataí em três momentos, seguindo alguns marcos históricos: primeiras iniciativas, no qual abordo o período entre as décadas de 1970 e 1980, quando o Museu estava inserido na Secretaria Municipal de Educação (SMED); a atuação da FUNDARC, criada em 1994 e extinta em 2017; retrocessos e avanços, que tenta abordar o que mudou desde a extinção até os dias atuais.

3.2.1 Primeiras iniciativas: década de 1970 e 1980

A década de 1970 representa um marco na história da cidade de Gravataí, que passa a integrar a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 1973, mesmo ano em que é construída a *Freeway*, medidas que tiveram um grande impacto para as transformações que percebemos hoje na cidade. Partindo da lógica que a partir dessas mudanças econômicas a sociedade gravataiense também começou a se transformar, não é estranho pensar que políticas relacionadas a memorialização dessa história também passam a ser implementadas nesse período. É criada a Secretaria Municipal de Educação (SMED), que englobava as instituições municipais Biblioteca (1966) e o Museu (1974).

Pensando nesse momento histórico de transformação na qual se cria o Museu que irá gerar as políticas de patrimonialização em Gravataí que são, por sua vez, representações, fiéis ou não, de uma identidade da população. É inevitável refletir

sobre o conceito de retórica da perda, trabalhado por José Reginaldo Santos Gonçalves (2012), segundo o autor

Na segunda metade dos anos oitenta, [...] Eu diagnosticava, nos discursos do patrimônio cultural até então vigentes, uma obsessão pela categoria da “perda”. Os bens culturais eram vistos, nesses discursos, sob um processo histórico de transformação que levava, inexoravelmente, à sua transformação e destruição. O papel das políticas de patrimônio deveria ser controlar esse processo de transformação e tentar recuperar o que estava sob a ameaça de perda. (p.67).

Acredito que haveria uma relação entre as transformações da cidade, o desejo de representar o passado e, até mesmo, construir uma imagem sobre Gravataí. Segundo Jorge Rosa (1987), o Museu Histórico Municipal é criado em 1974, em seguida desse processo. Porém, sua inauguração irá ocorrer em 1981 (ano em que recebe o nome de Museu Municipal Agostinho Martha), em local no qual permaneceu até 1985 (possivelmente o prédio denominado Casarão dos Fonseca, hoje CAERGS), quando passa a funcionar na sua sede atual (sobrado em estilo colonial), que está fechada desde 2018 e é considerado o prédio mais antigo da cidade, datando de 1826.

É através da criação de Museu Histórico Municipal que foram desenvolvidos os gestos patrimoniais mencionados por Davallon (2014). O espaço museal contribui em muito para os estudos sobre a cidade, pois: coletou-se depoimentos de moradores e pessoas consideradas importantes, dentro de um determinado contexto; registraram-se bens de interesse histórico, arquitetônico, entre outros; construiu-se uma narrativa sobre o passado a partir de iniciativas como a caminhada por pontos históricos e centrais da cidade.

A partir dessa medida, outras instituições e políticas públicas vão ser implementadas, criando novos espaços culturais e instituindo patrimônios. A lei ordinária nº 1337 de 31 de dezembro de 1976 que reorganizava a estrutura administrativa da Prefeitura, aponta a existência de uma “Divisão de Assuntos Sócio-Culturais” a qual era descrita no Artigo 23 como:

Art. 23º Compete à DIVISÃO DE ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS:

- a) Promover a apresentação de peças teatrais, óperas, concertos sinfônicos, ballets, grupos folclóricos, música popular e artes plásticas;
- b) Administrar e manter a Biblioteca Pública e Museu Histórico municipais;
- c) Manter e administrar unidades recreativas e centros esportivos;
- d) Organizar campeonatos e torneios esportivos entre entidades escolares e outras;

- e) Promover atos e festividades cívicas;
- f) Opinar sobre auxílios e subvenções a entidades sociais, culturais, recreativas, esportivas e educacionais;
- g) Opinar sobre pedidos de reconhecimento de utilidade pública;
- h) Efetuar o registro das entidades declaradas como de utilidade pública, bem como das auxiliadas ou subvencionadas;
- i) Promover campanhas de utilidade pública em colaboração com os demais órgãos da administração municipal, bem como entidades outras governamentais e particulares;
- j) Manter registro de fatos e de locais históricos do Município, opinando sobre a preservação e tombamento dos últimos. (GRAVATAÍ, 1976, p.9-10).

O que é mais impressionante desta lei é que, além de prever o Museu, que ainda não estava funcionando na prática, esse documento também aponta uma política de tombamento, algo que só vai se concretizar em 2004. Outra legislação interessante é a lei nº 353 de 1988, que cria o quadro de pessoal da SMED, na qual apresenta o Departamento Cultural, com os seguintes setores: Setor Cultural Popular - Cultura Negra; Museu Municipal e Arquivo Histórico Municipal; Biblioteca Municipal; Setor de Pesquisa, Folclore, Informações e Promoções.

Deste modo, percebemos que as primeiras políticas culturais e patrimoniais de Gravataí vão estar vinculadas à educação, algo recorrente na história dessas instituições, pois, como mencionei anteriormente, a ideia era de que esses mecanismos servissem para educar a população e criar uma identidade mais homogênea dos grupos. Contudo, é muito interessante observar o fato de que já na década de 1980, a cultura negra aparecia como um setor cultural específico, demonstrando a importância desse grupo para a história da cidade.

Uma de minhas entrevistadas, a professora Célia Silva Jachemet, participou ativamente desse processo, trabalhando no Museu Municipal na década de 1980 para auxiliar na criação do livro “História de Gravataí”, de Jorge Rosa, publicado em 1987 e na SMED, sendo diretora do Departamento de Cultura a partir de 1989. Segundo ela, nesse primeiro período

O Museu não realizava assim pesquisas, [...] esse grupo de três pessoas, eu também tava junto sempre, quatro, que organizaram esses Simpósios, vou te dizer quais são: a Teresinha Bridi, a Vera Lucia Pacheco [Pinheiro] [...], o Julio [Ricardo] Quevedo [dos Santos], historiador, o Getúlio [Xavier Osório] e eu. Nós que organizávamos esses simpósios. [...] eu era só colaboradora, não era funcionária, era funcionária de uma escola, depois que eu assumi a diretoria de cultura. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

Desta forma, os simpósios organizados dentro da SMED, no Departamento de Cultura, teriam sido fundamentais enquanto base para a compreensão dos processos históricos relacionados ao território e para o trabalho no Museu, que ainda era muito incipiente. Esses eventos acabaram provendo publicações fundamentais para compreendermos a história da cidade, os anais I, II e III do “Simpósio estadual sobre a cultura gravataiense”, publicados em 1987, 1988 e 1990. Segundo Jachemet:

A ideia [dos simpósios] foi levada pro Prefeito e a gente assumia. Aí como davam licença para todos os professores, eles eram [realizados] no [Colégio] Dom Feliciano e era assim, 200, 300, mais de 300 pessoas, todos eles [...] o [Colégio] Dom Feliciano cedia o salão nobre e a gente, a Prefeitura, buscava os palestrantes, não tinha cachê e a gente ia se virando [...] O quarto simpósio, nós fizemos, ainda foi na minha gestão, nós fizemos sobre saúde e educação, e teve palestras lindas [...] nós entregamos pro Prefeito seguinte [...] quem publicou os três livros foi [...] o primeiro no governo do Abílio [Alves dos Santos] e depois os outros dois no [José Mariano Garcia da] Mota. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

A relação destacada por Jachemet (2024) entre a criação desses eventos, a história da cidade e a participação dos professores, me faz refletir que, talvez, esse vínculo com a educação e cultura seja também, em parte, o que dá determinados contornos para as políticas culturais e patrimoniais em Gravataí e o que vai levar a um processo de retaliação dessa área na cidade a partir de 2011, intensificando-se em 2017. Posto que, Rafael Link Moehleck no artigo “*Os anos de chumbo em Gravataí: uma discussão inicial em torno da análise da sociedade gravataiense durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*” relata que em entrevistas conseguiu identificar

[...] a existência na cidade de um considerável contingente de professores com um posicionamento político ideológico alinhado à esquerda no final dos anos de 1970 e início de 1980. [...] Professores estes que começam a se organizar com suas reivindicações trabalhistas e se articular não só com o movimento estudantil, mas também com sindicalistas e operários nas fábricas, fortalecendo uma discussão crítica na sociedade gravataiense acerca daquilo que ocorria na cidade e no país no que tange ao cenário político brasileiro no período. (MOEHLECKE, 2010, p.186).

Meus pais, por exemplo, vão vir morar em Gravataí no final dos anos de 1980 e são alguns dos fundadores do Sindicato de Professores Municipais de Gravataí (SPMG), em 1988, que depois passa a se chamar Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí, mantendo a sigla. Esse período é marcado

pela retomada da democracia no Brasil, que saia de uma Ditadura Militar que havia ocorrido entre 1964 e 1985. Então, não podemos desvencilhar o momento histórico em que essas ações culturais e patrimoniais acontecem. É possível que a identificação histórica desse viés ideológico seja algo que vá interferir na forma como as políticas culturais passam a ser executadas na cidade, décadas depois, seguindo uma lógica de que quem trabalha com cultura é de esquerda e por isso esse setor não deveria ser fomentado.

Além dos simpósios, o Departamento de Cultura da SMED também promovia diversas ações e eventos, segundo Jachemet:

Houve muito essa preocupação [...] com a história, primeiro foi com a história do Museu, tanto que os anais trazem isso. Foram atrás e recuperaram a fonte do Forno, houve uma recuperação da Fonte do Forno, ela não era assim, a abóboda estava toda desmanchada. [...] Na nossa época, nós fazíamos o Natal na praça, muito bonito, com Terno de Reis e tudo, a Feira do Livro sempre foi realizada [...] nós promovíamos, nós fazíamos [...] Nós passamos uma semana na Casa de Cultura [...] 91 [...] nós preenchemos uma semana na Casa de Cultura Mário Quintana com atividades só de Gravataí. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

Neste trecho identifico que nessa época um dos bens que hoje é patrimonializado, a Fonte do Forno, já era alvo de preocupação com seu estado de conservação. Os eventos promovidos também incluíam atividades relacionadas ao tradicionalismo e a literatura.

Figura 11 - Fonte do Forno, possivelmente, entre as décadas de 1980 e 1990



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal Agostinho Martha [198-?]

Entre os anos de 1980 e 1990, a SMED passa a ser denominada de Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) e retorna a ser Secretaria Municipal de Educação (SMED), apenas em 2003, por meio da lei nº 1969 (GRAVATAÍ, 2003b). O último equipamento cultural municipal criado nesse período é o Arquivo Histórico Antonio Soares da Fonseca, de 1989, que funcionava de forma independente do Museu Histórico naquele período. Além desse espaço, é implementado em 1991, uma “Sala Açoriana”, proveniente de um convenio com o governo dos Açores, que equipou diversas cidades de descendência açoriana com objetos que contassem sua cultura, tais peças depois foram integradas ao acervo do Museu e, posteriormente, direcionadas para a CAERGS.

A partir de 1994, ainda no governo de Edir Pedro de Oliveira (1993-1996), é criada a Fundação Municipal de Arte e Cultura (FUNDARC), o órgão passa a ser responsável pelos espaços culturais da cidade. O último simpósio, sobre o qual encontramos informações, foi realizado em 1998, com uma pequena alteração no nome, sendo o “V Simpósio da Cultura Gravataiense”. Porém, os outros eventos não resultaram em publicações, diferente dos três primeiros.

Percebo que dentre as primeiras iniciativas vinculadas a cultura e patrimônio de Gravataí temos uma grande preocupação na geração de conhecimento sobre a

cidade. Não é à toa que, além das publicações dos anais do Simpósio entre 1987 e 1990, temos o livro “História de Gravataí” de Jorge Rosa (1987) e a obra “Nossa terra, nossa gente”, iniciada na década de 1940 e autorizada para a edição da Prefeitura em 1992, pela lei ordinária nº 729 de 29 de maio de 1992, apesar de publicada apenas em 2022. Para alguém que não pesquisa Gravataí, podem ser apenas livros, porém, essas obras são as bases para compreendermos a história da cidade até os dias de hoje e foram os alicerces para pesquisas do Museu. Esse momento histórico é marcado por transformações, mas também por delimitações da identidade e do discurso oficial gravataiense.

3.2.2 A atuação da FUNDARC (1994-2017)

A instituição da FUNDARC em 1994, durante o governo de Edir Pedro de Oliveira do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi um marco para a gestão cultural de Gravataí, pois havia um órgão específico para a cultura. Segundo Simone Luz Ferreira Constante (2015), com a Fundação, também foram elaborados um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo vinculados a ela, por meio da lei nº 887/94. No mesmo ano também surge a Associação Literária de Gravataí (ALG), constituída por agentes culturais que participaram ativamente da ocupação de espaços e organização de ações em prol da criação e utilização dos equipamentos culturais do município.

Observo uma ampliação e incorporação de espaços culturais nesse período, em parte por demandas da população, além de iniciativas do poder público que parecia interessado em valorizar a história e cultura locais. Sendo assim, na época em que a FUNDARC era a responsável, havia: a Biblioteca Pública Monteiro Lobato (1966); o Museu Municipal Agostinho Martha (1974); o Arquivo Histórico Antonio Soares da Fonseca (1989); o Parque Municipal de Eventos (1998-2019); Cineteatro (1998-2011); o Quiosque da Cultura (2011). Segundo Célia Silva Jachemet:

Acho que ela [FUNDARC] disciplinou um pouco, abriu mais [...] a Biblioteca [...] o Museu, de certa forma, continuou existindo e os eventos. Também a questão dos artistas é muito importante nesses períodos [...] A Associação dos artistas plásticos é dos anos 80 e depois houve a Associação Literária [...] A Associação dos artistas plásticos já lutavam pelo prédio da CAERGS desde antes [...] a gente fez muitas exposições de artes plásticas, fez no Banco do Brasil, no Banrisul, no saguão da Prefeitura, muitas vezes [...] mais tarde na Casa dos Açores [...] era bem itinerante [...] fizemos eventos junto com o Aldeia [CTG Aldeia dos Anjos]. Fizemos as primeiras danças na praça, depois veio festival de dança, mas fizemos apresentações de dança na praça,

danças gaúchas, tinha grupo de dança afro, tinha grupo de dança indígena que vinha de Viamão, grupo de dança alemão, de Glorinha [...] Não é o que vem de cima que fomenta uma cultura, ela é base, de baixo. [...] Ela [FUNDARC] chegava nos bairros. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

Segundo o texto de Isab-El Cristina Soares e Zulair Maria de Souza (2011), a ocupação de espaços pela ALG, foi fundamental para a criação de novos equipamentos culturais na cidade. Entrevistei Isab-El que é professora, funcionária pública aposentada, a gente cultural, trabalhou no Museu Municipal em diversos momentos e na FUNDARC, em 2024, segundo ela “[...] a nossa [Associação Literária de Gravataí] é a primeira associação registrada [...] na época tinha dos músicos, artistas plásticos, cênicos, tinham várias associações [...]” (SOARES, 2024, inf. verb.).

A partir das falas das entrevistadas entendo que os anos de 1990 em Gravataí são marcados por diversos grupos de artistas e agentes culturais que começavam a se organizar em associações na cidade e intervir nas políticas públicas. Segundo Soares (2024) “A ALG e a FUNDARC, ela se juntava porque a FUNDARC nos dava toda a estrutura [...] a Fundarc dava esse respaldo pra nós.” (inf. verb.).

Apesar de serem ações independentes, o poder público contribuía com as iniciativas da sociedade civil, o Cine teatro, por exemplo, era um espaço público que foi ocupado pela ALG em 1996 e criado em 1998, pela vontade da população:

[...] chegou lá naquele Cineteatro [...] era parede e telhado, cheio de lixo dentro, entulho, aí a Associação Literária chamou as outras associações, nós resolvemos limpar [...] 96 [...] a gente limpou tudo aquilo daí e aí a gente passou a fazer os nossos recitais ali, usar aquele espaço. [...] os três anos da ALG [...] a gente fez esse baile lá [...] fez o baile de máscara e depois a gente limpou. [...] A gente fez lá também a [peça de teatro] “Sexo: tirando as máscaras” [...] a gente também ainda não era Cineteatro, escombro também. (SOARES, 2024, inf. verb.).

Figura 12 - Compilado de fotos do interior do Cineteatro, possivelmente no ano de 1997



Fonte: Acervo pessoal de Isab-El Cristina Soares [1997?].

Segundo o trabalho de Damin e Minuzzo (2021), o Cineteatro, criado pela vontade popular, a partir de grupos teatrais que almejavam um local para apresentar seus trabalhos, em 1998. Em função de um processo de desmantelamento do setor cultural vivido, em parte, por divergências nos posicionamentos políticos entre governo e classe artística, o local deixou de receber a devida manutenção, parando de receber orçamento para a realização de festivais em 2007, sendo fechado oficialmente em 2009. No ano de 2011 houve notícias veiculadas sobre verbas direcionadas à recuperação da instituição, porém com o *impeachment* da prefeita eleita Rita Sanco (2009-2011), o projeto foi abandonado.

Figura 13 - Cineteatro de Gravataí



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2021).

Coincidentemente, ou não, em 2007 é construído uma sede do Serviço Social do Comércio (SESC) - que é uma empresa privada voltada para as áreas de lazer e cultura - e que tem em Gravataí o maior teatro da rede no RS. Anualmente são celebrados contratos entre a Prefeitura e a empresa para a realização de festivais, eventos esportivos, culturais, entre outros. Já o Cineteatro, originalmente espaço das artes cênicas e de encontro para grupos artísticos, pode ser demolido em breve.

Outra ocupação importante que ocorreu no mesmo ano foi a do Quiosque da Cultura, cujo prédio havia sido cedido à iniciativa privada, “O Quiosque foi ideia do Daniel [Bordignon]: ocupem lá porque assim eu consigo fazer alguma coisa [...]” (SOARES, 2024, inf. verb.). Desta forma:

O Quiosque mesmo, a gente juntou todas as associações e a gente fez um evento com todas elas juntas [...] ali é um prédio público e o cara tava usando ele [...] era um bar [...] como aquilo ali é um espaço público, a gente achou que tinha que ficar com o poder público, não alguém ter [...] 21 de setembro de 1996 [...] (SOARES, 2024, inf. verb.).

O espaço reivindicado pela sociedade civil para a cultura a partir de 1996, é até hoje o único da cidade destinado às artes visuais, após vários anos em reforma, o

local foi inaugurado em 2011 e é um dos poucos que resistiu as políticas de desmantelamento da cultura em Gravataí após 2017.

Figura 14 - Quiosque da Cultura em 2021



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2021).

Em 1997, um incêndio destrói boa parte do prédio do Museu Municipal e a ALG intervêm também, em busca de fundos para auxiliar na recuperação do espaço:

A Associação Literária foi para lá quando tava tudo ainda no caos [...] Algumas pessoas da ALG vestiram um saco de lixo [...] luvas e fomos catar peças entre aquela massa de coisas. Aquela coisa: achei um pedacinho aqui, tirava, limpava e botava de lado. Isso quem fez foi a Associação Literária, Zulair Maria de Souza e Isab-El coordenando. Aí quando a gente retirou tudo o que tinha nós fomos pra lá [...] em 97, num sábado e domingo a gente pegou escovão, mangueira, pano e fomos lá para dentro lavar o Museu, a gente lavou ele de cima à baixo, vidros e tudo mais. Aí a gente passou a ter recital lá dentro a luz de velas [...] foi feito uma festa pra arrecadar dinheiro pra salvar o Museu, então foi feito camisetas que eram vendidas pra arrecadar e um cravo, um prego de ferro antigo, um cravo foi feito leilão de um cravo também com o intuito de arrecadar dinheiro. (SOARES, 2024, inf. verb.).

A sede do Museu só foi retomada em 2009, porém, as exposições do acervo continuaram a acontecer em espaços temporários. Quando o sobrado reabriu, foi mantido um pequeno ambiente, embaixo da escada, como uma espécie de memorial do ocorrido, com algumas peças danificadas naquela ocasião.

Figura 15 - Memorial ao incêndio de 1997



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2013).

Em relação as ações da ALG, também ocorreu o caso do Casarão dos Fonseca, bem histórico que teve sua demolição interrompida entre 1999 e 2000, após ocupação do espaço, ele foi adquirido pela Prefeitura. Isab-El relata que

[...] um dia, sem mais nem menos, eu to na Fundarc, era 10 horas da manhã, toca o telefone e uma colega louca gritando: Isab, faz alguma coisa, porque estão pondo o Casarão dos Fonseca no chão, tem caco de azulejo pintado à mão no chão. Sérgio Pires estava em reunião [...] ele disse pra mim, impede. Como vou impedir? Não sei, te vira porque eu vou achar a juíza [...] Aí ele já pega a pastinha dele, já tá indo lá pra conversar com o Bordignon [...] liguei pra Zula, só tem nós [...] os artistas [...] o poder público não pode fazer isso, como instituição, mas a gente pode, tu chama as outras associações que eu chamo nosso povo. [...] A ALG foi em peso [...] Os caras [que estavam demolindo o local] tavam lá e disseram assim: moça a gente não pode parar, a gente não vai receber ordem de vocês, a gente não pode parar, só que assim moça, a gente sai pra almoçar [...] e aí se vocês ocuparem o espaço a gente não pode fazer nada. [...] quando ele retornou ele disse pra nós: eu tava quase chorando quando eu vi, porque eu sou da cidade e eu amo essa casa, então eu tava sentindo muito, graças a Deus vocês vieram. [...] Nós nos sentamos, um do lado do outro, cercando a casa, um cordão humano, começou a chover de noite [...] compraram charque, servimos carreteiro e a gente não arredou o pé dali. E o Sérgio, era um feriado e a juíza tinha ido viajar [...] ele foi até a praia pra ela assinar o interdito. [...] ele chegou correndo: tá aqui, consegui gente. Nisso tava eu indo com pneumonia pro hospital [...] muitos passaram mal. (SOARES, 2024, inf. verb.).

Após essa ação e aquisição do prédio histórico, o local foi cedido para abrigar a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) em 2003:

Pelo que eu sei, essa casa [Casarão dos Fonseca] ficou lá fechada e quando o Régis foi conversar com o Daniel [Bordignon] que precisavam de um espaço, o Daniel disse o seguinte: tem aquela casa lá, se vocês arrumarem ela [...] Hoje citam até o padre que deu a comunhão pro primeiro açoriano que pisou aqui, mas ninguém cita como essa casa foi salva [...] é como se ela estivesse lá, linda, maravilhosa, como ela é hoje, aí deu, não, houve uma luta pra essa casa ficar de pé. (SOARES, 2024, inf. verb.).

Creio que muito atrelado a esses movimentos da comunidade e incentivados pelo poder público, em 2004 surge a Lei 2114, que institui o tombamento para proteção ao patrimônio cultural do Município (GRAVATAÍ, 2004a). Essa legislação levou também à criação do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, que ficava encarregado de pesquisar e solicitar medidas legais para a proteção e acautelamento; aprovar obras de restauração e conservação; proteger e vigiar bens tombados. Este Departamento, bem como as instituições culturais públicas do município, eram subordinadas à FUNDARC. Segundo a historiadora Maria Inês Guilloux Leal:

A gente fala no Museu, mas as pessoas de fora não sabem que o Museu não é só o Museu. O Museu é o Departamento de História da cidade. Porque além do Museu, com o acervo de peças antigas que a gente tem, nós temos junto o Arquivo Histórico que foi criado para ser junto ao Museu. E no Arquivo Histórico nós temos documentos a partir de 1880 [...] Além disso, nós temos o setor que cuida do patrimônio material e imaterial [...] Nós temos vários obeliscos nas três praças centrais, a praça da Bíblia, a praça Dom Feliciano e a praça do Quiosque. [...] Nós temos algumas coisas documentadas, inclusive há pouco tempo atrás eu fiz uma solicitação porque o pessoal está arrancando as placas de identificação desses obeliscos. [...] Esse trabalho é um que as pessoas não sabem que também eu faço, que nós fazíamos antes com uma equipe de nove pessoas e que hoje eu faço sozinha. (LEAL, 2022b, inf. verb.)

O Departamento de Patrimônio Cultural e Natural realizava pesquisas históricas, documentava informações sobre os bens e realizava tombamentos. Havia uma preocupação com a materialidade frente ao risco de perda. Os tombamentos realizados a partir desse processo foram: Atafona do Xará (2004); Casarão dos Fonseca - CAERGS (2004); Antiga Prefeitura (2005); Museu Municipal (2005); Fonte do Forno (2005); Casarão dos Bina (2005). Percebe-se no discurso registrado em livro tombo a valorização de uma herança europeia, mais especificamente portuguesa e

açoriana, além do valor histórico atribuído às materialidades, a questão da antiguidade dos bens aparece como alicerce para sua eleição enquanto patrimônios municipais.

A FUNDARC também realizou diversas oficinas culturais, segundo o ex-vereador Paulo Silveira (PSB) “Tinha várias oficinas culturais através da FUNDARC, oficinas que eram referência na região metropolitana.” (SILVEIRA, 2024, inf. verb.). Isab-El Cristina Soares relata que após o incêndio do Museu, em 1997, ela passou a atuar neste setor:

Todas essas peças [do Museu] foi lá pra Fundarc [...] tiraram gente da equipe [...] E Sérgio [Pires] disse: vou criar alguma coisa pra ti, eu não quero que tu saia daqui porque tu é muito boa funcionária. E foi assim que eu criei o Departamento de Oficinas, que tinha antigamente [...] tinha oficina de [...] inglês, espanhol, violão e balé, era tudo o que tinha, aulas, sem nenhum departamento. Então a gente criou o Departamento de Oficinas e quando eu saí [anos 2000] tinha 1650 alunos [...] em “n” áreas, só em idioma tinha: inglês, espanhol, italiano, alemão [...] francês, libras [...] eram oito idiomas. Música tínhamos violão, teclado, bateria. Artes cênicas: teatro adulto, infantil [...] capoeira, balé [...] não era como é hoje [...] Cada aluno, na época, pagava 15 reais a inscrição e 5 reais ao mês, esses 15 reais era recolhido pela associação e repassado pro oficineiro e o que ele recebia por mês eram esses 5 reais de cada aluno [...] como o município não podia arrecadar dinheiro, isso passava pela Associação [Literária de Gravataí] [...] (SOARES, 2024, inf. verb.).

A partir dessas falas observamos que o trabalho desse órgão foi sendo ampliado e que a ALG também participava como uma espécie de “produtora cultural” para a Fundação.

Em relação as publicações feitas no período, destaco a coletânea “Raízes de Gravataí” (2011), organizado por Célia Silva Jachmet e Vera Lucia Maciel Barroso, que possui quatro volumes. Segundo Jairton Ortiz da Cruz (2010)

[...] a Prefeitura Municipal de Gravataí/RS, a Casa dos Açores do Estado Rio Grande do Sul (CAERGS), a Fundação Municipal de Arte e Cultura (FUNDARC), a Secretaria Municipal de Educação (SMED), através do Projeto Raízes, procuram reunir pesquisadores, escritores, professores e alunos, enfim, os cidadãos que buscam a origem cultural - histórica açoriana de Gravataí/RS para que valorizem e dêem continuidade a tradição luso-açoriana. (p.11).

Os livros focam em diferentes aspectos da cidade e possuem diversos autores, alguns dos textos apresentam dados documentais, outros narrativas orais, histórias pessoais ou uma configuração mais acadêmica. A obra demonstra um pouco da

essência desse período histórico, ou seja, uma construção coletiva, organizada em uma parceria público-privada com pessoas que estavam fortemente envolvidas com uma política de fortalecimento da identidade açoriana em Gravataí.

Ressalto que a cidade foi governada por mandatos consecutivos (1997-2011) por prefeitos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), considerado de esquerda. A primeira prefeita da cidade, eleita em 2009, foi retirada do poder por um processo que posteriormente se provou ilegítimo. Segundo o livro “O Golpe da Injustiça”, publicado em 2013,

[...] uma maioria de 10 vereadores e seus aliados deram um golpe político em Gravataí. Escolheram um exato período do mandato em que a legislação dispensa a convocação de novas eleições assim sorrateira e espertamente escaparam de submeter-se ao crivo da população nas urnas. (SANCO, 2013, p.15).

A ex-prefeita relata detalhes sobre seu mandato e sobre o ocorrido, colocando que houve um processo de perseguição política e tentativa de desestabilizar o PT, que governava a cidade desde 1997. Sendo assim:

A referida denúncia foi efetuada junto ao Ministério Público local, que após minuciosa análise, entendeu ser descabida a abertura de Inquérito Civil outro procedimento para apurar quaisquer irregularidades, pelo simples fato de que não existe nada a ser investigado. (SANCO, 2013, p.98).

Desde o episódio do *impeachment* a cidade passou a ter diversos prefeitos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que posteriormente torna-se Movimento Democrático Brasileiros (MDB), estando no poder desde 2011. A partir destes processos políticos percebemos diversas transformações no cenário cultural de Gravataí.

Dentre eles o fato de que diversos bens municipais passaram a ser decretados por meio da Câmara de Vereadores. O primeiro deles foi o Rio Gravataí (2012), que já era reconhecido como patrimônio estadual desde 2006, a partir de um projeto de Marco Alba, que foi deputado estadual entre 2002-2007 e 2010-2012, prefeito da cidade em dois mandatos consecutivos, entre 2013-2020.

Outro ponto interessante para pensarmos sobre as políticas culturais de Gravataí é o fato de que ela é uma das cidades do Rio Grande do Sul que possui um Sistema Municipal de Cultura, completo, ou seja, há uma lei de instituição na qual:

[...] devem estar previstas a estrutura e os principais objetivos de pelo menos cinco componentes: Órgão Gestor (secretaria de cultura ou equivalente), Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (com Fundo de Cultura). (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012, p.33)

Simone Luz Ferreira Constante desenvolveu trabalhos sobre a administração pública no âmbito da cultura, nos quais apresenta o processo de criação e implementação do Sistema Municipal de Cultura em Gravataí. Ela aponta que:

[...] o Ministério da Cultura criou e está implementando o Sistema Nacional de Cultura. Uma proposta de gestão articulada e compartilhada entre Estado e sociedade, integrando os três níveis de governo. Processos decisórios democráticos, intra e intergovernos, a partir de uma atuação pactuada, planejada e complementar entre Municípios, Estados e a Federação. Com isso, ocorre uma descentralização do ponto de vista político, a partir da transferência de recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais. (CONSTANTE, 2015, p.23).

Segundo a autora, um dos marcos da implementação do Sistema Municipal de Cultura foi a 1ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2005. Em 2010 foi criado o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura (FMC), por meio da lei nº 3.008/2010, o primeiro assumia a função dos conselhos anteriores vinculados à FUNDARC, o segundo seria um instrumento para a captação e aplicação de recursos para a realização de projetos artísticos e culturais na cidade. No ano de 2011 cria-se o Plano Municipal de Cultura e em 2013 o Conselho passa a se chamar Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Constante aponta que a segunda gestão do Conselho desenvolveu

[...] a reformulação do regimento interno do Conselho, para corrigir certas incoerências no processo de gestão. [...] a elaboração coletiva do projeto de lei de criação deste Sistema, o qual foi aprovado pelo Poder Legislativo, por unanimidade, e sancionado pelo Poder Executivo em 27 de junho de 2014, sob nº de lei 3.483/2014. (CONSTANTE, 2015, p.43-44).

Em 2014 institui-se o Sistema Municipal de Cultura e, em 2016, um novo Plano Municipal de Cultura é aprovado pela lei nº 3.775. No ano seguinte, 2017, a FUNDARC é extinta, o que irá ocasionar em uma série de problemas que aprofundo no próximo item e, de certa forma, em toda a tese. Um de meus entrevistados, na época vereador

de Gravataí, Paulo Silveira, faz uma análise interessante sobre essa extinção em dois pontos de nossa conversa, no primeiro ele coloca que:

Primeiro é um retrocesso, né? A gente tinha uma fundação que tinha uma função específica, fomento da arte e cultura da nossa cidade. Segundo motivo argumentado à época, ele não é plausível, é a questão do controle, porque tinha autonomia, é uma fundação, não tem nada a ver entendeu [...] (SILVEIRA, 2024, inf. verb.)

Outro ponto levantado pelo ex-vereador é que “É que na verdade, tinha um tinha um simbolismo, né? É, tinha um simbolismo, pro, na época do governo, o governo entende que aquilo dali não tinha motivo nenhum, porque o governo no entendimento dele, tinha que dar lucro, né?” (SILVEIRA, 2024, inf. verb.) O simbolismo referido relaciona-se aos governos de esquerda, que junto com a população, fizeram a FUNDARC ser um órgão de extrema importância para a articulação cultural da cidade. Durante a pesquisa participante a queixa mais recorrente que ouvi foi em relação a essa medida pois ela desarticulou diversas áreas, tanto em relação a políticas de fomento, quanto a preservação de bens, a realização de eventos, pesquisas, entre outros.

Desta forma, compreendo que, o que está por trás da extinção desse órgão tem estreita relação com a retirada de Rita Sanco em 2011, também. Não me parece ser à toa que o primeiro bem patrimonializado pela Câmara de Vereadores, em 2012, seja oriundo de um projeto estadual de Marco Alba, que é eleito como Prefeito em 2013. Não creio que seja algo desconexo, mas sim um presságio do que estava por vir.

Esse segundo momento das políticas culturais e patrimoniais em Gravataí é extremamente rico, é ali que são implementadas leis que guiam e auxiliam no trabalho desse setor na cidade. A FUNDARC cumpriu um papel fundamental tanto na articulação dos agentes culturais, quando no fomento e cuidado com os espaços públicos e patrimônios.

Voltando a questão mencionada no item anterior, em que falo sobre a importância de compreendermos os contextos históricos, é no final dos anos de 1990 e começo dos anos 2000 que ocorre a instalação da GM, o que traz uma série de novos moradores para a região e interfere em sua economia. Observo aqui, assim como nos anos de 1970, outro momento de ruptura que busca, através da eleição de patrimônios e narrativas, a rearticulação do presente com o passado.

Segundo Bruno Conceição (2017), após a redemocratização do Brasil, Gravataí elegeu diversos prefeitos com propostas trabalhistas, o que fez com que o PT (fundado na cidade no final de 1980) ganhasse espaço. O autor destaca a GM e o crescimento econômico, apontando que

A expansão de investimentos e de empregos que surgiram no ensejo da construção da fábrica de automóveis, e da ocupação de postos de trabalho na fábrica, fortaleceram o comércio local, em franco crescimento desde então, possibilitando que o PT se mantivesse 14 anos consecutivos na Prefeitura de Gravataí. Em consonância com o aumento de investimentos na cidade, o PT construiu melhorias em obras de pavimentação e saneamento para a população através da forma de gestão participativa das finanças de governo, disseminada com êxito pelo território brasileiro, de orçamento participativo, ou seja, participação da comunidade na escolha daquelas obras necessárias para os bairros da cidade. (CONCEIÇÃO, 2017, p.14)

Nesse momento histórico, poucos anos após sair da Ditadura Militar, Gravataí elege consecutivamente governos de esquerda e esse viés político e ideológico é o que vai contribuir com o crescimento da cidade. Além disso, sua população parece ter se articulado em prol dessa transformação, sendo agentes ativos, seja nas ações de ocupação de espaços, participação em atividades artísticas, organização de associação ou atuação em conselhos municipais.

Todavia, a partir do golpe sofrido pela prefeita Rita Sanco, o partido perde muito espaço dentro da cidade. Conceição (2017), aponta Daniel Bordignon, prefeito entre os anos de 1997 e 2004, como figura essencial para o sucesso do partido na cidade, segundo o autor:

[...] o desempenho eleitoral do político populista Daniel Bordignon, comparado a sua bancada partidária, indica que ele teve peso essencial no sucesso do PT de 1992 até 2012. Na reeleição de Bordignon em 2000, por exemplo, temos o único momento no qual os votos do candidato petista, como vencedor do pleito, superam o dobro de votos do segundo colocado. Isto é demonstrativo da assimetria de apoio político dele, conquistada no percurso de sua carreira política, frente aos outros políticos do município. A saída dele do PT, em 2016, significou uma vertiginosa queda eleitoral do PT em Gravataí que ficou sem vereadores eleitos e sem estar nas primeiras duas posições na corrida para a Prefeitura, situação inédita em 20 anos de disputas eleitorais do partido na cidade. (CONCEIÇÃO, 2017, p.33).

A saída de Daniel Bordignon do partido, o *impeachment* de Rita Sanco, problemas durante o governo de Sérgio Stasinski (2005-2008) como “[...] o crescimento da dívida pública, a falta de pagamento aos fornecedores, o

descumprimento das obras votadas no Orçamento Participativo e a baixa interlocução com a população.” (SANCO, 2013, p.32-33), abalaram as votações do PT em Gravataí. Somam-se a isso questões de âmbito nacional como: o movimento Passe Livre (2013), a operação Lava Jato (2014-2021), o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (2016) e o antipetismo, ligado a grupos de direita, crescente no País. É dentro desse cenário que entramos no momento de 2017.

3.2.3 Retrocessos e avanços

Gravataí viveu, entre as décadas de 1990 e 2000, um grande momento cultural, foram criadas leis, espaços para diferentes manifestações culturais e cargos de especialistas para atuação nesses locais. Vale lembrar que desde a redemocratização do Brasil, em 1988, foram eleitos governos municipais com propostas trabalhistas (CONCEIÇÃO, 2017), sendo prefeitos: José Mariano Garcia da Mota pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) entre 1989 e 1992; Edir Pedro de Oliveira pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre 1993 e 1996; Daniel Luiz Bordignon pelo Partidos dos Trabalhadores (PT) em dois mandatos, entre 1997 e 2004; Sérgio Luís Stasinski pelo PT, entre 2004 e 2008; Rita Sanco pelo PT, entre 2009 e 2011, sofrendo um golpe, que levou ao seu *impeachment*.

A partir deste processo, com a saída da prefeita eleita Rita Sanco, muitas coisas mudaram na cidade, que passou a ter prefeitos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que se torna Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 2018, sendo esses: Nadir Rocha (2011-2011); Acimar Silva (2011-2012); Marco Aurélio Soares Alba (2013-2016); Nadir Rocha (2017-2017); Marco Aurélio Soares Alba (2017-2020); Luiz Zaffalon (2021-2024). Em 2023, há uma cisão no partido e Zaffalon filia-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 2023, concorrendo e ganhando, contra Alba (MDB) e Bordignon (PT) nas eleições municipais de 2024.

Em 2017, a FUNDARC foi extinta, quadro esse que se repetiu em esfera nacional: após o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff (PT) em 2016, tivemos a extinção do Ministério da Cultura (MinC) em 2019, que só foi retomado em 2023, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumi a presidência da república, em seu terceiro mandato.

A partir da extinção da FUNDARC, foi instituída Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL), deste momento em diante, vimos um imenso retrocesso

Comentado [HT1]: Trouxe esse dado das Considerações Finais para cá, depois preciso reler o capítulo para ver se ficou bom

em relação as políticas culturais e patrimoniais de Gravataí, acentuando problemas identificados desde 2011, com o processo de *impeachment*.

Relembro também que a extinção de órgãos gestores da cultura não foi algo que ocorreu apenas em esfera regional. Se em Gravataí vimos a FUNDARC ser extinta em 2017, no âmbito nacional tivemos a desarticulação do Ministério da Cultura em 2019. Sendo assim, observo que há uma tentativa deliberada e bem-sucedida de acabar com um movimento cultural que surge décadas antes e que havia ganhado força com o fim da Ditadura. Tanto que, uma das questões levantadas repetidas vezes por grupos que defendem esses governos é apologia à ditadores, o estímulo ao poder bélico (seja ele militar, policial ou de guardas municipais, como é o caso na cidade), tentativa de controle sobre os discursos produzidos, dentre outras questões.

No município, muitos dos funcionários da FUNDARC eram indicações, todavia, havia um corpo de especialistas e técnicos responsáveis pela cultura e que tinham formação na área. Com a gestão da SMCEL, SMGCC e agora da SMC há ainda funcionários concursados, entretanto, temos um alto número de cargos de confiança que, de modo geral, não possuem formação e conhecimentos específicos nos setores que atuam. Os cargos da FUNDARC foram extintos, desaparecendo a medida em que os servidores se aposentam. Ressalto que uma das grandes problemáticas com os funcionários que são cargos de confiança é a relação deles com políticos e partidos, seu papel concentra-se muitas vezes, em defender um discurso oficial e desestimular questionamentos ao governo.

O Museu Municipal, foi fortemente atingido por essas questões, já que chegou a ter diversos funcionários trabalhando simultaneamente e aos poucos foi sendo sucateado. Em 2013, quando estagiei no local, havia 03 (três) funcionários formados em História, desde 2018, dos dois coordenadores que conheci, um era professor de artes marciais e o segundo uma moça jovem com técnico em secretariado. No começo de 2024, após a aposentadoria de Maria Inês Guilloux Leal, que trabalhou na instituição por mais de duas décadas, ficou sem funcionário algum. A fim de solucionar o problema, de forma emergencial, um professor de História concursado foi cedido pela SMED, a partir de junho de 2024, permitindo a continuidade da instituição e seu único responsável naquele ano.

Em relação ao Sistema Municipal de Cultura, criado entre 2011 e 2014, sempre foi frágil e o órgão gestor na lei do ainda é a FUNDARC, esse fato compromete diversas leis vinculadas à cultura e patrimônio da cidade, posto que a legislação não

foi atualizada, o que também acarreta certas confusões quanto à atribuição de funções das Secretarias. O FMC não recebe verba e não lança editais desde 2019, sendo assim a Cultura não possuía financiamento próprio até 2025, já que os valores que iam para a Fundação não foram remanejados.

Todas as legislações referentes à patrimonialização, Sistema Municipal de Cultura, CMPC etc., seguem vinculadas ao antigo órgão gestor, a FUNDARC, ocasionando em brechas e problemas legais, levando a patrimonialização de bens sem a devida pesquisa, que parecem mais relacionar-se a vontade política do que ao conceito de patrimônio.

Quanto aos espaços culturais públicos, a Biblioteca Pública Monteiro Lobato, teve períodos de fechamento devido a pandemia do covid-19 e ocupa um prédio alugado pela Prefeitura.

O Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antonio Soares da Fonseca, ocupavam o mesmo prédio, fechado desde 2018, por problemas em sua estrutura. Sendo que ele esteve fechado por 12 anos, entre 1997 e 2009, devido a um incêndio que destruiu e danificou parte de seu acervo. Uma parcela de seus bens foi levada para uma sala no Centro Administrativo Leste, mesmo prédio em que ficava a SMCEL. Em 2022, conseguiu-se um outro ambiente, no mesmo local, para a exposição de algumas peças. Em 2024, a única funcionária concursada para trabalhar no Museu, ainda na época da FUNDARC, se aposentou, levando há meses sem nenhum responsável pelo acervo. Em maio de 2024 houve a transferência de um professor de História concursado do município para atuar como coordenador do setor de patrimônio histórico, após isso, parte do acervo do Museu ficou exposta em lugares diferentes da cidade, mas o Museu e Arquivo não retornaram com o atendimento normal.

O Quiosque da Cultura, é voltado, principalmente, a exposições e atividades formativas relacionadas às artes visuais. Seu prédio foi cedido para a Secretaria da Saúde durante a pandemia e constantemente passa por questionamentos quanto ao seu uso, principalmente, relacionadas à Guarda Municipal, que vê o local como ponto estratégico. Atualmente, podemos dizer que o Quiosque da Cultura é um local de resistência para artistas e agentes culturais da cidade, que presam por sua manutenção e uso.

O Parque Municipal de Eventos, foi parcialmente vendido para uma instituição privada e deixou de sediar ações como o Rodeio Internacional do Mercosul, que

ocorre na cidade desde 1995. Por esse motivo o governo adquiriu outro terreno, mais afastado da região central para receber essa e outras programações. O Rodeio é promovido, principalmente, pelos centros de tradições gaúchas da região, em parceria com o município.

Em relação ao Cineteatro, cujo processo de impeachment acabou interrompendo qualquer possibilidade de reforma, em 2021, começaram a circular notícias sobre a possível demolição do espaço. Essa e outras preocupações levaram a criação de um projeto de lei 128/2021 que “Dispõe sobre a criação do programa de proteção do patrimônio histórico e cultural material e imaterial do Município de Gravataí”. Em 2023, realizei uma entrevista com Thiago De Leon (PDT), que era vereador na época e propôs o projeto, segundo ele:

A gente pensou nesse projeto de lei, eu e minha equipe, a gente tinha Como percepção, a tentativa de fazer uma proteção aos bens materiais e imateriais do município, de tentar ancorar por meio de alguma legislação vinda do poder legislativo para gente proteger alguns patrimônios que estavam sobre o ataque. E alguns institutos bem localizados, como por exemplo, o teatro municipal [Cineteatro]. [...] essa lei vai muito para tentar fazer uma proteção desses bens e tentar regulamentar. E ter uma legislação mais específica, para que a cultura tivesse um amparo também legislativo, não só por meio de portaria, não só por meio de outros instrumentos que possam, de alguma forma, de tentar proteger. [...] sobretudo, aqueles bens que estavam sobre ataques. A gente não conseguiu produzir os efeitos que a gente queria [...] (LEON, 2023, inf. verb.)

Caso tivesse sido aprovada, a lei teria resolvido diversos problemas em relação à preservação do patrimônio da cidade, todavia, o projeto foi arquivado, pois

[...] a questão do arquivamento, a gente tem um problema latente que no município. Eu sou um vereador hoje de oposição, então, todas minhas produções legislativas, elas são barradas por alguma alegação de inconstitucionalidade [...] Então, na prática, quase tudo que eu proponho não dá, por uma questão política [...] porque a lei, como eu te disse, eu fiz pesquisa em vários municípios e tem várias cidades que foram aprovadas. Então, como eu tenho essa questão aqui interna minha [...] não tem o que fazer. (LEON, 2023, inf. verb.)

Esse trecho revela um problema estrutural imenso em Gravataí e ao qual eu presenciei diversas vezes na Câmara de Vereadores: não interessa o teor e a importância do projeto proposto e sim de onde ele vem. Nesse período, além dos espaços culturais em situações preocupantes de abertura, fechamento e ameaças,

alguns bens, que já haviam sido patrimonializados na época da FUNDARC, passam a ser alvo de preocupação da população, posto que param de receber manutenção. Dentre eles o Casarão dos Bina, o sobrado do Museu Municipal, a Fonte do Forno e a antiga Prefeitura. Em 2023, denúncias fazem com que obras avancem nesse sentido, o ex-vereador Paulo Silveira comenta que:

A gente fez uma denúncia na época, chamado por uma pessoa da cultura, na verdade, duas pessoas, vieram me procurar na área da cultura na época, questionando a partir de uma reunião que teve no Conselho [CMPC] e eu prontamente me coloquei à disposição. E, a gente não chama denúncia, na verdade, tecnicamente, chama provocar o Ministério Público, entendeu? O nosso papel enquanto parlamentar é esse, nós provocamos, às vezes nós solicitamos a promoção de uma investigação, não é? [...] E naquela época, quando eu fiz uma denúncia, [...] fiz um vídeo trazendo, mostrando as condições [...] do Casarão [dos Bina], fiz um na frente do Museu também. Porque é um abandono total, não é? Não tinha um norte, não tinha uma prioridade [...] e a gente fez, felizmente, o governo se mexer pra tomar providência que hoje eles tanto galgam que fizeram, mas infelizmente, não era uma prioridade, foi através de uma denúncia nossa no Ministério Público. [...] Esse é o sentido a meu ver, o meu papel enquanto parlamentar, é promover políticas públicas, fiscalizar o erário, para que essas estruturas passem de geração para geração. [...] É um entendimento muito frágil de um gestor quando ele pensa que governa para aquele momento, a gente governa para a história. A gente é lembrado por aquilo que a gente faz. (SILVEIRA, 2024, inf. verb.).

A partir dessa denúncia que vem também do trabalho que eu desenvolvi no CMPC desde 2022, tiveram início as obras de revitalização do Casarão dos Bina e obras emergenciais de escoramento do Museu Municipal Agostinho Martha. Devo destacar que, além dos bens patrimonializados em estado de deterioração, presenciemos, durante os últimos anos, uma série de ações como: a destruição da rodoviária, quando havia sido solicitado seu tombamento (2015)²³; a retirada das pedras portuguesas que adornavam as calçadas; a remoção de acervo da praça, em frente ao Museu, para colocar uma santa católica em plena pandemia, 2020/2021; a distribuição das peças do Museu por vários locais diferentes desde 2018; a descaracterização das praças centrais com o projeto “Novo Centro”, realizado em 2023; a instalação da Rua Coberta, que é um investimento privado entre duas praças históricas em 2024; a transformação do Aldeão, ginásio de esportes da década de 1970, em um mercado público. Isab-El menciona que:

²³ Apesar da destruição da rodoviária municipal ter ocorrido em 2015, dois anos antes da extinção da FUNDARC, optei por mencionar a questão dentro desse subcapítulo, pois ambas as ações ocorreram durante o primeiro mandato do ex-prefeito Marco Alba, eleito em 2012 e 2016.

A gente retrocedeu no mínimo 500 anos, toda a luta que eu lembro, que eu cheguei ainda na época do Edir Oliveira, ainda na época dele, ainda tinha uma certa preocupação muito sutil, mas tinha. Aí, graças a Deus veio a esquerda que juntou tudo isso [...] eu lembro que eu fazia o circuito cultural e todos os dias tinha escola para eu ir [...] era tão bom chegar e contar à história de como foi aquele prédio [...] Dom Feliciano, Igreja Matriz, isso tudo a gente contava história, a Fonte do Forno, que hoje tá lá jogava, nós íamos e tinha escolas que parava ali pra fazer piquenique. [...] Agora a gente perdeu espaços, tipo, Cineteatro estava nas últimas negociações pra ele ser reformado, quando a Rita sofre o golpe e ali largaram o Cineteatro. Aí o Museu Municipal, ficou um tempo fechado, ficou, mas nunca ficou como está agora, largado. Nós perdemos aquela pracinha, onde tinha o acervo, acabou [...] Tinha uma atafona ali [...] no governo do Alba, teve uma funcionária, CC's [cargo comissionado], que juntaram os cacos [de cerâmica indígena] e colocaram na calçada porque era lixo. Esse governo colocou gente incompetente e que tão cagando pra história. Aí a gente perde, além disso aí tudo, a gente perde também a Prefeitura. [...] Me tiram um ginásio de esportes pra uma feira [...] A Rua Coberta é um galpão, a gente perdeu isso também, as árvores [...] no Quiosque tinha três pau-Brasil, cadê? [...] A parte de cima do Quiosque está pra por carrinho de lixo [...] A gente lutou, mas a gente tinha o respaldo, as vezes era ideia deles, mas como eles não podiam fazer isso, era quase que uma coisa assim: a gente não pode, mas tu pode, a gente te ajuda, eles colocavam, no dia em que a gente ocupou o Quiosque, a guarda municipal estava lá [...] o Cineteatro, a gente [poder público] não pode fazer nada, mas a gente vai por caminhão lá pra vocês [...] tinha sempre alguém do poder público dando respaldo pra nós. [...] Hoje, a minha cidade não existe mais [...] é uma cidade de vidro e concreto, só pra elite [...] Tu chega no centro, é outro mundo, onde tiram calçadas que tem pedra açoriana pra fazer cimento [...] aqui a gente não vê mais nada açoriano [...] Rodoviária foi assim, eu pedi tombamento, quando eu vi que na parte interna dela tinha uma parede [...] era tudo azulejo pintado à mão, aí foi pedido tombamento e o Marco Alba tombou num domingo de noite. (SOUZA, 2024, inf. verb.)

Após um ano de grandes desafios, em 2023, quando vimos sem poder fazer nada, a destruição de várias árvores nas praças centrais, a construção da Rua Coberta, as denúncias pelo descaso com o patrimônio e a compra dos prédios que eram da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) para ser a nova Prefeitura, no final desse período a prática de retaliação à cultura começou a mudar. A antiga Prefeitura foi “entregue” para a cultura, com diversos problemas em sua estrutura, para se tornar uma Casa de Cultura, pois, após muitas discussões no CMPC, optou-se por uma nomenclatura genérica para não “limitar as possibilidades de uso do espaço”. Também foi criado, a partir de verbas que vieram pela Lei Paulo Gustavo (LPG) em 2023, uma sala multiuso que ainda não está pronta. E, até mesmo o Casarão dos Bina, foi anunciado como um local que abrigaria atividades culturais (em 2025 ele passou a abrigar oficinas do SESC, em uma parceria público privada).

Um fator que contribui para a ampliação dessas ações foi a cisão política entre Marco Alba (que havia sido Prefeito entre 2013-2020) e Luiz Zaffalon (Prefeito desde 2021 e reeleito em 2024). Os políticos eram grandes aliados até que, no final de 2023, Zaffalon filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)²⁴ e eles concorreram pela eleição de 2024. Sendo assim, muitas das ações que ocorreram durante o primeiro mandato do atual prefeito passaram a ser atribuídas quase que exclusivamente à Alba.

Mas, fechamos 2023 e passamos 2024 com o anúncio de 07 (sete) espaços culturais públicos (Biblioteca, Museu, Arquivo, Quiosque da Cultura, Casarão dos Bina, Sala Multiuso, Casa de Cultura), quando, na prática, só funcionavam plenamente o Quiosque da Cultura e a Biblioteca Municipal.

Em 2024, a cultura passa a ser parte da Secretaria Municipal de Governança, Comunicação e Cultura (SMGCC). Sendo um ano eleitoral a pauta ganha grande valorização por parte do poder público, que usa esses espaços como campanha também. Assim, nesse ano tivemos: uma Feira do Livro com bastante divulgação, com a temática do patrimônio; o anúncio do projeto das obras da sede do Museu; o primeiro evento municipal para comemorar o Dia Estadual do Patrimônio; a inauguração do Casarão dos Bina; a contratação de três funcionários qualificados para a cultura da cidade; a colocação de um secretário qualificado na área; a criação de uma comissão para tratar de pesquisas referentes aos patrimônios municipais; a entrega da Casa de Cultura (antiga Prefeitura). Além, é claro, das promessas de uma rearticulação da Secretaria Municipal de Cultura, se o governo fosse reeleito.

Desta forma, todas as reivindicações e os avanços conseguidos com muito esforço pela população, em grande parte, e denúncias, tornaram-se quase que um troféu para a campanha eleitoral de 2024. Quando reeleito, Zaffalon concedeu uma entrevista para o jornal “Seguinte”, que está disponível no canal do *Youtube* na qual aponta que:

[...] tem que amadurecer um pouquinho mais na administração dos seus quadros né? Os partidos políticos têm que cuidar disso porque a sociedade não atura mais aquele descaso com a administração, pois não admite fazer

²⁴ Mais informações em: NABINGER, Felipe. Eleições 2024: Gravataí tem racha no MDB e possível retorno de ex-prefeito. In: **Correio do Povo**. Porto Alegre, 08 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/elei%C3%A7%C3%B5es-2024-gravata%C3%AD-tem-racha-no-mdb-e-poss%C3%ADvel-retorno-de-ex-prefeito-1.1073573>>. Acesso em 12 dez. 2024.

isso. Eles querem resultados, para dar resultado tem que ser da área né? [...] cultura, por exemplo, eu estava dizendo, eu estou criando a Secretaria da cultura, vai ser um problema arrumar alguém que entenda desse tema né? Normalmente nos partidos é difícil, então eu sempre tenho dito aos presidentes de partido: pelo amor de Deus, cultura, [tem que ter] alguém que lide. Porque nunca ninguém investiu na cultura tudo o que eu estou investindo aqui na cidade. Ontem, ainda, entreguei o Casarão dos Bina, semana que vem ou a outra, vou entregar a Casa de Cultura, reformada, pronto. São equipamentos públicos de cultura que tem que ter cultura lá dentro. Não pode ter é política partidária lá não, tem que ter cultura, e tu tem que aprender a conviver com quem é da cultura né? Normalmente, são de partidos de esquerda, o cara tem que ter esta habilidade para tratar com a cultura, o cara tá lá na cultura porque ele gosta de cultura, não é porque ele é de esquerda. (ZAFFALON, 2024, 33 min).

A fala do atual Prefeito demonstra a questão levantada no subcapítulo “3.2.1 Primeiras iniciativas: década de 1970 e 1980”: a cultura é associada aos grupos de esquerda na cidade. Esse é também um dos fatores que levam ao constante ataque de membros do governo e elite econômica à agentes e instituições culturais, assim como a inserção constante de cargos de comissão nessa área, para que os discursos possam ser manipulados. Recordo que, no começo de 2023, houve uma reunião do CMPC, em que o relato dos conselheiros do governo colocava que as obras emergenciais do Museu e do Casarão dos Bina eram um investimento do governo na cultura, como se nunca tivesse havia nenhuma denúncia para que elas ocorressem.

A partir de 2025 tivemos a retomada da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), todavia, há um interessante relato sobre essa implementação e como essa tese de doutorado contribui na prática com as políticas públicas de Gravataí. No final de 2024, houve o anúncio da nova secretaria e o projeto 66/2024, que dispõe sobre o ordenamento estrutural dos órgãos da Administração Municipal de Gravataí, apontava as seguintes competências: “Art. 28. Compete à Secretaria Municipal da Cultura: I – estimular, desenvolver, coordenar e promover atividade artísticas e culturais no Município de Gravataí; II – exercer outras atividades delegadas pelo Prefeito Municipal”. (GRAVATAÍ, 2024e, p.34).

Ao ler isso me questionei no que, de fato, a SMC poderia realmente contribuir a partir dessas competências, no mínimo, risíveis. Sendo assim, eu e a conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, vulgo minha mãe, saímos de uma reunião da Setorial às 23h e fomos tentar redigir algo que assegurasse minimamente algum amparo legal para a cultura da cidade. Depois, fomos à Câmara de Vereadores solicitar que o texto fosse revisto, conseguimos a inclusão de uma mensagem retificativa, na qual consta que:

1. Alterar o art. 28 do Projeto de Lei do Executivo nº 66/2024, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 28. Compete à Secretaria Municipal da Cultura:

I – estimular, desenvolver, coordenar e promover atividade artísticas e culturais no Município de Gravataí, valorizando todas as identidades e manifestações culturais em suas múltiplas formas de expressão;

II - implementar e gerenciar o Sistema Municipal de Cultura, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura;

III - formular, implementar e executar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura, no período de dez anos, considerando revisões periódicas a cada quatro anos;

IV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural e dos Sistemas Setoriais de Cultura;

V - realizar as Conferências Municipais de Cultura, além de colaborar e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

VI - coordenar o Sistema Municipal de Incentivo à Cultura;

VII - administrar os equipamentos e espaços culturais públicos do Município, de forma a democratizar o acesso aos bens e serviços culturais no município;

VIII - estimular e promover atividades de pesquisa, formação e capacitação profissional, de caráter permanente ou temporário, nos diversos núcleos da Secretaria e instituições parceiras;

IX - promover a defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do município;

X – exercer outras atividades delegadas pelo Prefeito Municipal. (GRAVATAÍ, 2024d, p.1)

Para criar o texto utilizamos como base o Plano Municipal de Cultura, no artigo 9, onde são descritas as competências da FUNDARC. Essa ação pode não parecer uma grande conquista, mas a criação dessa Secretaria e a inserção dessas competências nos coloca próximos ao patamar que estávamos antes de 2017.

No que tange a literatura sobre a história da cidade, percebo diferenças claras entre esses três momentos históricos nos quais dividi a questão das políticas públicas e culturais: no primeiro período a preocupação era com a promoção de pesquisas que iriam fornecer os “contornos” da identidade gravataiense; no segundo momento havia as demandas coletivas e o papel dos Açores na construção discursiva sobre a cidade; o terceiro período não apresentou obras de referência para pesquisas, promovidas pela Prefeitura, o que vi foram iniciativas individuais, seja de ganhadores de editais ou de grupos.

Considerando essas questões, a obra que posso dizer que cumpriu um papel relevante para o discurso oficial da cidade, ganhando moção de parabenização na

Câmara de Vereadores²⁵ e aparecendo sempre nas imagens de divulgação do Prefeito, é o livro “Nossa terra, nossa gente: a história de Gravataí: 1730-1950”, uma obra escrita a partir de 1940 por Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha, que foi publicada, por uma iniciativa particular, em 2022. Apesar de ser uma rica fonte de informações, apresenta alguns discursos problemáticos em relação a população negra e indígena da cidade. Talvez, exatamente por estarmos vivendo em um período de grandes retrocessos, tenhamos visto essa exaltação também neste livro, representando, de certa forma, as elites, que ganharam ainda mais espaço depois de 2017.

Finalizando esse capítulo, faço considerações sobre o momento histórico que vivemos de 2017, não caberia aqui, a quantidade de exemplos, de casos, de ações do governo, de políticas e da própria população contra as instituições culturais, muito baseada na lógica apresentada pelo Prefeito de que esses agentes são de esquerda. Eu passei por diversos momentos desagradáveis e, se continuar em Gravataí, continuarei passando por eles, mas, quero acreditar, mesmo com um gosto amargo na boca, que há alguma esperança. E, se ela existir, não está nos mecanismos políticos, mas na população que luta constantemente para tentar ter algum espaço de respiro em um sistema que preza pela privatização ao invés do público, o concreto à terra, a poluição à natureza e o ódio ao amor. Ela reside na articulação das pessoas, no apoio das comunidades e na luta diária dos trabalhadores.

²⁵ GRAVATAÍ, **Moção 27/22**. 11 abr. 2022. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2022b. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/mocao-27-2022-307538/termo:nossa%20terra%2C%20nossa%20gente>. Acesso em: 13 fev. 2025.

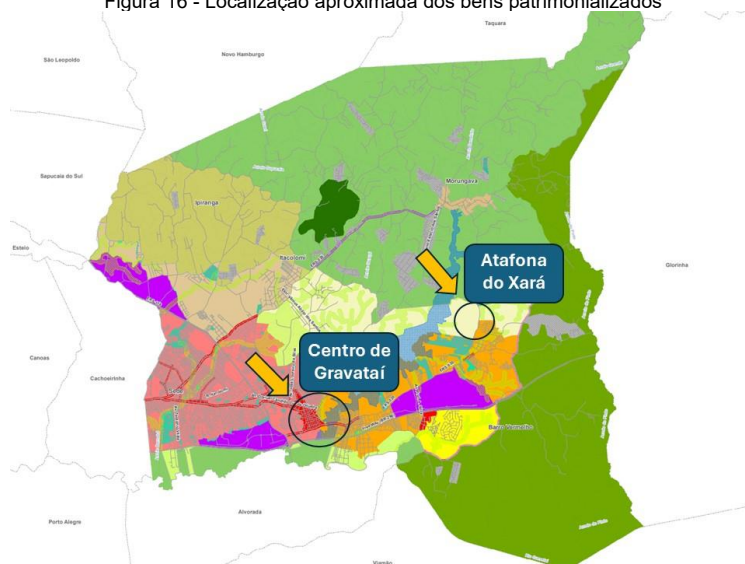
4 REPRESENTAÇÕES DO PASSADO

O capítulo “Representações do passado”, demonstra o processo patrimonial desenvolvido em Gravataí, apresentando algumas percepções sobre os discursos atrelados aos bens eleitos enquanto patrimônio. O patrimônio tombado ou histórico, na maioria das vezes, encontra-se no centro da cidade. Chama a atenção que os demais habitantes do município têm como costume, em diversos momentos, denominar apenas essa região de ‘Gravataí’, talvez, demonstrando que outros bairros e localidades não teriam a mesma relação de pertencimento, não fariam parte da mesma narrativa. Compreendendo que:

[...] um bem cultural [...] só será considerado patrimônio cultural para fins de tutela jurídica por parte do Estado, por intermédio dos seus órgãos e entidades, se for representativo da identidade, da memória e da ação dos grupos formadores da sociedade brasileira. (DANTAS, 2015, p.35).

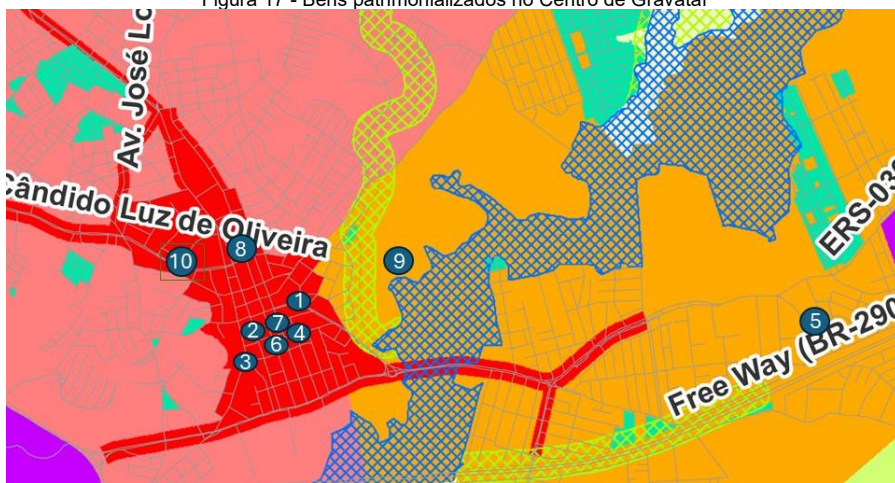
Este fato dá indícios sobre as narrativas escolhidas com o objetivo de serem transmitidas, ou esquecidas, pelas gerações futuras. Considerando o argumento de Dantas (2015), os órgãos e entidades responsáveis selecionam os bens através dos interesses demonstrados pela população. Contudo, ao se referir ao município como se estivessem fora dele, os moradores instigam a pensar na possibilidade de uma ruptura entre suas memórias e identidades com aquelas que são representadas pelo discurso oficial.

Figura 16 - Localização aproximada dos bens patrimonializados



Fonte: Mapa do Novo Plano Diretor (GRAVATAÍ, 2023b), adaptado por Helena Thomassim Medeiros (2025).

Figura 17 - Bens patrimonializados no Centro de Gravataí



1- Casarão dos Fonseca (CAERGS)	6- Igreja Matriz
2 - Antiga Prefeitura (Casa de Cultura)	7 - Casa Canônica (Sonho Gastronomia)
3 - Sobrado do Museu	8 - Capela Santa Cruz (Capelinha)
4 - Fonte do Forno	9 - Seminário São José
5 - Casarão dos Bina	10 - Vila Lourdes

Fonte: Mapa do Novo Plano Diretor (GRAVATAÍ, 2023b), adaptado por Helena Thomassim Medeiros (2025).

Considerando o patrimônio como uma dimensão da memória, se a população não se identifica, desconhece ou não faz uso de um bem patrimonial, poderíamos considerar que houve uma falha neste processo. É fundamental ter ciência de que:

[...] determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. [...] os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar "ressonância" junto a seu público. (GONÇALVES, 2005, p.19).

Seguindo esta linha de raciocínio, o processo de memorialização, que legitima o patrimônio em vias legais, como o tombamento ou a criação de espaços de memória, não seriam suficientes, sendo necessário que estes bens tenham ressonância em discussões atuais. Posto que:

[...] qualquer estudo sobre memória social em contextos contemporâneos deve debruçar-se sobre a forma como as memórias de grupos subalternos se relacionam com a representação dominante/oficial do passado, quer essa relação seja de contraste absoluto, quer seja de forte similitude. (PERALTA, 2007, p.14).

Entendo que o discurso autorizado do patrimônio é formulado por um grupo específico que possui, ou em algum momento possuiu, poder para legitimar determinadas visões sobre o passado. Portanto, para entender como a população percebe essa seleção é necessário estudar dois elementos chave: a história dessa cidade e, por sua vez, da construção das relações de poder dentro dessa sociedade; o estado de conservação e uso atual dos bens e narrativas elegidas enquanto representantes desse passado.

Greenblantt comenta que a ressonância aparece quando os bens "[...] tornam-se singularmente expressivos e significantes, não como "pano de fundo", mas como práticas representacionais em si mesmas instigadoras." (GREENBLANTT, 1991, p.252). Ou seja, conectando as memórias e identidades forjadas por diferentes grupos.

Percebe-se que há, dentro do discurso patrimonial instituído, uma seleção de representações do passado vinculado as origens europeias, em especial açoriana,

católica, associadas a figuras e instituições de poder dentro da história de Gravataí. Entretanto, o patrimônio configura-se como um campo em disputa, considerando que é utilizado enquanto ferramenta para a legitimação de uma historiografia que, durante muito tempo, privilegiou visões hegemônicas, as quais ainda hoje encontram respaldo em alguns grupos.

Sendo assim, optei por não trazer nesse capítulo a questão dos sítios arqueológicos e dos quilombos localizados na cidade, pois o primeiro é identificado através de pesquisas específicas e o segundo faz parte de um processo de patrimonialização próprio que é gerado a partir da autoidentificação das comunidades e possui diversas etapas. Porém, ressalto que ambos são considerados patrimônios nacionais. Também não abordo os patrimônios estaduais, pois quis focar nas políticas públicas municipais. Todavia, coloco abaixo uma lista com os bens que fazem parte dessa categoria e localizam-se no território de Gravataí:

Quadro 3 - Bens patrimonializados em Gravataí na esfera estadual

PATRIMÔNIOS ESTADUAIS EM GRAVATAÍ	
BENS	JUSTIFICATIVA
Área de Preservação do Banhado Grande (1998)	Patrimônio natural
Morro Itacolomi (2003)	Patrimônio natural
Rio Gravataí (2003)	Patrimônio natural
CTG Aldeia dos Anjos (2006)	Patrimônio histórico e cultural ligado ao movimento tradicionalista

Fonte: Dados coletados através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, realizada por Helena Thomassim Medeiros entre 2021 e 2025.

Nesse capítulo foco na construção dos discursos oficiais, sendo assim, início com o Museu Municipal Agostinho Martha, sua estruturação e narrativas que acaba, intencionalmente ou não, legitimando. Destaco o papel fundamental da observação participante, de entrevistas e da dissertação de Antonio Vergara (2012) para o desenvolvimento deste tópico.

Os capítulos subsequentes apresentam os bens patrimonializados da cidade, primeiro no âmbito municipal. Dividindo-os em três processos distintos de patrimonialização: a que advém de pesquisas do Departamento de Patrimônio Natural e Cultural; os projetos aprovados pela Câmara de Vereadores; os patrimônios por

decreto do Gabinete do Prefeito. Abordando esses bens e o discurso oficial vinculado a eles, dando fundo para a compreensão das questões aprofundadas nos próximos capítulos, posto que tento demonstrar a imagem que vem sendo construída a partir dos processos de patrimonialização. Abaixo apresento uma tabela com a lista de bens que são apresentados e os discursos que identifiquei em cada um deles:

Quadro 4 - Bens patrimonializados em Gravataí na esfera municipal

PATRIMÔNIOS E DISCURSOS EM GRAVATAÍ		
PESQUISAS	BENS	JUSTIFICATIVA
Departamento de Patrimônio Cultural e Natural	Atafona do Xará (2004)	Origem açoriana do município
	Casarão dos Fonseca - CAERGS (2004)	Origem açoriana do município
	Antiga Prefeitura (2005)	Bem histórico ligado à gestão do município
	Museu Municipal (2005)	Origem açoriana do município
	Fonte do Forno (2005)	Bem histórico ligado à gestão do município
	Casarão dos Bina (2005)	Origem açoriana do município e passado escravocrata
Câmara de Vereadores	Rio Gravataí (2012)	Patrimônio natural, patrimonializado pelo RS em 2003
	Ternos de Reis (2022)	Origem católica e açoriana do município
	Festival de Teatro de Gravataí – FETEG (2022)	Incentivar o teatro
	Marcha para Jesus (2023)	Iniciativa replicada em vários locais do Brasil, justificam que a Marcha ocorre desde 1993.

	Cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana (2024)	Origens africanas do município e respeito às práticas religiosas de matriz africana. 1828 – primeiro terreiro da região.
	Rua Aberta (2024)	Evento municipal realizado desde 2023, o projeto não explicita o motivo da chancela de patrimônio.
Gabinete do Prefeito	Igreja Matriz (2024)	Origem católica do município
	Casa Canônica (2024)	Origem católica do município
	Capela Santa Cruz (2024)	Origem católica do município
	Seminário São José (2024)	Origem católica do município
	Vila Lourdes (2024)	Origem católica do município

Fonte: Dados coletados através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, realizada por Helena Thomassim Medeiros entre 2021 e 2025.

A partir dessa organização já é possível observar que há algumas questões problemáticas e práticas complicadas de patrimonialização que demonstram, justamente, a percepção de um retrocesso nas políticas culturais e patrimoniais da cidade nos últimos anos, conforme mencionado no capítulo anterior. Todavia, são aspectos que precisam ser discutidos, pois se perpetuam cada vez mais nessa sociedade.

4.1 Museu Municipal Agostinho Martha (1974)

O processo de memorialização faz uso de seleções de narrativas do passado que representam a construção de uma imagem desse, servindo aos interesses e demandas do presente. Tendo em vista a importância do Museu Municipal Agostinho Martha enquanto um dos principais articuladores e agentes culturais para a identificação e preservação dos bens de Gravataí, percebo que sua existência desempenha um papel enquanto sociotransmissor (CANDAU, 216) de memórias.

A memorialização relaciona-se aos meios de continuidade de uma memória vinculada à representação de um grupo. Assim como a patrimonialização e a musealização, estes conceitos encontram-se na encruzilhada entre a memória e o esquecimento, posto que se vinculam a um processo de seleção.

Schidel (2009) comenta que “La memorialización implica un impulso activo y una voluntad de incidencia política y a diferencia de la memoria [...]” (p. 66-67)²⁶. Sendo a memória uma faculdade individual, ela é transmitida por meio de discursos e narrativas sobre o passado. Dentro destes mecanismos de perpetuação de memória está a eleição de patrimônios, símbolos da identidade de um povo, compreendendo que:

[...] o passado presentifica-se em um gesto, em uma reminiscência ou lembrança que eclode na releitura de um mito, na presença de um objeto que nos evoca um tempo que já não é o nosso mas que contribuiu de modo efetivo para que sejamos o que somos. (ROSÁRIO. 2002. p. 04).

Os museus estão inseridos nesta lógica, na medida em que é neles que ocorrem o fato museal, conceito de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, que representa “[...] a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem igualmente pertence e sobre a qual tem o poder de agir.”. (GUARNIERI.1981. *Apud* GUARNIERI, [1983]. 2010. p. 127). Ao mesmo tempo em que constroem, também apresentam narrativas sobre o passado. Contudo, “[...] são lugares da memorização, tanto quanto do esquecimento; são orientados para a consagração, valorização e preservação da herança patrimonial, mas também evidenciam preconceitos e dogmas [...]” (BRUNO. 2006. p.121).

Os primeiros museus do Brasil possuíam caráter enciclopédico, abordando as riquezas naturais. Segundo Julião (2014), em 1922 a criação do Museu Histórico Nacional (MHN) traz a ideia do museu enquanto instrumento para a educação do cidadão republicano, compatíveis com a nação civilizada e patriota.

O MHN teve seu modelo transplantado para outras instituições, e contribuiu para a museologia no País, posto que o primeiro curso da área, do qual Borroso foi o fundador, funcionou no Museu de 1932 a 1979, privilegiando uma história oficial muito vinculada ao papel das elites.

²⁶ Tradução: “A memorialização implica um impulso ativo e uma vontade de influência política e a diferencia da memória [...]” (SCHIDEL. 2009. p. 66-67, tradução minha).

Apesar do MHN ter perdido seu espaço na coordenação dos museus, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) perpetuou alguns de seus princípios, como: a abordagem de fatos e personagens excepcionais, a preponderância dos critérios estético e de raridade na formação das coleções, a história tratada sob a ótica das elites e do Estado e a ideia de que os museus deveriam educar o povo, preparando-o para o progresso e civilização.

Foi somente nos anos sessenta que, seguindo exemplos internacionais, começou a se perceber a atuação do SPHAN como técnica e elitista. Vinculadas a estas mudanças na percepção de museu estavam o processo de redemocratização do País, tendo repercussão na Constituição de 1988, desenvolvendo avanços como “[...] o reconhecimento de diferentes grupos sociais como sujeitos com direito à memória, a ampliação da noção de patrimônio, a participação das comunidades no processo de preservação e a diversificação tipológica dos bens preservados.” (JULIÃO. 2006. p.24).

Pomian (1984) destaca o importante papel das coleções nas relações de poder, sendo sua trajetória vinculada a uma percepção de materialidade enquanto mecanismo de ligação entre o visível e o invisível. Para o autor haveria uma distinção entre as coisas e os semióforos, o primeiro vinculado ao uso prático, o segundo aos itens que “[...] representam o invisível, são *dotados de um significado*; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura.” (POMIAN. 1984. p.71. Grifo do autor). Dentro desta perspectiva “Ao colocar objectos nos museus expõem-se ao olhar não só do presente, mas também das gerações futuras, como dantes se expunham outros ao dos deuses.” (POMIAN. 1984. p.84).

Assim, podemos compreender que o espaço museal está imerso em significados e representações. Sendo o Museu Municipal Agostinho Martha criado ainda durante o período de ditadura militar, década de 1970, segue um modelo similar ao de tantos outros museus históricos, poderíamos supor que transplantados ainda do MHN. De certa forma, torna-se “herdeiro” da história dos museus e das percepções do patrimônio enquanto monumento.

A dissertação desenvolvida por Antonio Vergara (2012), coloca a criação do Museu em um contexto político e social, envolvendo a cidade de Gravataí e o Estado. Segundo o autor, entre as décadas de 1950 e 1960 há o desenvolvimento do setor industrial no RS. Havia a implementação de centros de tradições gaúchas que reforçavam a construção da identidade *gaúcha*, vinculada ao “homem do campo”,

estancieiros, criadores de animais e seus costumes. Esse cenário de tensão entre um processo de urbanização e a manutenção de representações das zonas rurais também eram observados na cidade.

Vergara afirma que, a partir da eleição de Dorival Candido Luz (MDB), prefeito do município entre 1973 e 1976, se iniciou uma busca por atender demandas sociais. Segundo a historiadora Maria Inês Guillox Leal, funcionária mais antiga em atuação no Museu,

Existia um trio. O Jorge Rosa trabalhava para o senhor Dorival quando foi criado o Museu, eles fizeram um projeto, o prefeito queria o Museu e deu a incumbência para o Jorge Rosa arrecadar peças para a montagem do Museu. [...] Aí, nesse tempo, o Antoninho Soares da Fonseca trabalhava junto a Prefeitura, ele trabalhava no Protocolo da Prefeitura, se não me engano. E o Agostinho Martha era um autodidata, ele gostava de escrever sobre a cidade de Gravataí, porque ele era nascido aqui e tudo, tinha os filhos dele e tal. E os três eram muito amigos. O Agostinho Martha e o Antoninho da Fonseca eram compadres. [...] O Agostinho Martha se prontificou a escrever sobre a história da cidade, o Antoninho Fonseca forneceu documentos e pistas para o Agostinho Martha e depois o Agostinho foi nos lugares e fazia a pesquisa. E, o Jorge Rosa, foi nas casas conversando com o pessoal, organizando grupos e coletando acervo. O próprio Jorge Rosa e o Antoninho Soares da Fonseca, que ofereceram, que propuseram o nome do Agostinho Martha como patrono do Museu. (LEAL, 2022b, inf. verbal).

Todavia, quando estagiei no Museu, em 2013, o que me foi passado era que Jorge Rosa reuniu objetos que contassem a história de seu município, no começo dos anos de 1970, e seus esforços acabaram por mobilizar a Prefeitura que, em 1974, ajuda a fundar o Museu Municipal²⁷.

A titulação de museu vem sem sede própria, fazendo com que o acervo seja transferido diversas vezes até que, em 1985, a Prefeitura toma posse de um sobrado construído em 1826, no centro de Gravataí e designa sua ocupação pelo Museu. A sede, apesar de fechada desde 2019, localiza-se na Rua Nossa Senhora dos Anjos – nº 541 – no centro da cidade, sendo composta por dois prédios, ambos tombados pela Prefeitura em 2005²⁸.

²⁷ Mais informações em: GRAVATAÍ, *Lei Ordinária n° 1217/1974 de 30 de Julho de 1974*. Cria o Museu Histórico Municipal. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 1974. Disponível em: <<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-1217-1974-243539/texto:consolidado>>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

²⁸ Mais informações em: GRAVATAÍ, *Decreto n° 7.048, de 21 de julho de 2005*. Constituem Patrimônio Cultural e Material, para fins de tombamento, bens imóveis e arqueológicos municipais. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 2004.

Figura 18 - Sobrado do Museu em 2022



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

O nome da instituição é oriundo de seu patrono Agostinho Martha, que era um pesquisador da história local, e, também, devido às doações de sua família para o acervo do Museu. Dohman (2010) coloca que o objeto pode ser entendido como uma extensão do ser, que materializa a existência deste, ao mesmo tempo “[...] sinalizando outro mundo permeado pelo sentido, no qual desperta o signo, sempre transformado no espetáculo de uma função.” (DOHMAN. 2010. p.76). Sendo assim, tal acervo poderia representar uma forma de inserção na narrativa oficial da cidade, como um modo de imortalizar uma pessoa.

O acervo do Museu é composto por objetos que contam a história da cidade e região do vale de Gravataí, formado por peças de cerâmica indígena, quadros de figuras públicas da cidade, fotos, documentos da história do local, objetos do cotidiano dos moradores como eletrodomésticos, móveis, louças, itens escolares, ferramentas de trabalho e comunicação.

Figura 19 - Acervo do Museu em 2013



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2013).

Em 1997, ocorreu um incêndio no Museu. A versão que me foi passada durante meu estágio em 2013, era a de que tal ocorrência foi causada por um curto-circuito na rede elétrica que não sofria manutenção a um longo período. Neste incidente metade do prédio foi danificado e cerca de 70% do acervo foi destruído ou sofreu danos.

Figura 20 - Incêndio no Museu Municipal Agostinho Martha



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal Agostinho Martha (1997)

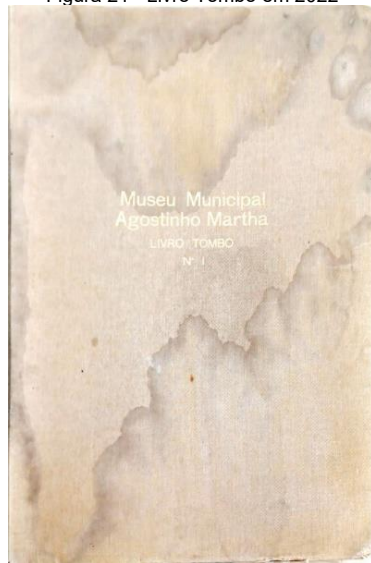
Entretanto, Emerson Passos de Fraga e Rogério Bueno de Paiva (2011, p. 5), apresentam outras informações em seu artigo “Proteção Contra Incêndios em Edificações Históricas: Estudo de caso de um museu de Gravataí”, no qual relatam que “Após o processo de investigação a conclusão do laudo foi que a causa do incêndio teve caráter criminoso”, posto que “[...] foi encontrado material combustível espalhado pelo local, caracterizando a intenção criminosa de destruir o museu”. Como não foi possível uma análise em tempo próximo, considerou-se que a cena do crime foi descaracterizada, impossibilitando acesso a impressões digitais, por exemplo. Os autores também mencionam uma perda de 35% do acervo, alguns danificados pelo incêndio e outros pela água.

O livro tombo da instituição ainda hoje é o mesmo, e demonstra as marcas de incidentes ocorridos. Segundo informações concedidas em entrevista com a historiadora Maria Inês Guillox Leal:

A gente tem ali o Livro Tombo, tu estava passando a limpo porque ele foi molhado numa inundação que teve. [...] Teve vários episódios, o episódio do incêndio, o que não queimou foi maculado pela água dos bombeiros e depois

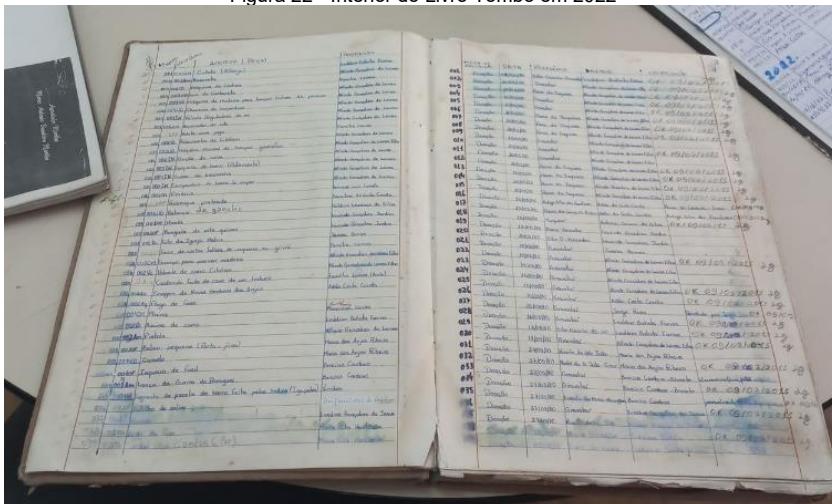
de 2009 nós tivemos dois episódios de entrar água pelo forro, pelo telhado e alagar tudo lá, molhar muita coisa. Inclusive, o livro tombo estava dentro de um desses expositores de vidro que ficava aberto para as pessoas poderem olhar, folhar [...] encheu de água e as coisas ficaram boiando ali dentro. [...] Hoje o ideal é fazer um livro tombo novo, passar tudo a limpo [...] não tenho quem faça. (LEAL, 2022b, inf. verbal)

Figura 21 - Livro Tombo em 2022



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

Figura 22 - Interior do Livro Tombo em 2022



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

A partir do incêndio de 1997, o Museu volta a ficar sem sede própria, sendo o prédio devolvido, após restauração, em 2009, tendo ficado 12 anos fechado. Uma segunda reforma ocorre em 2010, desta vez em seu Anexo, para a conservação dos objetos de origem da zona rural da cidade. As peças em questão representariam um importante aspecto da história do município que ainda é, em sua maior parte, rural. Poderíamos, inclusive, associá-las a uma perspectiva da história vista de baixo²⁹, no sentido de serem uma alegoria às massas de trabalhadores.

Figura 23 - Antigo Anexo do Museu



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal Agostinho Martha

No ano de 2003, parte do Arquivo Histórico Municipal – criado pela lei ordinária nº 413/1989 de 18 de abril de 1989 – é incorporado, são transferidos para o Museu documentos guardados desde 1896. Neste mesmo ano, essa instituição passa a ser

²⁹ Conceito cunhado pelo historiador Edward Thompson, que designa uma corrente teórica que busca visibilizar a história de uma perspectiva das classes populares. Mais informações em: SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62. Disponível em: <<http://www.edufmrn.ufrn.br/bitstream/123456789/1369/1/A%20Hist%C3%B3ria%20vista%20de%20baixo.%20A%20Escrita%20da%20Hist%C3%B3ria.%20BURKE%2C%20Peter%20%28org.%29%2C%20SHARPE%2C%20Jim.%201992..pdf>>. Acesso em 25 de nov. de 2022.

denominada Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca, nome que homenageia o escrivão municipal que doou diversos itens ao Museu.

O Arquivo tem seu acervo formado por jornais, fotografias, revistas, documentos oficiais com suporte em papel e filmes em VHS. Destaca-se, como uma de suas raridades, a preservação de todas as edições do jornal “O Gravataiense” que teve sua primeira edição em 8 de março de 1952 e encerrou suas atividades em 1967.

O Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca possui um viés histórico, abriga documentos e objetos que objetivam narrar a trajetória do município de Gravataí. Sendo uma instituição de pequeno porte e recebendo uma verba municipal, está vinculada, atualmente, à Secretaria Municipal de Cultura (SMC), sendo o único espaço museal da cidade, é também nele que se encontram os registros dos bens patrimoniais do município.

A instituição não possui museólogos ou mesmo um plano museológico, sendo assim, não há documentação oficial – salvo as leis municipais – que descrevam seu funcionamento. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, que não possui associação de amigos. Segundo informações da época em que estagiei no local, sua missão é pesquisar, coletar e divulgar a história do município de Gravataí. Em 2021, quando iniciei essa pesquisa, seus únicos funcionários eram o coordenador do local, um cargo de confiança, sem formação na área, e a historiadora concursada Maria Inês Guillox Leal. A partir de 2024, Maria Inês se aposenta, o espaço fica quase seis meses sem nenhum responsável até que a SMED consegue transferir temporariamente um professor de História.

Em 2018, o local foi fechado para dar início a um processo de reforma que ainda não iniciou devido, segundo informações da Prefeitura, a problemas com a primeira empresa contratada. Sendo assim, não há previsão de devolução da sede. Retirou-se, da praça em frente ao Museu, o Anexo (figura 6) que mantinha objetos de uso agrícola e representava a zona rural de Gravataí. No ano de 2020, em meio a pandemia da Covid-19, foi colocado neste local a imagem de uma santa católica, Nossa Senhora dos Anjos, padroeira da cidade.

Figura 24 - Praça em frente ao Museu



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

Em 2022, o acervo, salvo pequenas exceções, foi levado para o Centro Administrativo Leste (Av. Ely Corrêa, 675 - Parque dos Anjos) e, no final daquele ano, ganhou uma sala de exposição neste mesmo prédio. Porém, as peças do Anexo foram levadas para outro prédio tombado, em frente ao Casarão dos Bina, e seu estado de conservação é desconhecido. Outros objetos também foram entregues a diferentes instituições públicas, como a Biblioteca e a Câmara de Vereadores.

A partir de 2024, a situação se agrava ainda mais, pois além do acervo distribuído em diversos locais, tendo, inclusive, sido perdidas peças museológicas (informação que obtive através de denúncias e que transmiti aos responsáveis pelo Museu), a exposição e as visitas ao Arquivo Histórico param de acontecer. Temos parte do acervo no Casarão dos Bina, na antiga sede da RGE (Av. Dorival Cândido Luz de Oliveira, 550 - Centro), na Biblioteca, no Centro Administrativo Leste, além da possibilidade de que parte dele seja levado para a antiga Prefeitura, agora Casa de Cultura.

A instituição desenvolve um projeto permanente, desde 1987, chamado “Circuito Cultural”, geralmente agendado por escolas ao longo do ano. Este projeto consiste numa caminhada, guiada por um dos funcionários do espaço museal, pelo centro da cidade, passando por pontos históricos. Ela iniciava com uma visita ao Museu Municipal, passando pela Fonte do Forno (local onde ocorria o abastecimento de água), Igreja Matriz, Praça Principal, Prefeitura e terminando no Quiosque da Cultura.

Segundo Vergara (2012. p.100), o percurso e a narrativa construída pela instituição são uma das bases para a criação de um imaginário sobre a origem de Gravataí. Em conjunto com os livros sobre a cidade, o Circuito Cultural teria perpetuado uma perspectiva voltada para uma herança açoriana e indígena missioneira, ou seja, a partir da chegada dos guaranis já cristianizados. Estando em consonância com o que Smith (2009) descreve como “Authorized Heritage Discourse” (AHD), ou o Discurso Autorizado do Patrimônio.

Apesar de o Museu Municipal Agostinho Martha ser a única instituição museológica da cidade de Gravataí e de objetivar narrar sua história, notamos alguns temas conflitantes em seu processo de construção. O primeiro ponto que chama a atenção é seu nome, uma homenagem a um pesquisador e doador, não à Jorge Rosa, responsável pela coleta de acervo e diretor da instituição durante muitos anos.

Um dos poucos trabalhos acadêmicos encontrados que abordam temática do Museu é de autoria de Antonio G. Vergara, a dissertação *“Invisibilidade/Visibilidade: o guarani pré-colonial em Gravataí”*. O autor comenta que Jorge Rosa, nasceu em 1924, “Foi capataz da granja São Luiz durante 12 anos, também na cidade. Fundou o grupo de Terno de Reis, Cancioneiro Celeste, onde atuou por mais de 40 anos, até o seu falecimento em 2005.” (VERGARA. 2012. p.84). Jorge Rosa é autor do livro “História de Gravataí”, datado de 1987, uma das principais referências para quem estuda a região, todavia é apontado que:

[...] ele não fez a pesquisa da história, ele fez a pesquisa do acervo, ele conseguiu angariar o acervo [...] O que que aconteceu: com o falecimento do Agostinho Martha, aqueles rascunhos ficaram. O que o senhor Jorge Rosa fez? Ele juntou e compilou, ele resumiu a história em um livro [...] ele fez o primeiro livro com anotações do Agostinho Martha, para que aquilo não se perdesse. (LEAL, 2022b, inf. verb.)

Ao que parece, Agostinho Martha e Antônio Soares da Fonseca, posteriormente também homenageado no nome do Arquivo Histórico, eram homens mais “letrados”, por assim dizer. O Museu apresenta a trajetória de vida de seu patrono em 3 (três) dos cerca de 18 (dezoito) *banners* que compunham a exposição na antiga sede.

Segundo estes dados, Agostinho Martha nasceu em 1914 e faleceu em 1991, aos 17 anos serviu na Brigada Militar e ingressou no exército brasileiro, trabalhou como ferroviário e vice superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI) regional. Aposentou-se na década de 1980, período em que passou a pesquisar sobre a história de Gravataí, escrevendo a monografia “*Nossa Terra, Nossa Gente*”, que foi publicada em 2022.

Figura 25 - Banners sobre Agostinho Martha



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal Agostinho Martha.

O segundo, Antônio Soares da Fonseca, como mencionado anteriormente, foi escrivão da cidade, trabalhou no comércio e nomeado cobrador do pedágio criado entre Gravataí e Porto Alegre. Nasceu em 1889 e faleceu em 1991. Ambos, Agostinho Martha e Antônio Soares da Fonseca, foram doadores de itens do Museu.

Jorge Rosa foi o primeiro diretor da instituição que teve seu acervo organizado, segundo Vergara (2012), a partir de 1981. O autor comenta que antes do incêndio de 1997

[...] a exposição do museu era algo que ainda reproduzia aqueles fortes laços com o tradicionalismo gaúcho ou, por assim dizer, uma ligação forte com o discurso oficial da época. A História contada era aquela feita através daqueles objetos antigos muitos deles relacionados com o trabalho no campo ou oriundos das antigas residências da elite local. (VERGARA. 2012. p.88).

Retomando o que cito anteriormente, sobre as transformações no campo museológico, Vergara, ressalta que:

Enquanto na esfera nacional, os museus estavam passando por uma crise, sendo reconhecido como instituições de discursos fechados e espaços de preservação da cultura das elites, o museu de Gravataí dava seus primeiros passos rumo ao colecionismo. O período entre 1974/88 e 1992/97 pode ser considerado o tempo das coleções, as quais mantinham vínculos com personagens históricos locais e figuras políticas regionais. (VERGARA. 2012. p.89).

Este fato retoma a discussão quanto à história dos museus, e à herança deixada por uma visão saudosista e monumentalista do passado. Antes da sede do Museu ser fechada, em 2018, ainda era possível ver nichos expográficos dedicados a figuras públicas, principalmente políticas, da região.

Figura 26 - Exposição do Museu no Sobrado



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Municipal Agostinho Martha.

Vergara relata que, em 2001, enquanto ele era estagiário da instituição, encontrou na reserva técnica peças arqueológicas indígenas que não eram expostas pelo Museu. Posto que a narrativa da instituição iniciava a partir da perspectiva do guarani cristianizado, proveniente da região das Missões, que vem para este povoamento após as guerras guaraníticas.

A presença indígena contida nas cerâmicas faz parte do processo de construção da memória coletiva do município, que ao longo dos anos enfrentou o apagamento entre as múltiplas memórias contidas na História local (como os alemães e açorianos). Esse enfrentamento ocorre na esfera pública (museu) galgando espaços entre os discursos hegemônicos presentes no conjunto social. (VERGARA. 2012. p. 96).

O autor dá indícios de que o fato de tais objetos terem sido entregues pela população seria um indicativo contrário à história oficial, tendo em vista que estas materialidades eram identificadas por membros da comunidade como parte de sua história e, por isso, doadas ao Museu, ainda na década de 1980. Tal perspectiva corrobora com a ideia de que “[...] quien guarda algo en realidad no lo guarda sólo para sí y para su propia memoria, sino que, potencialmente, lo guarda para cualquier otro sujeto capaz de comprender – en el futuro – el sentido de ese objeto.”³⁰ (MENDOZA, 2005, p. 219).

Em 2009, com a reabertura do Museu, estas peças e a história do guarani pré-colonial foram expostas na primeira sala, logo em sua entrada. E, em 2022, elas se mantiveram em exposição na sala cedida temporariamente ao Museu, no Centro Administrativo Leste.

³⁰ Tradução: “[...] quem guarda algo na realidade não guarda apenas para si e sua própria memória, mas, potencialmente, o guarda para qualquer outro que seja capaz de compreender – no futuro – o sentido daquele objeto.” (MENDOZA, 2005, p. 219, tradução minha).

Figura 27 - Igaçabas expostas em 2022



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

Todavia, com o desmantelamento desse pequeno recurso expositivo, surgiu o projeto de mostra itinerante “Museu na Mala: Cotidianos”, que levava peças do acervo do Museu, inclusive uma igaçaba indígena para expor em eventos e escolas da cidade.

Figura 28 - Acervo da exposição itinerante



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Como dito anteriormente, o Museu Municipal Agostinho Martha torna-se, também, um herdeiro de uma ideia de museu desenvolvida há muitos anos. Vemos a abordagem de fatos e personagens excepcionais, principalmente em se tratando do patrono da instituição. É mantida a preponderância dos critérios estético e de raridade na formação das coleções, tendo em vista que, não há política de aquisição. Segundo a historiadora Inês, aceita-se doações de peças que não sejam “repetidas”:

Se a gente não tem, eu aceito, mas se a gente tem, que nem, máquina de escrever eu já rejeitei várias, eu não tenho mais onde guardar [...] rejeitei um piano de calda [...] um jogo de sofá Luis Quinze [...] um cinema [...] tinha todas as cadeiras, eu não tinha onde botar. Não tinha mais espaço. (LEAL, 2022b, inf. verbal).

Em 2022, em ocasião da abertura da sala provisória para exposição, estiveram em destaque, no centro da sala, peças doadas naquele período, esculturas de um

artista, herdeiro de uma família abastada da cidade, já falecido, cuja irmã doou as obras para o Museu. Essa notícia chama a atenção pelo cunho da instituição, que tem caráter histórico e pela colisão de acontecimentos, a reabertura da exposição no mesmo momento em que tais peças são entregues.

Figura 29 - Esculturas em exposição temporária em 2022



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

A história é tratada sob a ótica das elites e do Estado? Podemos dizer que sim, tendo em vista todos os fatos relatados acima. De acordo com Vergara (2012), em sua análise sobre a trajetória do Museu, no final da década de 1980 e na seguinte, 1990, o Instituto Cultural Português incentiva as cidades que receberam ocupação açoriana:

Havia uma cooperação de cunho cultural e financeiro por parte dos Açores para instrumentalizar casas de cultura e museus. A cooperação cultural se dava no sentido de equipar as salas açorianas que existiam com bibliografia acerca do arquipélago e, em contrapartida, os municípios "escavavam" na sua História movimentos culturais que os aproximavam das ilhas como, por exemplo, as festas do Divino Espírito Santo, [...] (VERGARA. 2012. p.98).

Neste período, o Museu apresentava uma sala exclusivamente dedicada a essa herança açoriana. Coincidentemente, encontramos diversos trabalhos que falam sobre a Festa do Divino na cidade, entre elas a dissertação de Jairton Ortiz da Cruz

(2014), que menciona que a festividade que parou de acontecer em 1973 e foi retomada em 2002, período próximo ao que é relatado por Vergara (2012). Quanto ao Museu, o mesmo autor aponta que:

Além da memória açoriana envolvida nesse embate dentro do museu, tem-se também a cristalização do guarani missioneiro (cristianizado). Esse congelamento se deu de várias formas, através dos livros e, principalmente, por meio da oralidade presente no Circuito Cultural. (VERGARA. 2012. p.100).

Neste sentido, retoma-se valores ligados a uma herança europeia, católica e, sendo assim, que fazem parte de uma elite histórica instituída em nosso País. Contudo, podemos dizer que o Museu tenta incluir outras perspectivas como a das pessoas escravizadas e de grupos indígenas que habitaram a região, posto que é mantida, na exposição temporário um nicho para cada uma destas temáticas. Mas, há muito a se fazer para que estas narrativas sobre o passado não sejam apenas peças de museu, mas que de fato contem histórias e representem sua população.

4.2 Patrimonialização pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural (2004-2005)

O processo de patrimonialização em Gravataí começa a ocorrer através da implementação da lei 2114/2004, que institui os Procedimentos de Tombamento para a Proteção ao Patrimônio Cultural do Município e dá outras providências. Essa legislação cria o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, que estava vinculado à FUNDARC.

Esse Departamento vai funcionar junto com o Museu e Arquivo Histórico, sendo responsável por promover pesquisas, inventários, solicitar a patrimonialização, regular e fiscalizar a conservação dos mesmos e obras de restauração. Duas coisas chamam a atenção nessa legislação: há possibilidade do proprietário do bem recusar a sua patrimonialização, pedindo a impugnação, dentre outras coisas, caso não reconheça o bem enquanto patrimônio cultural ou natural; o único procedimento reconhecido como patrimonialização legal é o tombamento, todavia, a lei diz o seguinte:

Art. 2º O Patrimônio Cultural e Natural do Município de Gravataí é constituído por bens móveis e imóveis, de natureza material ou imaterial, tombados

individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnológico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico e científico.

Parágrafo Único Os bens a que se refere o caput deste artigo passarão a integrar o Patrimônio Cultural e Natural do Município de Gravataí, mediante sua inscrição isolada ou agrupada em livro tombo. (GRAVATAÍ, 2004, p.1);

Sendo assim, a patrimonialização ocorre através do tombamento de bens materiais e imateriais, que, após passar pelos processos listados na lei, são inscritos no livro tombo que era mantido pelo Museu. Sabe-se da incoerência desta prática, posto que para bens intangíveis utiliza-se, em esfera nacional, o registro para acautelamento destes patrimônios. Maria Inês explica que

Nós não temos uma lei que dê o peso adequado ao inventário como um tombamento, nós não temos uma lei de inventário. A gente fez o inventário, mas não temos uma lei que valide aquele inventário como intenção de tombamento. (LEAL, 2022b, inf. verb.).

Todavia, o inventário ao qual a historiadora se refere apresenta fotografias de edificações, em sua maioria na região central, com endereços e poucas informações, fato compreensível tendo em vista a escassez de funcionários atuando na instituição. A partir da criação da lei 2114/2004 alguns bens passam a ser tombados em esfera municipal. Sendo assim, ela dá uma proteção especial a algumas materialidades, como se instituisse que elas representam uma imagem desejável sobre o passado. Este processo teria ocorrido da seguinte forma:

O patrimônio edificado, o inventário, foi feito bastante tempo antes de eu entrar. Foi feito pelo Getúlio Xavier Osório e a Hilda Jaqueline. Eles fizeram um inventário bem grande e bem elaborado, nas normas do IPHAN. Depois quando eu assumi, a gente selecionou aqueles que estavam mais próximos do centro e mais intactos. Para fazer com que a Secretaria de Planejamento fiscalizasse as obras nessas casas para evitar a demolição. [...] A partir dali a gente instituiu o tombamento dos "top dos top". Tínhamos a intenção de fazer outros tombamentos, mas aí a gente acabou esbarrando na burocracia. (LEAL, 2022b, inf. verb.)

Tendo em vista os relatos da historiadora, Maria Inês ingressa na Prefeitura através de concurso em 1999. Após terminar seu ensino médio, faz faculdade de História e começa a frequentar o Museu em sua hora do almoço. Ela pede transferência para a instituição, que é concedida durante a gestão de Rosemary Kroeff da FUNDARC, entre 2001 e 2004. Em 2011 passou em um concurso para historiador

do Museu e assumiu em 2015 essa função. Sendo assim, imagino que o inventário e pesquisas sobre os bens da cidade, datem da década de 1990 e começo dos anos 2000.

Quanto aos dois funcionários dos Museu citados por Maria Inês, Getúlio Xavier Osório e Hilda Jaqueline de Fraga, ambos são formados em História e não atuam mais no Município. Segundo Vergara (2012), Getúlio, ingressou no Museu Municipal em 1987, foi diretor da instituição entre 1988 e 1993, depois de 1997 até sua aposentadoria em 2015. Por muitos anos o historiador atuou com Jorge Rosa, responsável por arrecadar o acervo que levou a criação da instituição, os dois alternaram a direção, sendo Jorge Rosa diretor nos períodos de 1974-1987 e 1993-1997.

Getúlio teve uma forte atuação dentro do contexto patrimonial de Gravataí, em virtude de seu cargo e do longo período em que esteve à frente do espaço museal, tornou-se uma referência dentro desta temática. Em 2013, quando fiz estágio no Museu, ele foi meu supervisor. Naquele momento, ele se encarregava, em grande parte do tempo, dos documentos históricos, tomando medidas para sua conservação e restauro. Vergara (2012) divide a trajetória do Museu em duas fases:

A primeira foi representada pelo período em que esteve à frente do museu o senhor Jorge Rosa. Como dito, não existia um plano expográfico, havendo muita mistura de material e um culto ao tradicionalismo. A segunda fase diz respeito ao período pós anos 1989, com a substituição da direção do museu pelo senhor Getúlio Xavier, onde se observou a procura e preocupação em resgatar a História da região. (p.88).

Em entrevista com a professora Célia Silva Jachemet, em 2024, quando perguntei em relação as pesquisas organizadas dentro do Museu, ela relata que trabalhou na instituição no final da década de 1980 e que naquele período não havia muitas pesquisas históricas, sendo assim, foram organizados os “Simpósios estaduais sobre a cultura gravataiense” (1987-1998). Segundo a entrevistada:

Depois começou com o Getúlio um período de pesquisas, de pessoas que se interessaram [...] iam estudantes lá também pesquisar [...] No tempo do seu Jorge [...] ele era muito amigo do Paixão Cortes, ele gostava muito do Terno de Reis, que a gente pode considerar um tradicionalismo. Então, seu Jorge ele era uma memória privilegiada e ele tinha muitas coisas dessas mais empíricas [...] ele organizou, isso não se tira dele, que ele organizou, ele conhecia pessoas, ele conhecia os costumes, [...] Ele colaborou bastante

porque a parte de Ternos de Reis, ali, foi ele, ele era muito ativo nisso, ele tinha uma memória muito boa. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.).

A fala da entrevistada reforça o que Vergara (2012) apontou em sua dissertação. Tendo em vista as datas, citadas pelas duas entrevistadas – Maria Inês Guillox Leal e Célia Silva Jachemet – é a partir dos simpósios, realizados no final dos anos de 1980, até o começo dos anos 2000, que se realizam as pesquisas, que, suponho, vão se valer também dos contatos e relatos orais que vinham desde o período do senhor Jorge Rosa.

A segunda responsável pelas pesquisas, segundo Maria Inês Guillox Leal (2022b), era Hilda Jaqueline de Fraga (CNPQ, 2022), que atuou entre 1985 e 2010 na rede de educação municipal de Gravataí, como professora, assessora pedagógica e coordenadora do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural vinculado à FUNDARC. Atualmente é docente da Universidade Federal do Pampa no Campus de Jaguarão. Segundo Maria Inês, no que se refere ao inventário de bens dotados de patrimonialidade, menciona que “[...] ela também fazia parte da Casa dos Açores. A Hilda foi uma pessoa fundamental nessa iniciativa de estabelecer quais eram os prédios que mereciam estar dentro.” (LEAL, 2022b, inf. verb.).

A tese de Hilda, “Educador@s Sociais de Rua: Labirinto dos (res)sentimentos do visível e invisível da cidade de Porto Alegre” (2010), relata sua inserção no Museu Municipal Agostinho Martha

[...] como integrante de uma equipe de historiadores que vinha realizando um trabalho nesse sentido por meio de projetos que consideravam como fontes para o conhecimento dos processos históricos que marcaram o desenvolvimento urbano do município –além dos documentos escritos–o patrimônio cultural da comunidade, expresso por monumentos, lugares e artefatos de seu cotidiano, ressignificados pelas evocações das lembranças de seus cidadãos comuns. (FRAGA, 2010, p.36)

O senhor Getúlio, em virtude do período em que esteve à frente do Museu, e a senhora Hilda, por sua relação direta com o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, relacionam-se profundamente com a criação de um discurso oficial sobre a história e o patrimônio da cidade. Tais ações são legitimadas pelas medidas de tombamento, pelo Museu e a narrativa apresentada, nos livros e no circuito cultural criado.

Vergara (2012, p. 98) ressalta que no fim da década de 1980 começa um movimento de municípios colonizados por açorianos, e “Durante a década de 1990, esse movimento atingiu o seu auge, cobrindo a grande maioria dos municípios do Rio Grande do Sul.”. Neste contexto havia uma cooperação cultural e financeira com o governo dos Açores para espaços culturais sobre a temática, sendo assim, existia um grande esforço em vincular os municípios à uma herança açoriana.

Dentro deste contexto, em 2003, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) passa a funcionar em Gravataí, ocupando e reformando um cassarão no centro da cidade, o Casarão dos Fonseca, que segundo a entrevista com Célia Jachemet em 2024, foi também a primeira sede do Museu Municipal, nos anos de 1980. Hilda Jaqueline de Fraga, segundo Maria Inês, fazia parte deste grupo ligado a herança açoriana. No mesmo período, Getúlio Xavier Osório atuava na Comissão Gaúcha de Folclore e da primeira diretoria da CAERGS, ele também publica, enquanto coautor, o livro *“Contribuições Luso-Açorianas no Rio Grande do Sul”*, em 2002.

Os bens materiais eleitos enquanto patrimônio pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural foram: Atafona do Xará (2004); o Casarão dos Fonseca (2004); a fachada da Prefeitura (2005); o sobrado que sedia o Museu Municipal Agostinho Martha (2005); a Fonte do Forno (2005); o Casarão dos Bina (2005). Todos eles foram patrimonializados no começo dos anos 2000, considerando que Vergara (2012) aponta as décadas de 1980 e 1990 como marcos da atuação do governo dos Açores, essa proximidade temporal, poderia ser um dos motivos que levaram a uma ampliação da percepção de Gravataí enquanto “herdeira”, quase que exclusivamente, de um passado açoriano.

O primeiro bem tombado em esfera municipal é a Atafona do Xará, curiosamente, esse é um dos únicos bens que não está em uma zona central, localizando-se em uma propriedade privada, na zona rural de Morungava. O imóvel foi declarado de utilidade pública para fins de tombamento pelo Decreto 6.147, em 28 de abril de 2004 (GRAVATAÍ, 2004b).

As atafonas eram muito utilizadas para a fabricação de farinha de mandioca, um importante elemento da economia local no século XIX, e muitos destes empreendimentos, como dito anteriormente, eram mantidos com mão de obra escrava. Segundo a documentação de tombamento, este bem representaria um marco para a história de Gravataí: a chegada dos colonos luso-açorianos em 1772. O moinho em questão teria sido erguido em 1950, na propriedade de Raul Tadeu

Gelinger, herdada de seu pai. Não se sabe ao certo seu estado de conservação, em conversas informais, foi relatado que continua em uso.

O Casarão dos Fonseca é tombado em esfera municipal pelo Decreto 6.596, de 10 de dezembro de 2004, sendo o segundo bem patrimonializado (GRAVATAÍ, 2004c). A edificação, segundo a publicação de Tayane Pereira Silveira, Lucas de Oliveira Gonçalves e Sarah Wavgniak (2021), começou a ser construída em 1877 e teria sido finalizada em 1882, o proprietário era Manoel Rodrigues da Fonseca. Jorge Rosa (1987) menciona que o local era residência e relojoaria, e, posteriormente, Enedino Fonseca, sobrinho de Manoel, fez neste local uma das primeiras fábricas de sabão de Gravataí.

Figura 30 - Casarão dos Fonseca



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2022).

Amon da Costa (2021b) – professor de história, pesquisador e ex-diretor da FUNDARC – descreve que, no final dos anos de 1990, a comunidade cultural da cidade percebeu a possibilidade de demolição do imóvel e se mobilizou para que não acontecesse. Neste mesmo período ocorriam as ações de intercâmbio cultural entre os Açores e os municípios gaúchos. Segundo o site do Conselho Mundial das Casas dos Açores:

Em Gravataí foi primeiramente fundada a Sala açoriana, iniciativa do Instituto Cultural Português e da Prefeitura Municipal de Gravataí, espaço que deu lugar a propostas mais ousadas e, com o concurso de grupos de danças gaúchas tradicionais a participarem do Festival Internacional de Folclore da Ilha Terceira, sendo um dos vencedores, o atual Departamento de Cultura Gaúcha Província do Quero Quero. Esse último, liderado por Régis Albino Marques Gomes que trouxe a semente não só do festival, mas deu também origem a "Associação dos Amigos dos Açores" e, logo depois, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, fundada em 23 de março de 2003. (ESTADO, [s.d.], online).

As reformas que ocorreram na casa foram fruto dos esforços destes grupos de dança e simpatizantes da causa. A documentação de tombamento do bem reforça seus valores arquitetônicos enquanto marcas da herança colonial açoriana em Gravataí. A inauguração da Casa só ocorre em 2007³¹, três anos após seu tombamento.

A fachada da antiga Prefeitura, o sobrado que sedia o Museu Municipal Agostinho Martha, a Fonte do Forno e o Casarão dos Bina (2005), foram tombados pelo mesmo decreto, nº 7.048, de 21 de julho de 2005. Quanto ao primeiro bem, não se tem precisão da data de construção, mas sabe-se que foi adquirido em 1894 para ser sede da Intendência Municipal, seguindo seu uso para fins administrativos do poder público até o final do ano de 2023, quando passou a ser denominado de Casa de Cultura, inaugurada entre o final de 2024 e começo de 2025.

³¹ Na ocasião foi requerida uma sessão solene na Câmara de Vereadores, a ser realizada em 10 de dezembro do referido ano, fato comprovado pelo requerimento nº 42002/2007.

Figura 31 - Fachada da Prefeitura



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2022).

Em princípio a parte térrea era utilizada como armazém, devido a localização central, próxima a Igreja Matriz e a praça onde ocorriam eventos festivos, já a parte superior, serviria para fins residenciais do proprietário. O interior está descaracterizado, mas a fachada, segundo Silveira, Gonçalves e Wavginiak (2021, p. 87), foi reformada em 1996 para devolver alguns de seus elementos originais.

O sobrado utilizado como sede do Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca, segundo a documentação que registra este bem como patrimônio, seria utilizado para fins residenciais de diferentes proprietários. Acredita-se que sua construção ocorreu em meados de 1850. A edificação foi adquirida pela Prefeitura Municipal em 1985, para ser a sede da instituição.

Figura 32 - Fachada do Museu e Arquivo



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2022)

Entretanto, Emerson Passos de Fraga e Rogério Bueno de Paiva, mencionam que: [...] trata-se de um sobrado no estilo Colonial Português onde antigamente funcionava uma atafona, local onde se fabricava e vendia farinha, produto muito importante para a economia local no período colonial [...] (FRAGA; PAIVA, 2011, p.4). Tais características arquitetônicas, além do valor de antiguidade, foram importantes para sua posterior patrimonialização.

Silveira, Gonçalves e Wavginiak (2021), afirmam que a construção foi feita pelo casal Antonio Pinto Lemos e Felicidade Rosa de Lemos, datando de 1826. Desta forma, esse seria um dos prédios mais antigos da cidade, se não o mais antigo, e está fechado para restauração desde 2018.

Graças a denúncias realizadas ao Ministério Público em 2023, a SMCEL, por meio do secretário Leandro Ferreira, informou ao Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), do qual eu fazia parte, na reunião ordinária realizada em 13 de março de 2023, que seriam feitas obras emergenciais para o escoramento da estrutura do Museu. Pois, sem tal ação, não seria possível abrir o processo para a restauração da edificação. Na Feira do Livro de 2024, ano eleitoral, foi apresentado o

projeto de restauração, todavia, não há previsão de quando iniciarão as obras, muito menos, previsão de retorno do acervo ao espaço.

A Fonte do Forno remete ao ano de 1861, é a única das duas fontes construídas na cidade que ainda existe. Destinava-se ao abastecimento de água potável da população, em formato de abóboda, feita de cal e tijolos, a documentação de tombamento refere a obra ao Mestre Augusto, contratado pelo intendente da Freguesia da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, Coronel Fonseca.

O formato abóboda remetia aos fornos de barro, por isso, Fonte do Forno. Acreditava-se que quem bebesse de sua água não deixaria Gravataí. No período em que ocorreu seu tombamento a praça na qual o bem se localiza foi decorada e revitalizada, colocaram também uma placa de identificação que não existe mais. Todavia, a estrutura de metal para a impressão do banner com as informações ainda se encontra no local – detalhe à esquerda da figura 29 –, denunciando a falta de manutenção e o descaso com o espaço nos anos decorrentes ao seu tombamento.

Figura 33 - Fonte do Forno



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2023).

A Fonte está seca há alguns anos, devido as construções do entorno que prejudicaram o lençol freático, questões informadas pelo Museu para a FUNDARC em 2010, através de relatório técnico feito pela extinta Fundação Municipal do Meio Ambiente (FMMA). A partir disso, foram construídas caixas de captação posteriormente destruídas. Em 2015, a instituição museal solicitou a reforma do local, mas foi feita apenas a limpeza.

Em 2017, foi feito um novo pedido de reforma, que incluía também as escadas que dão acesso ao local e que são utilizadas pelo Circuito Cultural promovido pelo Museu com escolas da região. Em 2022, por demanda da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural, da qual fui conselheira titular, entrei em contato com diversas secretarias, buscando informações sobre uma reforma que ocorreu no final deste mesmo ano, no entorno do bem.

Figura 34 - Obras no entorno da Fonte do Forno



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2023).

As escadas, que dão, também, acesso à praça da Fonte, foram reformadas e havia um projeto que colocaria uma escada com *design* de azulejos portugueses. Busquei ativamente mais informações, estive em contato com o poder público e com o possível artista contratado, tendo em vista a seriedade da questão. Pois, se trata de um bem patrimonial, que representa um discurso sobre o passado que não pode ser pensado apenas por um viés estético. Todavia, até o momento, tal obra não se concretizou.

Em abril de 2023, a Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, foi procurada para uma reunião no Gabinete do Prefeito, com o CMPC, a SMCEL e a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU), que estava à frente das ações. Eu esperava que nos fossem apresentados os panejamentos para a revitalização da Fonte do Forno, mas, na ocasião foi solicitado que nós, sociedade civil, membros da Setorial, desenvolvêssemos e apresentássemos propostas sobre o tema.

Apesar de ser uma iniciativa voluntária, nos deram o prazo de um mês para a entrega do material. Sendo assim, realizei reuniões com a Setorial, solicitei as propostas formuladas pelo Museu, que não haviam obtido retorno e, antes do prazo,

pedi que marcassem a reunião para a apresentação de nossas demandas em maio de 2023. Seguimos no aguardo da reunião e possíveis ações. Os documentos que elaborei, em parte ou completamente, e que foram enviados nesse processo, podem ser vistos no Apêndice O e Anexo II.

O Casarão dos Bina abrigava a extinta FMMA, segundo a documentação de tombamento, sua construção data de 1882, feita em estilo colonial português, com azulejos portugueses e um porão, que pode ter sido utilizado como senzala.

Figura 35 - Casarão dos Bina



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique. (2021).

O local era conhecido como “Fazenda Alencastro”, pois a propriedade pertencia ao Coronel Joaquim Antônio de Alencastro, fazendo parte de uma antiga sesmaria que compunha o Rincão de Viamão. A parte da fazenda onde localiza-se o Casarão foi vendida para Carlos Bina em 1937. Silveira, Gonçalves e Wavginiak nos dão maiores informações sobre a propriedade, apontando que:

O terreno foi dividido em porções menores até que um pedaço foi vendido, em finais do século XIX, para Antônio Dias Fialho, também responsável pela construção do casarão. Após alguns anos, Fialho vendeu sua propriedade para Dario Barbosa, que, em 1937, a vendeu para Carlos Bina, cuja família a posse do terreno permanece até a atualidade. (Silveira; Gonçalves; Wavginiak, 2021, p.39).

O local tornou-se residência de férias na década de 1980 e foi alugado para filmagens de filmes e séries. Alguns pesquisadores apontam que:

[...] o Casarão dos Bina é a prova de que os escravizados eram guardados, como se fossem ferramentas, no porão, com uma altura menos do que um metro, possuindo a entrada de ar e, ao mesmo tempo, impediam as fugas. [...] tiveram que escavar o porão para poderem utilizá-lo como arquivo, mas deixaram, nas paredes, as marcas de onde ficava o piso original da Senzala, comprovando o quão desconfortável e insalubre era o local. (MEDEIROS, 2021, p. 25).

Entretanto, outros autores defendem que essas edificações tombadas não possuíam senzalas, o que não significa que os donos desses casarões não tinham, dentre suas posses, pessoas escravizadas. Segundo a publicação de autoria de Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, Nestor Ourique Medeiros e Helena Thomassim Medeiros (2021, p.24), em 2021, o Casarão dos Bina estava em severo estado de deterioração e abandono: “Foi construído, ao seu lado, um novo prédio, deixando esse patrimônio histórico do município sem uso. Contudo, existe um projeto para sua restauração, a fim de preservar o seu estilo arquitetônico colonial português”. Também por meio de denúncias (mencionadas no capítulo anterior), em 2023, foram iniciadas as obras de restauração e fomos informados de que o espaço seria destinado à cultura. Todavia, com a entrega foi anunciado que quem utilizaria o local seria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Bem-Estar Animal (SEMA) e o SESC.

Ao analisar a documentação de tombamento dos bens no livro tomo que está aos cuidados do Museu Municipal Agostinho Martha, vi que os valores de antiguidade e arquitetura, vinculados à uma herança portuguesa e açoriana, são associados ao Casarão dos Fonseca – que abriga a CAERGS –, ao sobrado do Museu e ao Casarão dos Bina. Além dessas edificações, existe também: a Atafona do Xará, um engenho de farinha, que, segundo a documentação do Museu, seria introduzido por colonos luso-açorianos. A fonte do Forno e a fachada da antiga Prefeitura, por sua vez, representam um período em que Gravataí já não era mais um aldeamento e fazem referência ao poder público, que era representado pelos povos colonizadores.

Em entrevista concedida à CAERGS em 2022, Iuri Camargo, no período em questão, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Gravataí (SMDet), coordenador regional de turismo do Delta do Jacuí, fala sobre as

perspectivas futuras para a cultura da cidade. De acordo com ele “[...] a gente vai vender sim o Vale do Gravataí como potencial açoriano [...] fizeram um teste, fizeram um radar aqui e apontou a Casa dos Açores e a açorianidade como o principal ativo cultural da região [...]” (CAMARGO, 2022, inf. verb.).

Percebo que há uma intencionalidade na patrimonialização dos bens acima mencionados, que forjam uma imagem específica sobre o passado da cidade de Gravataí. O que existe nessa construção é o *trabalho de enquadramento da memória*, no qual compreendemos que através de um processo de seleção, se valoriza alguns aspectos e coloca outros em esquecimento, criando assim uma visão hegemônica sobre o passado.

4.3 Patrimonialização pela Câmara Municipal de Vereadores (2012-2024)

Em 2012, a patrimonialização começou a ocorrer de uma forma, minimamente, estranha. Reforço o contexto histórico pois foi um ano após o *impeachment* de Rita Sanco em 2011 (última prefeita eleita pelo PT, que vinha governando a cidade consecutivamente desde 1997), quando a cidade entrou em uma série de governo do PMDB, atual MDB, sendo que, o atual prefeito reeleito em 2024, filiou-se ao PSDB no final de 2023. Conforme apresentei no capítulo anterior, houve diversas transformações nas políticas culturais, especialmente a extinção da FUNDARC, em 2017, o que fez com que todas as leis ficassem desatualizadas, posto que não foram revistas desde então e continuam se referindo a Fundação como órgão gestor.

Tendo em vista esse cenário, os patrimônios passaram a ser decretados através de projetos de leis apresentados por vereadores, sem serem incluídos no livro tomo que ficava no Museu, conforme previa a lei 2114/2004. Jean Davallon, vai dizer que

Na prática de patrimonialização, procedimentos permitem escapar daquilo que poderia se tornar uma tautologia, segundo a qual é patrimônio o que é (reconhecido como) patrimônio. [...] Na verdade, a análise do que já existe mostra que sempre se recorre, de um modo ou de outro, há um cientista, muitas vezes um etnólogo, para acompanhar um grupo (ou sua minoria ativa...) no seu reconhecimento daquilo que é e faz patrimônio. Como acontece com o patrimônio material, vemos novamente o lugar decisivo que a produção do saber ocupa na patrimonialização para determinar o que faz patrimônio, em que e por que ele o faz. (DAVALLON, 2015, p.57).

No momento que os vereadores passaram a aprovar leis de patrimonialização, a pesquisa (principal elemento para essa análise), ficou “dispensada”, por assim dizer. Assim como a contratação de pesquisadores que promovessem tais ações, uma vez que, com o fechamento da FUNDARC, os cargos dessa foram sendo extintos conforme os funcionários concursados se aposentam e os cargos comissionados, costumeiramente colocados na área da cultura, não precisam ter qualquer formação. Sendo assim, a cidade inovou, ignorando suas próprias legislações e qualquer processo que pudesse dar legitimidade aos bens patrimonializados.

Em 2024, ao entrevistar, na época, o vereador Paulo Silveira, questionei sobre esse processo e qual era o entendimento dele sobre a questão, o retorno que me foi dado, foi o seguinte:

[...] mas é diferente a forma [dos processos de patrimonialização provenientes da Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí]. Não sei, patrimônios aqui são patrimônios imateriais, né? a gente não tem a capacidade legal de fazer tombamento, isso é uma prerrogativa única e exclusiva do poder do poder executivo. [...] tu não pode tomar sem ter um técnico [...] tem que ter uma lei específica que trata sobre isso. [...] ela [Câmara de Vereadores] tem a obrigação legal de garantir que a Constituição, No caso, a nossa lei orgânica seja cumprida, essas são obrigações legais. [...] [Patrimônios vem de uma] vontade política, com certeza [...] tem que ter um filtro, tem que ter uma origem técnica. (SILVEIRA, 2024, inf. verb).

Sendo assim, compreendo a análise do vereador como uma tentativa de explicar o processo que vem ocorrendo desde 2012 com a justificativa de que: o tombamento, de bens materiais, continuaria sendo uma demanda do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, exigindo pesquisas para sua realização; já os projetos da Câmara, teriam o intuito de preencher uma brecha em relação ao patrimônio imaterial. Entretanto, conforme apresentei, no subcapítulo anterior, a lei 2114/2004, apesar de citar o termo “tombamento”, erroneamente, se referia aos bens materiais e imateriais da cidade (GRAVATAÍ, 2004a). Além disso, há leis de patrimonialização da Câmara de Vereadores, que usam o termo “tombamento” também.

Entre os bens patrimonializados pela Câmara Municipal de Vereadores estão: o Rio Gravataí (2012); o Terno de Reis (2022); o Festival de Teatro de Gravataí – FETEG (2022); Marcha para Jesus (2023); Cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana (2024); Rua Aberta (2024).

Ressalto que, desde 2022, vim alertando o CMPC sobre essas irregularidades que, provavelmente, relacionam-se a desatualização das leis culturais e patrimoniais.

Em 2024, quando eu já não atuava mais no CMPC, a conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, Marlí A. Thomassim Medeiros, enviou um e-mail em 16 de julho e outro em 09 de dezembro, para o Conselho, informando novamente as irregularidades. Em dezembro a mesma, encaminhou à Câmara Municipal de Vereadores essa questão. No dia 10 de dezembro, o texto estava na pauta da sessão.

Eu estava presente no dia e vi que optaram por não abordar o tema. Alguns dias depois, um novo bem foi patrimonializado. Ou seja, os vereadores estão cientes do que tem proposto e aprovado. Demonstrando que o conceito de patrimônio está sendo utilizado de forma equivocada ou com intenções políticas deliberadas.

Tentando compreender qual seria a patrimonialidade destes bens, busquei contato com os vereadores que propuseram as leis desde 2022, realizei duas entrevistas presenciais e uma virtual com eles. Pois, apenas com o texto dos projetos de lei não era possível compreender a necessidade de patrimonializar alguns deles.

O primeiro bem patrimonializado nesse “novo” formato foi o Rio Gravataí, em 2012, através da lei ordinária 3178 de 05 de março de 2012, que declara integrante do patrimônio histórico, cultural e natural do Município, o Rio Gravataí, localizado no Município de Gravataí. Esse ato pode ser observado por duas perspectivas, a primeira é que esse bem já havia sido considerado patrimônio em esfera estadual, pela Lei 12.001 de 05 de novembro de 2003, que declara integrante do patrimônio cultural do Estado o Rio Gravataí, com o mesmo texto utilizado na lei municipal. O outro aspecto que conjecturo é o viés político, pois o projeto à nível estadual era de Marco Alba, que vai ser eleito naquele mesmo ano, governando a cidade entre 2013 até 2020. Acredito que haveria diversos motivos para considerar o Rio Gravataí como um patrimônio, entretanto não há pesquisa ou uma justificativa que elenque as qualidades do bem em nenhuma das duas legislações.

Em 2022, o primeiro patrimônio imaterial de Gravataí é decretado, sendo este a festividade do Terno de Reis, vinculada, segundo Cruz (2014), a herança trazida pelos colonizadores açorianos. A lei nº 4.535, de 26 de agosto, que tomba como patrimônio cultural imaterial do Município de Gravataí os festejos de Ternos de Reis, também institui o evento no calendário oficial de eventos da cidade.

Nos documentos referentes a esse Festejo, guardados pelo Museu, há uma pesquisa do antigo diretor Getúlio Xavier Osório, que menciona que esse costume

veio com os imigrantes luso-açorianos em 1752. Consiste na formação de grupos de cantores natalinos que passam pela comunidade reproduzindo versos improvisados no período de 24 de dezembro a 06 de janeiro, remetendo a figuras dos três reis magos. Segundo o historiador, diferentes grupos étnicos assimilaram o costume, incluindo imigrantes alemães e italianos.

Jorge Rosa menciona que “Os ternos de reis sempre foram cultivados pelas classes mais humildes, na zona da serra e do litoral [...]” (1987, p.185), todavia, o autor reforça que essa é uma herança portuguesa. A documentação do Museu nos revela também que o evento anual do Terno de Reis é promovido com o apoio da Prefeitura e da instituição museal. Segundo Maria Inês

[...] temos o patrimônio imaterial [...] São as nossas festas, as nossas tradições, que contam através de uma história alguma passagem pela nossa cidade. Primeiro do ano, encontro do Terno de Reis, que é uma tradição açoriana que existe na cidade desde a sua fundação, quando chegaram aqui os povos açorianos, depois dos indígenas. [...] nós temos o Encontro do Terno de Reis, Festa do Divino Espírito Santo, Festa da Padroeira, Carreteada, são os quatro eventos que tem há anos, de 30 anos para mais. [...] Feira do Livro de Gravataí, é outra, que já é nossa tradição e é patrimônio imaterial [...] os outros [que não o festejo de Terno de Reis], nenhum é tombado. (LEAL, 2022b, inf. verb.).

Contudo, segundo o vereador que propôs a lei, Demétrio Tafras (Cidadania), as pesquisas do Departamento Cultural e Natural não foram consultadas. Ele aponta que o bem foi patrimonializado pois:

[...] Na tradição católica, a passagem bíblica em que Jesus foi visitado por reis magos, converteu-se na tradicional visita feita pelos três “Reis Magos”, denominados Melchior, Baltazar e Gaspar, os quais passaram a ser referenciados como santos a partir do século VIII. Fixado o nascimento de Jesus Cristo a 25 de dezembro, adotou-se a data da visita dos Reis Magos como sendo o dia 6 de janeiro que, em alguns países de origem latina, especialmente aqueles cuja cultura tem origem espanhola, passou a ser a mais importante data comemorativa católica, mais importante, inclusive, que o próprio Natal. Em nosso Município existem inúmeros grupos de Terno de Reis que cantam por onde passam a história do nascimento de Jesus Cristo e a saga dos Três Reis Magos, mantendo viva essa cultura de origem açoriana. Por todos os motivos expostos, busca-se, com esta proposição, salvar esse patrimônio cultural imaterial, que já faz parte da história do Município de Gravataí. (TAFRAS, 2022, on-line)

Conforme observa-se pela documentação que havia no Museu e pelos relatos dos entrevistados, Maria Inês e Demétrio, a celebração era promovida pela própria

população e teria um apelo para essa. Todavia, ressalto que, anualmente, quem promove ações para comemorar o Terno de Reis é a Prefeitura, que, inclusive, já precisou contratar grupos de outras cidades por essa não ser mais uma prática comum em Gravataí.

No mesmo ano, o mesmo vereador responsável pelo projeto de patrimonialização do Terno de Reis, também propôs a lei nº 4534, de 26 de agosto de 2022, que declara o Festival de Teatro de Gravataí, Patrimônio Cultural do Município de Gravataí e dá outras providências (GRAVATAÍ, 2022a).

Essas leis chamam a atenção pois, diferente do Terno de Reis, que já fazia parte de pesquisas do Museu, e, por consequência do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, o Festival de Teatro de Gravataí (FETEG), não estava nessa lista, nem mesmo o Rio, patrimonializado em 2012. Ambas as leis apresentam termos diferenciados dos outros sete bens listados em sua emenda, pois não utilizam a palavra “tombamento”, visto nas demais documentações. Segundo a lei 2114/2004

Art. 3º É competência do Poder Executivo Municipal viabilizar o estudo, a identificação, a fiscalização, a conservação, a defesa e a divulgação do seu Patrimônio Cultural e Natural, com o objetivo de preservar a identidade cultural do município.

Parágrafo único. Será de competência do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, vinculado à Fundação Municipal de Arte e Cultura - FUNDARC, dar execução aos assuntos relacionados ao Patrimônio Cultural e Natural do Município. (GRAVATAÍ, 2004a, p. 01).

Além do que, a mesma lei, também prevê que o Município possuirá um livro tomo, onde constarão esses dados. E, no documento em questão, não constam o Rio Gravataí ou o FETEG como bens patrimonializados. Inclusive, na entrevista realizada em 2022, Maria Inês revela que “[...] Nunca soube do Teatro [...] isso deveria ser encaminhado ao Arquivo para ficar registrado como patrimônio [...]” (LEAL, 2022b, inf. verb.). O Festival em questão estava em sua sexta edição quando tornou-se patrimônio e em 2025 será realizada a sétima.

No final de 2022, em 29 de dezembro, entrevistei a técnica em artes cênicas de Gravataí, Izabel Cristina da Silveira, que não tinha informações sobre o tema, mas mencionou o seguinte: “[...] Eu sei que aconteceram, na verdade, vários processos e projetos de lei para colocar [o FETEG] no calendário de eventos do Município, mas eu também não sei [...]” (SILVEIRA, 2023, inf. verb.). As duas entrevistas e a emenda destas leis demonstram que se diferenciam dos demais bens patrimonializados.

Trazendo a percepção alarmante de que, além do discurso oficial do patrimônio, instituído por profissionais e instituições ligadas a temática, também está ocorrendo a eleição de patrimônios que não passam por nenhuma validação técnica.

Sobre esse projeto, Demétrio Tafras (2024), vai apontar que

Projeto de Lei que visa incentivar o teatro, seja em escolas, ou como um contexto geral, tem uma importância fundamental na cultura e na educação, ele permite uma enorme sucessão de ideias e de aprendizados onde podemos citar como exemplos, a socialização, integração, a criatividade, a coordenação, a memorização, o vocabulário e muitos outros. O teatro é um exercício de cidadania e um meio de ampliar o repertório cultural de qualquer estudante. Pensar em teatro, antes de tudo, é pensar em Arte e, como tal, é ter claro que a formação do indivíduo é mediada pelas relações artístico-culturais. (TAFRAS, 2022, on-line)

Segundo a entrevista, essas duas leis não foram demandas da sociedade civil, mas sim da SMCEL. Quando questionado em relação ao impacto desses projetos, ele respondeu que

Oficializamos no calendário municipal, para ajudar na captação de recursos junto aos governos federal, estadual e municipal, a exemplo do período eleitoral. Com a lei, é possível colocar qualquer evento em prática mesmo na época de campanha, onde, sem a legislação, não poderia ser realizado. Independentemente da troca de prefeito e de gestão, os eventos continuam sendo realizados, pois existe uma lei que os assegura. Para alterar isso, seria necessário passar pela Câmara novamente. (TAFRAS, 2022, on-line).

Há algumas questões interessantes para destacar nesse relato, a primeiro é a preocupação que os eventos parem de ocorrer, caso não fossem patrimonializados e inseridos no Calendário Municipal de Eventos. Não seria necessário decretar esses bens patrimônios para garantir sua execução, mas o temor se justifica pois há, desde 2017, uma gritante falta de incentivo ao setor cultural e, durante a pandemia, atividades como a Feira do Livro e o FETEG, deixaram de ocorrer.

O segundo ponto a ser mencionado é que essa alegação reforça a hipótese de que o conceito patrimônio não vem sendo utilizado de forma apropriada na cidade. Recordo-me de uma reunião do CMPC, na qual questionei a validade desses projetos de lei e um servidor administrativo da Prefeitura me disse que eles eram benéficos para que o governo pudesse buscar verbas, mesmo argumento do vereador. Ou seja, não há um interesse real em analisar se as celebrações culturais são dotadas de

patrimonialidade, apenas a preocupação monetária, *são patrimônios ocultos de significado*.

Apesar de meus questionamentos ao CMPC e pedidos de que fosse conversado com os vereadores, nada foi feito e, em 2023, mais um bem imaterial é eleito: a Marcha para Jesus. Patrimonializada pela lei ordinária 4703 de 21 de novembro, que reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial no Município de Gravataí a “Marcha para Jesus”, e dá outras providências (GRAVATAÍ, 2023a).

O projeto que originou a lei aponta que essa celebração ocorre desde 1993 em São Paulo e que se espalhou pelo Brasil, movimentando a economia e turismo nas regiões. Não há uma explicação sobre sua importância para a comunidade gravataíense, nem pesquisas sobre o tema. A justificativa do projeto de lei apresenta que:

A MARCHA PARA JESUS faz parte do calendário oficial do Brasil desde setembro de 2009, quando a Lei Federal nº 12.025 foi sancionada pelo Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Razão que por si só já demonstra a relevância social, cultural, econômica, turística e financeira do referido evento Cristão em todo país.

Portanto, trata-se de um evento que agrupa um quantitativo de pessoas só comparado com o carnaval e outras festas populares ou tradicionais de outras regiões. Justamente por entender assim, queremos que a MARCHA PARA JESUS se torne Patrimônio Imaterial e Cultural do nosso Município. (GRAVATAÍ, 2023e, p.03).

Diversos municípios brasileiros também possuem essa lei, que está ligada à Igreja Evangélica, que vem ganhando cada vez mais força política em nosso país. Todavia, para mim, enquanto pesquisadora, esses pontos não embasam nenhuma chancela de patrimônio, muito menos, em território gravataíense, onde eu nem sabia que o evento ocorria até ter conhecimento dessa lei.

Em 2024, foi patrimonializado o primeiro bem vinculado às religiões africanas e a história negra de Gravataí, através da lei ordinária nº 4754, de 11 de janeiro de 2024, que declara como patrimônio cultural imaterial do município de Gravataí a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, e dá outras providências. Surpreendentemente, o projeto 130/2023, que dá origem a essa lei, diferente dos outros realizados pela Câmara de Vereadores, apresenta algum embasamento histórico relacionado com a cidade:

A história e cultura do Povo de Terreiro e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana em Gravataí remontam ao período colonial, quando os primeiros escravos africanos foram trazidos para a região. Esses escravos, vindos de diferentes regiões da África, trouxeram consigo suas crenças e tradições religiosas, que foram adaptadas às condições de vida no Brasil.

A primeira referência histórica a um terreiro de matriz africana em Gravataí data de 1828, quando foi registrado o Terreiro de Mãe Luíza Maria da Conceição, no Morro do Sapo. A partir de então, outros terreiros foram fundados na cidade, dando origem a uma rica tradição religiosa e cultural.

As Comunidades Tradicionais de Matriz Africana são grupos que preservam e praticam as tradições culturais africanas. Essas comunidades, que são formadas por pessoas de diferentes origens, buscam resgatar e valorizar a cultura africana no Brasil. A história e cultura do Povo de Terreiro e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana em Gravataí são um patrimônio cultural importante para a cidade. Essa tradição, que é baseada na fé, na solidariedade e na preservação da cultura africana, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Atualmente, temos em Gravataí 2.670 casas religiosas formais e informais, a aprovação desse Projeto de Lei seria um importante passo para o reconhecimento e a valorização da cultura africana e afro-brasileira em Gravataí. (GRAVATAÍ, 2023c, p.2)

Entrevistei o vereador Cláudio Ávila (União Brasil), responsável por propor o projeto, em 13 de junho de 2024. Segundo ele a demanda surgiu a partir de questões específicas do partido

Eu tenho um viés muito voltado para o campo de esquerda, mas eu tenho uma incompatibilidade com pessoas que ocupam as direções partidárias que partidos de esquerda da cidade. Então não me senti confortável de estar em nenhum deles. [...] Eu quis trazer as políticas que a esquerda defende, que é a diversidade, a defesa dos que mais precisam, para ter como bandeira de luta do União Brasil. E ao fazer essa escolha, a gente acabou encontrando um núcleo na cidade de pessoas de religião, que fundou do nosso partido, é o único partido da cidade, um dos poucos do Rio Grande do Sul, que tem uma setorial que é voltada para o povo de axé, que a gente batizou. [...] todas as leis que eles entendem pra melhor atuação deles e liberdade religiosa, eles definem ali, trazem para a nossa bancada e a gente apresenta. [...] Teve outros projetos a fim desse povo em virtude de ter esse setorial do nosso partido. (ÁVILA, 2024, inf. verb.)

Por ser uma demanda específica do partido foram membros dessa setorial do povo de axé, dentro do União Brasil, que teriam realizado a pesquisa histórica que foi utilizada enquanto justificativa para o projeto de lei. Infelizmente, não encontrei dados específicos sobre o Terreiro de Mãe Luíza Maria da Conceição, nem sobre a localização do Morro do Sapo em Gravataí. Busquei contato com a pessoa que realizou a pesquisa, todavia, não foi possível marcar uma conversa.

O que posso trazer para explicar o motivo pelo qual simpatizo com o projeto é o fato de que buscaram relacionar o processo de patrimonialização à dados históricos e atuais, tendo em vista que a cidade possui diversas leis específicas sobre o povo de terreiro e apresenta diversas casas de religião em seu território; na história dessa região observo a contribuição africana como fundamental para criação de Gravataí, existindo diversos quilombos em seu território ou próximos³²; é o primeiro projeto de lei que tenta incluir no discurso oficial da cidade a população negra e religiões que não são relacionadas ao cristianismo. Segundo o vereador Cláudio Ávila

[...] no que tange essa legislação, ela nasce em virtude de uma tentativa de sentido de igualdade. Assim, por exemplo, aqui na Câmara de Vereadores, ela tem uma bancada evangélica, tem uns 3, 4 vereadores que se declaram fervorosos representantes da Igreja Evangélica e olham, e tem até como adversário o povo de matriz africana, que é uma religião sabidamente cunho popular, periférico, né? Do povo negro, do povo trabalhador. E justamente esse povo, povo negro, povo trabalhador, os mais pobres, eles vinham de uma preterição nos últimos 10 anos nessa cidade pelas ausências de políticas públicas. Então essa lei lá não só traz a baila a questão de igualdade entre outras religiões que já tem representação política histórica na cidade, como também é faz deferência a esse povo excluído da nossa sociedade, que não tem a atenção do poder público como deveria ter. E como é uma é uma das mais antigas religiões, nada mais justo que a Gravataí, que tem mais de 100 casas de religião, tenha declarado como patrimônio da cidade. (ÁVILA, 2024, inf. verb.).

Percebo que, além da questão histórica ou mesma da importância identitária que as religiões de matriz africana têm para a população gravataiense, há o viés político, assim como em todos os projetos de patrimonialização originados pela Câmara de Vereadores. Essa lei faz com que seja reconhecida oficialmente a importância de outras crenças e mesmo origens, destoando um pouco da imagem cristalizada de uma Gravataí açoriana e católica.

O projeto mais recente aprovado pela Câmara de Vereadores, dá chancela de patrimônio ao evento Rua Aberta, proposto por João Batista Pires Martins, popularmente conhecido como Bombeiro Batista (Republicanos). A lei nº 4857, de 16 de dezembro de 2024, reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial e

³² No capítulo 6 da tese aprofundo essas questões sobre a cidade, trazendo o subcapítulo “6.2 Histórias Negras em Gravataí”, onde falo sobre os quilombos, o clube negro fundado em 1956 e a importância dessa herança, que podem ser percebidas no calendário municipal de eventos e nos conselhos municipais.

inclui no Calendário Oficial de Eventos do município de Gravataí a realização mensal do evento Rua Aberta.

A justificativa do projeto 84/2024 (GRAVATAÍ, 2024f) apresenta o evento como uma ação promovida pela Prefeitura que movimenta a cidade e contribui para a economia, uma vez que oferece espaço para artesãos um local para a venda de produtos, há atrações musicais e promoção de atividades físicas para a população. O projeto de lei não coloca dados históricos sobre a ação, mas eu estava no CMPC quando foi anunciada a primeira Rua Aberta, no final de 2023, então pude acompanhar de perto o desenvolvimento do evento. O texto do projeto de lei conclui que

Incluir a Rua Aberta no calendário oficial reflete um compromisso público com a transparência e o planejamento a longo prazo, permitindo que cidadãos e comerciantes locais se programem antecipadamente, fomentando a participação e assegurando o sucesso contínuo do evento. Dessa forma, a oficialização do Evento Rua Aberta no Calendário Oficial do Município de Gravataí é essencial para reconhecer e perpetuar os benefícios econômicos, culturais e sociais que ela proporciona à comunidade. (GRAVATAÍ, 2024f, p.03-04).

Em momento algum na justificativa dessa lei é explicado por qual motivo o evento é um patrimônio da cidade, inclusive o termo não é utilizado nesse trecho do documento. O que eu noto, assim como nas leis de patrimonialização do Terno de Reis, FETEG e Marcha para Jesus, é que todos querem, na realidade, assegurar a permanência desses eventos, mesmo que o atual governo saia. Não há patrimonialidade identificada, especialmente, na Rua Aberta, que ocorre há pouco mais de um ano e é uma ação única e exclusivamente da Prefeitura.

Acrescento ainda o fato de que, quando a lei foi aprovada, já havíamos entrado em contato com a Câmara de Vereadores buscando seu entendimento quanto as irregularidades observadas nesses projetos. Eu estava presente no dia da votação e foi muito elucidativo, pois era nítida que a preocupação dos políticos não era com a relevância patrimonial do evento, mas sim com fazer uma homenagem aqueles que foram mais uma vez eleitos. Tanto é que já ouvia diversas vezes a seguinte frase em momentos de votação “se o projeto é do fulano, eu aprovo”. Ou seja, provando o que mencionei no capítulo anterior, não é o teor das leis que conta, mas em quem e qual partido, ela tem origem.

Outra questão que chama a atenção em relação a essa lei é que em 2023, foi arquivado o projeto de lei 193/2023, de autoria de Demétrio Tafras, que na época

estava na bancada do PSDB, no qual era solicitada a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Município de Gravataí a realização mensal da Feira Rua Aberta (GRAVATAÍ, 2023d). A justificativa apresentada é exatamente igual ao projeto de lei nº 84/2024, que reconhece como Patrimônio Cultural de natureza imaterial e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Gravataí a realização mensal do Evento Rua Aberta. Estranhamente, um dos pareceres favoráveis ao arquivamento do projeto é de autoria do vereador Bombeiro Batista, no qual aponta que:

Em análise ao presente Projeto, a Comissão de Justiça e Redação, com fundamento no Art. 45 da Resolução nº 6/2016 (Regimento Interno), considerou que, embora seja louvável a proposição, a mesma não possui guarida para aprovação.

Frisa-se que o Ente Público, conforme art. 30 da Constituição Federal, possui competência para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como regular o funcionamento de seu lazer, comércio e demais funcionalidades de interesse municipal, no entanto é necessário destacar que da análise do conteúdo do Projeto ora discutido percebe-se a constatação da existência de regulamentação administrativa por parte do Poder Executivo, a qual contempla a ilustre iniciativa, cabendo, então, o arquivamento deste, a fim de evitar tautologias.

Ante o exposto, opinamos pelo arquivamento do presente Projeto de Lei. (GRAVATAÍ, 2024j, p.01).

O projeto 193/2023, de Demétrio Tafras, foi elaborado em 14 de dezembro de 2023 e seu arquivamento concluído em 18 de novembro de 2024. O projeto 84/2024, do Bombeiro Batista, foi recebido em 03 de dezembro de 2024 e aprovado em 14 de dezembro de 2024, apenas 11 dias depois. Não sou formada em Direito e não tenho um grande conhecimento na área de legislação e gestão municipal, mas os projetos de lei são iguais, inclusive na redação de suas justificativas e dos artigos 1º, 2º e 3º, no projeto 193/2023, correspondentes aos artigos 3º, 4º e 5º do projeto 84/2024.

A lei aprovada, nº 4857/2024, menciona em seus dois primeiros artigos, que são a única diferença entre os projetos de lei apresentados, que:

Art. 1º Fica reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Município a realização mensal do Evento Rua Aberta, onde acontecem eventos capazes de impulsionar e expandir os negócios de diferentes grupos de produtores e artesãos locais e promover a integração da comunidade.

Parágrafo único. O Evento realizado na Rua Aberta propicia estimular os negócios locais citados no *caput* deste artigo, bem como fortalecer a conexão entre os moradores do município, promovendo eventos e atividades culturais, esportivas, sociais e de lazer, cultivando o senso de pertencimento à cidade e estreitando os laços comunitários.

Art. 2º Entende-se por Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (GRAVATAÍ, 2024c, p.01).

Ou seja, na própria lei se define o que é patrimônio e nitidamente, o evento não se encaixa dentro da categoria. O motivo pelo qual um projeto foi aprovado e o outro não, para mim, é extremamente nebuloso. A inclusão no Calendário Municipal de Eventos, projeto arquivado, faria sentido para tal atividade. Porém, a patrimonialização de um evento que ocorre há pouco mais de um ano só demonstra que a Câmara de Vereadores não tem compreensão alguma sobre o conceito.

O evento Rua Aberta, foi uma iniciativa do primeiro governo de Luiz Zaffalon e a aprovação dele como patrimônio vem no momento que esse político foi reeleito. Repetindo o que sinalizei quando mencionei a patrimonialização do Rio Gravataí em 2012, no momento no qual Marco Alba foi eleito. Parece-me que o termo patrimônio está sendo compreendido como uma “medalha de reconhecimento” à políticos e alguns grupos da cidade, repetindo padrões históricos que vem desde o período colonial. Não é a população que traz as demandas, mas o próprio poder público, legislando em benefício próprio.

Desta forma, finalizo minhas considerações sobre a patrimonialização feita pela Câmara de Vereadores, com a seguinte crítica: são *patrimônios ociosos*, apenas possuem tal chancela em virtude da nomenclatura legal. Não há pesquisas relevantes ou que insiram tais eventos nas dinâmicas sociais ou no processo histórico da cidade (salvo as leis do Terno de Reis e sobre a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana). Outro ponto preocupante é que esses projetos vêm de interesses políticos, seja para “presentear” uma figura eleita, manter um evento acontecendo ou agraciar uma parcela da população.

4.4 Patrimonialização pelo Gabinete do Prefeito (2023-2024)

Mais um caso interessante que ocorreu em Gravataí, foram os processos de patrimonialização realizados por meio do Gabinete do Prefeito. A criação de um decreto municipal vai buscar patrimonializar diversos bens da Igreja Católica ao mesmo tempo. Eu estive bastante envolvida nesse período, sendo assim, aqui registro também meu relato pessoal.

No final do ano de 2023, denúncias da sociedade civil começaram a surgir em virtude de uma possível venda do prédio histórico ocupado pelo restaurante “Sonho Gastronomia”. Naquele momento eu era a conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, conforme fiz em diversas ocasiões, após ter ciência de tal situação busquei contato com o Conselho, em e-mail enviado em 01 de novembro de 2023, no qual abordava essa situação e solicitava informações, com o seguinte texto:

Boa tarde.

Chegou ao conhecimento de membros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial que há tratativas para venda e possível demolição do prédio onde localizava-se a antiga Casa Paroquial, ao lado da Igreja Matriz, que atualmente abriga o empreendimento Sonho Gastronomia, na Rua Cônego Pedro Wagner, número 733, centro de Gravataí.

O imóvel em questão, além de um patrimônio histórico da cidade, tendo em vista seu reconhecimento em diversas publicações e iniciativas de educação patrimonial, é um bem inventariado pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural do município. Sabe-se também que já houve tratativas para o seu tombamento, tendo em vista sua importância para a história da cidade, demonstrando seu reconhecimento.

Entro em contato, para informar o Conselho sobre tal questão e solicitar um ofício com informações oficiais sobre as possíveis obras mencionadas à Prefeitura. Levando em questão que essa pauta é de extrema importância para a cultura da cidade.

Atenciosamente,

Helena Thomassim Medeiros

Conselheira titular da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC
Gestão 2022-2024 (MEDEIROS, 2023, on-line)

O local que hoje abriga o restaurante e que outrora foi a Casa Canônica, fica ao lado da Igreja Matriz, no terreno em que foi construído o primeiro cemitério da cidade. Meses depois do envio deste e-mail soube que ele foi transformado em ofício e encaminhado ao poder público que realizou o Decreto nº 21227/2024 no qual “estabelece medidas de proteção e preservação do conjunto de edificações que mencionam, compõem ou estão em análise para composição do Patrimônio Cultural e Histórico do Município de Gravataí”. No qual consta que:

CONSIDERANDO o pronunciamento do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí, solicitando a adoção de medidas de proteção pela Administração pública, frente a informação por eles recebida de possível ameaça de demolição ou alteração de alguns desses bens no Ofício nº 9/2023, [...] (GRAVATAÍ, 2024^a, p.)

O curioso nisso é que não solicitei um ofício com o objetivo de patrimonialização e sim com um pedido de informações oficiais, que não foram retornadas. Mas, o poder público se utilizou disso para realizar o tombamento por decreto de bens da Igreja Católica, como a Igreja Matriz, antiga Casa Canônica (atual Sonho Gastronomia), Capela Santa Cruz (também chamada de Capelinha), Seminário São José (hoje utilizado como moradia para padres idosos) e Vila Lourdes (antiga morada das freiras).

Todavia, conforme descrevi no e-mail, o Museu municipal já havia tentado tomba estes espaços, mas a lei ordinária 2114/2004, conforme os artigos 11 e 12, permite que o proprietário se oponha ao tombamento (GRAVATAÍ, 2004a). Segundo entrevista com Maria Inês Guillox Leal em 2022: “A Capela, a Igreja, o restaurante, a Casa Paroquial que depois virou restaurante, o Seminário São José, estão inventariados e a gente não consegue fazer o tombamento porque a Cúria não aceita, não permite.” (LEAL, 2022, inf. verb.)

A partir disso, compreendo que a Cúria não entendia estes espaços como bens patrimoniais do município e considerando que o Decreto nº 21227/2024 não apresentava pesquisas históricas sobre os locais, em março de 2024 foi realizado o Decreto nº 21.371/2024, que “Cria Grupo Especial de Trabalho para participação revisão, aprimoramento e elaboração de dados, características, vistorias e estudos do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município de Gravataí, catalogados e em processo de inventário” (GRAVATAÍ, 2024h).

Fui procurada diversas vezes, nos primeiros meses de 2024, por representantes do poder público para sanar dúvidas referentes ao patrimônio da cidade, tendo em vista que nesta mesma época o Museu estava sem qualquer funcionário e que essa instituição representava também o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural de Gravataí, que era o responsável por realizar pesquisas históricas. Naquele período me disseram que seria criada uma comissão para discutir sobre a temática patrimonial, eu disse que poderia participar enquanto conselheira, mas que gostaria de saber qual o intuito do grupo e quem participaria. Levei a demanda em reunião do CMPC, que me passou que poderíamos contribuir

com a fiscalização e discussões deste grupo, mas não com a elaboração de documentos, que seria atribuição de funcionários contratados.

Uma profissional do Gabinete do Prefeito me procurou e deu a entender que a ideia seria chamar funcionários, membros do governo e voluntários para a realização de pesquisas sobre o patrimônio da cidade, elaboração de documentos e ampliação de informações sobre os bens inventariados. Expliquei que, como conselheira, poderia participar de reuniões, fiscalizar o andamento, mas não na elaboração dos documentos, pois atuava no CMPC como cidadã e não como museóloga, sendo que essas atribuições que eles buscavam seriam de alguém que precisaria ser contratado. Foi o que bastou para compreenderem que o Conselho estava se recusando a participar, pois, certamente o que buscavam é que, mais uma vez, eu trabalhasse de graça para a Prefeitura, que não tem funcionários para essas funções pois extinguiu cargos da cultura e deixou o Museu e Arquivo “às moscas” durante anos. Reforço que o Museu só voltou a ter algum funcionário em junho de 2024, como pode ser observado através da Portaria 3786/2024, de 10 de junho 2024, que “designa Chefe de Setor (Museu Municipal) da SMGCC” (GRAVATAÍ, 2024k).

Precisei entrar em contato novamente com o CMPC relatando o diálogo com a servidora em 07 de fevereiro de 2024, conforme o e-mail enviado:

Boa tarde.
Tudo bem?

Entro em contato para registrar as situações que vem ocorrendo desde o começo de 2024.

Em janeiro, fui procurada para sanar dúvidas em relação à bens patrimoniais da cidade, algo recorrente desde que iniciei no Conselho, porém, estamos sem nenhum funcionário da área da cidade e as dúvidas eram em relação a uma resposta que o serviço público, através de profissionais qualificados, deveria fornecer. Quando convidei os membros da Setorial para participarem de uma reunião sobre o tema, fui alertada pelos mesmos que os problemas referentes as edificações em questão eram mais antigas e exigiriam estudos mais apurados.

Compreendendo que o papel do Conselho é levar as demandas da sociedade para o governo, por meio deste órgão, e não receber demandas deste, nem trabalhar de forma voluntária em algo que é uma das obrigações do serviço público, pelos quais não devemos, nem podemos ser responsabilizados, optei por aguardar a reunião do CMPC, marcada para fevereiro.

No mesmo mês, fui convidada para participar de uma Comissão de Patrimônio, não havia muitas informações a respeito, mas, sendo conselheira da Setorial de Patrimônio, acreditei que era uma iniciativa positiva, vindo do governo. Contudo, ao ser contatada por uma funcionária do Gabinete do Prefeito, fui informada de que se tratava de um grupo formado para atualizar, padronizar e ampliar o inventário de bens da cidade, serviço este que é de responsabilidade do poder público e que foi negligenciado ao longo de vários anos, onde não foram contratados funcionários qualificados para trabalhar

em conjunto com os servidores ainda vinculados à Fundação de Arte e Cultura - FUNDARC (extinta em 2017).

Sendo assim, levei o tema para ser discutido na reunião do CMPC em 05 de fevereiro de 2024. Pois me preocuparam questões éticas sobre o papel do Conselho dentro destas articulações. Em reunião chegou-se ao consenso de que o Conselho pode fiscalizar aquilo que é criado pelo poder público, mas não deve usar da expertise profissional dos conselheiros da sociedade civil para a elaboração de trabalhos da Prefeitura.

No dia seguinte, em 06 de fevereiro de 2024, fui novamente procurada pela funcionária do Gabinete do Prefeito, que me disse que minha participação na comissão seria como representante do Conselho. Questionei o papel dos membros da comissão na elaboração de pesquisas e documentos para o inventário de bens da cidade e busquei informá-la sobre a reunião que havia ocorrido no dia anterior para que não houvesse problemas éticos nessa situação, apontando que o meu papel enquanto conselheira seria fiscalizar, participar de reuniões, não ultrapassando determinados limites e tendo em vista que pesquisas, legislações, laudos, entre outros, tem que ser feitos por profissionais qualificados da Prefeitura.

Nitidamente, essas informações foram consideradas dúbias pela funcionária que, deu a entender que o Conselho não queria participar, citou um artigo dizendo que o Conselho é consultivo, como se isso significasse que é minha "obrigação" fazer parte do desenvolvimento das pesquisas do inventário. Além disso a mesma achou que seria uma "ameaça" dizer que entraria em contato com a Diretoria do Conselho, algo ao qual eu elogiei, pois assim, teríamos uma resposta formal.

O decorrer da conversa foi colocado no grupo de whatsapp do Conselho e, a fim, de registrar o ocorrido, envio os prints aqui.

Não é de meu interesse que as informações fiquem nebulosas e, em momento algum, me neguei a auxiliar enquanto conselheira, ou seja, me limitando a fiscalizar e participar de reuniões, que é a parte consultiva, estranhamente distorcida pela funcionária. [...]

Adianto que não solicitei aos membros da Setorial, voluntários, para a comissão pois só irei agir de acordo com o que for designado pelo Conselho e, porque, em nenhum momento a funcionária me autorizou a convidar membros da Setorial, apenas do Conselho.

Reforço que me senti extremamente constrangida pela funcionária e pelas situações que vem se formando.

Desde que entrei no Conselho já elenquei demandas do patrimônio, elaborei, em conjunto com a Setorial ou não, diversos documentos (inclusive alguns solicitados pelo poder público e com prazos curtos, dos quais as demandas não foram sanadas), estive presente em diversas reuniões utilizando meus recursos para deslocamento e meu tempo de trabalho para atender ligações com dúvidas e pedidos de orientações do poder público e sociedade civil.

Aguardo um posicionamento formal do Conselho quanto as questões elencadas.

Atenciosamente,

Helena Thomassim Medeiros

Conselheira titular da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural

Gestão 2022-2024 (MEDEIROS, 2024, on-line)

Não obtive um retorno formal do CMPC por e-mail, sendo assim ficou definido que na Comissão apenas haveria a citação de uma possível participação de um membro do Conselho. Até o final do ano de 2024 a Setorial de Patrimônio Material e Imaterial não obteve acesso ou informações referentes ao trabalho que estaria sendo

desenvolvido por esse grupo. O único retorno obtido foi através de falas de membros do governo que participam da ação e chama a atenção a listagem de seus membros:

Art. 3º O Grupo Especial de Trabalho é composto por representantes do serviço público municipal integrantes das áreas técnicas que guardem relação com o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. O Grupo também está aberto à participação facultativa da sociedade civil.

§ 1º Terão assento no grupo de trabalho os seguintes representantes já nomeados conforme as respectivas designações técnicas, de origem e qualificação abaixo descritas:

I – Rodrigo Silveira da Silva – (Coordenador), representando a Secretaria Municipal de Governança, Comunicação e Cultura;

II – Marcus Vinícius Azevedo da Silva – (Coordenador Adjunto) Engenheiro Civil, representando a Secretaria Municipal (SMH);

III – Tuane Ludwig Dohl – Professora e Doutora em História, representando a Secretaria Municipal de Educação (SMED);

IV – Juliano Nikolay da Silva – Arquiteto, representando a Secretaria Municipal de Administração, Modernização e Transparência (SMAT);

V – Cícero Veiga Oliveira Porto – Arquiteto, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDUR);

VI – Izabel Cristina da Silveira – Técnica Superior em Artes Cênicas e Especialista em Acessibilidade Cultural, representando a Secretaria Municipal de Governança, Comunicação e Cultura;

VII – Aline Hugo Fonseca do Nascimento – representando o Gabinete do Prefeito (GP);

VIII – Julio Cesar Wurlitzer – representando o Gabinete do Prefeito (GP);

IX – Reserva de assento para 1 (um) representante do setorial do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC);

X – Júlio Barbosa dos Santos Júnior – Diretor de Patrimônio, Diretor Social e Monitor de grupos, pelo Movimento Escoteiro Murialdo; Diretor e Organizador do Livro “Nossa Terra, Nossa Gente”, em 2022, de Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha como representante da Sociedade Civil;

XI – Régis Albino Marques Gomes – Diretor de Relações Institucionais e do Rancho Folclórico da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) como representante da Sociedade Civil.

§ 2º Com participação não obrigatória, inclusive, para o andamento e desenvolvimento deste grupo de trabalho. O Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC), terá reserva de assento, em homenagem à participação da sociedade na preservação e proteção do Patrimônio cultural, histórico e arquitetônico do Município de Gravataí e nos termos do Art. 9º da Lei municipal nº 3775/16. Devendo, o Conselho, em caso de participação, indicar um representante do setorial para compor o grupo. (GRAVATAÍ, 2024h)

É evidente que, além de funcionários públicos, que podem ser cargos de confiança ou mesmo funções gratificadas (como é o caso do coordenador do setor de patrimônio histórico da SMGCC, que entrou em junho no grupo, conforme o Decreto nº 21.770/2024) , as pessoas da sociedade civil convidadas a fazer parte do grupo restringem-se aqueles que durante décadas de ter um patrimônio em Gravataí, ou seja, pessoas que se relacionam a cultura açoriana ou a Igreja Católica. Demonstrando que o intuito do grupo é específico para realizar pesquisas que sanem

a lacuna criada pela patrimonialização por decreto que ocorreu com os bens da Igreja Católica.

Em relação aos bens tombados, destaco que todos se localizam no centro da cidade ou próximos. Considerando que ainda não obtive qualquer informação sobre as pesquisas referentes aos bens, é difícil afirmar qual será o foco escolhido para o discurso que será criado. Todavia, destaco que, mesmo antes da patrimonialização esses bens já eram percebidos enquanto detentores de patrimonialidade, posto que o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural que funcionava no Museu já havia desenvolvido pesquisas sobre os bens e tentado realizar seu tombamento. A Igreja Matriz e a Casa Canônica eram pontos incluídos no circuito cultural desenvolvido pelo Museu Municipal desde 1987, fazendo parte de um discurso oficial sobre o passado.

A Igreja Matriz Nossa Senhora dos Anjos, foi construída entre 1855 e 1888, se localiza na Rua Cônego Pedro Wagner, nº 717, no centro. A primeira construção ficou pronta em 1777 e “[...] possuía as mesmas dimensões da atual matriz, mas sem as torres.” (ROSA, 1987, p.21).

Figura 36 - Igreja Matriz Nossa Senhora dos Anjos

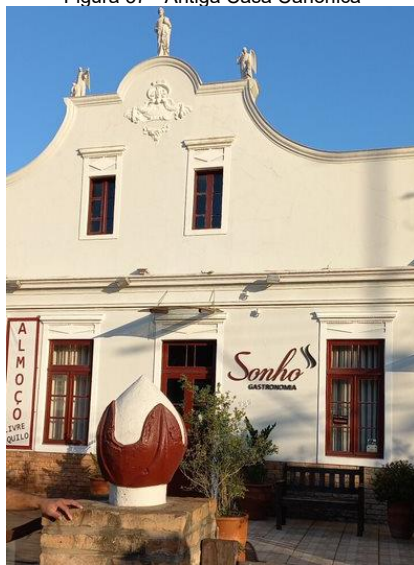


Fonte: MEDEIROS, Marlí A. Thomassim Medeiros (2021)

Ao lado da Igreja Matriz ficava o primeiro cemitério municipal, inaugurado em 1777 que “[...] destinava-se ao comum do povo, sendo as pessoas importantes sepultadas dentro da Igreja [...]” (MARTHA; MARTHA, 2022, p. 79). O local teria sido

utilizado para tal finalidade até 1855 e, posteriormente, seria colocada a casa canônica neste espaço que, atualmente, está cedido para um restaurante.

Figura 37 - Antiga Casa Canônica



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2022).

A Capela Santa Cruz, está localizada na Travessa Otávio Chiavaro, nº 40, Centro de Gravataí. Não há certeza sobre a origem da 'Capelinha' — nome atribuído pela população local —, entretanto, segundo Rosa (1987), em 1910, sua estrutura foi reformada, mantendo aspectos da arquitetura original. Silveira, Gonçalves e Wavginiak (2021) mencionam que ela foi erguida para abrigar uma cruz feita por indígenas, no período do aldeamento. Todavia, esse território também era habitado por pessoas escravizadas de origem africana desde o começo de sua colonização, sendo essa uma possibilidade de mão de obra utilizada na construção, como retomado por Medeiros, Medeiros e Medeiros (2021). O espaço é, ainda hoje, utilizado pela comunidade e, possivelmente, esse uso é o que mantem o bem preservado.

Figura 38 - Capela Santa Cruz



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2021).

O Seminário São José, está localizado na Rua Adolfo Inácio Barcelos, nº 1490, Centro, segundo Rosa (1987), a construção do prédio ocorreu entre os anos de 1936 e 1938. O local recebeu durante anos seminaristas, atualmente, é utilizado como morada de padres mais velhos.

Figura 39 - Seminário São José



Fonte: MEDEIROS, Marlí A. Thomassim Medeiros (2021).

Há também a Vila Lourdes, localizada na Rua João Alves de Souza, nº 140, Salgado Filho. Infelizmente não encontrei muitas informações sobre o local a não ser o fato de que é a morada de freiras católicas e que nesse prédio foi instalado o primeiro elevador da cidade.

Não sou contra a preservação destes locais, todavia, há diferentes abordagens sobre sua patrimonialidade que podem ser selecionadas e no momento eu não tenho como saber quais serão essas. Enquanto pesquisadora e a gente cultural, me preocupa esse processo de patrimonialização pois, por mais que a comunidade tenha buscado uma ação do poder público, a patrimonialização por decreto não deveria ocorrer, ainda mais, sem que antes tivessem sido apresentadas pesquisas realizadas por profissionais qualificados.

Em 2025, mesmo o Museu tendo um coordenador desde a segunda metade de 2024, o grupo especial de trabalho, conhecido como Comissão do Patrimônio se mantém. Fato preocupante, pois agora ao invés de termos pesquisadores, profissionais especializados realizando estudos (como existia na época da FUNDARC), temos voluntários e membros de cargos de confiança do governo.

Gravataí está tentando retomar suas ações na área da cultura e patrimônio, todavia, os próximos passos para isso serão fundamentais, não é possível que patrimônios sejam eleitos da forma que vem sendo desde 2012, sem pesquisas, sem respaldo técnico e, muitas vezes, sem a vontade da própria comunidade. Reforço aqui a necessidade da realização de concursos, de contratações que tenham mais relação com a capacitação dos profissionais do que com quantos votos ele é capaz de conseguir para políticos. No ponto em que chegamos o patrimônio e seus discursos não estão mais sobre disputa, estão sequestrados por aqueles que detêm poder para manter os bens e legalmente cancelá-los.

5 PATRIMÔNIO E COLONIALIDADE

Hernández e Tresserras (2007, p. 12), apontam que “[...] la idea de patrimonio se asocia a cosa de valor y al mismo tiempo comprendemos que este valor sirve para establecer algún tipo de vínculo entre individuos, es decir, genera nexo entre transmisor y receptor [...]” (HERNÁNDEZ; TRESSERAS, 2007, p.12)³³. Dentro dessa perspectiva, ele não é apenas a relação entre passado e presente, mas sim aquilo que se deseja conservar para o futuro.

Para Fonseca (2017, p. 45), “[...] as análises centradas no processo de construção de patrimônios são importantes, na medida em que procuram desvendar o modo como determinados intelectuais, em nome do Estado, concebem a ‘identidade nacional’.” Ou seja, há uma intencionalidade na eleição dos bens tombados, e identificá-las permite questioná-las também, demonstrando que visões diferentes são possíveis.

A concepção do conceito de patrimônio que utilizamos hoje atrela-se à criação dos Estados-nação, da tentativa de forjar uma unidade a partir de símbolos. Quijano define que

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, frequentemente certo grupo, sobre os demais. Consequentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. (QUIJANO, 2005, p.130).

Os Estado-nação, bem como a eleição dos patrimônios que os simbolizam, inserem-se em um jogo de poder. Nesse contexto histórico, também estão presentes os processos de descolonização, nos quais manteve-se as estruturas da colonialidade do poder, do ser e do saber. Posto que,

[...] o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da

³³ Tradução: “[...] a ideia de patrimônio se associa a algo de valor e ao mesmo tempo compreendemos que esse valor serve para estabelecer algum tipo de vínculo entre indivíduos, ou seja, gera uma ligação entre transmissor e receptor [...]” (HERNÁNDEZ; TRESSERAS, 2007, p.12, tradução da autora).

colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Desde então, durante quase 200 anos, estivemos ocupados na tentativa de avançar no caminho da nacionalização de nossas sociedades e nossos Estados. Mas ainda em nenhum país latino-americano é possível encontrar uma sociedade plenamente nacionalizada nem tampouco um genuíno Estado-nação. (QUIJANO, 2005, p.135).

No mesmo trabalho, o autor também reforça que essa homogeneidade nacional ainda não é possível pois

O processo de homogeneização dos membros da sociedade imaginada de uma perspectiva eurocêntrica como característica e condição dos Estados-nação modernos, foi levado a cabo nos países do Cone Sul latino-americano não por meio da descolonização das relações sociais e políticas entre os diversos componentes da população, mas pela eliminação massiva de alguns deles (índios, negros e mestiços). Ou seja, não por meio da democratização fundamental das relações sociais e políticas, mas pela exclusão de uma parte da população. Dadas essas condições originais, a democracia alcançada e o Estado-nação constituído não podiam ser afirmados e estáveis. (QUIJANO, 2005, p.133).

A compreensão da trajetória de dominação e imposição cultural do qual nós, pesquisadores e cidadãos latino-americanos somos frutos, elucida impasses entre a eleição de patrimônios, seu esquecimento e a falta de identidade, que ocorre, em muitos casos, da população com tais bens. Segundo Maldonado-Torres (2018, p. 44), os colonizados são alvo de violência sistemática, mas é tido como se sua existência fosse a razão para tal. Assim, “[...] espera-se que eles demonstrem que não são a fonte da violência ao adotar os costumes e modos de pensar dos colonizadores”. Todavia,

A existência de um forte Estado central não é suficiente para produzir um processo de relativa homogeneização de uma população previamente diversa e heterogênea, para produzir assim uma identidade comum e uma forte e duradoura lealdade a tal identidade. (QUIJANO, 2005, 131).

Ao instrumentalizar essas perspectivas dentro da realidade de Gravataí, retomo algumas questões quanto ao seu período colonial. Entre os anos de 1762 e 1763, foram trazidos para o território milhares de indígenas que viviam na região da Missões Jesuíticas. O intuito de deslocar essa população era, além do povoamento, evitar que se aliassem aos espanhóis após as Guerras Guaraníticas. Dessa forma, instituiu-se a Aldeia dos Anjos, um dos maiores aldeamentos indígenas do RS naquele período.

Seus nomes foram modificados, recebendo, no lugar, alcunhas portuguesas. Ademais, houve a proibição do idioma tupi-guarani, prevendo castigos àqueles que a desrespeitassem. A imposição de crenças e costumes dos colonizadores também demonstra as tentativas de retirar a identidade indígena dessas pessoas.

Educandários foram criados para receber as crianças, catequizando-as. Em 1770, foi nomeado um professor para a educação dos meninos, ação que passou a atender também as meninas em 1776, pois: “[...] as autoridades acharam por bem estender a educação às meninas que também careciam do mesmo ensino, tendo em vista a miscigenação que estava ocorrendo com os brancos, fazendo-se mister o ensino da Língua Portuguesa” (ROSA, 1987, p. 28).

Segundo Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha (2022, p. 63), “A finalidade da escola das meninas, que para serem recolhidas não poderiam ter menos de seis nem mais de 12 anos de idade, era prepará-las para futuros casamentos com homens brancos”. Essa mesma miscigenação é também apontada como um dos fatores de desaparecimento dos indígenas da história da cidade. Na dissertação *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS*, Luciano Souza Costa (2007, p. 30) menciona que “[...] registros de nascimentos dos descendentes de brancos com índios consideravam estes filhos como brancos a partir da segunda geração”.

Esses fatos retomam um tema abordado por Maldonado-Torres (2018), ao apontar diferenças entre os corpos colonizados masculinos e femininos. Os primeiros seriam vistos como guerreiros e, por isso, mais torturados e mutilados que mortos. Os corpos femininos seriam

[...] tão ou mais ameaçadores [...] permitem que os inimigos se reproduzam e, em alguns casos, carreguem a tradição e a memória do grupo. [...] mulheres são igualmente mutiladas, torturadas, estupradas e/ou mortas. (MALDONATO-TORRES, 2018, p. 45).

Pode-se apontar essa miscigenação e educação como mecanismos de apagamento cultural, em uma tentativa de embranquecimento da população, que, como pode ser observado em Gravataí, obteve certo êxito. Quanto à descendência indígena nos grupos quilombolas, esta também é cercado por um processo de esquecimento, posto que:

As histórias de antepassados indígenas haviam passado para alguns grupos familiares [...] e não mantinham relatos de detalhes sobre o suposto passado indígena; por mais que essa matriz indígena esteja ou possa estar incorporada a muitas de suas práticas e saberes. (COSTA, 2007, p. 10).

Entre os anos de 1762 e 1800, o número de indígenas decaiu drasticamente na região devido à venda de suas propriedades, “[...] os próprios escritos da época [...] demonstram terem sido os índios explorados e espoliados, em seus bens e na administração da justiça por dirigentes venais e colonos lusitanos” (MARTHA; MARTHA, 2022, p. 73). Tais relatos denotam alguns dos processos ocorridos durante a colonização, neste caso específico, em Gravataí.

Loureiro e Pereira (2019) traçaram um paralelo entre o conceito de colonialidade do poder, do ser e do saber, de Maldonado-Torres, e a Cultura do Silêncio de Paulo Freire. Segundo os autores:

[...] Freire constrói o conceito de “Cultura do silêncio”, que resume a impossibilidade de homens e mulheres de ação na práxis de ser cidadãos políticos, consequentemente, incapazes de interferência nas realidades colonizantes em que estão inseridos(das). A “Cultura do silêncio” acaba sendo reflexo das ações de dominação do poder, do ser e do saber da sociedade autóctone pelos(as) colonizadores(as), construindo sujeitos silenciados e barrados do direito de expressar suas formas de percepção/ação no/com o mundo; em outras palavras, a colonialidade nega a capacidade das pessoas de agir e ser autênticas. (LOUREIRO; PEREIRA, 2019, p. 11).

As questões levantadas pelos autores quanto à negação da sua autenticidade — a zona do ‘não ser’ —, vão ao encontro com o que é colocado por Gil e Meinerz (2017, p. 22), quando abordam o problema da colonialidade na construção de espaços de memória. Nesse sentido,

Nossa trajetória de composição nacional é marcada pela colonização europeia, consolidada através da imposição de força sobre os povos originários dessas terras, assim como sobre os povos africanos para cá traficados como escravos. Tratamos aqui do subjugado e da resistência experimentados por uma pluralidade de povos e origens étnicas, tanto indígenas quanto africanos, com diversos idiomas, crenças, hábitos, conhecimentos e heranças culturais singulares. Essa diversidade, porém, foi sendo negada na medida em que a experiência fundante de dominação colonial se solidificou sobre a valorização e padronização de formas de viver, pensar e agir advindas dos grupos de origem europeia que aqui se instalaram.

Sabe-se que há um apagamento proposital da história desses grupos — negros e indígenas — e, muitas vezes, o patrimônio também acaba servindo para essa finalidade. Há um esquecimento ocasionado por disputas de poder, tornando-se um problema estrutural para a valorização e preservação de grupos e narrativas vinculadas aos povos colonizados.

Bernardino-Costa (2018, p. 291–292), sobre o conceito de epidermização do racismo, infere que, "[...] ao se deparar com o racismo, o negro introjeta um complexo de inferioridade e inicia um processo de autoilusão, buscando falar, pensar e agir como branco". Referindo-se ao livro *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon (2008 *apud* BERNARDINO-COSTA, 2018) o autor complementa que "[...] Fanon descobrirá que o homem negro quer ser branco" (BERNARDINO-COSTA, 2018, p. 292).

Seguindo essa lógica, pode-se considerar que o colonizado almeja ser como o colonizador. Então, por meio das diversas violências impostas nesse processo, introjetou os costumes, crenças e cultura do colonizador como seus representantes, pois sua autenticidade foi invalidada a ponto de não saber mais quem é.

Essa é uma discussão crucial quando se trata de patrimônio, pois se ele serviria para representar um povo e falar sobre suas bases e heranças, no caso das sociedades colonizadas, seria preciso primeiro reafirmá-las e, de certo modo, redescobri-las. Sobre tudo tendo em vista que "[...] a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...] já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial" (MIGNOLO, 2008, p. 290).

O povo brasileiro não é e nunca será europeu, e isso não deveria ser um problema. Por mais que se busque esse passado como identidade e reivindique, muitas vezes, ser português, italiano, alemão etc. — ainda mais no RS, onde se tenta fortemente legitimar e sacralizar essas heranças como totalizantes — no Brasil, a população é brasileira, latino-americana, e isso significa uma gama imensa de povos e culturas que moldam diariamente essa sociedade. A questão é que, em muitos momentos, escolhe-se 'ser europeu', e essa preferência é representada nos patrimônios.

Segundo Lélia Gonzalez (1988) as relações sociais das sociedades ibéricas são altamente hierarquizadas, não havendo espaço para a igualdade. Ela ressalta que "[...] a *ideologia do branqueamento* [...] o desejo de se tornar branco [...] é internalizado

com a consequente negação da própria raça, da própria cultura” (GONZALES, 1988, p.130, grifo da autora).

Percebe-se que os bens tombados na cidade se referem à arquitetura portuguesa e aos grandes proprietários de terra, ou seja, a um passado eurocêntrico. O conceito de patrimônio se vincula muito a ideia de seleções, de esquecimentos propositais e de jogos de poder que são tão intrínsecos ao processo que, se não forem analisados com cuidado, podem passar despercebidos. Gil e Meinerz (2017, p. 32) ressaltam que:

[...] construir monumentos, conservar ou destruir espaços, registrar bens materiais e imateriais, são processos que implicam escolhas e produzem sentidos que escapam às intenções de seus propositores, mas que dificilmente estão isentos de posturas em relação aos saberes e aos poderes estabelecidos como hegemônicos.

Portanto, a decolonialidade encontra-se no cerne do trabalho. Pois, são utilizados, estudados e aplicados os conceitos de patrimônio herdados de uma visão acadêmica que está fortemente vinculada à Europa e, talvez por esse motivo, ele possa perder o sentido para a sociedade brasileira.

Conforme apresento nos capítulos anteriores, o Museu e a patrimonialização em Gravataí refletem um passado quase que exclusivamente europeu, priorizando casarões, manifestações culturais ligadas ao cristianismo e mesmo um discurso vinculado a um passado açoriano. A própria auto identificação da maioria da população enquanto branca, apontada pelos dados do IBGE, demonstram esse processo de rearticulação das identidades a partir da colonização. Sendo assim, nesse capítulo busco entender duas questões: por que os ascendentes açorianos se tornam um elemento identitário em Gravataí? Onde, no discurso oficial produzido por instituições de poder encontramos a ascendência indígena e negra da cidade?

5.1 Açorianidade: a criação de uma identidade

A partir da análise dos processos de patrimonialização de bens em Gravataí, das leis culturais e patrimoniais, de questões apontadas por Vergara (2012) na narrativa museológica e da pesquisa participante, percebi que a cidade tenta se construir através de um discurso de açorianidade. Segundo Célia Silva Jachmet

[...] conceito de açorianidade, atualmente como definidor de pertença ou de relação com as comunidades açorianas pelo mundo. Relaciona-se à busca de identidade com a necessidade de identificação de que as pessoas nutrem a esse sentimento e a uma imagem positiva de valores culturais do passado individual coletivo. (JACHEMET, 2023, p.63).

Essa identificação, em Gravataí, é fruto de iniciativas particulares, oriunda de grupos específicos, como a CAERGS, mas também incentivada pelo poder público, tanto dentro das pesquisas como na realização de ações que privilegiam esse passado. No período em que estive no CMPC tivemos, a construção de um monumento aos Açores, no Parcão da cidade, em 2023; relatos da comunidade gravataiense entendendo o local como um museu em 2023; na Feira do Livro de 2024, focada na temática patrimonial, esse foi o único grupo que recebeu uma sala exclusivamente para suas atividades; no primeiro evento organizado pela Prefeitura para comemorar o Dia Estadual do Patrimônio a questão da herança açoriana era tão presente que disseram que “todos somos açorianos”.

Conforme mencionei anteriormente, ao estudar a história de Gravataí, a herança açoriana é constantemente exaltada e, com toda a certeza, se formos pensar nesses colonizadores, nos povos indígenas e nos africanos, apenas um desses grupos é constantemente lembrado dentro da percepção de identidade e patrimônio gravataiense. Na entrevista realizada com o ex-vereador Paulo Silveira, recebi o seguinte relato:

Por que que nós açorianos ou que que tem origem açoriana ou da cultura portuguesa, a gente não tem essa propagação, é muito aquém do que é, né? Fica num público muito restrito, que são normalmente sempre os mesmos. Então, isso não é riqueza cultural, a riqueza cultural, afinal, é pública, é pulverizada, enraizada, capitalizada na cidade. Onde lá, quando a gente vai na escola Cerro Azul, as pessoas têm que saber que ali próximo foi o primeiro local onde os índios, vindo das Missões acamparam em Gravataí, as margens do Passo dos Ferreiros. As pessoas têm que saber que às vezes as coisas aconteceram no lado delas. Aqui, por exemplo, tem um bairro, tem um condomínio, [...] os índios faziam sua pedra polida ali. [...] Tudo isso acontece na nossa cidade e não chega a quem precisa chegar, que é a população. (SILVEIRA, 2024, inf. verb.).

Concordo com a lógica de que a população precisa ter acesso às informações, principalmente em relação a história da cidade, para que, a partir disso, consiga valorizar ou questionar determinadas percepções sobre o passado. Todavia, uso esse trecho da entrevista para demonstrar que, mesmo tendo ciência do passado indígena,

por exemplo, a identidade açoriana é que é a protagonista das ações. Porque países e pessoas colonizados buscam nas raízes europeias uma forma de enaltecer sua trajetória, associando sua cultura e identidade à desses colonizadores, isso faz parte das marcas da colonialidade imperante em nossa sociedade.

Em Gravataí os açorianos são tão exaltados porque não tivemos nessa região colônias alemãs ou italianas, como ocorreu em cidades próximas. Há sim, a influência de seus descendentes para a formação da sociedade, mas os colonizadores dos Açores estavam presentes desde os primórdios da historiografia local, já que o Brasil foi colônia portuguesa. Corroborando com a fala do entrevistado a professora Célia Silva Jachemet (2023), menciona que

Antes do movimento de “açorianidade”, que ganhou força após a autonomia dos Açores, havia no Rio Grande do Sul, uma espécie de rejeição ao sobrenome de origem portuguesa e uma valorização de nomes alemães e italianos, destacando esse como de origens superiores.(p.100).

Rocca (2009), em sua tese, demonstra uma perspectiva interessante sobre as razões que levaram a uma exaltação do passado luso-açoriano no Rio Grande do Sul, de modo geral. Ela argumenta que, na década de 1930, com o apogeu do nacionalismo, propagou-se uma imagem a miscigenação como um elemento de superioridade. Ao mesmo tempo, houve uma aversão aos povos germânicos e o colonizador português foi colocado como um elemento chave, tendo em vista que ele já possuiria uma origem “híbrida”. Sendo assim:

De uma consideração inicial dos ilhéus como cidadãos de segunda classe, dadas às dificuldades econômicas dos primeiros imigrantes, passou-se a exaltar a origem insular e a intentar definir uma identidade cultural de base açoriana, diferenciada da matriz luso-brasileira. Pretendia-se estabelecer uma presumível superioridade étnica e moral dos descendentes luso-açorianos, sustentada nas particularidades da migração de famílias e em uma suposta origem nórdica e holandesa dos ilhéus. (p.46).

Sendo assim, conjecturo que, dentro de um contexto no qual não havia bases sólidas para se ancorar em uma construção identitária alemã ou italiana, Gravataí – representado por grupos específicos, pesquisadores e instituições de poder – buscou a identidade mais “branca” que poderia. Corroborando com o que menciona Rocca

(2009), em seu livro, *Martha e Martha* (2022, p.29-30), descrevem os colonizadores açorianos da seguinte forma

Os três séculos em que permaneceram insulados nos Açores, sem contatos profundos com a Metrópole, criaram um tipo físico e cultura bem caracterizada. Eram os açorianos de estatura alta, pele clara, cabelos escuros, olhos azuis, em sua grande maioria. Religiosos, sem ser em carolas, introduziram no Brasil as festas do Divino, dos Reis Magos, as procissões de *Corpus Christi* e Navegantes. Tinham danças típicas, como o “pezinho”, a “cana verde” e outras. Seu isolamento em relação ao continente europeu fez com que mantivessem a linguagem arcaica e castiça da época quinhentista, sem maiores contaminações pelas alterações linguísticas em Portugal. (MARTHA; MARTHA, 2022, p.29-30).

Ao longo do ano de 2023 participei de um curso promovido pela CAERGS, intitulado “Açores: nove Ilhas, nove Histórias”, ministrado pela professora Susana Goulart Costa, para tentar entender e identificar elementos dessa açorianidade em Gravataí. Posso dizer que essa experiência mudou minhas percepções sobre os Açores e sobre a construção da açorianidade na cidade, não de forma que diminuísse as críticas que faço, mas fazendo com que eu me impressionasse ainda mais com a hipocrisia implícita na construção desse “passado branco de olhos claros”.

Aníbal Quijano (2005, p.123), vai dizer que

Os defensores da patente européia da modernidade costumam apelar para história cultural do antigo mundo heleno-românico e ao mundo do Mediterrâneo antes da América, para legitimar sua defesa da exclusividade dessa patente. O que é curioso desse argumento é que escamoteia, primeiro, o fato de que a parte realmente avançada desse mundo do Mediterrâneo, antes das Américas, área por área dessa modernidade, era islâmico-judaica. Segundo, que foi dentro desse mundo que se manteve a herança cultural greco-romana, as cidades, o comércio, a agricultura comercial, a mineração, os têxteis, a filosofia, a história, quando a futura Europa Ocidental estava dominada pelo feudalismo e seu obscurantismo cultural. Terceiro que, muito provavelmente, a mercantilização da força de trabalho, a relação capital-salário, emergiu, precisamente, nessa área e foi em seu desenvolvimento que se expandiu posteriormente em direção ao norte da futura Europa. Quarto, que somente a partir da derrota do Islão e do posterior deslocamento da hegemonia sobre o mercado mundial para o centro-norte da futura Europa, graças à América, começa também a deslocar-se ao centro da atividade cultural a essa nova região. Por isso, a nova perspectiva geográfica da história e da cultura, que ali é elaborada e que se impõe como mundialmente hegemônica, implica, obviamente, uma nova geografia do poder. A própria idéia de Ocidente-Oriente é tardia e parte da hegemonia britânica.

O argumento trazido pelo autor vai ajudar a pensar também a construção dessa açorianidade branca, que tenta se diferenciar dos portugueses por descender de

peessoas “mais brancas” ainda. Percebo o quão reducionista é esse pensamento e questiono como, atualmente, com todas as informações das quais dispomos, podemos aceitar essa construção identitária tão facilmente.

Susana Goulart Costa, em seu livro “*Açores: nove ilhas, uma história*” (2008), vai apontar que os primeiros registros portugueses sobre as ilhas datam de 1427. As ilhas que compõem o arquipélago dos Açores estão localizadas no oceano Atlântico Norte, na região Macaronésia, também composta pelos arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde. Referente a sua ocupação, a autora aponta que a maior parte dos habitantes vieram do Reino de Portugal – na maioria pessoas pobres que buscavam crescimento econômico –, além de flamengos, genoveses, florentinos, franceses, ingleses e outros, reforçando que:

Para além desta emigração voluntária, há ainda a referir que as crónicas e a escassa documentação oficial existente referem que para as ilhas também vieram indivíduos constringidos por factores diversos. O caso dos judeus, expulsos do reino em resultado da ordem de D. Manuel I, em 1496, é paradigmático da utilização dos espaços ultramarinos como vazadouros dos grupos então considerados mais indesejados, a que podemos juntar os mouros e os conversos. Na mesma linha vem o envio de degredados, forçados a cumprir a sua pena nos espaços insulares. Em 1455, por exemplo, o rei D. Afonso V perdoa a João de Lisboa, que viera em 1446 para Santa Maria para cumprir pena de homicídio. Este criminoso clama autorização para regressar ao reino, depois de cumpridos nove dos quinze anos de pena que lhe tinha sido imposta. Este caso é interessante, pois permite-nos constatar duas realidades nos primórdios da humanização do espaço regional: primeira, a dificuldade da coroa em angariar gente para o arquipélago, tendo que ordenar um povoamento coactivo; segunda, a incipiência deste mesmo processo colonizador em meados de quatrocentos, que não atrai nem os mais desfavorecidos. Finalmente, ainda a considerar a presença de escravos, obrigados a vir para as ilhas para servir os mais abonados no desempenho das mais distintas tarefas. (COSTA, 2008, p.68)

Apenas nesse trecho, para mim, o argumento de colonizadores puramente brancos e católicos, atribuídos aos açorianos, especialmente em Gravataí, já se mostra mais heterogêneo e complexo do que a visão reducionista que é transmitida. Contextualizando brevemente a história de Portugal, vemos que a própria organização da nação apresenta contribuições de diversos povos. É interessante ressaltar a influência do Império Islâmico, que surge na Península Arábica e ocupou a Península Ibérica, hoje Portugal e Espanha, entre 711 e 1492.

Nilsa Areán-García (2009), aponta que, com o enfraquecimento do Império Romano do Ocidente, que acabou em 476 d.C., diferentes povos de origem germânica

começam a chegar na Península Ibérica, que se convertem ao Catolicismo, fazendo com que o latim se consolide na região. A expansão do Império Islâmico, a partir do século XVI, ocupando toda a África do Norte em 698 d.C. e vindo para a região da Península Ibérica, que passa a ser chamada de Al-Andaluz em 711 d. C. é um fator marcante para essa história. Segundo a autora

É interessante notar também que a duração do domínio árabe variou muito de região para região na Península Ibérica. Nunca chegou a ser exercido nas terras mais setentrionais, pois ao norte do Rio Ebro já retornara ao domínio cristão em 809. O Porto e Braga foram conquistadas pelos cristãos em 868, Coimbra em 1064 e Lisboa em 1147. Já Sevilha, Córdoba e Faro fizeram parte do Império Árabe durante cerca de seis séculos e Granada somente deixou de fazer parte deste domínio no final do século XV. (AREÁN-GARCÍA, 2009, p.34)

A partir da ocupação islâmica, seguem-se diversas disputas de territórios e acordos entre reinos cristãos, que expulsam o Império Islâmico de seu último território dentro da Península Ibérica em 1492. O reino de Portugal tornou-se independente em 1139, mas, sua atual capital, Lisboa, esteve sobre domínio islâmico até 1147. A região teve uma forte influência cultural desses povos, por quase 800 anos.

Renata Rozental Sancovsky (2017, p.223), vai dizer que há uma historiografia reducionista que busca

[...] construir uma imagem mitológica e unificada do "ser ibérico", tornando secundários praticamente oito séculos de contribuições e legados judaicos e islâmicos sobre a cultura e a sociedade hispânicas, e privilegiando, sobretudo, a memória de um passado eminentemente cristão.

A autora também menciona que, através da militarização dos reinos ibéricos, buscava-se a retomada de antigos territórios e a aquisição de novos, entendendo esse processo como um mecanismo de ascensão social e acúmulo de bens. Os autores Fernando Matozinhos Porfírio, Luiz Felipe Magnago Blum e Ruth Stein Silva (2021), apontam que já no século XV, Portugal tinha fronteiras bem definidas, organizando-se para um processo de expansão do comércio ultramarino

Eles procuraram empresas sem concorrentes mais antigos já instalados e buscaram na costa ocidental da África, tracar com os mouros que já dominavam a população indígena. Neste avanço pelo mar, descobriram as

ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores, e continuaram buscando mais pela costa da África em direção ao sul. (PORTÍFIO; BLULM; SILVA, 2021 p.35)

Carlos Henrique Gileno e Rodrigo Dantas Medeiros (2019) falam que em 1441 foram introduzidos os primeiros africanos escravizados em Portugal e em 1444 já iniciava o comércio. Os registros e ocupação portuguesa tanto no arquipélago açoriano quanto no Brasil são separados por pouco mais de 70 anos, portanto é difícil crer, como apontaram os autores Martha e Martha (2022), em uma identidade tão homogênea destes colonizadores.

Martha e Martha (2022) apontam a chegada de 60 (sessenta) casais de açorianos, com suas famílias, no RS em 1752. Anos depois, havia um morador na Aldeia dos Anjos e em 1785 foram enviadas seis famílias para a região. No capítulo “3 Conhecendo Gravataí” colocou que a vinda desses colonizadores para uma região onde já havia sesmeiros, pessoas escravizadas de origem africana e um aldeamento indígena, é também um esforço para substituir a mão de obra indígena e contribui com o fim do aldeamento.

Assim com aldeias indígenas formadas, entre 1753 e 1769 [...] tornaram-se empreendimentos falidos. Após sua extinção, em Estreito (1765) e Gravataí (1773) formaram-se freguesias majoritariamente de açorianos. Pouco ou nada se conhece da chegada dos açorianos a estes espaços, previamente ocupados pelos indígenas, e das formas de convívio entre eles. [...] os ilhéus chegaram a compartilhar o mesmo espaço com os indígenas. Parece que os resultados obtidos na região sulina estiveram bem mais próximos aos ideais do programa pombalino, uma vez que foram os açorianos os que implantaram seu modo de vida sobre as formas culturais dos indígenas. (ROCCA, 2009, p. 414-415).

Rocca (2009), vai reforçar que além das indústrias e empreendimentos indígenas entregues aos colonizadores, havia o estímulo, por parte da Coroa Portuguesa, de que se casassem com as moças indígenas. Em 1773, no segundo governo de José Marcelino de Figueiredo na Aldeia dos Anjos, é criado um edital que garantia preferência na distribuição de terras na região aos portugueses casados com as indígenas. Não à toa que a escola para as meninas guaranis é criada em 1776, o que torna ainda mais assustador o fato de que suas idades tinham que ser entre seis e 12 anos para frequentar a instituição.

Sendo assim, não podemos ignorar o fato de que sempre houve o estímulo a miscigenação, com objetivos que geraram a colonialidade, ao impor a cultura do

colonizador e mesmo a sua genética à população. A questão da açorianidade e sua distinção com a herança portuguesa é um discurso que foi produzido séculos depois. A tese da professora Célia Silva Jachemet (2023) vai discutir justamente esse processo de construção da açorianidade, na qual a cidade de Gravataí está constantemente presente. A autora aponta que

[...] essa identificação como açorianos, bem como o sentimento de açorianidade, que foi construído em determinado momento histórico, não era compartilhado e nem existia entre os imigrantes que chegaram ao território sul-rio-grandense no século XVIII. (p.58).

Segundo a autora, alguns fatores, especialmente na década de 1970, vão contribuir para a ressignificação das raízes açorianas no RS. Dentre a questão de que

No contexto do século XX, na situação do Rio Grande do Sul relativa às imigrações, ressaltou-se, a partir da década de 1970, a supervalorização dos imigrantes e descendentes de alemães e de italianos. Aí surgem comemorações atribuídas aos feitos desses imigrantes, através das festas e publicações que denotam o prestígio despertado na comunidade sul-rio-grandense, em reconhecimento a contribuição dessas etnias no desenvolvimento do Estado. Isso fez com que as comunidades rio-grandense de ascendência lusa buscassem ressaltar a sua colaboração, que reivindicava sem posição de pioneiros ao chamar a atenção para o seu contributo ao Estado. (JACHEMET, 2023, p.60-61)

Os açorianos passam a ser identificados como muito religiosos, com famílias exemplares, enquanto os italianos e alemães teriam levado ao progresso econômico do RS. Na década de 1970 Porto Alegre passa a ser reconhecida enquanto a maior capital do mundo fundada por açorianos. Somadas a essas questões, é entre os anos de 1974 e 1976 que ocorre o processo de autonomia do Governo Regional dos Açores e

[...] após a autonomia, em 1976, o Governo Regional dos Açores dirigiu esforços para a aproximação com as comunidades da diáspora e o fez através de ações preparatórias para professores, estudiosos e líderes, que viajaram aos Açores, com o incentivo financeiro do governo regional, para participarem de cursos, seminários, congressos, realizados também, posteriormente, na diáspora. A partir daí, o Governo Regional dos Açores se fez representar em visitas às comunidades açorianas no exterior, desde as mais antigas, como a do Rio Grande do Sul, envolvendo-as num processo de novas relações e de integração com o arquipélago. (JACHEMET, 2023, p.66).

Sobre o processo de reaproximação dos Açores com o Rio Grande do Sul entre 1976 e 2016, a autora coloca que suas entrevistas demonstraram que não havia uma lei é um decreto, mas uma decisão de ordem política que buscava a projeção açoriana espalhada pelo mundo:

Nesse intuito de reforço das relações com a diáspora, ordenou a busca de contatos e de relações com as mais antigas comunidades de imigrantes. [...] como um “tapete”, onde está o Paço dos Açorianos e Outros elementos visíveis da açorianidade, que provam que os açorianos no Rio Grande do Sul contribuíram na fixação das fronteiras do Brasil. (JACHEMET, 2023, p.75).

Em 1979 é criado o Instituto Cultural Português (ICP) no RS e A partir dos anos 1980 o Governo Regional dos Açores inicia o “chamado” das comunidades da diáspora para serem seus multiplicadores culturais. Passam a possibilitar a representação de comunidades de fora do arquipélago em ações culturais para gerar integração e conhecimento sobre sua história, buscando uma identidade açoriana já que tinham conquistado autonomia há poucos anos. Segundo minha entrevista com a professora Célia, ela relata que

Eu, no ano 2001, final de 2021, eu fui para os Açores se conseguir conversar lá, marcar entrevista com o primeiro presidente dos Açores por Mota Amaral. [...] Primeira coisa que perguntei pra ele: como é, existe uma lei, um decreto? “Não existe decreto, nem lei, foi uma vontade de governo. Eu disse pro meu diretor, que era o diretor das comunidades: vai lá e procura essa gente”. E foi quando começou. Em 86, a Santa Inêze [Domingues da Rocha] foi a primeira a participar de um do que já era o terceiro Congresso das cidade açorianas. Ela foi e levou muito sobre o Rio Grande do Sul e foi ela que começou. [...] é porque ficou assim por muito tempo isso diluído, a gente sabia [sobre as origens açorianas] de escola [...] tem esse movimento de todo o Rio Grande do Sul. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

O governo dos Açores auxiliava esses representantes de comunidades da diáspora com metade da passagem aérea e hospedagem durante os dias de eventos que participavam. Sendo assim,

O interesse em ressaltar uma ascendência açoriana esteve, em algum momento das últimas décadas, ligado à possível oportunidade de viajar para os Açores, dentro das vantagens proporcionadas pelo Governo Regional do Arquipélago, havia vista que, em trinta anos, mais de 500 viagens foram subvencionadas a gaúchos para participarem de cursos, seminários,

congressos e mesmo turismo nos Açores, sem um compromisso formal de contrapartida. (JACHEMET, 2023, p.100)

Além desse suporte financeiro dado pelo governo dos Açores a autora ainda reforça as conexões entre as origens açorianas e o tradicionalismo no Rio Grande do Sul através de danças como o Pezinho e Chimarrita, nesse contexto

Os CTGs representam o Estado em nível nacional e Internacional estão ligados a etnias fundadoras. Dentro dos movimentos e ações mais recentes da Diáspora Açoriana, está expressa a intenção de reforçar o sentimento de açorianidade no Rio Grande do Sul, com elementos que apontem para o arquipélago açoriano, a fim de que seja possível sustentar uma rede de relações alicerçadas numa interrelação temporal que conecte lugares e pessoas numa interação geográfica, histórica e cultural, a partir da autonomia política dos Açores e das relações interdiaspóricas e, é claro, transatlânticas. (JACHEMET, 2023, p.105-106).

Em 1991 são fundadas as primeiras cinco salas açorianas no RS, incluindo uma em Gravataí, os locais eram equipados com objetos enviados dos Açores para representar essa cultura. Em relação a esse processo, durante a entrevista, a professora Célia diz que

As salas açorianas foi pelo Instituto Cultural Português [...] foi quem começou o movimento açoriana aqui no Estado e as salas açorianas funcionavam pelo Departamento de Cultura [...] elas eram implantadas. Quem fundou a sala açoriana aqui foi na minha gestão de diretora, era sala açoriana Vitorino Nemésio, a gente tem o nome do escritor açoriano, [...] Elas foram criadas pelo Instituto Cultural Português e elas eram entregues para o município. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

No período em questão ainda não existia a FUNDARC, sendo assim, a sala açoriana estava ligada à Secretaria Municipal de Educação (SMED). Além da criação das salas açorianas, entre 1990 e 1994, o ICP intermedia com o governo açoriano para levar grupos de dança tradicionalista, representando o RS, ao Festival de Folclore da Ilha Terceira. Nesse contexto, os CTGs gravataienses, Aldeia dos Anjos e DTG Estância Província São Pedro, se apresentam.

[...] em 1992, o grupo de danças gaúchas Estância Província de São Pedro, de Gravataí, cujo líder, Sr. Régis Albino Marques Gomes acompanhava e auxiliava o Instituto Cultural Português participou, nos Açores, de um dos cursos de danças açorianas oferecidas pelo Governo Regional. Depois do curso, o participante gaúcho voltou dos Açores com a firme intenção de

reorganizar o grupo de danças gaúchas, já existente junto a clube da Estância Província de São Pedro, localizado em Gravataí e incluir o repertório as danças açorianas. (JACHEMET, 2023, 118-119).

É possível observar que já na década de 1980 e 1990 o movimento açoriano era forte na cidade, se relacionando com a “identidade gaúcha”, elementos que vão alimentar suas narrativas patrimoniais e museológicas, que vinham se desenvolvendo desde 1970 e que, talvez, já tenham começado a ser influenciadas pelo processo de construção da açorianidade em seus primórdios. Tendo em vista a participação de dirigentes, pesquisadores, funcionário da SMED e, posteriormente da FUNDARC com o movimento. Ainda em relação ao movimento tradicionalista, acho interessantes as contribuições que Vergara (2012) faz em sua dissertação, quanto a relação desses grupos na cidade:

Com a forte representação da zona rural nas políticas do município, não haveria como deixar de pensar também nas formas de representação. A maneira mais característica de expressão da cultura do homem do campo, produtor e criador de animais, aqui no sul, é através de danças e músicas. Que melhor lugar concentraria tudo isso que os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs)? Desde os anos de 1950, há no município um dos maiores e mais tradicionais CTG's do estado do Rio Grande do Sul, chamado Aldeia dos Anjos. Não se está dizendo que os CTG's sejam lugares segregadores, mas também se sabe que para manter uma rotina de apresentações, indumentária e até mesmo animais para desfiles, não é algo ao alcance do operariado, mesmo em tempos atuais. (p.80)

O CTG citado por Vergara (2012), Aldeia dos Anjos, que é também levado aos Açores enquanto representante dessa herança no RS, é reconhecido como patrimônio histórico e cultural do Estado em 2006, por um projeto de lei apresentado pelo ex-prefeito de Gravataí, Marco Alba. Tendo a concordar com o autor no que se refere as questões de classes sociais, o que observei nesses grupos não pode ser visto como uma representação da sociedade como um todo, justamente por questões financeiras. Através da pesquisa participante me espantei ao perceber que os eventos são, em sua maioria, custeados por membros desses grupos, que constroem galpões, criam livros, organizam encontros, ou seja, é a realidade econômica de uma parcela específica da população.

Nos anos 2000, o ICP queria fundar uma Casa dos Açores em Porto Alegre, pois já havia outras desse tipo em diversas “comunidades da diáspora” ligadas a esse

movimento. No mesmo ano, é organizada uma Associação de Amigos dos Açores em Gravataí

[...] liderado por Régis Albino Marques Gomes já não mais estava na Estância Província de São Pedro e passa a se chamar "Província Quero-Quero". O movimento açoriano estava forte no Estado e esse mesmo grupo, que também executava danças açorianas, recebeu o nome de "Rancho Folclórico". (JACHEMET, 2023, p.127).

Em 2001, esse grupo se afasta da Estância Província de São Pedro, ficando sem um local para os ensaios de dança "O grupo passou a exercer suas atividades em salas emprestadas, depois alugadas na sede do grupo Escoteiro Murialdo de Gravataí." (JACHEMET, 2023p.127). Em relação a esse momento de separação entre a Estância São Pedro e o grupo de danças folclóricas, ligadas aos Açores, Célia relata em entrevista que

[...] em 99 foi criada a Associação dos amigos dos Açores, e nesse período foi feito um festival lá na Estância [São Pedro] [...] o Régis comandava com o grupo de dança na Estância, pai dele era, toda a família dele era envolvida lá na Estância São Pedro. E aí ele entrou lá no Instituto Português para ajudar a Santa Inêze [Domingues da Rocha], que foi a fundadora, que iniciou tudo [...] veio a ideia de criar um festival de folclore [...] aí foi feito lá na Estância, acho que 2 vezes, chamaram grupos. [...] o Régis foi chegando, chegando, chegando no Instituto. E a Santa tinha ideia de criar casa dos Açores, já tinha feito um movimento em Porto Alegre, porque é a única casa que não era numa capital. Mas aí não sei porquê lá houve, a casa acabou sendo criada em Gravataí e substituiu a Associação dos Amigos os Açores. [...] Na ilha Terceira, o Festival Internacional de Folclore, que eles convidam outros países. E aí foi feito aqui, o fez um festival de muito sucesso [...] E acabou que a Santa começou a perder terreno, [...] só que lá é o Instituto Cultural Português e eles criaram nos anos 80, antes das casas dos Açores, um braço de departamento açoriano, foi aí que começou a entrar. Só que aí as salas açorianas foi um grande momento, até hoje muitos municípios têm [...] e aí quando começou a entrar Gravataí com a política da Casa dos Açores, a coisa ficou dividida. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.).

No ano de 2003 é criada a Casa dos Açores do Rio Grande do Sul (CAERGS), na cidade de Gravataí, os membros da diretoria buscam a Prefeitura para solicitar uma casa e "[...] o senhor prefeito teve a ideia de oferecer aquele prédio [Casarão dos Bina], sem ônus, mas que haveria de ser recuperado para servir como sede da casa dos Açores do estado do Rio Grande do Sul (CAERGS)." (JACHEMET, 2023, p.130). O prédio, que é público, tendo sido adquirido dos herdeiros pela Prefeitura, após

tentativas de incêndio, foi cedido ao grupo por 99 (noventa e nove) anos (GRAVATAÍ, 2003a).

Célia relata o mesmo que Isab-el, em relação à ocupação do Casarão dos Fonseca, que, por meio de um abraço ao imóvel a classe artística impediu sua destruição. Todavia, a autora aponta que isso ocorreu no final dos anos de 1980 e que depois de 15 anos nada havia sido feito em relação ao edifício. Devido a entrevista com Isab-el, em 2024, acredito que a data apontada por Célia esteja equivocada, pois a FUNDARC, que foi criada apenas em 1994, interveio para evitar a destruição do bem.

O primeiro presidente da CAERGS foi Régis Albino Marques Gomes, o Casarão foi inaugurado em 2007 e o imóvel foi, segundo Jachment (2023), recuperado e em parte restaurado, através do grupo de danças liderado por Régis, que realizou as obras e buscou pedras em Glorinha para cercar a casa. Em relação aos bens da CAERGS:

O acervo da Sala Açoriana de Gravataí, fundada no ano de 1991, foi acolhido na Casa dos Açores. Há uma biblioteca com mais de dois mil volumes [...], uma pequena sala onde são guardados os trajes típicos das danças gaúchas e açorianas e uma peça maior equipada com cozinha e outros guardados. [...] (JACHEMET, 2023, p. 130).

Além da criação da contribuição dos açorianos, sempre enaltecida nas pesquisas históricas locais; da criação da Sala Açoriana em Gravataí em 1991 e posterior incorporação desse acervo ao Museu Histórico Municipal; da criação da CAERGS, entre 2003 e 2007; dos tombamentos realizados pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural em 2004 e 2005, que salientavam a construção da açorianidade na cidade; há, com o movimento iniciado nos anos de 1970, a tentativa de retomar festas e tradições que pudessem justificar o discurso de laços estreitos com esse passado. Nesse sentido, a transformação de um grupo de dança tradicionalista em um grupo de dança folclórica é muito significativa, pois demonstra uma reapropriação e construção dessa herança.

Outro aspecto relevante vinculado a esse processo é a retomada da Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí. Conforme a entrevista que realizei com Maria Inês Guillox Leal (2022b), última historiadora contratada do Museu Municipal, que se aposentou em 2023, essa celebração era compreendida como uma manifestação do

patrimônio imaterial na cidade. Todavia, a festa parou de acontecer em 1973 e foi retomada em 2002, juntamente com essa leva de projetos para a criação de uma identidade açoriana no município. Na entrevista com Célia Silva Jachemet, a mesma relata que

A Festa do Divino estava adormecida, ela começou em 2002, a retomar [...] em 1995 eu comecei a pesquisa do meu mestrado em História que foi sobre a Festa do Divino [...] eu tinha ido pro Açores e lá participei da Festa do Divino [...] eu fui lançar meu livro das Cavalhadas lá [...] Um dia fui na paróquia pesquisar [...] início dos 90 [...] eu abro uma gaveta, quase emperrada: uma bandeira antiga, mas bem antiga bordada [...] Em 2002, aquela história ali da retomada da festa, mas não é a mesma festa [...] eu acho que o termo restaurar não se aplica nisso [...] a festa pra mim foi retomada e ressignificada [...] é outra festa. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

A autora aponta que há uma forte relação da CAERGS com a Prefeitura de Gravataí, pois, além de vários eventos e ações promovidas em parceria,

[...] a própria municipalidade que nos apoia em vários setores e também fazemos parte dos Conselhos Municipais de Cultura e de Turismo. Neste momento estamos encaminhando para um processo de geminação da cidade de Gravataí com a cidade de Horta – Faial, como a primeira cidade geminada com a nossa, tendo como principal justificativa a presença de Gravataí desde 1747, do açoriano João Garcia Dutra que, ganhando terras do Governo Imperial, estabeleceu-se em Gravataí e aí viveu até 1790. (JACHEMET, 2023, p.140).

Desde 2022, eu estive participando do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e, diferente de outros conselhos municipais, seus conselheiros são eleitos pela sociedade civil, não havendo “vagas” destinadas a CAERGS, porém, sei que em outros, como o do turismo, a instituição faz parte da composição. No começo do ano de 2023, a Prefeitura construiu um Monumento Açoriano, localizado no Parcão – uma de suas principais praças, no centro do município –, e, atualmente, é considerada cidade-irmã de Horta, que faz parte das ilhas dos Açores de Portugal.

Figura 40 - Monumento Açoriano, março de 2023



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2023).

O monumento em questão representa a importância dos Açores para a cidade e comemora os 20 anos da CAERGS. Esse caso elucida muito bem os aspectos abordados ao longo dessa pesquisa. Eu já fazia parte do CMPC há cerca de seis meses quando a obra foi erguida no centro da cidade, em um espaço público; porém, sua construção não passou por nenhuma discussão dentro do Conselho, nem na Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, da qual eu era conselheira desde 2022, dando a entender que se tratou de um diálogo entre Prefeitura e CAERGS.

O CMPC em momento algum foi consultado e quando questionei esse fato fui informada de que nossa diretoria havia sido inclusive convidada para um ato público de inauguração, o qual os demais conselheiros não ficaram sabendo. Esse e inúmeros outros acontecimentos, que venho acompanhando de perto, demonstram que não é a população que é consultada e não é nela que essas ações estão sendo pensadas, mas na exaltação de uma Gravataí mais “vendável”, mais “turística”, onde antigos poderes ainda comandam a política e a cultura. Sendo assim, compreendo que há um discurso oficial, instituído através da escrita histórica, de monumentos, da criação de patrimônios que reforçam um determinado enquadramento da memória.

Figura 41 - Monumento Açoriano, setembro de 2023.



Fonte: MOREIRA, Danieli dos Santos Brito (2023).

No começo de setembro de 2023, recebi denúncias de vandalismo no Monumento, além de ter sido questionada em diversos momentos sobre o que se tratava a obra, que muitos pensaram ser uma decoração de Natal que havia sido esquecida. Tal exemplo demonstra nitidamente meu principal questionamento: há qual memória esses patrimônios servem? É possível chamar de patrimônio algo com o qual a população não se vê representada? Seguimos erguendo monumentos e patrimonializando bens de cima para baixo, e, sem um diálogo com a sociedade, não se pode esperar que eles sejam reconhecidos.

Por meio dos dados apresentados, fica explícita a construção do discurso oficial sobre o patrimônio em Gravataí em paralelo com a da açorianidade no RS. Há uma proximidade temporal, pois o Museu, essa “retomada” histórica e a autonomia dos Açores datam da década de 1970. Além de relações com os funcionários públicos de áreas como educação e cultura, pesquisadores e pessoas influentes na cidade com esse passado, que tinham interesse em disseminar essa cultura.

Tais relações se perpetuam, seja nos casos já citados como os processos de patrimonialização e a Feira do Livro de 2024, quanto na participação do “Rancho Folclórico” em diversos eventos da Prefeitura, além de outros inúmeros exemplos. A própria Comissão de Patrimônio instituída através do Decreto nº 21.371/2024, demonstra que as relações com grupos ligados à açorianidade, ao tradicionalismo e, talvez, a uma visão das elites sobre a história de Gravataí se mantem. Observo isso no fato de que Régis Albino Marques Gomes – da CAERGS e do “Rancho Folclórico”

– e Júlio Barbosa dos Santos Junior – do grupo Escoteiro Murialdo e um dos organizadores do livro “Nossa Terra, Nossa Gente” (MARTHA; MARTHA, 2022) –, são os únicos convidados para representar a sociedade civil, não demonstrando qualquer pluralidade no processo, nem tentativa de inserir novos discursos que não aqueles já assimilados e difundidos pelo poder público.

5.2 Onde estão os indígenas e negros no discurso oficial?

Ao analisar a história de Gravataí fica nítida uma relação típica de países colonizados e, por suas iniciativas de patrimonialização, percebemos como suas ações perante a representação de seu passado evocam aspectos da colonialidade. Aníbal Quijano (2005, p. 135) oferece uma perspectiva interessante em relação colonialidade do poder e o eurocentrismo na América Latina, segundo o pesquisador:

[...] a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços.

Deste modo, não é fruto do acaso a escassez de representações relacionadas as heranças negras e indígenas na cidade. Não é consequência de uma visão ingênua a exaltação do passado luso-açoriano, são ações produzidas pela colonialidade.

Enquanto medidas de patrimonialização, vinculadas à herança indígena e negra em Gravataí, poderíamos destacar o projeto “*Gravataí Missioneira*”, organizado pela Prefeitura Municipal entre os anos de 2017 e 2019. Dentro desse processo ocorreu a construção de uma Cruz missioneira, o lançamento de um livro em quadrinhos e um documentário, intitulado com o mesmo nome.

Figura 42 - Cruz Missioneira em Gravataí



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique. (2021).

Figura 43 - Exposição do Museu em espaço temporário



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2022).

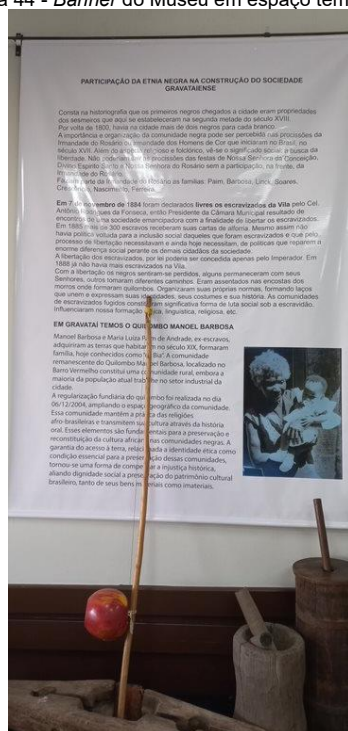
Entretanto, as ações relacionadas ao projeto “Gravataí Missioneiro” reforçam um aspecto destacado por Vergara (2012), em sua análise sobre o acervo do Museu: a herança indígena gravataiense, quando mencionada, é associada ao catolicismo,

religião trazida pelos colonizadores. No documentário “*Gravataí Missioneira - Origens*”, disponível no canal do *Youtube* da Prefeitura Municipal de Gravataí, há uma narrativa voltada para a história das Missões e das disputas entre a coroa portuguesa e espanhola no período colonial. Culminando na chegada dos indígenas na região e sua consequente expulsão. Trazendo de forma branda o aspecto da mestiçagem forçada e finalizando com uma narrativa que coloca todos como iguais.

Percebo por essas escolhas de narrativas do documentário e pelo relato de Vergara (2012) que, esse enquadramento de memória não é atual, mas uma construção iniciada décadas atrás. Quando pesquisadores começaram a publicar obras sobre a cidade e quando o Museu institui uma narrativa sobre o passado – que vai desde o acervo adquirido, até a eleição de bens para tombamento –, talvez, até mesmo antes disso, é construído um discurso autorizado sobre o patrimônio. Nesse processo, como exemplificado no projeto “*Gravataí Missioneira*”, há uma seleção que vai de encontro a um pensamento colonial.

Contrapondo esses dados com aqueles apresentados no panorama histórico, nos quais observa-se uma construção multifacetada de Gravataí, percebo que a patrimonialização alimenta-se, no caso aqui estudado, de bens e discursos coloniais. A história da escravidão e a presença negra em Gravataí aparecem em alguns momentos dentro do discurso oficial, como em um *banner* do Museu, em menção a uma possível senzala no Casarão dos Bina, em alguns capítulos dos anais do “II simpósio estadual sobre cultura gravataiense”, intitulado “Gravataí: do êxodo à composição étnica” (1988) e na série de livros “Raízes de Gravataí” (2011). Todavia, até 2024, não havia nenhum bem patrimonializado ou monumento buscando a celebração dessa memória, o que evidencia a dimensão diminuta dessa relação no discurso autorizado do patrimônio.

Figura 44 - Banner do Museu em espaço temporário



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim. (2022).

Desta forma, é difícil dizer que as origens indígenas e negras da cidade estão no discurso oficial do patrimônio em Gravataí. O que consigo entender como um elemento inegável da presença e permanência dessas comunidades no território é a existência e resistência de locais como, por exemplo, os quilombos e a descoberta de sítios arqueológicos. Pois, não observo o incentivo, por parte das políticas culturais e patrimoniais em promover pesquisas e aprofundar seus conhecimentos nessas áreas.

Charles E. Orser (2022), ao discutir a história da colônia de Wilberforce — região norte da atual cidade de London, no Canadá —, organizada por grupos negros vindos dos Estados Unidos da América (EUA) em 1829, descreve que, atualmente, não existem materialidades sobre o solo que rememorem esse período, mas há diversas evidências documentais e relatos históricos. Ao analisar o caso do processo de memorialização e patrimonialização em Gravataí, observa-se a mesma construção discursiva, na qual não fica nítida a existência de um passado escravocrata e nem a importância da população negra para a construção da cidade. Orser, ao defender a

arqueologia e a materialidade como meios para estimular a rememoração das comunidades negras que habitaram Wilberforce, diz que:

Wilberforce no longer exists as a physical community, but its remains undoubtedly remain below ground. Eventual archaeological research will convert the community from a mental construct into a tangible reality. Only through such means will the hidden elements of daily life at the settlement emerge. The extant documentation provides the bare bones of the settlement's history and discloses some of the attitudes and beliefs of its residents, but so much remains unknown (ORSER, 2022, p. 220).³⁴

Em relação a esses apontamentos, sobre a potencialidade dos estudos arqueológicos em comunidades nas quais materialidades que demonstram um passado “inconveniente” foram removidas do campo de visão, é sabido que a região onde hoje se localiza Gravataí era habitada por povos guaranis, segundo Vergara (2012), há pelo menos um milênio. Nesse cenário, há a demarcação de quatro sítios arqueológicos: Arroio dos Ferreiros (2018), Aterro Sanitário (2022), Morungava (2022) e Itacolomi (2023).

O sítio arqueológico mais recente, do qual obtive informações, foi denominado “Itacolomi”, nome de uma região e de um morro que é considerado patrimônio natural do RS desde 2003. O local foi identificado em 2023, apresentando fragmentos de cerâmica de tradição tupiguarani³⁵ do período pré-colonial, nas regiões Itacolomi e Morungava. No sítio arqueológico “Morungava”, um distrito da cidade, o processo de pesquisa ocorreu entre 2020 e 2022, e foram encontrados fragmentos de cerâmica também ligados à tradição tupiguarani, do período pré-colonial.

No sítio “Aterro Sanitário”, analisado entre 2019 e 2022, havia pedaços de louças, vidros e restos de construção que seriam provenientes da segunda metade do século XIX. Período no qual colonizadores europeus, pessoas de origem africana e indígenas já estavam estabelecidos na região.

³⁴ Tradução: “Wilberforce já não existe como comunidade física, mas os seus restos permanecem, sem dúvida, abaixo do solo. Eventuais pesquisas arqueológicas converterão a comunidade de uma construção mental em uma realidade tangível. Somente através desses meios surgirão os elementos ocultos da vida cotidiana no assentamento. A documentação existente fornece o esqueleto da história do assentamento e revela algumas das atitudes e crenças de seus residentes, mas muita coisa permanece desconhecida.” (ORSER, 2022, p.220, tradução minha)

³⁵ A tradição tupiguarani relaciona-se à grupos originários que tiveram uma intensa dispersão no território da América do Sul, no campo da arqueologia está ligado à tradição ceramista. Mais informações em: PEREIRA, David Lugli Turtera. Expansão dos Tupi-Guarani pelo território brasileiro: correlação entre a família linguística e a tradição cerâmica. *Revista Tópos*, v. 3, n. 1, p. 29-80, 2009. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2224>>. Acesso em 17 out. 2024.

Já no sítio “Arroio dos Ferreiros”, pesquisado de 2008 até 2017, foi descoberta uma oficina lítica, a qual descrevo no capítulo em que apresento o panorama histórico da cidade. É importante evidenciar que, antes da finalização desse estudo, em 2008, o “Relatório de investigação Arqueológica no Seminário São José, comunidade Castelo Branco – Gravataí/RS área de 50h para ocupação como loteamento”, de Mirian Baptista Carle, apresentou o seguinte achado:

Na área de plantio de aveia aos fundos do poteiro foi localizada uma peça arqueológica de procedência provavelmente afro pela característica de confecção, isto é, trata-se de uma alça de panela confeccionada com argila, sendo que este tipo de alça não é encontrado em panelas de procedência indígena. **A peça foi encontrada isoladamente sem nenhum outro vestígio arqueológico ao entorno, o que poderia tratar-se de uma peça deslocada de seu local de origem** (CARLE, 2008, p. 25, grifo da autora).

Figura 45 - Artefato arqueológico – Sítio Arroio dos Ferreiros.



Fonte: CARLE (2008, p. 25).

Posteriormente, foi identificada, próxima a essa região, uma oficina lítica pré-colonial. Quanto à peça encontrada, Carle (2010) a compara com outros artefatos localizadas em quilombos próximos, com os quais partilhava características similares. Utilizando como referência a tese de Cláudio Baptista Carle (2005, *apud* CARLE, 2010, p. 44), que trabalha assentamentos em quilombos do Estado, são apresentadas informações sobre o Abrigo do Monjolo, que ficaria no Quilombo do Paredão:

[...] Carle resgata no Abrigo do Monjolo, localidade rural de Paredão, na divisa dos municípios de Gravataí e Taquara, cerâmicas com características africanas, terracota com decoração lisa, pinçada, escovado e com apêndices (alças), onde compara com as cerâmicas apresentadas no trabalho de Everdosa (1980) sobre arqueologia angolana.

As peças da escavação do Abrigo do Monjolo teriam origem Bantu. Não foram encontradas maiores pesquisas em relação ao artefato localizado em Gravataí, porém, sabe-se que

Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 milhões de africanos foram trazidos às Américas no comércio escravista. Quase metade desse contingente era constituída pelos banto, termo que designa de forma abrangente uma grande gama de povos e culturas que habitam a região da África Central, onde atualmente se encontram países como Angola, Moçambique, Congo etc. (SILVA, 2023, p.11).

Além de evidências arqueológicas e históricas, há também três quilombos identificados no território até o momento: Quilombo Manoel Barbosa (reconhecido em 2004 e aguardando demarcação de terras), Quilombo do Paredão (localizado na divisa entre Gravataí e Taquara) e Quilombo Ferreira-Fialho (solicitou reconhecimento em 2007, ficaria em áreas entre Gravataí e Canoas). Além destes sete espaços, acrescento também algumas outras localidades que não estão no município de Gravataí, mas se relacionam a sua história e contexto da região.

Há o Quilombo da Anastácia em Viamão, do outro lado do Rio Gravataí, que vai ter relações próximas com o Quilombo Manoel Barbosa e Ferreira-Fialho. Nessa cidade também existem territórios indígenas, localizados em Itapuã (Aldeia Tekoá Pindó Mirim), Cantagalo (Tekoá Jatai'ty) e Estiva (Aldeia da Estiva).

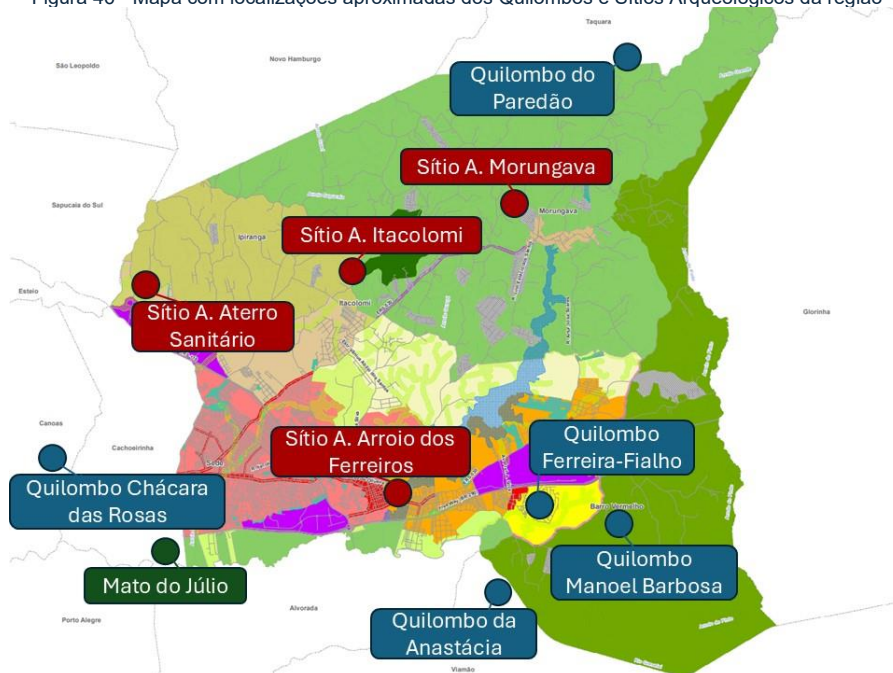
Em Canoas, município que pertencia à Gravataí até 1939, há o Quilombo Chácara das Rosas, titulado em 2009. No livro “Quilombo urbano Chácara das Rosas: Conformação de identidades” de Lilian Ghisso Aristimunho (2021), é apontado que o casal que fundou o local, João Maria Genelfício de Jesus e Rosalina Correa de Jesus, em 1940, eram filhos de pessoas escravizadas, que viviam na região do Barro Vermelho, nas áreas onde hoje se denomina Quilombo Manoel Barbosa.

Na cidade de Cachoeirinha, que pertenceu a Gravataí até 1966, observo a retomada de terras por um grupo Mbyá Guarani desde 2021, onde fica o Mato do Júlio. Segundo reportagem de Filipe Pacheco (2023), há uma disputa pelo território com os

herdeiros que querem a venda do espaço. Eles alegam que não há uso tradicional do espaço por Mbyá-guarani, todavia, o local fazia parte da Aldeia dos Anjos, maior aldeamento indígena do RS no período colonial, ou seja, ocupam a região desde no mínimo séc. XVIII. Em 2024, o grupo produziu o documentário “Tekoa Karanda'ty: Retomando Raízes”, por meio da lei federal Paulo Gustavo, o vídeo está disponível no Youtube no canal “Retomando Raízes”.

Além desses territórios indígenas e quilombos, há diversos outros locais em Porto Alegre e outras cidades próximas, porém, quis trazer esses exemplos para demonstrar que Gravataí não está isolada geográfica e historicamente. Seu território ainda precisa ser mais bem explorado e analisado, sobretudo, no que tange as heranças indígenas e negras.

Figura 46 - Mapa com localizações aproximadas dos Quilombos e Sítios Arqueológicos da região



Fonte: Mapa do Novo Plano Diretor (GRAVATAÍ, 2023b), adaptado por Helena Thomassim Medeiros (2025).

Ressalto que, em minhas entrevistas com agentes culturais e servidores públicos do município, somente o Quilombo Manoel Barbosa foi apontado como sendo da cidade de Gravataí. E, mesmo nesse reconhecimento, há entraves, como a falta

de sinalização do espaço em placas de identificação próximas à região e a carência de uma percepção do quilombo enquanto patrimônio.

Há diversas marcas perceptíveis que comprovam a forte influência do período escravocrata para a construção da cidade, fato que poderia ser reforçado ao mencionar os sobrados e casarões inventariados e patrimonializados. Assim como Lúcio Ferreira (2022) fala sobre Pelotas, em Gravataí, é notável que as riquezas extraídas desse período possibilitaram a construção de espaços hoje considerados patrimônio, como o Casarão dos Bina, o Casarão dos Fonseca e o Sobrado do Museu.

Segundo Jorge Rosa (1987), a cidade era uma das grandes produtoras de farinha de mandioca do Estado. Carvalho et al. (2006) mencionam que o uso da mão de obra de pessoas escravizadas era comum, sobretudo em atafonas (engenhos de farinha), que concentravam mais da metade dos escravizados, demonstrando que não apenas latifundiários, mas pequenos produtores, a utilizavam. A origem destas pessoas, registrada nos inventários de bens dos senhores, aponta que a maioria era nascida no Brasil, alguns de Mina – comumente compreendido como Costa da Mina ou Costa do Ouro, atual Gana – e Moçambique. Há o uso do termo “preto”, em 31 dos 159 casos, o que poderia designar pessoas nascidas na África ou descendentes diretos destes. Portanto, as pessoas escravizadas que viviam em Gravataí poderiam possuir relação com a tradição bantu, assim como a peça encontrada no sítio arqueológico Arroio dos Ferreiros.

Jorge L. Giovannetti (2009), apresenta reflexões sobre as representações públicas da escravidão e turismo nas Américas. Ele salienta o silêncio nas escolas e nas conversas familiares sobre o tema, demonstrando que, nas histórias públicas, esse passado é “manipulado” de acordo com o emissor. E, ao estudar o fenômeno de transformação, nas últimas décadas do séc. XX, de locais que foram *plantations* em espaços de memorialização em Barbados, Porto Rico, Brasil e Cuba, o autor apresenta que há uma ironia ao se manter a Casa Grande como foco das visitas, enquanto as evidências materiais do período escravocrata são constantemente apagadas ou mesmo ignoradas.

In short, it could be stated that even in the absence of material structures, informed guides and administrators who take a proactive role can assist in incorporating a public history of slavery into plantation sites. [...] An accurate representation of plantation history must take into account the enslaved, even if the structures that testify to their presence have disappeared with time or have been neglected in the historical reconstruction of plantation sites — both

indications of the unequal relations of power at different times in history. [...] Those in charge of the heritage industry must be aware of this responsibility, partly because of the huge impact they have — or can potentially have — on people's knowledge (GIOVANNETTI, 2009, p. 119–120).³⁶

Devo ressaltar que, coincidentemente, o prédio que sediava o Museu Municipal Agostinho Martha (fechado para restauração desde 2018), que é considerado um dos mais antigos da cidade, tendo sido construído em 1826, possuía uma atafona (FRAGA; PAIVA, 2011). Porém, seu processo de tombamento restringe seu valor no viés arquitetônico e na história daqueles que foram donos do local, caracterizando-o como uma edificação que representa o estilo colonial português.

A senhora Carmem Lucia dos Santos (2022), citada anteriormente, também remete suas lembranças a dois outros bens patrimonializados de Gravataí, o Casarão dos Fonseca — onde, quando crianças, seus tios e pai iam levar verduras plantadas por seu avô — e o Terno de Reis, primeiro bem imaterial de Gravataí, reconhecido por lei em 2022. Em conversa, ela menciona que seu pai fazia apresentações do terno de reis quando mais novo, demonstrando que era uma ação comum em sua região. Todavia, apesar de não estar registrado no livro tombo do Museu, pesquisas anteriores da instituição atribuem a ação à herança açoriana.

Em relação ao Casarão dos Fonseca, hoje ocupado pela CAERGS, em uma visita que participei em 2023, foi mencionado que não havia no espaço marcas do período escravocrata. Porém, segundo relatos, em 2024, o discurso da instituição já mencionava a questão. Segundo a tese de Célia Silva Jachemet (2023)

Na cidade, junto ao centro, há um casarão de 1877, que fora construído por um neto de açorianos, o senhor Manoel Rodrigues da Fonseca, que fizeram morada em Gravataí [...] Construiu esse Sobrado para morar e também era a sede de uma fazenda, além de criar gado e de a casa ficar junto à estrada, na porta da cidade, servia essa fazenda para pousada dos carreteiros e tropeiros que por ali passavam. Junto à casa havia galpões, lugares para os escravos, ferraria para atender as necessidades com o campo e com o gado. O proprietário, Sr. Manuel, dedicava-se à profissão de ourives. A casa foi

³⁶ Tradução: “Em suma, se poderia afirmar que mesmo na ausência de estruturas materiais, guias e administradores informados que assumam um papel proativo podem ajudar a incorporar uma história pública da escravidão nos locais de *plantation*. [...] Uma representação precisa da história das *plantation* deve levar em conta os escravizados, mesmo que as estruturas que testemunham a sua presença tenham desaparecido com o tempo ou tenham sido negligenciadas na reconstrução histórica dos locais de *plantation* — ambas indicações das relações desiguais de poder em diferentes momentos da história. [...] Os responsáveis pela indústria do patrimônio devem estar conscientes desta responsabilidade, em parte devido ao enorme impacto que têm — ou podem potencialmente ter — no conhecimento das pessoas” (GIOVANNETTI, 2009, p. 119–120, tradução minha).

ocupada por descendentes de seu herdeiro, que nela viveram até 1970. (p.128).

As datas e o fato do local ser, originalmente, uma fazenda, corroboram com seu potencial simbólico e arqueológico vinculados ao período escravocrata, discursos e cuidados que poderiam ser inseridos no que tange a todos esses patrimônios. Inclusive ao Casarão dos Bina, reformado em 2024, que se localizava na antiga “Fazenda Alencastro”. Todavia, as documentações associadas aos bens, costumeiramente, se focam em aspectos arquitetônicos, no legado açoriano e em quais eram os nomes e famílias de poder no período.

Faye Sayer (2021), ao abordar a criação de espaços de memória sobre a escravidão na Nigéria, traz reflexões sobre a falta de identificação de grupos étnicos com as narrativas oficiais, que levam ao desinteresse pelos patrimônios, por não se identificarem com os enquadramentos realizados. Dentro desse contexto, reforço que a influência açoriana e indígena é importante para a construção de Gravataí, mas coexistem com a vida de pessoas escravizadas e seus descendentes, que são convenientemente esquecidos pelo discurso oficial. Desta forma, modificar o enquadramento dado aos bens patrimonializados e musealizados, talvez pudesse fazer uma grande diferença na relação de pertencimento que essa sociedade desenvolve.

Relacionando os bens patrimonializados em Gravataí, que, dadas as devidas proporções, poderiam representar as Casas Grandes em espaços memoriais em antigas *plantations*, apresentadas por Giovannetti (2009, p. 221), é interessante ressaltar a seguinte fala do autor:

In many ways, the preservation of the plantations where enslaved Africans and their descendants worked in the past, and the transformation of them into sites for the public history of slavery, can also fulfill a good function in the present. Our learning about the Great Houses, their luxurious items and furniture, could be accompanied by learning about the hard labor that made the Great House and its luxuries possible. We could learn about the resilience of the enslaved people who endured the painful institution of slavery, their strategies of survival, their social and cultural creativity under life conditions that were precarious and horrible, and the intelligence that led them to challenge the system of oppression under which they lived. Plantations today could be sites of learning that could be wisely and intelligently used to teach

racial pride in the present world in which non-whites still endure racial discrimination.³⁷

Nessa lógica, a preservação dos patrimônios já eleitos em Gravataí também é importante, mas necessita que outras percepções do passado sejam atreladas ao discurso produzido. Posto que, mesmo sem as representações materiais diretamente ligadas ao período escravocrata, vida das pessoas escravizadas e povos indígenas na região, falas especializadas e olhares atentos a essas temáticas poderiam evocar narrativas dissonantes e extremamente necessárias, a partir de materialidades que não são usualmente atreladas a tais discursos.

Aponto como exemplo a herança indígena, que é nítida em muitos dos bens tombados, mas não é um passado evocado pelas documentações oficiais e muitas vezes, nem nos discursos. Segundo Martha e Martha (2022), a sede da escola criada para meninas guaranis, originalmente, estaria localizada entre as atuais Rua Cônego Pedro Wagner e Rua Loureiro da Silva, próximo à Igreja Matriz (patrimonializada em 2023), onde, atualmente, fica a ala mais antiga do Colégio Dom Feliciano, um dos mais tradicionais da cidade.

³⁷ Tradução: “De muitas maneiras, a preservação das *plantations* onde os africanos escravizados e os seus descendentes trabalharam no passado, e a transformação delas em locais para a história pública da escravidão, também pode cumprir uma boa função no presente. Nosso aprendizado sobre as Casas Grandes, seus itens e móveis luxuosos, poderia ser acompanhado pelo aprendizado sobre o trabalho árduo que tornou possível a Casa Grande e seus luxos. Poderíamos aprender sobre a resiliência das pessoas escravizadas que suportaram a dolorosa instituição da escravatura, as suas estratégias de sobrevivência, a sua criatividade social e cultural sob condições de vida precárias e horríveis, e a inteligência que as levou a desafiar o sistema de opressão sob o qual viviam. Hoje, as *plantations* poderiam ser locais de aprendizagem que poderiam ser usados de forma sábia e inteligente para ensinar o orgulho racial no mundo atual, em que os não-brancos ainda sofrem discriminação racial. (GIOVANNETTI, 2009, p. 221, tradução minha).

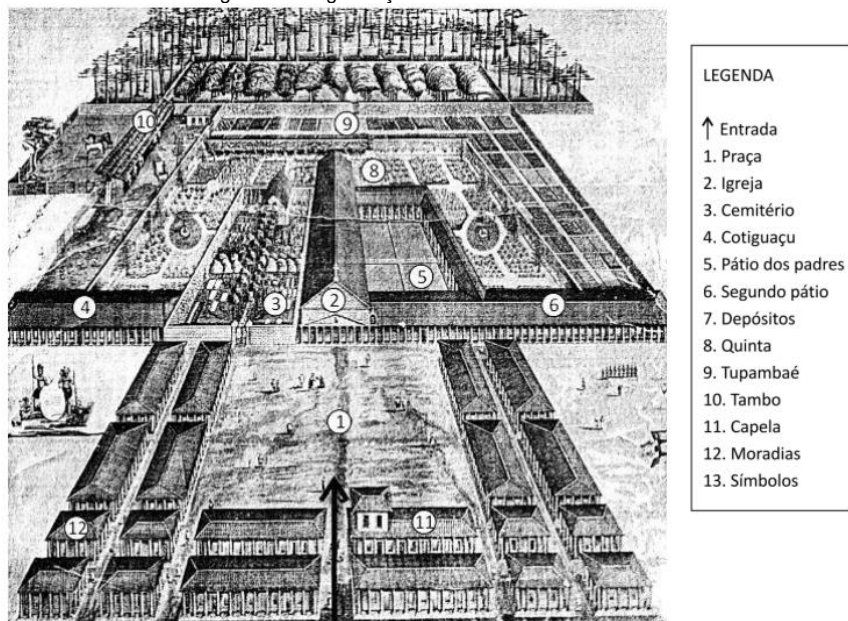
Figura 47 - Colégio Dom Feliciano



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2021).

O primeiro cemitério da Aldeia Nossa Senhora dos Anjos, localizado onde hoje fica a Casa Canônica (atual restaurante Sonho Gastronomia), que foi patrimonializada em 2023, mas que também é valorizada por sua ligação com o catolicismo, não com o aldeamento indígena. Assim, como as praças Bíblia e Dom Feliciano, descaracterizadas em 2023 para um investimento privado, a Rua Coberta, que demonstravam uma arquitetura relacionada as Missões Jesuíticas.

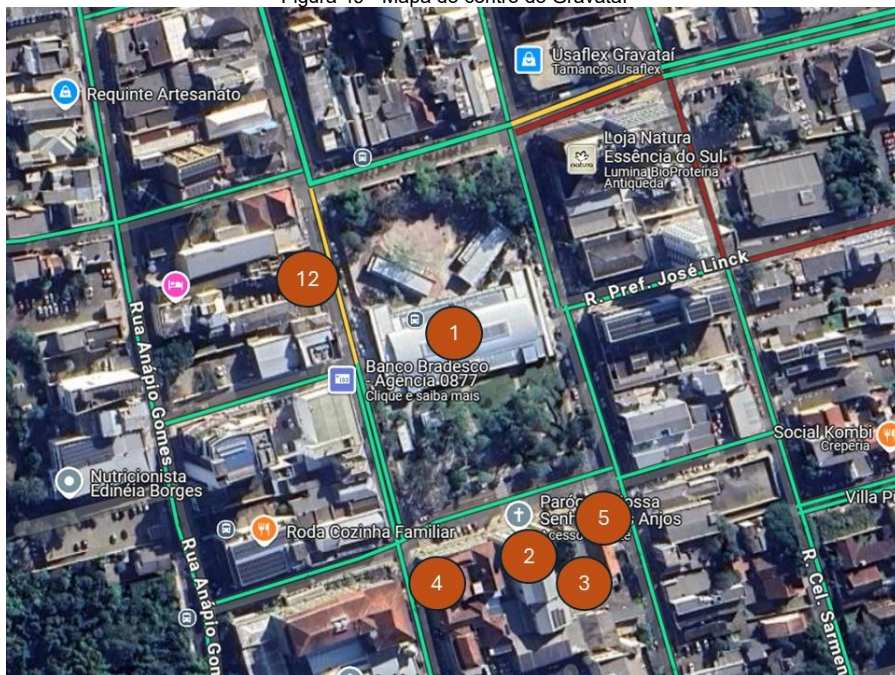
Figura 48 - Organização Urbana das Missões Jesuíticas



Fonte: SOSTER, 2014, p.48

É interessante salientar que, segundo Sandra Schmitt Soster (2014), a praça (número 1) “[...] era o centro geográfico e cultural, regendo sua vida urbana. Tinha cerca de 130m de lado e nela ocorriam os autos de fé. (p.45). A Igreja (número 2) era o prédio mais imponente, de um de seus lados ficava o cemitério (número 3). O *cotiguaçu* (número 4), que significa “casa grande” em tupi, era um espaço para o recolhimento de meninas e mulheres, servindo para ensino e punição, como um reformatório-escola. Havia o local de moradia e trabalho dos padres (número 5) e sua quinta (número 8). O depósito (número 7) e o *tupambaé* (número 9), que era um espaço de plantio comunitário, eram espaços de uso comum. As casas dos moradores (número 12), eram o equivalente a um quarteirão, os caciques e suas famílias ficavam mais próximos da praça.

Figura 49 - Mapa do centro de Gravataí



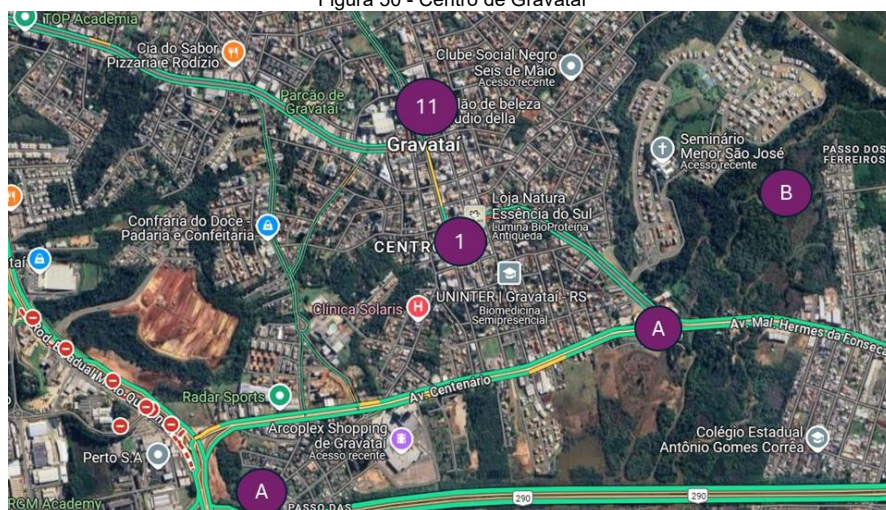
Fonte: Imagem do Google Maps, adaptado por Helena Thomassim Medeiros (2025).

Ao observar o centro de Gravataí, vemos esses mesmos moldes de organização urbanística das Missões Jesuíticas, em sua composição inicial. Seguindo os mesmos números elencados por Sandra Schmitt Soster (2014), ainda hoje é possível observar praça central (número 1), que foi dividida e atualmente apresenta a Rua Coberta. A Igreja Matriz (número 2), com um prédio imponente, onde, ao lado ficava o primeiro cemitério da Aldeia dos Anjos (número 3) e depois a casa dos padres, Casa Canônica (número 5). O local onde ficava a escola das meninas guaranis, hoje o Colégio Dom Feliciano (número 4). As casas antigas (número 12) dessa parte da cidade costumam ser extensas, indo de uma guarda à outra, é claro que esses espaços foram sendo divididos com o passar dos anos, mas em diversos casos é possível identificar essas características.

Aos arredores das moradias havia fazendas e, na época da Aldeia dos Anjos, os empreendimentos dos guaranis, como o moinho. Jorge Rosa (1987), menciona que durante as obras para a construção da BR-290, nossa *Freeway* cujas obras finalizaram em 1973, foram encontradas pedras de moer (mó), que seriam de 1775,

estavam localizadas próximo as trevo de acesso à cidade, Passo do Moinho. Há poucas quadras, em linha reta com a praça e a Igreja Matriz temos a Capela Santa Cruz (Capelinha), patrimonializada em 2023, outro dos elementos trazidos por Soster (2021), com a legenda de número 11.

Figura 50 - Centro de Gravataí



1 - Região central onde estão a Praça, Igreja Matriz, Casa Canônica, Colégio Dom Feliciano etc
11 - Capela Santa Cruz (Capelinha)

A - Regiões onde já foram encontradas peças arqueológicas
B - Sítio Arqueológico Arroio dos Ferreiros

Fonte: Imagem do Google Maps, adaptado por Helena Thomassim Medeiros (2025).

Em 09 de junho de 2023, entrei em contato com o CMPC para que fosse encaminhado um documento pedindo esclarecimentos em relação as obras do “Novo Centro”. Posto que elas afetavam as principais praças centrais, espaços históricos da cidade. Com essa iniciativa, visava saber se havia sido feito um estudo anterior, principalmente em relação ao seu potencial arqueológico, já que a região representa um dos primeiros locais ocupados pelo aldeamento indígena de 1763. O ofício encaminhado à SMCEL em 21 de junho nunca obteve retorno.

A sociedade civil realizou questionamento sobre as obras à Ouvidoria e ao ministério público. Eu busquei pesquisas sobre o tema, entrei em contato com ex-funcionários da Prefeitura que atuaram na área de preservação do patrimônio cultural. Uma professora aposentada da cidade conseguiu ser entrevistada pela equipe do

Jornal do Almoço da RBS. Diversas reportagens foram feitas, não tivemos respostas e as obras foram finalizadas em 2024.

Figura 51 - Praças centrais de Gravataí em 2023



Fonte: SCHAFFNERM, Fábio (2023).

Até 2020, a pedra mó estava em exposição no Anexo do Museu Municipal Agostinho Martha, mencionada por Jorge Rosa (1987). Todavia, conforme relatei anteriormente, com as obras na praça em frente ao espaço museal (que já estava fechado desde 2018), ainda na pandemia de covid, o acervo rural foi levado para o Casarão dos Bina, em 2024, visitei o local e fotografei o bem de 1775.

Figura 52 - Pedras de moer (mós)



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Conforme é possível observar, não há nenhum cuidado ou preocupação em relacionar tal bem com a herança indígena da cidade, assim como os bens da Igreja Católica, patrimonializados em 2023, que estão intimamente ligados a esse passado. O potencial arqueológico é constantemente negligenciado pois o foco do crescimento urbano é o lucro. Porém, as informações podem ser acessadas, estão no Museu, nos livros da cidade publicados com a Prefeitura, no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no IBGE, INCRA, entre outros. Mas, reforço, não são organizadas, nem evidenciadas, pelo poder público em seus discursos oficiais sobre o passado.

5.3 O apagamento da herança negra

Pensando em possibilidades para essa falta de reconhecimento público da história e herança negra em Gravataí, talvez fosse interessante perceber que essa não é uma problemática singular, mas algo que está presente em diversas esferas da sociedade. O trabalho de Mário Maestri (2008, p. 54) aponta que o RS era uma das principais províncias escravistas do país, e que ainda hoje:

A maioria da população rio-grandense acredita que o Rio Grande seja essencialmente produto do esforço do homem livre, luso-brasileiro e, sobretudo, ítalo-germânico. Na superficial e mítica visão geral da população sobre o passado rio-grandense, a contribuição dos africanos e dos afro-descendentes à formação social sulina é desqualificada e ignorada.

A própria figura mítica do gaúcho como homem livre está vinculada a processos que “[...] mascaram a morte e a violência; apagam de suas tramas os que ousaram outras vidas, reinventando-as criativamente, como os quilombolas” (SAMPECK; FERREIRA, 2020, p. 146). Percebo que a construção narrativa sobre o passado de Gravataí nada mais é do que o reflexo de algo que acontece em todo o RS, considerando as contribuições do livro *“A matriz da cultura negra no gauchismo”*, no texto *“O negro na história e na construção do gauchismo”* de Luiz Cláudio Knierim (2021), expõe-se que

O gauchismo é constituído por usos e costumes, a gastronomia regional, a música regionalista ou nativista, um jeito próprio de se expressar, e tudo isso forma o seu corpo cultural identitário. Parece uma mistura ou uma reunião de elementos heterogêneos de diversos povos, que formam esse todo numa espécie de amálgama, que não nos permite identificar neste corpo cultural os diversos segmentos que o constituem. Apenas parece, porque as participações dos portugueses, açorianos, espanhóis indígenas são muito bem destacadas, enquanto que a participação dos negros é invisibilizada ou simplesmente ignorada. Isso porque o gauchismo, em parte, é processo histórico e, em parte, é reconstrução do presente olhando e selecionando fatos desse passado. (KNIERIM, 2021, p.23).

Segundo o autor, em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, “[...] havia necessidade de criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro [...] capaz de estar à frente de um grande projeto de unidade nacional.” (KNIERIM, 2021, p.39). Nesse

contexto a narrativa separatista transformou-se em uma perspectiva de que o Estado lutava para ser brasileiro, sendo assim

O gaúcho não poderia mais aparecer como nos documentos históricos da sociedade do século 18 e 19 com os adjetivos de vagabundos, ladrões de gado, contrabandistas, antissociais, inimigos da ordem, etc. Neste momento uma complexa rearticulação ideológica operou na “transfiguração do gaúcho pária e marginal” em um gaúcho aristocrata, cheio de virtudes civis e militares [...] (KNIERIM 2021, p.39).

Considerando as doutrinas científicas que estavam em voga nos anos de 1920 e 1930 do século XX, relacionados a eugenia e racismo, há uma grande influência destas nos intelectuais brasileiros e rio-grandenses daquele período. Busca-se uma distinção entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho uruguaio e a argentino, “[...] sustentando que as diferenças [...] estavam baseadas na contribuição maior ou menor das raças que os compunham, especialmente índios e negros.” (KNIERIM, 2021, p.40).

Dizia-se que o gaúcho rio-grandense tinha uma pequena porcentagem de sangue indígena, portanto era disciplinado, estável e com um elevado espírito nacionalista. Em contrapartida, o platino, por possuir uma elevada influência indígena, era nômade não possui espírito nacionalista

[...] Dessa forma, para diferenciar o gaúcho rio-grandense e brasileiro do gaúcho platino, os historiadores supervalorizaram a presença das qualidades do português e açoriano e minimizaram ou apagaram a presença de negros e índios na construção da nossa identidade regional. (KNIERIM, 2021, p.40-41).

O movimento tradicionalista surge em um momento próximo com apoio de muitos desses historiadores nos anos de 1930, sendo esses pesquisadores referências até hoje para o movimento e para a história do RS.

Nesse sentido, os livros, a celebração e a monomentalização, quando produzidas dessa forma pelo Estado, transformam-se em instrumentos legitimadores de uma narrativa que produz uma consciência coletiva preconceituosa e racista com aquele grupo social que sofre esse tipo de ação política. (KNIERIM, 2021, p.42).

Essa construção identitária impactou inclusive na participação de pessoas negras vinculadas ao movimento tradicionalista, pois havia CTG's em que eles não

podiam sequer entrar. Além de divulgar uma imagem do RS como um local majoritariamente branco, no qual as influências dos imigrantes europeus contribuíram para a formação de uma sociedade supostamente mais ordeira e “qualificada”. Segundo o texto de Paulo RS Gonçalves “*A formação da sociedade gaúcha a participação do negro*”, publicado na mesma obra referida anteriormente,

Os aspectos culturais dos imigrantes foram mais visados, em detrimento à cultura africana, que rapidamente fica à margem da sociedade. A miscigenação foi um instrumento das elites brasileiras no processo de branqueamento da população, onde o negro é parte do processo produtivo e cultural da sociedade, mas é substituído pelo emigrante [...] (GONÇALVES, 2021, p.50).

Katerine Hayes (2011), faz reflexões sobre a ocultação de um passado e o esquecimento enquanto elemento constitutivo para a construção e reforço de uma identidade. Contrapondo os fatos históricos e a existência de três monumentos nas terras de Sylvester Manor, nos EUA, que fazem referência à elite que comandava o local, aos grupos de pessoas escravizadas e povos originários que coexistiram em determinado momento histórico. Segundo a autora, “As materialized memories, these markers reinforce a historical narrative in which racial categories are maintained by strict boundaries, and Native Americans are not in any way a central part of the early plantation history” (p. 209)³⁸. No caso de Gravataí, percebe-se o mesmo que Hayes reforça em relação aos nativos americanos, principalmente, com a herança negra da cidade, na qual é nítida sua marginalização em relação ao discurso oficial; em contraposição, há a centralidade de um passado que reforça a existência de grupos dominantes como os colonizadores portugueses.

Apesar de um contexto similar ao que estou abordando em Gravataí — processos de memorialização de um passado em que povos indígenas, pessoas escravizadas de origem africana e colonizadores europeus coexistiram e são fundamentais na formação de um determinado território —, Hayes (2011, p. 214) traz uma perspectiva estadunidense, na qual:

The reliance on ‘blood’ as a marker of race also recalls the irony and selective association of racial categorization (as noted by numerous scholars of race),

³⁸ Tradução: “Como memórias materializadas, esses marcadores reforçam uma narrativa histórica na qual as categorias raciais são mantidas por limites estritos, e os nativos americanos não são de forma alguma uma parte central da história inicial das *plantations*” (HAYES, 2011, p.209, tradução minha).

that while historically Indian blood may be diluted unto a vanishing point, African American blood need only contribute one drop to retain categorization as black. Some associations are believed easier to forget than others in American society.³⁹

No Brasil, associada a uma tentativa de “embranquecimento” da população, observa-se a valorização do multiculturalismo, apontado para justificar a suposta inexistência do racismo em nossa sociedade. Artwell Cain (2015, p. 236), ao falar sobre o colorismo, descreve que:

“Colorism” is a phenomenon widely articulated and experienced in the Caribbean. Many individuals takes pride in describing how many different ethnicities contributed to their genealogies. In the course of that enthusiasm for pluralist histories, African heritage can be downplayed or omitted⁴⁰.

Nigel Worden (2009), ao discutir sobre o caso emblemático das mudanças nas representações do passado escravocrata na cidade do Cabo, na África do Sul, coloca um aspecto interessante, que é a união entre os “não-brancos” na luta contra o *apartheid*. Ele chama a atenção para aspectos da estigmatização dos mestiços e o fato de que, com a democratização, aqueles que eram classificados forçosamente pelo regime, agora podiam se identificar como quisessem. Segundo o autor:

The most striking result of the advent of democracy was that the need for unity against apartheid dissolved. In particular the politics of the new dispensation resulted in awareness of a distinctly Coloured identity and heritage. In the 1994 elections, the Western Cape was one of the few provinces where the ANC did not win an outright majority. Coloureds formed 55 per cent of the voting population and, to the dismay of many activists in the antiapartheid movement, many supported the apartheid National Party (NP) rather than the liberation ANC movement (WORDEN, 2009, p. 27).⁴¹

³⁹ Tradução: “A confiança no “sangue” como marcador de raça também recorda a ironia e a associação seletiva da categorização racial (conforme observado por numerosos estudiosos da raça), que embora historicamente o sangue indígena possa ser diluído até um ponto de fuga, o sangue afro-americano só precisa de contribuir com uma gota para manter a categorização como negro. Acredita-se que algumas associações são mais fáceis de esquecer do que outras na sociedade estado-unidense.” (HAYES, 2011, p. 214, tradução minha).

⁴⁰ Tradução: “O “colorismo” é um fenômeno amplamente articulado e vivenciado no Caribe. Muitas pessoas se orgulham de descrever quantas etnias diferentes contribuíram para suas genealogias. No decurso desse entusiasmo pelas histórias pluralistas, a herança africana pode ser subestimada ou omitida.” (CAIN, 2015, p.236, tradução minha).

⁴¹ Tradução: “O resultado mais surpreendente do advento da democracia foi a dissolução da necessidade de unidade contra o *apartheid*. Em particular, a política da *new dispensation* resultou na consciência de uma identidade e herança distintamente colorida. Nas eleições de 1994, o Cabo Ocidental foi uma das poucas províncias onde o ANC não obteve uma maioria absoluta. Os mestiços

Na história desse local, há processos distintos de dominação que levam a problemas sociais e desigualdade. Porém, os casos apresentados por Hayes (2011) e Worden (2009) são interessantes para pensar a questão da racialização das populações. Na perspectiva estadunidense, basta uma gota de sangue para ser considerado negro, “esquecendo” os povos originários da região. E, a partir do processo de redemocratização da África do Sul, observa-se o caso das eleições de 1994 na cidade do Cabo, no qual, dentro das devidas proporções, foram vistas manifestação da colonialidade, que implica em um processo profundo de dominação dos povos e das mentes dos colonizados.

Nesse sentido, é interessante observar a reflexão apontada por Artwell Cain, ao falar dos debates para inserir a narrativa da escravidão na história holandesa e como ela está sendo perpetuada:

The trans-Atlantic regimes of slavery represented crime against humanity, as recognized by representatives of the United Nations at the conference on racism in Durban, South Africa, in 2001. [...] Governing representatives in these societies often advocate a future gaze toward potential equities and equality. At the same time, they attempt to relegate the inequities of slavery's impacts and elements of modern racism to past era (CAIN, 2015, p. 228).⁴²

Em Gravataí, além dos quilombos citados, a cidade tem o Clube Negro Seis de Maio, criado em 1956, que não é patrimonializado em nenhuma instância, mas foi uma das instituições dessa tipologia inventariadas no Estado. Segundo Giane Escobar (2010, p. 56), “Os Clubes Sociais Negros surgem [...] como um contraponto à ordem social vigente, vêm de encontro aos clubes brancos que não permitiam entrada de negros em seus quadros sociais, muito menos a convivência pacífica e “miscigenada” das etnoculturas”.

constituíram 55 por cento da população votante e, para consternação de muitos ativistas do movimento *antiapartheid*, muitos apoiavam o Partido Nacional do *apartheid* (NP) em vez do movimento de libertação do ANC.” (WORDEN, 2009, p. 27, tradução minha).

⁴² Tradução: “Os regimes transatlânticos de escravidão representaram crimes contra a humanidade, tal como reconhecido pelos representantes das Nações Unidas na conferência sobre o racismo em Durban, África do Sul, em 2001. [...] Os representantes governantes nestas sociedades defendem frequentemente um olhar futurista para potenciais equidades e igualdade. Ao mesmo tempo, tentam relegar as desigualdades dos impactos da escravidão e os elementos do racismo moderno para uma era passada” (CAIN, 2015, p. 228, tradução minha).

No mesmo ano em que surge o Clube Seis de Maio, é fundado na cidade o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Aldeia dos Anjos, declarado como patrimônio histórico e cultural do RS em 2006 e um dos CTGs que representou o Estado no Açores. Chamo a atenção para a coincidência de datas e para o fato de que, atualmente, os membros do Seis de Maio buscam o reconhecimento de sua história através de solicitações para sua patrimonialização em caráter imaterial em esfera municipal.

Pensando que dentro de todas essas esferas de patrimonialização que tenho discutido na tese, patrimônio é política, é interessante perceber o relato de Vergara (2012, p. 81), no qual menciona que "[...] a política partidária de Gravataí era governada e historicizada pela concepção das famílias tradicionais. Desde tempos mais antigos, essas famílias aparecem nos registros sempre como as famílias de grandes posses, algumas até escravagistas." Percebo isso nitidamente ao estudar os patrimônios da cidade, as famílias que eram donas dos casarões continuam articulando a história da cidade, seja publicando livros, participando de comissões, sendo contratados na Prefeitura etc. E, enquanto esse processo continuar, não veremos reais transformações no discurso produzido.

O mesmo autor também vai dizer que antes da criação do Museu Municipal e do governo do prefeito José Link, entre 1960 e 1963

[...] a representação política estava a cargo das chamadas famílias tradicionais gravataíenses. Famílias de posses e detentora de grandes porções de terras no interior e no meio urbano. Essa hegemonia política e cultural da elite em Gravataí encontrou fortes laços no tradicionalismo gaúcho. (VERGARA, 2012, p.82).

Sendo assim, percebo que essas duas instituições de sociabilidade, Seis de Maio e Aldeia dos Anjos, com origens e narrativas diferentes representam Gravataí. Contudo, uma delas, o CTG é visto como um patrimônio estadual, ou seja, símbolo da identidade gaúcha, de uma imagem que se quer construir, muito provavelmente, por estar inserido historicamente com as elites dessa cidade. A outra luta para manter sua estrutura e por algum reconhecimento municipal enquanto patrimônio. Dessa forma, acho interessante pensar o quão representativo é a resistência desse Clube na cidade.

Carmem Lucia dos Santos (2022) cita a relação da população negra do município com o carnaval, e foi dentro desse Clube Negro que surgiu a Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí, em 1961. Atualmente, ela representa a cidade no carnaval de Porto Alegre, sendo uma de suas agremiações mais antigas. A escola preserva alguns bens e documentos sobre sua história, além de já ter realizado exposições sobre a temática no município, porém, não há menção nas exposições de longa duração do Museu, por exemplo. Esses fatos reforçam o argumento de Cain (2015), uma vez que patrimonializar um CTG e escolher elementos para compor narrativas expográficas seria uma tentativa de demonstrar uma história plural, todavia, o racismo e as tentativas de apagamento das populações negras ainda precisam ser debatidos.

Maria Fernanda Escallón (2019), apresenta conflitos vividos pelos moradores do Quilombo dos Palmares, um patrimônio nacional que representa um local de resistência ao colonialismo. Entretanto, seus habitantes vivem um processo constante de deslegitimação de seu direito a terra, que perpassa por sua origem como migrantes, por posses irregulares, questões sócioeconômicas e de acesso desigual à proteção legal — as quais, no Brasil, apresentam fortes laços com debates raciais e com processos de marginalização. A autora evidencia um debate sobre o multiculturalismo, observando que “The idea that racial discrimination does not exist in Brazil because everyone is racially mixed has a very long and toxic history in the country. (2019, p.371)”⁴³.

Na América Latina, há também um conceito interessante, que é o da criouliização: “[...] as ideias de transculturação [...] findaram sepultando a negritude em mestiçagem. [...] as ideologias de criouliização são baseadas na invisibilização ou no branqueamento progressivo de africanos e outros sujeitos subalternizados [...]” (SAMPECK; FERREIRA, 2020, p. 147). Tyler D. Parry (2017), apresenta o fato de que, no Caribe, que era uma parada inicial para os escravizados que seriam levados aos EUA, havia uma divisão entre crioulos, que eram nascidos nas colônias, e africanos. Os crioulos, já fruto de um processo de colonialidade do pensamento, viam os africanos como inferiores e tinham um tratamento hostil para com eles. Sendo esse um dos argumentos do autor para explicar que não havia uma visão homogênea sobre a África entre os negros americanos.

⁴³ Tradução: “A ideia de que a discriminação racial não existe no Brasil porque todos são miscigenados tem uma história muito longa e tóxica no país.” (ESCALLÓN, 2019, p.371, tradução da autora).

Kathryn Sampeck e Lucio Menezes Ferreira (2020 p. 157–158) apontam que:

[...] diante dos intrincados contextos de criouliização, caminhar no terreno existencial da negritude latino-americana é pisar em trajetos que historicamente se tenta apagar, marginalizar ou simplesmente destruir. A história de afro-latinos é desconfortável porque é correlata à definição de cidadania excludente que constitui a América Latina; melhor dizendo, é correlata à estruturação do racismo em nossas vidas. Não adianta perguntar-se, ao modo existencialista, sobre o que certos processos fizeram conosco, porque eles, de tão naturalizados, já o fizeram.

Nesse sentido, é interessante destacar o trabalho de Luciano Souza Costa (2007, p. 10), que, ao analisar alguns quilombos da região, incluindo o Quilombo Manoel Barbosa e o Quilombo Ferreira-Fialho, relata que a ascendência indígena presente nesses grupos é percebida através de suas práticas e saberes.

Sabe-se que, no período da Aldeia dos Anjos, havia a política pombalina⁴⁴, que designava diversas medidas para a assimilação dos indígenas, considerando descendentes de indígenas e colonizados como brancos a partir da segunda geração (COSTA, 2007). Esses dois processos de miscigenação com os povos originários proporcionam reflexões quanto às diferentes identidades que surgem. Há a permanência, mesmo que inconsciente, de traços culturais, mas, também, o apagamento e a aculturação. Destaco aqui a lei 4754/2024, que declara como patrimônio cultural imaterial do município a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, sendo esse o único bem patrimonializado relacionado à herança africana de Gravataí, demonstrando através da intangibilidade essa continuidade.

Martha e Martha (2022), se referem a uma população negra diminuta nos primórdios da cidade. Enquanto Pedroso (2013), ao unir pretos e pardos, demonstra que, juntos, eles formariam a maior parte dessa sociedade. São duas leituras diferentes que também representam o período em que esses estudos foram realizados, além de falar sobre apagamentos e processos de racialização. Em comparação com outras localidades do Brasil

⁴⁴ Refere-se ao período de 1750–1777, no qual uma série de reformas em relação à política, administração, cultura e educação foram implementadas. Esse momento histórico está associado à figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que foi o Primeiro-Ministro de Portugal na ocasião e teve seu governo marcado por um forte controle estatal. Mais informações em: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *In: Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 3, p. 465–476, set. de 2006.

[...] a população não branca (pretos e pardos) presente na Província era bastante representativa, sendo - em algumas freguesias (Aldeia dos Anjos e Viamão) do município de Porto Alegre - predominante sobre a população branca da localidade. No caso da Aldeia dos Anjos, podemos apontar que o percentual de 51,5% de pardos e pretos se aproximava do de algumas províncias do Império, como Pará (50,1%), Rio Grande do Norte (51,5%), Ceará (55,4%), Rio de Janeiro (56,1), Mato Grosso (56,7%), Minas Gerais (57,6%) e Paraíba (59%), ultrapassando até mesmo a Província de São Paulo (43%)⁸⁸. (PEDROSO, 2013, p.57-58).

Ao não contabilizar indígenas e pardos, os autores Martha e Martha (2022), estão se associando a uma perspectiva de que não havia desigualdade de tratamento para com esses, assim como com os filhos mestiços. No Brasil, há um alargamento das noções étnicas, com objetivos assimilatórios de colonialidade que tentaram “embranquecer” sua população e que acabam invisibilizando e oprimindo grupos mais vulneráveis, ocultando o processo de exclusão dos quais essas questões são produto. Observo esse dilema nitidamente no final do documentário “*Gravataí Missioneira — Origens*”, disponível no canal do *Youtube* da Prefeitura Municipal de Gravataí, no qual há a seguinte menção: “Uma cidade que irmana índios, brancos e negros. Todos os homens que carregam juntos a cruz do sofrimento, igual para todos e que nos aproxima e revela nossa humanidade” (DOCUMENTÁRIO, 2019, 22 min). Ou seja, ao enaltecer a perspectiva da miscigenação e do multiculturalismo, ignora-se o fato de que não há monumentos ou patrimônios que celebrem a herança negra na cidade. O discurso autorizado do patrimônio mantém seu olhar para a constituição de uma elite luso-açoriana, além de não mencionar as desigualdades sociais oriundas de um processo de dominação, colocando a vida de diversos membros dessa sociedade à margem.

Ao compreender que a situação de Gravataí está relacionada a um problema global de ruptura entre a tríade de memória-identidade-patrimônio, me debruço a pensar formas de auxiliar. Enquanto pesquisadora e agente patrimonial, também desempenho um papel dentro dessas tensões, no qual posso ignorar esses problemas e perceber que a população não tem educação ou entendimento suficientes para julgar o que é um bem patrimonial e tentar “educá-los” para pensar de forma colonializada. Ou posso ir por outro caminho e compreender que a população sabe muito bem o que é memória, o que é um patrimônio, o que é uma herança a ser preservada, mas não se vê na narrativa, no discurso que lhe é apresentado.

Parry (2020, p. 259–260), ao trazer o conceito de dupla consciência de Du Bois (1994, *apud* PARRY, 2020), para tentar entender o significado da África para turistas estadunidenses, aponta que:

Heritage tourists follow a historical pattern of migration to help them gain a sense of 'place,' especially when their birth countries pit their racial and national identities in conflict. [...] They assert that members of a diasporic community believe that they are not — and perhaps cannot be — fully accepted by their host society and therefore feel partly alienated and insulated from it.⁴⁵

O trabalho de Parry apresenta algumas questões que interessantes para pensar o caso de Gravataí e de tantos outros locais do Brasil e, possivelmente, da América Latina. Fomos socializados como a uma existência limiar, na qual, muitas vezes, não há uma identidade explicitamente definida. Nesse sentido, gosto do termo utilizado por Maldonado-Torres (2018, p. 51), ao apontar que a colonialidade do poder, ser e saber vai nos colocar na posição de condenados, nos mantendo em lugares fixos: “Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado”. Mas, em vez de uma relação conflitante de identidades, Parry (2020, p. 260) afirma que, segundo as respostas de seus entrevistados, haveria um equilíbrio:

Many respondents preferred a balance between America and Africa, realizing they are rooted in both locations. Whereas Dubois believed the two appellations were in perpetual conflict, the 'return' to Western Africa produced a far more harmonious balance between the two warring ideals. For many of my respondents, standing on African soil and meeting African people was the only way they balanced these conflicted identities.⁴⁶

Considerando que os entrevistados de Parry encontraram um suposto equilíbrio ao visitar uma terra natal, mesmo que imaginária, e se entender como parte de um

⁴⁵ Tradução: “Os turistas patrimoniais seguem um padrão histórico de migração para ajudá-los a adquirir um sentido de “lugar”, especialmente quando os seus países de nascimento colocam as suas identidades raciais e nacionais em conflito. [...] Eles afirmam que os membros de uma comunidade diaspórica acreditam que não são — e talvez não possam ser — totalmente aceitos pela sociedade anfitriã e, portanto, sentem-se parcialmente alienados e isolados dela.” (PARRY, 2020, p. 259–260, tradução minha).

⁴⁶ Tradução: “Muitos entrevistados preferiram um equilíbrio entre a América [Estados Unidos] e a África, percebendo que estão enraizados em ambos os locais. Embora Dubois acreditasse que as duas denominações estavam em conflito perpétuo, o “regresso” à África Ocidental produziu um equilíbrio muito mais harmonioso entre os dois ideais conflitantes. Para muitos dos meus entrevistados, permanecer em solo africano e conhecer pessoas africanas era a única forma de equilibrar estas identidades conflituosas.” (PARRY, 2020, p.260, tradução minha)

sentimento de uma coletividade, é possível concluir que inserir patrimônios e narrativas dissonantes seria também uma maneira de preservação e de dar foco para histórias que foram mantidas subterrâneas.

Quanto ao caso de Gravataí, é possível que a percepção de uma lacuna em relação à herança negra da cidade seja fruto de um contexto político e social no qual essas lutas vêm emergindo. Participo das discussões de diferentes grupos da cidade e não acho que vou dizer à população qual deve ser seu patrimônio, mas creio que apontar para diferentes leituras quanto ao que já temos é um começo.

6 PATRIMONIALIDADE COMO UMA ALTERNATIVA DECOLONIAL

Gravataí é uma cidade como tantas outras em nosso país: sua formação remonta à ocupação por povos originários, e a presença negra é de extrema importância enquanto base cultural e social. Contudo, a herança europeia e seus vestígios são considerados patrimônios ante os demais. Esse processo se repete em diversos momentos na história brasileira e, apesar das percepções decoloniais emergentes, ainda se encontram barreiras para a conscientização sobre a necessidade de valorizar a diversidade e refletir sobre esses conflitos. Sendo assim, busco problematizar a patrimonialização de bens culturais desse município, utilizando-o enquanto alegoria para entender as relações formadas na tríade memória, identidade e patrimônio, em um contexto de colonialidade imperante.

Nos capítulos anteriores explanei sobre o processo de patrimonialização que ocorre na cidade, colocando alguns pontos preocupantes em relação ao seu uso, “esquecimento” e, também, sobre um processo de desarticulação em relação aos espaços culturais do município. Cabe lembrar que o cenário descrito não é atípico ou específico de Gravataí, e isso é um fator preocupante, demonstra um enquadramento da memória que valoriza determinadas representações do passado em detrimento de outras.

Alguns autores — como Aníbal Quijano (2005; 2007), Mignolo (2008), Maldonado-Torres (2018), Bernardino-Costa (2018) e Gil, e Meinerz (2017) — trabalham o conceito de colonialidade demonstrando que a colonização deixou marcas no modo de ser e pensar dessas sociedades, entre elas, a abordada neste estudo. Destaca-se que, nesses contextos, a relação entre sua história, sua cultura e o patrimônio escolhido para representá-las é oriunda de tal processo de dominação. Sendo assim, discutir os elementos que foram patrimonializados, em contraponto a outras narrativas, que poderiam ter esse potencial, serve para refletir a relação com esses bens, e buscar mecanismos que possibilitem ações decoloniais.

A herança indígena surge como um elemento, muitas vezes esquecido, na medida em que não é mencionada nos bens materiais e imateriais patrimonializados. Todavia, projetos como o “*Gravataí Missioneira*”, apresentado no capítulo anterior, demonstram que, quando esse passado é abordado, dentro de um discurso autorizado do patrimônio, o foco são os indígenas missioneiros e catequisados, não as culturas e história dos povos originários já existentes no período pré-colonial.

A segunda lacuna evidenciada por esse trabalho é a herança negra. Este é um tema que, apesar de aparecer apenas em um dos dezessete processos de patrimonialização do município, é uma discussão pujante em nossa sociedade. Fato constatado pela expressiva bibliografia voltada para a temática na cidade e para as ações advindas de iniciativas dessa comunidade.

Michael Pollak (1989), que propõe o termo *memórias subterrâneas*, comenta que muitas vezes o silêncio não é um produto do esquecimento, mas demonstra um processo de transmissão que foge ao modo tradicional para que consiga permanecer até encontrar uma escuta adequada. Segundo o autor:

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas [...], indizíveis [...] ou vergonhosas [...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (POLLAK. 1989. p.08).

Diante deste panorama, poderíamos questionar se a herança indígena ou negra se enquadraria dentro das categorias de lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas, posto que, esse passado não é enaltecido nos bens tombados. Gravataí valoriza, com esse processo de patrimonialização, um passado açoriano, português, dos colonizadores do país. Compreendo que esse enquadramento da memória também está atrelado ao conceito de colonialidade.

Esse capítulo se estrutura em diferentes momentos, sendo sempre atravessado pela perspectiva de que a percepção de diferentes patrimonialidades poderia operacionalizar algumas questões referentes a problemas estruturais da patrimonialização. No subtítulo *“Um patrimônio decolonial é possível?”*, lanço alguns questionamentos em decorrência do tema da decolonialidade, e as alternativas que vislumbramos ante à colonialidade. Em *“Histórias negras em Gravataí”* apresento alguns locais e, de maneira sucinta, suas histórias, sendo dividido em quilombos e Seis de Maio e Acadêmicos, além disso, introduzo a perspectiva de que mesmo que essas narrativas não sejam enaltecidas no discurso oficial, são tão vivenciadas pela população que podem ser vistas nas leis, sendo assim, foco no Conselhos Municipais e Calendário Municipal de Eventos. Finalizo esse capítulo com o texto *“Agentes culturais como agentes de transformação”*, tentando demonstrar que a população, por

meio de diversos projetos e iniciativas individuais ou de grupos, tem um papel fundamental para as transformações dos discursos.

6.1 Um patrimônio decolonial é possível?

Camila Loureiro e Thiago Pereira (2019) apontam que, em contraposição à Cultura do Silêncio — mencionada anteriormente —, está a perspectiva de Dizer a Sua Palavra, que representa uma autoafirmação, uma ruptura com a lógica colonial na sociedade brasileira. Segundo os autores “[...] implica agir contra-hegemonicamente e romper com a imposta Cultura do Silêncio, e, além disso, é uma forma de ação decolonial, que toma os sujeitos como agentes que se reconhecem no processo histórico” (LOUREIRO; PEREIRA, 2019, p. 14).

Para Maldonado-Torres (2018, p. 53), “[...] a decolonialidade, portanto, tem a ver com a emergência do condenado como pensador, criador e ativista e com a formação de comunidades que se juntem à luta pela descolonização como um projeto inacabado”. Françoise Vêrges (2020, p. 40), ao apresentar o conceito de pedagogia decolonial crítica, comenta que:

O método é simples: partir de um elemento para revelar um ecossistema político, econômico, cultural e social buscando evitar a segmentação imposta pelo método ocidental das ciências sociais. [...] colocando em evidência as redes de opressão concretas e subjetivas que tecem a teia da exploração e das discriminações.

Pode-se dizer que esse é um dos objetivos deste trabalho, que vem sendo desenvolvido para compreender o cenário atual de descaso e desestruturação do patrimônio e dos espaços culturais de Gravataí. Para isso, no entanto, é necessário compreender o contexto e as dinâmicas de poder nas quais eles estão inseridos.

Maldonado-Torres (2018, p. 57) propõe o giro decolonial, no qual o condenado é o agente de mudança, significando que “[...] o giro decolonial requer uma suspensão da lógica de reconhecimento e uma renúncia das instituições e práticas que mantêm a modernidade/colonialidade”. A partir dessa lógica, é possível questionar: o conceito de patrimônio se adequa a nossa sociedade?

Bernardino-Costa (2018, p. 288), ao mencionar o trabalho de Du Bois, comenta que “[...] havia expressões da vida do negro encontradas em centenas de

jornais, na literatura negra, na sua música, no seu folclore e na sua vida estética que manifestam a existência de uma distinta memória social [...]”. Demonstra, assim, a possibilidade de que diferentes heranças culturais possam ser percebidas em outras manifestações, que, não necessariamente, constituem os discursos oficiais sobre o passado.

Está aí um outro impasse em relação ao conceito de patrimônio: a patrimonialização costuma congelar um momento, um rito, uma forma material. Travando uma espécie de luta contra o tempo, o processo causa sofrimento e preocupação com a perenidade. Sendo assim, levanta-se a possibilidade de observar o conceito de patrimonialidade como um caminho.

Os bens que já são fruto de um processo de patrimonialização possivelmente carregam diversos valores vinculados à colonialidade do pensamento e à Cultura do Silêncio. Então, o potencial escondido em memórias subterrâneas, nos costumes, crenças e nos hábitos cotidianos de diferentes grupos poderia ser uma resposta a esse processo. Nesse sentido, Gil e Meinerz (2017, p. 25) apontam que:

[...] para estudar, pensar e tratar da decolonização dos espaços de memória é igualmente necessário tratar do cotidiano e dos sujeitos sociais envolvidos nas relações que ali destacamos, urge evidenciar que esses espaços sejam pensados em relação direta com os intelectuais e movimentos sociais indígenas e negros. O protagonismo desses grupos é fundamental para que se desestabilize a colonialidade do poder e do saber.

Em Gravataí, por exemplo, se encontram na cidade alguns casarões, prédios para uso religioso, inclusive tombados, que poderiam ser associados a um passado escravocrata, mas que acabam sendo valorizados apenas por sua representação arquitetônica de um passado português, relação com personagens históricos da região ou ligação com o catolicismo. Não há um entendimento de que tais espaços poderiam suscitar outras memórias, pelo potencial de reflexão sobre as desigualdades do presente.

Não há placas de identificação ou processos governamentais que objetivem a difusão e a problematização dessas histórias, esquecimentos e apagamentos. É preciso que se desenvolva esse olhar e a retomada dos territórios — como mencionado por Gil e Meinerz (2017), ao falar sobre o Projeto Territórios Negros: afro-brasileiros em Porto Alegre.

Esses exemplos de lugares e narrativas alternativas aos bens patrimoniais demonstram uma tentativa de perceber as teias de significados que podem ser associados aos bens e histórias de uma cidade, como observa Vêrges (2020), ao comentar sobre o conceito de pedagogia decolonial crítica.

Em Gravataí falta o reconhecimento dos territórios negros como parte integrante do patrimônio e da história municipal. A questão indígena também é complexa em função do intenso processo de apagamento. Porém, nesses dois núcleos, a patrimonialidade — ou seja, essas memórias e histórias ainda não elevadas à categoria de patrimônio, e que talvez nem tenham essa pretensão — poderia ser uma resposta ao processo de colonialidade.

Todavia, esse trabalho estaria muito mais associado a uma percepção das dinâmicas sociais e narrativas marginais enquanto fios condutores da memória. Seria preciso que a população, após séculos sendo afastada de um processo político, retomasse seu lugar para contar sua própria história. Mas então volta-se ao problema inicial: o patrimônio seria o conceito que melhor se enquadra? Talvez, no caso de Gravataí, essa retomada não fosse necessariamente vinculada a uma ideia de bem patrimonial, mas a espaços e narrativas de grupos distintos que não representassem apenas açorianos, europeus, católicos e moradores do centro da cidade.

Uma das possibilidades observadas na pesquisa em desenvolvimento são as temáticas dos projetos culturais desenvolvidos nos últimos anos por agentes locais, nas quais nota-se temas latentes que podem ser compreendidos também como uma tentativa de preencher as lacunas deixadas pela história oficial. Então, é justamente dentro dessas dinâmicas que se inserem iniciativas que abordam as questões de raça, quilombola e de identidade dessa população. Isso demonstra que os conceitos de patrimônio, história, colonialidade, decolonialidade, racismo, capitalismo e marginalização estão todos conectados em uma imbricada teia de significados, memórias e esquecimentos.

A história de Gravataí, a presença e a herança de seus habitantes, coexistem no cotidiano, mas é necessário que sejam redescobertas e que pesquisas e informações cheguem até a população. Acredito que uma das principais formas de criar um patrimônio decolonial seja pela difusão dessas narrativas, posto que, ao disseminá-las, a população torna-se dona de seu passado. Sendo assim, a documentação e a comunicação seriam importantes mecanismos para a preservação

do patrimônio cultural. Dessa forma, espera-se que as ações patrimoniais passem a ter ressonância e possam corresponder às demandas da população.

Visando auxiliar nesse processo de difusão de informações, o subcapítulo a seguir dedica-se, exclusivamente, à apresentação de alguns espaços e heranças negras presentes em Gravataí. Não podemos ver tais dados como totalizantes, posto que são uma fração pequena destas narrativas, mas, é uma tentativa de alargar as percepções sobre essa sociedade.

6.2 Histórias Negras em Gravataí

Conjecturo que as percepções do passado trazidas pelos diferentes grupos que compõe a sociedade de Gravataí, e que ainda não estão plenamente representadas na narrativa construída, poderiam associar-se ao que Pollak (1989) chama de 'memórias subterrâneas'. Opondo-se a uma memória oficial que é vinculada à identidade forjada, muitas vezes, por um processo de dominação, elas permanecem sendo transmitidas em associações, famílias, redes de afeto e/ou políticas. Nesse sentido, o conceito de patrimonialidade torna-se fundamental para entender essas discrepâncias entre o discurso autorizado do patrimônio e as memórias subterrâneas que se vinculam a patrimônios invisíveis, marginalizados e/ou esquecidos.

Costa (2007), menciona que a ocupação de famílias negra no território de Gravataí era tão comum quanto sua expulsão. Assim, o autor demonstra que o processo de apagamento da memória dos povos negros está ligado também a sua marginalização, no sentido de que esse não é o foco das ações de memorialização instituídas.

A herança dos grupos marginalizados se mantém na cultura da cidade orbitando a questão do patrimônio, mas sem ser inserida no discurso oficial, tratando, assim, de se vincular à patrimonialidade. Segundo o autor, "[...] um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação." (POLLAK, 1989, p.11).

Compreendo os capítulos "*4 Representações do passado*" e "*5 Patrimônio e colonialidade*", como uma apresentação acerca do processo de patrimonialização ocorrido em Gravataí. Evidenciando uma tentativa de enaltecer um passado europeu,

criando também um discurso autorizado sobre o patrimônio, no qual a herança negra, muitas vezes, não é mencionada.

A fim de especular quais seriam os espaços e narrativas dotadas de patrimonialidade que não foram patrimonializadas, compreendendo a própria patrimonialidade como um elemento central, enquanto fonte de questionamento à colonialidade. O fato de tais bens utilizarem diferentes instâncias de reconhecimento, que não são usuais para os patrimônios, ressalta sua existência e resistência à margem de um processo de produção de discurso oficial.

Eles existem, mas não utilizando a chancela de patrimônio, sendo assim, a documentação e o registro dessas patrimonialidades, nessa tese, tenta valorar os trabalhos desenvolvidos. Não apenas demonstrar sua importância para a história da cidade, mas para compreender que sua existência não parte do mesmo pressuposto dos *lugares de memória*⁴⁷, que cristalizam o passado, mas de sua apropriação e resignificação do presente.

Compreendo que os conceitos de patrimonialização e patrimonialidade estão relacionados, todavia, a patrimonialização, como é usualmente exercida em nossa sociedade, se foca na preservação, o que, muitas vezes, retira o bem das dinâmicas sociais, visando sua conservação material. Nessa pesquisa, apresento a patrimonialidade como uma alternativa a esse processo de “congelamento”, que pode também levar ao esquecimento. Entendendo que esse elemento, estaria relacionado justamente ao mutável, à vivência.

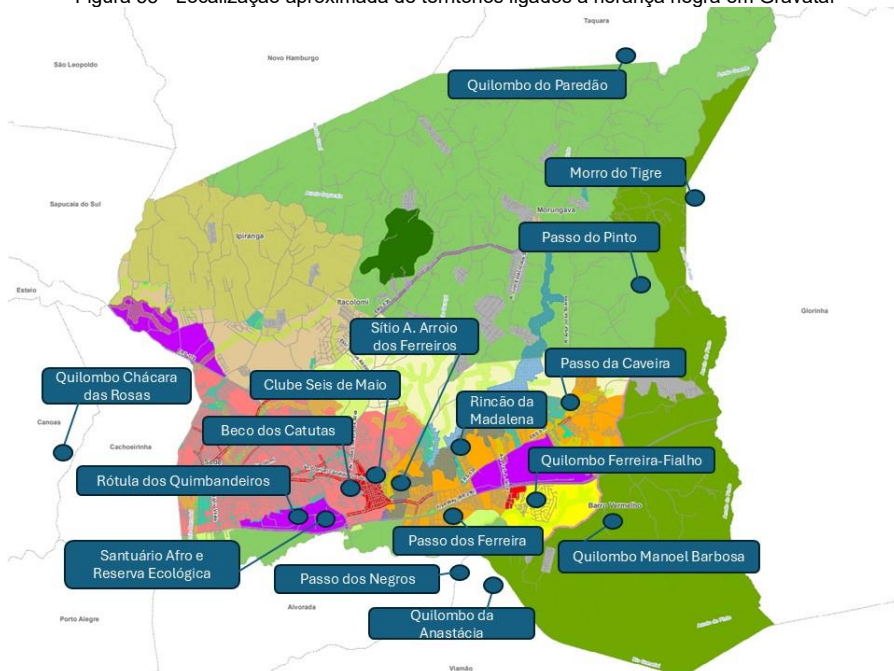
Através da pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa participante, foram identificados alguns espaços e narrativas que corroboram com a visão de uma patrimonialidade ligada à herança negra em Gravataí. Nesse subitem, apresento brevemente suas histórias, com a intenção de registrar e discutir a falta do reconhecimento destes bens, enquanto um produto da colonialidade, em contraposição as formas alternativas nas quais eles estão inseridos nas dinâmicas sociais. São, portanto, representações de histórias, memórias, espaços e heranças dissonantes daquelas legitimadas pelo discurso autorizado do patrimônio.

Para iniciar essa discussão, apresento um mapa que organizei a partir de minha pesquisa e que demonstra aspectos interessantes ligados ao processo de patrimonialização, que se foca, praticamente de forma integral, no centro de Gravataí.

⁴⁷ Conceito elaborado pelo historiador francês Pierre Nora (1993), que ressalta como alguns locais cristalizam uma imagem do passado.

Todavia, conforme a imagem abaixo demonstra, a herança negra está diluída em diversos locais da cidade e, portanto, caso fosse foco de ações patrimoniais e de pesquisa, contribuiria em muito para a transformação do discurso da cidade.

Figura 53 - Localização aproximada de territórios ligados a herança negra em Gravataí



Fonte: Mapa do Novo Plano Diretor (GRAVATAÍ, 2023b), adaptado por Helena Thomassim Medeiros (2025).

Percebe-se como a questão racial, vinculada à colonialidade e às desigualdades sociais, atravessam o discurso autorizado sobre o patrimônio. O apagamento vivenciado é tão enraizado que, muitas vezes, nem sequer é notado. Pois, se a presença desses grupos fosse tão singela no território, conforme Martha e Martha (2022) apontam, dificilmente, observaríamos essa quantidade de espaços atrelados ao passado e presente da cidade. No mapa, coloquei apenas os locais que são utilizados no presente – com exceção do Sítio Arqueológico Arroio dos Ferreiros, pois acredito que é um espaço que precisa ser inserido no discurso oficial da cidade – ou seja, não mencionei as fazendas ou edificações que estariam relacionadas ao período escravocrata, por exemplo.

Gravataí é um estudo de caso, porém, segue uma estrutura de poder que não foi inventada na cidade, mas que é produto de anos de dominação e imposição cultural, que vem de um processo de colonização, de uma miscigenação forçada e de acesso desigual a recursos. O trabalho que foi feito na década de 1970 — época em que iniciam as discussões sobre a construção do Museu Municipal —, em plena ditadura militar, por grupos de pessoas interessadas em preservar a história da cidade e que tinham alguma relação com sua elite política é um retrato de seu tempo. Todavia, o que podemos fazer enquanto agentes culturais e pesquisadores é tentar compreender por qual motivo e como determinadas relações se mantêm mesmo com novas perspectivas e estudos sobre o passado emergindo.

Os estudos da diáspora africana contribuem muito nesse processo, porque mostram um pouco sobre a extensão desse problema, que é, muitas vezes, minimizado com a justificativa de uma igualdade racial. A partir de dados sobre os bens patrimonializados, colocados em contraposição com a história da cidade, foi observado que o patrimônio não é somente um instrumento de rememoração ou uma valorização das heranças que nos compõem. Esse conceito também serve à colonialidade, à manutenção de estruturas de poder e aos mecanismos de dominação que almejam manter as estruturas fixas de condenação (MALDONATO-TORRES, 2018).

No texto *“A Participação da Etnia Negra na Sociedade Gravataiense: Presença Negra em Gravataí”* de autoria de Célia Fagundes, hoje Célia Silva Jachemet, publicado nos *“Anais do II Simpósio Estadual de Cultura Gravataiense – Gravataí: do êxodo à composição étnica”* em 1990, aponta que:

O que restou dos registros escritos, em Gravataí, sobre o negro, não é diferente dos demais municípios. Por motivos políticos e culturais já conhecidos, a documentação que nos contaria mais sobre a participação do negro em todas as áreas sociais, bem com a participação do índio, não foi preservada, restando quase que somente o que a tradição oral trouxe até os nossos dias. (FAGUNDES, 1990, p.189)

Diversos estudos apresentados apontam reflexões sobre esses temas e formas para combater esses processos de apagamento, mas devo inserir mais um meio, que é pelo qual estou me expressando neste momento: o registro. Posso não ter encontrado um artefato ou sítio arqueológico, montado um museu ou conseguido inserir minha perspectiva no discurso oficial sobre os bens de minha cidade; porém,

expressar essas angústias, apresentar o cenário que vivemos e tentar compreender os conflitos e tensões presentes também faz parte deste trabalho. E, compreendo a iniciativa de escrever e disseminar, de alguma forma, essas histórias como um compromisso com a decolonialidade, buscando uma desordem absoluta.

6.2.1 Quilombos

Através do panorama da historiografia da formação de Gravataí, percebe-se que pessoas escravizadas de origem africana já ocupavam a região, sendo trazidas por sesmeiros (COSTA et al, 2006). No século XVIII era comum o uso de mão de obra escrava, especialmente no trabalho das atafonas, engenhos de farinha. Rocca (2009), menciona que já no ano de 1780, na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, a quantidade de pessoas negras era maior que a de brancos, ficando atrás apenas dos indígenas. Estes dados demonstram um papel fundamental dessa população para a economia e desenvolvimento da região em seus primórdios.

A dissertação *“Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)”*, publicada em 2013, de autoria de Wagner de Azevedo Pedroso, realiza um apanhado histórico sobre o período e a economia escravista em Gravataí, quando o território ainda denominava-se Aldeia dos Anjos. O autor analisa a tentativa de uma revolta de escravizados através de um processo crime encontrado no acevo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), em 2004. Ao longo da dissertação questões referentes a formação da sociedade gravataense dentre 1840 e 1860 são mais aprofundadas, todavia, chama a atenção o fato de que em 1872

Os dados sobre a “cor” dos habitantes indicam que a população de “pretos” e “pardos”, além de ser maioria (mais da metade da população) da Aldeia dos Anjos era, em sua maioria, formada por livres ou libertos. Sendo assim, a localidade, além de ter um percentual escravo alto para os padrões apresentados para a Província, possuía uma população composta, em sua maioria, por pessoas não brancas. (PEDROSO, 2013, p. 53).

O foco da pesquisa revela uma tentativa de insurreição, cujos organizados são apontados como sendo os escravizados Nazário⁴⁸, Alexandre e Manoel Capitão, os dois primeiros morrem na fuga e o terceiro na prisão, após os grupos serem capturados. Os fugitivos faziam parte das maiores escravarias da Aldeia

[...] destacamos que essas escravarias e atividades produtivas devem ser consideradas dentro de uma estrutura composta pelos integrantes dos grupos familiares que se inter-relacionavam, como os casos dos “Sarmento/Prates”, “Maciel”, “Alves” e “Pahim” parecem sugerir. Essa estrutura de relações dos grupos familiares sofre um pequeno abalo entre as décadas de 1850 e 1860, quando diversos integrantes faleceram, iniciando, assim, um processo de partilha de bens, em que os escravos vão ser repartidos entre os herdeiros. (PEDROSO, 2013, p.166).

O que o autor percebe é que houve um planejamento e a disseminação de informações sobre essa tentativa de fuga por meses. Essa articulação foi facilitada pelas relações entre as famílias dos senhores e as de seus escravizados, que, ao visitar parentes e realizar a travessia de produtos, comunicavam seus planos insurrecionais.

O ponto inicial destas conversas seriam os preparativos para a Festa do Divino Espírito Santo⁴⁹, tendo em vista que [...] essa festa parece ter tido grande importância na Aldeia dos Anjos do século XIX, sendo que os proprietários mais abastados da localidade estiveram diretamente envolvidos em sua organização. (PEDROSO, 2013, p.177). Tais tratativas duraram até agosto, quando um escravizado delatou o plano, ocasionando a fuga de diversas pessoas por medo da repressão, posto que:

[...] foram os senhores que tomaram as primeiras medidas de repressão ao plano de levante em 17 de agosto, mas que somente em 24 de agosto, sete dias após essas medidas, é que foi solicitada, por João Martins Philermo, subdelegado do distrito de Santa Cristina, a ajuda do cidadão Israel de Souza Bitencourt, capitão Comandante da Guarda Nacional do Distrito. Tal ajuda tinha por objetivo capturar os escravos que haviam fugido devido à repressão

⁴⁸ Em 2023, o professor e pesquisador Amon lança o livro infantil “A Aldeia dos Anjos: um lugar no mundo”, no qual o personagem utilizado para representar a participação da população negra no município é um escravizado de nome Nazário que, ao fugir para a floresta torna-se uma onça negra, creio que, em menção a Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí, cujo símbolo é esse animal.

⁴⁹ A celebração ocorre sete semanas depois do Domingo de Páscoa, no dia de Pentecostes, segundo Leal (2016), relaciona-se a criação da Igreja Católica, e começaram a ocorrer na cidade em virtude dos colonizadores açorianos. A festa ocorria na cidade desde o período colonial, foi interrompida por volta dos anos de 1970 e retomada em 2002, para marcar os 250 anos da imigração açoriana no RS. Essa Festa é um dos bens imateriais que constam nos inventários e documentos do Museu Municipal Agostinho Martha.

senhorial, que parece haver atingido a todos os escravos da Aldeia, [...] (PEDROSO, 2013, p.208)

O intuito dos fugitivos, segundo os interrogatórios realizados, era ir em direção ao Rio dos Sinos, atravessar o mesmo e se dirigir às Missões para cruzar a fronteira e ficarem livres. Alexandre pegaria uma canoa com seu sobrinho para esse fim, mas esse delata o plano para o senhor. O grupo então foge com o intuito de se “aquilombar”, separando-se na busca por padrinhos. A captura ocorre em dia 30 de agosto, Nazário e Alexandre, que já estavam separados, são mortos nesse processo. Os interrogatórios apresentados no processo crime datam de 31 de agosto de 1863. Segundo Pedroso (2013)

[...] a existência de uma rede de relações sociais e familiares complexa, aliada a cargos importantes de alguns desses senhores, provavelmente, facilitaram a articulação dos senhores da região, permitindo uma rápida repressão ao plano insurrecional de 1863. (p.209 - 210).

O autor ainda comenta que na década de 1860 ocorre uma diminuição da mão de obra escrava, dentre os motivos estão o “desentendimento” diplomático entre Brasil e Inglaterra devido à pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos e o clima instável que levaria a Guerra do Paraguai (1864-1870). É interessante ressaltar que, em virtude da Guerra, “[...] muitos senhores “concederam” liberdade a escravos em troca de substituírem senhores ou seus filhos no exército.” (PEDROSO, 2013, p.95). Essa dissertação demonstra-se importante para compreender o contexto da cidade de Gravataí durante o período de formação dos próprios quilombos, tendo em vista o rico relato quanto a economia da região e as relações de dominação das famílias abastadas, cujos reflexos percebemos ainda hoje.

A formação dos Quilombos Manoel Barbosa, Ferreira-Fialho (que compreenderia áreas entre as cidades de Gravataí e Canoas) e Paredão (localizado próximo à divisa entre Gravataí e Taquara), data do século XIX. Sendo a abolição da escravatura assinada, no Brasil, em 1888. Segundo Giane Vargas Escobar, na dissertação “*Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*”, apresentada em 2010:

As denominações quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades

de terreiro são expressões que designam grupos sociais afro-descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole. (ESCOBAR, 2010, p. 51).

Costa (2007), relata uma ligação entre as populações do Quilombo Manoel Barbosa, Quilombo Ferreira-Fialho e Quilombo da Anastácia, em Viamão. Na memória dessas comunidades Manoel Barbosa, José Fialho, Alberto Ramos e Pedro Barbosa, alguns de seus ancestrais, teriam sido companheiros de guerra. Todavia, o autor demonstra incerteza se o conflito referido pelos descendentes seria a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, ou a Revolução Federalista, entre 1893 e 1895.

O Quilombo do Paredão, na divisa entre Gravataí e Taquara, começou a ser povoado ainda no período escravista, a partir de escravizados que fugiam para regiões de mata fechada, próximo às fazendas dos Fialho. Dos quatro quilombos citados, três comunidades possuíam terras na região de Gravataí: o Quilombo Manoel Barbosa, reconhecido pela Fundação Palmares em 2004; o Quilombo Ferreira-Fialho, identificado no “Mapa dos Quilombos” da Fundação Palmares; o Quilombo do Paredão, localizado na divisa entre Gravataí e Taquara, que teve seu território demarcado em 2022.

Em 2018, foi publicada a dissertação de Daiane Arend Flores de Oliveira, intitulada *“Ocupação e resistência: Paredão – uma comunidade remanescente de quilombo em zona de colonização europeia”*, na qual a autora aponta que as discussões em torno do reconhecimento quilombola surgem nas décadas de 1939 e 1940. Mas, esse movimento ganha força na década de 1970, tendo a Constituição de 1988, reconhecido o direito às terras ocupadas por remanescentes quilombolas (BRASIL, 1988a).

A Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, cria a Fundação Palmares, que é responsável pela “Declaração de Autorreconhecimento” das comunidades quilombolas. Em 2003, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) torna-se responsável pela identificação e titulação das terras quilombolas (BRASIL, 2003). Segundo Oliveira (2018, p.47):

As etapas de titulação são bastante complexas. Por isso, é necessário seguir procedimentos que vão desde a obtenção de documento de

autorreconhecimento, abertura do processo por ações jurídicas (daí a necessidade das comunidades organizarem-se em pessoa jurídica, estabelecendo uma Associação de Moradores, por exemplo), elaboração e aprovação de laudo técnico-antropológico, análise de relatórios, publicação da portaria, reconhecendo o território e indicando prováveis desapropriações, desapropriação de possíveis proprietários irregulares nas áreas designadas à comunidade e, enfim, emissão da titulação das terras como propriedade coletiva.

No território de Gravataí identificamos três quilombos, todavia, nas entrevistas realizadas, fica nítido que o único reconhecido por essa sociedade é o Quilombo Manoel Barbosa. Contudo, nem ele, que tem o processo mais avançado, obteve a posse das terras, sendo esse um tema que aparece na entrevista com Carmem Lucia dos Santos, presidente da Associação dos Moradores do Quilombo Manoel Barbosa. Segundo ela: “a prioridade é conseguir arrumar os 36 hectares nosso primeiro, pra garantir [...]; muita gente tem muito receio que possam um dia tirar a gente daqui [...]” (SANTOS, 2022, inf. verb.).

O ano de 1896 é quando ocorre a compra de parte das terras do Quilombo Manoel Barbosa. Todavia, Carvalho et al (2006), afirmam que esse processo teria oficializado uma ocupação anterior. Sendo que os moradores do Quilombo atribuem a posse das terras a uma herança recebida por Maria Luiza Paim de Andrade, de Isaura Barbosa. Carmem Lucia dos Santos relata sobre a criação da Associação de Moradores:

A Associação foi em 2003, dia 05 de julho de 2003. O pessoal se reuniu porque queria fazer uma Associação onde abrangesse a cultura, né. Pudessem abranger tanto as pessoas que nasceram aqui, quanto as que foram embora, então fizeram a Associação. [...] Nunca tinha discutido essas coisas, sobre quilombo. Então, foi as pessoas que estavam na Diretoria antes que procuraram essas coisas de quilombo e aí começaram essas coisas que aqui era Quilombo. (SANTOS, 2022, inf. verb.).

Atualmente a comunidade tem cerca de 46 famílias morando na região, “[...] todos primos, tudo parentes. Naquele tempo, muitos primos casavam com primas, só que agora a geração nova não casa mais [...] Hoje tem bailão, tem tudo, então eles saem, acham uma guria, casam, namoram.” (SANTOS, 2022, inf. verb.). A fala da entrevistada demonstra um aspecto interessante, que é esse isolamento geográfico, responsável por reforçar os laços da população e manter, de certa forma, sua identidade.

Figura 54 - Quilombo Manoel Barbosa



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2022).

Há também a questão da placa de identificação, indicando a localização do Quilombo Manoel Barbosa, pauta debatida dentro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial vinculada ao CMPC. O que Carmem aponta é que:

A gente quer ver se coloca lá na Caixa da água e outra aqui na ponta [...] tu vê que não tem localização mostrando onde é o Quilombo. [...] Naquelas placas que tão lá é só gente que tem dinheiro, as de Quilombo foram todas tiradas, então não tem nós. [...] Eles tiraram a gente das plaquinhas, e aí tem a UFRGS, tem canil, tem a Fazendinha [...] (SANTOS, 2022, inf. verb.).

De fato, chama a atenção que nas proximidades de um Quilombo já reconhecido pela Fundação Palmares, com relatório feito para o INCRA, não tenha identificação pública. Essa demanda já é levantada pela presidente da Associação de Moradores há alguns anos, sendo vista também no documentário “Olhos de Anastácia: Conexões quilombolas” de 2021 (OLHOS, 2021b).

Em 2022, levei a demanda em reunião com a SMCEL (Apêndice P), em 2023 levantei a questão no encontro mensal do CMPC, ocasião na qual recebi a justificativa de que não havia placas em alguns centros de tradições gaúchas da cidade, como se fossem a mesma coisa. Até o momento a situação não foi resolvida.

Figura 55 - Placa próxima ao Quilombo Manoel Barbosa



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

A questão da placa é apenas uma, dentre outras que demonstram a falta de compreensão do território quilombola enquanto um patrimônio da cidade. Em entrevista, quando a questioneei sobre o tema, Carmem Lucia dos Santos respondeu o seguinte:

Eu não considero o Quilombo como um patrimônio de Gravataí, eu não considero [...] eu até acharia que deveria ser, mas ele não é tratado como tal, ele não tem aquela dimensão que outras coisas têm. Ele não tem uma dimensão como um CTG tem. Acho que ele é bem diferente, não é só subir num palanque e dizer que é patrimônio de Gravataí, ele não é patrimônio. (SANTOS, 2022, inf. verb.).

Curiosamente, o retorno que Carmem me deu em relação a perceber o Quilombo Manoel Barbosa como um patrimônio de Gravataí, foi similar ao que obtive do ex-Presidente do CMPC, comparando o quilombo ao CTG. Traço do discurso autorizado do patrimônio, exaltado nas percepções trazidas por Vergara (2012), que demonstram como a construção da identidade gravataiense esteve e está alicerçada nos pilares do tradicionalismo gaúcho e eurocentrismo açoriano.

Carmem reforça a importância desse trabalho de demarcação, de geração de informações através do relatório do INCRA (Carvalho et al, 2006), no processo de valorização da herança histórica e das raízes culturais das quais os quilombos são representantes.

Eu me sinto orgulhosa de ser quilombola, para te dizer, eu ando de turbante, não tenho vergonha de dizer que eu sou negra, não tenho vergonha de dizer que eu sou quilombola. [...] muita gente tem vergonha de ser quilombola, dá para contar nos dedos. (SANTOS, 2022, inf. verb.).

A fala dela ressalta que ainda há um grande trabalho pela frente, tanto na demarcação de terras, quanto no desenvolvimento de ações que percebam o Quilombo como um patrimônio e a herança negra enquanto fatos indissociáveis da trajetória do município e sua população.

Em 02 de janeiro de 2023, realizei entrevista com Jairton Camisolão Silva da Silva (jornalista e, na época, assessor de políticas públicas da Prefeitura), Kátia Adriane Rodrigues Ferreira (psicóloga que trabalha no município com a atendimento à população negra no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS) e Ana Müller (jornalista vinculada a Prefeitura), membros do Comitê de Saúde da População Negra em Gravataí. Eles mencionam que os recursos para a manutenção das ações no Quilombo vêm via Secretaria da Saúde. Inclusive, no começo de 2023, foi reformado o espaço da Associação de Moradores, com o intuito de receber ações sociais, reuniões comunitárias e atendimentos à saúde da população.

Figura 56 - Sede da Associação de moradores do Quilombo Manoel Barbosa



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2023).

As ações do Comitê de Saúde da População Negra se concentram, principalmente, no Quilombo Manoel Barbosa, tendo em vista seu reconhecimento enquanto comunidade remanescente quilombola. Quanto ao Quilombo Ferreira-Fialho, comunidade que busca reconhecimento desde 2007, “[...] o território ainda não foi mapeado [...], o Ferreira-Fialho não tem um território, tem algumas pessoas ainda meio dispersas tentando formar um núcleo. [...] Nada foi comprovado ainda.” (FEREIRA, 2023, inf. verb.).

O Quilombo Ferreira-Fialho, ainda não possui demarcação de terras. Na visão de Carmem Lucia dos Santos:

Ferreira-Fialho não existe. [...] meu pai conheceu o que eles falam, o Ferreira-Fialho, ele era um simples empregado dos Fonseca. [...] Mas, não tem, não tem história. Eu acho que um Quilombo tem que ter história, ter sua história, ter suas coisas, suas características, para ser bem vivo. [...] Quilombola que foi embora, nunca nasceu dentro, não tem direito de reclamar nada. Foi embora. Quem tem direito é quem vive dentro da terra, que está dentro do seu território, quem nunca saiu de dentro, esse tem o direito. Esse é o verdadeiro quilombola. Porque quando sai um rancho em Brasília, quando sai um projeto, aquele quilombola que está fora, ele exige porque ele bate no peito que é quilombola, mas ele não vem aqui. (SANTOS, 2022, inf. verb.).

Entretanto, na dissertação de Luciano Souza Costa (2007) são analisadas as histórias do Quilombo Manoel Barbosa, Ferreira-Fialho e da Anastácia. Ele menciona a narrativa de proximidade entre ancestrais das famílias, no caso dos Ferreira-Fialho, estes antepassados seriam Crispim Gomes Ferreira e José Fialho. Segundo o autor

Sabe-se que estas famílias, Fialho, Ferreira, Barbosa, Ramos, Reis, e outras compartilham uma mesma região e modo de vida há algumas gerações, nesta região entre Gravataí e Viamão. [...] José Fialho não possuía terras, mas alguns de seus descendentes sim. (COSTA, 2007, p.75).

Costa (2007) relata que, após a guerra da qual estes ancestrais teriam participado em conjunto, José Fialho passou a residir em terras próximas as de Manoel Barbosa, em direção à várzea do Rio Gravataí. E, a história deste grupo familiar estaria associada “[...] a uma família de fazendeiros chamados genericamente como “os Fonseca”. Estes “Fonsecas” constituíam um grupo familiar que veio a possuir várias fazendas independentes na região.” (p. 62). Dado que vai de encontro ao relato de Carmem.

Ainda sobre este ancestral, é mencionado que

José Fialho havia sido escravo dos pais de Otacílio Fonseca, e provavelmente havia ganho a liberdade para poder ir à guerra, substituindo algum homem branco recrutado, muito possivelmente. Então, após voltar da guerra, José Fialho retorna à região com seus companheiros, mas, ao que se saiba, e ao contrário dos demais companheiros de guerra, não adquire nem recebe terras em seu nome, apesar de ser tido como extremamente fiel e devotado aos patrões. (COSTA, 2007, p.63).

Ele seria o braço-direito do senhor de terras, mas não teria conseguido posses em seu nome, apenas a ocupação de um sítio. A relação com a família Fonseca se estendeu aos descendentes, pois “[...] vários dos filhos e netos de José Fialho foram dados para serem criados por (ou criados de) membros da família Fonseca.” (COSTA, 2007, p. 67). O autor menciona que essa relação pode ter contribuído para criar um estigma negativo sobre o grupo familiar. Diversos relatos trazidos pelo autor demonstram que em

[...] muito das situações, criadas no pós-escravidão, em que, na prática, os vínculos senhor-escravo não haviam sido rompidos totalmente, ou pelo

menos não se haviam instalado relações de trabalho inteiramente do tipo mercantil-capitalistas no trato com a mão-de-obra. (COSTA, 2007, p.72).

Essa relação de compadrio, segundo Costa (2007), também era vivida por alguns dos descendentes da comunidade Manoel Barbosa. Na entrevista com Carmem o sobrenome Fonseca também é mencionado:

[...] essa tia aqui, os outros tios, meu vô plantava muito, eles iam, pagava o vô, ela e a tia Eva, usava as malas, botava as coisas mais miúdas, tio Marino, tio Francisco e o outro botavam as coisas mais pesadas no saco. Saíam daqui de a pé, iam à Gravataí, chegavam ali na Casen [...] onde tinha o Casarão antigo, onde tem baile hoje, ali tinha uma porteira e aquela porteira era uma fazenda [...] ali abria a porteira para passar para o outro lado que era o Parque dos Anjos. Então eles iam a pé [...] eles iam lá no Casarão dos Fonseca levar as verduras, as coisas que o vô plantava. Eles iam a pé, eles eram crianças. Batiam na porta, dona Edi [dona do Casarão no período retratado] conferia as verduras, botava o dinheiro numa saquinha de açúcar e eles vinham embora. [...] Saíam daqui de madrugada para levar lá no Casarão dos Fonseca. (SANTOS, 2022, inf. verb.).

Não posso afirmar que tal narrativa se relaciona às ações de compadrio especificadas por Costa (2007), porém, o sobrenome Fonseca parece ter uma grande carga nas relações de poder ainda hoje instituídas na cidade. Afirmação que também se vincula aos históricos dos bens patrimonializados, descritos no capítulo “4 *Representações do passado*”.

Quanto à demarcação das terras, Costa (2007) menciona que parte se encontra “[...] ocupada por sítios de pessoas conhecidas e influentes de Gravataí, mas uma outra parte encontra-se até hoje não ocupada. (p. 76).” O autor elabora também um mapa, demonstrando a localização comparativa do que seriam os territórios ancestrais das famílias dos descendentes de Manuel Barbosa, Crispim Ferreira e Anastácia de Souza Reis.

Figura 57 - Mapa comparativo dos territórios Manoel Barbosa, Crispim Ferreira e Anastácia de Souza Reis



Fonte: Costa, 2007, p.79.

A temática do Quilombo do Paredão, apesar de ter sido introduzida algumas vezes, não foi desenvolvida nas entrevistas com Carmem Lucia dos Santos (2022), Maria Inês Guillox Leal (2022b, 2023), Jairton Camisolão Silva da Silva, Kátia Adriane Rodrigues Ferreira e Ana Müller (2023), posto que o discurso exaltado é de que seu território pertenceria exclusivamente à cidade de Taquara. Todavia, notícias veiculadas em setembro de 2022 (BRASIL, 2022), apontavam que parte das terras estaria no Distrito de Morungava, em Gravataí.

Além deste reconhecimento, há também a inserção do local no texto de Célia Fagundes, publicado nos *"Anais do II Simpósio Estadual de Cultura Gravataiense – Gravataí: do êxodo à composição étnica"* (1990) e na coleção *"Raízes de Gravataí"*, dentro do Tomo 1 *"Povoamento Inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão"*, no capítulo *"O quilombo do Paredão: resistência negra em Gravataí"*, de autoria do arqueólogo Cláudio Baptista Carle. Fagundes (1990) menciona que, naquela época,

moradores dos arredores, descendentes alemães e proprietários de sítios de lazer da região chamavam a localidade do Paredão de “África”, que o uso do dialeto alemão era comum e que a tradição que as famílias conservavam era a característica das populações de Guiné.

No artigo de Carle (2011), o autor aponta que os vestígios encontrados na localidade indicam “[...] a permanência de afrodescendentes naquela, desde, no mínimo, o final do século XIX, mas que apresenta um dado importante de um jornal que remota à localidade ao final do primeiro quartel do século XIX”. (p.147). Quanto à ocupação do local a partir das fugas de pessoas escravizadas em fazendas próximas à região, ele comenta que:

A afirmativa de que esses locais possibilitaram acobertar escravos em fuga está relacionada diretamente à condição física de sua inserção no terreno. O sítio do paredão apresenta hoje várias estradas que o cortam em várias direções tendo em vista a ocupação total da área por chácaras de lazer. A estrutura viária é original se componha de uma estrada que seguia contornando a moradia principal que lhe deu o nome, pelo lado Oeste, até chegar ao topo do morro tendo de fundos uma grande falésia que impede o prosseguimento do caminho. Essa falésia está voltada para nordeste, e dela é possível avistar o Rio do Sinos. (CARLE, 2011, p. 147-148).

Relembro que a travessia do Rio dos Sinos era o objetivo do grupo insurrecional formado por escravizados da Aldeia dos Anjos, em 1863. Daiane Arend Flores de Oliveira (2018), em sua dissertação, menciona a origem do nome deste quilombo:

A nomenclatura “Paredão” está relacionada ao passado, devido ao fato de que muitas famílias se estabeleceram em um local muito íngreme e de difícil acesso, cercado por paredões de pedra, que hoje pertence territorialmente ao município de Gravataí, cuja divisa atual é próxima à localização da comunidade. (OLIVEIRA, 2018, p. 56).

A pesquisadora também aponta que o local era considerado um refúgio seguro para aqueles que precisavam de abrigo, tendo em vista sua geografia. Uma das origens da população relaciona-se a pessoas escravizadas da Fazenda Fialho, pois

Conforme foram libertos, os escravizados buscavam um local que lhes parecesse um refúgio seguro, pois temiam ser recapturados. É importante mencionar que os moradores do Paredão Baixo são denominados de “Fialhos” por boa parcela da população taquarense e por alguns remanescentes quilombolas da própria comunidade, [...] (p.59).

Quanto ao reconhecimento do espaço como território remanescente quilombola, Oliveira (2018), menciona a criação da Associação de Moradores da Comunidade, denominada “Associação Comunitária Quilombola do Paredão Baixo”, registrada em 2003. Segundo reportagem veiculada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2022), atualmente o território é formado por 89 famílias.

Além destes três quilombos, há relação com o Quilombo urbano Chácara das Rosas, em Canoas, que surgiu a partir de pessoas que eram filhos de escravizadas que viviam no Barro Vermelho, em Gravataí, onde hoje fica o Quilombo Manoel Barbosa (ARISTIMUNHO, 2021). Em 2024, quando entrevistei a professora Célia Silva Jachemet, questionei-a sobre a herança negra em Gravataí, ela menciona que

Nos livros dos anais tem trabalho meu sobre os negros [...] o Seis de Maio, quilombos não tinha, naquela época não tinha ainda inaugurado, mas, o que a gente chamou naquele estudo de quilombola, porque é uma espécie de quilombo. [...] o Paredão, divisa de Taquara e o outro do Passo do Pinto [...] tinha um que não foi explorado ali que era um recanto. Por que que tem o nome de Rincão? Rincão é recanto né, um lugar de difícil acesso que as pessoas foram [...] era uma comunidade [...] Lá foi um fazendeiro que acabaram doando as terras [...] esse daqui era da família [...] quando libertou os escravos deu aquelas terras lá e eles foram se aglomerando lá, aqueles negros ali do entre o Passo do Pinto e o Morro do Tigre ali, é onde eles tinha muitos e eram remanescentes de famílias negras que foram libertas e ganharam essas terras, foram colocados lá [...] Aí eles foram e conviveram com os alemães e se deram muito bem com os alemães [...] (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

Além do bairro Rincão da Madalena, da localidade Passo do Pinto, Morro do Tigre⁵⁰ (na cidade de Glorinha), mencionados por Jachemet (2024), no documentário “Projeto Rota dos Quilombos” (2021, 5min 35s), informa que o Bairro Passo da Caveira, na parada⁵¹ 107 de Gravataí, teria sido fundado por pessoas que vieram do Barro Vermelho (Quilombo Manoel Barbosa). A partir dessa declaração, compreendo

⁵⁰ Em texto publicado nos anais do II Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataíense - Gravataí: do Êxodo à composição Étnica (1990), Célia Silva Jachemet, menciona o “Morro dos Pretos Forros”, localizado no distrito Vila Nova em Glorinha, acredito que se trate do mesmo local, cuja nomenclatura foi alterada para Morro do Tigre.

⁵¹ Nota explicativa, em Gravataí, durante muito tempo, não havia placas de identificação com os nomes das ruas, por isso, os moradores do local, costumam usar como ponto de referência geográfica as paradas de ônibus.

que, além dos espaços que conhecemos atualmente, há ainda lugares na cidade cujas histórias não foram exploradas.

6.2.2 Seis de Maio e Acadêmicos

O final do século XIX e o início do século XX são marcados por uma grande alteração nas relações de trabalho, até então, predominantes no cenário brasileiro. Pois, com o fim da escravidão, são inseridos trabalhadores livres e assalariados. O governo busca trazer imigrantes, especialmente da Europa, em uma tentativa deliberada de embranquecimento da população.

É um período em que as elites dominantes buscavam incessantemente a construção de uma identidade nacional, o que fazia com que o negro e o índio representassem um entrave ao processo civilizatório da nação brasileira, já que eram considerados "raça inferior", "cidadão de segunda categoria", respaldadas pelas teorias racistas que afloraram na Europa e que foram absorvidas pela intelectualidade brasileira [...] (ESCOBAR, 2010, p.55).

Segundo a dissertação de Nara Regina Dubois de Jesus, "*Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial*", no período colonial já existiam associações organizadas por pessoas negras que tinham atribuições culturais, religiosas, econômicas, políticas, dentre outras. Dentro de um contexto de elaboração de uma identidade nacional surgem os clubes sociais negros, especialmente no período pós-abolição,

Na sua origem, os Clubes Sociais Negros faziam aquilo que o Estado brasileiro deixava de fazer. Sendo assim, cumpriam o papel que hoje, por exemplo, cabe à Previdência Social, que é de levar renda quando os trabalhadores estiverem incapazes para o trabalho pela velhice, pela doença e, em caso de morte, assistir os dependentes. (ESCOBAR, 2010, p.59).

Jesus (2005, p.08), menciona que "A profusão de associações culturais e beneficentes negras no Brasil aconteceu durante as décadas de 1920 e 1930 do século XX, nas principais cidades e principalmente nas capitais do País.". Segundo Escobar (2010), em alguns casos os Clubes Sociais

[...] além de constituírem um local de sociabilidade e de lazer da população negra, tinham, dentre outros, um objetivo maior, que era o de angariar fundos para o pagamento da liberdade dos negros escravizados, estabelecendo uma rede de mútuo apoio entre a comunidade negra. Um destes espaços de grande importância no sul do país é a Sociedade Floresta Aurora, fundada em Porto Alegre, no ano de 1872. (p.55).

Anterior à abolição da escravidão, a Sociedade Floresta Aurora é um espaço extremamente importante para a história do Rio Grande do Sul e para a inserção de narrativas negras na historiografia oficial, sendo o clube mais antigo, em atividade, no País (ESCOBAR, 2010).

No século XX, são criados em Gravataí espaços de sociabilidade vinculados às comunidades negras da cidade, dentre eles o Clube Social Seis de Maio. Escobar (2010) menciona que os Clubes Sociais Negros se contrapõem aos clubes brancos nos quais não era permitida a entrada de pessoas negras, nem a convivência pacífica e miscigenada. Este também foi o caso em Gravataí.

Gabriela Cruz de Oliveira dos Santos (2011), cita que a comunidade negra gravataiense era proibida de frequentar os bailes e torneios de futebol organizados pela classe média da cidade na década de 1950. Sendo assim, a população tinha que se deslocar para Porto Alegre, indo as ações de sociabilidade promovidas pela Sociedade Floresta Aurora.

Fundado em 1956, a Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio, supria a demanda de espaços de sociabilidade da comunidade negra gravataiense. Segundo Santos (2011), a iniciativa começou através de um pequeno grupo de pessoas que passaram a organizar festas, surgindo a ideia de um montar um Clube Social. Carmem Lucia dos Santos, relata que:

Em "Gravataí", negro não entrava em clubes sociais, tinha os Batutas [...] e outras 3 famílias de negros em "Gravataí", eles começaram, em época de Carnaval, pegar os instrumentos e sair para a rua, aí as pessoas vinham vindo, assim surgiu o Carnaval de rua em "Gravataí", foram negros. [...] Fizeram um clube para negros [...] Tinha, mas daí eles [Seis de Maio] abrangeram e podia entrar negros e brancos. [...] Tinha os bailes de moreno [...] Tinha há pouco tempo em Cachoeira [...] no século XXI [...] aqui no Rio Grande do Sul. (SANTOS, 2022, inf. verb.).

Os bailes de morenos ainda constam na memória de moradores locais. Nesse trecho da entrevista podemos ver outro aspecto mencionado anteriormente, que é a distinção entre a cidade de Gravataí e "Gravataí", que é comumente utilizado pelos

moradores para se referir ao centro da cidade. Carmem, é nascida e criada dentro do Quilombo Manoel Barbosa, que fica na região rural da cidade, isolado de uma série de dinâmicas sociais, seja por sua localização geográfica ou pelo perfil socioeconômico da população.

Os Clubes Sociais Negros, como reforça Escobar (2010), são compostos por parte de uma elite. Sendo assim, o fato de o Clube Social Seis de Maio localizar-se no centro também dá indícios de uma possível posição de maior prestígio de seus membros dentro da sociedade gravataiense. Todavia, Escobar, menciona também que a “elite negra” que forma esses clubes

[...] em sua maioria representa a primeira geração familiar a experimentar esse grau de mobilidade social, circulando entre pessoas de nível social mais elevado, convivendo em uma nova escala de vivências, nem sempre confortáveis, decorrentes do racismo e da precariedade de laços no interior dos novos ambientes, sofrendo “resistências” nem sempre sutis, defendidas solitariamente, sob diversas estratégias. (ESCOBAR, 2010, p.47).

Sendo assim, por mais que formassem ou formem uma elite dentro da comunidade negra, ainda há uma série de conflitos. A autora nos traz uma reflexão interessante sobre essa elite negra desenvolvida após a abolição, ao citar o trabalho de Sonia Maria Giacomini (2006), e dizer que essa seria “[...] uma elite que somente se afirma na solidão, separada dos brancos por imposição destes, separada dos demais negros por exigência do próprio projeto de afirmação da distinção” (GIACOMINI, 2006, p.92-93, *apud* ESCOBAR, 2010, p.78). Há uma carga simbólica expressa até mesmo nos nomes dados aos clubes, pois

Nota-se que a maior parte deles legitimou a Princesa Isabel e prestou homenagens a ela e à data da Abolição da Escravatura, oficializada em 13 de maio de 1888, bem como à data da Lei do Ventre Livre, que deu liberdade aos filhos de escravas nascidos a partir desta data, promulgada em 28 de setembro de 1871, seguida do nome do seu proponente, o Visconde do Rio Branco. Esses espaços simbólicos e de resistência do povo negro destacavam e reconheciam em sua maioria personagens da elite branca, aqueles que os republicanos gostariam de ter apagado da memória, mas que os trabalhadores negros continuaram a “lembrar para nunca mais esquecer”, por meio da materialização destes nomes em suas edificações, e aí temos uma infinidade de Clubes Sociais Negros batizados com o nome “Princesa Isabel” [...] e “Treze de Maio”, assim como temos aqueles que lembram a queda da Monarquia, como o “15 de Novembro [...]”. (p.64).

O nome do clube negro gravataiense deve-se, em parte, pelo fato de já existirem diversos espaços denominados “13 de maio”. Apesar da origem imprecisa, Gabriela Cruz de Oliveira dos Santos (2011), menciona que, a partir de relatos, o dia 06 de maio marcaria a data em que algumas pessoas se reuniram e tiveram a ideia de criar o Clube. Segundo a historiadora:

Esse preconceito racial, por parte da sociedade branca gravataiense gerou espaço para sobrevivência cultural dos grupos negros acarretando na criação de espaços coletivos de integração social. Com isso percebe-se a formação de grupos de resistência, podendo até ser uma construção inconsciente. (p.195).

Essa resistência, observada pela autora, tornou possível sua inserção e, relativo reconhecimento do espaço, dentro do discurso autorizado do patrimônio. Maria Inês Guillox Leal (2023), relata que em 2012 o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural de Gravataí tentou tomba o espaço, contudo, a iniciativa não teve sucesso:

Não foi dada justificativa, não foi dado nem retorno. No início da tratativa foi porque era um governo transitório [...] a partir daí teria que esperar a chegada de um novo governo. Quando entrou o novo governo, que foi do Marco Alba, foi solicitado novamente, aí eles pediram que aguardasse mais um pouco e nunca mais tivemos retorno. [...] Foi iniciado e nunca teve continuação. (LEAL, 2023, inf. verb.).

Conversas informais indicam que o Clube tem interesse na patrimonialização, desde que seja reconhecido enquanto patrimônio imaterial e não tombado. Apesar dessa distinção socioeconômica associado aos clubes negros, a Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio, parece buscar se envolver em outras esferas da sociedade, desenvolvendo feiras, participando das ações promovidas pelo Quilombo Manoel Barbosa e realizando projetos culturais.

Figura 58 - Fachada do Clube Social Seis de Maio (2021)



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2021).

Dentro dessa instituição também foi criado a escola de samba Acadêmicos de Gravataí, em 1961. Rita Virginia Bittencourt (2011), autora do texto *“Vilas Santa Luiza e Oriço: berço do carnaval da Acadêmicos”*, na época presidente da escola de samba, cita que sua formação ocorreu a partir da união do cordão “Os Mais ou Menos” – integrado pelas famílias Santos (Catutas), Nascimento, Nunes e Salazar em 1950 – e “Sociedade Três de Maio”, que além de organizar festas carnavalescas, também era um grupo de futebol de várzea.

Nos anos de 1950 o carnaval de Gravataí “[...] se resumia apenas nos salões de entidades, como: Sociedade Paladino, Alvi Rubro (ambas no centro da cidade), onde por regra não era permitido a entrada de negros.” (Bittencourt, 2011, p.225). Grupos carnavalescos organizavam os *“assaltos”*, que eram visita a casas de amigos e bares na cidade, os membros colocavam fantasias e saíam chamando a população.

Em 26 de fevereiro de 1961, aniversário de Airton dos Santos – fundador e primeiro diretor da Escola –, o cordão “Os mais ou menos” e a “Sociedade Três de Maio” formaram o bloco “Acadêmicos dos Samba”. Atualmente ela desfila na série ouro de Porto Alegre, a única representante da cidade no desfile de Carnaval: “É uma das mais antigas agremiações, tendo sido fundada em 26 de fevereiro de 1961. Tem

como cores o vermelho, preto e branco e como símbolo a onça negra.” (RAYMUNDO, 2025, p.50).

Em 2016, a escola foi vice-campeã, com o enredo “Entre as Águas de parágûasu e da mirim-Gravataí é Taim” (a imagem abaixo retrata esse momento) e, em 2024 se tornou campeã do carnaval de Porto Alegre, com o enredo “A Trupe da Onça Negra Apresenta: no Palco da Fantasia Entra em Cena a Commedia Dell'Art”. Segundo dados entregues pela presidência da escola de samba, do ano de 1982 até 2022, a escola não desfilou em quatro ocasiões: 1985, em virtude do licenciamento para construção e compra da sede na Várzea; 2018, o desfile oficial foi cancelado; 2019, houve falta de recursos financeiros; 2021, por causa da pandemia do covid-19.

Até 1990 eram realizados desfiles em Gravataí, a partir daquele ano, a Acadêmicos passou a se apresentar somente no Carnaval de Porto Alegre. Todavia, desde 2024, já aconteceram diversas apresentações em eventos promovidos pela Prefeitura, além de uma exposição sobre a Escola, realizada no Quiosque de Cultura, aberta em março de 2025.

Figura 59 - Desfile da Acadêmicos de Gravataí em 2016



Fonte: Rodrigo Westeuser, 2016⁵².

⁵² WESTEUSER, Rodrigo. Acadêmicos de Gravataí é vice-campeã do carnaval 2016. In: **Giro de Gravataí**. 09 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.girodegravatai.com.br/academicos-de-gravatai-e-vice-campea-do-carnaval-2016/>>. Acesso em 25 mar. 2023.

Segundo informações do texto “*O Beco dos Catutas*”, de autoria de Carlos Alberto Nunes dos Santos e Valdete Silva Stang Vieira (2011), os Catutas eram uma família oriunda, possivelmente, da região conhecida como Passo dos Negros⁵³, em Viamão. Estabeleceram-se no centro da cidade e tinham o conjunto “Catutas Bóis”, que se apresentava nas festas de carnaval de clubes brancos da cidade. Catuta era um apelido herdado de família.

O senhor Adão Pedro dos Santos, Adão Catuta, teria comprado um terreno junto com sua irmã e ficado em dos lados da rua que leva seu nome:

A Rua Adão Pedro dos Santos, alcunha Beco dos Catutas, surgida no final dos anos setenta, talvez seja no imaginário dos moradores gravataiense mais antigos, a rua mais famosa de Gravataí. Rua pequena, como alcunha já informada, mas bem localizada vida que é uma travessa da Rua Paulino Coelho de Souza, junto ao centro de Gravataí, com não mais de vinte casas, (sendo que os “Catutas” ou comente lá da rua). Sua importância ultrapassa quaisquer parâmetros concretos, tornando-se um verdadeiro patrimônio histórico cultural da cidade. Rua tão importante que tem nome e apelido! (SANTOS; VIEIRA, 2011, p.182).

Essa família de músicos, formada por Adão e Airton (seu filho), participou da criação do Seis de Maio, da Escola de Samba Acadêmicos e do time de futebol, Acadêmicos. O “Beco dos Catutas” permeia o imaginário popular como um espaço de sociabilidade e música.

6.2.3 Conselhos Municipais e o Calendário Municipal de Eventos

Os silenciamentos e apagamentos na história e na patrimonialização, se não proposital, são fruto de um extenso processo de dominação. Há trajetórias não contadas, espaços esquecidos, formas e mecanismos de rememoração centrados em perspectivas dominantes. Parece-me que não é o passado, os fatos, artefatos, restos, que trazem pouca informação, mas, a forma como olhamos para eles.

Em Gravataí, um fato interessante e que também tem me chamado atenção são ações que valorizam a herança negra no município, mas que não são exatamente de patrimonialização. Foi observada a temática da negritude inserida em pautas do

⁵³ A estrada Passo dos Negros faz divisa com a região dos quilombos Manoel Barbosa e Anastácia, tendo seu nome alterado para Passo dos Ferreira, na parte que pertence a Gravataí. Segundo o documentário “Projeto Rota dos Quilombos” (2021), na região existia um local para compra e venda de pessoas escravizadas.

teatro, de projetos culturais desenvolvidos pela sociedade civil, na criação de conselhos municipais e inserção de datas no calendário municipal de eventos.

Há dois conceitos que são muito caros dentro desta jornada: patrimonialidade e memórias subterrâneas. Estou trabalhando dentro da perspectiva de que a patrimonialidade poderia representar a concepção de um patrimônio em potência, antes das questões legais envolvendo o termo ou do uso de discursos sobre o passado para legitimar determinadas identidades.

Quanto ao conceito de memórias subterrâneas, é interessante perceber como essa resistência memorial de grupos marginalizados e oprimidos encontra mecanismos de permanência. O registro de sua importância para a cultura deste município, especificamente, pode não estar presente em um decreto ou lei que o intitula patrimônio, mas reside em ações feitas a partir de demandas da população.

É o caso dos Conselhos Municipais do Povo de Terreiro de Gravataí (CMPTG) e de Promoção da Igualdade Racial (COMPRIR), criados por meio de demandas da sociedade civil. Também foram instituídos no calendário oficial de eventos do município três datas: Carreata de São Jorge (2018), que dentro do sincretismo religioso representa Ogum; semana do Hip-hop (2019), que já ocorria anteriormente e era organizado pela população; Cruzeirão (2020), que consiste em um encontro anual de pessoas vinculadas aos terreiros na cidade.

Através de documentos públicos, disponíveis para acesso digital por meio da Câmara de Vereadores de Gravataí, é possível constatar que desde, pelo menos, 1999 existia o Conselho Municipal dos Cultos Afroumbandistas de Gravataí (CONCAUGRA). Fato que pode ser comprovado pelo Decreto Legislativo nº 11/1999 de 14 de outubro de 1999⁵⁴, que premia esse conselho com o prêmio “Destaques da Aldeia”, na categoria “área religiosa”.

Oficialmente, em 2013, foi criado o “Santuário afro e reserva ecológica”, localizado na Rua Ricardo Bruno Albarus, dentro do Distrito Industrial da cidade, todavia, há um requerimento para a limpeza do espaço que data de 2011⁵⁵. Segundo

⁵⁴ Mais informações em: GRAVATAÍ, Decreto Legislativo nº 11, de 14 de outubro de 1999. Concede Prêmio Destaques da Aldeia. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 1999. Disponível em: <<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/decreto-legislativo-no-11-1999-244524/texto:consolidado>>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

⁵⁵ Mais informações em: GRAVATAÍ, Requerimento nº 1207/2011, de 19 de dezembro de 2011. Solicitando ao Executivo que efetue uma limpeza no Santuário Afro, junto ao Distrito Industrial, 2011. Disponível em: <<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/requerimento-no-1207-2011-160339/termo:SANTUARIO%20AFRO>>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

notícia veiculada em site oficial (GRAVATAÍ, 2013), a criação do Santuário foi uma iniciativa conjunta realizada pela Prefeitura, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU), o CONCAUGRA e a empresa Dana Indústrias Ltda (antigamente conhecida como Dana Albarus).

Em 2022, entrevistei o, na época, ex-vereador de Gravataí e funcionário da Secretaria de Governança e Comunicação Social (SGCOM), Airtón Leal, no dia 08 de novembro. Ele fez parte da criação do CMPTG, é um de seus membros, além de proponente da lei que oficializa a Carreata de São Jorge e da indicação legislativa que inseriu que o Cruzeirão integrasse o calendário municipal de eventos. Sobre a criação do Santuário Afro, Airtón comenta que:

O Santuário Afro foi o seguinte, na época, a maioria das casas fazia seu ritual, sem organização nenhuma, bem na frente do Albarus. Faziam ali porque é um lugar mais isolado, perto da mata. As religiões afro umbandistas usam muito a mata e ali seria um lugar, e a partir dali, o seu Sadi, era um dos pioneiros, ele sempre foi, e tinha mais uns dois ou três que já são falecidos [...] e o pessoal da Dana Albarus falou que ali ficava muito inconveniente ali para eles, porque entrava caminhão, saia caminhão de noite, de madrugada e aí foi falado com o poder público municipal na época que tinha aquela área ali com mata nativa e aí foi cedido pro Santuário Afro [...] tem uma nascente, é muito bonito [...] é uma reserva ecológica, não foi desmatado nada, foi feito uma escada pela Dana, pra ter outra entrada. [...] com o tempo, a pandemia, foi desleixando, colocando lixo [...] (LEAL, 2022a, inf. verb.).

Atualmente o Santuário encontra-se fechado, entretanto, esse é um elemento interessante para pensarmos na ideia da herança cultural do município. Compreendendo que, pelo menos, desde a década de 1990, já existia um conselho municipal específico para tratar de assuntos ligados às religiões de matriz africana. Identifico que essas memórias fazem parte de uma continuidade, que pode não estar nítida na patrimonialização, mas demonstra aspectos vinculados a patrimonialidade. Leal menciona que:

O Santuário Afro está desativado porque o pessoal começou a botar lixo, botar um monte de coisa lá. Atualmente, ele está interditado pela justiça porque a situação está bem deplorável. A gente está reativando agora [...] No Rio Gravataí, vai ter na orla ali, uma santa lá no Parque dos Anjos, no Caça e Pesca, nós vamos fazer também, tudo para cultivar também a religião [...] (2022a, inf. verb.).

Essa fala demonstra que há uma mobilização, provavelmente impulsionada por demandas da sociedade civil, para que esse espaço seja recuperado, bem como para a criação e identificação de outros ambientes. Todavia, em entrevista com Isab-El Cristina Soares, em 2024, ela, que além ser professora, escritora, ativista cultural, ex-funcionária da FUNDARC e do Museu, é também mãe de santo, menciona que

Uma coisa que a gente perdeu também, foi que as religiões afro ganharam um espaço [...] perto do DANA [...] antigamente, aquilo ali, é uma área lindíssima lá dentro, a gente tem tudo o que precisa ter pra religião, a gente tem água, pedra, mato. A gente tinha guarda, agora largaram aquilo lá [...] (SOARES, 2024, inf. verb.).

O senhor Airton Leal foi novamente eleito como vereador em 2024, sendo assim, espero que, como já ocorreu em outros momentos, essa seja uma demanda levantada por ele e bem recebida pela Câmara, pois, além de um espaço para manifestações religiosas o local é uma reserva ecológica. Não encontrei informações quanto ao fim do CONCAUGRA, mas, em 2016, foi criado o Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Gravataí (CMPTG), pela lei nº 3.800, de 14 de julho. Segundo essa lei:

Por povo de terreiro fica compreendido o conjunto de religiões de matriz africana e de pessoas que foram submetidas, compulsoriamente, ao processo de desterritorialização, bem como de desenraizamento material e simbólico, civilizatoriamente falando, de várias partes do continente africano, cuja visão do mundo não maniqueísta e/ou dicotomizado do e por conta do rigor teórico da oralidade, resignificaram, na dispersão pelas Américas, sua cosmovisão de forma amálgama devido aos elementos culturais invariantes, onde operaram, portanto, um "ativo interculturalismo" que se (re)territorializou geotopograficamente, sob fundamentos de xenofilia em que se consubstanciou toda uma dinâmica intercultural e transcultural e que assim o é em Gravataí e no estado do Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil. (GRAVATAÍ, 2016b, p.1).

Sendo assim, suponho que o CMPTG seja uma atualização do próprio CONCAUGRA. Quanto ao processo de criação e organização deste novo conselho, Airton Leal dá o seguinte relato:

Eu faço parte desde a fundação. [...] Ele foi fundado, legalmente, em 14 de julho de 2016, que foi promulgada a lei que dispõe sobre o Conselho. Mas, antes disso tem toda uma trajetória [...]. Esse trabalho que a gente realizou ao longo dos anos, quando comecei meu primeiro mandato em 1992 como

vereador e antes disso, faço parte da umbanda em Gravataí. E, pai Sadi de Iemanjá era um cidadão, inclusive, em memória, ele já faleceu há 4 anos atrás, ele foi um dos que idealizou o movimento da religião afro umbandista em Gravataí, no sentido de que realmente as pessoas fossem respeitar mais essa religião [...] respeitar os seus rituais, na busca de que as pessoas não desmerecessem [...] dentro de Gravataí. (LEAL, 2022a, inf. verb.).

A partir da constituição desse Conselho surgiram outras leis municipais, como a lei nº 4.104, de 09 de agosto de 2019, que estabelece procedimentos para a regulamentação do funcionamento dos Terreiros de Matriz Africana e Afro Umbandista no âmbito do Município de Gravataí. Segundo Leal (2022a), já foram cadastradas centenas de casas de religiões de matriz africana na cidade. O nome da lei é Pai Sadi, em homenagem ao pai de santo, já falecido.

Pioneira essa lei, o nome é Pai Sadi de Iemanjá em homenagem a ele, que estava conosco no gabinete até então, quando elaborada essa minuta dessa lei. Para que todas as pessoas possam cultivar dentro de sua sala, sua garagem, dentro de seu espaço, da sua casa, da sua propriedade. Cultivar sem medo de que venho uma denúncia, de que seja botado o pé na porta, que nem, muitas vezes acontecia. E, ter que parar todo o seu ritual religioso por causa de querências de A de B ou de C, em função do barulho [...] sabe-se que a sociedade ainda é muito discriminatória e discrimina muito a religião afro umbandista. (LEAL, 2022a, inf. verb.).

Airton reforça a importância da lei e da criação do próprio Conselho, enquanto mecanismo de combate e conscientização sobre a intolerância religiosa. O cadastro destes espaços é voluntário e estimasse a existência mais de mil terreiros na região:

Não é só Gravataí, tem outras cidades que tem bastante casas também, só que são discretas. Gravataí hoje está sendo uma referência dessa lei para a maioria dos municípios, para o Estado também [...] porque é uma maneira de tu ter um cadastro [...] nós não fizemos um levantamento, as pessoas vêm e procuram o Conselho para se cadastrar [...] todos que são cadastrados no Conselho participam da Conferência e participam da política. (LEAL, 2022a, inf. verb.).

Observo esse movimento – a partir de falas mais oficiais, a exemplo de Airton Leal, e de relatos pessoais de amigos e moradores da cidade – como de grande importância para a conscientização e respeito as diferentes religiosidades. Da mesma forma, contribui para uma demarcação simbólica de espaços. Acrescento a essas perspectivas o caráter patrimonial, identificando uma vontade de permanecer, de transmitir algo ao futuro.

Tanto que, em 2024, essas religiões tornam-se patrimônios imateriais do município de Gravataí, por meio da lei ordinária nº 4754, de 11 de janeiro de 2024, que declara como patrimônio cultural imaterial do município de Gravataí a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, e dá outras providências. No mesmo ano também ocorreu a instalação do monumento à Exú Bará e denominação da Rótula dos Quimbandeiros, no local onde ocorre o Cruzeirão. Isab-El menciona que “Agora colocaram um Exú [...] tem aquela praça da Bíblia, evangélicos, tem aquela santa dentro de um aquário [imagem em frente ao Museu Municipal que está em uma redoma de vidro], dos católicos, cadê o nosso povo?” (SOARES, 2024, inf. verb.). Afinal o conceito de patrimônio, entendido de forma ampla, tem que servir a população, enaltecendo sua diversidade e não apenas tentando forjar uma história única sobre o passado e uma identidade homogênea, pois esses são objetivos inalcançáveis e afastam mais do que aproximam.

Figura 60 - Estátua de Exú Bará na Rótula dos Quimbandeiros



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2025).

Quanto ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPRIR), sua lei de criação também data do ano de 2016. Segundo Jairton Camisolão Silva da Silva:

Na época eu tinha um secretário que era muito envolvido nessa história de política pública, que era o Claiton [Manfro], e a iniciativa foi dele. [...] Inclusive, foi ele que liderou essa lei que flexibiliza o funcionamento dos terreiros de matriz africana, a lei pai Sadi. (SILVA, 2023, inf. verb.).

Kátia Adriane Rodrigues Ferreira reforça que “Não tem como separar, COMPRIR, Povos de Terreiro e Saúde vão andar juntos sempre.” (FERREIRA, 2023, inf. verb.). Como dito anteriormente, essas iniciativas e ações também se relacionam ao Comitê de Saúde da População Negra que atende o Quilombo Manoel Barbosa. O COMPRIR e o Comitê – segundo entrevista com Silva, Ferreira e Muller (2023) – objetivam entender as demandas da população negra da cidade.

O COMPRIR teria um papel mais político, na perspectiva de levantar demandas legislativas, organizar reuniões com o poder executivo, mas, segundo os entrevistados, “[...] faltam pessoas [...], são sempre as mesmas poucas pessoas”. (FERREIRA, 2023, inf. verb.). O Comitê de Saúde, por sua vez, se reúne quinzenalmente:

O Comitê ainda mais com uma função técnica que é esse estudo e pesquisa, como se fosse um diagnóstico das ações, a verba está vindo e como a gente tem que usar isso. E, a gente não tem como determinar isso sem estudar a tua realidade. [...] (FERREIRA, 2023, inf. verb.).

No decorrer da entrevista, o tema das cotas raciais dentro do serviço público surgiu, sendo apontado como uma das demandas que poderia ser levantada pelo COMPRIR, pois, o município não tem previsão desta ação afirmativa para a distribuição de cargos. Kátia traz uma reflexão sobre o assunto, em relação a cidade:

A cidade como um todo, não estou dizendo partidos, estou fazendo enquanto caldo cultural, a nossa cidade ela é muito retrógrada. A gente percebe o quanto é devagar para avançar e eu não me surpreendo se essa lei [de cotas raciais para cargos públicos] tiver dificuldade de passar. [...] O racismo é bem maior do que o que se possa imaginar aqui em Gravataí, mas a gente aprendeu a calar porque é feio. É feio assumir isso, mas assim, se tu mexer [...] botar uma lei, muita gente vai se posicionar. [...] É uma das coisas que eu acho bem interessante: eu não sou racista até que eu tenha que disputar coisas. Aí eu volto de novo para a pirâmide [Pirâmide de Maslow], que é o meu emprego que tu vai pegar, o meu salário. Então nós temos que criar classes diferentes, quem é mais pessoa ou menos pessoa, aí vai entrar o critério raça cor. Quanto mais retinto menos pessoa é, porque isso está na gente ainda, vem durante muitos anos. Tu era um objeto, analisado por isso. Então, isso não vai sumir de uma hora para outra, é preciso falar sobre isso, trazer isso para a mesa e a gente assumir as dificuldades que tem [...] Concurso é isso, cota é isso. [...] É um trabalho que vai ficar em aberto, a

gente vai colocar uma sementinha. Mas a gente não vai resolver, é educação. Eu não separo, educação e saúde, para mim, andam junto [...]. Isso é algo que vai levar muitos anos ainda, isso está entranhado. E, a primeira coisa é reconhecer: a estrutura é racista. A gente tem dificuldade, por um lado de reconhecer, por outro, no Brasil é difícil ficar separando negro e não negro, mas ninguém quer ficar nesse lugar de algoz também. (FERREIRA, 2023, inf. verb.).

Quanto ao trabalho desenvolvido com o Quilombo Manoel Barbosa, Kátia reforça que:

Nosso olhar tem que abranger tudo isso, é um cesto básico, um vale transporte, é assim que tu vai mobilizar a comunidade lá. O processo a mais é a gente que quer desenvolver mais, que eles tenham consciência da identidade, que valorizem a cultura deles, os saberes deles. Mas, para eles, a urgência deles é um cesto básico, um transporte. A Associação é para fazer festa funk, beber cerveja. (FERREIRA, 2023, inf. verb.).

A partir destas afirmações, noto a discrepância de realidades sociais. A pirâmide de Maslow, citada na entrevista por Kátia Adriane Rodrigues Ferreira (2013), demonstra essas discrepâncias, que é uma das possíveis razões para o patrimônio parecer um tema distante.

Dantas (2019), descreve que a ideia da pirâmide se relaciona a teoria da motivação, elaborada pelo psicólogo estado unidense, Abraham Maslow. Na qual ele aponta as cinco escalas de necessidade humanas: fisiológica, segurança, amor, estima e autorrealização. A base aponta o nível mais essencial para a existência e, à medida em que elas são satisfeitas, pode-se avançar nas demandas. Ou seja, não há como a cultura e a patrimonialização serem importantes, se, as necessidades humanas básicas não forem atendidas primeiro.

Datas comemorativas, como a *Carreata de São Jorge* — nome dado na lei, mas que se refere ao orixá Ogum —, a *Semana do Hip-Hop* (organizada pela sociedade civil) e o *Cruzeirão* — encontro anual de pessoas ligadas aos terreiros da região —, foram incluídas por lei no calendário oficial de eventos. Tais ações podem representar pequenas vitórias ante a imposição de um patrimônio europeu em um cenário miscigenado e multicultural.

Em 2022, foi realizado o sexto encontro do *Cruzeirão*, eles ocorrem anualmente, próximo ao Distrito Industrial. São promovidos com o apoio da Prefeitura, que organiza a estrutura para o evento. Segundo Airton:

[...] o sexto Cruzeiro Municipal que vai, quem cultua essa parte da nação [...] é no Cruzeiro mesmo, na 73 [...] é aberto para todo pessoal da religião que cultua a parte mais africana mais, o povo de rua, que chama. É uma ação municipal, tem o respaldo do Município, o Conselho é municipal. (LEAL, 2022a, inf. verb.).

Figura 61 - Cruzeiro em 2022



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

O entrevistado reforçou a importância das leis e da ação de regulamentação dos terreiros municipais, posto que, influenciam na valorização de diferentes grupos culturais:

Hoje nós temos autoridade, chega qualquer autoridade dentro do teu Terreiro, está aqui teu alvará de funcionamento, está aqui tua autorização para tocar, sem problema nenhum, desde que dentro dos limites, não atrapalhando o próximo. [...] Já tem no calendário oficial de Gravataí duas atividades importantes do povo afro-umbandista de Gravataí, que é a proscrição do pai Ogum e [...] agora o nosso Cruzeiro. [...] é sempre no mês de novembro [...] São Jorge é maio [...] sempre realizado com o aval do Conselho. (LEAL, 2022a, inf. verb.).

Essas colocações demonstram a importância da participação dos Conselhos para legitimar ações e iniciativas que já aconteciam de forma orgânica. A entrevistada Kátia (FERREIRA, 2023), por exemplo, reforça que a Carreata de Ogum, apesar de ser legitimada pela lei ordinária nº 3974, de 03 de maio de 2018, ocorria desde que

ela era criança, décadas atrás, no governo de Ely Francisco Correa, que foi de 1977 até 1985. Jairton (SILVA, 2023) também menciona que o Cruzeiroã acontecia anteriormente, mas, passou a receber o apoio da Prefeitura recentemente. Airton menciona que:

[...] esses dois eventos que tem no caso, já é uma coisa que já está no calendário oficial do Município, e acho que nós podíamos fazer um trabalho assim, bem forte para que toda a casa, terreira regulamentada é uma parte cultural também. A gente cultua a religião afro umbandista, cultua a religião do negro que veio para cá para o Brasil, que foi discriminado, [...] conseguiu resistir e foi cultuado sempre. (LEAL, 2022a, inf. verb.).

Dentre questões importantes a serem debatidas, na temática da herança negra em Gravataí, duas, relacionadas ao Calendário Municipal de Eventos, parecem-me serem necessárias de ressaltar. A primeira é que apesar da Carreteada de Ogum, ser conhecida por essa denominação pela comunidade, quando foi tornada lei, o nome colocado foi São Jorge. Sabemos que, dentro do sincretismo religioso, Ogum era representado pelo santo católico.

Levanto a hipótese de que esse nome tenha sido escolhido para facilitar a inserção da data no calendário oficial de eventos da cidade. Todavia, por qual motivo, em um país laico, continuamos dando preferência para nomenclaturas que se relacionam ao catolicismo? Tratar-se-ia de um produto da colonialidade do pensamento?

Outra questão relevante é que, em 2023, o CMPC solicitou a SMCEL um calendário de eventos de Gravataí vinculados a cultura (Anexo III). No documento entregue, aparecem datas relacionadas ao tradicionalismo, espiritismo, catolicismo, porém a Carreteada de Ogum e o Cruzeiroã não constam. Demonstrando como essas religiões e a herança negra da cidade são vistos à margem, como narrativas de pequenos grupos que não estão inseridas no discurso oficial.

Entretanto, as conquistas mencionadas, demonstram um espaço que vem sendo galgado aos poucos, mas que demarca a importância dessa herança cultural no município. Percebemos também os mecanismos utilizados por essas narrativas marginais que são presentes na memória da população e aos poucos alcançam um espaço de legitimação por via legal, demonstrando, assim, os processos entre a patrimonialidade e a patrimonialização. Pierre Nora apresenta o conceito de lugares de memória, no qual explica que

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade ser ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 12-13).

Ao refletir sobre as explanações do autor, no que se refere aos *lugares de memória*, as problemáticas trazidas são similares as que apresento em relação à patrimonialização: um congelamento de narrativas de similares para similares. Nora fala que os *lugares de memória* necessitam criar formas para manter uma memória que já não está mais viva. Todavia, ele fala de um mundo europeu, que criou o conceito de patrimônio como nós o conhecemos.

Aqui, em Gravataí, no Brasil, na América Latina, não estamos articulando a mesma ideia de que Nora, possivelmente, porque nosso passado está “vivo” de alguma forma, seja nas construções narrativas que só refletem as heranças europeias; no racismo vivenciado diariamente; na não denominação de patrimônio para espaço e narrativas que, nitidamente, apresentam valores identitários. São lutas diárias, são espaços e materialidades ainda sacralizados, em uma sociedade ritualística.

Fato é que a população negra deixou suas marcas na história da cidade e está presente até os dias de hoje, sendo parte dessa comunidade, mesmo que o processo de patrimonialização de Gravataí e o discurso autorizado sobre o patrimônio não enalteçam sua participação. Amon da Costa, que é agente cultural, ex-diretor da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí (Fundarc), professor de história, pesquisador e escritor que vive em Gravataí, em entrevista realizada em 2021, relata que:

[...] para quem pensa uma identidade de Gravataí, é inegável, é também um pouco dos Açores, mas Gravataí é uma cidade muito negra. [...] Só perde para Alvorada em número de centros de umbanda, é uma cidade muito umbandista, tem uma federação umbandista em Gravataí. [...] ela é portuguesa, alemã e negra ao mesmo tempo. (COSTA, 2021a, inf._verb.).

Reforço que para ocorrer uma ativação patrimonial, nesse contexto, seria preciso começarmos também a pensar em um processo decolonial do nosso pensamento, a medida em que, enquanto agentes culturais, também fazemos parte de um discurso sobre o passado que exclui, esquece e tenta silenciar narrativas que não condigam com a imagem que se quer criar como representação.

Apesar dos medos referentes a perdas e apagamentos de diferentes narrativas, acredito que seja através de memórias subterrâneas, de narrativas conflitantes, de “pequenas” histórias, materialidades e símbolos ainda não revelados que, de algum modo, essas heranças vivem em nós. Talvez aí resida sua maior força: a capacidade da população de se reinventar. Como exemplos, destaco estas situações: ver um santo católico e colocar ali traços de suas crenças — conforme se observa na Carreata de Ogum, inserida no calendário oficial de eventos de Gravataí como sendo São Jorge; manter em funcionamento espaços como o Seis de Maio e a Capela Santa Cruz (pequena construção no centro da cidade atribuídas à população indígena e, possivelmente, negra); usar ervas e ritos de cura que aprendidos com seus avós, como insinua Costa (2007); manter sua religião e inseri-la em ações do poder público, como o Cruzeirão, o Conselho do Povo de Terreiro e recentemente a lei que patrimonializa esse aspecto da cultura gravataiense.

6.3 Agentes culturais como agentes de transformação social

Conforme apresentei ao longo dessa tese, a influência da população nas políticas patrimoniais e culturais de Gravataí sempre esteve presente. Mesmo que Jorge Rosa, Agostinho Martha e Antonio Soares da Fonseca, tenham construído as bases do que hoje vou compreender como o discurso autorizado do patrimônio, é inegável que, sem esse trabalho, dificilmente haveria tantos materiais onde eu pudesse ancorar minhas análises. E, suas iniciativas surgiram por interesses individuais, mesmo que, muitas vezes, instigada por motivos políticos.

Entre as décadas de 1980 e 1990, conforme descrevo melhor no capítulo “3.2 Políticas culturais e patrimoniais na cidade”, houve diversos movimentos realizados por associações organizadas da sociedade. Esses grupos auxiliaram na garantia de espaços públicos para a cultura da cidade, como é o caso do Quiosque da Cultura, ocupado em 1996 e aberto desde 2011, sendo entre 2018 e 2024, o único equipamento cultural – além da Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato, que

possui um outro perfil de funcionamento – que se manteve aberto e em uso constante. Algo que também está relacionado ao fato de que o local ainda tem servidores técnicos, com formação na área, contratados no tempo da FUNDARC (1994-2017), atuando e desenvolvendo projetos.

Infelizmente, outro espaço conseguido através desse movimento de grupos artísticos da cidade, o Cineteatro (1998-2009) não existe mais e o próprio Casarão dos Fonseca, também obtido através de manifestações, passou a abrigar a CAERGS. Nos primeiros anos de 2020, vi um processo parecido ocorreu com o Casarão dos Bina, que graças a denúncias, ações da sociedade civil, por meio do CMPC, foi restaurado e, até o momento, entregue para receber atividades culturais apenas de uma empresa privada, o SESC. Ressalto que uma grande diferença nesses dois processos reside no fato de que os grupos de dança tradicionalista e folclórica, angariaram verbas e restauraram o Casarão dos Fonseca para utilizá-lo, já no Casarão dos Bina foi utilizado o dinheiro público e não houve consulta à sociedade sobre seu uso.

São avanços e retrocessos, todavia, podemos ver que a comunidade, quando organizada, consegue participar desses processos e deveria poder ter uma voz ainda mais ativa dentro deles, pois quem faz um local, um patrimônio, um espaço de cultura, ser vivo e se manter, são as pessoas e a sua compreensão destes locais como extensões coletivas delas.

Dentre as ações protagonizadas pela sociedade civil, há o trabalho desenvolvido pelos centros de tradições gaúchas de Gravataí, em parceria com a Prefeitura, como o Rodeio Internacional do Mercosul, acampamento farroupilha e Carreteatas. Pelos relatos que recebi ao longo da pesquisa participante, esses eventos e outras atividades vinculadas ao tradicionalismo são fruto de iniciativas particulares, sendo assim, os grupos se organizam para programar as ações, arcar com seus custos ou buscar patrocínio. A participação do poder público seria, na maioria das vezes, referente a estrutura, como banheiros públicos, acesso à água e envolvimento nos dias de realização das ações.

Em relação ao primeiro evento, o Rodeio Internacional do Mercosul, segundo o livro de Medeiros, Medeiros e Medeiros (2021), ele é realizado na cidade desde 1995, sendo, naquele período, utilizado o Parque Municipal de Eventos (vendido em 2019), para esse fim. No ano de 2022, foi integrado ao Calendário Municipal de Eventos e já houve projetos buscando seu reconhecimento e o dos rodeios campeiros de forma

geral, enquanto patrimônio municipal, todavia, nas três ocasiões em 2022 e 2023, aconteceu o arquivamento dos processos, com a alegação de que muitas das práticas incentivam os maus tratos aos animais.

O Rodeio segue acontecendo, agora no Parque de Eventos Valecy Cabeleira Bitelo, no distrito de Morungava. Nesse mesmo local, também ocorre o acampamento farroupilha, inserido no Calendário Municipal de Eventos desde 2024. Ambas as ações são promovidas pelo CTG Aldeia dos Anjos.

Em relação as Carreteatas, elas são uma ação dos movimentos dos carreteiros, através da Associação Amigos da Carreteata, e em 2018, foi criada a Associação Amigos dos Carreteiros de Gravataí (MEDEIROS; MEDEIROS; MEDERIOS, 2021). A professora Célia Silva Jachemet, durante a entrevista que realizei, explica que

A Carreteata não é da Prefeitura, ela é um evento de comunidade, ela tem bastante tempo, iniciaram ali nos anos 80, a Prefeitura fomentou, ajudou a divulgar, sempre, apoiadores, mas é uma manifestação da comunidade. [...] A gente apoiava no sentido de divulgar. (JACHEMET, 2024b, inf. verb.)

O movimento está ligado a uma perspectiva de que as carretas simbolizam a vida no campo e, segundo Jorge Rosa (1987) ao trabalho de bravos pioneiros que “[...] saindo de madrugada com a carreta de duas ou quatro rodas puxada por duas juntas de bois, carregado normalmente de farinha de mandioca, rapadura, melado, galinhas, levando tais mercadorias à vila o ao povoado mais próximo.” (p.197). Em 2024, me fiz presente na 35ª Carreteata Estadual de Gravataí, que ocorreu entre os dias 09 e 10 de novembro, no Morro Agudo, distrito Ipiranga.

Figura 62 - 35ª Carreteata Estadual de Gravataí



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

O evento inicia com um desfile de carretas e diversas pessoas vão atrás do grupo até chegar a um local de acampamento. Pelo que pude observar, há atividades ligadas ao tradicionalismo, roupas típicas, mas, também me pareceu um momento de reencontro, de pessoas que possuem laços afetivos. As pessoas vêm de várias cidades do RS, vão para acampar no local, levam a família, seus animais, assam churrasco, bebem e conversam entre amigos. Muitos participantes vêm desde a década de 1980.

Em 2024, a Prefeitura se fazia presente, tendo auxiliado com aspectos estruturais como os banheiros e a água para o evento, além da divulgação. A SMGCC, estava em um pequeno quiosque, com uma mostra itinerante de peças do acervo museal, denominada “Museu na Mala: cotidianos”. Todavia, o evento, apesar de ser gratuito para toda a comunidade, ocorreu em uma propriedade privada, as estruturas também foram montadas a partir da verba de seus participantes, sendo uma iniciativa que ocorre em virtude da mobilização de grupos da sociedade civil.

Há também elementos que circundam os processos de patrimonialização e que, por vezes, levam até ao reconhecimento de bens. É o caso da valorização da herança de descendentes de populações africanas trazidos forçosamente ao Brasil e escravizados, que aparece em Gravataí, muitas vezes, a partir da temática das religiões de matriz africana e de leis para a regulamentação das atividades realizadas pelo povo de terreiro.

Observo as leis de criação do Santuário Afro e reserva ecológica em 2013; do Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Gravataí (2016), que antes era o Conselho Municipal dos Cultos Afroumbandistas de Gravataí (CONCAUGRA), existindo desde a década de 1990; a inserção, no calendário municipal de eventos, da Carreteada de São Jorge (Ogum), em 2018, e Cruzeirão, em 2020; a denominação da Rótula dos Quimbandeiros (2024); a instalação de uma estátua de Exú Bará (2024), enquanto questões que vem de solicitações e da vivência das comunidades locais. Pois, mesmo antes da patrimonialização da “Cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana” (2024), a população já buscava a inserção e, de certa forma, a legitimação de suas narrativas enquanto elementos a serem protegidos e preservados, não à toa, temos mais de mil centros de religião de matriz africana cadastrados na cidade.

Além das leis em esfera municipal há também as pesquisas e a identificação dos Quilombos Manoel Barbosa (2004), Ferreira-Fialho (2007) e Paredão (2022), que vem primeiramente de uma vontade da população em buscar seus direitos e de se perceberem enquanto comunidades remanescentes de quilombos. Conforme, identifiquei ao longo da pesquisa, esse ainda é um trabalho em andamento e acredito que, por meio de pesquisas e incentivo a esses grupos, poderíamos identificar ainda mais espaços no território gravataiense.

Outras ações que reforçam a importância da herança negra na cidade e vem ganhando diferentes espaços, são os projetos culturais. Menciono aqui dois documentários aprovados em esfera municipal pela Lei Aldir Blanc em 2020 que trataram sobre os quilombos: “Rota dos Quilombos” de Cecília Balsamo Etchelar e “Conexões Quilombolas” de Jhonatan Gomes. Além de entrevistas com os moradores, esses materiais propiciam a difusão de informações importantes sobre a história da região e os grupos que a compõem.

Desde 2020, um novo cenário cultural tem ganhado força na cidade, pois as leis federais de incentivo movimentaram a economia e grupos que pareciam adormecidos. Tivemos três grandes editais municipais, fomentados com recursos de políticas nacionais: Lei Aldir Blanc, em 2020; Lei Paulo Gustavo, em 2023; Política Nacional Aldir Blanc, em 2024. Cada um desses editais foi subdividido em editais menores que davam incentivo para aquisição de equipamento para grupos culturais; forneciam subsídio para a ocupação de equipamentos culturais, como o Quiosque da Cultura; incentivaram a produção audiovisual; deram recursos para que produtores

individuais desenvolvessem seus projetos nas mais variadas áreas; recentemente também identificaram os pontos de cultura, pois não havia nenhum na cidade.

Esses recursos serão fundamentais, tanto para a vida da população quanto para essa rearticulação da cultura na cidade. Além do empenho dos poucos técnicos culturais, com formação na área, que a Prefeitura dispõe em seu quadro e que foram contratados originalmente para a Fundarc, os editais foram elaborados com o auxílio do CMPC, então pude acompanhar de perto esse desenvolvimento.

Destaco o último edital, em 2024, relacionado a Política Nacional Aldir Blanc, no qual houve a premiação de 21 (vinte e um) pontos de cultura na cidade, até aquele momento, não tínhamos nenhum. Chama a atenção que seis desses ganhadores estão vinculados à grupos de hip-hop na cidade: Coletivo VZ LegitimuS; Escritório de Rimoterapia; Coletivo 51 Records; Coletivo Hip-Hop Gravataí; Coletivo HNDL; Sacramento Co.

Conforme mencionei anteriormente, em 2019, foi instituída a Semana do Hip-Hop no Calendário Municipal de Eventos de Gravataí. As ações acontecem através de articulações da sociedade civil, segundo um informativo mensal do Coletivo Hip-Hop Gravataí, desde 2011. Através dos editais de fomento a cultura esses agentes culturais, muitas vezes invisibilizados, começaram a se articular para captar recursos. Em 2024, participei de duas ações promovidas pelo movimento hip-hop em Gravataí: a Semana do Hip-hop e um dos eventos promovidos pelo projeto “Sacramento na Rua”, organizado com recursos da Lei Paulo Gustavo.

Figura 63 – Semana do Hip-hop 2024



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Figura 64 – Sacramento na Rua 2024



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Nos dois momentos, diferente dos eventos promovidos por CTGs, por exemplo, não havia nenhum representante do poder público. Ouvi relatos de que durante a pandemia de covid-19, pessoas ligadas ao movimento hip-hop, tentaram realizar ações nas praças públicas e foram reprimidas pela Prefeitura.

Em 2023, também foi relatado ao CMPC, por membros do governo, que os organizadores da Semana do Hip-hop se recusaram a usar o logo da Prefeitura no material de divulgação e que, portanto, realizariam suas ações de forma independente. Através de relatos e de experiências próprias, soube que o ocorrido teve relação com o fato de que o único incentivo dado pelo governo para a realização do evento, que faz parte de seu calendário oficial, é a divulgação e banheiros públicos. Por mais que, na ocasião, eu tenha compreendido o descontentamento dos gestores da cultura na época, devemos levar em conta que, diferente de outras ações realizadas por grupos com boas condições socioeconômicas, os membros do movimento hip-hop, costumam trabalhar em outras áreas, usar de seu tempo livre para organizar toda a logística, divulgação e materiais envolvendo as atividades. Assim, como as ações que realizei, infelizmente, apenas um apoio estrutural ou a permissão de uso de espaços públicos não é suficiente para justificar a alcunha de apoiador.

Ambos os eventos, Semana do Hip-hop e “*Sacramento na Rua*”, abordavam os pilares do movimento Hip-hop, os cinco elementos representados pelos: DJ’s, MC’s, break, grafite e consciência ou atitude. Ou seja, música, dança, arte visual e um posicionamento diante da sociedade que reflete um estilo urbano, desempenhando

papéis importantes para a identidade desse movimento. Segundo a tese de Andreia Moassab (2008), *“Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do Hip-Hop”*,

No hip-hop todas essas práticas artísticas carregam pobreza e marginalização, bem como a denúncia da violência policial e do racismo e uma mensagem de valorização e aumento da auto-estima da população das periferias, adaptando-se às especificidades de cada local [...] No Brasil é notória a semelhança do break com a roda de capoeira, inclusive nas regras e gestos de solicitação de entrada no centro da roda. (p.51)

A autora explica que o movimento surge nos EUA, a partir de um contexto de lutas pelos direitos civis dos negros na década de 1960 e intensifica-se nos anos de 1970. Nesse período, Afrika Bambaataa, Clive Campbell (DJ Kool Herc) e Grandmaster Flash fundam o movimento hip-hop. Moassab (2008) explica que:

A fragmentação urbana das cidades, a discriminação dos negros e a conseqüente noção de significado coletivo, juntamente com as Fortes lideranças da luta política dos negros nos Estados Unidos naquele período, foram definidores da construção do movimento hip-hop desde sua gênese, com forte viés identitário, de afirmação da auto-estima do negro e de renda indicação pelos direitos civis, juntamente com a sua expressão cultural e artística. (p.49)

Moassab (2008), reforça que há uma forte ligação entre a formação do movimento e as desigualdades sociais. No Brasil, o movimento surge nos anos de 1980, a partir de atividades realizadas nos metrô de São Paulo, e a gestão de Luiza Erundina do PT (1989-1993), incorpora essa faceta cultural em ações educativas nas periferias.

É interessante ressaltar que os eventos que presenciei, organizados pela comunidade gravataiense, preservam pela descentralização de suas ações, tentando atingir uma parcela da comunidade que não é, costumeiramente, contemplada com atividades culturais. Provavelmente, em virtude de todos os equipamentos culturais públicos, bem como os bem patrimonializados (com exceção da Atafona do Xará), focarem no centro da cidade. Andreia Moassab (2008, p.77) menciona que a segregação espacial vai refletir a mesma dialética do período colonial, entre senhores e escravizados, posto que

As configurações urbanas do Brasil são assentos em um forte processo de segregação espacial. Trata-se de um processo dialético no qual essa agregação voluntária de uns (dos mais ricos) provoca segregação involuntária dos outros (dos mais pobres) [...]

Em princípio os mais pobres foram afastados para as periferias para facilitar o acesso aos mais ricos há uma infraestrutura e possibilidades de deslocamento melhores. Andreia Moassab (2008) vai dizer que a “cidade” é onde estão os ricos e a “periferia” onde estão os pobres, achei essa questão muito interessante em relação ao que menciono desde o início da tese, os moradores chamam apenas o centro de Gravataí, possivelmente, porque reconhecem ali a “cidade”, um local ocupado historicamente pelas elites. Sendo assim, esse argumento reforça que a patrimonialização serve aos grupos dominantes e constrói um discurso, associado a açorianidade e tradicionalismo, para essas pessoas.

Segundo Andreia Moassab (2008, p.102), seria “Através das músicas, filmes, poesias, dança, teatro, literatura, a cultura da periferia vai espalhando o conceito de resistência, construindo a auto-estima de seus moradores, explicando os porquês de sua situação à margem da sociedade.”. Portanto, esse processo de articulação do movimento hip-hop em Gravataí, que já ocorria de forma orgânica, ganha força com as políticas culturais e tem um enorme potencial para desconstrução de alguns discursos.

O movimento hip-hop em Gravataí relaciona-se as questões levantadas anteriormente, entre patrimonialidade e patrimonialização. São um exemplo de uma manifestação orgânica da população – posto que há o relato de diversos embates com o poder público –, que se apropria dessas *memórias subterrâneas* ligadas a processos de apagamento e marginalização. Contestando a ordem vigente (levando ações culturais a zonas mais distantes do centro, realizando, muitas vezes, ações de forma autônoma) e produzindo um “ruído” no discurso oficial apresentado. Demonstrando o que seria a essência da patrimonialidade: algo com o qual as comunidades se identificam e lutam para preservar.

6.3.1 Publicações e pesquisas sobre Gravataí

Ao longo da minha pesquisa, o Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antonio Soares da Fonseca teve períodos de abertura e fechamento, mas

nunca esteve em pleno funcionamento. Entre 2020 e 2021, eu já estava envolvida com o desenvolvimento de um livro sobre a história da cidade e vi como era complicado ter acesso a informações sobre o tema. Imaginei que, através da tese, eu descobriria exposições, informações, mapeamentos, pesquisas que pudessem me auxiliar a perceber as patrimonialidades latentes. De fato, encontrei várias informações, mas, muito por meio de entrevistas, publicações acadêmicas e pelos trabalhos desenvolvidos pelos moradores da cidade.

Em Gravataí, tendo apenas uma instituição museal e poucos espaços públicos destinados a atividades culturais, identifico o trabalho desenvolvido por agentes culturais como uma manifestação de sua vontade de memória, tanto no sentido de permanência quanto na transmissão. Em relação a publicações de livros, além dos livros mais conhecidos, que já foram mencionados em relação as políticas culturais e patrimoniais em Gravataí – os anais dos simpósios estaduais de cultura gravataiense de 1987, 1988 e 1990; *“História de Gravataí”* (1987); a série *“Raízes de Gravataí”* (2011); *“Nossa terra, nossa gente”* (2022) –, temos alguns outros casos interessantes que vem de iniciativas da comunidade.

A professora Célia Silva Jachmet é uma pesquisadora muito importante sobre a história de Gravataí, está envolvida com diversos eventos e publicações sobre a temática, trabalhou no Museu Municipal Agostinho Martha, na Secretaria Municipal de Educação e participa da CAERGS. No ano de 1997 publica *“Cavalhadas: uma tradição de raiz milenar”* com Ana Zenaide Gomes Ourique, que fala sobre essa tradição nas cidades de Gravataí e Santo Antônio da Patrulha. No ano de 2002, Célia Silva Jachmet lança o livro *“Tempo de Festa: uma análise das Festas do Divino (Espírito Santo) 1859-1933 - Gravataí e Santo Antônio da Patrulha – RS”*. É uma das organizadoras da série *“Raízes de Gravataí”* (2011). No ano de 2017, ela publica *“Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí: contexto histórico (da Igreja no Período Colonial às Comunidades Eclesiais de Base)”*. Em 2021, por meio da Lei Aldir Blanc, lança a obra *“Do Índio ao Padroeiro: Gravataí, o distrito do Barnabé, o bairro São Geraldo e a paróquia Nossa Senhora das Graças, em 80 anos”*, em conjunto com Fabiano Glaeser dos Santos. A tese de doutorado em história que finalizou em 2023, tornou-se livro em 2024, *“À redescoberta das raízes: relações entre os Açores e a diáspora (Rio Grande do Sul, 1976-2016)”*, a partir da qual é possível compreender como se deu o processo de identificação e construção da açorianidade no RS e em Gravataí.

Sebastião Medeiros também é um historiador local, publicou em 2011 o livro *“Gravataí: um olhar histórico de 1732 a 2011”*, projeto em que realizou falas sobre a história da cidade para professores em uma parceria com a Prefeitura e, em 2019, *“Tópicos das Eleições do Município de Gravataí/RS”*, no qual aponta todos os prefeitos, vices e vereadores eleitos na cidade até o ano de sua publicação.

O livro *“O Golpe da Injustiça”* (2013), escrito pela ex-prefeita de Gravataí Rita Sanco, que sofreu um processo de *impeachment* em 2011, aborda um recorte temporal e temático que contribui para pensarmos a história da cidade e seus desdobramentos ainda presentes. Torna-se uma rica fonte histórica para compreendermos um pouco mais sobre os processos políticos e as transformações no município.

Entre os anos de 2013 e 2016, Denise Lopes Pacheco publicou a série de livros infantis *“Conhecendo Gravataí com Medonha”*. A escritora, já falecida, era professora, turismóloga e artista local, retratava diversas facetas da cidade, há pinturas suas sobre as Carreteadas, a antiga Prefeitura, a Igreja Matriz, entre outros. Ainda encontramos seu trabalho nas paredes internas do Quiosque da Cultura. Em seus livros ela apresentava vários pontos da cidade de Gravataí, sendo um guia para adultos e crianças. Em conjunto com seu esposo, o artista Waldemar Max, desenvolviam o projeto *“Gravataí para crianças”*, que organizava grupos escolares para conhecer a cidade. A ação era paga, mas essa era a única iniciativa, além do Museu, que realizava algum circuito cultural e turístico no município.

Em 2016, a historiadora Maria Inês Guilloux Leal publica seu trabalho de conclusão de curso *“Divino Espírito Santo: das origens açorianas à retomada da festa em Gravataí”*, no qual explica sobre a Festa do Divino que ocorre na cidade. A autora foi a última funcionária contratada para trabalhar do Museu e Arquivo Histórico da cidade, aposentou-se no final de 2023. Na obra, ela buscava retratar todas as etapas necessárias para a realização da atividade, almejando contribuir com sua permanência.

No ano de 2020 é publicada a primeira edição da obra de Wagner de Azevedo Pedroso, intitulada *“Nazário e um plano de rebelião escrava na Aldeia dos Anjos: os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo”*, baseada na dissertação de mestrado do autor, publicada em 2013. Apesar do autor não ser morador de Gravataí e de sua pesquisa ter sido realizada apenas com registros documentais, seu trabalho possui um grande potencial para a

desarticularização do discurso usual de que o período escravista não teve tanto impacto na cidade.

Em 2021, diversos livros são lançados a partir de projetos que incluíam publicações, contemplados pela Lei Aldir Blanc de 2020, em âmbito municipal e estadual. Nessa lista está o livro “*Gravataí: entre anjos e gravatás*”, realizado através de um edital estadual, vinculado à iniciativa “Projetos Culturais Irmãs TM”, do qual faço parte. A autoria é de Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, Nestor Ourique Medeiros e Helena Thomassim Medeiros, ele apresenta uma síntese de conteúdo sobre a história, geografia e manifestações culturais da cidade. Não irei adentrar muito na questão aqui, pois foco nas ações que desenvolvi ao longo dos anos no capítulo seguinte, mas esse trabalho contribui muito com a tese e inseria a questão de espaços como o Seis de Maio, a Acadêmicos e os quilombos em sua narrativa sobre o município.

O e-book “*Gravataí Histórica*”, organizada pelo grupo “*Cidade Histórica*”, composto por Tayane Pereira Silveira, Lucas Oliveira Gonçalves e Sarah Wavginiak, foi viabilizado através de edital municipal. Além do livro, a iniciativa contou com o desenvolvimento de um aplicativo sobre os pontos de interesse histórico e patrimonial. Os integrantes desses dois grupos, Projetos Culturais Irmãs TM e Cidade Histórica, também participaram juntos em ações para a celebração do Dia Estadual do Patrimônio em 2022 e 2023, promovendo um trabalho importante na cidade.

Outros lançamentos interessantes possibilitados por editais daquele período foram os livros “*O I FESTIL a gente nunca esquece*”, de Rodrigo Monteiro, que relata a 1ª Mostra de Teatro Estudantil (1994) e o 1º Festival de Teatro Estudantil de Gravataí (1996); “*O Teatro em Gravataí: cenas, registros e histórias*” de autoria de Marlise Damin e Ane Minuzzo, nos dá um panorama histórico sobre o desenvolvimento das artes cênicas na cidade, auxiliando na compreensão dessa faceta patrimonial e é uma rica fonte de informação sobre a história de Gravataí.

Seguindo essa nova onda de trabalhos, o professor de história, pesquisador e escritor, Nestor Ourique Medeiros publica o livro “*Gravataí: histórias*” em 2022. A obra apresenta as origens da cidade, traçando um panorama que vem desde o período colonial. Também contribui com relatos pessoais e bem-humorados desse servidor aposentado que vive e pesquisa sobre aspectos desta localidade há mais de 30 anos. Atualmente, o mesmo pesquisador, meu pai, trabalha em uma nova obra sobre esse

território, suas questões econômicas, políticas e sociais, que deve ser finalizado ainda em 2025.

Em 2023, é publicado o livro *“Apostolado da Oração Paróquia Nossa Senhora dos Anjos: A devoção ao Sagrado Coração de Jesus”* de Lia Mara Ciarelli, celebrando os 250 anos da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos, no qual contextualiza historicamente a cidade, focando na criação do Apostolado até a publicação da obra.

No mesmo ano, Amon da Costa, lançou o livro infantil *“A Aldeia dos Anjos: um lugar no mundo”*. O projeto foi viabilizado através de financiamento coletivo, do qual empresas e pessoas físicas fizeram parte. A publicação aborda de forma lúdica, a ocupação do território de Gravataí. Tendo como personagens: uma criança indígena; um jovem colonizador açoriano; um homem escravizado de nome Nazário que, ao fugir para a floresta torna-se uma onça negra; uma senhora de origem alemã. É interessante ressaltar que, o nome do personagem escravizado faz menção a pesquisa histórica realizada por Wagner Azevedo Pedroso (2013), que relata uma tentativa de rebelião no período escravocrata, cujo um dos homens mortos e apontados como líder seria o escravizado Nazário. A referência a onça negra, também parece ser uma menção a Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí, cujo animal símbolo é esse. Segundo reportagem de Eduarda Silva (2023), desde o lançamento da obra, o professor tem percorrido diversas escolas do município, particulares e públicas, utilizando seu livro para abordar a história de Gravataí. Apesar da ação ter como intuito a venda e a promoção de seu livro, o que caracteriza uma iniciativa particular, há uma repercussão positiva em relação a consequente educação patrimonial que é promovida. O autor é professor de história, ex-diretor da FUNDARC e agente cultural, publica constantemente informações sobre a história e curiosidades da cidade em suas redes sociais e no jornal local “Giro de Gravataí”.

Optei por manter, mesmo que possa ser cansativo ao leitor, essa listagem de publicações porque compreendo que elas tentam suprir uma lacuna na cidade, tanto informacional quanto de ações vinculadas ao patrimônio do município. Sendo assim, entendo que o protagonismo que esses autores tomam, muitas vezes, ao preservar e difundir informações, dados etc., faz com que possam contribuir para mudanças no discurso associado aos bens já patrimonializados ou dotados de patrimonialidade.

7 CONTRAPONDO O DISCURSO OFICIAL

Entre os anos em que investiguei o processo de patrimonialização em Gravataí, e até mesmo antes disso, estive envolvida com diversos projetos e iniciativas ligadas à história da cidade. Inclusive, uma de minhas motivações para o tema da tese foi um projeto cultural chamado “Gravataí: entre anjos e gravatás”.

Além do desconhecimento da população com sua história, percebi, ao longo dos anos que ficava nítida uma vontade política que cria uma narrativa sobre o passado da cidade que vai de encontro com interesses e exaltação de membros de uma “elite”. Contudo, como afirmei no subcapítulo “2.2 Metodologia”, não seria possível realizar um trabalho que vai tentar trazer uma alternativa ao discurso oficial vigente em relação ao patrimônio e não realizar ações que pudessem impactar de fato nessa realidade, pois, conforme explico em “2.1 Reflexões sobre o meu lugar na pesquisa”, eu sou de lá e as ações políticas, culturais e patrimoniais, me impactam e atravessam diariamente.

Conforme elucida Vergara (2012), em Gravataí, as famílias ricas, com grandes terras e que, muitas vezes, foram herdeiros de escravocratas, dominaram o cenário político da cidade durante vários anos. Suas representações sobre o passado foram se mesclando com o movimento tradicionalista e, acrescento que, a partir da criação da açorianidade na década de 1970, que foi reforçada pelo RS e mais ainda na cidade, também foram agrupados membros do movimento tradicionalista e da elite que já dominava a cidade política e economicamente. Aníbal Quijano (2005) menciona que o próprio processo de colonialização e colonialidade influenciaram a divisão do trabalho pois “As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho.” (p.18). Reforçando que

Desde o século XVIII, na América hispânica muito dos mestiços de espanhóis ou mulheres índias, já um estrato social extenso e importante na sociedade colonial, começaram a ocupar os mesmos ofícios e atividades que exerciam os ibéricos que não eram nobres. Em menor medida ou sobretudo em atividades de serviço ou que requeriam talentos ou habilidades especiais (música, por exemplo), também os mais “abrancados” entre os mestiços de mulheres negras e ibéricos (espanhóis ou portugueses), mas demoraram a ver legitimados seus novos papéis, já que suas mães eram escravas. A distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período colonial. (p.119)

Pedroso (2013), ao tratar de um plano insurrecional de pessoas escravizadas na Aldeia dos Anjos, durante o período colonial, vai trazer um aspecto interessante em relação as famílias que possuíam as maiores escravarias. O autor vai nos dizer que a prática da endogamia, em que pessoas aparentadas se relacionam, era comum na região, sendo que um dos objetivos era o de manter as riquezas dentro de um mesmo ciclo de pessoas. Até os dias atuais não é raro encontrar descendentes dos Vargas, Barbosa, Paim de Andrade, Ramos, Fonseca, Fialho e Corrêa de Medeiros – apontadas no relatório do Quilombo Manoel Barbosa como tendo relação com o período escravocrata – em posições de destaque dentro da cidade e no serviço público. No livro “*O Pacto da Branquitude*”, a autora, Cida Bento (2022) vai dizer que

Descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos com as populações negras, mas quase nunca se fala da herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas. (p.23).

Em 2024, frequentei diversas vezes a Câmara de Vereadores, na qual todos 21 (vinte e um) políticos eram pessoas lidas como brancas, sendo 19 (dezenove) homens cisgênero. Alguns são filhos de políticos antigos da cidade, advogados, comerciantes, empresários, havia também um policial, um bombeiro, muitos estão ou estavam no cargo há mais de uma gestão. E, com as eleições realizadas em 2024, 15 (quinze) destes vereadores se mantiveram, a maior conquista que tivemos foi conseguir eleger 01 (uma) vereadora do PT, partido que estava sem representante na Câmara desde 2017 (ano em que a FUNDARC foi extinta). Ou seja, desde o período colonial, as posições de poder continuam sendo exercidas por uma parcela específica da população. E, em Gravataí, principalmente, desde 2011, observamos a crescente votação em governantes que tem relações estreitas com a direita e foram defensores do bolsonarismo, assim como muitos dos vereadores,

Esses líderes, segundo a teoria da personalidade autoritária, são apoiados justamente porque seus seguidores identificam-se com suas ideias e comportamentos. E efetivamente representam uma parcela expressiva da população. É através desse discurso que esses políticos conseguem construir, na atualidade, o projeto nacionalista dos homens brancos, em diferentes países no mundo, inclusive no Brasil. (BENTO, 2022, p.51)

Por meio da análise das políticas culturais e patrimoniais e da atuação de grupos da sociedade civil percebo que a população busca na cultura um espaço para expressão e para a preservação das patrimonialidades. Sendo assim, quando governos de direita começam a atacar sistematicamente esse setor, como foi o caso em Gravataí, estão atacando a população que vem de um histórico de desigualdade social. Todavia, a sociedade, muitas vezes, não se percebe enquanto fruto desse sistema, não identifica suas heranças negras ou indígenas e é estimulada a abraçar uma identidade que, na realidade, reflete a vontade dos grupos que estão no poder, pois “[...] todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos.” (QUIJANO, 2005, p.130).

Sei que a ideia de retórica da perda não pode ser um argumento válido para todo o processo de pesquisa, ao mesmo tempo em que me dói de forma pessoal ver o estado de deterioração e abandono dos prédios outrora usados pelo Museu e Arquivo Histórico Municipal, Cineteatro e FUNDARC. Da mesma forma, me sinto incomodada com a ideia de uma açorianidade como regra, pois percebo como isso impacta em uma “crise identitária”, que legitima um passado e também tenta homogeneizar a identidade de uma cidade.

Stuart Hall, em seu livro “*A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*” (2006), aponta que vivenciamos nossa identidade como algo unificado, fantasiando a ideia de uma pessoa concreta, um processo acabado, entretanto

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL, 2006, p. 38-39, grifo do autor).

Deste modo, selecionamos, de forma consciente ou não, dentre esses elementos externos, aqueles que queremos que nos representem, a forma como queremos ser vistos. Enquanto sociedade compreendemos que a ideia de uma nação, que unifica essas identidades, precisaria transmitir e criar mecanismos de comunicação que corroboram com essa finalidade. Dentro da criação de um discurso oficial em Gravataí, aponto a patrimonialização, o Museu Municipal e a busca pela

açorianidade como elementos que vão tentar representar essa comunidade, buscando a assimilação de uma narrativa ,que provêm das elites, pelo povo.

No Brasil, temos alguns marcos deste processo de construção de narrativas associadas ao patrimônio, segundo Átila Bezerra Tolentino (2018), entre eles estão a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico na década de 1930, que se torna o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), em 1979. Enquanto o primeiro teria como foco a preservação material dos bens, o segundo

[...] pautava-se na ideia de referências culturais e não de patrimônio nacional, cujos projetos se baseavam no fortalecimento dos conhecimentos e referências culturais locais, com a proximidade e participação dos grupos e comunidades, em contraponto à homogeneização cultural. (TOLENTINO, 2018, p.45-46).

Segundo Tolentino (2018), no final da década de 1990 o Museu Imperial sistematiza o “Guia Básico de Educação Patrimonial”, publicado em 1999, baseado em discussões provenientes da Inglaterra, sob a alcunha de *heritage education*. O Guia apresenta algumas concepções interessantes para compreendermos o significado do termo, percebendo-o enquanto

[...] um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura , em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4, grifo dos autores).

Tolentino (2016), explica que esse material, apesar de extremamente relevante para a difusão do tema no País, apresenta uma perspectiva datada, na qual essas ações “educariam” ou “conscientizariam” as comunidades. O autor aponta que tal viés reforçaria uma percepção colonialista de cultura, pressupondo relações de poder e tensões, “A educação patrimonial é pensada a partir de um patrimônio cultural já eleito,

fetichizado, cabendo ao aluno aceitá-lo e preservá-lo, mesmo que não se identifique com esse patrimônio nem se reconheça nele.” (p.43).

Sabe-se que, em sua origem, os museus, instituições que ajudaram a estruturar o conceito de educação patrimonial, possuem uma herança relacionada aos processos de dominação e hierarquização entre os povos. Segundo Maria Cristina Bruno (2006), eles seriam também locais de esquecimento, que refletem preconceitos e dogmas.

Deste modo, compreende-se que o campo do patrimônio apresenta diversos conflitos, mas que, mesmo dentro dessas tensões a educação e a transmissão do conhecimento são essenciais para que a população possa conhecer e questionar os valores vigentes na sociedade. A cidade de Gravataí e o processo de patrimonialização implementado por suas políticas públicas são frutos dessa questão e representam dinâmicas comuns em diversas realidades do País.

Ao sintetizar alguns pontos da história de Gravataí, percebemos essa cidade enquanto um local peculiar e, ao mesmo tempo, extremamente comum, dentro da trajetória do Brasil. Segundo Antonio Gabriel Vergara (2012), o território possui uma ocupação milenar por povos originários. Os primeiros sesmeiros e pessoas escravizadas de origem africana chegaram na primeira metade do século XVIII. O Museu Municipal Agostinho Martha, teve sua sede fechada desde 2018, por riscos em sua estrutura, há uma baixa quantidade de funcionários na instituição que acumula as funções de museu, arquivo e departamento de patrimônio. Outros bens patrimoniais e culturais do município também enfrentam problemas estruturais, demonstrando a necessidade de discussões frequentes sobre o tema dentro desta comunidade, posto que

Quando a população se apropria e se reconhece nos bens culturais eleitos como representativos da nação, torna-se mais fácil atuar com políticas de preservação. Portanto, trabalhos de educação patrimonial que atuem na conscientização da população para a proteção do patrimônio são essenciais nas políticas de preservação (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 300).

Dentro deste cenário desolador e, ao mesmo tempo, comum, em tantas realidades brasileiras, nas quais o patrimônio eleito reflete as percepções históricas das classes dominantes e enfrenta-se dificuldades em preservar essas materialidades, a educação patrimonial, se mostra como uma saída viável. Contudo

“[...] a educação patrimonial, para que possa ser efetiva, implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a reflexão crítica.” (TOLENTINO, 2016, p.46).

O trabalho desenvolvido pelo poder público é fundamental para a manutenção do patrimônio e das narrativas associadas a ele. Entretanto, os problemas estruturais observados contribuem também para o aumento de uma lacuna entre a população e o reconhecimento dos bens patrimonializados, que estão, constantemente, em risco de destruição. Dentro deste contexto observo crescerem iniciativas que surgem da própria comunidade cultural, como uma espécie de resposta ao risco de perda das materialidades e esquecimento de seu passado.

Tentando trazer outras narrativas, participei de diversas ações e projetos culturais, também me inseri fortemente nas discussões do CMPC, participando do processo de transformação de uma setorial extinta à uma das mais atuantes. Percebi, ao longo destes anos de trabalho, sutis, mas significativas transformações no discurso patrimonial, ressalto pontos que julgo fundamentais: a inserção de uma personagem negra no centro da imagem de divulgação de uma Feira do Livro cuja temática era o patrimônio e história municipal; a inserção de informações sobre o Clube Negro Seis de Maio e a Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí no site municipal da Prefeitura, dentro da listagem de patrimônios, mesmo que não tenha ocorrido processo de patrimonialização; a inserção de uma roda de capoeira no evento de abertura do Cassarão dos Bina (mesmo que tenha sido após um evento para o Dia Estadual do Patrimônio desastroso em 2024)⁵⁶.

Em princípio, julguei todos esses avanços muito pequenos em meio ao turbilhão de retrocessos que vivemos em vários âmbitos de nossa sociedade. Todavia, ao ler o livro *“Decolonizando Museus”* voltei a ter esperança no meu trabalho e no que tenho desenvolvido. Por esse mesmo motivo, mudei minha abordagem inicial, que se focava em mapear patrimonialidades em Gravataí e optei por valorizar aquilo que desenvolvi, valorizar os projetos em que atuei e que antes eu via apenas como “pano de fundo” ou um recurso da pesquisa participante, hoje percebo-os como minhas

⁵⁶ Acrescento a essa lista a elaboração de uma exposição e um documentário sobre a Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio, realizados pela Prefeitura entre maio e junho de 2025, e o anúncio de que a comemoração do Dia Estadual do Patrimônio desse ano terá uma ação realizada em conjunto com o Quilombo Manuel Barbosa. Ações anunciadas e realizadas após a construção do texto avaliado pela banca examinadora, mas que certamente tem relação com todas as ações e pesquisas feitas no decorrer dessa tese.

contribuições, minhas tentativas de auxiliar de fato e não apenas falar sobre um assunto que julgo ser um problema bem mais amplo.

As dificuldades de identidade com os patrimônios instituídos, os discursos oficiais que destoam da realidade das populações, são um tema comum, mesmo que em alguns casos, para percebê-los tenhamos que realizar pesquisas mais profundas, enquanto em outros, como o de Gravataí, as tensões são aparentes. Observar essas problemáticas é apenas um primeiro passo. O que fazer após identificar o problema e como agir nessas situações não são questões simples e nem possuem um único caminho para seu enfrentamento. Sendo assim, o que exponho, não deixa de ser um relato de experiências e alternativas possíveis.

Em 2023, apresentei meu trabalho em um evento acadêmico organizado pela UFPEL, no qual meu coorientador, que estava na banca de avaliação, perguntou: “qual é o pulo do gato da tua tese? O que ela tem de contribuição?” Ele já havia me perguntado isso em diversos outros momentos e nesse dia, bem como em outros, respondi: “Não tem pulo do gato, eu sei que minha tese não vai mudar nada em minha cidade”.

Capturem esse pensamento, uma pessoa que está há anos escrevendo uma tese, sem qualquer perspectiva de mudança, essa sou eu, esse é o pessimismo implícito no meu trabalho. Mas, saibam, não estou só, milhares de pesquisadores, de agentes culturais, de seres humanos vivos, se sentem da mesma forma. Parece bobagem, mas, temo em dizer, esse sentimento também está atrelado a colonialidade. Nós, sujeitos colonializados, sem dinheiro no banco e parentes importantes⁵⁷, não temos muita ingerência sobre nossas vidas e, infelizmente, sabemos disso.

Desde que iniciei a tese optei por usar a metodologia de pesquisa participante, na qual “chafurdei na lama”, para tentar entender esses processos. Decidi que passar dias lendo livros, reportagens, analisando documentos, leis, fazendo entrevistas, não seria o suficiente e, portanto, optei por criar eventos voltados para a temática patrimonial, convidar pessoas e grupos, aprender a criar divulgações e realizar ações concretas. Para “piorar”, ainda me candidatei para o cargo de conselheira municipal, que vinha com os “maravilhosos benefícios” de ir em diversas reuniões que, muitas vezes, não levavam a nada, além dos encontros mensais com o CMPC; realizar

⁵⁷ Menção a um trecho da música “*Apenas um rapaz latino americano*”, composta pelo músico Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes, popularmente chamado apenas de Belchior, em 1976, em plena ditadura militar, que segue no imaginário nacional.

diversos trabalhos voluntários, arcando com alimentação, deslocamento etc.; ser insultada; ser ignorada; perceber que, em diversas ocasiões, os funcionários encarregados não tem formação, nem conhecimento para atuar nas áreas da cultura; ter seu trabalho desvalorizado; ser colocada em comissões para trabalhar mais e de graça; ouvir mentiras e informações destorcidas constantemente; desenvolver problemas de saúde em função do estresse; ficar tardes inteiras respondendo pessoas como se eu fosse funcionária pública; ser cobrada pelos erros do governo; ser desrespeitada por membros do poder público que acham que eu deveria trabalhar de graça para eles, porque, já que sou de esquerda, não posso ser contratada por bolsonaristas para trabalhar.

Em 2024, participei do mesmo evento que em 2023 fui questionada sobre o “pulo do gato”, mas, dessa vez, ganhei o Prêmio Destaque. Apesar da raiva e das frustrações, realizar todas as ações que descreverei a seguir me trouxe também uma certa “paz”, uma sensação – que possivelmente é ilusória – de dever cumprido. Obviamente, sei que há muito mais para se fazer, contudo, ao finalizar essa tese, crio também um registro, tanto da minha existência e participação, quanto dos problemas que estão escancarados em tantas realidades à fora. O que digo aqui pode não ser compreendido por todos, mas, escrevo na esperança de que esse material também encontre uma escuta adequada. Cansei de não ser a protagonista de minha própria história, de não valorizar meu trabalho e luta, essa tese é um reflexo de tudo isso.

Hugues de Varine, em seu livro “*Tempo Social*” (1987) vai trazer o conceito de *ação-pesquisa*, no qual atividades sociais e de militância, as ações, vem primeiro do que a pesquisa. Sendo esse “O método de pesquisa que eu utilizei durante esses anos a fim de extrair o máximo de ensinamentos de minha experiência pessoal e da dos outros, é essencialmente empírico.”, autor prossegue afirmando que “Ele se instalou, progressivamente, por acaso e de acordo com o ritmo da minha vida pessoal, militante e profissional, sendo que esses três aspectos serviram simultaneamente e conjuntamente como contribuição.” (p.23). Esse método embasado no empirismo vai trazer uma perspectiva social, considerando o fato que “[...] sabemos bem que as políticas culturais seguidas por nossos governos, nossas comunas, nossas instituições oficiais e as associações reconhecidas de interesse público, estão a serviço da elite.” (p.74) Todavia,

A revolução cultural, que é preciso fazer, não consiste uma ação de denegrir ou de recusar os prazeres estéticos da minoria provida, mas sim uma liberação da capacidade de iniciativa da maioria. [...] É mais frutuoso conquistar a iniciativa em todos os níveis de decisão: este resultado só pode ser obtido por uma atitude cultural inscrita na vida cultural. (p.74-75).

Sendo assim, observo que minha pesquisa sofreu transformações ao longo do processo de construção da tese e que a inserção de um foco maior nas ações que desenvolvi é uma forma de me inserir nessa vida cultural. Portanto, divido esse capítulo em dois momentos que ocorreram, muitas vezes, concomitantemente. Em *“Atuação no CMPC: discussões e desafios”* coloco alguns relatos relacionados ao período em que participei do CMPC, enquanto conselheira titular e depois enquanto membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho. Em *“Projetos culturais: ações de resistência”*, aponto os projetos culturais relacionados à temática de Gravataí, sua história, patrimônio etc., nos quais estive envolvida desde criança, auxiliando meus pais, e depois de 2020, enquanto agente cultural, muitas vezes, em conjunto com minha irmã, Carolina, através da iniciativa “Projetos Culturais Irmãs TM”.

Nesse capítulo demonstro também como os processos da pesquisa participante interferiram em minha análise e de que forma enfrentei os desafios que surgiram. Busco o registro dessas ações na esperança de que elas possam auxiliar em um processo maior de transformações nos discursos oficiais, que espero que seja em benefício dos moradores e da cultura de Gravataí.

7.1 Atuação no CMPC: discussões e desafios

Visando encontrar possíveis patrimonialidades fiz uso de técnicas quantitativas e de entrevistas. Todavia, muito do que eu apreendi sobre o contexto das políticas públicas relacionadas à cultura da cidade foi por meio da pesquisa participante, que divido em dois momentos: a participação em projetos culturais e o trabalho desenvolvido enquanto conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial. Neste subtítulo foco no que experienciei e observei no decorrer de minha atuação no Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Enquanto conselheira desempenhei um papel que nem sempre se relacionava às minhas compreensões patrimoniais, mas sim em uma postura que buscasse atender as demandas que me eram trazidas pelos membros da Setorial. Ao passo que, nos projetos culturais nos quais me envolvi, eu

estava respondendo por mim e minhas percepções sobre o passado, sendo assim, apresento primeiro uma leitura mais “profissional” e uma segunda “pessoal”.

Em 23 de julho de 2022, na “8ª Conferência Municipal de Cultura: Novos desafios e possibilidades para a cultura gravataiense”, me candidatei ao Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e fui eleita como conselheira titular da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial. Até aquele momento tal seguimento não estava ativado por falta de representantes, sendo assim, uma de minhas primeiras ações foi a criação de um grupo de *WhatsApp* para que os interessados na temática pudessem conversar. Convidei os membros das demais setoriais e do CMPC para entrarem e adicionei os contatos que me foram passados na Conferência.

A segunda ação desenvolvida foi, por meio de reuniões e conversas com os membros da Setorial, elencar as demandas desta área (Apêndice P), como: preocupação em relação ao estado de deterioração do patrimônio; questionamentos sobre processos de revitalização com bens tombados; dificuldade ou demora da difusão de informações. A primeira reunião deste grupo foi realizada em 11 de outubro de 2022. A partir de então, enviei diversos documentos, ofícios, e-mails⁵⁸, organizei reuniões com os membros da Setorial e com diferentes secretarias municipais. Visando possibilitar ao leitor uma dimensão maior sobre o trabalho desenvolvido, além dos relatos que selecionei, organizei breves quadros com os temas, que podem ser observadas a seguir.

Ressalto que deixei de ser conselheira da Setorial em junho de 2024, pois era o período original da gestão em que entrei e que acabou sendo prorrogada por mais um ano, algo que fui contra. Entretanto, mantive nos quadros os contatos que realizei ou com os quais estive diretamente envolvida, mesmo após esse período, com a finalidade de registrar minhas atividades e as da Setorial, pois apesar de não ser conselheira continuei auxiliando na elaboração de documentos e nas discussões realizadas. Além disso, quem assumiu o CMPC foram os meus pais, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros e Nestor Ourique Medeiros, pois não houve interessados dentre os demais membros e eles já eram participantes ativos desde o começo das discussões e ações organizadas pela Setorial.

⁵⁸ Os textos escritos para os e-mails enviados por mim, estão no “Apêndice Q” para registrar as solicitações realizadas e para o leitor ter acesso há mais detalhes do que foi discutido no período de 2022 e 2024.

Quadro 5 - E-mails enviados

E-MAILS ENVIADOS		
DATA	ASSUNTO	ENDEREÇADO
26/10/2022	Visita ao Museu Municipal Agostinho Martha	SMCEL e Museu
14/11/2022	Visita do dia 18 de novembro de 2022	CMPC
17/11/2022	RE: Contrato de Prestação de Serviços Lathu Senu e Termo Aditivo nº 06	SMCEL, Museu
28/11/2022	Reunião sobre reformas no entorno da Fonte do Forno	Museu
28/11/2022	Reformas no entorno da Fonte do Forno	SMDUR
05/12/2022	Envio de documentos ao Setorial de Patrimônio do Conselho Municipal de Política Cultural	SMCEL e CMPC
27/12/2022	RE: Melhorias e revitalização no entorno da Fonte do Forno	Gabinete do Prefeito
14/02/2023	RE: Envio de documentos ao Setorial de Patrimônio do Conselho Municipal de Política Cultural	SMCEL, Museu e CMPC
22/03/2023	Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (Pintura no prédio da Prefeitura)	CMPC
26/04/2023	Ação em comemoração ao Dia dos Museus de 2023	SMCEL, SMED, SEDAC, 28º CRE, COREM 3R e CMPC
02/05/2023	Tráfego de veículos pesados em frente ao Museu	SMCEL e Museu
12/05/2023	Propostas da Setorial de Patrimônio para Revitalização da Fonte do Forno (Solicitação de reunião sobre a Fonte do Forno)	SMCEL, Museu e CMPC
05/06/2023	ENC: Propostas da Setorial de Patrimônio para Revitalização da Fonte do Forno	SMCEL, SMSU e CMPC

	(Documento sobre a revitalização da Fonte do Forno)	
09/06/2023	Dúvidas em relação ao Projeto Novo Centro	CMPC
19/06/2023	Informações sobre o acervo do Museu	Museu e CMPC
04/07/2023	Dia Estadual do Patrimônio	SMCEL, SMED, 28º CRE, SMDet, CMPC e CAERGS
11/08/2023	RE: Dia Estadual do Patrimônio (Cards do Dia Estadual do Patrimônio)	SMCEL, SMED, SMDet, CMPC e CAERGS
21/08/2023	Registros da 2ª Caminhada Cultural: centro de Gravataí	SMCEL, Museu, SMED, SMDet, CAERGS, CMPC, SPMG e Seis de Maio
15/09/2023	Sugestões sobre a Proposta de Restauração do Museu Municipal Agostinho Martha	SMCEL, CMPC, Museu
01/11/2023	Prédio da Casa dos Sonhos - Antiga Casa Paroquial	CMPC
01/11/2023	Atualização das legislações sobre o patrimônio da cidade	CMPC
01/11/2023	Sugestão de uso para o antigo prédio da Prefeitura	CMPC, SMCEL, Museu
20/11/2023	Informações sobre processos de patrimonialização em Gravataí	Museu
22/11/2023	Informações sobre a questão do inventário e patrimonializações em Gravataí	CMPC, SMCEL, Museu
30/11/2023	Preservação da faixa de concreto histórica na 72	CMPC, SMCEL, Museu
07/02/2024	Comissões do Patrimônio	CMPC
07/02/2024	Deliberações da Setorial do Patrimônio Material e Imaterial 06/02/2024	CMPC

16/05/2024	Relatório sobre o patrimônio em risco do Museu Municipal Agostinho Martha	CMPC
23/05/2024	Reunião entre a Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC e a SMGCC sobre os riscos ao patrimônio de Gravataí	SMGCC, CMPC
05/06/2024	Devolutivas da reunião da Setorial do Patrimônio com a SMGCC	SMGCC, CMPC
05/06/2024	Solicitação de ofícios	SMGCC, CMPC
05/06/2024	Projeto de Lei 128/2021	Vereador Thiago De Leon, SMGCC, CMPC
13/06/2024	Medidas emergenciais para a preservação do prédio do Museu Municipal Agostinho Martha	SMGCC, CMPC, Museu
19/06/2024	Relato da visita ao Casarão dos Bina em 18 de junho de 2024	CMPC, SMGCC, Museu
19/06/2024	Saída do CMPC	CMPC
16/07/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Projetos sobre Patrimônio de Gravataí	CMPC
21/08/2024	Dia Estadual do Patrimônio de 2024	Museu, CMPC
29/08/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Solicitação de ofício	CMPC
03/09/2024	RE: Informações sobre o acervo do Museu	Museu
04/09/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Carta Aberta de solicitação de emendas e informações sobre os Projetos de Lei 54/2024 e 55/2024	Vereadores da gestão 2020-2024
07/09/2024	RE: Informações sobre o acervo do Museu	Museu
09/10/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Liberação de novos empreendimentos	CMPC

09/10/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Casarão dos Bina	CMPC
09/10/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Licenciamento ambiental	CMPC, SMDet, SMGCC, SEMA
05/12/2024	Listagem de e-mails e documentos elaborados pela Setorial de Patrimônio entre 2022 e 2024	SMGCC, Museu, CMPC
09/12/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Projetos sobre Patrimônios de natureza material e imaterial	CMPC
11/12/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial de Gravataí	CMPC
11/12/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: SUGESTÃO DE COMPETÊNCIAS DA NOVA SMC	SMGCC
12/12/2024	E-mail enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: SUGESTÃO DE COMPETÊNCIAS DA NOVA SMC	CMPC
17/12/2024	Patrimônio Arqueológico	Museu
19/12/2024	Registro de problemas no grupo "Cultura de Gravataí"	SMGCC, Museu, CMPC
20/12/2024	RE: Patrimônio Arqueológico	Museu
20/12/2024	RE: Registro de problemas no grupo "Cultura de Gravataí"	Museu

Fonte: Dados do autor.

Quadro 6 - Documentos e ofícios enviados

DOCUMENTOS E OFÍCIOS		
DATA	ASSUNTO	ENDEREÇADO
26/10/2022	Ofício a SMCEL para visitar o Museu, nº19/22	SMCEL
28/11/2022	Ofício a SMDUR sobre a Fonte do Forno, nº20/22	SMDUR
06/12/2022	Documentos com as “Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC”	SMCEL
27/03/2023	Ofício a SMCEL sobre a pintura na Prefeitura, nº03/23	SMCEL
28/03/2023	Ofício a SMSU sobre a pintura na Prefeitura, nº04/23	SMSU
05/06/2023	Documento de revitalização da Fonte do Forno	SMSU, SMCEL
21/06/2023	Ofício a SMCEL sobre as praças, nº07/23	SMCEL
21/08/2023	Relato sobre a 2º Caminhada Cultural	SMCEL, Museu, SMED, SMDet, CAERGS, CMPC, SPMG e Seis de Maio
05/09/2023	Sugestão de uso do prédio da Prefeitura	CMPC
15/09/2023	Sugestões sobre a Proposta de Restauração do Museu Municipal Agostinho Martha	SMCEL, CMPC, Museu
07/02/2024	Comissão de Patrimônio	CMPC
15/04/2024	Anotações sobre a reunião da Comissão de Organização da 35ª Feira do Livro de Gravataí, realizada em 12 de abril de 2024	Comissão de Organização da 35ª Feira do Livro de Gravataí e CMPC
03/05/2024	Programação do “Painel sobre Patrimônio” para a 35ª Feira do Livro de Gravataí	Comissão de Organização da 35ª Feira do Livro de Gravataí, CMPC,

		participantes do Painel sobre Patrimônio
16/05/2024	Relatório "Patrimônio em risco: Museu Municipal Agostinho Martha"	CMPC, SMGCC e Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC
23/05/2024	Reenvio de documentos devido a troca de secretarias: 1. Ofício a SMCEL para visitar o Museu, nº19/22 - entregue em 26/10/2022 2. Pauta da reunião com a equipe do Museu Municipal e SMCEL - 08/11/2022 3. Ofício a SMDUR sobre a Fonte do Forno, nº20/22 - entregue em 28/11/2022 4. Documentos com as "Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC" - entregue em 06/12/2022 5. Ofício a SMCEL sobre a pintura na Prefeitura, nº03/23 - entregue em 27/03/2023 6. Ofício a SMSU sobre a pintura na Prefeitura, nº04/23 - entregue em 28/03/2023 7. Documento de revitalização da Fonte do Forno - entregue em 05/06/2023 8. Ofício a SMCEL sobre as praças, nº07/23 - entregue em 21/06/2023 9. Sugestão de uso do prédio da Prefeitura - 05/09/2023	SMGCC e CMPC

	10. Sugestões sobre a Proposta de Restauração do Museu Municipal Agostinho Martha -15/09/2023 11. Relatório "Patrimônio em risco: Museu Municipal Agostinho Martha" - 16/05/2024	
14/06/2024	Programação do "Painel sobre Patrimônio Histórico Material e Imaterial de Gravataí" para a 35ª Feira do Livro de Gravataí	Comissão de Organização da 35ª Feira do Livro de Gravataí e CMPC e grupo do Painel
19/06/2024	Relato da visita ao Casarão dos Bina em 18 de junho de 2024	CMPC, SMGCC, Museu e Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC
19/06/2024	Ata da reunião da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC de 13 de março de 2024	CMPC
21/08/2024	Relato sobre o Dia Estadual do Patrimônio de 2024. Envio dos seguintes documentos: 1. Reunião da Feira do Livro de Gravataí - 12/04/2024 2. Distribuição do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás" 3. Termo de recebimento do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás" assinado pela SMED 4. Pedido para distribuição do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás", de carta de anuência assinada pela SMED 5. Comissão de patrimônio	Museu e CMPC

	6. Dia Estadual do Patrimônio de 2024	
29/08/2024	Documento enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, pedindo a elaboração de ofício referente ao Projeto de Lei 54/2024 que autoriza o Poder Executivo à alienação de bens imóveis municipais próprios e de suas autarquias por meio de permuta por outros imóveis, por área construída, e ou via permuta por bens ou serviços.	CMPC
04/09/2024	Documento enviado pela conselheira Marlí Aparecida Thomassim Medeiros: Carta Aberta de solicitação de emendas e informações sobre os Projetos de Lei 54/2024 e 55/2024	Vereadores da gestão 2020-2024
11/12/2024	Documento com as "Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC)"	CMPC
19/12/2024	Documento com o registro de problemas no grupo "Cultura de Gravataí"	SMGCC, Museu, CMPC

Fonte: Dados do autor.

Quadro 7 -Reuniões da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC

REUNIÕES DA SETORIAL DE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO CMPC	
DATA	PAUTAS
11/10/2022	Primeira Reunião da Setorial
13/12/2022	- Organização de um calendário de eventos vinculados ao patrimônio de Gravataí; - Ideias de eventos para 2023; - Iniciativas em prol do patrimônio da cidade; - Informes sobre as reuniões realizadas em 07/12/22 com o Secretário Leandro da SMCEL e em 13/12/22 com o Secretário Paulo da SMSU.
15/03/2023	- Informes da reunião de março do CMPC; - Preocupações com o patrimônio da cidade e propostas do grupo.

27/04/2023	- Reunião para discutir as propostas de revitalização da Fonte do Forno e fazer as combinações para a construção de um documento coletivo.
13/06/2023	- Informes sobre as últimas reuniões do CMPC; - Combinações para a apresentação das propostas de revitalização da Fonte do Forno; - Projetos pendentes e demandas da Setorial.
14/09/2023	- 2º Caminhada Cultural pelo centro de Gravataí; - Possibilidades de ocupação do prédio da Prefeitura; - Projeto de restauração do Sobrado do Museu Municipal.
06/02/2024	- Retornos da reunião de 05/02/2024 do CMPC; - Demandas da Setorial de Patrimônio; - Processo de esvaziamento do Museu.
13/03/2024	- Retornos da reunião de 11/03/2024 do CMPC; - Indicação de conselheiros para assumir a Setorial de Patrimônio Material e Imaterial entre 2024 e 2025.
29/08/2024	Projeto de lei do executivo 54/2024, que autoriza o Poder Executivo à alienação de bens imóveis municipais próprios e de suas autarquias por meio de permuta por outros imóveis, por área construída, e ou via permuta por bens ou serviços

Fonte: Dados do autor.

Quadro 8 - Reuniões da Setorial com outras Secretarias

REUNIÕES COM AS SECRETARIAS		
DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
08/11/2022	Reunião com a equipe do Museu Municipal e SMCEL	Museu, SMCEL e Setorial de Patrimônio
06/12/2022	Entrega das demandas da Setorial à SMCEL	CMPC e SMCEL
12/12/2022	Reunião sobre a Fonte do Forno	SMSU, SMCEL e Setorial de Patrimônio
25/04/2023	Reunião sobre a Fonte do Forno	Prefeito, SMSU, SMCEL, CMPC e Setorial de Patrimônio

14/07/2023	Reunião sobre o Dia do Patrimônio	SMCEL e Setorial de Patrimônio
18/08/2023	Reunião com a SMCEL e SMSU (Fonte do Forno)	SMCEL, SMSU e Setorial de Patrimônio
05/09/2023	Reunião sobre os da Prefeitura	CMPC – Conselheiros civis
13/09/2023	Reunião sobre o projeto de revitalização do Museu	SMCEL e Setorial de Patrimônio
12/04/2024	Reunião da Comissão de Organização da 35ª Feira do Livro de Gravataí	Comissão de Organização da 35ª Feira do Livro de Gravataí e representação do CMPC
26/04/2024	Reunião da Comissão de Organização da 35ª Feira do Livro de Gravataí	Comissão de Organização da 35ª Feira do Livro de Gravataí e representação do CMPC
04/06/2024	Reunião sobre os riscos ao patrimônio. Pauta: • Obras na sede do Museu; • Reformas na antiga Prefeitura; • Acervo do Museu; • Legislação sobre o patrimônio na cidade; • Contratação de uma equipe para o Museu e Arquivo; • Medidas emergenciais para evitar maiores danos ao patrimônio.	SMGCC e Setorial do Patrimônio

Fonte: Dados do autor.

Os quadros revelam os temas e as ações organizadas. Podemos perceber que a preocupação com os bens patrimonializados aparece com certa frequência. Em especial em relação ao Casarão dos Bina, o sobrado do Museu e a Fonte de Forno. Contudo, tentei também fazer com que a Setorial tivesse um viés ativo e propositivo em relação a essas questões.

Uma das primeiras preocupações elencadas pelos membros da Setorial, foi em relação ao prédio do Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antonio Soares da Fonseca, que está fechado desde 2018. Sendo assim, em 08 de novembro de 2022, agendei uma reunião com a SMCEL, a equipe do Museu e a Setorial. Em busca de informações sobre seu estado de conservação, esse grupo solicitou a realização de visitas ao local, as quais foram negadas, em virtude dos perigos de desabamento.

Figura 65 - Museu e Arquivo Histórico Municipal



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Em 2023, fiz solicitações para a suspensão do tráfego de veículos pesados em frente ao prédio do Museu, algo que, segundo o conselheiro suplente da Setorial na época, Waldemar Max, já foi pedido em diversas oportunidades no passado. Todavia, tendo em vista que ruas do centro tiveram seus sentidos modificados em virtude das obras do projeto “Novo Centro”, acreditava que essa vez poderia ser diferente. Tais medidas não foram tomadas, mesmo com os perigos que representam para a preservação da edificação mais antiga da cidade, que já está fechada por problemas estruturais.

No dia 13 de setembro de 2023 alguns membros da Setorial foram em uma reunião com a equipe da SMCEL, na qual fomos apresentados à algumas projeções de como ficaria o prédio do Museu, após reformas. Dois dias depois (prazo dado pela

Secretaria), enviamos as Sugestões sobre a Proposta de Restauração do Museu Municipal Agostinho Martha à SMCEL, CMPC e Museu, que podem ser vistas integralmente no “Anexo IV - Sugestões sobre a Proposta de Restauração do Museu Municipal Agostinho Martha”.

Em virtude das enchentes que abalaram o Rio Grande do Sul em 2024, foi solicitado aos conselheiros do CMPC que escrevessem relatórios sobre os danos causados, algo minimamente estranho, pois não somos técnicos contratados ou funcionários da Prefeitura. Mesmo assim, escrevi um documento sobre o prédio do Museu e Arquivo, que pode ser lido integralmente no Apêndice R, que foi enviado em 16 de maio de 2024 para o CMPC, a SMGCC, o Museu e os membros da Setorial, intitulado “Patrimônio em risco: Museu Municipal Agostinho Martha”, na qual coloco que os danos da estrutura não são fruto das chuvas, mas da negligência do poder público com esses bens.

Em 2024, ano de eleição municipal, foi apresentado um projeto de restauração do espaço, mas ainda não há qualquer sinal de início das obras e as únicas “precauções” para evitar os desabamentos de um dos prédios mais antigos da cidade, são escoras de madeira (colocadas após denúncias feitas pelo ex-vereador Paulo Silveira em 2023) e uma lona no telhado em função de buracos. No período em que a foto acima foi tirada, essa cobertura havia caído em virtude de ventos, algo que aconteceu diversas vezes e medidas de reparos eram constantemente cobradas pelos membros da Setorial. Também podemos observar as diversas rachaduras que se espalham.

Atendendo aos pedidos da Setorial, em 2022 entrei em contato e 2023 novamente, junto à SMCEL, em busca de dados sobre as obras do Casarão dos Bina e do Museu, incluindo laudos técnicos para saber o estado de deterioração das materialidades e estudar formas de contribuir com sua conservação. Porém, o único documento recebido foi o da instituição museal, que apenas informava que a Defesa Civil havia interditado o local e era assinado por um oficial da Guarda Municipal.

O Casarão dos Bina, após denúncias do ex-vereador Paulo Silveira, teve início de suas obras de revitalização em 2023, que foram entregues em 2024, com diversos eventos para comemorar, incluindo inauguração, realização de ações do Dia Estadual do Patrimônio (o primeiro promovido pela Prefeitura que eu tive notícias) e uma nova inauguração com o SESC. No “Apêndice S - Relato da visita ao Casarão dos Bina em 18 de junho de 2024” apresento um documento enviado ao CMPC, SMGCC, Museu

e membros da Setorial em 19 de junho de 2024, antes da conclusão das obras, que ocorreu em novembro.

Figura 66 - Casarão dos Bina em 2021



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique. (2021).

Figura 67 - Casarão dos Bina 2024



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique. (2024).

Em 2023, creio que com o intuito de apaziguar os agentes culturais locais que questionavam a falta de espaços para a cultura na cidade, tendo em vista que, naquele período havia apenas a Biblioteca e o Quiosque da Cultura – que ainda passava por reivindicações da Guarda Municipal para seu uso –, o governo disse que o Casarão dos Bina seria destinado a cultura. Após o processo de revitalização realizado com dinheiro público o espaço foi cedido para abrigar oficinas do SESC e ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Bem-Estar Animal (SEMA) posto que originalmente o local já havia sido designado para a extinta Fundação Municipal do Meio Ambiente (FMMA).

Sendo assim, a maioria das salas já está ocupada, sem que os agentes culturais locais possam fazer uso, até o momento. A notícia de oficinas gratuitas do SESC no local é veiculada pela Prefeitura de forma positiva, contudo, a ação não foi discutida pelo CMPC, que ficou sabendo do convenio por meio da divulgação da empresa que coloca matérias no mínimo de dúvida entendimento como “Inaugurada a Casa Arte Sesc de Gravataí”⁵⁹, podendo levar à compreensão errônea de que aquele não é um espaço público e sim mais um local do SESC.

No final de 2022, membros da Setorial observaram obras próximas à Fonte do Forno, que é um bem tombado, e pareciam preocupados com sua preservação. Rumores sobre uma possível revitalização do local surgiram. Recebi, inclusive, a imagem de escadarias com azulejos em estilo açoriano que seriam pensadas para a área. Contudo, nenhuma notificação havia chegado ao Conselho, que deveria ser consultivo, especialmente em questões relacionadas a cultura e patrimônio da cidade.

⁵⁹ Mais informações em: INAUGURADA a Casa Arte Sesc de Gravataí: Espaço no “Casarão dos Bina” oferecerá formações artísticas gratuitas a crianças e adolescentes. In: **SESC**, 28 novembro 2024. Disponível em <<https://www.sesc-rs.com.br/noticias/inaugurada-casa-arte-sesc-de-gravatai/>>. Acesso em 15 jan. 2025.

Figura 68 - Escadas próximas à Fonte do Forno



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2023).

Deste modo, busquei contato com o coordenador do Museu, na época, para falar sobre a Fonte do Forno, ele me orientou a pedir informações para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDUR), com a qual fiz contato em 28 de novembro. Todavia, a Secretaria de Serviços Urbanos (SMSU) era quem realizava as obras, tivemos a primeira reunião sobre o tema em 12 de dezembro de 2022. Houve mais duas reuniões sobre o assunto, nas quais nenhum projeto foi apresentado.

Em 24 de abril de 2023, o então presidente do CMPC solicitou minha presença no Gabinete do Prefeito, para uma reunião a ser realizada no dia seguinte, em 25 de abril. Nada havia sido mencionado para mim antes desse contato, mas, pareceu-me que já haviam tido conversas internas. Para a ocasião, convidei a arquiteta Sarah, membro da Setorial, para ir comigo. Neste segundo encontro para tratar sobre o tema estavam presentes o Prefeito, representantes do CMPC, da SMCEL e SMSU. Foi solicitado aos membros da Setorial de Patrimônio que fizessem propostas para as supostas obras de revitalização (Anexo III), sem que nada nos fosse mostrado, também nos deram um prazo de alguns dias para tal. Esse trabalho foi feito em parceria com diversos membros da Setorial e enviado em 12 de maio de 2023. Para sua realização também buscamos ouvir os funcionários do Museu, que há anos já desenvolviam projetos sobre o tema.

A reunião subsequente sobre as obras no entorno da Fonte do Forno aconteceu em 18 de agosto de 2023, com a presença de representantes da Setorial, da SMCEL e da SMSU. Na ocasião informaram que as questões apontadas necessitariam de projetos de engenharia e que nossas sugestões eram demasiadas. Ou seja, não

recebemos informações, realizamos trabalhos que não eram de nossa competência em prazos curtos, passamos por meses de espera entre as reuniões e, até o momento, nada foi feito. Segundo rumores, as obras iniciadas em 2022 eram fruto da vontade do então Secretário da SMSU, com a troca do mesmo no primeiro semestre de 2023 (em decorrência da ruptura política entre o atual prefeito e seu antecessor), tais iniciativas começaram a ser revistas e pelo que percebi, nesse caso, foram “arquivadas”.

Mas, a questão da Fonte do Forno é apenas uma das testemunhadas no decorrer de minha presença no CMPC. Outro destes relacionou-se a pinturas realizadas na fachada da Prefeitura sem autorização ou conhecimento do Departamento do Patrimônio Cultural e Natural. A fim de sanar os questionamentos que a sociedade vinha me dirigindo, escrevi um Ofício, enviado em 28 de março de 2023. Apesar de não ter obtido retorno, ouvi rumores de que houve denúncias e o governo recebeu uma multa pela obra em local tombado sem estudo prévio, mas não encontrei nada que pudesse corroborar com essa informação e a pintura continua na parede.

Figura 69 - Pintura na fachada da Prefeitura



Fonte: Denúncia de número desconhecido em grupo de patrimônio (2023).

A partir da segunda presidência do CMPC, que assumiu em março de 2023, eu não podia mais encaminhar diretamente ofícios. Sendo assim, os processos de pedido de informação precisavam ser encaminhados a partir do aval da diretoria, então não tenho absoluta certeza de que todas essas questões tiveram atenção devida. Principalmente as em relação as obras do Novo Centro, que descaracterizaram praças históricas da cidade e nunca saberemos se houve algum estudo arqueológico anterior a destruição que foi realizada.

Figura 70 - Obras nas praças centrais para a Rua Coberta



Fonte: MEDEIROS, Nestor Ourique (2023).

Figura 71 - Placa de autorização das obras



Fonte: MEDEIROS, Marli Aparecida Thomassim (2023).

Conforme dito anteriormente, em e-mail enviado em 09 de junho de 2023 ao CMPC, pedimos que o Conselho encaminhasse um ofício solicitando informações sobre as pesquisas realizadas para as obras, tendo em vista o potencial arqueológico

da localidade, em frente à Igreja Matriz, ao Colégio Dom Feliciano, a antiga Casa Paroquial, na qual ficava o primeiro cemitério, e a antiga Prefeitura. Nunca tivemos o devido retorno sobre o tema e as obras finalizaram no meio do ano de 2024. Foi construído um empreendimento privado denominado Rua Coberta, todavia, a construção feita em espaço público, fica fechada fora de seu horário de funcionamento e assemelha-se a uma praça de alimentação com algumas lojas a céu aberto.

Ainda em relação ao impacto das obras, no primeiro semestre de 2023, uma árvore plantada em 1927 na, atual Praça Dom Feliciano, uma das atingidas pela reforma no centro, foi retirada de um dia para o outro, deixando apenas a placa de menção ao seu plantio. Segundo relatos, a árvore estaria comprometida, todavia, a placa também não está mais no local, que agora é ocupada pela Rua Coberta.

Figura 72 - Placa de identificação do carvalho



Fonte: MEDEIROS, Marli Aparecida Thomassim (2023).

Figura 73 - Retirada de árvore da Praça Dom Feliciano



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2023).

A coordenação do Museu Municipal foi alterada entre o primeiro e segundo semestre de 2023, em junho do mesmo ano, entrei em contato buscando informações sobre o acervo da instituição, que foi distribuído em diversos espaços públicos e sobre o qual recebi denúncias. Em 19 de junho de 2023 enviei um e-mail questionando as medidas tomadas em relação a conservação dos bens danificados que estavam localizados na Câmara dos Vereadores e no Casarão dos Bina. Levei a questão em reuniões do Conselho e, o que informaram é que os bens localizados no Casarão foram colocados em um pequeno quiosque com piso de alvenaria e telhado.

Figura 74 - Acervo do Museu Municipal na Câmara de Vereadores



Fonte: Denúncia de número desconhecido em grupo de patrimônio (2023).

Figura 75 - Acervo do Museu Municipal no Casarão dos Bina



Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio em março de 2023.

No mesmo ano, 2023, foi anunciado que a Prefeitura seria transferida para os prédios da sede da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). A edificação na qual ficava a antiga Prefeitura, que é tombada desde 2005, estava com sérios problemas no telhado e – como uma espécie de compensação pelos equipamentos culturais

fechados, pelas ameaças constantes de fechamento de outros e pela inexistência de um órgão gestor específico da cultura – o local seria da cultura. Sendo assim, em 05 de setembro de 2023, conselheiros da sociedade civil se reuniram para conversar sobre as possibilidades de uso. Eu levei um documento com sugestões, que foi entregue na ocasião, apresentado ao então secretário da SMCEL e enviado novamente em 01 de novembro de 2023 para o CMPC, SMCEL e Museu, que podem ser vistos no “Apêndice T - Sugestão de uso do prédio da Prefeitura”. Após reformas durante o período de 2023 e 2024, em 2025, a cidade recebeu uma Casa de Cultura, inaugurada no final de 2024.

Em 2024, devido a aposentadoria da única funcionária concursada para atuar no Museu Municipal, um professor de História foi designado como Chefe de Setor (Museu Municipal) da SMGCC pela Portaria 3786/2024, de 10 de junho de 2024 (GRAVATAÍ, 2024). Ele realizou uma exposição virtual para comemorar os 50 anos da instituição, a primeira ação em comemoração ao Dia Estadual do Patrimônio feita pela Prefeitura, deu continuidade ao “Circuito Cultural” – projeto que é realizado desde 1987 –, organizou também a iniciativa “Museu na Mala: Cotidianos”, onde peças do acervo eram expostas de forma itinerante em eventos e escolas, dentro de uma mala, incluindo uma das igaçabas indígenas, algo sobre o qual alertei dos riscos ao servidor em e-mails enviados em 17 e 20 de dezembro de 2024.

Figura 76- Exibição itinerante "Museu na Mala: Cotidianos"



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Figura 77 - Detalhe do acervo, à direita içaçaba indígena



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024)

Nas imagens acima é possível observar os objetos selecionados para essas mostras itinerantes e na mala, ao chão, está a içaçaba indígena, sem qualquer tipo

de proteção. Recordo que quando vi essa questão, imaginei ser uma cópia ou outro item museológico que eu desconhecia, para minha surpresa e preocupação não era.

Compreendo que o intuito do profissional com a exibição de peças arqueológicas era o de manter na representação do Museu a herança indígena da cidade. Todavia, ressalto que quando a instituição estava em pleno funcionamento e mesmo no curto período em que o acervo foi exibido no Centro Administrativo Leste, entre 2022 e 2023, sempre foi mantida em um expositor com vidro para evitar danos a sua materialidade, conforme a imagem abaixo. Outro ponto preocupante é que o acervo arqueológico do espaço museal é diminuto e esse objeto é um dos três exemplares de igaçabas existentes.

Figura 78 - Acervo arqueológico do Museu Municipal em 2022



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

Em relação ao restante do acervo do Museu e Arquivo, conforme e-mail trocados entre 03 e 07 de setembro de 2024, ambos não estão disponíveis para visitas até o momento. Até o final de 2024, as peças continuavam espalhadas em locais inapropriados para sua guarda, preservação e exibição, como a Biblioteca Municipal, o quiosque e o subsolo (supostamente uma antiga senzala) do Casarão dos Bina, o antigo Centro Administrativo Leste, o prédio do Museu e em uma sala no antigo prédio da Rio Grande Energia (RGE). Em fevereiro de 2025, recebi relatos de que as peças

estão na antiga Prefeitura, atual Casa de Cultura, mas, imagino que não integralmente.

O fato de o acervo arqueológico do Museu Municipal ser exposto no chão, assim como a distribuição de peças museológicas em diversos espaços diferentes, sem que haja funcionários capacitados para realizar sua guarda, exposição, documentação, conservação e acompanhamento reforça a necessidade urgente de contratação de profissionais qualificados para atuar nesta área. A situação do prédio histórico que era a sede do Arquivo e Museu é extremamente preocupante, mas a de seu acervo é tanto ou mais alarmante, posto que, no futuro, quando a instituição voltar a funcionar plenamente, não se sabe o que terá permanecido deste processo que vem se arrastando, sem a devida atenção do poder público, desde, no mínimo, 2018.

Minha experiência como conselheira foi extremamente frustrante e desestimulante, fui cobrada pelo poder público e sociedade civil como se esse não fosse um trabalho voluntário. Recebi denúncias, ligações, pedidos de auxílio, realizei diversas reuniões com a Setorial e Secretarias, além das reuniões mensais e extraordinárias do CMPC.

Uma questão que me incomodou profundamente nessa curta trajetória foi o tratamento recebido pelos conselheiros da sociedade civil em relação aos nomes indicados pelo governo. Em diversos momentos era como se uns estivessem “contra” os outros. Para exemplificar essa questão, além das situações já mencionadas irei frisar outras quatro. A primeira ocorreu na eleição da diretoria do CMPC, em 08 de agosto de 2022, na qual o vice-presidente foi eleito sem nenhum dos votos da sociedade civil, apenas com o dos conselheiros do governo, muitos dos quais frequentaram a reunião somente nesse dia e depois nunca mais apareceram.

A segunda questão foi a falta de funcionários que atuam diretamente nas instituições culturais da cidade. Se, em 2015, ainda existiam cinco espaços municipais com esse fim, atualmente restam três, dos quais, no período em que fui conselheira, apenas um tinha representação no Conselho. A justificativa é que apenas moradores de Gravataí podem ser conselheiros, mas esse fato faz com que não tenhamos informações atualizadas das demandas e fragilidades do Sistema Municipal de Cultura.

Outro ponto, já insinuado, é a troca de conselheiros indicados pelo governo, como a legislação do CMPC aponta que esses podem faltar apenas em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas no período de 12 (doze) meses. As

trocas possibilitam com que o governo nunca fique sem representantes, podendo se articular em eleições mesmo que não atuem realmente no Conselho. Ao mesmo tempo o artigo 12 da lei nº 3.484, aponta que

O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 15 (quinze) membros titulares e 15 (quinze) suplentes, observada a representatividade da Administração Pública e da sociedade civil, distribuídos da seguinte forma:
I- Sete membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da Administração Municipal, sendo um deles o Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Arte e Cultura Fundarc;
II- Oito membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil. (GRAVATAÍ, 2014, p.06).

O objetivo desta organização é priorizar a articulação da sociedade civil, que deve ser ouvida e representada no Conselho. Todavia, em função da saída de diversos membros, no começo de 2024 eram apenas 11 (onze) conselheiros da sociedade civil, enquanto o governo seguia com 14 (quatorze) representantes. O que fez com que o CMPC optasse por chamar novos conselheiros através de indicações para prorrogar em mais um ano o mandato da gestão para regularizar um descompasso na realização das eleições ocasionado pela pandemia em 2020.

Em relação aos problemas decorrentes dessa “dança das cadeiras” dos conselheiros indicados pelo governo, recordo-me que em uma noite discutimos em reunião a possibilidade de alterarmos a data de nosso próximo encontro em função das agendas dos conselheiros e por termos tido diversas reuniões extraordinárias naquele mês. Nessa ocasião duas destas “novas” conselheiras do governo ficaram indignadas pois nós, que íamos sempre as reuniões, não tínhamos o direito de fazer isso, sendo assim, mantivemos a data e as indicadas do governo não compareceram mais, tendo a possibilidade, inclusive, de enviar uma representante em uma das reuniões em que estiveram ausentes. Aos conselheiros da sociedade civil não é permitido enviar um representante e quanto um destes tem que sair do Conselho não podemos chamar algum membro da Setorial para substituí-lo, demonstrando assim, algumas das ironias do CMPC.

O quarto ponto foi deixado por último por ser o mais complexo, a partir de março de 2023, o conselheiro eleito como vice-presidente do CMPC, apenas com votos dos indicados pelo governo, assumiu a presidência. Diversas decisões arbitrárias foram tomadas, as reuniões passaram a servir para sermos informados das decisões e acontecimentos relacionados à cultura.

Por meio da antiga presidência eu tinha autonomia de escrever ofícios, os quais a primeira presidente revisava e encaminhava; usar o e-mail do Conselho para enviar as solicitações da Setorial através deste mecanismo mais oficial que os meus contatos pessoais; também éramos informados sobre as reuniões e ações envolvendo a Diretoria. A partir de março de 2023, me foi negado esse acesso ao e-mail e cada solicitação que eu fizesse precisava ser enviada ao Conselho para ser analisada e quando possível enviada, também não soubemos mais das reuniões internas da diretoria e a formação dos membros faltantes foi feita por indicação e não eleição, como seria correto, algo que adverti o então presidente em conversa por *whatsapp*.

Para este novo presidente, por exemplo, as obras emergenciais de escoramento do Museu eram consideradas reformas que estavam sendo custeadas pela Prefeitura, quando isso era na verdade resultado de denúncias feitas ao Ministério Público que cobraram medidas do governo. Sofri assédio moral em uma das reuniões do Conselho, na qual o, atualmente, ex-presidente, insinuou que os ofícios solicitados por mim tinham motivações pessoais e, portanto, ele poderia usar o CMPC para questionar, em nome desse, o que ele bem entendesse, sem nos consultar. Fato que me fez levantar a voz em reunião e dizer que, se não era necessário ouvir nossas opiniões não fazia sentido estarmos lá pois o Conselho deveria ser consultivo.

Soube-se, posteriormente, que esse conselheiro ocupava um cargo de comissão, ou seja, era um indicado do governo e não poderia ter se candidatado a conselheiro da sociedade civil. O único conselheiro a denunciar a inconstitucionalidade da participação daquele cidadão foi fortemente atacado e repreendido pelo setor do governo que negava a leitura feita da lei. O período de vigência do conselheiro em questão como presidente foi extremamente desgastante, o que me fez, inclusive, escrever uma carta ao CMPC (Apêndice U), que não foi entregue devido a solicitações de outros conselheiros da sociedade civil.

Após denúncia ao Ministério Público, diversas reclamações, comportamentos autoritários e intimidantes por parte do presidente, houve, em agosto de 2023, uma reunião, na qual não pude estar presente, em que ele saiu do Conselho. Não sei dizer se essa atitude foi resultado de pressão interna da Diretoria ou externa dos conselheiros, mas, a partir de então os conselheiros do governo passaram a afirmar que desconheciam ou não compreendiam completamente a lei que rege os conselhos municipais. Entretanto, já ouvi diversos comentários de que, a prática de conselheiros

do governo serem inseridos com fins estratégicos ou cargos de confiança que entram como sociedade civil é comum na cidade.

Gritos, discussões, momentos de exaltação, retirada de conselheiros, foram comuns nos primeiros meses de minha participação. Aparentemente, o grupo anterior teve problemas entre seus membros e alguns estavam participando novamente, inclusive a primeira e o segundo presidentes desta gestão. Diversos conselheiros saíram antes de completarmos um ano. E, havia sempre um clima desagradável quando se falava do patrimônio da cidade ou da falta de participação da sociedade nas escolhas realizadas.

Em certa ocasião, soubemos da realização do evento “Rua Aberta”, iniciado no final de 2023, no qual anunciavam atrações culturais, sem que o CMPC tivesse sido consultado. Entrei em contato e fui colocada como se estivesse sendo contra o governo, argumentei que deveriam ter divulgado um chamamento aos agentes culturais ou aberto um edital para sua participação. No fim, me pediram para enviar o contato dos interessados, precisei ir em todas as Setoriais que eu tinha acesso, informar a população sobre o evento, averiguar quem queria participar, anotar telefones e encaminhar à Secretaria (funções que não deveriam ser minhas e sim dos servidores municipais), soube que alguns agentes culturais foram chamados, outros não.

Até onde tenho conhecimento, atualmente, para expor no evento é possível realizar uma inscrição com a Prefeitura, mas ainda há um forte questionamento em relação as atrações musicais que se apresentam, uma vez que essas são voluntárias ou recebem apenas uma ajuda de custo. No ano de 2024, esse mesmo evento foi considerado um patrimônio imaterial da cidade, conforme descrevo no capítulo “4.3 Patrimonialização pela Câmara de Vereadores (2012-2024)”, através de um projeto enviado por um dos vereadores mais votados da cidade, que é pró-governo.

Tivemos também a criação do Monumento aos Açores, já mencionada no capítulo “5.1 Açorianidade: a criação de uma identidade”, em que também não fomos consultados. A patrimonialização de bens diretamente por decreto do Gabinete do Prefeito, o que levou também a criação da Comissão de Patrimônio, conforme mencionado em “4.4 Patrimonialização pelo Gabinete do Prefeito”, na qual uma comunicação do CMPC foi utilizada como pretexto para um processo erroneamente articulado de patrimonialização. Além de questões relacionadas a execução da 35ª

Feira do Livro de Gravataí, algo que articulo melhor em “7.2 Projetos culturais: ações de resistência”.

Dentro da lei que institui o Sistema Municipal de Cultura, o artigo 10 descreve o CMPC, apontando que este “[...] é um órgão de cooperação da Administração Pública, com funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e consultivas, nas áreas de atividades culturais do Município [...]” (GRAVATAÍ, 2014, p.04). A partir dos relatos que apresentei podemos observar que esses preceitos não são necessariamente cumpridos. Pareceu-me, mesmo estando dentro do sistema de política cultural, cujo objetivo seria ouvir a sociedade, que a vontade do governo e de determinados grupos costuma prevalecer.

O processo dispendioso para obter informação, a falta de repasse de dados sobre as ações municipais, e a articulação feita pelos membros do governo nas tomadas de decisão indicam uma grande parcialidade diante dos desígnios daqueles que estão no poder. Não ousou dizer que esse problema é algo pontual ou relacionado a um partido político, posto que, segundo relatos e observações simples dos nomes daqueles hoje relacionados à política cultural e os que ali estavam décadas atrás, observo que muito se mantém.

Diante deste cenário posso afirmar que estar inserida no Conselho foi de grande utilidade, mas pouca eficácia. Ouso dizer que os projetos e ações que articulei enquanto agente cultural tiveram maior ressonância. Percebi que a grande preocupação dos membros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial parece ser com a preservação física dos bens e a manutenção daqueles que já existem, fato pelo qual não posso culpá-los pois o estado destes é alarmante. As reuniões que tive com eles tinham o intuito de fomentar debates e gerar iniciativas, contudo, poucas pessoas participavam, formando-se um pequeno grupo de interessados que consiste em nomes já bem consolidados nessa temática na cidade.

O desgaste das reuniões marcadas de última hora, da cobrança de datas para atividades voluntárias, a falta de acesso à informação e retorno sobre os questionamentos realizados também levaram a um desinteresse de uma das Setoriais mais atuantes nessa gestão. Outro fator de discussões dentro do grupo foi a questão política, em diversos momentos, falas problemáticas foram percebidas, havia embates desnecessários fomentados pelas ideologias dos participantes. Um dos que mais me marcou foi quando um dos membros disse que os primeiros habitantes da cidade

foram os açorianos e que a participação negra foi diminuta, o que só comprova o discurso vigente no imaginário local.

Todavia, essa experiência foi extremamente útil na perspectiva da pesquisa participante, se fosse de outra forma eu não saberia o que sei, pois, apenas ouvir os entrevistados não me deu uma dimensão real do problema. O que me impactou foi identificar a existência de grupos nítidos que possuem o direito de escrever a história da cidade, enquanto a outros é designado o trabalho em outros campos da cultura. A comunidade negra, por exemplo, está presente quando se discute o Carnaval, os CTG's têm grande destaque enquanto parceiros e fomentadores de ações já consolidadas no calendário de eventos do município. Mas, em se tratando do que é usualmente visto enquanto patrimônio, a CAERGS e seus associados têm um papel importante e historicamente garantido. Muitos dos sobrenomes de políticos antigos, donos de grandes propriedades e famílias tradicionais estão presentes quando tratamos o tema, o que dá a esse campo uma dimensão pessoal, pois, não é apenas o passado, mas os afetos que estão em jogo, e, como essas pessoas querem que estes sejam vistos e lembrados.

Após sair do CMPC, em junho de 2024, me mantive auxiliando em discussões da Setorial e contribuindo, sempre que possível, com o trabalho dos atuais conselheiros, que são meus pais. Tanto que participei da elaboração de um dos últimos documentos enviados, no qual organizamos as demandas observadas em 2024 (Anexo V), para mim, um ato simbólico, já que iniciei minha atuação no Conselho, tentando identificar as demandas de 2022 (Apêndice P).

7.2 Projetos culturais: ações de resistência

No decorrer dos anos de 2004 e 2010, meu pai, Nestor Ourique Medeiros, um professor de História de escolas públicas, tem acesso a uma câmera de vídeo. Sua família era de Gravataí, mais especificamente, da região onde hoje fica a cidade de Glorinha, e ele cresceu ouvindo narrativas sobre esse território. Suas crenças ideológicas, atuação política e social – sendo um dos fundadores do SPMG e filiado ao PT desde a década de 1980 – demonstram um viés questionador e reflexivo sobre seu contexto social. Em seus trabalhos realizava entrevistas, organizava roteiros, editava vídeos, criava maquetes e cenários, muitas vezes, com nossos brinquedos, para contar histórias locais, relacionadas também a um de seus maiores interesses

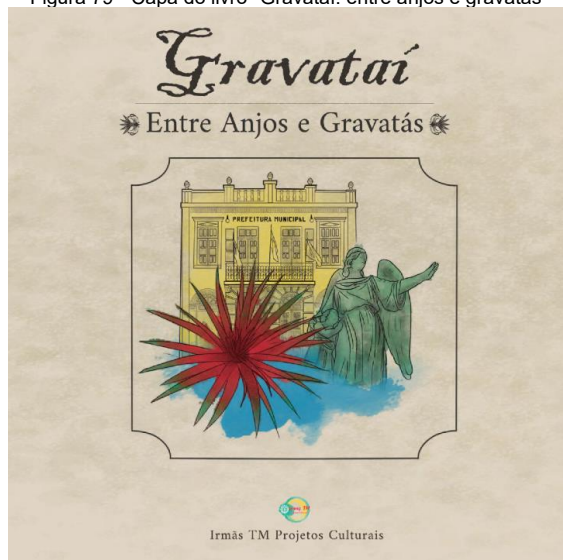
pessoais: carros antigos. Dentre os materiais documentais desenvolvidos estão: “Segunda de Carnaval em Gravataí” (2005); “O Buraco da Velha” (2006); “Rio Gravataí: cuidado, frágil!!!” (2007); “O Poeta da Aldeia” (2007); “Corridas de Calhambeque em Gravataí” (2009); “Sady Abê: restaurador de sonhos” (2010).

Um dos vídeos mais marcantes e trabalhosos foi o “Rio Gravataí: cuidado, frágil!!!”, no qual visitamos e nadamos no rio. A ideia de meu pai era questionar os períodos de seca do rio e os problemas relativos a canalizações para plantações de arroz, que ocorreram durante a Ditadura Militar. O documentário foi entregue para a FUNDARC, que até onde sei, nunca deu uma destinação adequada. Na época em que essas atividades começaram, eu deveria ter entre 09 e 10 anos, eu, meus irmãos e minha mãe, Carolina, André e Marlí, auxiliávamos dando *play* nas músicas, mexendo na iluminação, movendo peças, indo em família para atividades em que meu pai iria realizar gravações etc. Eram momentos muito divertidos e que, de alguma forma, influenciaram minha percepção sobre a cidade e, por consequência, esse trabalho.

Ao longo de minha trajetória profissional, me envolvi com a cidade em diversos momentos, realizei um de meus estágios obrigatórios no Museu Municipal Agostinho Martha em 2013; estagiei no SPMG para a realização do projeto “SPMG: 25 anos de luta sindical” em 2014 e 2015, que culminou nas exposições virtuais e presenciais “SPMG: uma história de luta” em 2021; trabalhei como auxiliar de cultura e lazer no SESC de Gravataí, entre 2021 e 2022. Mas, certamente, o meu processo de diálogo mais ativo com a cultura e história do município, inicia-se em 2020, quando, em meio a pandemia de covid-19, começo a construir projetos culturais em parceria com minha irmã, Carolina. Criamos a iniciativa “Projetos Culturais Irmãs TM” para divulgar ações que desenvolvemos através de editais realizados em razão da Lei Aldir Blanc, em esfera municipal e estadual.

O projeto “Gravataí: entre anjos e gravatás”, foi um divisor de águas, nele foi desenvolvida uma publicação sobre a história, geografia e manifestações culturais da cidade, também organizamos diversas entrevistas e publicações sobre os patrimônios locais em nossas redes sociais. A ideia era um desejo antigo de minha mãe, a professora de História aposentada e sindicalista, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros. No período em questão, tentávamos manter o isolamento devido a pandemia de covid-19, escrevemos, aprovamos e desenvolvemos as ações, em família, resultando no livro lançado na segunda metade de 2021.

Figura 79 - Capa do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás"



Autor: Carolina TM (2021)

O livro apresenta informações sucintas sobre alguns locais e para mim, um de seus méritos é incluir os indígenas e as pessoas negras na narrativa desde os primórdios da cidade. Mencionamos o Quilombo Manoel Barbosa, as populações de origem africana como um dos pilares da criação de Gravataí e inserimos os espaços de sociabilidade como a Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio (clube negro fundado em 1956) e a Escola de Samba Acadêmicos de Gravataí (criado dentro do Seis de Maio) como elementos da cultura da cidade. Além disso, questionamos o estado de deterioração de diversos bens patrimoniais, dentre eles, o Casarão dos Bina, pois fomos aos locais fotografá-los e essa passou a ser uma grande preocupação. Também relatamos a venda do Parque Municipal de Eventos e o desmantelamento do Cineteatro.

Figura 80 - Sumário do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás" Parte 1

Sumário

HISTÓRIA	7	GEOGRAFIA	30
1. GRAVATAÍ: Entre Anjos e Gravatás	11	1. PAISAGENS NATURAIS	31
1.1 Sesmeiros	12	1.1 Banhado Grande	31
1.2 Guaranis	13	1.2 Rio Gravataí	32
1.3 Escravidão Africana	14	1.3 Morro Itacolomi	34
1.4 Emancipação do Município	16	2. ECONOMIA	35
2. LOCAIS HISTÓRICOS	18	2.1 Agricultura	35
2.1 Igreja Matriz	18	2.2 Indústria	35
2.2 Fonte do Forno	19	2.3 Comércio e Serviços	36
2.3 Quilombo Manoel Barbosa	20	2.4 Lazer	36
2.4 Prefeitura de Gravataí	22	3. SOCIEDADE	37
2.5 Casarão dos Fonseca	23	3.1 Dados Demográficos	38
2.6 Casarão dos Bina	24	3.2 População	39
2.7 Capelinha	25	4. EDUCAÇÃO	40
2.8 Cemitério Municipal	26	4.1 Colégio Barbosa Rodrigues	41
2.9 Primeira Rodovia Pavimentada	27	4.2 Colégio Dom Feliciano	42
3. SÍMBOLOS DE GRAVATAÍ	28	4.3 Seminário São José	43
3.1 Bandeira e Brasão	28	5. SAÚDE	44
3.2 Hino de Gravataí	29	5.1 Hospital Dom João Becker	44
3.3 Flor Símbolo: Bromélia	29	6. POLÍTICA	45

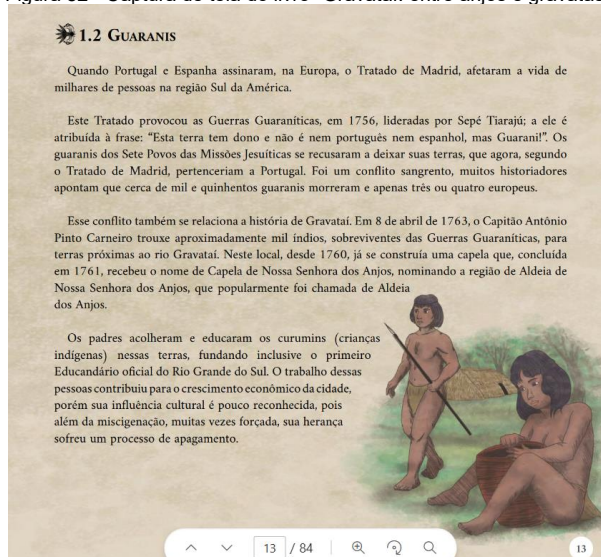
Fonte: MEDEIROS; MEDEIROS; MEDEIROS (2021)

Figura 81 - Sumário do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás" Parte 2

6.1 Poder Executivo	46	5.6 Carreteatas em Gravataí	65
6.2 Poder Legislativo	47	5.7 Era uma vez: Festa das bromélias	66
6.3 Poder Judiciário	48	5.8 Era uma vez: Corridos de Calhambaque	67
MANIFESTAÇÕES CULTURIAS	49	6. ACREDITE SE QUISER	69
1. ESPAÇOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO	50	6.1 Verso do Sino	69
1.1 Museu e Arquivo Histórico	51	6.2 Maria Cachaceira	70
1.2 Biblioteca Municipal Monteiro Lobato	53	6.3 Venda das Velas	70
1.3 Quiosque da Cultura	54	6.4 Sete de Setembro	71
1.4 Era uma vez: Parque Municipal de Eventos	55	6.5 Buraco da Velha	72
1.5 Era uma vez: Cine Teatro	56	7. LIVROS SOBRE GRAVATAÍ	73
2. ASSOCIAÇÕES	57	7.1 Série "Conhecendo Gravataí"	74
3. ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	57	REFERÊNCIAS	75
3.1 CTG Aldeia dos Anjos	58	ANEXO - Hino de Gravataí	79
3.2 Clube Social 6 de Maio	59		
3.3 O Carnaval e a SBC Acadêmicos de Gravataí	60		
4. ESPORTES	61		
4.1 Ginásio Municipal de Esportes	62		
5. FEIRAS E EVENTOS	63		
5.1 Feira do Livro	63		
5.2 Rodeio Internacional do Mercosul	63		
5.3 Festil	64		
5.4 Festival Estadual de Teatro	64		
5.5 Festa do Divino	65		

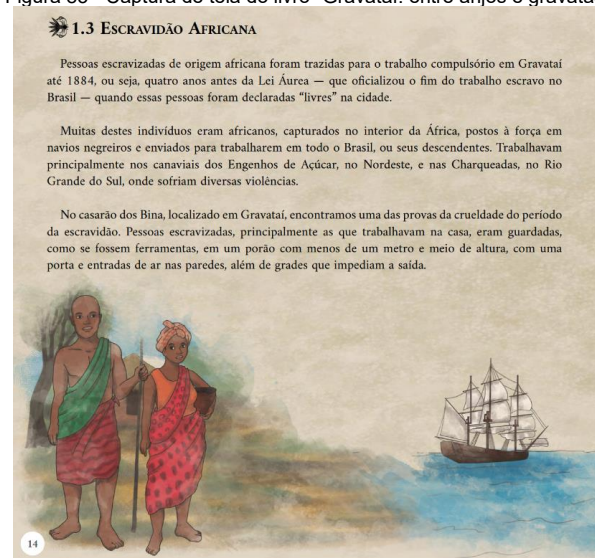
Fonte: MEDEIROS; MEDEIROS; MEDEIROS (2021)

Figura 82 - Captura de tela do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás"



Fonte: MEDEIROS; MEDEIROS; MEDEIROS (2021)

Figura 83 - Captura de tela do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás"



Fonte: MEDEIROS; MEDEIROS; MEDEIROS (2021)

Ao escrever o projeto, nosso intuito era o de realizar a doação da maior parte da tiragem para escolas públicas localizadas em Gravataí. Ao todo, mais de 80% dos exemplares produzidos foram entregues para a 28ª Coordenadoria Regional de

Educação (CRE), responsável pelas escolas estaduais, e para a Secretaria Municipal de Educação (SMED), responsável pelas escolas municipais. No começo do mesmo ano havíamos sido bem recebidos pela SMED, que aceitou e distribuiu exemplares de um livro infantil de minha autoria. No segundo semestre houve uma troca de secretárias, em decorrência do trágico falecimento da responsável anterior. Fizemos a entrega e os responsáveis pelo setor pedagógico assinaram os termos de recebimento.

Figura 84 - Entrega dos exemplares de "Gravataí: entre anjos e gravatás" na SMED



Fonte: CORREIRA, Ruan Hernandes Finamor (2021)

Contudo, vários dias depois, professores e escolas passaram a nos procurar alegando que não conseguiam receber o material pois a SMED não fez as doações. Entramos em contato e fomos informados de que eles não tinham obrigação de auxiliar nesse processo pois não havíamos pedido uma carta de anuência antes de executar o projeto, já que nunca imaginaríamos que uma cidade carente de material impresso sobre sua história recusaria a doação de obras para distribuição nas escolas. Detalhe que as instituições iriam buscar os livros, como já fizeram em diversos outros momentos e o papel da Secretaria seria apenas o de armazenar as cópias e autorizar a retirada, pois o material já estava empacotado e com o nome de todas as escolas de destino.

Buscamos também contato com o gabinete do Prefeito, para apresentar a obra, pensando que se tratava de algum equívoco. Não fomos recebidos e nos informaram que ele já tinha um exemplar, que provavelmente foi entregue pela então secretária de educação, pois, quando buscamos os exemplares doados, dois estavam faltando. Após diversos momentos estressantes e de extremo desrespeito, fui recebida pela nova secretária que, não havia nos atendido anteriormente, junto a um assessor jurídico, contratado há poucos dias, talvez, em virtude desse problema.

A SMED nos passou que a negativa em distribuir os livros do nosso projeto era em função da falta de uma carta de anuência, sendo assim, entreguei o documento exigido e um outro confirmando o recebimento desse, pois não nos retornavam por e-mail e não atendiam as nossas ligações. O comprovante de recebimento da carta de anuência foi assinado pelo assessor jurídico, que inclusive possuiu para uma foto sorridente com os documentos, como se estivessem satisfeitos com a situação extremamente desagradável na qual nos colocaram.

Faltando poucos dias para o prazo final do edital, as obras foram devolvidas e nós fomos em diversas escolas levando os livros para realizar o máximo de entregas possíveis. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG), fez o favor de ajudar e, aceitou guardar os exemplares e entregar para as instituições faltantes, graças a isso, conseguimos finalizar a entrega. Além das escolas municipais e estaduais públicas de Gravataí, a SMCEL, a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, o Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca, o Quiosque da Cultura, a CAERGS, a biblioteca do SESC e todos os entrevistados receberam cópias.

A partir de então, nos anos que se seguiram, recebi diversas críticas ao livro pelo fato de que citamos a existência de prefeitos anteriores, de outros partidos, e mencionamos o descaso com o equipamento cultural, que vinha sendo negligenciado pelos últimos mandatos. Há um intuito tão grande em se moldar a história que não encontrávamos dados sobre o Parcão de Gravataí, praça criada entre o final da década de 1990 e começo dos anos 2000, por exemplo. As notícias vinculadas ao espaço eram sempre relacionadas a inauguração de banheiros no local, que ocorreu em 2016, demonstrando também o papel das mídias na manipulação de histórias que não privilegiem quem está no poder, pois o intuito dessa desinformação era o de forçar um apagamento as realizações dos governos do PT.

O livro não foi entregue pela SMED e nem recebido pelo Prefeito, porque, segundo rumores, foi considerado “subversivo”, com um viés de “esquerda”, comentários sobre a obra teriam circulado em grupos da “sociedade gravataiense”. E o curioso é que tentamos manter o aspecto histórica acima do ideológico ao longo de todo o processo. Tanto que, posteriormente, meu pai, o professor de história aposentado Nestor Ourique Medeiros, coautor de “Gravataí: entre anjos e gravatás” lançou “Gravataí: Histórias”, com textos que haviam sido retirados.

Ressalto ainda que em 2021, outros autores tiveram doações de livros recusadas pela SMED, todavia, o que diferencia o nosso caso foi o fato de que entregamos os exemplares de “Gravataí: entre anjos e gravatás” para a Secretaria que assinou o termo de recebimento. Só soubermos que a obra não receberia a devida destinação em função de denúncias, pois a SMED não nos informou a situação até entrarmos em contato. Ou seja, imagino que a intenção era a de que as cópias não chegassem ao conhecimento das escolas.

O que esse episódio tem a ver com essa tese? Tudo. Demonstra a manipulação de narrativas, a vontade do poder público em privilegiar determinadas visões do passado e excluir outras; a perseguição política e ideológica impostas em diversas camadas desta sociedade. Essas percepções vão se refletir na eleição, esquecimento e descaso com a história e patrimônio. Pois, se eu não tenho informação, não há interesse, e, se não há interesse, é mais fácil manipular um passado que favoreça determinados grupos, enquanto mantemos outros a margem.

Em paralelo aponto o lançamento, em 2022, do livro “Nossa Terra, Nossa Gente”, escrito por Agostinho Martha e Marco Antônio Pereira Martha, publicado postumamente. A obra foi editada e organizada por Amon da Costa, Ângela Maria Fonseca Barbosa dos Santos, Leandro Nazari de Melo, Júlio Barbosa dos Santos Júnior e Pedro Bandeira Martha. No mesmo ano o livro recebeu uma monção de parabenização da Câmara de Vereadores, que menciona o seguinte:

Moção de Parabenização aos Srs. Amon da Costa, Julinho Barbosa e Leandro Nazari e à Sr.^a. Angela Fonseca que lançarão no dia 26 de abril deste ano o livro “Nossa Terra, Nossa Gente”, um verdadeiro monumento histórico à cidade de Gravataí.

A obra é de extrema importância não só ao nosso município, mas também à historiografia gaúcha, uma vez que reúne manuscritos escritos há mais de 30 anos por Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha, que dedicaram suas vidas à pesquisa sobre a história da Aldeia dos Anjos.

Os homenageados pela presente moção tiveram o trabalho impecável de reunir durante meses informações que circulavam de mão em mão há décadas no município, e, com a autorização da família, bem como sem nenhuma verba pública, tornarão públicos fatos históricos da nossa cidade.

A presente moção visa reconhecer, portanto, a importância dos historiadores gravataienses e valorizar a preservação do patrimônio histórico de Gravataí. (GRAVATAÍ, 2022b, p.01)

A obra pode ser vista em diversas postagens da Prefeitura e seus organizadores fazem parte de grupos vinculados à cultura e patrimônio da cidade, incluindo a CAERGS. Desde a década de 1990, a Prefeitura demonstrava interesse em editar e lançar esse livro, todavia, segundo minha entrevista com a professora Célia Silva Jachmet (2024), em razão de orçamento e exigências dos autores, não foi possível realizar sua publicação. Desde então, uma cópia da obra encontrava-se no Museu Municipal Agostinho Martha para consulta local e uso de pesquisadores. Infelizmente, durante o período em que fizemos a pesquisa para o livro “Gravataí: entre anjos e gravatás”, esse documento desapareceu e, no ano seguinte, o livro foi publicado.

Estou dizendo que há um complô político, uma disputa de egos que impede a difusão de informações? Não. Mas, há visões que prevalecem, há personagens, sobrenomes e instituições que detêm um poder “maior” ou mais acesso, recebendo uma legitimação pública. Enquanto, outros grupos, tem que realizar suas ações a margem, sem incentivo ou reconhecimento. A sensação que ainda tenho hoje, passados quase quatro anos desse episódio que para mim foi muito traumático, é a de que naquele momento, o que o governo municipal fez foi tentar nos dizer que nós não tínhamos o direito de escrever sobre a história da cidade. Mas, que pessoas ligadas à grupos que detêm historicamente mais poder e influência, podem fazê-lo.

Cida Bento (2022, p.34) vai dizer que “Essa preocupação de determinados grupos europeus e seus descendentes no Brasil de proteger e fortalecer exclusivamente os interesses dos seus, manifestação do pacto narcisista, se evidência repetidamente em nossa história.” Um relato que eu ouvi constantemente de pessoas que vieram para Gravataí nas décadas de 1970, 1980 e 1990 foi justamente de uma diferenciação entre aqueles que eram da cidade e os de fora. Minha mãe comenta que em seus primeiros anos de sindicato ouviu que não poderia se meter em determinados debates por ser de Porto Alegre. Eu mesma, ao longo de minhas atuações no cenário cultural e patrimonial fui interrogada sobre minha origem

como se essa fosse um parecer para decidir se eu poderia ou não “me meter” nos assuntos do município. Ou seja, há, ainda hoje uma preocupação, por parte dos moradores mais antigos, de famílias tradicionais, em saber e, de certa forma, consentir ou não, em quem pode dizer determinadas coisas.

Ressalto também que entre os anos de 2018 e 2022, vivemos uma verdadeira “caça às bruxas”, na qual qualquer pessoa que questionasse o discurso de ódio propagado pelo governo era considerado de esquerda e desacreditado por isso. Durante as eleições para presidência da República em 2022 circularam listas na cidade com o nome de pessoas com quem os empresários, principalmente, não deveriam trabalhar pois era de “esquerda”, incluindo professores, agentes culturais, entre outros. Em 2021, um vereador municipal fez vídeos criticando uma agente cultural, que era uma jovem estudante, que realizou um projeto sobre Paulo Freire, sendo tão agressivo com a mesma que grupos de pedagogos de outras cidades tiveram que tentar apoiar a iniciativa. Entre 2020 e 2021, um empresário local e comunicador realizou uma campanha contra o “galinheiro” em frente ao Museu Municipal, que era o anexo com o acervo rural da instituição, sendo respaldado pela Prefeitura, o mesmo custeou a colocação da santa católica na praça e também questionava fortemente o uso do Quiosque da Cultura, fechado durante a pandemia, apontando que seria mais útil para a Guarda Municipal, algo que eu acredito que teria acontecido se não fosse o papel do CMPC em questionar os discursos que eram divulgados.

No começo do ano de 2022, fui convidada pelo coletivo de artistas gravataiense “Abacaxi com Morango”, a participar de um projeto expositivo. O grupo, na época, era formado por Jhonatan Gomes, Denis Bueno e Carolina TM (nome artístico utilizado por minha irmã), eles queriam realizar um projeto relacionado ao centenário da Semana de Arte Moderna de 1922. Optamos por mesclar a estética e alguns questionamentos relacionados ao movimento com a cidade, assim nasceu a exposição “Gravata122”. A proposta foi uma das ganhadoras do Prêmio Dana de Artes Visuais, esteve exposta no Quiosque da Cultura, e foi também a exposição mais visitada daquele ano.

Nesse projeto foram desenvolvidos vídeo artes e pinturas que relacionavam elementos da cidade com obras do Modernismo brasileiro. Abordamos temas como a herança indígena e o Museu Municipal, em “Passado In-visível”, com referência da obra “Jardineiro” (1945) de Zina Aita; o polo industrial da cidade e a exploração da

mão de obra, em “Indústria”, com referência das obras “Café” (1935) e “Os retirantes” (1944) de Candido Portinari; as enchentes e as perdas que elas causavam, em “Primeira Classe!”, com referência da obra “Segunda Classe” (1933) de Tarsila do Amaral; os espaços de sociabilidade Seis de Maio e o CTG Aldeia dos Anjos, ambos criados em 1956, em “Cinco Guriás de Gravata”, com referência da obra “Cinco Moças de Guaratinguetá” (1930) de Di Cavalcanti. Obviamente, tive um papel na eleição de temas, curadoria, dentre outros aspectos, e os retornos que obtivemos foram muito positivos. Nem sempre as críticas foram plenamente compreendidas, mas, a população demonstrou um interesse genuíno em visitar a exposição e identificar os locais dos quais falávamos.

Figura 85 – Quadro “Passado In-Visível”



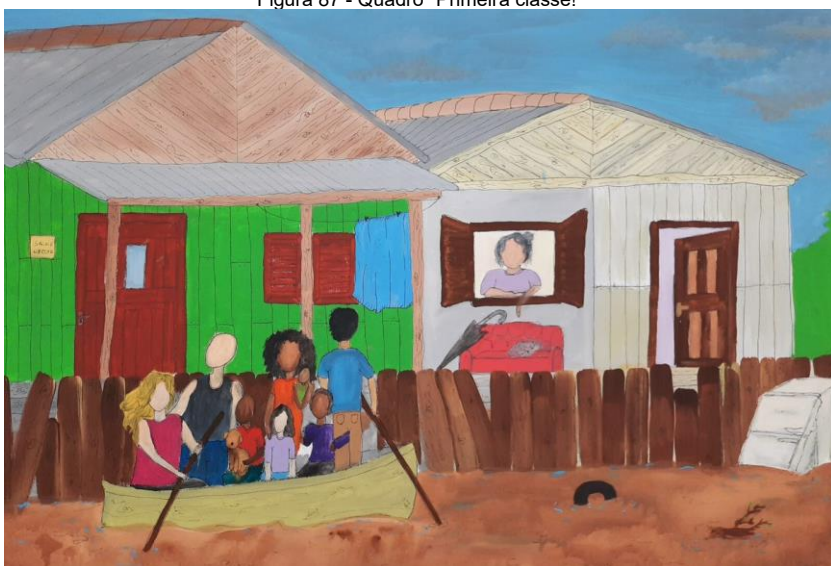
Autor: Carolina TM (2022)

Figura 86 - Quadro "Indústria"



Autor: Carolina TM (2022)

Figura 87 - Quadro "Primeira classe!"



Autor: Denis Bueno (2022)

Figura 88 - Quadro "Cinco Guriás de Gravataí"



Autor: Denis Bueno (2022)

Nos anos de 2022 e 2023, com o desmantelamento do Museu, quadro diminuto de funcionários da cultura e falta de ações que celebrassem o dia dos museus e dia estadual do patrimônio, a iniciativa Projetos Culturais Irmãs TM, organizou diversas atividades. Em agosto de 2022, organizei duas ações em comemoração ao Dia Estadual do Patrimônio. A primeira, realizada em 20 de agosto, era o webinar “Patrimônio em Gravataí: Pesquisas e Publicações”, no qual convidei o artista visual e conselheiro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, Waldemar Max, para falar sobre o projeto “Gravataí para crianças” e sobre a série de livros “Conhecendo Gravataí com a Medonha”; Cecília Balsamo Etchelar, geógrafa e conselheira da Setorial de Artes Visuais, falou sobre os projetos “Rota dos Quilombos – Eixo Rio Gravataí”, que desenvolveu uma cartilha sobre o tema, e “Gravataí Açoriana”; Jhonatan Gomes apresentou o documentário “Olhos de Anastácia: Conexões Quilombolas”; Lucas Oliveira Gonçalves abordou o projeto “Gravataí Histórica”, que desenvolveu uma publicação e um aplicativo sobre o patrimônio da cidade; Marlí Aparecida Thomassim Medeiros e Nestor Ourique Medeiros representaram o projeto “Gravataí: entre anjos e gravatás”. O vídeo foi disponibilizado no *Youtube*, com o

intuito de divulgar esses trabalhos, realizados por profissionais qualificados em suas áreas, mas que, muitas vezes, não encontram o respaldo e valorização necessários.

A segunda proposta foi a realização da “1ª Caminhada Cultural pelo centro de Gravataí”, na qual contei com mediadores voluntários: Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, Nestor Ourique Medeiros, Amon da Costa, Tayane Pereira Silveira e Waldemar Max. Apoio de Matheus Dias, Lucas Oliveira Gonçalves e Sarah Wavgniak. Atuei na organização e divulgação da ação em conjunto com minha irmã, a artista visual, Carolina TM. Nesse dia reunimos cerca de 15 pessoas e fizemos um percurso extenso, iniciando as 14:30 e finalizando por volta das 19h. Jeane Bordignon (2022), descreve os diversos locais pelos quais o grupo passou no centro da cidade. Alguns destes pontos também são aqueles utilizados pelo “Circuito Cultural”, realizado pelo Museu, outros acrescentados pela organização, como o Colégio Estadual Barbosa Rodrigues (que foi originado do grupo escolar Clemente Pinto, criado pelo Estado em 1922), a Capela Santa Cruz (Capelinha) e o Clube Social Negro Seis de Maio, buscando trazer novas dimensões quanto a história e cultura da cidade.

Figura 89 - Registro da 1ª Caminhada Cultural

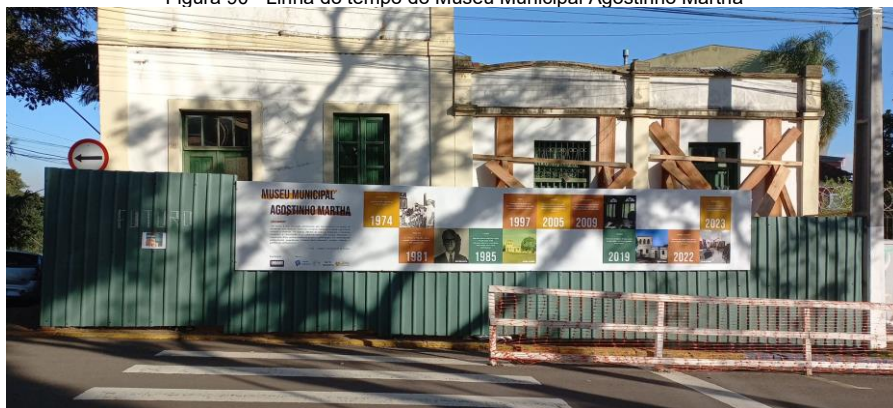


Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

Em maio de 2023, a Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, promoveu uma ação em relação ao Dia Internacional dos Museus. Segundo a reportagem “Campanha incentiva o compartilhamento de memórias sobre Museu de Gravataí”, foi levantada a hashtag #museugravatai. A ação convidava a população a publicar fotos, vídeos e depoimentos sobre vivências relacionadas ao Museu Municipal Agostinho Martha, visando auxiliar na preservação da instituição (CAMPANHA, 2023). Patrocinado pela empresa privado “Urbano Coworking” e

apoiado pela iniciativa “Projetos Culturais Irmãs TM” e “Projeto Cidade Histórica”, foi colocada, em frente aos tapumes que cercam o prédio, uma placa com uma linha do tempo do espaço museal, com o objetivo de auxiliar no reconhecimento da população quanto a importância do local.

Figura 90 - Linha do tempo do Museu Municipal Agostinho Martha



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2022).

A responsável pela elaboração da linha do tempo sobre o Museu Municipal foi a arquiteta Sarah Wavginiak, uma das participantes do projeto “Gravataí - cidade histórica”, mencionado anteriormente. O interessante é que, até o momento, esse é o único recurso que identifica a existência de um museu na cidade e dá a população a oportunidade de conhecer esse local, mesmo que apenas possam ver sua fachada encoberta parcialmente por tapumes e uma lona que cobre seu telhado. Essa ação é um importante elemento de resistência frente ao descaso com a instituição.

Em 2023, promovemos a “2ª Caminhada Cultural pelo Centro de Gravataí”⁶⁰, em comemoração ao Dia Estadual do Patrimônio, sendo, novamente, a única ação desenvolvida na cidade para a ocasião. Na reportagem “Um Passeio por Gravataí e uma aula de História lembraram Dia do Patrimônio”, consta que, na edição em questão, o grupo organizou a atividade em conjunto com a Setorial do Patrimônio Material e Imaterial do CMPC e com coletivo “Projeto Cidade Histórica”, responsável pelo projeto “Gravataí Histórica” (UM PASSEIO, 2023). A ação teve uma adesão muito superior ao primeiro ano, reunindo mais de uma centena de pessoas em uma

⁶⁰ O relato completo sobre o evento, enviado ao SMCEL, Museu, SMED, SMDet, CAERGS, CMPC, SPMG e Seis de Maio em 21 de agosto de 2023, pode ser visto no Apêndice V.

caminhada pela cidade. O percurso escolhido foi um pouco mais curto, porém contou com um evento de encerramento dentro do Clube Negro Seis de Maio, no qual houve falas sobre o Quilombo Manoel Barbosa. Alunos da escola Municipal Áurea Celi Barbosa foram levados por alguns professores para participarem da ação.

Na programação oficial do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2023), é possível observar que, apesar de ser, novamente, a única ação em celebração ao Dia Estadual do Patrimônio realizada na cidade, em 2023, os organizadores contaram com o apoio de diversas secretarias municipais. Além do poder público, diferentes grupos contribuíram com a realização do evento:

Na coordenação do evento estão Helena Thomassim Medeiros, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, Sarah Wavginiak (também responsável pela criação do material gráfico), Fabiana Perondi e Jeane Bordignon. Dentre os apoiadores estão a Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio (local onde será realizado a confraternização); Clube Literário de Gravataí e Cavalgando o Vento, que irão se apresentar; Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL), que auxiliará com infraestrutura e suporte na impressão de material gráfico; além destes, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG), Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDet), Secretaria Municipal de Educação (SMED), Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), Casa dos Açores do Rio Grande do Sul (CAERGS) e Urbano Coworking, também são nossos parceiros, auxiliando na divulgação. (RIO GRANDE DO SUL, 2023, inf. eletr.)

A Prefeitura, através das secretarias municipais, em especial a SMCEL, auxiliou na divulgação da ação e na impressão de mapas com os locais pelos quais iríamos passar, feito pela arquiteta Sarah Wavginiak. Todavia, ressalto que a ação só foi possível em virtude da disponibilidade dos agentes culturais de realizar esse trabalho voluntário. Equipamentos públicos, como Quiosque da Cultura, não alteraram seu horário de funcionamento para nos atender e nenhum funcionário se ofereceu para realizar mediação enquanto eu organizava a programação. Também tivemos um pequeno problema com reportagens que divulgaram o evento sem mencionar seus organizadores, apenas com a citação de que a Prefeitura apoiava o evento, o que foi um momento estressante, pois há uma propensão em buscar promoção de políticos em algo que é da sociedade civil.

Na ocasião da caminhada, contamos com o trabalho voluntários dos mediadores: Helena Thomassim Medeiros, no Museu Municipal; Tayane Pereira Silveira na Fonte do Forno; Sarah Wavginiak nas praças centrais da Bíblia e Dom

Feliciano, que na época, estavam encobertas por tapumes para as obras da Rua Coberta; Amon da Costa na Igreja Matriz e no Colégio Dom Feliciano; Marlí Aparecida Thomassim Medeiros na antiga Prefeitura; Carolina TM no Quiosque da Cultura; Nestor Ourique Medeiros na Capela Santa Cruz, Capelinha; Waldemar Max no Seis de Maio. O evento se estendeu dentro do clube, onde Carmem Lucia dos Santos, presidente da Associação de Moradores do Quilombo Manoel Barbosa e Kátia Ferreira, psicóloga que trabalha com a saúde da população negra de Gravataí, nos deram uma brilhante aula sobre o Quilombo Manoel Barbosa. O Clube Literário e o Cavalgando o Vento – representado pelo professor de História, ator e músico, Carlos Albani – realizaram intervenções musicais e declamação de poesias. Este foi um dos eventos mais bonitos que participei e que tive a honra de organizar. Ver os moradores da cidade reivindicando sua preservação, celebrando sua história e aprendendo mais sobre narrativas que são silenciadas pelo discurso oficial, é algo impagável e representa a possibilidade de mudança.

Figura 91 - Registro da 2ª Caminhada Cultural



Fonte: CORREIA, Ruan Hernandes Finamor (2023).

Apesar do trajeto realizado na 1ª e na 2ª Caminhada Cultural ter sido similar ao que é proposto pela única instituição museológica da cidade, salvo diversas inserções de locais, busquei, em minha mediação inserir elementos que pudessem fazer a população compreender o sobrado do Museu, de uma perspectiva mais ampla. Associei aquela materialidade, construída em 1826, hoje em severo estado de deterioração, ao fato de que ali funcionava uma atafona, cuja domesticação da mandioca foi realizada por povos originários, a produção da farinha era destinada, muitas vezes, a alimentação de pessoas escravizadas durante a travessia em navios

negreiros, além de sua possível relação – assim como diversos outros prédios tombados – com o período escravocrata em Gravataí, considerando que

Analizando os 89 inventários dos moradores da Aldeia dos Anjos nas décadas de 1840 e 1860, encontramos dados muito próximos aos apresentados por Oliveira. Do total de inventários trabalhados temos que 49,4% (44) eram possuidores de atafona, mas o que chama a atenção é o percentual de concentração escrava sob o julgo desses inventariados, que correspondia a 64,8% (400) dos cativos; [...] Tais dados permitem destacar, em primeiro lugar, que a presença de atafonas na região foi bastante difundida e, em segundo, que foi significativa a presença da mão de obra cativa na região, principalmente sob o domínio dos proprietários de atafonas. (PEDROSO, 2013, p.60).

Esse exercício demonstra que é possível reordenar os discursos, buscar informações que contribuam para ampliar a percepção da população sobre bens que, muitas vezes, parecem contar uma história única. Considerando que isso faz parte de um processo que Davallon vai denominar *reflexividade*, pois

Si el conocimiento sobre el objeto y su lugar de origen es producido por el mundo presente, este conocimiento ayudará a establecer al objeto y a su universo como el lugar donde nuestro propio mundo, nuestra sociedad y nuestro presente adquieren todo su significado, en una forma u otra. Es por eso que esta reflexividad es el principio de una sensación de que es importante pensar sobre nuestra relación con los objetos del pasado y preguntarnos por qué es importante conservarlos, etc.: en otras palabras, pensar sobre la transmisión y no solo vivir para o estar sujetos a ella. La reflexividad, por ende, participa en la construcción de una relación con un tiempo específico que no es el promulgado por la tradición sino el construido por la historia. (DAVALLON, 2014, p.65-66)⁶¹

Desta forma, as informações que dispomos hoje sobre Gravataí e as histórias relacionadas a esse território podem auxiliar em um novo processo de identificação das comunidades com bens patrimonializados. Não apenas dando sequência aquela construção identitária empurrada pelas elites, mas buscando uma percepção de que nesses patrimônios, materiais ou imateriais, também podem ser associadas outras

⁶¹ Tradução: “Se o conhecimento sobre o objeto e o seu local de origem for produzido pelo mundo atual, esse conhecimento ajudará a estabelecer o objeto e o seu universo como o lugar onde o nosso próprio mundo, a nossa sociedade e o nosso presente adquirem todo o seu significado, de uma forma ou de outra. É por isso que esta reflexividade é o início de uma sensação de que é importante pensar sobre a nossa relação com os objetos do passado e perguntar por que é importante preservá-los, etc.: em outras palavras, pensar sobre a transmissão e não apenas viver para ela ou estar sujeito a ela. A reflexividade, portanto, participa da construção de uma relação com um tempo específico que não é aquele promulgado pela tradição, mas sim aquele construído pela história.” (DAVALLON, 2014, p.65-66, tradução minha).

narrativas que, talvez, conversem muito mais com a população, auxiliando também na percepção de outras patrimonialidades possíveis. No entanto, é necessária a realização de pesquisas, a escuta e busca ativa aos moradores, a contratação de funcionários qualificados para desenvolver trabalhos que vem sendo deixados de lado por vários mandatos consecutivos.

O maior impacto que identifiquei até o momento foi na proporção que a Caminhada Cultural desenvolveu. Partimos de um encontro com 15 pessoas, em 2022, para uma ação que contou com 126 participantes espontâneos em 2023. Todavia, essa não é uma iniciativa do poder público, e sim de agentes culturais que trabalharam voluntariamente para organizar a mesma. Fazendo um trecho similar ao que é organizado pelo Museu Municipal Agostinho Martha, buscamos ampliar a narrativa da cidade incluindo informações sobre as populações escravizadas e finalizando o trajeto dentro do Clube Social Seis de Maio, trazendo falas da senhora Carmem sobre o Quilombo Manoel Barbosa em celebração ao Dia Estadual do Patrimônio no RS.

Ao pensarmos na educação patrimonial enquanto um processo permanente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), não podemos restringi-la apenas ao trabalho desenvolvido pelo poder público, mas, ampliar sua dimensão para compreender, as diferentes formas que a própria população elabora seu patrimônio. Considerando que:

A educação patrimonial é uma ação fundamental para a preservação do patrimônio. A não realização repercute de forma negativa, pois se torna difícil obter o apoio da sociedade para a preservação destes bens, uma vez que ela, por desconhecimento quanto à importância deles para a manutenção da memória coletiva, não valoriza, e principalmente, rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 300)

Podemos compreender esses esforços enquanto medidas paliativas, tomadas pela sociedade civil que se vê, muitas vezes, impotente ante ao descaso do poder público com o patrimônio. Ao mesmo tempo em que se trata de iniciativas louváveis, visando a salvaguarda dos bens e difusão de conhecimento, revelam uma dimensão preocupante quanto ao processo de esquecimento na cidade.

Em 2024, a identidade visual da 35ª Feira do Livro de Gravataí, que tinha como tema o patrimônio, teve como imagem central uma mulher negra, nas laterais havia a

figura de um homem indígena e de uma mulher europeia. Demonstrando a importância destas heranças para a formação da cidade e sua população.

Figura 92 - Identidade Visual do 35ª Feira do Livro de Gravataí



Autor: Carolina TM (2024)

Contudo, estive presente na primeira reunião em que a imagem foi apresentada à Comissão de Organização da Feira e uma pessoa, que é membro da Comissão de Patrimônio, estava presente e questionou a necessidade de haver uma referência à Igreja Católica, sugerindo a inserção de uma Cruz Missioneira. A autora da obra disse que o problema de realizar tal inserção é que isso excluiria pessoas com outras crenças e que nem todos da cidade eram católicos. Esse senhor insistiu dizendo que ele não tinha ascendência negra e essa era simbolizada, como se as coisas se equivalessem. Foi respondido que os moradores tinham essa herança negra como uma de suas bases e ele respondeu que suas origens eram de padres jesuítas, ao que eu tive que rir e dizer que se ele descendia de padres jesuítas, algo estava errado. Para finalizar, ele se retirou, mas não foi o primeiro caso em que vi membros de uma suposta elite gravataiense questionarem, principalmente a representação e a importância da população negra para a cidade, demonstrando que há muitos temas que precisam ser mais bem debatidos.

Prats (2005) aponta o conceito de *museologia da frustração*, descrevendo-o da seguinte forma:

Si se mantiene en su propia inercia, el patrimonio local tiene, tarde o temprano, una cara oscura, que se manifiesta cuando la población se enfrenta a problemas acuciantes, como reconversiones económicas, deslocalización de empresas, procesos de despoblación o, por el contrario, crecimientos demográficos súbitos y de una magnitud suficiente como para cuestionar los discursos identitarios preexistentes, presencia creciente de contingentes de emigrantes procedentes de otros contextos culturales o cualquier otro factor de conflictividad exógeno. En estos casos, la memoria compartida y el discurso patrimonial tienden a cerrarse en sí mismos, a tornarse monolíticos y ortodoxos y a convertirse, en definitiva, en poderosos mecanismos de exclusión y de negación de la realidad. Frente a la nueva realidad social o económica, el discurso patrimonial se reviste de un carácter mítico y se erige como una especie de fortaleza autodefensiva, dentro de la cual, mediante el recurso a la idealización del pasado y la minimización de las diferencias internas, la comunidad originaria intenta reproducirse a sí misma y defenderse de la agresión exterior de carácter económico, demográfico, social o cultural, o con implicaciones simultáneas en diversas vertientes. (PRATS, 2005, p.27).⁶²

Esse apego a um passado imaginado é o que gera conflitos e, em minha perspectiva, o próprio processo crescente de degradação dos bens. Pois, as antigas elites tentam ainda ter domínio sobre os bens e narrativas patrimoniais, porém, além dessa construção ser fruto de um discurso reducionista que os enaltece, não costumam ser apontados dentro de um contexto amplo que insere a diversidade cultural do município. Não somos todos católicos, como também não somos todos açorianos, nem brancos e é esse medo da diferença e de perder o poder que ainda detêm que os leva a terem comportamentos tão ríspidos em relação a inserção de outras percepções sobre o passado.

Durante a programação da 35ª Feira do Livro foram realizados dois circuitos culturais por pontos históricos da cidade, posto que, no mês de junho de 2024, o Museu passou a contar com novo funcionário, o professor de história, músico, ator e produtor cultural, Carlos Albani. Na divulgação destas ações contava a passagem pela Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio, algo inédito em uma organização da

⁶² Tradução: "Se permanecer na sua própria inércia, o patrimônio local tem, mais cedo ou mais tarde, um lado obscuro, que se manifesta quando a população enfrenta problemas urgentes, como reestruturações econômicas, realocação de empresas, processos de evasão ou, pelo contrário, crescimento demográfico repentino de magnitude suficiente para questionar discursos identitários pré-existentes, presença crescente de contingentes de emigrantes de outros contextos culturais ou qualquer outro fator exógeno de conflito. Nestes casos, a memória partilhada e o discurso patrimonial tendem a fechar-se sobre si mesmos, a tornarem-se monolíticos e ortodoxos e a tornarem-se, em última análise, poderosos mecanismos de exclusão e negação da realidade. Face à nova realidade social ou econômica, o discurso patrimonial assume um carácter mítico e configura-se como uma espécie de fortaleza autodefensiva, dentro da qual, recorrendo à idealização do passado e à minimização das diferenças internas, a comunidade originária tenta reproduzir-se e defender-se de agressões externas de natureza econômica, demográfica, social ou cultural, ou com implicações simultâneas em vários aspectos." (PRATS, 2005, p.27, tradução minha).

Prefeitura, embora, segundo o relato de alguns participantes, a caminhada acabou não indo até esse prédio. Porém, o local também foi citado em um cartaz com os patrimônios da cidade e, atualmente, consta no site da Prefeitura enquanto patrimônio (mesmo que não tenha havido sua patrimonialização), demonstrando um processo de valorização pelo qual tem passado.

Além disso, o evento também contou com a realização de um “Painel sobre o patrimônio histórico material e imaterial de Gravataí”, organizado e mediado por mim. Em março de 2024 o CMPC estava sem representantes disponíveis para participar da Comissão Organizadora da 35ª Feira do Livro de Gravataí, cuja temática escolhida foi patrimônio. Abro um parêntese breve para dizer que não creio que esse assunto foi escolhido ao acaso, parece-me ter sido uma tentativa de dar um retorno em relação aos diversos problemas escancarados nos últimos anos dentro dessa área, aproveitando o ano eleitoral para tentar uma propaganda política bem sucedida, tendo em vista a reeleição do Prefeito em 2024.

Fato é que participei da reunião de março e achei muito estranho a programação preliminar que recebemos, pois os únicos espaços para diálogos sobre o patrimônio não incluíam os agentes culturais locais, que tem muitos projetos e ações na área. Sugerir a inserção de uma atividade com essas pessoas, algo que foi bem visto desde que eu organizasse quem seriam os interessados, pois o grupo da Comissão, aparentemente, desconhecia quem poderia ser convidado.

Criei um formulário, busquei ativamente interessados e organizei uma sugestão de ação. O tempo passou, precisei organizar toda a programação e não fui informada quem seria o responsável pela atividade até duas semanas antes de sua realização, quando entrei em contato novamente com os organizadores e para minha surpresa, seria eu, pois não havia mais ninguém que pudesse cumprir esse papel. Felizmente, recebi alguma remuneração pela ação, mas precisei disponibilizar quase três meses para que houvesse alguma atividade além daquela englobada pelo discurso oficial do patrimônio que incluía a CAERGS e oficinas ministradas por funcionários do Memorial da Santa Casa em Porto Alegre. Ou seja, a ação que organizei foi a única que abriu espaço para que os moradores da cidade pudessem contar sua história. Ela ocorreu em 30 de junho de 2024, com diversas apresentações que duraram o dia inteiro.

Para minha surpresa, após fechar a programação, com muito custo, pois havia várias pessoas que queriam apresentar seu trabalho e participar da atividade, faltando poucos dias para o evento, me pediram para incluir participantes da Comissão do

Patrimônio, criada pelo Gabinete do Prefeito. Essas pessoas estavam nos grupos em que divulguei as inscrições e não haviam mandado nada, sendo assim, seria injusto retirar o pouco tempo que os outros teriam. Mesmo assim, convidei para que fossem assistir as falas e participar dos debates, algo que um deles fez pelo período da manhã.

Dentro da programação do Painei, que pode ser vista integralmente no Apêndice X, tivemos representantes da Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio, que foram convidados a falar sobre sua história; projetos sobre os quilombos também foram lembrados na divulgação de códigos para acesso às obras que estão disponíveis no Youtube, bem como na fala de Cecília Balsamo Etchelar sobre o documentário “Rota dos Quilombos”; as Carreteadas e o movimento tradicionalista, enviaram representantes, levaram fotos e objetos para apresentar as ações que desenvolvem na cidade; diversos autores falaram sobre seus livros; obras de arte, reportagens de Jeane Bordignon sobre o patrimônio, estavam expostas na sala. Tivemos participantes que ficaram o dia inteiro conosco, dentre eles a patrona da Feira, a professora Vera Barroso e a professora Célia Silva Jachemet. Essa ação, mais uma vez, reforçou que há interesse da comunidade em relação à história e patrimônio da cidade.

Figura 93 - Painei sobre o patrimônio histórico material e imaterial de Gravataí



Fonte: MEDEIROS, Marlí Aparecida Thomassim (2024)

Dentro dessa ação específica, busquei ativamente participantes, criando formulário e fazendo convites individuais aqueles que eu sabia que já haviam desenvolvido algum trabalho em relação ao patrimônio de Gravataí. Tanto que, no dia, era possível ver grupos ligados ao tradicionalismo, representantes do Seis de Maio,

agentes culturais independentes, pesquisadores, pessoas que vieram de forma orgânica, muitas das quais eu nem conhecia. Pessoas ligadas ao movimento açoriano na cidade também foram convidadas, todavia, como a organização do evento e a Prefeitura, conseguiram uma sala exclusiva para a CAERGS durante todos os dias da Feira, eles optaram por não ocupar o momento do Painel, que já estava sendo dividido entre muitos grupos que não haviam sido contemplados em outros momentos da programação. Representantes do Quilombo Manoel Barbosa, infelizmente, também não puderam participar. Porém, busquei fazer algo que incluísse a todos, percebendo que

El principal camino para convertir al patrimonio local en un instrumento abierto y de futuro pasa básicamente, a mi entender, por dar prioridad absoluta al *capital humano*: las personas antes que las piedras. Cuando hablo de capital humano y de personas, me refiero, naturalmente a la población, pero a toda la población, autóctona o no, y a procesos de participación activa. Pero me refiero también a técnicos. Técnicos en gestión patrimonial que, en este caso, deben ser además, a la vez, científicos sociales capaces de trabajar en la población y con la población, en el ámbito de lo extremadamente concreto, es decir antropólogos y antropólogas formados en el trabajo de campo. Y me refiero, también, a agentes culturales locales, personas implicadas en el devenir comunitario y dispuestas a participar en la empresa. (PRATS, 2005, p.28, grifo do autor).⁶³

Sendo assim, através de uma ação inserida em uma programação oficial da Prefeitura tentei encontrar um pequeno, mas fundamental, espaço para abordar narrativas dissonantes. Compreendendo que esses momentos de abertura precisam ser apresentados para mostrar, cada vez mais, a diversidade de histórias que compõem a população dessa cidade e que precisa ser valorizada. Assim, como nos outros eventos que promovi, fui atrás de pessoas qualificadas, com um extenso conhecimento para falar sobre suas áreas e, para mim, é essa pluralidade que deu força para todas essas iniciativas. Buscando aquilo que Antonio Bispo dos Santos – Nêgo Bispo – chama de *confluências*, articulando convergências e divergências, pois

⁶³ Tradução: "O principal caminho para transformar o patrimônio local num instrumento aberto e orientado para o futuro passa basicamente, na minha opinião, por dar prioridade absoluta ao *capital humano*: as pessoas antes das pedras. Quando falo de capital humano e de pessoas, refiro-me, naturalmente, à população, mas a toda a população, nativa ou não, e a processos de participação ativa. Mas também me refiro aos técnicos. Técnicos de gestão patrimonial que, neste caso, devem ser também, ao mesmo tempo, cientistas sociais capazes de trabalhar a população e com a população, no âmbito do extremamente concreto, quer dizer antropólogos e antropólogas formados em trabalho de campo. E me refiro, também, a agentes culturais locais, pessoas envolvidas no desenvolvimento comunitário e dispostas a participar nesse empreendimento." (PRATS, 2005, p.28, grifo do autor, tradução minha).

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. (SANTOS, 2023, p. 04-05).

Em minha visão, essa tem que ser a tônica das ações patrimoniais, ainda mais em uma cidade onde há tantas tensões e disputas de narrativas. Perceber que as diferenças nos alimentam e fortalecem é fundamental para pensar um processo de ativação do patrimônio local.

Em 2024, fui convidada para fazer uma fala no Dia Estadual do Patrimônio, durante a primeira ação promovida pela Prefeitura para comemorar essa data. Não irei me alongar muito nessa participação, pois um relato mais detalhado consta no Apêndice W, enviado ao Museu e ao CMPC. Todavia, o que presenciei, infelizmente, foi um reforço a tudo que vim combatendo e tentando desconstruir nesses últimos anos. Tivemos longas falas de grupos ligados à uma perspectiva açoriana de Gravataí e de membros da Comissão do Patrimônio. Nenhum grupo da sociedade civil, que não estivesse vinculado a esse discurso oficial, foi convidado, além do Projetos Culturais Irmãs TM e do CMPC.

Presenciei a frase “somos todos açorianos” e ouvi ações que realizei enquanto conselheira serem atribuídas apenas a determinados grupos, como se não tivesse havido combates, denúncias, perseguições políticas, intimidações etc. Reforço que, estávamos em ano eleitoral e todas as ações promovidas pela Prefeitura acabavam tendo um enfoque político que valorizava tudo o que o atual governo fez. Me senti envergonhada de ter meu nome na programação do evento, até porque, eu havia sido convidada para falar dos trabalhos que desenvolvi e fui colocada como apoiadora, sendo que nunca tive acesso à programação do evento e que não estava de acordo com o discurso propagado na ação.

Pois bem, após várias horas ouvindo os grupos detentores do poder discursarem, realizei uma fala indignada sobre o livro “Gravataí: entre anjos e gravatás”. Mencionei o processo de perseguição ao qual fomos apenas mais uma das vítimas e que tenta incessantemente destorcer a história da cidade, retirando a contribuição dos governos de esquerda; dos negros e indígenas que formam a cidade;

da própria sociedade civil que é a principal responsável por tudo o que temos e que já tivemos em termos de cultura no município.

Em poucos minutos de fala uma representante da Comissão de Patrimônio e do Gabinete do Prefeito, começou a pedir à cerimonialista que encerrasse nossa participação pois nós, que fomos convidadas para falar, estávamos atrasando o evento. Após o ocorrido me retirei e parei de acreditar que qualquer medida do atual governo possa ter uma preocupação real com o patrimônio e a história dos gravataienses. Mas, o erro foi totalmente meu, pois, já deveria ter aprendido com as pesquisas que realizei, que tudo é política, são interesses particulares que usam o dinheiro público para construir sua versão do passado. Uso esse caso de alerta para que todos os pesquisadores tentem compreender o cenário político nos quais estão inseridos, façam o exercício de perceber quem as pessoas acham que vocês são e como isso impacta na recepção das questões que vocês trazem. Não há imparcialidade. O relato sobre o evento, enviado ao CMPC e ao Museu em 21 de agosto de 2024, pode ser lido no “Apêndice W – Dia Estadual do Patrimônio de 2024”.

Outra crítica que fiz ao evento, além da falta de diversidade nos discursos apresentados, tem relação ao local escolhido para realizar a ação, o Casarão dos Bina. O prédio reformado após denúncias, tornou-se um troféu em ano eleitoral e um símbolo da suposta preocupação do governo com a cultura. Um local que representa, mais uma vez, elites, e no qual não se problematizou a presença de pessoas escravizadas, por exemplo. Além disso, o restante da programação organizada pela Prefeitura incluía a apresentação de um coral e uma peça de teatro, aos quais eu não assisti. Me pareceram escolhas equivocadas para a ocasião, pois, mais uma vez, a discussão patrimonial foi relegada para o segundo plano, passando por cima de questões complexas de forma superficial.

Porém, quero acreditar que minhas falas, bem como as de minha irmã e das conselheiras do CMPC, Marlí A. Thomassim Medeiros (conselheira titular da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial) e Silvia Maciell (presidente do Conselho e representante da Setorial de Culturas Populares), que mencionaram a questão de um passado indígena e negro na cidade, surtiram efeitos. Pois, a inauguração do Casarão dos Bina contou – ao menos em sua programação, posto que não fui ao evento conferir – com a apresentação de uma roda de capoeira.

Em 2024, meus pais foram premiados pelo Prêmio Dana de Artes Visuais e apresentaram a exposição fotográfica “Gravataí: fotografe antes que acabe”. Desde

2020, e antes disso também, eles reuniram fotos dos bens da cidade e tentaram contar essa narrativa através de imagens, peças em relevo, maquetes, obras táteis e vídeos que apresentavam esses locais. Obviamente, auxiliei eles nesse processo, que foi desafiador pois tivemos impasses até mesmo por eles se oferecerem para mediar a exposição e fazer uma caminhada pelo centro com os visitantes interessados, pois os representantes do local disseram que deveríamos sempre avisá-los sobre as ações que promovêssemos.

Estranhamente, todas as atividades foram acompanhadas de perto por funcionários e, até mesmo, por membros da Comissão de Patrimônio. Algo que parecia uma gentileza, a meu ver, depois de tudo que passamos, tratou-se de um mecanismo de controle. Desde que o projeto, com um nome tão desafiador, foi aprovado, no começo de um ano eleitoral, percebi tensões e até mesmo medo das pessoas com o que iríamos falar. A exposição foi divulgada pela Prefeitura faltando apenas poucos dias para sua finalização, algo vergonhoso, pois essa era a contrapartida deles no edital. Há um medo grande de narrativas diferentes daquelas propagadas no discurso oficial produzido pela Prefeitura, o que ficou nítido em diversos momentos dentro de minha pesquisa.

Todavia, a ação transcorreu sem maiores transtornos e foi a mais visitada daquele ano no Quiosque da Cultura, devido ao incansável trabalho dos meus pais no atendimento ao público e desenvolvimento de atividades, além do meu e de minha irmã na divulgação. Ressalto que muitos visitantes perguntaram sobre as caminhadas culturais, a localização dos espaços e disseram desconhecer vários deles. Contudo, esse interesse e falta de informações só vem reforçar os problemas percebidos no começo da tese, como: a artificialidade na eleição de patrimônios e a ausência de identificação por parte da população com esses bens e o discurso oficial produzido a partir deles.

Figura 94 - Montagem da exposição



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Figura 95 - Montagem da exposição



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Entre os anos de 2023 e 2024, a iniciativa “Projetos Culturais Irmãs TM”, desenvolveu o projeto “Jogo Gravataí: entre anjos e gravatás”, pois, ao longo dos anos, o livro que foi rejeitado pela SMED e, porque não dizer pela Prefeitura, já que buscamos contato com o Gabinete do Prefeito, passou a ser valorizado e utilizado amplamente. Perdi as contas de quantos funcionários públicos me procuraram pedindo informações e relatando que usavam a obra em seu cotidiano. Sendo assim, decidimos transformar essas informações e muitas outras, em um jogo didático.

Figura 96 - Imagem da tampa do jogo



Autora: Carolina TM (2024).

A Lei Paulo Gustavo tornou possível a execução e fabricação dos jogos que foram, novamente, distribuídos gratuitamente, 90% dos exemplares foram para escolas, secretarias municipais que atendessem crianças e jovens, incluindo a Educação, Assistência Social, Cultura, Saúde (pois existe a equipe de atendimento multidisciplinar que solicitou jogos), além da Associação de Moradores do Quilombo Manoel Barbosa e da CAERGS. Desta vez, a SMED nos auxiliou divulgando as capacitações que marcamos através de nosso contato com escolas municipais, além disso, se fez presente, talvez, para também poder acompanhar qual seria a nossa narrativa sobre o projeto e sobre o livro que recusaram. A 28ª CRE, nos cedeu espaço, organizou uma capacitação e convocou representantes das escolas estaduais, assim como em 2021, fizeram questão de valorizar o trabalho e agradecer o recebimento de doações.

O projeto envolveu oito pessoas de áreas diferentes, quatro participantes que desenvolveram o livro em 2021 – Helena, Marlí, Nestor e Carolina –, um contador, um revisor gramatical, uma pedagoga e uma ex-colega da Museologia, com as quais eu já havia desenvolvido outro jogo didático. O jogo apresenta um tabuleiro, impresso em lona, com um mapa da cidade, sendo possível ver também as divisas do município. No manual, tentamos inserir a listagem de bens patrimonializados, sítios

arqueológicos e quilombos. Durante a pesquisa foram desenvolvidas 90 (noventa) cartas de questões, cada uma abordando um tema relacionado a cidade, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 9 - Temas selecionados para as cartas do "Jogo Gravataí: entre anjos e gravatás"

TEMAS DAS CARTAS DO JOGO GRAVATAÍ: ENTRE ANJOS E GRAVATÁS		
Parque Municipal de Eventos	Açorianos	Festa do Divino
Primeira estrada pavimentada	Açorianos	Carreteata
Quilombo Manoel Barbosa	Africanos	Colégio Estadual Barbosa
Quilombo do Paredão	Indígenas e sítios arqueológicos	Colégio Dom Feliciano
Quilombo Ferreira-Fialho	Liga de Futebol Gravataiense	Fonte do Forno
Quilombo da Anastácia	BR 290 (<i>Free-way</i>)	Símbolos de Gravataí
Associação Beneficente Seis de Maio	Quilombos	Bromélias e Rio Gravataí
Sítio arqueológico Arroio dos Ferreiros	Aldeia dos Anjos	Brasão de Gravataí
Sítios arqueológicos	Prédio do Museu	Hino de Gravataí
Sítio arqueológico Morungava	Praça do Quiosque	Limites geográficos
Sítio arqueológico do Aterro Sanitário	Primeira escola	Economia
Primeiro cemitério	Primeiro hospital	Distrito Industrial
Vila Lourdes	FETEG	Emancipação
Igreja Luterana	Casarão dos Bina	Emancipação
Cruzeirão	Nome Gravataí	Limites geográficos
Terno de Reis	Rio Gravataí	Guerras Guaraníticas e Aldeia dos Anjos

Marcha para Jesus	Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande	Guerras Guaraníticas e Aldeia dos Anjos
Religiões de matriz africana	Morro Itacolomi	Igreja Matriz
Dogmas e tradições dos povos de terreiro	Museu Municipal	Dom João Becker
Aldeia dos Anjos	Quiosque da Cultura	Dom Feliciano
Atafona do Xará	Casarão dos Bina	José Marcelino de Figueiredo
Buraco da Velha	Casarão dos Fonseca	Antônio Soares da Fonseca
Praças Municipais	CTG Aldeia dos Anjos	Agostinho Martha
Beco dos Catutas	Escola de Samba Acadêmicos	José Loureiro da Silva
APN-VG	Igreja Matriz	Coronel Fonseca - Antônio Rodrigues da Fonseca
Aldeia dos Anjos	Seminário São José	Sepé Tiarajú
Mandioca	Capela Santa Cruz	Jorge Rosa
Nazário	Feira do Livro	Herança indígena
Indígenas	Rodeio do Mercossul	Morro Itacolomi
Pracinhas	FESTIL	Antiga Prefeitura

Fonte: Dados do autor.

No quadro acima é possível observar que buscamos inserir nas questões os bens patrimonializados, os sítios arqueológicos, os quilombos, locais de referência (como o Hospital e o cemitério), manifestações culturais da cidade, informações sobre sua história e geografia. Houve uma tentativa de diversificar, mais uma vez, a narrativa usual sobre a cidade, respeitando também os discursos oficiais associados aos açorianos, por exemplo.

Ao todo, o grupo realizou, até o momento, 05 (cinco) capacitações com professores e funcionários da cultura. Além de uma *live* disponível no canal do *Youtube* da iniciativa Projetos Culturais Irmãs TM. Mas, o jogo foi finalizado apenas

em novembro de 2024, sendo assim, ainda não sei quais serão seus reais desdobramentos.

Figura 97 - Capacitação de professores para o "Jogo Gravataí: entre anjos e gravatás"



Fonte: MEDEIROS, Carolina Thomassim (2024).

O que vi reforçado, a partir das capacitações, foi novamente o desconhecimento dos moradores com a história da cidade. As pessoas não sabem da existência de sítios arqueológicos ou de quilombos, não conhecem quais são os bens patrimonializados e tem uma grande carência em relação a projetos que atendam, principalmente, o público em idade escolar, realizando a difusão de informações.

Participando da criação do livro "Gravataí: entre anjos e gravatás" (2021), da exposição "Gravataí 22" (2022), organizando o "Webinário: Patrimônio em Gravataí" (2022), a "1ª Caminhada Cultural pelo centro de Gravataí" (2022), ações para o Dia dos Museus (2023), a "2ª Caminhada Cultural pelo centro de Gravataí" (2023), o "Painel sobre o patrimônio histórico material e imaterial de Gravataí" na 35ª Feira do Livro (2024), desenvolvendo o "Jogo Gravataí: entre anjos e gravatás" (2024) e contribuindo na exposição "Gravataí: fotografe antes que acabe" (2024), tentei trazer à tona as discussões sobre o passado da cidade, processos de apagamento e silenciamento, em especial no que diz respeito as heranças indígenas e negras da cidade. Objetivando, através dessas ações, inserir a pauta da herança negra dentro de uma perspectiva patrimonial. Segundo Mignolo (2008)

[...] a opção descolonial demanda ser epistemicamente desobediente. A esse respeito, identidade em política e que identidade em política não é uma questão de ação afirmativa e multiculturalismo [...] O caminho para o futuro é e continuará a ser, a linha epistêmica, ou seja, a oferta do pensamento

descolonial como a opção dada pelas comunidades que foram privadas de suas “almas” e que revelam ao seu modo de pensar e de saber. (p.323)

Deste modo, é interessante mencionar que houve relatos de pessoas que estudavam a história de Gravataí e que desconheciam espaços como o Clube Social Negro Seis de Maio ou a existência de quilombos no território, demonstrando dificuldades com a difusão de informações no município. A participação da presidente da Associação dos Moradores do Quilombo Manoel Barbosa, Carmem Lucia dos Santos, foi fundamental, tanto para o sucesso da 2ª Caminhada Cultural, quando para o desenvolvimento dessa tese. Pois, a partir da identificação de um problema na preservação e reconhecimento de bens pela população fui percebendo uma série de outros conflitos.

Identifico os projetos culturais como uma resposta à uma patrimonialização sem impacto social. Sendo assim, os projetos cumprem a função de preservação à medida em que geram documentos e percepções alternativas sobre a cidade. A apesar de todos os percalços e problemas que tive ao longo do caminho, acredito que essas ações de resistências e, muitas vezes, de embate são necessárias. Tanto para cobrar que medidas sejam tomadas em relação a cultura e patrimônio em Gravataí, quanto para inserir diferentes narrativas. Todavia, reforço que

A destruição de um pactuar narcísico não é só individual, mas tem sua âncora em ações coletivas estruturais envolvendo a responsabilidade social das organizações que precisam se posicionar diante sua herança concreta e simbólica na história do país. Não podem se omitir dos créditos e das dívidas das gerações passadas, como da escravidão ou dos recorrentes períodos ditatoriais, para não cair no mecanismo de repetição do qual as gerações futuras só teriam a sofrer. (BENTO, 2022, p.125)

Sendo assim, é preciso que a comunidade se mobilize para transformar o cenário que vivemos, seja ele político, econômico, cultural, patrimonial, dentre tantos outros. Em minha pesquisa, tive como foco a patrimonialização e a patrimonialidade em Gravataí, mas o que observei vai além da chancela de patrimônio e é preciso que a população tenha consciência das amarras sobre as quais nós, países colonizados, pessoas dominadas pela colonialidade, que buscam no algoz a sua imagem e semelhança, ainda vivemos para conseguir se libertar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a forma como os bens são patrimonializados, conclui que esses são discursos construídos por detentores de poder em diferentes circunstâncias, que tentam por diversos interesses políticos, econômicos e de manutenção do *status quo* definir como gostariam que a sociedade fosse e não como ela é. A população está alijada desse processo, talvez, desde sempre. Essa constatação não é nada nova, e são temas debatidos no Brasil desde a década de 1930, onde já se falava da necessidade de se ver o patrimônio de uma perspectiva mais ampla, porque aquilo que permanece emaranhado nos costumes diários, festas e manifestações populares é o que demonstra a patrimonialidade vivenciada pelas comunidades. Ou seja, nesse trabalho estou muito longe de inventar a roda, apenas observo como ela gira e demonstro por quais motivos ela roda em Gravataí. Posso dizer que, ao longo desses anos, tentei inserir uma rotação diferente, mas só o tempo vai dizer no que essas análises podem contribuir ou transformar.

O processo de transformação da cidade inicia-se com a intensificação da industrialização da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), sendo assim, na década de 1970, a construção da BR-290 (*Freeway*) e da inserção de Gravataí na RMPA, impactaram em mudanças econômicas e populacionais. Possivelmente, ao observar esse cenário, tentativas de manter a identidade do local iniciam e vão também moldar um discurso oficial sobre o patrimônio.

Paralelamente no Rio Grande do Sul há uma busca por uma identidade europeia que caracterizasse a região metropolitana, o que encontra força no processo de autonomia dos Açores em 1976, que, por sua vez, buscava construir uma imagem diferenciada de Portugal. Elementos implementados por colonizadores açorianos já estavam presentes no movimento tradicionalista, a exemplo das danças do Pezinho e Chimarrita. Gravataí, por ser uma cidade com tradição rural, na qual famílias antigas, que vinham desde o período colonial e escravocrata, comandavam o local política e economicamente, já utilizava o tradicionalismo como representação de sua identidade.

Todos esses fatores vão se somar no momento que se começa o processo de memorialização. O Museu, criado oficialmente em 1974, dentro da Secretaria Municipal de Educação (SMED) vai buscar subsídios teóricos realizando os Simpósios estaduais sobre a cultura gravataiense, nos quais elementos sobre o passado

indígena e negro já serão fortemente indicados. Porém, como a construção identitária do gaúcho já abarcava elementos multiculturais – uma vez que o chimarrão é um hábito originado dos povos indígenas e que o *gaúcho* nada mais era do que um tropeiro, uma pessoa “do povo” que realizava funções do campo – e que somos um povo colonizado, cuja colonialidade nos faz buscar sempre a imagem do colonizador, o açoriano veio muito bem a calhar. Sendo assim, cria-se uma narrativa, baseada em alguns fatos reais, de que todos somos açorianos (conforme foi dito na celebração municipal do Dia Estadual do Patrimônio de 2024).

Porém, a própria identidade açoriana não existia e Gravataí vai buscar elementos como a fé católica, as danças que eram tradicionalistas e passam a ser vistas como folclóricas, personagens históricos, famílias tradicionais e estilo arquitetônico que pudesse ancorar essa percepção de açorianidade. Esse processo se inicia na década de 1970, mas vai ganhando força e é utilizado inúmeras vezes, sendo essa uma imagem estimulada por diversas gestões do governo municipal.

Pode-se identificar essa valorização na abertura de uma sala açoriana em 1991, cujo acervo passa a integrar o do Museu nos anos subsequentes; na cedência de um prédio público para ser a Casa dos Açores do Rio Grande do Sul (CAERGS) em 2003, que recebe o acervo da antiga sala; na patrimonialização de diversos bens, desde 2004, associando-os a uma herança açoriana; na construção de um Monumento aos Açores em 2023; na celebração de um acordo no qual a cidade torna-se irmã de Horta, município localizado na Ilha do Faial, em 2023; nas apresentações do Rancho Folclórico em diversos eventos promovidos pela Prefeitura; na disponibilização de uma sala para a CAERGS na 35ª Feira do Livro de 2024; na inserção de representantes desse movimento no grupo especial de trabalho, comumente chamado de Comissão de Patrimônio, criado pelo Gabinete do Prefeito em 2024.

Todavia a açorianidade utilizada no município também vai realizar uma leitura própria desse passado, no qual esses colonizadores são todos católicos, brancos, de olhos azuis. Excluindo desse discurso a ocupação do Império Islâmico na Península Ibérica por quase 800 anos; o exílio de judeus nas ilhas do arquipélago; a mão de obra africana, escravizada por Portugal desde o século XV, que vai ser levada ao local. Baseado em diversos fatos históricos o que percebo é que o açoriano gravataiense já é um produto da imaginação.

Essa construção se agrava ainda mais quanto observo que a história da cidade é a de uma ocupação indígena milenar que se soma a populações guaranis trazidas das Missões Jesuíticas no século XVIII, tornando o local o maior aldeamento indígena do Estado no período colonial. Além disso, a presença de pessoas escravizadas de origem africana, que começam a ser trazidas nesse mesmo século, faz com que a soma desses povos mostre uma cidade majoritariamente negra e parda já no século XIX. Igualando-se em porcentagem, naquele período, com diversas outras cidades do Brasil e que, em momento algum, são apontadas como unicamente brancas, como é o caso de Gravataí que, em dados do IBGE de 2023, vai dizer que 79% de sua população se considera branca. Com toda a certeza esse é um exemplo concreto do projeto de embranquecimento imposto pelos colonizadores e mais ainda, um reflexo da colonialidade que nos impede de enxergar outras raízes que não as europeias.

As mudanças políticas na cidade que foram de governos populistas e de prefeitos de esquerda (PT governou entre 1997 e 2011) para gestões de direita com tendências neoliberais (a partir de 2012 os prefeitos foram do PMDB, atual MDB), afetaram fortemente o cenário cultural. A extinção da FUNDARC em 2017 levou a inexistência de uma secretaria de cultura em Gravataí, o que fez com que a temática migrasse para a SMCEL e, em 2024, para SMGCC. A disputa eleitoral daquele ano, trouxe essa pauta, com o auxílio do CMPC, sendo assim, nas propostas de todos os candidatos estava a criação de um órgão gestor para a cultura.

A Secretaria Municipal da Cultura (SMC) foi incluída já no projeto de lei que dispunha sobre o ordenamento estrutural da cidade no final de 2024, com a reeleição do prefeito (filiado ao PSDB desde 2023). Porém, com apenas duas competências, que basicamente colocavam que a Secretaria servia para promover atividades culturais, de forma genérica e exercer atividades delegadas pelo Prefeito. Demonstrando que a proposta de a criar não estava madura ou, talvez, a pauta tenha sido usada para campanha. Todavia, graças à intervenção do CMPC, através de mim e minha mãe, atual conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, houve uma emenda e a SMC, começou a funcionar em 2025 minimamente com as competências similares com as que já eram da FUNDARC, tendo um orçamento diminuto e um escasso quadro de funcionários. Sendo assim, não posso dizer que houve algum avanço na esfera cultural, mas o princípio de uma retomada daquilo que perdemos há oito anos.

O processo de patrimonialização na cidade tinha questões complexas como a valorização de um passado apenas europeu, açoriano, algo que não se alterou profundamente com os novos bens patrimonializados, que insistem em uma herança histórica europeia e com bases religiosas claras, a cristã. Porém vejo a patrimonialização da “Cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana” (2024), como um grande avanço na valorização de diferentes religiões e para grupos de ascendência africana que fazem parte do município.

O Departamento de Patrimônio Cultural e Natural realizava pesquisas históricas, documentava informações sobre os bens e realizava tombamentos. Havia uma preocupação com a materialidade frente ao risco de perda, que eram documentadas com pesquisas, fotos e demandas oriundas, muitas vezes, dos profissionais do Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca.

Possivelmente, em função da extinção da FUNDARC, o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural parece ter ficado esquecido, posto que os processos de patrimonialização municipais passaram a acontecer via Câmara Municipal de Vereadores, desde 2012, e Gabinete do Prefeito, em 2023. Os bens patrimonializados seguem demandas diferentes, mas chama a atenção que a primeira vez em que observamos um bem patrimonializado via Câmara de Vereadores é no ano de 2012, coincidentemente, um ano após o PMDB/MDB assumir o governo da cidade. Sem as pesquisas do Departamento foram identificados dez bens que agora são legalmente patrimônios materiais e imateriais do município.

Os bens patrimonializados por meio do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural são listados e suas pesquisas aparecem no livro tombo do Museu Municipal Agostinho Martha, sendo assim, podem ser utilizadas para estudos e foram fonte da pesquisa. Todavia, nos processos de patrimonialização feitos pela Câmara de Vereadores e Gabinete do Prefeito não constam as pesquisas realizadas ou fonte de estudos sobre os temas. Inclusive, no começo de 2024 foi criado um grupo especial de trabalho (GRAVATAÍ, 2024h), comumente chamada de Comissão de Patrimônio, para realizar tais pesquisas que conta com servidores públicos como engenheiros e arquitetos, além de alguns voluntários da sociedade civil ligados à grupos de dança açoriana e a organizações da Igreja Católica.

Baseado em entrevistas e na pesquisa participante percebe-se que a Câmara Municipal de Vereadores e o Gabinete do Prefeito patrimonializam bens, sem que seja possível acessar suas pesquisas e, aparentemente, a partir de solicitações de grupos específicos ou como forma de manter determinados eventos culturais ocorrendo na cidade. O risco de perda fez com que os bens da Igreja Católica, que são históricos e que o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural já havia tentado tomba, se tornassem patrimônios, por meio de denúncias feitas em redes sociais e levadas pelo CMPC. A preocupação com a permanência de eventos, como o Terno de Reis e FETEG, fez com que eles fossem os primeiros patrimônios imateriais de Gravataí. Possivelmente, disputas religiosas e políticas levaram a patrimonialização da “Marcha para Jesus” e “Cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana”. Todavia, a patrimonialização do evento “Rua Aberta”, que ocorre há menos de dois anos na cidade é um sinal claro de que o patrimônio é utilizado quase que unicamente para fins políticos.

Não posso invalidar tais iniciativas, até porque muitos desses bens foram patrimonializados desta forma para que não se perdessem, mas, esses processos refletem um cenário político muito mais preocupante. Tornamos bens culturais patrimônios como forma de mantê-los a todo custo, pois percebemos que essa é a única medida possível. O setor cultural foi fortemente atacado pelos governos de direita em muitas esferas, sendo aqueles que representavam vertentes de pensamento diferentes agredidos verbal e fisicamente. Relato que ao ingressar no CMPC as falas dos agentes culturais eram vistas como ataques e respondidas como tal por funcionários, muitas vezes, cargos de comissão, que representavam o poder público. Como se aqueles que fazem cultura fossem inimigos dos que governam e qualquer questionamento considerado uma afronta. A melhora no CMPC coincidiu com a reeleição de Lula em 2023, demonstrando como são frágeis nossas estruturas.

Se, com a FUNDARC, durante os governos do PT, foram criados o Cine teatro (1998); o Parque Municipal de Eventos (1998); o Parcão (1999); a CAERGS, inaugurada em 2007, que, apesar de não ser uma instituição pública, tem diversas atividades culturais, pois o prédio passou por um processo de permuta com a Prefeitura em 2003; a revitalização do Museu Municipal, incendiado em 1997, entregue em 2009; o Quiosque da Cultura (2011). Desde 2012, com os governos do PMDB/MDB, agora PSDB, acompanhamos a reinauguração do Parcão no qual não se encontra menção de sua criação, apenas uma placa que remete ao ano de 2016;

extinção da FUNDARC (2017); fechamento do Museu (2018), que está há mais de seis anos sem uma sede temporária e teve parte de seu acervo distribuído em diferentes prédios do poder público, além da colocação de uma santa no lugar do anexo que expunha o acervo rural em 2020/2021; venda do Parque Municipal de Eventos (2019), para criação de um novo espaço em 2020; notícias sobre a possível demolição do Cineteatro, desde 2020; notícias sobre a possibilidade do Quiosque ir para a Guarda Municipal, veiculadas entre 2022 e 2023; inexistência de uma Secretaria da Cultura sendo essa colocada em com a SMCEL e com a SMGCC em 2024; a quase criação da SMC em 2025, sem competências cabíveis.

A partir de 2023, diversas medidas foram tomadas para sanar os déficits criados com o setor cultural: a antiga Prefeitura, sede do poder público municipal desde 1894, vira Casa de Cultura no final de 2023, porém, o espaço não pode ser ocupado por necessitar de reformas emergenciais em seu telhado até 2025; a Prefeitura adquiriu uma sala em um prédio comercial, onde já foi um cinema da cidade, e destinou o espaço para a cultura entre 2023 e 2024, em virtude de verbas federais ligadas à Lei Paulo Gustavo (LPG) que previa orçamento para reforma de salas de cinema, o local ainda segue em obras⁶⁴; anunciou-se na 35ª Feira do Livro de Gravataí o projeto de revitalização do Museu Municipal Agostinho Martha, porém, sem previsão de realização das obras; o Casarão dos Bina, bem histórico e tombado da cidade que estava em estado de deterioração avançada desde a extinção da FMMA em 2021, passou por reformas entre 2023 e seria entregue para a cultura, porém no final de 2024, quem passou a utilizar o local foi o SESC.

A criação destes espaços é uma importante realização para a cultura da cidade, todavia, estávamos próximos ou em ano eleitoral quando ocorreram, o que torna tais iniciativas proveitosas para os atuais governantes, que se reelegeram. Não há designação clara para o uso dos espaços, nem criação de cargos para especialistas que possam trabalhar nestes novos equipamentos culturais. O temor é que os locais reformados com o dinheiro público sejam cedidos para empresas privadas no futuro, como já aconteceu com o Casarão dos Bina em 2025.

⁶⁴ Em virtude de ter saído do CMPC em junho de 2024, não havia tido mais informações sobre o processo em questão, porém durante uma reunião com a SMC e a sociedade civil, realizada em junho de 2025 descobri que as verbas da LPG que iriam para essa antiga sala de cinema precisaram ser redirecionadas e foram destinadas ao antigo teatro da ULBRA, que atualmente é a Prefeitura.

Entre o final de 2023 e primeira metade de 2024 observei inúmeras mudanças e melhoras na relação do governo municipal e o setor cultural. Incluindo a contratação de funcionários, enquanto cargos de comissão ou funções gratificadas, com formação e experiência nos setores da cultura que representam, algo que não era nada comum nos outros anos de gestão do atual governo. Mas, como levantado anteriormente, podemos questionar se essas alterações se relacionam ao ano eleitoral, a mudança em relação ao governo federal ou a uma compreensão real de que a cidade é de todos.

Os problemas de pesquisa anunciados na introdução desse estudo foram desenvolvidos extensamente ao longo da tese, contudo, deixo aqui um breve relato sobre o que percebi. Em relação a questão: *quais são as lacunas advindas do processo de patrimonialização instituído na cidade?*

A hipótese levantada foi comprovada ao perceber que o discurso oficial sobre o passado, apesar de citar a presença das populações indígenas e negras na história da cidade, sempre pareceu colocá-los em segundo plano diante de uma herança europeia, açoriana. Assim, considero que as heranças indígenas sofrem com a invisibilidade, pois elas estão nos processos de patrimonialização, nos bens selecionados para compor o acervo do Museu, mas, costumeiramente, não são suscitadas. A população, muitas vezes, descende desses povos, entretanto, desconhece sua história, eles ficam apenas na menção de tempos antigos, como se no presente, nós não tivéssemos mais qualquer relação com eles. A identificação com esse passado foi buscada no projeto “*Gravataí Missioneira*”, porém se ancorava em uma perspectiva muito superficial, sem se aprofundar nos processos de colonialidade e na forma como eles impactam a população.

A herança negra, por sua vez, sofre com um processo proposital de apagamento, são grupos que estiveram presentes desde os primórdios da cidade e continuam ativos em todas as dinâmicas sociais, mantendo tradições, espaços de sociabilidade, lutando pelo reconhecimento de suas terras. Porém, nomes de ruas são alteradas, como é o caso do Passo dos Negros que hoje é Passo dos Ferreira; na literatura histórica enaltecida pelo poder público, são tidos como poucos, que não tiveram grandes contribuições; no discurso oficial do patrimônio o passado escravocrata raramente é citado; não se pesquisa por sítios arqueológicos que pudessem contribuir com o conhecimento sobre esses povos. Tenta-se apagar a contribuição dessas pessoas no passado e no presente.

Um dado importante trazido nesse ponto é o mapeamento dos locais relacionados aos bens patrimonializados, observo que há uma relação geográfica, sendo a maior parte dos bens tombados e mesmo aqueles patrimonializados enquanto bens imateriais, localizados na região central do município. Esse dado indica uma forte limitação nas pesquisas patrimoniais executadas, que pode estar relacionado com o fato de que historicamente os recursos destinados à cultura sempre foram poucos, levando a uma dificuldade no deslocamento dos servidores e/ou a escolha de uma narrativa vinculada à grupos detentores do poder político e econômico que costumeiramente vivem e estruturam suas vidas nessa área.

O segundo problema levantado era: *se os discursos sobre o passado não encontram ressonância na população gravataiense, quais seriam as narrativas e espaços, dotados de patrimonialidade, capazes de cumprir tal ressonância?* Não posso dizer que a açorianidade não cumpriu um papel importante para a cultura e patrimônio de Gravataí. Se não o fizesse, dificilmente seria mantida há tantas décadas. Contudo, representa grupos específicos que estão envolvidos com a dança, pesquisas e a continuidade da CAERGS. Percebo que o grande motivador desse interesse foi a busca do governo dos Açores em relação as chamadas comunidades da diáspora. Fazendo com que houvesse estudos ligados ao tema, levando muitas pessoas da cidade em viagens internacionais, estimulando a construção e busca por esse passado. Então é difícil dizer o quanto essa identificação é orgânica ou produto de esforços, pois as heranças indígenas e negras nunca foram o foco de interesse dos pesquisadores no município.

Em virtude de os descendentes de indígenas terem sido incorporados, muitas vezes, na sociedade gravataiense aos colonizadores, é comum encontrarmos pessoas com fenótipos desses povos, mas que se identificam como alemães, poloneses, italianos, açorianos, entre outros, agarrando-se a um ancestral europeu para se legitimar socialmente ou mesmo desconhecendo totalmente essas origens. É nítida a integração entre europeus, africanos e povos originários na região, mas não creio que seja possível percebê-los separadamente, conforme aponta Costa (2007), ao abordar essas relações em comunidades quilombolas.

Todavia, há diversos grupos que lutam para manter viva sua cultura e para ter acesso a terras ancestrais, como é o caso dos Mbyá Guarani que desde 2021 buscam a retomada de terras no Mato do Júlio em Cachoeirinha (município que fazia parte de

Gravataí até 1966). Artefatos relacionados a esse passado são encontrados em ao menos 03 (três) dos 04 (quatro) sítios arqueológicos identificados no território.

Deste modo, acredito que o incentivo a pesquisas relacionadas aos sítios arqueológicos, aos artefatos encontrados, as peças do Museu, a genealogia dos moradores e ao mapeamento dessas heranças na cidade e em sua população poderia contribuir para termos uma outra visão sobre Gravataí. Entretanto, esse ainda é um trabalho extenso e que precisa de profissionais qualificados para ocorrer. Nesse sentido, a falta de algum centro de pesquisa universitária relacionado as Ciências Humanas, faz com que a cidade perca muito em termos de conhecimento.

Através da análise dos projetos aprovados pela Lei Aldir Blanc, em esfera municipal, de 2020 e dos pontos de cultura identificados por meio da Política Nacional Aldir Blanc em 2024, observo que a herança negra, em variadas manifestações é um elemento potente de patrimonialidade. Mesmo antes da chancela de patrimônio, que veio pela lei ordinária nº 4754, a identificação com as religiões de matriz africana fez com que tenhamos avançado nessa questão. Pois a cidade tem o Conselho Municipal do Povo de Terreiro (CMPTG); o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPRIR); a criação do Santuário Afro e Reserva Ecológica, em 2013, mesmo que esse esteja fechado desde 2020; a inserção da Carreata de São Jorge/Ogum e do evento Cruzeiro, no calendário municipal de eventos, em 2018 e 2020, respectivamente; a denominação da Rótula dos Quimbandeiros (2024); uma estátua de Exú Bará em espaço público (2024).

Além disso, o movimento hip-hop, através de ações da comunidade organiza a Semana do Hip-hop anualmente, sendo esse um evento do calendário municipal desde 2019 e realizado, no mínimo, desde 2011. Os agentes culturais ligados a essa vertente estão buscando ampliar esses espaços, realizando ações descentralizadas e usando os editais de fomento para fazer atividades. Percebo essas iniciativas como orgânicas na sociedade gravataiense, tanto que, elas não necessitam da alcunha de patrimônio para se manter acontecendo, pois a população está interessada em sua preservação por se identificar com ela.

É a partir das atividades desenvolvidas de forma independente pelos agentes culturais locais que observo as patrimonialidades latentes. Obviamente, há ações que são estimuladas pelo poder público e outras que lutam para continuar a existir, entretanto, a medida em que a sociedade civil se organiza, e aí reside um dos papéis

fundamentais dos conselhos municipais e associações, é que se torna possível ver as discrepâncias entre os discursos.

Ainda em relação ao mapeamento de patrimônios e patrimonialidades nesse município, chamou-me a atenção que quando realizei o levantamento de espaços da cidade em relacionados a herança negra (Figura 98 - Localização aproximada de territórios ligados a herança negra em Gravataí), observei uma maior descentralidade em relação aos bens patrimonializados. Esse dado demonstra que há uma lacuna nos processos e discursos patrimoniais, mas também indica que devemos ampliar a percepção em relação a cidade e entender que há diversas histórias ainda não contadas.

O terceiro problema apontado por essa pesquisa é: *quais seriam os mecanismos e estratégias possíveis para a ativação patrimonial dos bens, patrimonializados ou não, dentro deste contexto?* A perspectiva do multiculturalismo é criticada em alguns momentos, porque usamos essa vertente para ignorar o racismo estrutural de nossa sociedade. É difícil falar sobre esses temas, pois nosso modo de vida e de compreender o mundo ao nosso redor se baseia na imposição dos colonizadores. Entretanto, utilizar os patrimônios tradicionalmente relacionados a uma narrativa das elites para tratar e problematizar outras perspectivas históricas me parece uma manobra interessante.

Conforme citei anteriormente, desenvolvi diversos projetos relacionados a história e cultura de Gravataí, para isso peguei elementos que estão inseridos no discurso oficial, como locais, personagens históricos e atividades culturais para compreender como esses se relacionam a história de grupos indígenas e de ascendência africana. Parece algo simples, mas percebi que todas essas relações já estavam ali, era necessário apenas evidenciar a ligação entre os pontos.

Através da difusão de informação e problematização dos discursos oficiais, ao invés de sua pura e simples aceitação, é possível descobrir outras leituras do passado. Contudo, é preciso que a comunidade se identifique com essas narrativas, sendo assim, nada melhor do que realizar sempre a escuta e a observação das dinâmicas sociais. E essa é uma das minhas críticas aos novos processos de patrimonialização, por exemplo, pois eles não parte de um estudo, primeiro são instituídas as leis, para depois realizar, caso seja feito, a análise da aceitação da comunidade.

O conceito de patrimônio, na realidade de Gravataí, não condiz, em diversos processos observados, com a realidade da população, sendo fruto de uma vontade

política. Desta forma, não vejo a possibilidade de realizar a ativação patrimonial de eventos como o FETEG, a Marcha para Jesus e a Rua Aberta, pois com as justificativas relacionadas as leis, elas não poderiam nem ao menos ter sido aprovadas. Até mesmo eventos tradicionais como o Terno de Reis e a Festa do Divino (cujo projeto de patrimonialização entrou para discussão da Câmara de Vereadores em fevereiro de 2025)⁶⁵, não deveriam ser patrimonializados sem que antes existissem pesquisas e que fosse averiguado o real impacto na população do presente. Tais iniciativas demonstram um imenso retrocesso em relação as políticas culturais e patrimoniais da cidade. É como se esses projetos viessem de forma retroativa, o que acredito que se deva a falta de conhecimento dos vereadores sobre o tema, pois um patrimônio não pode servir ao passado, mas precisa ter ressonâncias no momento atual, necessita ser vivido pela comunidade.

A ideia de manipular os discursos de acordo com interesses políticos e econômicos, serve a uma parcela da população que busca se legitimar criando uma imagem homogênea e, porque não dizer, fantasiosa sobre o passado. É óbvio que a patrimonialização de cima para baixo não tem como gerar os mesmos impactos, sendo assim, patrimônio torna-se apenas um nome sem significado em bens ociosos, conforme mencionei anteriormente. Caso o objetivo dos políticos em realizar esses processos seja o de estimular uma identificação da população com tais eventos ou de criar pressão no governo para que não deixem de ocorrer, há uma falha de entendimento do conceito.

Há muito ainda para se analisar em relação aos patrimônios e a história de Gravataí. Existem diversos temas nos quais gostaria de ter me aprofundado, contudo, não seria possível em virtude do tempo e mesmo porque fugiriam um pouco das ideias centrais que articulei, porém, cito alguns pontos aqui para demonstrar que esse é

⁶⁵ A Festa do Divino foi considerada um patrimônio imaterial de Gravataí pela Lei nº 4889, em abril de 2025, através de um projeto proveniente da Câmara de Vereadores, a partir da solicitação de pessoas relacionadas a aqorianidade. No período em questão o texto final dessa tese já havia sido enviado para a banca de avaliação, sendo assim, optei por não inserir esse tema para não descaracterizar a pesquisa defendida. Todavia, ressalto que participei de uma reunião com o vereador que propôs a lei, a convite da conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros que também foi convidada para uma sessão aberta da Câmara que discutiu a questão. Solicitamos que a justificativa desses projetos de lei fosse embasada em pesquisas históricas, que buscassem qualificá-las atuando em conjunto com o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, pois há inconsistências alarmantes nos atuais processos de patrimonialização. Até o momento, o tema tem sido debatido pelo poder legislativo que busca um encaminhamento apropriado para enfrentar esse problema.

apenas um traçado inicial de uma questão complexa que atinge não somente o município estudado.

O patrimônio natural é uma temática que pode suscitar muitas questões na região, que está dentro da Área de Preservação Ambiental do Banhado Grande (APABG) e possui o Rio Gravataí e o Morro Itacolomi, patrimônios estaduais, em seu território. Existem diversos trabalhos que abordam o local de uma perspectiva geográfica, porém, não encontrei estudos que discutissem o tema sob uma ótica patrimonial e mesmo da memória dos grupos. Observo que as comunidades quilombolas presentes no município e próximas de suas fronteiras também poderiam auxiliar nesse assunto, já que estão relacionadas ao território e seus recursos naturais, no quais mudanças impactam duramente em seu cotidiano.

Conforme relatei anteriormente, vimos em 2023 a destruição de diversas árvores no centro da cidade, com a justificativa de que eram necessárias para a consolidação de obras do Novo Centro. A população se manifestou contrária as mudanças, todavia, nada foi feito. Do mesmo modo, em 2024, houve a aprovação da construção de um aeródromo para os ricos que se mudam constantemente para a cidade, criando bairros privados que denotam um crescente processo de segregação, em áreas próximas a APABG e ao Quilombo Manoel Barbosa. Mais uma vez, a população demonstrou seu descontentamento, que foi sumariamente ignorado pelos vereadores.

Outro fator preocupante é que o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural criado pela lei que institui o tombamento em esfera municipal em 2004, não vem sendo utilizado pelo atual coordenador do Museu e Arquivo Municipal, sendo que até 2023 a funcionária responsável pelas instituições defendia a associação dessas como responsáveis pelo Departamento. Desde junho de 2024, quando o atual servidor foi colocado no cargo de coordenador do Museu, o mesmo passou a utilizar o termo “Departamento de Patrimônio Histórico-Cultural”, todavia, não há uma lei que crie tal departamento e o termo passou a aparecer em documentos e no site oficial da Prefeitura há um ano. Primeiro imaginei ser um equívoco de nomenclatura por ter assumido o cargo recentemente, porém, mesmo após discutirmos e falarmos sobre a importância dos termos “patrimônio cultural e natural”, não houve alteração e as pesquisas históricas têm sido “assinadas” como provenientes desse Departamento de Patrimônio Histórico-Cultural, do qual tal servidor se coloca como coordenador. O que me parece é que há uma tentativa deliberada de excluir a pauta do patrimônio cultural,

talvez com a intenção de se eximir de qualquer “culpa” em relação as atrocidades que vemos ocorrendo nessa área.

A relação entre as escolas, identidade e patrimonialidade na cidade também me parece uma vertente interessante para estudos. A Aldeia dos Anjos abrigou o primeiro educandário do Estado, em 1770, para os meninos guaranis e em 1776 para as meninas. O Colégio Estadual Barbosa Rodrigues, foi criado a partir de um grupo escolar de 1922, que na época chamava-se Clemente Pinto, sendo seu prédio entregue em 1935. A escola Dom Feliciano, criada em 1926, tem sua parte antiga no local onde foi o educandário das meninas guaranis, próxima à Igreja Matriz.

Além disso, as primeiras medidas patrimoniais da cidade passam pela SMED, entre as décadas de 1970 e 1990, na qual existia o Departamento Cultural. Sendo assim, a educação assumi um papel importante tanto na criação de um discurso oficial sobre o patrimônio, quanto na instituição do Museu e suas ações educativas. Levanto também a luta do SPMG, que vem desde a década de 1980 atuando em prol dos trabalhadores em educação. Entre as peças do acervo da instituição estão camisas, botons, cartazes e jornais que retratam diferentes períodos políticos da cidade, sendo uma fonte de informação com um grande potencial para pesquisas.

Conforme relatei anteriormente, as heranças indígenas de Gravataí poderiam ampliar em muito a visão que temos da cidade, desde que tais estudos fossem fomentados, tanto na contratação de profissionais especializados na área, quando ao firmar convênios e acordos com universidades públicas. O acervo arqueológico do Museu é diminuto, mas, poderia ser um viés no qual a cidade investisse. Os sítios arqueológicos também precisam ser mais explorados, para que a população consiga compreender melhor suas origens e a cultura desses povos.

É necessário a realização de estudos, diálogos com comunidades que vivem em regiões próximas e mesmo o mapeamento de locais com potencial arqueológico, pois, já recebi relatos de objetos arqueológicos sendo encontrados por moradores, enquanto realizavam obras para a construção de casas há poucas décadas. Ou seja, muito já pode ter se perdido, mas, se houvesse essa preocupação, ciclos de palestras, ações de conscientização, a comunidade poderia ser um grande colaborador para identificar e reforçar essa faceta histórica.

Pode-se dizer que essa pesquisa contribuiu, direta ou indiretamente com a inserção da Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio no Circuito Cultural do Museu e na percepção deste espaço como um patrimônio da cidade. Também

impactou, tendo em vista as solicitações e demandas organizadas e encaminhadas por meio do CMPC, no decreto de tombamento dos bens da Igreja Católica, como a Capela Santa Cruz (Capelinha) e da Casa Paroquial, que passava por um processo de venda, provavelmente, para uma futura demolição; na revitalização do Casarão dos Bina; na entrega do projeto de revitalização do Museu; até mesmo com a existência de competências para a nova Secretaria Municipal de Cultura. Além de projetos e ações, desenvolvidas pela iniciativa Projetos Culturais Irmãs TM, que buscam difundir informações sobre a história e patrimônio de Gravataí.

Recordo ainda o que menciono no capítulo “2 Caminhos da Pesquisa”, a minha visão, enquanto pesquisadora, também não é imparcial. Eu escolhi trabalhar com a temática decolonial, identifiquei uma grande lacuna no discurso oficial do patrimônio centrada em questões relacionadas as heranças negras e indígenas porque esse também é um assunto pelo qual tenho interesse e me identifico. Mas, eu poderia ter me aliado a diversas outras vertentes para falar sobre a história de Gravataí, é possível que perspectivas variadas surjam de pesquisadores que optem por trabalhar a açorianidade, a importância dos centros de tradições gaúchas na cidade etc.

Esse não é um trabalho findo e a tese de doutorado não consegue representar todos os desdobramentos possíveis. Porém, essas reflexões servem para que fiquemos atentos a relação entre os discursos criados, os patrimônios instituídos, os governos e suas ações pró ou contra a cultura e o passado dos povos que representam. Em Gravataí ainda há muito o que ser desenvolvido. A necessidade de criação de cargos e contratação de profissionais qualificados para ocupar novos espaços culturais criados é evidente. Assim como a atualização das legislações, para que os processos de patrimonialização sigam uma estrutura e normas claras de execução. Não é possível deixar essas funções apenas nas mãos de voluntários, que possuem interesses e visões pessoais sobre o passado, pois o patrimônio é de todos e precisa representar a amplitude de sua sociedade, através de pesquisas, acompanhamentos, questionamentos, registros e trabalho adequados. Caso contrário estaremos sempre presos em um eterno fazer e desfazer, no qual um governo tomo uma iniciativa, o seguinte não dá continuidade e, muitas vezes, ainda tenta apagar o que foi feito.

Ao estudar o caso de Gravataí, constato que as dificuldades em relação ao patrimônio são apenas o topo de um monstruoso iceberg que envolve diversos problemas relacionados as políticas públicas. Interesses de partidos e daqueles que

detêm o poder econômico, organizações de golpes, tentativas escancaradas de controlar a narrativa pública sobre o passado, questões que não imaginamos ver atualmente, ao pesquisar o tema no ambiente acadêmico. Mas, Gravataí não é um caso isolado, isso provavelmente acontece na sua cidade todos os dias, e, se você discorda, está participando pouco dos processos, pois se olhar com atenção essas questões estão ali...

Sei que soa alarmista e parece um filme de terror ruim que tenta fazer o gancho para uma sequência e, de fato, gostaria que esse trabalho tivesse desdobramentos, não só meus, mas de muitos outros pesquisadores. Espero que antes de dizermos: as pessoas não cuidam, não valorizam o patrimônio. Nós, enquanto pesquisadores, façamos a pergunta: por que esse patrimônio não é valorizado? Há quem ele serve? Qual parcela da população ele representa? Aí nós começaremos a pensar não só na forma, mas no real significado dos bens.

Acredito que os estudos decoloniais possam contribuir intensamente com área da Museologia e das pesquisas ligadas à cultura e ao patrimônio. Dentro da academia, caminhamos muito em direção a essas discussões e creio que ainda precisamos fomentá-las de forma prática, seja na política ou nos projetos culturais, pois, se não buscarmos esse diálogo com a população também repetiremos um processo de distanciamento comum no desenvolvimento das ciências. Nego Bispo fala sobre as *convergências* e a *contra colonização*, mas talvez, parte integral desse processo seja esse ativismo, o sair de trás da mesa.

Apesar de extremamente desgastante, meu envolvimento com o CMPC, com as entrevistas e projetos que realizei, foi fundamental para conseguir olhar para Gravataí, observar algumas relações ainda nebulosas para mim, mas que estão no cotidiano. Se eu vou defender a ideia de um patrimônio vivo é preciso também adentrar nessas dinâmicas. E, volto a afirmar, essa pesquisa cumpre um trabalho fundamental de registrar e sistematizar algumas questões, listar ações realizadas, demonstrar com dados aquilo que os moradores da cidade observam todos os dias. Ao fim de todo trabalho acadêmico, o que podemos fazer é esperar que essa produção de conhecimento possa ter utilidade para aqueles que virão.

REFERÊNCIAS

“OLHOS de Anastácia”, documentário mostra luta dos negros de Gravataí e Viamão. **Giro de Gravataí**, Gravataí, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://www.girodegravatai.com.br/olhos-de-anastacia-documentario-mostra-a-luta-de-negros-de-gravatai-e-viamao>. Acesso em: 12 abr. 2023.

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. “O finado meu avô também era bem preto, os que eram pretos é que sofriam”: Os percursos e percalços do campesinato negro no pós-abolição. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL, 10, 2010. Santa Maria: UFSM. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: https://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/recursos/anais/9/1279507738_ARQUIVO_ARTIGOANPUH.pdf. Acesso em: 06 mai. 2021.

ALBANI, Carlos. **Patrimônio Cultural de Gravataí**. Prefeitura Municipal de Gravataí. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/subportal/patrimonio-cultural-de-gravatai>. Acesso em: 20 jan. 2025.

AMARAL, Vinicius. Os 45 Anos do Museu Agostinho Martha. **Giro de Gravataí**, Gravataí, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://www.girodegravatai.com.br/vinicius-do-amaral-os-45-anos-do-museu-agostinho-martha>. Acesso em: 14 jul. 2022.

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. Breve histórico da Península Ibérica. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 15, n. 45, 2009, p. 25–48. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO15/45/02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARISTIMUNHO, Lilian Ghisso. **Quilombo urbano Chácara das Rosas: Conformação de identidades**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 203p. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.639>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ÁVILA, Cláudio. **Entrevista 01**: 13 jun. 2024. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de: Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.

BELEI, Renata Aparecida; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**. Pelotas, 2008. p. 187–199. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1770/1645>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 1 ed., 148p.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze;

MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 276–301.

BITENCOURT, Rita Virginia. Vilas Santa Luiza e Oriçó: Berço do Carnaval da Acadêmicos. In: JACHEMET, Célia Silva; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). **Raízes de Gravataí**: Educação, Cultura, Lazer e Associativismo. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011. 1 ed., 4 t., p. 225–227.

BORDIGNON, Jeane. Caminhando pela história da aldeia. **Jornal Seguinte**: Gravataí, 28 ago. 2022. Disponível em: <https://seguinte.inf.br/caminhando-pela-historia-da-aldeia>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Artigo 68 da Constituição Federal de 1988**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, 1988a. Disponível em: <https://cpisp.org.br/constituicao-federal-de-1988-artigo-68/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências. Brasil Brasília: Presidência da República. 1988b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm. Acesso em: 14 de jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia de Orientação para os Municípios**: Sistema Nacional de Cultura: perguntas e respostas. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. 80p. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/ambiente/arquivos/patrimonio_cult/guia_sist_munic_cultura_mc.pdf. Acesso em: 05 jul 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Edital oficializa território Quilombola no Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 06 de set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/edital-oficializa-territorio-quilombola-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 31 abr. 2023.

BRASIL. Portaria nº 19, de 14 de maio de 2004. Certifica que conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, Comunidades remanescentes dos quilombos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF. Seção 1, n. 107, pt. 19, 4 jun. 2004. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/06/2004&jornal=1&pagina=19&totalArquivos=72>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Nova Série, 2020. v. 28, 1 ed., p. 1–30.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. *In: As várias faces do Patrimônio*. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006. p. 119–140.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. *In: PRIMO, Judite (ed.); MOUTINHO, Mário C. (ed.). Introdução à sociomuseologia*. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Catedra UNESCO “Educação Cidadania e Diversidade Cultural”, 2020. p. 153–170.

CAMARGO, Iuri. **#97 QUINTA Cultural Iuri Camargo, mediação Viviane Hunter, #97**. [S. l.: s. n], 30 de junho de 2022. 1 vídeo (57 min). Publicado pelo canal de Casa dos Açores. Disponível em: https://youtu.be/vWzPWHzZ_TM. Acesso em: 19 jul. 2022.

CAMPANHA incentiva o compartilhamento de memórias sobre Museu de Gravataí. **Giro de Gravataí**, Gravataí, 04 mai. 2023. Disponível em: <https://www.girodegravatai.com.br/campanha-incentiva-o-compartilhamento-de-memorias-sobre-o-museu-de-gravatai>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução de: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. 1 ed., 3ª reimpressão, 224p.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso Versus Análise de Conteúdo. *In: Texto Contexto – Enfermagem*. Florianópolis, 2006, p. 679–684. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

CARLE, Cláudio Baptista. O quilombo do Paredão: resistência negra em Gravataí *In: JACHEMET, Célia Silva; BARROSO, Vera Lucia Maciel (orgs.). Raízes de Gravataí: Povoamento inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão*. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Evangraf, 2011. 1 ed., 1 t., p. 143–152.

CARVALHO, Ana Paula Comin de; *et al.* **A resistência através da permanência: relatório antropológico, histórico e geográfico sobre a comunidade negra de Manoel Barbosa**. Porto Alegre: UFRGS/INCRA, 2006, 168p.

CHAGAS, Mário de. Memória e Poder: dois movimentos. *In: Cadernos de Sociomuseologia*. 2002, n. 19, p. 35–67.

CIARELLI, Lia Mara. **Apostolado da Oração Paróquia Nossa Senhora dos Anjos: A devoção ao Sagrado Coração de Jesus**. Gravataí: Ed. da autora, 2023, 141p.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In: CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro:

UFRJ, 2008, p. 17–57. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/Clifford-Sobre-autoridade-etnogr%C3%A1fica1.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2023.

CNPQ. Currículo do Sistema de Currículo Lattes. Informações sobre Hilda Jaqueline de Fraga. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3979190690880852>. Acesso em: 14 abr. 2023.

COMERLATO, Fabiana. Oficinas líticas do litoral central de Santa Catarina, Brasil. *In: Cadernos do Lepaarq*. 2015, v. XVII, n. 23, p. 184-189. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/4771>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CONCEIÇÃO, Bruno. Partido dos Trabalhadores e populismo: estudo de caso da ascensão do PT no município de Gravataí – RS (1992–2016). *In: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*. 2017, v. 5, n. 2, p. 11–35. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180410221046id_/http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/viewFile/132/126. Acesso em: 04 jul. 2024.

CONSTANTE, Simone Luz Ferreira. **Análise da Gestão Pública da Cultura e do Processo de Implantação do Sistema Municipal de Cultura no município de Gravataí/RS**. 2013. Monografia (Especialização em Gestão Cultural) - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, RS, 2013.

CONSTANTE, Simone Luz Ferreira. **Revista Cidades Culturais**: novos rumos para a gestão cultural em Gravataí/RS. 2015, 105p. Disponível em: https://issuu.com/cidadesculturais/docs/revista_cidades_culturais_publica_. Acesso em: 04 jul. 2024.

CONSTANTE, Simone Luz Ferreira. Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais: desafios da criação de uma ferramenta de avaliação de políticas públicas de fomento à cultura no município de Gravataí/RS. *In: SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS, METODOLOGIAS E IMPACTOS: DADOS E PARTICIPAÇÃO*, V. 2015. **Anais [...]**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos, 2015. v. 5., p. 1–15.

COSTA, Amon da. **Entrevista com Amon Costa** — Projeto "Gravataí: entre anjos e gravatás". *[S. l.: s. n]*, 11 ago. 2021a. 1 vídeo (78min). Publicado pelo canal de Irmãos TM Projetos Culturais. Disponível em: <https://youtu.be/g9FKOQmeBN8>. Acesso em: 07 nov. 2022.

COSTA, Amon da. O Casarão Imortal de Gravataí. **Giro de Gravataí**. Gravataí, 02 jun. 2021b. Disponível em: <https://www.girodegravatai.com.br/amon-costa-o-casarao-imortal-de-gravatai/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

COSTA, Luciano Souza. **Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira Fialho, famílias e territórios negros**: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, 138p. Disponível:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14697/000667261.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 dez. 2022.

CRUZ, Jairton Ortiz. A Educação Patrimonial e a Açorianidade em Gravataí/RS. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL, 10, 2010. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279501349_ARQUIVO_ArtigoparaaANPUH.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

CRUZ, Jairton Ortiz. **A festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS ao longo dos séculos XX-XXI**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014, 142p. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5165>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CRUZ, Jairton Ortiz. Estudos comparativos sobre a Festa do Divino em Gravataí/RS e São José da Califórnia/Estados Unidos. ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - MEMÓRIA E NARRATIVAS NAS RELIGIÕES E NAS RELIGIOSIDADES, IV. *In*: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá/PR, v. 5, n. 15, 2013. 9p. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st15/9.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.

DAMIN, Marlise; MINUZZO, Ane. **O teatro em Gravataí**: Cenas, registros e histórias. Gravataí: Cavalgando o Vento (CoV), 2021. 1 ed., 132p.

DANTAS, Fabiana S. O patrimônio cultural protegido pelo Estado brasileiro. *In*: CAMPOS, Juliano B.; PREVE, Daniel R.; SOUZA, Ismael F. (orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. 256p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

DANTAS, Ivaneide de Farias. A Motivação e a Inversão da Pirâmide de Maslow. **Revista Gestão & Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, 2019, p. 173–186. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RGES/article/view/10895/7171>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DAVALLON, Jean. El juego de la patrimonialización. *In*: ROIGÉ, Xavier; FRIGOLÉ, Joan; MÁRMOL, Camila del. **Construyendo el patrimonio cultural y natural**: parques, museos y patrimonio rural. Editorial Gemanía, 2014, p. 47–76.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. *In*: TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015, v. 1, p. 47–66. Disponível em: <https://reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/oep-417.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave da museologia**. Tradução de: Bruno Brulon Soares; Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê

Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 2013, 100p. Disponível em: http://icom.museum/=leadadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

DOCUMENTÁRIO “Gravataí Missioneira – Origens”. [S. l.: s. n], 24 abr. 2019. 1 vídeo (23min). Publicado pelo canal de Prefeitura de Gravataí. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T7pVdHXhh5Y>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DOHMAN, Marcus. O Objeto e a Experiência Material. *In: Arte & Ensaios*. n. 20, 2010, p. 71–77.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução de: René Eve Levié. Rio de Janeiro: Difel, 2004. 3 ed., 128p.

ELEIÇÕES em Gravataí (RS): Veja como foi a votação no 2º turno. *In: G1* – Rio Grande do Sul RBSTV. 31 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/10/31/eleicoes-em-gravatai-rs-veja-como-foi-a-votacao-no-2o-turno.ghtml>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ELIADE, Mircea. Capítulo II – O tempo sagrado e os mitos. *In: O sagrado e o profano*. Tradução de: Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 38–58.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010, 221p. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10961/ESCOBAR%2c%20GIANE%20VARGAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2023.

ESTADO do Rio Grande do Sul. *In: Conselho Mundial das Casas dos Açores*. [s.d.]. Disponível em: <https://casasdosacores.org/casas-dos-acores/estado-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

FAGUNDES, Célia. A Participação da Etnia Negra na Sociedade Gravataiense: Presença Negra em Gravataí. *In: SIMPÓSIO ESTADUAL SOBRE A CULTURA GRAVATAIENSE*, III. 1988, Gravataí. **Anais [...]**. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Departamento Cultural, 1990. p. 189–195.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, 275p.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. *Apud*: BERNARDINO-COSTA, Joaze. Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 276–301.

FERNANDES, Ana Clara. **A cidade esparramada considerações sobre a produção do espaço urbano-industrial em Gravataí** – Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, 183p. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13550/000648234.pdf;sequence=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2023.

FERNANDES, Ana Clara. Tempos, formas e conteúdos do espaço urbano-industrial em Gravataí (RS). In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 2011, n. 34, p. 103–108. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/37364/24123>. Acesso em: 24 mar. 2023.

FERREIRA, Kátia Adriane Rodrigues. **Entrevista 01**: 02 jan. 2023. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. 4 ed., 328p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**: Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2 ed., p. 25–33.

FRAGA, Emerson Passos de; PAIVA, Rogério Bueno de. **Proteção Contra Incêndios em Edificações Históricas**: Estudo de caso de um museu de Gravataí. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011, 11p. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/10732>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FRAGA, Hilda Jaqueline de. **Educador@s Sociais de Rua**: Labirinto dos (re)sentimentos do visível e invisível da cidade de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, 144p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24159/000744985.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 abr. 2023.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 1 ed., 323p.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: O antropólogo como autor. Tradução de: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 3 ed., 200p.

GIACOMINI, Sonia Maria. A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006., 308p. *Apud*: ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010, 221p. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10961/ESCOBAR%2c%20GIANE%20VARGAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. *In: Horizontes*, v. 35, n. 1, 2017, p. 19–34.

GILENO, Carlos Henrique; MEDEIROS, Rodrigo Dantas. Da Costa ocidental africana ao Brasil: caminhos da escravidão. *In: Ciência & Trópico*, [S. l.], v. 43, n. 2, 2019, p. 63–81. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1821>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. *In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2 ed., p. 25–33.

GONÇALVES, José. Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. *In: TAMASO, Isabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs.). Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012., p. 59–74.

GONÇALVES, José. Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2015. v. 28, n. 55, p. 211–228.

GONÇALVES, José. Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 2005. ano 11, n. 23, p. 15–36.

GONÇALVES, Paulo RS. A formação da sociedade gaúcha e participação do negro. *In: CARDOSO, Liliãna (org.). A matriz negra no gauchismo*. São Paulo: Pragmatha, 2011, p. 47–64.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. 1988, p. 126–136. *In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2020, 361p.

GRAVATAÍ, **Lei nº 4838, de 06 de setembro de 2024**. Estabelece condições especiais para a implantação de aeródromo no município e dá outras providências. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 2024a. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-4838-2024-343143/termo:aerodromo>. Acesso em: 07 fev. 2022.

GRAVATAÍ, **Lei Ordinária nº 1217, de 30 de julho de 1974**. Cria o Museu Histórico Municipal. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 1974. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-1217-1974-243539/texto:consolidado>. Acesso em: 10 set. 2022.

GRAVATAÍ, **Lei Ordinária nº 1337, de 31 de dezembro de 1976**. Reorganiza a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 1976. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-1337-1976-245307>. Acesso em: 07 out. 2024.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 2020, de 09 de outubro de 2003**. Dá destinação a imóvel permutado e constituído Patrimônio Cultural e Natural, para fim de tombamento e autoriza o Município a dar o imóvel em Concessão de Uso, por tempo determinado, à Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2003a. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2020-2003-246343/texto:consolidado>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 3178, de 05 de março de 2012**. Declara integrante do patrimônio histórico, cultural e natural do Município, o RIO GRAVATAÍ, localizado no Município de Gravataí. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2012. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-3178-2012-246762/texto:consolidado>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 3484, de 27 de junho de 2014**. Institui o Sistema Municipal de Cultura - SMC no Município de Gravataí e dispõe sobre seus princípios, objetivos, organização, gestão, componentes, financiamento e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2014. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-3484-2014-246900/termo:patrim%C3%B4nio>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 3775, de 25 de abril de 2016**. Institui o Plano Municipal de Cultura (PMC) no Município de Gravataí e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2016a. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-3775-2016-247501/texto:consolidado>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 3800, de 14 de julho de 2016**. Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Gravataí - CMPTG, e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2016b.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 3801, de 14 de julho de 2016**. Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial COMPIR - Gravataí, e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2016c. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-3801-2016-248648/texto:compilado>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 3974, de 03 de maio de 2018**. Institui, no Calendário Oficial Municipal de Gravataí, a "Carreata de São Jorge" em homenagem ao seu dia, 23 de abril, a ser realizada anualmente, pelo Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Gravataí (CMPTG). Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2018. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-3801-2016-248648/texto:compilado>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 4104, de 09 de agosto de 2019**. Estabelece procedimentos para a regulamentação do funcionamento dos Terreiros de Matriz Africana e Afro Umbandista no âmbito do Município de Gravataí. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2019. Disponível em: <https://rs-gravatai->

camara.ad.sistemalegislativo.com.br//upload/2020/06/22/4104-5ef108ecb77f2.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 4190, de 30 de março de 2020**. Institui a Semana Municipal do Hip-Hop no âmbito do município de Gravataí e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2020a. Disponível em: <https://rs-gravatai-camara.ad.sistemalegislativo.com.br//upload/2020/07/22/4190-5f18782c4ad84.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 1969, de 31 de julho de 2003**. Altera a denominação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2003b. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-1969-2003-244923/termo:Secretaria%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20cultura>. Acesso em: 18 jun. 2024.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 2114, de 01 de abril de 2004**. Institui os Procedimentos de Tombamento para a Proteção ao Patrimônio Cultural do Município e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2004a. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-2114-2004-243239/texto:consolidado>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 3008, de 20 de julho de 2010**. Cria o Conselho Municipal de Cultura (CMC) e o Fundo Municipal de Cultura (FMC) do Município de Gravataí. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2010. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-3008-2010-248926>. Acesso em: 05 jun. 2024.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 353, de 08 de fevereiro de 1988**. Cria o Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação - SMED e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 1988. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-353-1988-246225/termo:departamento%20cultural>. Acesso em: 21 jun. 2024.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 4534, de 26 de agosto de 2022**. Declara o Festival de Teatro de Gravataí, Patrimônio Cultural do Município de Gravataí e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2022a. Disponível em: <https://rs-gravatai-camara.ad.sistemalegislativo.com.br//upload/2022/08/31/4534de22-630fc18324350.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 4703, de 21 de novembro de 2023**. Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial no Município de Gravataí a "MARÇA PARA JESUS", e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2023a. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-4703-2023-330412/termo:marcha%20para%20Jesus>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 4754, de 11 de janeiro de 2024**. Declara como patrimônio cultural imaterial do município de Gravataí a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2024b. Disponível em:

<https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-4754-2024-332883/termo:comunidades%20tradicionais%20de%20matriz%20>. Acesso em: 20 jan. 2025

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 4857, de 16 de dezembro de 2024**. Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial e inclui no calendário oficial de eventos do município de Gravataí a realização mensal do evento Rua Aberta. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2024c. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-4857-2024-344292/termo:RUA%20ABERTA>. Acesso em: 20 jan. 2025

GRAVATAÍ, **Lei ordinária nº 887, de 02 de maio de 1994**. I Cria a Fundação Municipal de Arte e Cultura. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 1994. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-887-1994-244331>. Acesso em: 05 jan. 2024.

GRAVATAÍ, **Mensagem Retificativa 1/2024 do Projeto De Lei Do Executivo 66/2024**. 11 dez. 2024. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2024d. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/mensagem-retificativa-1-2024-do-projeto-de-lei-do-executivo-66-2024-343636/termo:secretaria%20municipal%20de%20cultura>. Acesso em: 05 jan. 2025.

GRAVATAÍ, **Moção 27/22**. 11 abr. 2022. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2022b. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/mocao-27-2022-307538/termo:nossa%20terra%2C%20nossa%20gente>. Acesso em: 13 fev. 2025.

GRAVATAÍ, Prefeitura Municipal de Gravataí. **Lei Aldir Blanc em Gravataí**. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, [2021?]. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/cidadao/pagina/lei-aldir-blanc-em-gravatai>. Acesso em: 10 set. 2022.

GRAVATAÍ, Prefeitura Municipal de Gravataí. **Projetos de Lei – Plano Diretor**. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 2023b. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/cidadao/pagina/projetos-de-lei-plano-diretor>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GRAVATAÍ, **Projeto de lei nº 130/2023**. Declara como patrimônio cultural imaterial do município de Gravataí a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana, e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2023c. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/projeto-de-lei-130-2023-325590/termo:comunidades%20tradicionais%20de%20matriz%20>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GRAVATAÍ, **Projeto de lei nº 193/2023**. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Gravataí a realização mensal da Feira Rua Aberta. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2023d. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/projeto-de-lei-193-2023-330024>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GRAVATAÍ, **Projeto de lei nº 43/2023**. Reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial no Município de Gravataí a “MARCHA PARA JESUS”, e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2023e. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/projeto-de-lei-43-2023-319686/termo:marcha%20para%20Jesus3>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GRAVATAÍ, **Projeto de lei nº 66/2024**. Dispõe sobre o ordenamento estrutural dos órgãos da Administração Municipal de Gravataí, e dá outras providências. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2024e. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/projeto-de-lei-do-executivo-66-2024-343513>. Acesso em: 05 jan. 2025.

GRAVATAÍ, **Projeto de lei nº 84/2024**. Reconhece como Patrimônio Cultural de natureza imaterial e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Gravataí a realização mensal do Evento Rua Aberta. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2024f. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/projeto-de-lei-84-2024-343204/termo:RUA%20ABERTA>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GRAVATAÍ, **Requerimento nº 1207/2011, de 19 de dezembro de 2011**. Solicitando ao Executivo que efetue uma limpeza no Santuário Afro, junto ao Distrito Industrial. Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2011. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/requerimento-no-1207-2011-160339/termo:SANTUARIO%20AFRO>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GRAVATAÍ. Câmara Municipal de Vereadores. **História da Câmara**. Gravataí: Câmara Municipal de Vereadores, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/historia/historia-da-camara-1>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GRAVATAÍ. Câmara Municipal de Vereadores. **Legislativo prestigia inauguração do Santuário Afro e Reserva Ecológica**. Gravataí: Câmara Municipal de Vereadores, 16 mai. 2013. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/noticia/legislativo-prestigia-inauguracao-do-santuario-afro-e-reserva-ecologica-3622>. Acesso em: 07 abr. 2023.

GRAVATAÍ. **Decreto Legislativo nº 11, de 14 de outubro de 1999**. Concede Prêmio Destaques da Aldeia. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 1999. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/decreto-legislativo-no-11-1999-244524/texto:consolidado>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GRAVATAÍ. Decreto nº 21.227/2024. Estabelece medidas de proteção e preservação do conjunto de edificações que mencionam, compõem ou estão em análise para composição do Patrimônio Cultural e Histórico do Município de Gravataí. **Diário Oficial de Gravataí**: Prefeitura Municipal de Gravataí. 08 jan. 2024g. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/diariooficial/edicao/2313/texto/117328>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GRAVATAÍ. Decreto nº 21.371/2024. Cria Grupo Especial de Trabalho para participação revisão, aprimoramento e elaboração de dados, características,

vistorias e estudos do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município de Gravataí, catalogados e em processo de inventário. **Diário Oficial de Gravataí:** Prefeitura Municipal de Gravataí. 07 mar. 2024h. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/diariooficial/edicao/2313/texto/117328>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GRAVATAÍ. Decreto nº 21.770/2024. Nomeia membros do Grupo Especial de Trabalho para participação revisão, aprimoramento e elaboração de dados, características, vistorias e estudos do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município de Gravataí, catalogados e em processo de inventário. **Diário Oficial de Gravataí:** Prefeitura Municipal de Gravataí. 06 jun. 2024i. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/atende.php?rot=54002&aca=737&processo=visualizar&parametro=%7B%22codigo%22%3A%222447%22%2C%22hash%22%3A%227937B8D29BAF868075520E489EDF5CD26A9D561C%22%7D&cidade=padrao>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GRAVATAÍ. **Decreto nº 6.147, de 28 de abril de 2004.** Declara de utilidade pública para fins de tombamento de Patrimônio Cultural e Natural, uma fração da área de propriedade do senhor Raul Tadeu Gelinger, situada no Xará, distrito sede, neste município, e dá outras providências. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 2004b.

GRAVATAÍ. **Decreto nº 6.596, de 10 de dezembro de 2004.** Declara de utilidade pública para fins de tombamento de Patrimônio Cultural e Natural, um imóvel localizado na rua Adolfo Inácio Barcelos, nº 938, Centro, Gravataí. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, RS, 2004c.

GRAVATAÍ. **Decreto nº 7.048, de 21 de julho de 2005.** Constituem Patrimônio Cultural e Material, para fins de tombamento, bens imóveis e arqueológicos municipais. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí, 2005.

GRAVATAÍ. Indicação Legislativa 13/2020, de 06 de agosto de 2020. Fica criado no Calendário Oficial do Município " O Cruzeiroão", atividade religiosa realizada pelo Conselho Municipal do Povo de Terreiro, anulamente no última sexta-feira do mês de agosto, no Distrito Industrial de Gravataí. **Diário Oficial de Gravataí:** Câmara Municipal de Gravataí, Poder Legislativo, 07 ago 2020b. Disponível em: <https://rs-gravatai-camara.ad.sistemalegislativo.com.br/api/documento-para-impressao/286571>. Acesso em: 05 jan. 2023.

GRAVATAÍ. **Parecer 2/2024 do Projeto De Lei 193/2023.** Gravataí: Câmara Municipal de Gravataí, 2024j. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/parecer-2-2024-do-projeto-de-lei-193-2023-340348/termo:RUA%20ABERTA>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GRAVATAÍ. Portaria 3786/2024, de 10/06/2024. Designa Chefe de Setor (Museu Municipal) da SMGCC. **Diário Oficial de Gravataí:** Gabinete do Prefeito, 10 jun. 2024k. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/atende.php?rot=54002&aca=737&processo=visualizar&parametro=%7B%22codigo%22%3A%222434%22%2C%22hash%22%3A%22918D9A0645965E5BB417BA139BED00CF70773F3D%22%7D&cidade=padrao>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GREENBLATT, S. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244–261, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2323/1462>. Acesso em: 03 jan. 2023.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações. *In: Alfa: Revista da Linguística*. São Paulo, 1995. p. 13–21. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. L'interdisciplinarité em muséologie. *MuWoP*, n. 2, p. 58–59, 1981. *Apud*: GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sistema da Museologia [1983]. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. v. 1, 1 ed., p. 127–136.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vertice, 1990, 190p.

HALL, Stuart. **A Identidade na Pós-Modernidade**. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 11 ed., 104p.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. Capítulo 1: El Patrimonio Definido. *In*: HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. Barcelona: Editorial Ariel, 2007. 3 ed., p. 11–25.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial brasileira 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gravatai/panorama>. Acesso em: 06 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área urbanizada**: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Meio Ambiente, Áreas Urbanizadas do Brasil 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/gravatai.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**: População e Domicílios - Primeiros Resultados - Atualizado em 22/12/2023. 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/gravatai.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Gravataí**. [2025?]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gravatai/panorama>. Acesso em: 06 fev. 2025.

INAUGURADA a Casa Arte Sesc de Gravataí: Espaço no “Casarão dos Bina” oferecerá formações artísticas gratuitas a crianças e adolescentes. *In*: **SESC**, 28 novembro 2024. Disponível em <https://www.sesc-rs.com.br/noticias/inaugurada-casa-arte-sesc-de-gravatai/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INDÍGENAS Mbya Guarani iniciam retomada de terra ancestral em Cachoeirinha (RS). In: **Brasil de Fato**, 17 setembro 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/17/indigenas-mbya-guarani-iniciam-retomada-de-terra-ancestral-em-cachoeirinha-rs>. Acesso em: 18 jan. 2025.

JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí**: Povoamento inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011a. 1 ed., 1 t., 286p.

JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí**: Famílias, Histórias de Vida, Organização Religiosa e Fé. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011b. 1 ed., 2 t., 264p.

JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí**: Trajetória Econômica, Participação Cidadã, Literatura e Memória. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011c. 1 ed., 3 t., 272p.

JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí**: Educação, Cultura, Lazer e Associativismo. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011d. 1 ed., 4 t., 272p.

JACHEMET, Célia Silva. **À redescoberta das raízes**: relações entre os Açores e a diáspora (Rio Grande do Sul, 1976–2016). Porto Alegre: Evangraf, 2024a. 232p.

JACHEMET, Célia Silva. **À redescoberta das raízes**: relações entre os Açores e a diáspora (Rio Grande do Sul, 1976–2016). 2023. 179 f. Tese (Dourado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/12648?show=full>. Acesso em: 20 jun. 2024.

JACHEMET, Célia Silva. **Entrevista 01**: 10 jul. 2024. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2024b.

JACHEMET, Célia Silva. **Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí**: contexto histórico (da Igreja no Período Colonial às Comunidades Eclesiais de Base). Gravataí: Ed. da Autora, 2017, 114p.

JACHEMET, Célia Silva. **Tempo de Festa**: uma análise das Festas do Divino (Espírito Santo) 1859–1933 — Gravataí e Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Evangraf, 2002, 135p.

JACHEMET, Célia Silva; SANTOS, Fabiano Glaeser dos. **Do Índio ao Padroeiro**: Gravataí, o distrito do Barnabé, o bairro São Geraldo e a paróquia Nossa Senhora das Graças, em 80 anos. Gravataí: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, 2021, 124p.

JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes sociais negros em Porto Alegre – RS**: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite

Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, 101p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13814/000651619.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 abr. 2023.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Ao encontro do saber do outro. *In*: JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 212–258.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. *In*: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus. 2006. 2 ed., p. 17–30.

JULIÃO, Letícia. Os Museus e a preservação do patrimônio no Brasil. *In*: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZARRA, Rafael Zamorano (orgs.). **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922–2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 173–186.

KNIERIM, L C. O negro na história na construção do gauchismo. *In*: CARDOSO, Liliana (org.). **A matriz negra no gauchismo**. São Paulo: Pragmatha, 2011, p. 13–46.

KÜHN, Fábio. A Aldeia dos Anjos durante o governo de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). *In*: JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí**: Povoamento inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011. 1 ed., 1 t., p. 92–104.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. 2 ed., 160p.

LANGER, Protasio Paulo. **A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos**: a resistência do guarani-missionário ao processo de dominação do sistema luso (1762–1798). Porto Alegre: EST Edições – Correio Riograndense, 1997, 128p.

LEAL, Airton. **Entrevista 01**: 08 nov. 2022. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2022a.

LEAL, Maria Inês Guillox. **Divino Espírito Santo**: das origens açorianas à retomada da festa em Gravataí. Gravataí: B&M, 2016. 1 ed., 71p.

LEAL, Maria Inês Guillox. **Entrevista 01**: 23 nov. 2022. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2022b.

LEAL, Maria Inês Guillox. **Entrevista 02**: 24 abr. 2023. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2023.

LEON, Thiago De. **Entrevista 01**: 17 abr. 2023. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2023.

LOPES, Denise Pacheco. **Conhecendo Gravataí com Medonha**. Associação dos Artistas Visuais do Vale do Gravataí (AGIR). Gravataí: Editora Medeiros. 2014. v. 2, 1 ed., 15p.

LOPES, Denise Pacheco. **Conhecendo Gravataí com Medonha**. Gravataí: Independente. 2013. v. 1, 1 ed., 24p.

LOPES, Denise Pacheco. **Conhecendo Gravataí com Medonha**. Medonha Produções. Associação dos Artistas Visuais do Vale do Gravataí. 2015. v. 3, 1 ed., 10p.

LOPES, Denise Pacheco. **Conhecendo Gravataí com Medonha**. Medonha Produções. Gravataí: WM: Arte Multimídia. 2016. v. 4, 1 ed., 10p.

LOPES, Thaila. Gravataí fica em 9º lugar no ranking das economias do estado. *In: Giro de Gravataí*, Gravataí, 16 dez. 2023. Disponível em: <https://www.girodegravatai.com.br/gravatai-fica-em-9o-lugar-no-ranking-das-economias-do-estado>. Acesso em: 06 fev. 2025.

LOUREIRO, Camila Wolpato; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Seria possível uma epistemologia freireana decolonial? Da “Cultura do silêncio” ao “Dizer a sua palavra”. *In: Roteiro*. Joaçaba, 2019, v. 44, n. 3, p. 1–18.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *In: Educação e Pesquisa*, set. 2006, v. 32, n. 3, p. 465–476.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 31–61.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 5 ed., 311p.

MARTHA, Agostinho; MARTHA, Marco Antônio Bandeira. **Nossa terra, nossa gente**: a história de Gravataí 1730–1950. COSTA, Amon; SANTOS, Ângela Maria Fonseca Barbosa dos; MELO, Leandro Nazari; JÚNIOR, Júlio Barbosa dos Santos; MARTHA, Pedro Bandeira (orgs.). Gravataí: Plana Comunicação, 2022, 335p.

MARTINELLI, Rafael. O que diz Zaffa sobre a polêmica da transformação do Quiosque da Cultura de Gravataí em sede da Guarda Municipal; O crime, a arte e os jasmims que não cheiram. **Seguinte**. Gravataí, 19 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://seguinte.inf.br/o-que-diz-zaffa-sobre-a-polemica-da-transformacao-do-quiosque-da-cultura-em-sede-da-guarda-municipal-o-crime-a-arte-e-os-jasmins-que-nao-cheiram/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MEDEIROS, Helena Thomassim. [mensagem pessoal] **Comissões do Patrimônio**. 07 fevereiro 2024. [para] CONSELHO Municipal de Política Cultural de Gravataí. Mensagem recebida em: cmpoliticaculturalgti@gmail.com.

MEDEIROS, Helena Thomassim. [mensagem pessoal] **Prédio da Casa dos Sonhos - Antiga Casa Paroquial**. 01 novembro 2023. [para] CONSELHO Municipal de Política Cultural de Gravataí. Mensagem recebida em: cmpoliticaculturalgti@gmail.com.

MEDEIROS, Marlí Aparecida Thomassim; MEDEIROS, Nestor Ourique; MEDEIROS, Helena Thomassim. **Gravataí: entre anjos e gravatás**. Gravataí, RS: Projetos Culturais Irmãs TM, 2021. 1. ed., 84p. Disponível em: https://967d34da-3410-43bb-b5c5-6b045bd84bfc.filesusr.com/ugd/3d8a5a_26561903ce9e47fbb6db157d0fd20c73.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

MEDEIROS, Nestor Ourique. **Gravataí: Histórias**. 1 ed. Gravataí, 2021, 110p.

MENDOZA, Celina A. Lértora. ¿Por que Hacemos Colecciones? In: **Episteme**. Porto Alegre, n. 20, suplemento especial, 2005. p. 217–228.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**. 2018, n. 34, p. 287–324. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

MOASSAB, Andreia. **Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do Hip-Hop**. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, 295p. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5158>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MOEHLECKE, Rafael Link. Os anos de chumbo em Gravataí: uma discussão inicial em torno da análise da sociedade gravataiense durante a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985). In: **Revista Historiador**. [S. l.], n. 3, 2010, p. 177–190. Disponível em: <https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/80>. Acesso em: 12 fev. 2025.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução de: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História-Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1993. n. 10, 1 ed., p. 07–28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 15.08.2017.

OLHOS de Anastácia: Conexões Quilombolas. [S. l.: s. n], 20 ago. 2021. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal de Olhos de Anastácia: Conexões Quilombolas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BeleGwliax0>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OLIVEIRA, Daiane Arend Flores de. **Ocupação e resistência: Paredão – uma comunidade remanescente de quilombo em zona de colonização europeia**. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2018, 117p. Disponível em:

<https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000013/0000130a.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira. “Era uma cidadezinha só de pretos”: a Comunidade Quilombola de Manoel Barbosa e o negro na formação histórica de Gravataí/RS. *In*: ROCHA, Martha Medeiros (org.). **Anais Produzindo História a partir de Fontes Primárias**. MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RS, IV. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 287–304. Disponível em: https://www.academia.edu/65190800/_Era_uma_cidadezinha_s%C3%B3_de_pretos_a_Comunidade_Quilombola_de_Manoel_Barbosa_e_o_negro_na_forma%C3%A7%C3%A3o_hist%C3%B3rica_de_Gravata%C3%AD_RS. Acesso em: 25 fev. 2023.

OLIVEN, Ruben George. O processo de construção da identidade gaúcha. *In*: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (org.). **RS: 200 anos definindo a história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 163–190.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2 ed., p. 80–82.

OS CAMINHOS DA GRAVATAÍ DO FUTURO; conheça o Plano Diretor. **Seguinte**, Gravataí, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://seguinte.inf.br/os-caminhos-da-gravatai-do-futuro-conheca-o-plano-diretor/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

OS ÍNDIOS D’ALDEIA DOS ANJOS: Gravataí – Século XVIII. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1990. 96p.

OURIQUE, Ana Zenaide Gomes; JACHEMET, Célia Silva. **Cavalhadas**: uma tradição de raiz milenar. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1997. 105p.

PACHECO, Filipe. Indígenas resistem em área de preservação ambiental em Cachoeirinha. *In*: **Humanista**: Jornalismo e direitos humanos, Porto Alegre, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/06/29/indigenas-resistem-em-area-de-preservacao-ambiental-em-cachoeirinha/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

PEDROSO, Wagner de Azevedo. **Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. 249p.

PEDROSO, Wagner de Azevedo. **Nazário e um plano de rebelião escrava na Aldeia dos Anjos**: os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo. Porto Alegre: Editora Coragem, 2020. 162 p.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: resenhas críticas. *In*: **Arquivos da Memória** - Antropologia, Escala e Memória, 2007. n. 2, p. 04–23.

PINTO, Paulo Estivalet Flores do. **#75 QUINTA Cultural Paulo Estilavet Flores Pinto, mediação Vera Barroso, #75**. [S. l.: s. n], 02 dez. 2021. 1 vídeo (68 min).

Publicado pelo canal de Casa dos Açores. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=ZlfX5gbFJrc>. Acesso em: 07 mar. 2023.

PINTO, Paulo Estivalet Flores do. Um século separa o Anjo da Aldeia dos Anjos. *In: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: Artigos*, 2019. p. 01–04. Disponível em:
<https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/Paulo%20Estivalet%20Flores%20do%20Pinto%20-%20UM%20S%C3%89CULO%20SEPARA%20O%20ANJO%20DA%20ALDEIA%20DOS%20ANJOS.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

PITTA, Danielle Perin R. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 01–11.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992. v. 5, n. 10, p. 200–212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. *In: Estudos históricos*. Rio de Janeiro, 1989. v. 2, n. 3, p. 3–15. Disponível em:
http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 01 jun. 2017.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. *In: Enciclopédia Einaudi – Memória-História*. Lisboa: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 1984. p. 51–84.

PORFÍRIO, Fernando Matozinhos; BLULM, Luiz Felipe Magnago; SILVA, Ruth Stein. Os Lucros da Escravidão no Brasil e seu Impacto Econômico: Uma Abordagem Histórica dos Séculos XVI ao XIX. *In: Revista Pet Economia UFES*, 2021. v. 2, n. 1, p. 32–45. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/36453>. Acesso em: 16 fev. 2025.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII–XXI**: do monumento aos valores. Tradução de: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239p.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *In: Cuadernos de Antropología Social*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005. n. 21, p. 17–35. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1809/180913910002.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *In: Política y Sociedad*. Madrid, 1998. v. 27, p. 63–76.

PREFEITURA DE GRAVATAÍ INICIA REFORMA DO CINE TEATRO PAULO AUTRAN. **Associação Gaúcha de Municípios (AGM)**, Gravataí, 20 de outubro de 2011. Disponível em: <https://agm.org.br/2011/10/20/prefeitura-de-gravatai-inicia-reforma-do-cine-teatro-paulo-autran/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

PROJETO rota dos quilombos. [S. l.: s. n], 20 out. 2021. 1 vídeo (17 min). Publicado pelo canal de Rota dos Quilombos. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=3T0Rt54xRCE>. Acesso em: 12 abr. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, 2007. 1 ed., p. 93–126. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/147.pdf>. Acesso em: 07 maio 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>. Acesso em: 02 mar. 2023.

RAMOS, Andrea Regina; SMANIOTTO, Elaine. Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS. *In*: **Universo Acadêmico**. Taquara, 2014. v. 7, n. 1, jan./dez., p. 215–230. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/12_quilombos.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

RAYMUNDO, Jackson. **A Poética do Samba-Enredo** – A Canção das Escolas de Samba de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, 380p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117563/000966177.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RELATÓRIO Final – Programa de prospecções arqueológicas na área de implantação de parcelamento do solo em área de 66,3 ha, Seminário São José, município de Gravataí/RS. 2016. v. 2, parte 16, 36p. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJlqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzMviaZHgsgBkNgX7c3QQEHj6bOfkfwQumFjbAF_1olgX0LsMReKLmI705c9WdjHtNYUdj7Q3AqVebbBWV-tWlj4. Acesso em: 10 ago. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 38.971, de 23 de outubro de 1998. Cria a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, e dá outras providências. **Diário Oficial do Rio Grande do Sul**: Porto Alegre, RS, 26 out. 1998. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/06145400-decreto-38971-98-cria-apabanhadogrande.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 12.001, de 05 de novembro de 2003. Declara integrante do patrimônio cultural do Estado o Rio Gravataí. **Diário Oficial do Rio Grande do Sul**: Porto Alegre, RS, 05 nov. 2003. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-12001-2003-rio-grande-do-sul-declara-integrante-do-patrimonio-cultural-do-estado-o-rio-gravatai?q=Rio%20Gravata%C3%AD>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Dia Estadual do Patrimônio Cultural 2022**. Rio Grande do Sul: Secretaria de Cultura, 2022. Disponível em:

<https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202208/18155500-dia-do-patrimonio-2022-programacao-rs.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Programação 2023**: Dia Estadual do Patrimônio Cultural. Rio Grande do Sul: Secretaria de Cultura, 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1aw3Xmm0E28aNVFGqtb2osA4ryo9dNm-WVohXmkOvsY/edit>. Acesso em: 05 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. **RS Seguro**. Rio Grande do Sul: Secretaria de Segurança Pública, [s.d.]. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/rs-seguro>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. **Plano de manejo Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**: Caracterização da unidade de conservação. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, Departamento de Biodiversidade, Divisão de Unidades de Conservação, 2021, v. II, 87p. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/06190758-plano-de-manejo-apa-banhado-grande-volume-ii.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ROCCA, Luísa Durán. **Açorianos no Rio Grande do Sul**: Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, 657p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17918/000726395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ROSA, Jorge. **História de Gravataí**. Prefeitura Municipal de Gravataí; Secretaria Municipal do Trabalho e Bem-estar Social; Departamento de Pesquisa, Folclore e Informação. Gravataí: Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda., 1987. 1 ed., 209p.

ROSÁRIO, Claudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. In: **Morpheus** – Revista Eletrônica em Ciências Humanas. 2002, ano 1, n. 1.

ROTA DOS QUILOMBOS – EIXO RIO GRAVATAÍ. Facebook: [rotadosquilombos](https://www.facebook.com/rotadosquilombos/), 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/rotadosquilombos/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SANCO, Rita. **O Golpe da Injustiça**. Porto Alegre: Verdeperto, 2013. 110p.

SANCOVSKY, Renata Rozental. Entre a Sefarad e Al Andaluz: Coexistências e Dissensões no Islã Ibérico a partir do século VIII. In: **Brathair**: Revista de Estudos Celtas e Germânicos, 17, 2017, p. 222–235. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1230/1114>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SANTOS, Antonio Bispo. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo. Das confluências, cosmologias e contra-colonizações. Uma conversa com Nego Bispo. Entrevistadores: Greice Martins; Henrique Junio Felipe; Natacha Simei Leal; Suz Evany Lima da Silva. In: **EntreRios**: Revista do PPGANT, UFPI. Teresina, 2019. v. 2, n. 1, p. 73–84. Disponível em:

<https://revistas.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/10481/6081>. Acesso em: 07 maio 2023.

SANTOS, Carlos Alberto Nunes dos; VIEIRA, Valdete Silva Stang. O Beco dos Catutas. *In: JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). Raízes de Gravataí: Povoamento inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão*. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011. 1 ed., 1 t., p. 182–191.

SANTOS, Carmem Lucia dos. **Entrevista 01**: 29 nov. 2022. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2022.

SANTOS, Gabriela Cruz de Oliveira dos. Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio. *In: JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). Raízes de Gravataí: Povoamento inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão*. Prefeitura Municipal de Gravataí; Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011. 1 ed., 1 t., p. 192–198.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos Museus na Construção de “uma Identidade Nacional”. *In: Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, 1996, v. XXX, p. 21–36.

SANTOS, Tania Ferreira Regina dos. Festa do Divino Espírito Santo Gravataí/RS-Brasil. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AS FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO*, v. 2012. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: <http://roteiodesazores.com/wp-content/uploads/2014/09/TaniaReginaFerreiradosSantos2.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas Desobedientes: Decolonialidade e a Contribuição para a Crítica Feminista à Ciência. *In: Psicologia & Sociedade*, 2018, v. 30, p. 1–11. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Acesso em: 07 maio 2023.

SCHAFFNERM, Fábio. Construção de rua coberta provoca corte de árvores em Gravataí, e Ministério Público notifica prefeitura. **Gaúcha Zero Hora**. Porto Alegre, 17 de agosto de 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/08/construcao-de-rua-coberta-provoca-corte-de-arvores-em-gravatai-e-ministerio-publico-notifica-prefeitura-cllfpynpf000f016bn60z9e5y.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museu, museologia e a ‘relação específica’: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. *In: Ciência Da Informação*. Brasília, DF, 2013, v. 42, n. 3, p. 358–378. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368/1547>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SCHINDEL, Estela. Inscriptir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. *In: Política y Cultura*. 2009. n. 31, p. 65–87.

SILVA, Eduarda. **Apresentação do livro infantil "A Aldeia dos Anjos — Um lugar no Mundo"** é realizada na Secretaria da Educação. Prefeitura Municipal de Gravataí:

Notícias, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://gravatai.atende.net/cidadao/noticia/apresentacao-do-livro-infantil-a-aldeia-dos-anjos-um-lugar-no-mundo-e-realizada-na-secretaria-da-educacao>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA, Jairton Camisolão Silva da. **Entrevista 01**: 02 jan. 2023. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2023.

SILVA, Jairton Camisolão Silva da; FERREIRA, Kátia Adriane Rodrigues; MÜLLER, Ana. **Entrevista 01**: 02 jan. 2023. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2023.

SILVEIRA, Izabel Cristina. **Entrevista 01**: 29 dez. 2022. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2022.

SILVEIRA, Paulo. **Entrevista 01**: 11 dez. 2024. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2024.

SILVEIRA, Tayane Pereira; GONÇALVES, Lucas de Oliveira; WAVGINIAK, Sarah. **Gravataí Histórica**. Gravataí, RS, 2021, 109p. Disponível em: <https://projetcidadehistorica.com.br/gravataihistorica>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SIMPÓSIO ESTADUAL SOBRE A CULTURA GRAVATAIENSE, I. 1987, Gravataí. **Anais [...]**. Gravataí: História e Cultura. Prefeitura Municipal de Gravataí; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Departamento Cultural. Gravataí, 1987. 190p.

SIMPÓSIO ESTADUAL SOBRE A CULTURA GRAVATAIENSE, II. 1988, Gravataí. **Anais [...]**. Gravataí: do Êxodo à composição Étnica. Prefeitura Municipal de Gravataí; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Departamento Cultural. Gravataí, 1990. 232p.

SIMPÓSIO ESTADUAL SOBRE A CULTURA GRAVATAIENSE, III. 1990, **Anais [...]**. Gravataí. Gravataí no contexto artístico e literário do Rio Grande do Sul. Prefeitura Municipal de Gravataí; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Departamento Cultural. Gravataí, 1990. 134p.

SMITH, Laurajane. Class, heritage and the negotiation of place. *In*: MISSING OUT ON HERITAGE: SOCIO-ECONOMIC STATUS AND HERITAGE PARTICIPATION. 2009. 10p. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_placehttps://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place. Acesso em: 19 out. 2020.

SOARES, Isab-El Cristina. **Entrevista 01**: 11 jun. 2024. Entrevistadora: Helena Thomassim Medeiros. Gravataí, 2024.

SOARES, Isab-El Cristina; SOUZA, Zulair Maria de. Associação Literária de Gravataí: a raiz da literatura na Aldeia dos Anjos. *In*: JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí**: Trajetória Econômica, Participação Cidadã, Literatura e Memória. Gravataí: Prefeitura Municipal, Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011. 1 ed., 3 t., p. 216–224.

SOSTER, Sandra Schmitt. **Missões jesuíticas como sistema**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014, 260p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-13112014-151234/publico/DissertacaoSandraSosterFinal.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SOUZA, José Otávio Catafesto. Do passado originário ao presente etnográfico: trajetória das coletividades indígenas na região de Gravataí. In: JACHEMET, Célia Silva (org.); BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gravataí**: Povoamento inicial, Etnicidade, Traços do Município e Expansão. Gravataí: Prefeitura Municipal, Casa dos Açores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2011. 1 ed., 1 t., p. 48–63.

SPERB, Vitor Rhoden. **O crescimento populacional de Gravataí entre 1970–2010**: As razões para o boom demográfico da cidade e como trabalhá-lo na escola. TCC (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022, 56p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/250674/001153041.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. 2023.

TAFRAS, Demétrio. [mensagem pessoal] **Re: Solitação de entrevista**. 21 junho 2024. [para] MEDEIROS, Helena Thomassim. Mensagem recebida em: helena_tm@outlook.com.

TEIS, Denize Terezinha; TEIS, Mirtes Aparecida. **A abordagem qualitativa**: a leitura no campo de pesquisa. 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. In: **Sillogés**, 2018. v. 1, n. 1, p. 41–60.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático de Educação Patrimonial. João Pessoa: IPHAN/PB, Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. n. 3, p. 38–48.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JUNIOR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. In: **Revista de Psicologia da UNESP**, 16. 2017. p. 18–26. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

UM PASSEIO por Gravataí e uma aula de história lembraram dia do patrimônio. **Giro de Gravataí**. Gravataí, 21 ago. 2023. Disponível em: <https://www.girodegravatai.com.br/um-passeio-por-gravatai-e-uma-aula-de-historia-lembraram-dia-do-patrimonio>. Acesso em: 10 nov. 2023.

VARINE, Hugues de. **O Tempo Social**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987. 207p.

VERGARA, Antonio Gabriel. **Invisibilidade/visibilidade**: O guarani pré-colonial em Gravataí. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012, 120p.

VÈRGES, Françoise. **Decolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 272p.

VÈRGES, Françoise. Definir um campo: o feminismo decolonial. 2020, p. 20–61. *In*: VÈRGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de: Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: UBU Editora, 2020. 139p.

ZAFFALON, Luiz. **Seguinte: O que esperar do governo Zaffa 2? O prefeito reeleito responde**. [S. l.: s. n], 21 nov. 2024. 1 vídeo (53 min). Publicado pelo canal de Seguinte TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=igDS27mINuM&t=2032s>. Acesso em: 10 jan. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICES A – Lista de Publicações sobre Gravataí**LIVROS E CARTILHAS SOBRE A HISTÓRIA E PATRIMÔNIO DE GRAVATAÍ - RS**

1987

- “História de Gravataí” de Jorge Rosa
- “Gravataí: história e cultura”, Anais do I Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense

1988

- “O Processo de Criação da “Câmara Municipal” de Gravataí: início da vida administrativa-municipal (Primeiros Documentos – 1846-1880)” publicação do II Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense
- “Primeiras Cartas Pastorais do Rio Grande do Sul (1853-1859) Bispo Dom Feliciano” publicação do II Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense

1990

- “Anais do II Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense – Gravataí: do Êxodo à composição Étnica”
- “Os índios d’Aldeia dos Anjos: Gravataí - Século XVIII”, lançado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

1997

- “A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do guarani-missionário ao processo de dominação do sistema luso” de Protasio Paulo Langer
- “Cavalhadas: uma tradição de raiz milenar” de Ana Zenaide Gomes Ourique e Célia Silva Jachmet

2002

- “Tempo de Festa: uma análise das Festas do Divino (Espírito Santo) - Gravataí e Santo Antônio da Patrulha (1859-1933)” de Célia Silva Jachmet

2004

- “Gravataí 241 anos: Qualidade de vida e pólo turístico” – publicação do Gabinete do Prefeito Sérgio Stasisnki (PT)

2011

- Coletânea “Raízes de Gravataí”, organizado por Célia Silva Jachmet e Vera Lucia Maciel Barroso
- “Gravataí: um olhar histórico de 1732 a 2011” de Sebastião Medeiros

2013

- “Conhecendo Gravataí com Medonha”, volume 1, de Denise Pacheco
- “O Golpe da Injustiça” de Rita Sanco

2014

- “Conhecendo Gravataí com Medonha”, volume 2, de Denise Pacheco

2015

- “Conhecendo Gravataí com Medonha”, volume 3, de Denise Pacheco

2016

- “Divino Espírito Santo: das origens açorianas à retomada da festa em Gravataí” de Maria Inês Guilloux Leal
- “Conhecendo Gravataí com Medonha”, volume 4, de Denise Pacheco

2017

- “Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí: da Igreja no Período Colonial às Comunidades Eclesiais de Base – Contexto Histórico” de Célia Silva Jachemet

2019

- “Tópicos das Eleições do Município de Gravataí/RS” de Sebastião Medeiros
- “Gravataí Missioneira: Origens”, roteiro de Tabajara Ruas, desenhos de Jader Corrêa, produzido pela Prefeitura de Gravataí

2020

- “Nazário e uma tentativa de rebelião escrava na Aldeia dos Anjos: Os brancos eram uns pelos outros, por isso os negros também deviam fazer o mesmo” de Wagner de Azevedo Pedroso

2021

- “Gravataí: entre anjos e gravatás”, vinculado à iniciativa “Projetos Culturais Irmãs TM”, com autoria de Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, Nestor Ourique Medeiros e Helena Thomassim Medeiros, projeto gráfico de Carolina TM
- “Gravataí Histórica”, organizado pelo grupo “Cidade Histórica”, composto por Tayane Pereira Silveira, Lucas Oliveira Gonçalves e Sarah Wavginiak,
- “O I FESTIL a gente nunca esquece” de Rodrigo Monteiro
- “O Teatro em Gravataí: cenas, registros e histórias” de Marlise Damin e Ane Minuzzo
- “Do índio ao padroeiro: Gravataí, o distrito de Barnabé, o bairro São Geraldo e a paróquia Nossa Senhora das Graças, em 80 anos” de Célia Silva Jachemt e Fabiano Glaeser dos Santos

2022

- “Gravataí: histórias” de Nestor Ourique Medeiros
- “Nossa Terra, Nossa Gente - a história de Gravataí: 1730-1950” de Agostinho Martha e Marco Antônio Bandeira Martha

2023

- “Apostolado da Oração Paróquia Nossa Senhora dos Anjos: A devoção ao Sagrado Coração de Jesus” de Lia Mara Ciarelli

OBRAS DE FICÇÃO E POESIA

1995

- “Onde estão os anjos da minha aldeia?” de Pedro Eltz (1995)

2013

- “Lendas do Sul: Mistério no Rincão dos Gravatás” de Denize Domingos da Silva Jung (2013)
- “Lendas do Sul: A Cigana Brisa” de Denize Domingos da Silva Jung (2013)
- “Lendas do Sul: O menino de pedra” de Denize Domingos da Silva Jung (2013)
- “Lendas do Sul: A Teiniaguá do Rincão dos Gravatás” de Denize Domingos da Silva Jung (2013)

2016

- “Bares” de Sebastião Medeiros (2016)

2022

- “3x Rincão” de Carlos Adriano Albani da Silva, Ane Minuzzo e Douglas Farias (2022)

2023

- “A Aldeia dos Anjos: um lugar no mundo” de Amon Costa (2023)

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar desta entrevista. Você foi selecionado (a) por seu envolvimento com a cidade de Gravataí. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que ele aqui representa.

Esta investigação tem como tema o patrimônio na cidade de Gravataí, visando compreender a narrativa construída sobre o passado, o discurso autorizado do patrimônio e perceber patrimonialidades latentes. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas em responder as questões apresentadas durante a entrevista.

As informações obtidas através dessa entrevista serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Seus dados pessoais não serão divulgados. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato do pesquisador podendo tirar suas dúvidas sobre este trabalho e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Helena Thomassim Medeiros

Endereço Eletrônico: helena_tm@outlook.com

Telefone Móvel: (51) 99204-6895

Caso concorde com os termos aqui estabelecidos, sua assinatura é solicitada no campo abaixo descrito como “Entrevistado”.

Entrevistado

Pesquisador

Em caso de concessão do uso de seu nome verdadeiro no trabalho, sua assinatura é solicitada no campo abaixo descrito como “Entrevistado”. Se não for realizada, será utilizado um nome fictício na descrição da entrevista.

Entrevistado

**APÊNDICE C – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com
Airton Leal em 08/11/2022**

ENTREVISTA 01

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Airton Leal - Secretaria Municipal de Governança e Comunicação Social

DATA DE REALIZAÇÃO: 08/11/2022

1. Como surgiu o Conselho Municipal do Povo de Terreiro?
2. Qual o objetivo de sua construção, suas atribuições e deveres dentro do município?
3. Como funciona esse Conselho?
4. Gravataí tem uma grande influência dessa matriz religiosa?
5. O município investe nessa faceta cultural? De que forma?
6. Há alguma percepção dessas religiosidades como um possível patrimônio?

APÊNDICE D – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Maria Inês Guilloux Leal em 23/11/2022

ENTREVISTA 02

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Maria Inês Guilloux Leal – Historiadora do Museu Municipal

DATA DE REALIZAÇÃO: 23/11/2022

1. Como inicia sua relação com o Museu Municipal e com o Departamento de História de Gravataí?
2. Como você descreve a construção do patrimônio em Gravataí?
3. O tombamento surge como lei municipal em 2004, você participou desse processo de alguma forma?
4. Quais eram os principais pesquisadores da história do município entre 2004 e 2005?
5. Como ocorre a coleta de dados para o Departamento de História?
6. Como foram escolhidos os bens tombados na cidade?
7. Como é hoje a atuação desse departamento no processo de pesquisa histórica e identificação de bens culturais materiais e imateriais?
8. Quais seriam os pontos que precisam de mais atenção em relação ao patrimônio da cidade?
9. Em relação ao Museu, a documentação dos bens está atualizada?
10. Qual seria o perfil dos doadores do Museu?
11. Há doadores que se destacam? Por qual motivo?
12. Por qual razão o nome do Museu é Agostinho Martha e não Jorge Rosa?
13. Como é realizado o trabalho do Museu atualmente?
14. Qual seria a missão do Museu?
15. Como são selecionadas as peças do acervo?

APÊNDICE E – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Carmem Lucia Santos em 29/11/2022

ENTREVISTA 03

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Carmem Lucia Santos – Presidente da Associação de Moradores do Quilombo Manoel Barbosa

DATA DE REALIZAÇÃO: 29/11/2022

1. Qual sua trajetória dentro do Quilombo?
2. Como a senhora se tornou presidente da Associação de Moradores?
3. Quais são as demandas da comunidade?
4. Qual a relação dos moradores do Quilombo com a cidade de Gravataí?
5. O Quilombo Manoel Barbosa é um patrimônio da cidade de Gravataí?
6. Qual a importância do Terno de Reis para essa comunidade?
7. A placa de identificação do Quilombo foi colocada após o documentário “Olhos de Anastácia” (2021)?
8. Como está o processo de identificação desse espaço como Quilombo?
9. Projetos futuros, a partir do reconhecimento do Quilombo, o que vocês planejam para esse lugar? Por exemplo, o Quilombo da Anastácia tenta tornar o local um ponto turístico, com espaço de convivência e etc. Vocês têm alguma iniciativa desse tipo?
10. Qual a importância do reconhecimento de ser um quilombola?

APÊNDICE F – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Izabel Cristina Silveira em 29/12/2022

ENTREVISTA 04

Roteiro para Entrevista Semiestruturada
Izabel Cristina Silveira - Técnica em Artes Cênicas
DATA DE REALIZAÇÃO: 29/12/2022

1. Sua trajetória dentro do município
2. O teatro possui uma posição de destaque dentro das iniciativas culturais da cidade?
3. Se sim, por qual motivo?
4. Quais são as ações envolvendo as artes cênicas promovidas em Gravataí?
5. O Festival de Teatro foi considerado patrimônio em 2022, qual o processo histórico dessa iniciativa?
6. Como foi realizado esse processo de patrimonialização?
7. O que se espera com ele?

**APÊNDICE G – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com
Jairton Camisolão Silva da Silva, Kátia Adriane Rodrigues Ferreira e Ana
Müller em 02/01/2023**

ENTREVISTA 05

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Jairton Camisolão – Jornalista, membro do governo no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial

Kátia Adriane Rodrigues Ferreira - Psicóloga que trabalha no município com a atendimento à população negra no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e membro do Comitê de Saúde a População Negra

Ana Müller - jornalista vinculada a Prefeitura, membro do Comitê de Saúde da População Negra

DATA DE REALIZAÇÃO: 02/01/2023

1. Qual o envolvimento dos entrevistados com a Prefeitura e com o Conselho de Promoção da Igualdade Racial?
2. Como surgiu o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial?
3. Qual o objetivo de sua construção, suas atribuições e deveres dentro do município?
4. Como funciona esse Conselho?
5. Gravataí tem políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, quais seriam essas políticas?
6. O que levou a criação destas políticas e desde quando elas ocorrem?
7. Qual parcela da população é atingida por eles?
8. Do ponto de vista cultural e patrimonial há algum investimento ou pesquisa que avalie a importância dessas populações para a identidade gravataiense?

**APÊNDICE H – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com
Thiago De Leon em 17/04/2023**

ENTREVISTA 06

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Thiago De Leon – Vereador responsável por proposta de lei sobre o arquivado sobre o patrimônio

DATA DE POSSÍVEL REALIZAÇÃO: 17/04/2023

1. Qual a relação do Vereador com o patrimônio da cidade de Gravataí? Suas ações dentro da temática patrimonial e interesse sobre o tema.
2. Quais seriam as demandas atuais em relação ao patrimônio material e imaterial do município? O que já foi desenvolvido e o que ainda precisa ser aprimorado?
3. Sobre o Projeto de Lei 128/202:
4. Quais demandas levaram a sua criação?
5. O que se pretendia com a criação desta lei?
6. Como foi o processo de elaboração do Projeto de Lei 128/2021?
7. Houve participação da sociedade civil?
8. Quais pontos do Projeto, você acredita, terem levado ao seu arquivamento?
9. Há pretensão de organizar novas iniciativas visando a proteção do patrimônio municipal?
10. Em sua opinião, quais são os caminhos e estratégias possíveis para a proteção e difusão do patrimônio material e imaterial da cidade?

APÊNDICE I – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Maria Inês Guilloux Leal em 24/04/2023

ENTREVISTA 07

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Maria Inês Guilloux Leal – Historiadora do Museu Municipal

DATA DE REALIZAÇÃO: 24/04/2023

1. Sobre os processos de tombamento iniciados pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural:
2. Quantos processos já foram iniciados?
3. Quais bens foram foco destes processos?
4. O que levou a negativa em relação ao tombamento?
5. Gravataí apresenta 3 sítios arqueológicos cadastrados, qual a participação do Departamento de Patrimônio nesse processo?
6. 2.1 O Museu teve acesso ao acervo?
7. 2.2 As informações e os relatórios desenvolvidos foram repassados à instituição?
8. Apesar de só ter reconhecido o Quilombo Manoel Barbosa, há na cidade também o Quilombo Ferreira-Fialho e o Quilombo do Paredão. O Departamento de Patrimônio tem ou teve algum envolvimento com esses processos de autorreconhecimento ou de pesquisas envolvendo a herança negra e quilombola?
9. São reconhecidos como patrimônios do Rio Grande do Sul, localizados em Gravataí, o Morro Itacolomi, o Rio Gravataí e o CTG Aldeia dos Anjos. O Museu e/ou o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural realizam alguma atividade

**APÊNDICE J – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Isab-
El Cristina Soares 11/06/2024**

ENTREVISTA 08

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Isab-el Cristina Soares – servidora aposentada, formada em Letra/Literatura, ex-funcionária do Museu e da FUNDARC

DATA DE REALIZAÇÃO: 11/06/2024

- 1- Qual sua relação com o patrimônio da cidade de Gravataí? Suas ações dentro da temática patrimonial e interesse sobre o tema.
- 2- Sobre seu trabalho no Museu Municipal Agostinho Martha
 - a. Em qual período você trabalhou na instituição?
 - b. Qual função você exercia no Museu?
 - c. Qual sua visão sobre o trabalho desenvolvido pelo Museu?
 - d. Quais são as perspectivas atuais para essa instituição
- 3- Quanto à Associação Literária de Gravataí
 - a. Quais eram os objetivos da Associação?
 - b. Como e quando iniciou?
 - c. Quando e por qual motivo acabou?
 - d. Quais foram os resultados conseguidos com a Associação?
- 4- Como foi a atuação da Associação para a preservação do patrimônio e estímulo na cultura da cidade?
 - a. Ocupação e criação do Cineteatro
 - b. Ocupação do Casarão dos Fonseca
 - c. Preservação do Museu após o incêndio em 1997
 - d. Luta pelo Quiosque
- 5- Como você percebe a cultura e a preservação do patrimônio de Gravataí atualmente? No que avançamos e como poderíamos avançar?

APÊNDICE K – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Cláudio Ávila em 20/06/2024

ENTREVISTA 09

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Vereador Cláudio Ávila – proponente da lei de patrimonialização dos “dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana”

DATA DE REALIZAÇÃO: 20/06/2024

1. Qual a relação do Vereador com o patrimônio da cidade de Gravataí? Suas ações dentro da temática patrimonial e interesse sobre o tema.
2. Como foi o processo da criação do projeto de lei 130/2023 e que levou a criação da lei nº 4754, de 11 de janeiro de 2024, que declara como patrimônio cultural imaterial do município de Gravataí a cultura, dogmas e tradições dos povos de terreiro e as comunidades tradicionais de matriz africana.
 - a. Como surgiu essa demanda?
 - b. Como foi feita a pesquisa para o Projeto de Lei 130/2023??
 - c. Quem participou desse processo?
 - d. Houve consulta à sociedade civil, grupos organizados ou instituições culturais?
 - e. Qual o objetivo da lei?
3. As pesquisas realizadas pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural de Gravataí auxiliaram de alguma forma?
4. Qual a relevância dos dogmas e tradições dos povos de terreiro em Gravataí?
 - a. Sua relação com a história da cidade
 - b. Leis relacionadas: Cruzeiro (2020), Carreata de São Jorge (Ogum), Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Gravataí (CMPTG), instalação do monumento Exú Bará (2024), denominação da Rótula dos Quimbandeiros (2024)
5. Houveram objeções a implementação da Lei 4754? Se sim, de quais pessoas ou grupos?

1. Algum impacto já foi gerado com a implementação dessas leis? Se sim, quais?
6. Como você percebe a cultura e a preservação do patrimônio de Gravataí atualmente? No que avançamos e como poderíamos avançar?

APÊNDICE L – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Demétrio Tafras em 21/06/2024

ENTREVISTA 10

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Vereador Demétrio Tafras – proponente das leis de patrimonialização do Terno de Reis e FETEG

DATA DE REALIZAÇÃO: 21/06//2024

1. Qual a relação do Vereador com o patrimônio da cidade de Gravataí? Suas ações dentro da temática patrimonial e interesse sobre o tema.
2. Com qual objetivo foram criadas as leis que tornam o Terno de Reis e o Festival de Teatro de Gravataí (FETEG) como patrimônios?
3. Como foram feitas as pesquisas sobre os temas?
 - a. Quem participou desse processo?
 - b. Houve consulta à sociedade civil, grupos organizados ou instituições culturais?
4. As pesquisas realizadas pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural de Gravataí auxiliaram de alguma forma?
5. Algum impacto já foi gerado com a implementação dessas leis? Se sim, quais?
6. Por qual motivo optou-se por patrimonializar o FETEG, que estava em sua sétima edição no ano de 2022, e não o Festival de Teatro Estudantil (Festil), que começou a acontecer em 1994?
7. O senhor também propôs os projetos que incluíram a Feira Agro rural e Turística de Gravataí (FEARG), a Carreteada e o Festil no calendário de eventos. Atualmente também foi proposta a inclusão do “O acampamento Farroupilha no parque de eventos Valecy Cabeleira Bitelo”. Como o senhor percebe a relevância desses eventos na cidade e na formação da identidade da população?
8. Como você percebe a cultura e a preservação do patrimônio de Gravataí atualmente? No que avançamos e como poderíamos avançar?

APÊNDICE M – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Célia Silva Jachemet em 10/07/2024

ENTREVISTA 11

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Célia Silva Jachemet – professora aposentada, pesquisadora, ex-funcionária do Museu e da FUNDARC, membro da CAERGS

DATA DE REALIZAÇÃO: 10/07/2024

1. Qual a sua relação com o patrimônio da cidade de Gravataí? Suas ações dentro da temática patrimonial e interesse sobre o tema.
2. Qual o seu papel dentro do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura (SMEC)?
3. Quais eram as principais atividades do Departamento de Cultura da SMEC?
 - a. Dentro do Departamento de Cultura havia o “Setor Cultural Popular - Cultura Negra” e o “Setor de Pesquisa, Folclore, Informações e Promoções”, como eram desenvolvidos estes trabalhos e com quais grupos eram articulados?
 - b. Como eram organizados os Simpósios sobre a cultura gravataiense?
 - c. Quais pesquisas eram desenvolvidas por esse Departamento?
4. Quais as principais mudanças percebidas com a criação da FUNDARC em 1994?
5. Os impactos do trabalho desenvolvido dentro da SMEC na criação de seus livros, em especial as obras envolvendo as pesquisas históricas?
6. Quanto ao passado de Gravataí, a senhora costuma trazer referências aos açorianos e as populações negras da cidade. Porém, não é incomum, encontrarmos textos e discussões sobre o tema que reforçam a perspectiva de uma herança quase que exclusivamente açoriana. A senhora acredita que há uma disputa de narrativas?
7. Como você percebe a cultura e a preservação do patrimônio de Gravataí atualmente? No que avançamos e como poderíamos avançar?

APÊNDICE N – Roteiros de entrevistas semiestruturadas: entrevista com Paulo Silveira em 19/12/2024

ENTREVISTA 12

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Vereador Paulo Silveira – vereador por três mandatos consecutivos, entre 2013 e 2024, realizou denúncias sobre o Casarão dos Bina e o prédio do Museu Municipal em 2023

DATA DE REALIZAÇÃO: 19/12/2024

1. Qual a relação do Vereador com o patrimônio da cidade de Gravataí? Suas ações dentro da temática patrimonial e interesse sobre o tema. Quantos mandatos o senhor exerceu?
2. O senhor assumiu diversos mandatos como vereador, compreendendo o período de 2013 até 2024, quais foram as mudanças percebidas no âmbito da cultura e patrimônio de Gravataí nesse período?
3. Em 2017 a Fundação Municipal de Arte e Cultura de Gravataí (FUNDARC) é extinta, por qual razão o senhor acredita que o órgão foi extinto e quais os impactos dessa medida?
4. Em 2023 o senhor realizou denúncias ao Ministério Público sobre o estado de deterioração de patrimônios municipais como o Casarão dos Bina e os prédios do Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca.
 - a. O que o levou a realizar tais denúncias?
 - b. Qual foi a repercussão dessas ações?
5. Entre os anos de 2022 e 2024, 10 novos patrimônios foram decretados pela Câmara de Vereadores (Terno de Reis/ FETEG/ Marcha para Jesus/Dogmas e tradições do povo de terreiro/ Rua Aberta) e pelo poder executivo (Igreja Matriz/ Capela Santa Cruz/ Vila Lourdes/ Casa Canônica/ Seminário São José), antes de 2012 todos os patrimônios eram identificados através de

pesquisas do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural da FUNDARC e haviam apenas 06 bens nessa chancela (Atafona do Xará/ Casarão dos Fonseca-CAERGS/ Casarão dos Bina/ Fonte do Forno/ Sobrado do Museu e Arquivo Histórico Municipal/ Prefeitura).

- a. Como o senhor vê essa mudança?
 - b. Os bens patrimoniais decretados recentemente são um reflexo da vontade política ou de ações da população?
 - c. O conceito de patrimônio tem sido bem aplicado nessas leis?
6. O ano de 2024 iniciou sem funcionários no Museu Municipal e no Arquivo Histórico, foi criada um grupo especial de trabalho, popularmente conhecido como Comissão de Patrimônio, qual o impacto dessas medidas no setor cultural e patrimonial de Gravataí?
7. Como você percebe a cultura e a preservação do patrimônio de Gravataí atualmente? No que avançamos e como poderíamos avançar?

APÊNDICE O – Ofício sobre a revitalização da Fonte do Forno 2022

SMCEL
SECRETARIA MUNICIPAL DA
CULTURA, ESPORTES E LAZER

**Of. 20/2022**

Gravataí, 28 de novembro de 2022.

De: Conselheira Titular do Setorial de Patrimônio do CMPC – Gestão 2022/2024 Helena Thomassim Medeiros

Para: Secretário de Desenvolvimento Urbano

Prezado Senhor:

No dia 08 de novembro de 2022, membros do Setorial de Patrimônio Material e Imaterial se reuniram com a coordenação do Museu Municipal Agostinho Martha, ocasião na qual fomos informados que haveria uma reforma na praça de entorno à Fonte do Forno. Como sabem, esse bem é tombado como patrimônio da cidade pela lei 7.048, de 21 de julho de 2008.

O Setorial de Patrimônio Material e Imaterial gostaria de acompanhar de perto essa movimentação para poder pensar junto com o poder público alternativas que venham a contribuir com a preservação e promoção do patrimônio em nossa cidade.

Sendo assim, venho como representante da comunidade civil solicitar informações sobre essa obra e uma possível agenda para tratarmos desse assunto.

Aguardamos o retorno de vocês e ficamos à disposição.

Atenciosamente,
Helena Thomassim Medeiros
Conselheira Titular do Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de
Política Cultural de Gravataí

APÊNDICE P – Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial 2022

DEMANDAS 2022 SETORIAL DE PATRIMÔNIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

Eu, Helena Thomassim Medeiros, assumi como conselheira titular do Setorial de Patrimônio do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí, eleita na 8ª Conferência de Cultura de Gravataí, em 23 de julho de 2022. Desde então meu foco foi reestruturar um Setorial que existia apenas no nome, sem grupo ou membros bem definidos. Nesse sentido realizamos uma primeira reunião para elencar nossas demandas internas da Setorial. Após, nos reunimos com o coordenador do Museu Municipal Agostinho Martha, Bryan, e com a subsecretária de cultura Alini, e temos uma nova reunião marcada para o mês de dezembro. Dentro desse processo algumas demandas recorrentes foram identificadas:

1 - Preservação dos bens patrimonializados e musealizados:

Reforçamos a importância da **restauração e reabertura do Museu em sua sede**. Não podemos permitir que um bem municipal tombado seja destruído pela falta de cuidados necessários. O prédio está com sua estrutura comprometida e é localizado em frente à uma rua onde há circulação de veículos pesados, uma ação paliativa seria o fechamento do pequeno trecho em frente ao Museu ou a proibição de veiculação de ônibus e caminhões.

Quanto a **restauração do Casarão dos Bina**, gostaríamos de ter mais detalhes sobre a obra para que a sociedade civil se mantenha informada e seja consultada sobre seu patrimônio.

Os **objetos que estavam no Anexo em frente ao Museu**, retirado em 2020 da praça e levados ao pátio do Casarão dos Bina, necessitam de medidas urgentes para sua preservação, são bens musealizados e fazem parte da história da cidade. Gostaríamos que esses bens fossem conservados em local fechado para evitar que o contato direto com o solo, chuva e sol os deteriore ainda mais.

Apontamos, também, a necessidade da **criação de um Plano Museológico** para o Museu, a fim de preservar seu acervo e instituir políticas que orientem seus funcionários atuais e futuros, criando mecanismos para empréstimo, doação, aquisição ou descarte de bens, sem comprometer a integridade informacional. Salientamos que a digitalização e disponibilização dos documentos do Museu auxiliaria também no processo de difusão comunicacional.

Sabemos do déficit de funcionários, por isso seria importante o remanejamento de recursos humanos ou mesmo a criação de um Grupo de Amigos do Museu que pudesse propor projetos e criar mecanismos de financiamento, essa legislação também faz parte do Plano Museológico, que o Museu não possui.

2 - Difusão de informações

Solicitamos **o repasse das informações sobre as ações envolvendo o patrimônio e cultura da cidade ao Conselho Municipal de Política Cultural**. Em 2022 tivemos diversos problemas em relação a falta de comunicação entre as Secretarias e o Conselho. Ações como feiras culturais, processos de patrimonialização e reformas em áreas próximas à bens tombados, não foram devidamente informadas.

Muitas vezes descobrimos essas propostas pelos meios de comunicação, o que nos impede de auxiliar e mesmo orientar medidas como a criação de editais para selecionar agentes culturais locais, inscrições deles em feiras para expor seu trabalho e mesmo discutir a identidade criada pelo poder público.

Esse processo favorece aos interesses de poucos e retira o viés democrático e público que tais ações deveriam priorizar, tendo em vista que os agentes culturais desse município contribuem para os cofres públicos e é seu direito ser consultado sobre a aplicação dos recursos.

Outro aspecto em relação a difusão de informações é que precisamos que haja **placas de identificação do patrimônio** da cidade, isso inclui a recolocação de identificações em monumentos e obeliscos, como os da praça do Dom Feliciano e da Bíblia, além da placa de identificação do Quilombo Manoel Barbosa.

3 - Ações de formação

Para que a população se identifique com o patrimônio e a história da cidade, auxiliando também em sua preservação, é preciso **investir na formação dos funcionários públicos e na sociedade civil** dentro da área, realizando ações em prol do patrimônio na cidade, exemplo: seminários, debates, documentários, publicações, atividades pedagógicas.

Eventos de educação patrimonial nas escolas seriam uma alternativa viável, pois temos diversos materiais e profissionais capacitados que poderiam auxiliar nesse processo, realizando ações de capacitação com professores e estudantes.

Fomento para as pesquisas e publicações na área da memória e patrimônio na cidade desenvolvem um arcabouço teórico inestimável para diversas áreas, consequentemente auxiliam no crescimento econômico da cidade. A busca de convênios de pesquisa com universidades e editais para ações voltadas ao patrimônio, são algumas alternativas para cobrir também a falta de mão de obra especializada nas instituições.

4 - Inserção de temas no discurso patrimonial

A cidade de Gravataí possui um discurso patrimonial voltada para a herança açoriana, mas é necessário incluir outros grupos para estimular o interesse e a participação da sociedade. **O tombamento imaterial do Clube Social Negro Seis de Maio** em esfera municipal é uma medida cabível que visa valorizar a herança negra de Gravataí e seus espaços de sociabilidade.

Atenciosamente,

Helena Thomassim Medeiros

Conselheira titular do Setorial de Patrimônio do Conselho Municipal de Política Cultural

Gravataí, 06 de dezembro de 2022.

APÊNDICE Q – E-mails enviados entre 2022 e 2024

Boa tarde.

Venho, por meio deste e-mail justificar minha fala durante o evento do Dia Estadual do Patrimônio de 2024, o primeiro, que eu tenho conhecimento, organizado pela Prefeitura de Gravataí.

Em primeiro lugar gostaria de salientar alguns dos motivos que levaram ao meu descontentamento com o evento:

- A iniciativa Projetos Culturais Irmãs TM foi convidada para apresentar seu trabalho, convite ao qual nós prontamente aceitamos pois sempre estivemos à disposição para auxiliar qualquer colega que nos procure para tal. Entretanto, por meio da divulgação do evento, ficamos sabendo que estávamos listados como apoiadores e, sendo bem sincera, fomos apenas convidados, sem conhecimento quanto à programação ou grupos que participariam;
- Nas ações do dia estadual do patrimônio, que promovemos em 2022 e 2023, buscamos apresentar uma visão de patrimônio mais igualitária, em que as diferentes formações e profissionais que atuam com a temática fossem valorizados. Infelizmente, não posso dizer que vi o mesmo ocorrer na ação organizada pela Prefeitura;
- Diversos colegas e apoiadores que fizeram tais ações conosco não foram sequer convidados a se apresentar. Algo que repete o mesmo erro que apontei na primeira programação realizada para a Feira do Livro de 2024 ao qual tive acesso: onde estão os grupos que pesquisam o patrimônio da cidade? (Anexo 1 – Reunião Feira do Livro de Gravataí - 12-04-2024) Perceba, são sempre os mesmos grupos, pessoas e perspectivas que recebem lugar de fala nos eventos oficiais;
- Observando as apresentações da Comissão do Patrimônio, do Instituto Ernesto Fonseca e CAERGS, pode-se notar que as pessoas e discursos seguem uma mesma lógica de legado branco, açoriano e católico, que reforça grupos, pessoas e instituições de poder. Obviamente deve-se valorizar esse trabalho e herança também, mas, com um olhar crítico que não vi ser mencionado nas poucas horas em que estive presente;
- Quanto ao trabalho da Comissão de Patrimônio, a reforma do Casarão dos Bina, o projeto de reforma do Museu e da antiga Prefeitura, além da contratação

de mais funcionários para a cultura, que, infelizmente, não são concursados, sabe-se que são ações emergenciais, muitas das quais realizadas em ano eleitoral. Acompanhamos o sucateamento do setor cultural há muitos anos e isso é um projeto de governo, pois a cultura dá liberdade de pensamento e expressão, coisas que não são apreciadas por governos que defendem um viés autoritário e que é representado por muitos cargos de comissão que fazem o mesmo. Durante meu período de agente cultural e conselheira do CMPC, tive o desprazer de conhecer muitos deles em Gravataí;

Conforme apontamos em nossa fala, o livro "Gravataí: entre anjos e gravatás", foi feito para ser doado às escolas públicas, pois defendemos que a educação pública de qualidade muda a vida das crianças, pois, mudou a de toda a nossa família. Em 2021, governo do prefeito Luiz Zaffalon, criamos um presente para a cidade, uma obra que além de distribuída mais de 80% de suas cópias para escolas e instituições públicas, ainda está disponível online gratuitamente, em PDF e audiolivro.

Sabemos que naquele mesmo ano a Secretaria Municipal de Educação (SMED), enquanto a funcionária Magda Ely da Silva estava como secretária, se recusou a receber e auxiliar na distribuição de outras obras tão importantes quanto a nossa. Porém, nós entregamos o livro na SMED antes desta resolução da ex-secretária, foi assinado um termo de recebimento que indicava esse auxílio da Secretaria, algo comum em outras administrações. Se não fosse por denúncias de que a SMED estava se recusando a entregar os livros, não saberíamos que não havia pretensão de distribuir nossa obra.

Informados disso, buscamos uma reunião com a SMED, na qual só eu pude entrar, pois eles não queriam mais testemunhas. Na ocasião fui extremamente mal tratada e hostilizada na Secretaria, algo que não deveria ocorrer com nenhum cidadão. Fui recebida pela secretária, que em momentos anteriores se recusou a nos receber, e por um funcionário do administrativo que rindo disse que não tinham nenhuma obrigação conosco e fez questão de ser fotografado com o termo em que recusavam distribuir o material já entregue.

Buscamos então o gabinete do Prefeito, para apresentar nossa obra e resolver eventuais mal entendidos. Nunca fomos recebidos e soubemos de seus funcionários que ele já havia recebido o livro, sem ter sido por nós. Ou seja, uma obra que era um presente foi vista como um problema, não só pela SMED, mas pelo atual Prefeito,

que, ao não nos receber apenas comprovou sua concordância com a forma de tratamento hostil que recebemos (Anexos II, III e IV).

Faltavam poucos dias para a conclusão do projeto, buscamos os livros e começamos a distribuir de escola em escola. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG), foi quem possibilitou que o restante do material chegasse nas escolas públicas municipais. A 28ª Coordenadoria de Educação (CRE), além de fazer uma celebração simbólica pela entrega, foi quem disponibilizou o material para as escolas públicas estaduais.

Curiosamente, em 2022, no ano seguinte, foi editado e lançado um livro que estava escrito desde 1970, sobre a história da cidade, cuja cópia não foi encontrada no acervo do Museu, no momento de nossa pesquisa. Essa obra sim, foi recebida pelo Prefeito, está sempre em sua mesa nas fotos oficiais e recebeu menção honrosa pela Câmara de Vereadores. Uma recepção muito diferente da nossa.

Sabemos que, hoje em dia, muitos funcionários do município utilizam nosso trabalho como base, mas nunca recebemos se quer uma justificativa oficial pela forma horrível com a qual fomos tratados, nenhum pedido de desculpas ou reconhecimento. Seguimos trabalhando pois não estamos atrás da valorização dos detentores de poder, mas sim, de ajudar nossa cidade.

Tanto é, que fiz um excelente trabalho na Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, durante dois anos, nos quais enviei diversos e-mails; busquei informações sobre a cidade; organizei uma setorial que não existia naquele momento; encaminhei ofícios; estive em reuniões com diversas secretarias; organizei ações em prol da preservação do patrimônio da cidade. Além disso, alertei diversas vezes a necessidade de concursos, de criação de vagas para a cultura e isso nunca ocorreu, não porque esse é um ano eleitoral, mas, porque não é uma prioridade para o atual governo.

Ao invés disso, criou-se uma comissão de patrimônio para regularizar situações que foram mal executadas, como o tombamento por decreto; as patrimonializações, sem dossiê e pesquisas apresentadas, feitas pela Câmara de Vereadores; a falta de regularização das leis que, desde 2017, com a extinção da Fundação de Arte e Cultura (Fundarc), não foram atualizadas. Isso é um trabalho emergencial, realizado em função das diversas denúncias sobre o descaso com o patrimônio histórico municipal, e em ano eleitoral.

Em fevereiro de 2024, fui mais uma vez constrangida e mal tratada por funcionários da Prefeitura, toda essa situação está relatada no anexo V “Comissão de Patrimônio”. Não sei dizer se é porque meus pais são sindicalistas, se é porque acredito em causas sociais, mas, a forma com a qual fui tratada diversas vezes por esses seres humanos é desproporcional.

Em meio ao evento do Dia do Patrimônio de 2024, me senti extremamente desconfortável. Fui ao evento com o intuito de apresentar nosso trabalho e valorizar a iniciativa e esforço dos colegas da cultura. Mas, é muito difícil se manter calmo quando ouvimos as distorções que são feitas. Sendo assim, enquanto falávamos no palco essas questões, que vocês também conhecem, pude ouvir mais uma vez o governo tentar nos impedir de falar. As opiniões diferentes e críticas, se bem compreendidas, nos fazem crescer, mas, quando nossa melhora é só para fingir igualdade e preocupação, ela logo cai por terra.

Peguei o microfone da cerimonialista – inclusive, aproveito e peço desculpas se ofendi a Ana –, pois, enquanto minha irmã tentava falar, pude ouvir a Aline, membro da comissão de patrimônio e do gabinete do Prefeito que se negou a nos receber em 2021, dizer que era para ela nos cortar porque estávamos atrasando a cerimônia. Sendo que, não ficamos ali mais de dez minutos, bem diferente dos outros grupos, e que fomos convidadas com o propósito de falar.

É constrangedor e mais estarrecedor ainda observar como opiniões diferentes são facilmente caladas e silenciadas. Aprendemos muito sobre isso com o último governo federal: direitos são difíceis de serem conseguidos, mas, facilmente retirados. Isso acontece mais ainda quando não respeitamos e nem ouvimos vozes dissonantes. Também pude ouvir a Aline gritar atrás de mim que eu não podia pegar o microfone e que eu havia falado dela em meu discurso. Além de não citar a moça, mesmo tendo motivos e pegando o microfone apenas para encerrar o discurso, minha fala não era sobre ela, mas sobre a forma como as coisas estão sendo feitas nessa cidade.

Para o professor Albani, que gentilmente nos convidou, Izabel, Marlise, Mari, Giuliano, peço desculpas pela situação de desconforto que se causou. Acreditem, não era essa a minha intenção. Porém, achei que seria bom fazer essa carta para explicar meus posicionamentos, apesar, de imaginar que vocês conhecem boa parte deles.

Gostaria de registrar meu pesar em relação ao que vivenciei na cultura da cidade nos últimos mandatos e, principalmente, no atual governo. Como disse antes

acredito que críticas são bem vindas e que pessoas inteligentes sabem usá-las ao seu favor. A cultura e o patrimônio são as bases de uma comunidade, espero poder ver mais de Gravataí e, um pouco menos, sobre sua elite, no futuro. Conto com o bom trabalho de vocês.

Mas, não esperem que eu seja gentil com aqueles que me ofenderam como pessoa e ao meu trabalho diversas vezes, nem que eu concorde com tudo o que é dito. Estou sempre disposta a ouvir e ajudar, porém, sou a favor de diálogos reais, em que se preza pela liberdade de expressão. Cuidem do comportamento destas pessoas e com qual perspectiva seu trabalho está se aliando. Sabemos que vocês são fazedores de cultura com um bom coração e se preocupam com a comunidade, mas nem todos ao seu redor pensam igual.

Imagino que não seremos convidados novamente para tais eventos, mas, se o fizerem, por favor, propiciem um ambiente para trocas reais, para aprendizado, para discursos e vozes diferentes. Acho o trabalho de vocês com o teatro e a música belíssimo, contudo, em termos de patrimônio, a nossa cidade tem muito o que aprender. Enquanto pesquisadora desta área há muitos anos, é meu papel reforçar essa necessidade com vocês. Pessoas voluntárias, geralmente, tem boas intenções, mas não possuem técnica ou estudaram os diversos impasses dessa área, sua visão é enraizada de interesses e afetos pessoais. Funcionários, especialmente os concursados, tendem a ser pessoas com muito conhecimento em suas áreas e possuem a flexibilidade, retirada dos cargos comissionados, de expressar opiniões contrárias aqueles que estão no poder.

Vale lembrar, em ano eleitoral, que, quem faz uma cidade é o seu povo, suas escolhas. Se Gravataí quiser continuar com esse governo, rogo para que tenhamos mais profissionais competentes para combater os mandos e desmandos dos poderosos. Pois, quem faz cultura, quem quer fazer o povo pensar, sofre muito com a falta de espaço e com a hostilidade com o qual é tratado, somos todos pessoas e merecemos respeito.

Pesarosamente,
Helena Thomassim Medeiros

APÊNDICE R – Relatório – Patrimônio em risco: Museu Municipal Agostinho Martha

PATRIMÔNIO EM RISCO
Museu Municipal Agostinho Martha – Gravataí/RS

Helena Thomassim Medeiros

Conselheira titular da Setorial do Patrimônio Material e Imaterial do Conselho
Municipal de Política Cultural (CMPC)
Gestão 2022-2024

Venho, enquanto conselheira titular da Setorial do Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), demonstrar nossa preocupação em relação a preservação dos bens patrimoniais de Gravataí. Em decorrência das chuvas que assolaram o estado do Rio Grande do Sul nos últimos tempos, alguns membros da Setorial vieram me questionar sobre a situação do prédio do Museu Municipal Agostinho Martha.

A instituição localiza-se na Rua Nossa Senhora dos Anjos, nº 541, no centro de Gravataí, e é composta por dois prédios, ambos tombados pela prefeitura em 2005, através Decreto nº 7.048, de 21 de julho de 2005. Entre os anos de 2018 e 2019, o Museu foi fechado em virtude de problemas em sua estrutura. Desde 2022 a Setorial que represento, buscou ativamente informações sobre este local, que é o único espaço museológico da cidade, bem como sobre seu prédio sede.

O prédio em questão é um dos mais antigos, se não o mais antigo, da cidade, construído em 1826, ainda nos primeiros anos de independência do Brasil. O Museu Histórico Municipal, criado em 1974, passou a ocupar o local em 1985, sob direção de Jorge Rosa. Em 1997, sofreu um incêndio que danificou grande parte de seu acervo e levou a perda de parte do prédio. Passando por diversas sedes temporárias, a instituição retorna a seu prédio em 2009, após 12 anos fechado para restauração. Menos de 10 anos depois o local é novamente fechado por problemas estruturais e não há previsão para retomada do espaço.

Em 2022, entramos em contato com a equipe do Museu, que só foi reaberto em espaço provisório no final daquele ano, para buscar formas de contribuição com a preservação da instituição. Fomos informados de que não poderíamos visitar o

prédio para realizar um diagnóstico pois ele havia sido interditado. Após diversas solicitações sobre o estado do mesmo ou de um documento legal que explicasse os problemas em sua estrutura, no dia 08 de dezembro, recebemos como retorno um relatório de uma página informando que a defesa civil havia interditado o local e que tentar entrar nas dependências poderia ocasionar uma multa (ANEXO I).

No dia 06 de dezembro de 2022, escrevi e entreguei ao então secretário Leandro Soares Ferreira, da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer (SMCEL), um documento com as demandas identificadas pela Setorial, incluindo a preocupação com a conservação do Museu (ANEXO II). Em 02 de maio de 2023, enviei um e-mail ao Museu, SMCEL e CMPC, relatando o seguinte:

Dentro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, surgiu novamente a demanda referente ao tráfego de veículos pesados em frente ao sobrado do Museu Municipal Agostinho Martha.

Em 2022, tivemos uma reunião com a SMCEL, onde levei algumas demandas levantadas pela Setorial, dentre elas a "Preservação dos bens patrimonializados e musealizados", dentro deste tópico apontamos que: "o prédio está com sua estrutura comprometida e é localizado em frente à uma rua onde há circulação de veículos pesados, uma ação paliativa seria o fechamento do pequeno trecho em frente ao Museu ou a proibição de veiculação de ônibus e caminhões".

Gostaríamos de organizar uma reunião com a Secretaria de Mobilidade Urbana - SEMURB para aproveitar o momento referente ao novo plano diretor para ver as possibilidades, objetivando a preservação deste bem. Entro em contato para solicitar um laudo referente ao impacto que o tráfego de veículos pesados pode ocasionar no Museu, e convidá-los para uma possível reunião a ser agendada.

Não tivemos retorno sobre essa questão e o tráfego de veículos pesados em frente ao Museu permanece. No mesmo ano, a Setorial realizou uma ação para o dia dos Museus, comemorado em 18 de maio de 2023, a ideia consistiu na criação de uma hashtag (#) para estimular postagens nas redes sociais sobre as instituições museais, dentre elas o Museu Municipal Agostinho Martha, localizado em Gravataí. Alguns membros da Setorial também elaboraram uma linha do tempo sobre o espaço e a produziram com recursos próprios. Houve autorização da Prefeitura para instalar a mesma em frente aos tapumes que cobrem o Museu desde que foram feitas as obras emergenciais de escoramento.



Figura 1 - Fachada do Museu Municipal Agostinho Martha em maio de 2024.
Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial (2024)

No mesmo ano, 2023, recebemos denúncias sobre o estado de conservação do acervo do Museu, que foi entregue para diferentes Secretarias e estava em exposição, sem os devidos cuidados, em diversos prédios públicos. Sendo assim, em 19 de junho de 2023, busquei a instituição, por e-mail, questionando como estavam os acervos em exposição na Câmara de Vereadores e no Casarão dos Bina. Contudo, não obtive retorno por e-mail, apenas a afirmação, em reunião do CMPC, que haviam cimentado o local que abriga o acervo no Museu no pátio do Casarão dos Bina.



Figura 2 - Acervo do Museu na Câmara de Vereadores
Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial (2023)



Figura 3 - Acervo do Museu no pátio do Casarão dos Bina
Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial (2023)

Além disso, em diversos momentos levantamos a questão do descaso com a estrutura do Museu que, desde 2023 estava sem proteção em seu telhado, pois, segundo afirmado em reunião do CMPC, os ventos derrubavam a mesma. Todavia, o telhado do Museu possui uma goteira, que, possivelmente, aumentou, comprometendo o acervo que ainda está dentro do prédio interditado e a estrutura do mesmo, que ainda possuía uma escada de madeira original.



Figura 4 - Fachada do Museu Municipal em maio de 2023
Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial (2023)

Em 2024, novamente trouxemos preocupações em relação ao estado do Museu, pois, além dos problemas estruturais que vem de anos, a única funcionária qualificada da instituição, a historiadora Maria Inês Guilloux Leal, se aposentou. Sem a perspectiva de criação de novos cargos, desde o fechamento da Fundação de Arte e Cultura de Gravataí (FUNDARC), em 2017, o Museu, que já sofria com a falta de funcionários, encontra-se sem servidores. Sendo seus últimos coordenadores cargos de confiança sem qualquer proximidade com a área museológica, histórica, educacional ou outra que pudesse contribuir para o desenvolvimento da instituição. Sabemos que a atual Secretaria Municipal de Governança, Comunicação e Cultura (SMGCC), está buscando a transferência temporária de um professor de História para a instituição. Todavia, reforçamos esse aspecto pois é necessário corpo técnico especializado para atuar em espaços culturais, especialmente museus e arquivos históricos, que possuem especificidades em relação à documentação, políticas de conservação, pesquisa, divulgação e gerenciamento de coleções.

As chuvas que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024, provavelmente, potencializaram as perdas patrimoniais em Gravataí, em especial em relação ao Museu Municipal Agostinho Martha. Recebi imagens que mostram um buraco no telhado do prédio. Considerando que nunca nos foi dado acesso ao interior da instituição, não há como saber o tamanho dos danos causados

a um imóvel histórico, bem tombado, restaurado há 15 anos e que não recebeu a devida manutenção e atenção por parte do poder público.



Figura 5 - Fundos do Museu Municipal em maio de 2024
Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial (2024)



Figura 6 - Fachada Museu Municipal em maio de 2024
Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial (2024)



Figura 7 - Fachada do Museu Municipal em maio de 2024
Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial (2024)



Figura 8 – Detalhe na lateral do Museu Municipal em maio de 2024
Fonte: Membro da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial (2024)

Nas imagens que recebi de um dos membros da Setorial, tiradas em maio de 2024, podemos ver que o telhado está extremamente danificado e, possivelmente, algumas das telhas de barro foram perdidas. A estrutura do prédio apresenta rachaduras, a pintura demonstra infiltração de água e os tapumes colocados estão caindo.

A Setorial de Patrimônio Material e Imaterial tem cumprido um papel extremamente importante em relação a suas observações, questionamentos, denúncias e até mesmo na produção de documentos para auxiliar o poder público na manutenção de nosso patrimônio. Porém, em diversas vezes não tivemos nossas demandas atendidas, documentos, relatórios e informações solicitadas não foram repassados e, se o foram, de forma incompleta. Demonstrando um descaso alarmante por parte do poder público.

Utilizo esse documento para frisar que o patrimônio só pode ser eleito diante demandas da comunidade e a partir de especialistas na área que contribuem para a pesquisa e manutenção destes. Muitos bens foram patrimonializados nos últimos anos diretamente pela Câmara de Vereadores, sem qualquer relatório ou informação ao Departamento de Patrimônio Cultural e Natural de Gravataí. Entretanto, os bens já patrimonializados não recebem a devida atenção.

Além do Museu Municipal e Arquivo Histórico, temos o prédio da Antiga Prefeitura, atual Casa de Cultura, o acervo museológico espalhado pela cidade, a Fonte do Forno, os bens da Igreja (recentemente decretados como patrimônios), a Atafona do Xará, dentre outros cujos danos desconhecemos. É necessário, que se invista na preservação do patrimônio municipal, em pesquisas e em funcionários qualificados para cumprir tais tarefas. O nosso apelo é alerta em relação a preservação do Museu não é apenas algo pontual, em decorrência da situação calamitosa na qual o Estado se encontra, mas uma demanda antiga que já foi levantada diversas vezes e precisa ser vista urgentemente.

ANEXO I

Relatório do Museu Municipal Agostinho Martha



**PREFEITURA DE
GRAVATAÍ**

Rua Virapóia, 785 - Castelo Branco
CEP: 94625-000 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3421.5171
email@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMOP
SECRETARIA MUNICIPAL
DE OBRAS PÚBLICAS



RELATÓRIO 035/2022.

Gravataí 07 de Novembro de 2022.

O presente relatório tem a finalidade de informar quanto à solicitação da SMCEL, conselho de cultura, responsável pelo patrimônio, uma visita ao museu, que encontra-se interditado pela defesa civil.

Conforme Relatório 018/2018 da Defesa Civil, o Museu foi Interditado por motivos de segurança dos visitantes e servidores do museu, visando à proteção da vida e do próprio patrimônio público.

A Defesa Civil ao realizar a interdição adverte para o fato de que só poderão adentrar no prédio técnicos da área de engenharia para realizar inspeções e vistorias, pessoas autorizadas na realização de obras e restauração, desde que devidamente autorizados por pessoas especializadas do quadro da Administração Municipal, como já citados acima, ou de empresa contratada e o cumprimento de todas as NR, normas regulamentadas em lei no que diz respeito a segurança para tais atividades, bem como uso de EPis, (Equipamentos de Proteção Individual), sendo vedado enquanto durar a interdição, ou as obras, visitas de qualquer natureza, ou permanência de pessoas não habilitadas sob qualquer pretexto

Não acatar a interdição de locais indicados pela Defesa Civil, enseja em crime previsto no **Art. 330** - Desobedecer à ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

Não há em qualquer hipótese aceitação de documento assinado individual ou coletivamente se responsabilizando por qualquer dano humano ou material que ocorrer, caso forem adentrar qualquer local interditado, em especial o Museu Agostinho Martha, sendo mais uma vez advertido de que poderão responder por crime de responsabilidade e descumprimento de ordem exarado por agente da Defesa Civil no seu estrito cumprimento do dever legal, que tem como um dos princípios básicos e norteadores, a prevenção de acidentes.

Oficial Gm Paulo Roberto

Coordenador da Defesa Civil – Mat: 23363-1

ANEXO II

Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC 2022

DEMANDAS 2022 SETORIAL DE PATRIMÔNIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

Eu, Helena Thomassin Medeiros, assumi como conselheira titular do Setorial de Patrimônio do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí, eleita na 8ª Conferência de Cultura de Gravataí, em 23 de julho de 2022. Desde então meu foco foi reestruturar um Setorial que existia apenas no nome, sem grupo ou membros bem definidos. Nesse sentido realizamos uma primeira reunião para elencar nossas demandas internas da Setorial. Após, nos reunimos com o coordenador do Museu Municipal Agostinho Martha, Bryan, e com a subsecretária de cultura Alini, e temos uma nova reunião marcada para o mês de dezembro. Dentro desse processo algumas demandas recorrentes foram identificadas:

1 - Preservação dos bens patrimonializados e musealizados:

Reforçamos a importância da **restauração e reabertura do Museu em sua sede**. Não podemos permitir que um bem municipal tombado seja destruído pela falta de cuidados necessários. O prédio está com sua estrutura comprometida e é localizado em frente à uma rua onde há circulação de veículos pesados, uma ação paliativa seria o fechamento do pequeno trecho em frente ao Museu ou a proibição de veiculação de ônibus e caminhões.

Quanto a **restauração do Casarão dos Bina**, gostaríamos de ter mais detalhes sobre a obra para que a sociedade civil se mantenha informada e seja consultada sobre seu patrimônio.

Os **objetos que estavam no Anexo em frente ao Museu**, retirado em 2020 da praça e levados ao pátio do Casarão dos Bina, necessitam de medidas urgentes para sua preservação, são bens musealizados e fazem parte da história da cidade. Gostaríamos que esses bens fossem conservados em local fechado para evitar que o contato direto com o solo, chuva e sol os deteriore ainda mais.

Apontamos, também, a necessidade da **criação de um Plano Museológico** para o Museu, a fim de preservar seu acervo e instituir políticas que orientem seus funcionários atuais e futuros, criando mecanismos para empréstimo, doação, aquisição ou descarte de bens, sem comprometer a integridade informacional. Salientamos que a digitalização e disponibilização dos documentos do Museu auxiliaria também no processo de difusão comunicacional.

Sabemos do déficit de funcionários, por isso seria importante o remanejamento de recursos humanos ou mesmo a criação de um Grupo de Amigos do Museu que pudesse propor projetos e criar mecanismos de financiamento, essa legislação também faz parte do Plano Museológico, que o Museu não possui.

2 - Difusão de informações

Solicitamos o repasse das informações sobre as ações envolvendo o patrimônio e cultura da cidade ao Conselho Municipal de Política Cultural. Em 2022 tivemos diversos problemas em relação a falta de comunicação entre as Secretárias e o Conselho. Ações como feiras culturais, processos de patrimonialização e reformas em áreas próximas à bens tombados, não foram devidamente informadas.

Muitas vezes descobrimos essas propostas pelos meios de comunicação, o que nos impede de auxiliar e mesmo orientar medidas como a criação de editais para selecionar agentes culturais locais, inscrições deles em feiras para expor seu trabalho e mesmo discutir a identidade criada pelo poder público.

Esse processo favorece aos interesses de poucos e retira o viés democrático e público que tais ações deveriam priorizar, tendo em vista que os agentes culturais desse município contribuem para os cofres públicos e é seu direito ser consultado sobre a aplicação dos recursos.

Outro aspecto em relação a difusão de informações é que precisamos que haja **placas de identificação do patrimônio** da cidade, isso inclui a recolocação de identificações em monumentos e obeliscos, como os da praça do Dom Feliciano e da Bíblia, além da placa de identificação do Quilombo Manoel Barbosa.

3 - Ações de formação

Para que a população se identifique com o patrimônio e a história da cidade, auxiliando também em sua preservação, é preciso **investir na formação dos funcionários públicos e na sociedade civil** dentro da área, realizando ações em prol do patrimônio na cidade, exemplo: seminários, debates, documentários, publicações, atividades pedagógicas.

Eventos de educação patrimonial nas escolas seriam uma alternativa viável, pois temos diversos materiais e profissionais capacitados que poderiam auxiliar nesse processo, realizando ações de capacitação com professores e estudantes.

Fomento para as pesquisas e publicações na área da memória e patrimônio na cidade desenvolvem um arcabouço teórico inestimável para diversas áreas, consequentemente auxiliam no crescimento econômico da cidade. A busca de convênios de pesquisa com universidades e editais para ações voltadas ao patrimônio, são algumas alternativas para cobrir também a falta de mão de obra especializada nas instituições.

4 - Inserção de temas no discurso patrimonial

A cidade de Gravataí possui um discurso patrimonial voltada para a herança açoriana, mas é necessário incluir outros grupos para estimular o interesse e a participação da sociedade. O tombamento imaterial do Clube Social Negro Seis de Maio em esfera municipal é uma medida cabível que visa valorizar a herança negra de Gravataí e seus espaços de sociabilidade.

Atenciosamente,

Helena Thomassim Medeiros

Conselheira titular do Setorial de Patrimônio do Conselho Municipal de Política Cultural

Gravataí, 06 de dezembro de 2022.

Helena Thomassim Medeiros
H.T.M.

APÊNDICE S – Relato da visita ao Casarão dos Bina em 18 de junho de 2024**RELATO DA VISITA AO CASARÃO DOS BINA
18 de junho de 2024**

Helena Thomassim Medeiros⁶⁶

No dia 18 de junho de 2024, estive presente na entrega de documentos dos descendentes do senhor Carlos Bina, representado por seu neto Breno e bisneto Rafael. O convite veio por parte da diretora de cultura da Secretaria Municipal de Governança, Comunicação e Cultura (SMGCC), Izabel Cristina da Silveira, posto que até o momento eu estava como conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC).

Figura 1 - Senhor Breno, entregando os documentos



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Registro aqui, brevemente, relatos deste encontro e das obras. Não conhecia o espaço anteriormente, mas, pude ver que houve alterações em seu piso, rede elétrica e a instalação de uma rampa, bem como o que me parece ser um pequeno “palco”, ao lado do pórtico com a caixa da água.

⁶⁶ Pesquisadora, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, museóloga, licenciada em História, doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC), entre julho de 2022 e junho de 2024.

Figura 2 - Alterações no piso



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Figura 3 - Trilhos de iluminação



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Figura 4 - Rampa e "palco" próximo ao pórtico



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Estavam presentes na ocasião, funcionários da Prefeitura e da SMGCC, convidados da SMGCC, os descendentes do senhor Carlos Bina, o senhor Gilberto, que vive e trabalha no local há muitos anos, além de profissionais da equipe de revitalização. A previsão de entrega das obras é para o mês de julho de 2024 e a ideia é que o espaço tenha, dentre outras finalidades, uso para o setor da cultura de Gravataí. No dia 18 de junho de 2024, também foram gravados depoimentos que serão utilizados, em um futuro próximo, servindo de registro desse processo de revitalização e da história do local.

O bem é tombado em esfera municipal pelo Decreto n° 7.048, de 21 de julho de 2005. Durante muitos anos foi utilizada pela Fundação Municipal de Meio Ambiente (FMMA), criada em 1994 e extinta oficialmente em 2021. É possível encontrar o Lei ordinária n° 239/1985 de 26 de dezembro de 1985, que autoriza o Poder Executivo Municipal a receber escritura de compra e venda de uma área de terras situada na localidade denominada Fazenda Alencastro para fins de implantação do Projeto João de Barro.

Segundo os relatos que ouvi na visita do dia 18 de junho de 2024, originalmente o local era parte da Fazenda Alencastro, grandes proprietários de terras da região. Na parte inferior da edificação há uma entrada para o local que é atribuído como senzala. Em sua fachada podemos observar a inscrição 1882, sendo esse o suposto ano de construção do prédio.

Em 1937, a casa foi comprada por Carlos Bina, pois uma de suas filhas havia sido chamada para dar aulas na região do Barro Vermelho. A família Bina teria

comprado as terras da família Alencastro. No local, realizavam a criação de cavalos, vacas leiteiras, cuja produção era vendida, dentre outras atividades. Os hectares adquiridos originalmente foram sendo vendidos com o passar dos anos.

Em relação ao Casarão, foi relatado que, durante a ocupação da família Bina, foram acrescentados à estrutura original um “avarandado”, que primeiro foi feito em madeira e depois passou a ser de tijolos; a área, onde hoje fica a cozinha do local; uma área de serviço, abaixo da cozinha, para a qual há uma escada interna de acesso.

A escada original de acesso para a casa dava em um dos quartos, por isso foi removida, dando atualmente acesso ao “avarandado”. Com as reformas feitas há também uma rampa de acesso, além de duas escadas, uma para o “avarandado” e outra para a sala, pelo que entendi, as três escadas (incluindo a interna), foram colocadas quando a casa pertencia a família Bina.

Na época em que era propriedade dos Alencastro a cozinha ficava em um cômodo menor, em frente aos banheiros, e havia um buraco no chão que dava acesso a parte inferior da casa, que também foi utilizada como quarto para aqueles que trabalhavam no local. As vigas da casa ainda são da madeira original, provavelmente, de sua construção.

A partir do crescimento da família Bina, seus membros mudaram-se de cidade, a casa foi sendo utilizada com menos frequência, até que foi adquirida pela Prefeitura de Gravataí em 1994.

Aqui finalizo os relatos históricos que recordo do dia 18 de junho de 2024. Alguns dados podem não estar exatos pois foram coletados em meio a diversas conversas, mas, espero que possam auxiliar na preservação dessas histórias de alguma forma.

Entre 2020 e 2021 fui parte do projeto “Gravataí: entre anjos e gravatás”, que realizou, dentre outras ações, a publicação de um livro de mesmo nome, sobre a história da cidade, no qual o estado de conservação deste bem era alvo de preocupação. Ao iniciar meu trabalho como conselheira da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, em 2022, trouxemos essa demanda para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL). Em 2023, as obras foram iniciadas e parecem estar em fase de finalização.

Pude observar no local tijolos que me parecem antigos, devido as suas dimensões, telhas de barro, uma corrente muito grossa na parte inferior da edificação.

Além disso há no local árvores centenárias, dentre elas uma das duas figueiras que havia na época em que o local foi adquirido pela família Bina.

Figura 5 - Telhas de barro no chão próximo à rampa



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Figura 6 - Figueira próxima a entrada do Casarão



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Dentre as minhas sugestões para o espaço estão, a necessidade de pesquisas arqueológicas no terreno. Algo que deve ser feito, inclusive, antes de se iniciar obras de restauração, tendo em vista o contexto histórico de Gravataí e ao fato de que o local pertencia, em 1882, a uma família abastada da região. Sendo assim, haveria possibilidade de encontrarmos resquícios do período que podem remeter tanto a ocupação europeia, quanto a presença de grupos de origem africana e de indígenas. Essa sugestão também foi dada em 2023, quando foram iniciadas obras nas praças centrais da cidade, Praça da Bíblia e Praça Dom Feliciano, para a construção da Rua Coberta. Pode parecer uma preocupação infundada, tendo em vista o fato de que utilizamos com frequência esses locais. Contudo, Gravataí possui três sítios arqueológicos identificados até o momento: Arroio dos Ferreiros (2017); Aterro Sanitário (2022) e Morungava (2022). Além desses locais, a cidade foi o maior aldeamento indígena do período colonial e havia um alto índice de pessoas escravizadas de origem africana na região, sendo, atualmente, identificados três quilombos no território de Gravataí: Quilombo Manoel Barbosa, no Barro Vermelho; Quilombo Ferreira-Fialho, que ficaria próximo à divisa com Canoas; Quilombo do Paredão, na divisa com Taquara. Há também comunidades indígenas próximas a cidade, como a comunidade indígena Tekoá Karanda'ty, em Cachoeirinha, diversos grupos em Viamão, o Quilombo da Anastácia na divisa com Gravataí.

Ressalto que as cidades de Canoas, Cachoeirinha e Glorinha, pertenciam a Gravataí há poucas décadas, sendo emancipadas em 1939, 1966 e 1988, respectivamente. Devemos internalizar o fato de que nossa cidade faz parte de uma região que é importante para a compreensão da história do Estado e do País, portanto, pesquisas e proteção aos bens são essenciais para a preservação e difusão dessas histórias, sendo um dever do poder público e da população.

Acredito que aspectos referentes a preservação das características arquitetônicas da edificação tenham sido discutidos no projeto de revitalização. Contudo, trago o relato em relação as cores do imóvel, que pelos relatos que presenciei foram alteradas. Não sei se essa foi uma escolha consciente dos responsáveis pelo projeto ou se foi algo que passou despercebido, por isso, trago aqui a informação. O que foi passado é que as colunas da casa e os detalhes próximos ao telhado, na platibanda, eram na cor vermelha. Creio que o ano de

construção do prédio deve ser reforçado, pois sua presença é quase imperceptível, devido a cor estar igual à das paredes externas.

Em relação ao acervo rural do Museu Municipal Agostinho Martha, que foi transferido para o terreno no qual encontra-se o Casarão dos Bina em 2020. Sugiro que a localização desse acervo seja repensada, pois, enquanto o local não for utilizado para fins culturais, essas peças estarão apenas depositadas, sem o devido cuidado e proteção. No dia 18 de junho de 2024, pude observar que há placas de identificação dos objetos no local, que a estrutura no qual as peças se encontram está coberta com concreto e com telhado.

Figura 7 - Acervo do Museu Municipal



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Figura 8 - Peça com placa e pedaços de madeira ao redor



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Figura 9 - Garrafa de água deixada em cima de um dos bens



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Por desconhecer todas as peças movidas originalmente, não sei dizer se alguma está faltando ou danificada. Porém, podemos observar alguns pedaços de madeira próximos ao local que parecem pertencer a alguns destes bens.

Figura 10 - Acervo do Museu



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2024).

Alerto para a necessidade de que esse, assim como demais acervos museológicos, distribuídos pelas secretarias municipais, devido ao fechamento do Museu em 2018, sejam retornados para a instituição o mais cedo possível, com a finalidade de evitar maiores perdas. Compreendo a necessidade de descentralização das instituições culturais do município, contudo, para que esse processo seja possível é necessária a contratação de pessoal especializado para acompanhar o estado de conservação dos bens, realizar documentação museológica, organizar projetos educativos e culturais que não só exponham os objetos, mas lhes deem vida.

Finalizo meu relato agradecendo o convite, que me é muito significativo, inclusive, em virtude de minha saída do CMPC para finalização de minha tese que trata sobre o patrimônio de Gravataí. Espero ter contribuído e que os trabalhos que estou desenvolvendo também possam ser úteis à cidade e seus moradores.

Fico à disposição para ajudar sempre que possível!

Atenciosamente,

Helena Thomassim Medeiros

APÊNDICE T – Sugestão de uso do prédio da Prefeitura

SUGESTÃO DE USO DO PRÉDIO DA PREFEITURA

Documento referente a reunião informal de membros do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC), marcada para o dia 05 de setembro de 2023, às 19 horas, na sede da Prefeitura, para discutir os novos usos do prédio da Prefeitura Municipal. O edifício em questão é considerado patrimônio municipal, tendo sido tombado pelo decreto, nº 7.048, de 21 de julho de 2005, foi cedido pelo poder executivo para receber atividades relacionadas a cultura, durante uma cerimônia simbólica no dia 28 de agosto de 2013.

Em nome da “Setorial de Patrimônio Material e Imaterial”, defendemos que o espaço possa ser utilizado pelo Museu Municipal Agostinho Martha, que está sem sede desde 2019, devido à problemas estruturais no prédio que o abrigava. Lembramos que a citada instituição foi criada em 1974, e só foi para sua sede atual em 1985. Em 1997, ocorreu incêndio que levou a uma perda de 35% de seu acervo e danos severos à estrutura. O Museu só voltou a sua sede em 2009, após 12 anos, em espaços provisórios.

Com a retirada do Museu de sua sede em 2019, o acervo da instituição foi distribuído em diversos espaços público, dentre eles o Centro Administrativo Leste, que abriu, em 2022, uma sala de exposições temporárias com algumas peças musealizadas. Em 2023, obras emergências de escoramento foram feitas no prédio do Museu, mas, não há nenhuma previsão de quando a reforma será iniciada e quanto tempo ela irá levar. Desde 2022, recebi diversas denúncias, enquanto conselheira da sociedade civil, sobre o estado deste acervo. Algumas dessas questões foram encaminhadas à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL), em 06 de dezembro de 2023 e ao Museu Municipal, por correspondência eletrônica em 19 de junho de 2023.

Com a saída da Prefeitura de sua sede, a intenção é que diversas secretarias se mudem para o prédio da ULBRA, o que ocasionará o deslocamento do acervo do Museu e do Arquivo Histórico Municipal novamente, o que ocasiona mais riscos para a sua preservação material e informacional. O Museu desenvolve há décadas uma atividade pedagógica, principalmente com escolas, chamada de “Circuito Cultural”, que passa por diversos espaços centrais, alguns patrimonializados, e dissemina

informações sobre nossa história. Além disso, o Museu e Arquivo fazem parte do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, cujas funções, dentre outras também são de pesquisa e zelo pelos bens tombados, que estão, em sua maioria no centro da cidade. Sendo assim, tal deslocamento também poderia prejudicar a permanência dessas ações.

Defendo o uso do prédio da Prefeitura para abrigar o Museu Municipal pois:

- essa ação possibilitaria a preservação do acervo; evitaria novos deslocamentos das peças para espaços provisórios;
- possibilitaria a ampliação da coleção museal, algo que não era viável devido ao tamanho da sede em desuso;
- com um espaço apropriado seria possível o desenvolvimento de ações de documentação e pesquisa;
- Manter o Museu no centro possibilita a continuidade do circuito cultural e a fiscalização aos bens tombados;
- o uso do prédio da Prefeitura para Museu traria ganhos para a instituição e turismo da cidade;
- a instituição seria mais acessível para escolas e poderia receber públicos maiores;
- pode-se desenvolver ações que utilizem o espaço, em conjunto com o Museu, para diversas Setoriais, dentre elas: feiras, apresentações musicais e teatrais, produções audiovisuais, saraus de literatura, exposições de arte, etc.

Vale frisar que um Museu, localizado em espaço central, seria também uma rica fonte de informações turísticas e introduziria a história da cidade para eventuais visitantes. Quanto ao sobrado histórico que abrigava o Museu, após as obras de restauração, que são extremamente necessárias para a preservação desse importante patrimônio histórico, o local poderia ter novos usos, abrigar diversas ações culturais, dentre elas:

- Reuniões do CMPC que também poderiam ocorrer com o Museu na Prefeitura
- Oficinas culturais
- Exposições itinerantes
- Exposições artísticas

- Museu ou Memorial temático
- Reserva técnica do Museu e espaço para pesquisa
- Galeria de Arte

Nossa ideia é fortalecer o Museu Municipal Agostinho Martha e o Arquivo Antônio Soares da Fonseca. Lembramos que, essa é a única instituição museal da cidade e não tem um espaço adequado para ampliar sua atuação e desenvolver seu trabalho na preservação da história e do patrimônio municipal. Em 2023, o Museu fez 49 anos de existência, não tendo sede durante 27 destes anos, e sem previsão para voltar a ter. A concepção que defendemos é a de que esse possa ser um espaço plural, que atue em conjunto com diversas manifestações culturais, consonância com a concepção de museu adotada pela UNESCO, que diz que:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento.”

Ficamos à disposição para auxiliar nessa jornada e construir juntos ações que preservam, valorizam, pesquisam e incentivam novos usos do patrimônio.

Atenciosamente,

Helena Thomassim Medeiros
Conselheira titular da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial

Gravataí, 05 de setembro de 2023.

Participantes da Reunião:

APÊNDICE U – Carta ao CMPC**CARTA AO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC)****22 de maio de 2023**

Venho por meio deste documento apontar algumas questões relativas à pauta da reunião ordinária 04/2023, especificamente, vinculadas ao ponto “1 - Esclarecimentos referente às Legislações Municipais - Lei Orgânica Municipal e Lei 3484/2014 que institui o Sistema Municipal de Cultura”.

No dia 08 de maio de 2023, um dos conselheiros titulares, eleito pela sociedade civil, mencionou, no grupo de *whatsapp* do CMPC, uma questão importante sobre a atual diretoria do Conselho. Como os demais membro do Conselho já sabem, nosso atual presidente, Gilson da Silva, também eleito pela sociedade civil como representante da Setorial de Tradicionalismo, ocupa cargo comissionado na Prefeitura de Gravataí. Segundo o artigo 73, do capítulo VII da Lei Orgânica Municipal:

Art. 73 É vedada a participação, nos Conselhos Municipais, de servidores públicos municipais que ocupem cargo em comissão ou função gratificada na administração pública, direta ou indireta do Município, como representante de qualquer entidade particular representativa da comunidade.

....

Art. 76 Os Conselhos Municipais são compostos por um número ímpar de membros, observando, quando for o caso, a representatividade da administração, das entidades públicas, associativas, classistas e dos contribuintes, sendo que as entidades privadas indicarão os seus representantes.

Após estes apontamentos o grupo de *whatsapp* ficou algum tempo sem retorno, que nos foi dado através da chamada para a reunião ordinária 04/2023, cujo ponta da pauta foi apontado acima. Na pauta foram mencionadas outras duas leis, a Lei 3484 que institui o Sistema Municipal de Cultura - SMC no Município de Gravataí e dispõe sobre seus princípios, objetivos, organização, gestão, componentes, financiamento e dá outras providências, menciona que:

Art. 12 O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 15 (quinze) membros titulares e 15 (quinze) suplentes, observada a representatividade da Administração Pública e da sociedade civil,

distribuídos da seguinte forma: I- Sete membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da Administração Municipal, sendo um deles o Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Arte e Cultura Fundarc; II- Oito membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil;

A mesma lei não se refere a questão de conselheiros que ocupam cargos comissionados, o que também não ocorre na lei ordinária nº 3775 / 2016, que institui o Plano Municipal de Cultura (PMC) no Município de Gravataí e dá outras providências (GRAVATAÍ, 2016a). Isto ocorre porque elas são regidas pela lei orgânica, que serve como uma espécie de constituição municipal. Todavia, subentende-se que cargos comissionados podem participar como representantes do poder público e não da sociedade civil, tendo em vista possíveis conflitos de interesse.

Busquei informações com conselheiros de outros conselhos municipais que passaram pela mesma situação: ter como representantes da sociedade civil conselheiros que ocupam cargos comissionados. Houve casos em que entraram com ações na justiça para que a lei orgânica fosse seguida. Recordo-me também de presenciar uma cena na 8ª Conferência Municipal de Cultura de 2022, que elegeu os atuais representantes, qual ocasião outro membro do poder executivo, tentou se candidatar para a Setorial do Patrimônio Material e Imaterial. Sua solicitação foi negada em virtude da lei orgânica que proíbe pessoas que ocupam cargos comissionados e funções gratificadas a serem representantes da sociedade civil em conselhos municipais.

Deste modo, escrevo esse documento pois fico preocupada com as medidas tomadas pelo CMPC, do qual faço parte. Minha sugestão é de que a lei seja cumprida, pois o descumprimento desta abre precedentes, que podem gerar conselhos apenas figurativos, onde o questionamento as medidas tomadas pelo poder público são abrandadas por interesses e relações pessoais. Compreendo que, caso nenhuma medida seja tomada, estamos sendo coniventes com a atual situação.

Atenciosamente,
Helena Thomassim Medeiros
Conselheira titular da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho
Municipal de Política Cultural, gestão 2022-2024.

APÊNDICE V – Relato sobre a 2ª Caminhada Cultural

2º CAMINHADA CULTURAL PELO CENTRO DE GRAVATAÍ

Figura 99 - Imagem de divulgação criada por Sarah Wavgniak.



A “2ª Caminhada Cultural de Gravataí”, realizada no último sábado, dia 19 de agosto de 2023, foi sucesso de público e atraiu dezenas de pessoas para as ruas do centro da cidade. A ação foi organizada pela **Setorial de Patrimônio Material e Imaterial** do CMPC (Conselho Municipal de Política Cultural), em conjunto com a iniciativa **Projetos Culturais Irmãs TM** e **Projeto Cidade Histórica**. Essa

segunda edição surpreendeu até seus organizadores com a potência da atividade, que revela duas questões: a necessidade de iniciativas culturais na cidade aos fins de semana e a vontade da população em participar.

É importante ressaltar que essa edição, assim como a anterior, realizada em 2022 pelo “Projetos Culturais Irmãs TM”, conta com o trabalho voluntário de agentes culturais de Gravataí, que se preocupam em valorizar e disseminar informações sobre a nossa história e cidade. A edição anterior reuniu cerca de 20 pessoas, tendo a segunda sextuplicado esse número. Uma experiência extraordinária de troca, aprendizado e educação patrimonial!

O evento tem sido pensado pela Setorial desde o começo do ano, pois, após a primeira edição, diversas pessoas e representantes de escolas entraram em contato buscando informações sobre a ação. Ela foi inscrita no projeto da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC-RS), para o Dia Estadual do Patrimônio, realizado em diversos municípios. Helena Thomassim Medeiros, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, Sarah Wavgniak, Jeane Bordignon e Fabiana Perondi foram articulando e montando estratégias que possibilitassem sua execução

desde março, somou-se ao grupo Lucas Oliveira Gonçalves, além de apoiadores e mediadores.

Figura 100 - Concentração em frente ao Museu Municipal. Foto de Carolina Thomassim Medeiros.



O evento era aberto ao público, seguindo um cronograma de paradas por um trajeto com cerca de 3km. O percurso iniciou às 14 horas em frente ao prédio, em processo de restauração, do Museu Municipal Agostinho Martha (R. Nossa Sra. dos Anjos, 541 -Centro, Gravataí - RS), mediado pela museóloga e mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Helena Thomassim Medeiros. O segundo ponto foi a Fonte do Forno, mediada pela professora de história e mestranda em História, Tayane Pereira Silveira. A Praça Matriz, que se encontra tampada por tapumes das obras do Novo Centro, foi mediada pela arquiteta e urbanista Sarah Wavginiak. Seguidas pela Igreja Matriz e Colégio Dom Feliciano, mediados pelo professor, pesquisador e escritor Amon da Costa. O prédio da Prefeitura Municipal ficou a cargo da professora de história e geografia, especialista em História do Brasil, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros. O Quiosque da Cultura foi mediado pela artista visual Carolina Thomassim Medeiros. A Capela Santa Cruz, também chamada de Capelinha, ganhou um destaque patrimonial na fala do professor de História, especialista em História do Brasil, Nestor Ourique Medeiros. Nossa caminhada finalizou no Clube Social Seis de Maio, com a mediação do artista multimídia, arte educador, contador de histórias e pintor de paredes, Waldemar Max, símbolo da luta cultural na cidade. Dentro do Clube contamos com uma mediação incrível sobre o Quilombo Manoel Barbosa, protagonizada por Carmem Lucia dos Santos, presidente da Associação de

Moradores do Quilombo Manoel Barbosa, e Kátia Adriane Rodrigues Ferreira, psicóloga, analista jungiana licenciada em Filosofia, mestre em Ciências Médicas, promotora da saúde da população negra, membro do Comitê Técnico de Saúde da população negra e carnavalesca.

Figura 101 - Fonte do Forno. Foto de Marlí Aparecida Thomassim Medeiros.



O público dessa ação é espontâneo, posto que não solicitamos inscrições prévias e, para nossa grata surpresa, totalizamos **125 participantes** que assinaram sua presença. Pessoas de todas as idades, de crianças de colo até idosos de mais de noventa anos, moradores, antigos, novos ou visitantes que queriam saber mais sobre Gravataí. Destacamos os alunos da Escola Municipal Áurea Celi Barbosa que vieram de ônibus prestigiar a ação, acompanhados pelos professores: Hélia Ferreira, Diretora da Escola, Paulo Caprio, Orientador Educacional, e Naura Mendes, Professora de Português. O público se manteve atento aos detalhes, filmaram, interagiram, perguntaram sobre os pontos e mataram um pouco da curiosidade, que todos temos, sobre a história da cidade. A Guarda Municipal nos auxiliou com a travessia e segurança do público por algumas ruas centrais.

Figura 102 - Em frente à Igreja Matriz. Foto de Ruan Finamor.



Em 2023, tivemos a felicidade de contar com diversos apoiadores, dentre eles, a **Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio**, que sediou um lindo encontro pós-evento, onde, além de falas sobre o Quilombo Manoel Barbosa e sobre a Setorial do Patrimônio Material e Imaterial, tivemos um belíssimo sarau. Silvia Maciell, diretora cultural do Clube e presidente do CMPC, e Cristiane Gomes, presidente do Seis de Maio, auxiliaram ativamente nesse processo, nos honrando com a reabertura do espaço, que se encontrava fechado devido a diversas perdas de nomes importantes para a cultura de nossa cidade em 2023.

O sarau, que ocorreu no local, ficou por conta do **Clube Literário de Gravataí**, presidido pela Professora e escritora, Angela Xavier, e do **Cavalgando o Vento**, liderado pelo Professor e agente cultural, Carlos Albani, também apoiadores da ação. Tivemos belos momentos protagonizados por escritores, cantores, músicos e agentes culturais de Gravataí. Além do privilégio de apreciar as obras de artistas da cidade como Waldemar Max, Carolina TM e Denis Bueno, que trouxeram peças de arte que retratavam Gravataí e seu patrimônio em diferentes contextos.

Figura 103 - Dentro do Seis de Maio. Foto de Waldemar Max.



O **Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG)**, se fez presente, participando da Caminhada, com membros da Diretoria e da categoria, além do fato de que dois de seus fundadores foram mediadores do evento.

Nessa edição contamos também com o apoio de diferentes Secretarias municipais, dentre elas a **Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer (SMCEL)**, que auxiliaram na impressão de 200 cópias do folder da “2ª Caminhada Cultural de Gravataí”, entregues por membros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial em diversos pontos da cidade. A SMCEL também emprestou o equipamento de som, microfone e caixa de som, que possibilitaram o encontro no Clube Seis de Maio, além disso, a diretora cultural da SMCEL, Alini Muniz, participou ativamente das articulações sobre o evento e integralmente da Caminhada. Devemos ressaltar também a presença de Maria Inês Guillox Leal, historiadora do Museu Municipal Agostinho Martha, que contribuiu com falas sobre sua experiência na área em diferentes pontos da Caminhada. Além destas, Bárbara Malheiros Kuhn, atual coordenadora do espaço museal, também se fez presente na ação.

A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDet)**, a **Secretaria Municipal de Educação (SMED)**, o **Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC)** e a **Casa dos Açores do Rio Grande do Sul (CAERGS)**, também foram apoiadores do evento, contribuindo com a divulgação dele. O

secretário adjunto da SMDet, Rodrigo Silva, participou de toda a Caminhada e falou um pouco sobre alguns dos projetos da Secretaria que vão contribuir com a disseminação de informações sobre o patrimônio da cidade.

O Conselho Municipal de Política Cultural se fez presente com alguns de seus conselheiros, dentre eles Helena Thomassim Medeiros e Waldemar Max (conselheiros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial), Silvia Maciell (presidente do Conselho e conselheira da Setorial de Culturas Populares), Matheus Dias (conselheiro da Setorial de Artes Visuais), Sandro Gomes e Carine Porto Richetti, representantes do poder executivo.

Saímos desse dia com nossos espíritos renovados na certeza de que há sim interesse, há sim demanda para a cultura, patrimônio, lazer com qualidade e informação. Parabenizamos a todos os envolvidos e desejamos que essa ação seja multiplicada em diversas outras que contribuam de modo transversal com a cultura e o desenvolvimento de Gravataí!

ORGANIZADORES

Helena Thomassim Medeiros
 Marlí Aparecida Thomassim Medeiros
 Sarah Wavginiak
 Jeane Bordignon
 Lucas Oliveira Gonçalves
 Fabiana Perondi
 Setorial de Patrimônio Material e Imaterial
 Projeto Cidade Histórica
 Projetos Culturais Irmãs TM

MEDIADORES

Helena Thomassim Medeiros
 Tayane Pereira Silveira
 Sarah Wavginiak
 Amon Costa
 Marlí Aparecida Thomassim Medeiros
 Carolina Thomassim Medeiros
 Nestor Ourique Medeiros

Waldemar Max

APOIADORES

Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio

Cavalgando o Vento

Clube Literário de Gravataí

Casa dos Açores do Rio Grande do Sul - CAERGS

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí SPMG

Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer - SMCEL

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SMDET

Secretaria Municipal de Educação – SMED

APÊNDICE X – Programação do “Painel sobre Patrimônio Histórico Material e Imaterial de Gravataí” da 35ª Feira do Livro de Gravataí

**PAINEL SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO
MATERIAL E IMATERIAL DE GRAVATAÍ**

35ª Feira do Livro de Gravataí

Data: 30 de junho de 2024

Local: Espaço Contação de Histórias Denise Medonha (Rua Coberta – Centro de Gravataí)

Organização e mediação: Helena Thomassim Medeiros

Horário: 09h até as 17h (com intervalo entre as 12h e 14h)

Proposta:

Através da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) realizou-se um levantamento para a participação da comunidade cultural no "Painel sobre o patrimônio histórico material e imaterial de Gravataí", organizado para a "35ª Feira do Livro de Gravataí".

Foram convidados artistas, pesquisadores, escritores e agentes culturais que desenvolvem ou desenvolveram trabalhos sobre a história e patrimônio de Gravataí (livros, documentários, pesquisas, exposições, obras de arte etc.) para expor esses trabalhos no dia 30 de junho de 2024. A atividade é realizada de forma voluntária, servindo para a divulgação dessas ações, o diálogo entre seus produtores e a comunidade gravataíense.

CRONOGRAMA

09h – Abertura do Painel sobre Patrimônio Histórico Material e Imaterial de Gravataí

Proposta: A abertura do Painel é um momento para apresentar a atividade e ouvir alguns convidados.

09h – Helena Thomassim Medeiros, apresenta sua pesquisa de doutorado sobre os patrimônios de Gravataí e a proposta do Painel

09:10 – Participantes:

- Silvia Maciell – atriz, diretora, produtora cultural, professora de teatro, presidente do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), estará conosco na abertura do Painel.
- Véra Lucia Maciel Barroso – professora, pesquisadora, historiadora, doutora em História do Brasil, patrona da 35ª Feira do Livro de Gravataí. Estará conosco na abertura do Painel.
- Célia Silva Jachemet – professora de português, escritora, historiadora, mestre e doutora em História. Apresentará sobre os ciclos culturais e processo de patrimonialização desde 1960.
- Maria Inês Guilloux Leal – pesquisadora, historiadora, escritora, trabalhou no Museu Municipal e Arquivo Histórico durante mais de duas décadas e falará conosco sobre os patrimônios de Gravataí.
- Isab-El Cristina Soares – poeta, professora, graduada em Letras/Literatura, pós-graduada em Literatura Afro e LIBRAS. Estará conosco falando sobre a Associação Literária de Gravataí (ALG) e sobre o legado de Zulair Maria de Souza, homenageada da 35ª Feira do Livro de Gravataí.

10:40 – Mesa redonda “Patrimônio transversal: artes sobre a cidade”

Proposta: Os artistas que exibirão suas obras no decorrer do Painel apresentarão seu trabalho ao público.

- 10:40 – Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, apresenta as fotografias expostas sobre Gravataí
- 10:50 – Carolina TM, apresenta suas obras autorais sobre Gravataí
- 11h – Denis Bueno, apresenta suas obras autorais sobre Gravataí
- 11:10 – Waldemar Max, apresenta suas obras autorais sobre Gravataí
- 11:20 – Espaço aberto para perguntas e intervenções do público

11:30 – Contação de Histórias com fantoches

Proposta: Apresenta a coleção “Conhecendo Gravataí com a Medonha” a partir de uma ação de contação de histórias com fantoches.

- 11:30 – Waldemar Max e Jeane Bordignon com a coleção “Conhecendo Gravataí com a Medonha”, contação de histórias com fantoches;

12h – Intervalo

14h – Reabertura do Painei

14:05 - Mesa redonda “Projetos e publicações sobre a cidade”

Proposta: Apresentar alguns projetos e publicações que abordam a cidade de Gravataí, sua história e patrimônio. A ideia é que essas publicações fiquem expostas durante o dia, possibilitando a comercialização delas.

- 14:05 – Célia Silva Jachemet, apresenta uma retomada histórica das publicações sobre Gravataí
- 14:15 – Sebastião Medeiros, apresenta uma retrospectiva sobre suas obras sobre a história de Gravataí
- 14:25 – Lucas de Oliveira Gonçalves, Sarah Wavginiak e Tayane Pereira Silveira, apresentam o projeto “Gravataí: cidade histórica”, aplicativo e livro sobre a cidade
- 14:45 – Marlise Damin, Ane Minuzzo e Carlos Albani, apresentam a publicação “O Teatro em Gravataí: cenas, registros e histórias”
- 15:05 – Nestor Ourique Medeiros apresenta a publicação “Gravataí: Histórias”
- 15:15 – Carolina TM e Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, apresentam a publicação “Gravataí: entre anjos e Gravatás” e o Jogo “Gravataí entre anjos e gravatás”
- 15:30 - Espaço aberto para perguntas e intervenções do público

15:40 – Mesa redonda “Patrimônios em Gravataí”

Proposta: Apresentação de histórias e vivências de locais relacionados as heranças culturais e patrimônios de Gravataí.

- 15:40 – Maria Inês Guilloux Leal, apresenta a pesquisa “Museu Municipal Agostinho Martha: um legado histórico resistindo ao tempo”
- 15:50 – Apresentação dos representantes da Associação Cultural e Beneficente Seis de Maio
- 16:10 – Jairo Bitello e Antônio Cândido Ferreira, representantes da Setorial de Tradicionalismo do CMPC
- 16:30 – Cecília Balsamo Etchelar, apresenta os projetos “Conhecendo o Rio Gravataí - Entre olhares e Sons” e Cartilha sobre quilombos;
- 16:40 – Exibição do vídeo “Conhecendo o Rio Gravataí - Entre olhares e Sons”;
- 16:55 – Espaço aberto para perguntas e intervenções do público

17h – Encerramento do Painel sobre Patrimônio Histórico Material e Imaterial de Gravataí e convite para o show de encerramento da 35ª Feira do Livro de Gravataí

APÊNDICE W – Dia Estadual do Patrimônio de 2024

Boa tarde.

Venho, por meio deste e-mail justificar minha fala durante o evento do Dia Estadual do Patrimônio de 2024, o primeiro, que eu tenho conhecimento, organizado pela Prefeitura de Gravataí.

Em primeiro lugar gostaria de salientar alguns dos motivos que levaram ao meu descontentamento com o evento:

- A iniciativa Projetos Culturais Irmãs TM foi convidada para apresentar seu trabalho, convite ao qual nós prontamente aceitamos pois sempre estivemos à disposição para auxiliar qualquer colega que nos procure para tal. Entretanto, por meio da divulgação do evento, ficamos sabendo que estávamos listados como apoiadores e, sendo bem sincera, fomos apenas convidados, sem conhecimento quanto à programação ou grupos que participariam;
- Nas ações do dia estadual do patrimônio, que promovemos em 2022 e 2023, buscamos apresentar uma visão de patrimônio mais igualitária, em que as diferentes formações e profissionais que atuam com a temática fossem valorizados. Infelizmente, não posso dizer que vi o mesmo ocorrer na ação organizada pela Prefeitura;
- Diversos colegas e apoiadores que fizeram tais ações conosco não foram sequer convidados a se apresentar. Algo que repete o mesmo erro que apontei na primeira programação realizada para a Feira do Livro de 2024 ao qual tive acesso: onde estão os grupos que pesquisam o patrimônio da cidade? (Anexo 1 – Reunião Feira do Livro de Gravataí - 12-04-2024) Perceba, são sempre os mesmos grupos, pessoas e perspectivas que recebem lugar de fala nos eventos oficiais;
- Observando as apresentações da Comissão do Patrimônio, do Instituto Ernesto Fonseca e CAERGS, pode-se notar que as pessoas e discursos seguem uma mesma lógica de legado branco, açoriano e católico, que reforça grupos, pessoas e instituições de poder. Obviamente deve-se valorizar esse trabalho e herança também, mas, com um olhar crítico que não vi ser mencionado nas poucas horas em que estive presente;
- Quanto ao trabalho da Comissão de Patrimônio, a reforma do Casarão dos Bina, o projeto de reforma do Museu e da antiga Prefeitura, além da contratação

de mais funcionários para a cultura, que, infelizmente, não são concursados, sabe-se que são ações emergenciais, muitas das quais realizadas em ano eleitoral. Acompanhamos o sucateamento do setor cultural há muitos anos e isso é um projeto de governo, pois a cultura dá liberdade de pensamento e expressão, coisas que não são apreciadas por governos que defendem um viés autoritário e que é representado por muitos cargos de comissão que fazem o mesmo. Durante meu período de agente cultural e conselheira do CMPC, tive o desprazer de conhecer muitos deles em Gravataí;

Conforme apontamos em nossa fala, o livro "Gravataí: entre anjos e gravatás", foi feito para ser doado às escolas públicas, pois defendemos que a educação pública de qualidade muda a vida das crianças, pois, mudou a de toda a nossa família. Em 2021, governo do prefeito Luiz Zaffalon, criamos um presente para a cidade, uma obra que além de distribuída mais de 80% de suas cópias para escolas e instituições públicas, ainda está disponível online gratuitamente, em PDF e audiolivro.

Sabemos que naquele mesmo ano a Secretaria Municipal de Educação (SMED), enquanto a funcionária Magda Ely da Silva estava como secretária, se recusou a receber e auxiliar na distribuição de outras obras tão importantes quanto a nossa. Porém, nós entregamos o livro na SMED antes desta resolução da ex-secretária, foi assinado um termo de recebimento que indicava esse auxílio da Secretaria, algo comum em outras administrações. Se não fosse por denúncias de que a SMED estava se recusando a entregar os livros, não saberíamos que não havia pretensão de distribuir nossa obra.

Informados disso, buscamos uma reunião com a SMED, na qual só eu pude entrar, pois eles não queriam mais testemunhas. Na ocasião fui extremamente mal tratada e hostilizada na Secretaria, algo que não deveria ocorrer com nenhum cidadão. Fui recebida pela secretária, que em momentos anteriores se recusou a nos receber, e por um funcionário do administrativo que rindo disse que não tinham nenhuma obrigação conosco e fez questão de ser fotografado com o termo em que recusavam distribuir o material já entregue.

Buscamos então o gabinete do Prefeito, para apresentar nossa obra e resolver eventuais mal entendidos. Nunca fomos recebidos e soubemos de seus funcionários que ele já havia recebido o livro, sem ter sido por nós. Ou seja, uma obra que era um presente foi vista como um problema, não só pela SMED, mas pelo atual Prefeito,

que, ao não nos receber apenas comprovou sua concordância com a forma de tratamento hostil que recebemos (Anexos II, III e IV).

Faltavam poucos dias para a conclusão do projeto, buscamos os livros e começamos a distribuir de escola em escola. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG), foi quem possibilitou que o restante do material chegasse nas escolas públicas municipais. A 28ª Coordenadoria de Educação (CRE), além de fazer uma celebração simbólica pela entrega, foi quem disponibilizou o material para as escolas públicas estaduais.

Curiosamente, em 2022, no ano seguinte, foi editado e lançado um livro que estava escrito desde 1970, sobre a história da cidade, cuja cópia não foi encontrada no acervo do Museu, no momento de nossa pesquisa. Essa obra sim, foi recebida pelo Prefeito, está sempre em sua mesa nas fotos oficiais e recebeu menção honrosa pela Câmara de Vereadores. Uma recepção muito diferente da nossa.

Sabemos que, hoje em dia, muitos funcionários do município utilizam nosso trabalho como base, mas nunca recebemos se quer uma justificativa oficial pela forma horrível com a qual fomos tratados, nenhum pedido de desculpas ou reconhecimento. Seguimos trabalhando pois não estamos atrás da valorização dos detentores de poder, mas sim, de ajudar nossa cidade.

Tanto é, que fiz um excelente trabalho na Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC, durante dois anos, nos quais enviei diversos e-mails; busquei informações sobre a cidade; organizei uma setorial que não existia naquele momento; encaminhei ofícios; estive em reuniões com diversas secretarias; organizei ações em prol da preservação do patrimônio da cidade. Além disso, alertei diversas vezes a necessidade de concursos, de criação de vagas para a cultura e isso nunca ocorreu, não porque esse é um ano eleitoral, mas, porque não é uma prioridade para o atual governo.

Ao invés disso, criou-se uma comissão de patrimônio para regularizar situações que foram mal executadas, como o tombamento por decreto; as patrimonializações, sem dossiê e pesquisas apresentadas, feitas pela Câmara de Vereadores; a falta de regularização das leis que, desde 2017, com a extinção da Fundação de Arte e Cultura (Fundarc), não foram atualizadas. Isso é um trabalho emergencial, realizado em função das diversas denúncias sobre o descaso com o patrimônio histórico municipal, e em ano eleitoral.

Em fevereiro de 2024, fui mais uma vez constrangida e mal tratada por funcionários da Prefeitura, toda essa situação está relatada no anexo V “Comissão de Patrimônio”. Não sei dizer se é porque meus pais são sindicalistas, se é porque acredito em causas sociais, mas, a forma com a qual fui tratada diversas vezes por esses seres humanos é desproporcional.

Em meio ao evento do Dia do Patrimônio de 2024, me senti extremamente desconfortável. Fui ao evento com o intuito de apresentar nosso trabalho e valorizar a iniciativa e esforço dos colegas da cultura. Mas, é muito difícil se manter calmo quando ouvimos as distorções que são feitas. Sendo assim, enquanto falávamos no palco essas questões, que vocês também conhecem, pude ouvir mais uma vez o governo tentar nos impedir de falar. As opiniões diferentes e críticas, se bem compreendidas, nos fazem crescer, mas, quando nossa melhora é só para fingir igualdade e preocupação, ela logo cai por terra.

Peguei o microfone da cerimonialista – inclusive, aproveito e peço desculpas se ofendi a Ana –, pois, enquanto minha irmã tentava falar, pude ouvir a Aline, membro da comissão de patrimônio e do gabinete do Prefeito que se negou a nos receber em 2021, dizer que era para ela nos cortar porque estávamos atrasando a cerimônia. Sendo que, não ficamos ali mais de dez minutos, bem diferente dos outros grupos, e que fomos convidadas com o propósito de falar.

É constrangedor e mais estarrecedor ainda observar como opiniões diferentes são facilmente caladas e silenciadas. Aprendemos muito sobre isso com o último governo federal: direitos são difíceis de serem conseguidos, mas, facilmente retirados. Isso acontece mais ainda quando não respeitamos e nem ouvimos vozes dissonantes. Também pude ouvir a Aline gritar atrás de mim que eu não podia pegar o microfone e que eu havia falado dela em meu discurso. Além de não citar a moça, mesmo tendo motivos e pegando o microfone apenas para encerrar o discurso, minha fala não era sobre ela, mas sobre a forma como as coisas estão sendo feitas nessa cidade.

Para o professor Albani, que gentilmente nos convidou, Izabel, Marlise, Mari, Giuliano, peço desculpas pela situação de desconforto que se causou. Acreditem, não era essa a minha intenção. Porém, achei que seria bom fazer essa carta para explicar meus posicionamentos, apesar, de imaginar que vocês conhecem boa parte deles.

Gostaria de registrar meu pesar em relação ao que vivenciei na cultura da cidade nos últimos mandatos e, principalmente, no atual governo. Como disse antes

acredito que críticas são bem vindas e que pessoas inteligentes sabem usá-las ao seu favor. A cultura e o patrimônio são as bases de uma comunidade, espero poder ver mais de Gravataí e, um pouco menos, sobre sua elite, no futuro. Conto com o bom trabalho de vocês.

Mas, não esperem que eu seja gentil com aqueles que me ofenderam como pessoa e ao meu trabalho diversas vezes, nem que eu concorde com tudo o que é dito. Estou sempre disposta a ouvir e ajudar, porém, sou a favor de diálogos reais, em que se preza pela liberdade de expressão. Cuidem do comportamento destas pessoas e com qual perspectiva seu trabalho está se aliando. Sabemos que vocês são fazedores de cultura com um bom coração e se preocupam com a comunidade, mas nem todos ao seu redor pensam igual.

Imagino que não seremos convidados novamente para tais eventos, mas, se o fizerem, por favor, propiciem um ambiente para trocas reais, para aprendizado, para discursos e vozes diferentes. Acho o trabalho de vocês com o teatro e a música belíssimo, contudo, em termos de patrimônio, a nossa cidade tem muito o que aprender. Enquanto pesquisadora desta área há muitos anos, é meu papel reforçar essa necessidade com vocês. Pessoas voluntárias, geralmente, tem boas intenções, mas não possuem técnica ou estudaram os diversos impasses dessa área, sua visão é enraizada de interesses e afetos pessoais. Funcionários, especialmente os concursados, tendem a ser pessoas com muito conhecimento em suas áreas e possuem a flexibilidade, retirada dos cargos comissionados, de expressar opiniões contrárias aqueles que estão no poder.

Vale lembrar, em ano eleitoral, que, quem faz uma cidade é o seu povo, suas escolhas. Se Gravataí quiser continuar com esse governo, rogo para que tenhamos mais profissionais competentes para combater os mandos e desmandos dos poderosos. Pois, quem faz cultura, quem quer fazer o povo pensar, sofre muito com a falta de espaço e com a hostilidade com o qual é tratado, somos todos pessoas e merecemos respeito.

Pesarosamente,
Helena Thomassim Medeiros

ANEXOS

**ANEXO I - Carta Aberta de solicitação de emendas e informações sobre os
Projetos de Lei 54/2024 e 55/2024**

**CARTA ABERTA DE SOLICITAÇÃO DE EMENDAS E INFORMAÇÕES SOBRE
OS PROJETOS DE LEI DO EXECUTIVO 54/2024 E 55/2024**

Prezados Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras
Comunidade gravataiense

A Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC), vem discutindo com preocupação os projetos de lei do executivo 54/2024 e 55/2024. Ambos colocados em regime de urgência para serem votados pela Câmara de Vereadores de Gravataí, faltando um mês para as eleições municipais.

O primeiro projeto 54/2024, "autoriza o Poder Executivo à alienação de bens imóveis municipais próprios e de suas autarquias por meio de permuta por outros imóveis, por área construída, e ou via permuta por bens ou serviços". Prevê, no artigo 6º, a avaliação destes pelo Executivo Municipal ou por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União e do Estado. O artigo 14, menciona que, por meio desse projeto, o Executivo Municipal dará correta destinação a bens imóveis próprios e de suas autarquias considerados ociosos ou subutilizados.

Contudo, o projeto não prevê quais seriam os critérios para considerar os bens ociosos ou subutilizados. Recentemente, houve menção de que a cultura receberia novos espaços para desenvolver atividades, entretanto, até o momento, o único local com plenas condições de uso pela população é o Quiosque da Cultura, que também apresenta problemas estruturais, como infiltrações. Sendo assim, locais como o prédio do Museu Municipal Agostinho Martha, a antiga Prefeitura, a sala do antigo cinema, o espaço abandonado do Cineteatro e, até mesmo, o Casarão dos Bina, poderiam ser julgados ociosos ou subutilizados.

Sabemos que muitos destes bens são tombados e isso impediria, em tese, sua alienação, contudo, há diversos outros edifícios que são ou eram inventariados e já foram perdidos em outros momentos. Sendo assim, necessitamos de emendas que assegurem a preservação de locais de interesse histórico e patrimonial da cidade. Assim como documentos que garantam a segurança dos bens da cultura.

O segundo projeto, 55/2024, “estabelece condições especiais para a implantação de Aeródromo no Município e dá outras providências”. O artigo 2º estabelece que a “[...] área identificada para a implantação e regramento das condições especiais está compreendida entre a Rua Djair Aurélio Helfensteller da Rosa, Avenida Ely Correa (Rodovia ERS-030), divisa geográfica com o Município de Glorinha e Rodovia Federal BR-290, acrescida de faixa de 400,00 (quatrocentos) metros a partir do limite da faixa de domínio da Av. Ely Correa (Rodovia ERS-030), no trecho compreendido entre a Estrada Bercário Manoel Cardoso até a divisa geográfica com o Município de Glorinha, lado norte da rodovia estadual.”

O local em que seria realizada a construção do aeródromo fica dentro da Área de Preservação Ambiental do Banhado Grande (APA). Desta forma é preciso analisar o decreto estadual nº 38.971, de 23 de outubro de 1998, que cria a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande. Esse documento afirma que a região entre os municípios de Gravataí e Glorinha estariam dentro desta área. Segundo os artigos 3º e 4º do referido decreto:

Art. 3º - A instituição da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande tem o seguinte objetivo:

- I - preservar o conjunto de banhados conhecidos pelos nomes de Banhado do Chico Lomã, Banhado dos Pachecos e Banhado Grande;
- II - compatibilizar o desenvolvimento sócio-econômico com a proteção dos ecossistemas naturais ali existentes;
- III - conservar o solo e os recursos hídricos, com a implementação de estratégias de gerenciamento em nível de Bacia;
- IV - recuperar as áreas degradadas com vista à regeneração dos ecossistemas naturais;
- V - contribuir para a otimização da vazão do Rio Gravataí;
- VI - proteger a flora e a fauna nativas, principalmente as espécies da biota, raras, endêmicas, ameaçadas ou em perigo de extinção;
- VII - proteger os locais de reprodução e desenvolvimento da fauna e da flora nativas.

Art. 4º - Na Área de Proteção Ambiental a que se refere este Decreto, somente serão permitidas atividades ou empreendimentos compatíveis com os objetivos mencionados no artigo anterior.

Portanto, seria necessário avaliar se a destinação da área para tais atividades seria compatível e apresentar os relatórios necessários para a implementação de atividade naquele local.

Próximo a região onde seria o empreendimento encontra-se o Quilombo Manoel Barbosa. Os quilombos são reconhecidos como patrimônio histórico e cultural do Brasil, sendo necessário que as comunidades passem pelos processos de

autoidentificação; elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); publicação do RTID; portaria de reconhecimento; decreto de desapropriação; titulação. Neste caso, o território total da comunidade ainda não foi decretado, já possuindo portaria de reconhecimento. Sendo assim, é necessário analisar e discutir os impactos destas obras com a comunidade em questão.

Gravataí, 04 de setembro de 2024.

Assinam esse documento:

Conselheiros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC

Membros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC

Membros da Setorial de Artes Visuais do CMPC

ANEXO II – Propostas para a revitalização da Fonte do Forno 2023

PROPOSTAS DA SETORIAL DE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE GRAVATAÍ

Documento elaborado entre 27 de abril de 2023 e 12 de maio de 2023.

Autores: Membros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, vinculada ao Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), representada pela conselheira titular Helena Thomassim Medeiros

1 OBJETIVO: Revitalização do entorno da Fonte do Forno

2 APONTAMENTOS DA SMSU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS:

- Colocação de iluminação subterrânea em LED
- Limpeza da água acumulada no fundo da Fonte
- Recolocar o trecho do muro caído em torno da Fonte

3 SUGESTÕES DA SETORIAL DE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL:

3.1 Escadas no entorno da Fonte

- Se as escadas forem ornamentadas, utilizar como referência a história da cidade, os povos originários, índios missioneiros, pessoas escravizadas de origem africana, açorianos, alemães, asiáticos, dentre outras heranças culturais que formam a cidade. Valorizando sua trajetória e diversidade;
- Não utilizar azulejos na parte de cima dos degraus de concreto, pois com as chuvas, pode ocasionar acidentes com os transeuntes;
- Um ponto destacado pela Setorial é a história indígena e o uso da cerâmica, que se relacionam profundamente com a trajetória da cidade;
- Acréscimo de corrimão na escadaria para evitar eventuais acidentes;

3.2 Arquibancada

- Construção de uma pequena arquibancada, entre as escadas de concreto já existentes. O objetivo é tornar o local um ponto turístico, onde é possível sentar-se, conversar e realizar pequenos eventos. Além de fins educacionais, pois seria possível utilizar a arquibancada para fazer uma parada onde contasse a história da cidade, em atividades como o circuito cultural, realizado pelo Museu Municipal Agostinho Martha;

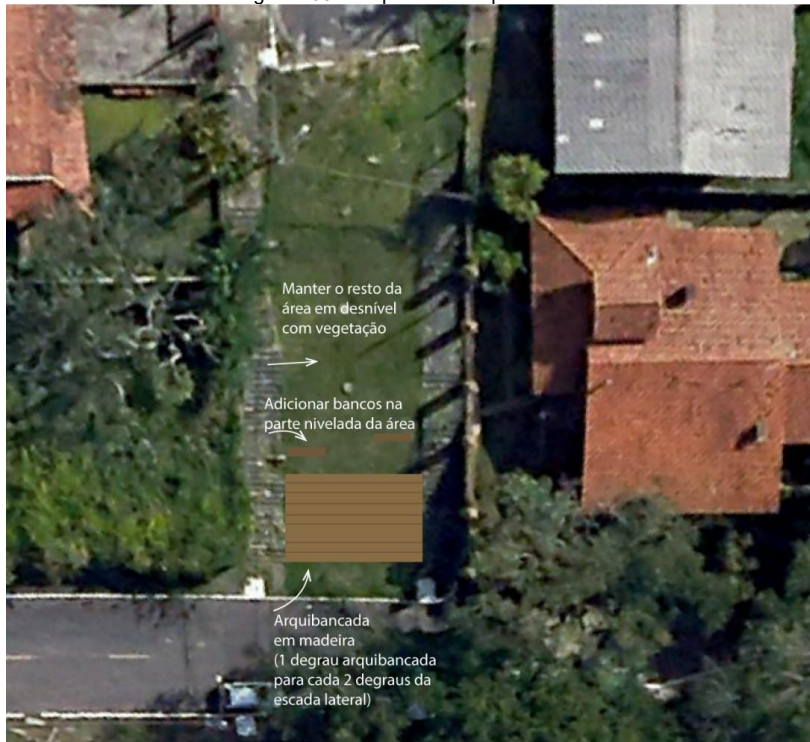
Figura 104 - Proposta de Arquibancada



Modelo idealizado pela arquiteta Sarah Wavginiak

- A sugestão da Setorial é que o material utilizado para a arquibancada seja madeira, que dois degraus da escada de concreto equivalham a uma da arquibancada, que seja deixado a metade superior da elevação com vegetação e disponibilizados bancos. Objetivando tornar o local um ambiente de lazer e contemplação estética;

Figura 105 - Proposta de Arquibancada



Modelo idealizado pela arquiteta Sarah Waviniak

3.3 Vegetação

- Sugestão de planta relacionadas ao bioma da região: Gravatás; Gramíneas nativas; Farroupilha; Íris; Avenca; Begônia; Lantanas; Verbenas do Brasil; Ipê; Extremosa;

3.4 Placas de identificação

- Acrescentar placas de sinalização nas ruas do entorno da Fonte, exemplos a seguir;

Figura 106 - Modelo de placa de identificação



Modelo idealizado pela arquiteta Sarah Waviniak

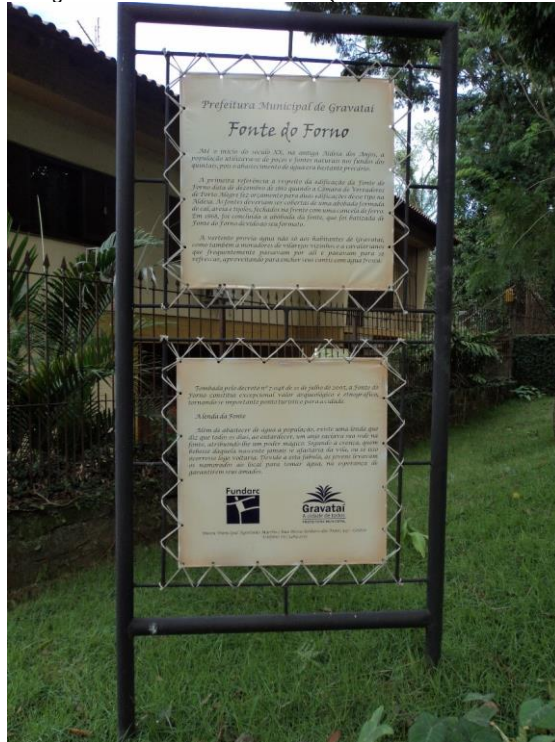
Figura 107 - Mapa com possíveis localizações para as placas de sinalização do entorno da Fonte



Modelo idealizado pela arquiteta Sarah Waviniak

- Reimpressão da placa de identificação da Fonte do Forno, no modelo original feito pela equipe do Museu Municipal Agostinho Martha, em formato de banner, para ser recolocada na estrutura de metal presente no local. A imagem abaixo demonstra como era originalmente a placa e, no Anexo III, colocamos o texto disponibilizado pela equipe do Museu e Departamento do Patrimônio Cultural e Natural;

Figura 108 - Banner de identificação Fonte do Forno



Acervo do Museu Municipal Agostinho Martha

3.5 Iluminação

- Pontos de luz destacando a Fonte do Forno e a placa de identificação com a história do mesmo;

3.6 Escadas perto da Fonte

- Acréscimo de corrimão na escadaria próxima à Fonte para evitar eventuais acidentes;
- Colocar placa identificando a obra em mosaico da escadaria que leva até à Fonte, com o nome do artista, título da obra, conceito da proposta e ano de execução;

Figura 109 - Escadaria próxima a Fonte do Forno



Foto de Helena T. Medeiros (2023)

- Reforma dos mosaicos na escadaria próxima à Fonte, pois algumas peças caíram com o passar dos anos;
-

Figura 110 - Mosaico da escadaria



Fotos de Fabiana Perondi

3.7 Escoamento da água próximo a Fonte

- Canalização no interior da Fonte para evitar acúmulo de água;
- Reparo na canalização de esgoto quebrada acima da escada com azulejos que dá acesso ao forno e cobertura da mesma (canalização) para evitar novas quebras;

Figura 111 - Cano danificado acima da Fonte



Foto de Pedro Martha (2023)

- Criação de canalização desde a fonte, sob o piso, que drene a água que se acumula dentro do forno para o esgoto pluvial existente (uma vez que a fonte já não é fonte e a água acumulada, com o material orgânico arrastado, acaba apodrecendo, servindo inclusive como criador de mosquitos);

Figura 112 - Problemas de escoamento da água



Foto de Pedro Martha (2023)

- Melhora na captação de água para o esgoto:

Figura 113 - Esgoto



Foto de Pedro Martha (2023)

- Regularizar o piso da "praça" junto à fonte, corrigindo desníveis existentes e criando caimento em direção ao esgoto

Figura 114 - Acúmulo de água no basalto irregular



Foto de Pedro Martha (2023)

- Caso queiram colocar água na Fonte: a sugestão seria a colocação de um dreno com 50cm de profundidade X 30 cm de largura em toda extensão dos muros. Que passem por baixo deste encanamento do esgoto, de modo a captar a água que vem destes terrenos mais altos e atravesse a calçada direcionando para a fonte. Assim a água que desce dos terrenos não se espalha pela calçada do corredor e sendo direcionada adequadamente para a fonte vai colaborar com o abastecimento da mesma;

3.8 Área próxima a Fonte

- Bancos próximos à fonte do forno;

Figura 115 - Área próxima a Fonte



Foto de Helena T. Medeiros (2023)

- Não retirar o piso de basalto irregular colocado, por volta, da década de 2000 para evitar descaracterização do bem. Salvo em caso de revitalização do piso e das características originais do entorno da Fonte;
- Reparo na mureta que está cedendo:

Figura 116 - Rachadura em mureta próxima à Fonte



Foto de Pedro Martha (2023)

Documento endereçado aos responsáveis da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMSU) e da Secretaria Municipal de Cultural, Esporte e Lazer (SMCEL).

Enviado por e-mail em 05 de junho de 2023.

ANEXO III – Planejamento 2023: SMCEL Cultura



Avenida Ely Corrêa, 675 - 5º andar
Parque dos Anjos - CEP: 94185-452 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600 7868
smcel@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMCEL
SECRETARIA MUNICIPAL DA
CULTURA, ESPORTE E LAZER

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Cronograma Estimado 2023 – Cultura

Janeiro

- 06/01/2023 – Terno de Reis;

Fevereiro

- Início inscrições das Oficinas da SMCEL – 27 de fevereiro a 17 de março;

Março

- Inscrição das Oficinas da SMCEL – Até 17 de março;
- Rodeio Internacional do Mercosul (Lei 4553/2022) – 29/03 A 02/04 -**APOIO** SMCEL;
- Sarau Mulheres e a Rua: Lutas e Resistências – Quiosque da Cultura, Realização Coletivo POP Rua, **APOIO** SMCEL;
- Exposição Peregrinos sem Fronteiras – 08/03 a 31/03, **APOIO** SMCEL;
- - Rua Aberta – 12/03/2023 – **Realização** Gabinete do Prefeito, **APOIO** Secretarias (Incluindo SMCEL);
- Inscrições Prêmio Dana de Artes Visuais – 20/03/2023 a 31/03/2023 via Mapa Cultural;
- Formações para o 7º Prêmio Dana – 27/03/2023 a 31/03/2023;
- Projeto Contação de Histórias Biblioteca/Clube Literário – Sob Demanda, a confirmar data e horário;

Abril

- Oficinas SMCEL 1ª Etapa (datas conforme cronograma);
- Exposição COFAMEG – 05/04/2023 a 05/05/2023;



**Prefeitura de
GRAVATAÍ**
Cuidar e Viver Gravataí

Pressione **Esc** para sair da tela inteira

Parque dos Ayoas - CEP: 94105-400 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600 7868
smcel@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMCEL
SECRETARIA MUNICIPAL DA
CULTURA, ESPORTE E LAZER

- Espiritismo na Praça (a confirmar) – 18/04/2023, 19h;
- Habilitação 7º Prêmio Dana – 24/04/2023 a 28/04/2023;
- Semana Municipal Monteiro Lobato de Incentivo à Leitura – 18 a 25 de abril – Lei 3.660/2015 (Biblioteca Pública);
- Semana de Aniversário da Biblioteca (a partir de 25 de abril – Lei 4.502/2022;
- Sarau com o Clube Literário de Gravataí – 28/04/2023 – Biblioteca Pública;

Maio

- Oficinas SMCEL 1ª Etapa (datas conforme cronograma);
- Pousada dos Carreiros – Primeiro final de semana de maio – Lei 4.529/2022 **APOIO SMCEL**;
- Cerimônia de Premiação 7º Prêmio Dana – 10/05/2023, 19h;
- Sarau com o Clube Literário - #SextounaCultura – 12/05/2023, 18h30min, Quiosque da Cultura;
- ⇒ - Rua Aberta, 14/05/2023, Realização Gabinete do Prefeito, **APOIO** Secretarias;
- Exposição CREAS Aquarela (a definir) – 17/05/2023 a 01/06/2023;
- Dia Internacional dos Museus – 18/05/2023;
- Festividades do Divino Espírito Santo – **APOIO SMCEL**;

Junho

- Oficinas SMCEL 1ª Etapa (datas conforme cronograma);
- #SextounaCultura e Feira de Obras – 02/06/2023, 18h30min – Quiosque da Cultura;
- Festinil e Festixiruanos – 03 e 04 de junho;
- Rua Aberta, 11/06/2023, Realização Gabinete do Prefeito, **APOIO** Secretarias;
- Montagem de exposição – 12/06/2023 a 13/06/2023;
- Abertura de Exposição 1º Dana – 14/06/2023;
- 1º Colocado Prêmio Dana – 14/06 a 06/07/2023;
- Tapete Corpus Christie – **APOIO SMCEL**;
- Sarau com o Clube Literário – 29/06/2023 – Biblioteca;



Avenida Ely Corrêa, 675 - 5º andar
Parque dos Anjos - CEP: 94185-452 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600 7868
smcel@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMCEL
SECRETARIA MUNICIPAL DA
CULTURA, ESPORTE E LAZER

Julho

- Oficinas SMCEL 1ª Etapa (datas conforme cronograma);
- #SextounaCultura e Feira de Obras – 07/07/2023, 18h30min, Quiosque;
- Rua Aberta, 09/07/2023, Realização Gabinete do Prefeito, **APOIO** Secretarias;
- Montagem de Exposição – 10/07 a 11/07/2023, Quiosque da Cultura;
- Abertura Exposição 2º Colocado Prêmio Dana – 12/07, 18h30min, Quiosque;
- 2º Colocado Prêmio Dana – 12/07/2023 a 03/08/2023 – Quiosque;
- Aniversário do Museu – 30/07/2023;

Agosto

- #SextounaCultura – 04/08/2023 Sarau Clube Literário – Quiosque;
- 34ª Edição da Feira do Livro (data estimada 09 a 13 de agosto);
- Encerramento de Oficinas 1º Semestre – 07/08 a 18/08/2023;
- Sarau com o Clube Literário na Feira do Livro;
- Rua Aberta – 13/08/2023, Realização Gabinete do Prefeito, **APOIO** Secretarias;
- Semana do Folclore (16 a 22 de agosto);
- Abertura Exposição 3º Colocado Prêmio Dana – 23/08/2023, 18h30min;
- 3º Colocado Prêmio Dana – 23/08/2023 a 14/09/2023;

Setembro

- Oficinas SMCEL 2ª Etapa (datas conforme cronograma);
- Chama Simbólica (Cultura);
- Rua Aberta, 10/09/2023, Realização Gabinete do Prefeito, **APOIO** Secretarias;
- Semana Farroupilha (10 a 20 de Setembro) – Formato a definir com Tradicionalistas;
- #SextounaCultura e Feira de Obras, 15/09/2023, 18h30min, Quiosque da Cultura;
- Sarau com o Clube Literário – 14/09/2023 – Biblioteca;



Avenida Ely Corrêa, 675 - 5º andar
Parque dos Anjos - CEP: 94185-452 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600 7868
smcel@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMCEL
SECRETARIA MUNICIPAL DA
CULTURA, ESPORTE E LAZER

- Semana Tradicionalista – 18/09 a 22/09 – Quiosque da Cultura;
- Montagem de Exposição – 25/09/2023 a 26/09/2023, Quiosque;
- Abertura Exposição 4º Colocado Prêmio Dana – 27/09/2023, 18h30min;
- 4º Colocado Prêmio Dana – 27/09 a 19/10/2023;
- FETEG e Festil – 24 a 29/09/2023 (conforme negociações encaminhadas com SESC);

Outubro

- Oficinas SMCEL 2ª Etapa (datas conforme cronograma);
- Rua Aberta, 08/10/2023, Realização Gabinete do Prefeito, **APOIO** Secretarias;
- #SextounaCultura (Clube Literário) 20/10 18h30min– Quiosque da Cultura;
- Montagem de Exposição;
- Abertura Exposição 5º Prêmio Dana – 25/10/2023, 18h30min;
- 5º Prêmio Dana – 25/10/2023 a 16/11/2023;

Novembro

- Oficinas SMCEL 2ª Etapa (datas conforme cronograma);
- Carreteada (Lei 4.528/2022) – Segundo final de semana de novembro;
- Rua Aberta – 12/11/2023, Realização Gabinete do Prefeito, **APOIO** Secretarias;
- Semana do Hip Hop (Lei 4.190/2020) – 13/11 a 17/11/2023;
- #SextounaCultura e Feira de Obras, 17/11/2023, 18h30min, Quiosque;
- Montagem de Exposição – 20/11 e 21/11/2023, Quiosque;
- Abertura de Exposição 6º Colocado Prêmio Dana – 22/11/2023, 18h30min, Quiosque;
- 6º Colocado Prêmio Dana – 22/11 a 14/12, Quiosque da Cultura;
- Sarau com o Clube Literário – 30/11/2023 – Biblioteca;

Dezembro

- Oficinas SMCEL – Final, apresentação dias 05/12 e 12/12 – SESC;
- Programação Cultural de Natal – **APOIO** SMCEL.

Pressione **Esc** para sair da tela inteira



**Prefeitura de
GRAVATAÍ**
Cuidar e Viver Gravataí

Avenida Ely Corrêa, 675 - 5º andar
Parque dos Anjos - CEP: 94185-452 - Gravataí/RS
Fone: (51) 3600.7868
smcel@gravatai.rs.gov.br
www.gravatai.rs.gov.br

SMCEL
SECRETARIA MUNICIPAL DA
CULTURA, ESPORTE E LAZER

- Rua Aberta, 10/12/2023, Realização Gabinete do Prefeito, **Apoio** Secretarias;
- #SextounaCultura e Feira de Obras, 15/12/2023, 18h30min, Quiosque da Cultura; (confirmar, orientação Secretário sem eventos em Dezembro)
- Encerramento de Oficinas 2º Semestre – 15/12 a 29/12/2023 – (confirmar Datas com Mari, orientação Secretário para não acumular eventos em dezembro, principalmente na SEGUNDA quinzena).

Este calendário anual de eventos é estimado e serve como apoio para o planejamento da Secretaria.

- Projeto Contação de Histórias da Biblioteca com o Clube Literário e demais envolvidos, a definir com equipe da Biblioteca, evento sob demanda conforme procura das escolas pelo projeto;
- Rua Aberta tem realização do Gabinete do Prefeito, com Apoio da SMCEL e demais Secretarias. As datas deste calendário são estimadas, podem sofrer alterações a critério do órgão realizador;

Cabe ressaltar ainda que a SMCEL espera poder realizar dois Editais Culturais em 2023, um ainda no primeiro semestre e um no segundo semestre, com datas ainda indefinidas.

Pq em 2022 não houve edital e isto no plano municipal de Cultura que deve ser anual via Fundo Municipal

ANEXO IV – Sugestões sobre a Proposta de Restauração do Museu Municipal Agostinho Martha

À

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL)
Prefeitura Municipal de Gravataí – RS

PROPOSTAS DE RESTAURAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL AGOSTINHO MARTHA

No dia 13 de setembro de 2023, membros da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC), estiveram na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL) para conhecer a proposta de projeto de restauração do prédio que sedia o Museu Municipal Agostinho Martha. A edificação é tombada pelo decreto, nº 7.048, de 21 de julho de 2005, e está fechada devido a problemas estruturais desde 2019.

Na ocasião citada se fizeram presentes Helena Thomassim Medeiros, conselheira titular da Setorial em questão e, os participantes: Marli Aparecida Thomassim Medeiros, Nestor Ourique Medeiros, Pedro Martha, Fabiana Perondi e Sarah Wavginiak; além de representantes da SMCEL, Aline Muniz, diretora de cultura, Bárbara Kuhn, coordenadora do Museu e André funcionário do administrativo da Secretaria.

Foi solicitado que a Setorial encaminhasse seus apontamentos sobre o projeto até o dia 15 de setembro de 2023. Seguem abaixo alguns dos pontos levantados no dia 13 e na reunião da setorial que ocorreu em 14 de setembro de 2023 às 20:00.

Sugerimos que no projeto em questão sejam levados em consideração a estrutura da edificação, seus possíveis desgastes e a viabilidade de remoção/alteração do layout interno, bem como o trânsito de veículos pesados em frente ao mesmo, para verificar se o edifício aguentaria tais alterações.

Quanto ao Projeto apresentado para restauro/reforma do Museu Municipal Agostinho Martha sugerimos:

1. Seja estudada a possibilidade da construção de uma escada que dê acesso ao Museu pela Rua Anápio Gomes, frente ao hall de entrada e acesso ao elevador,

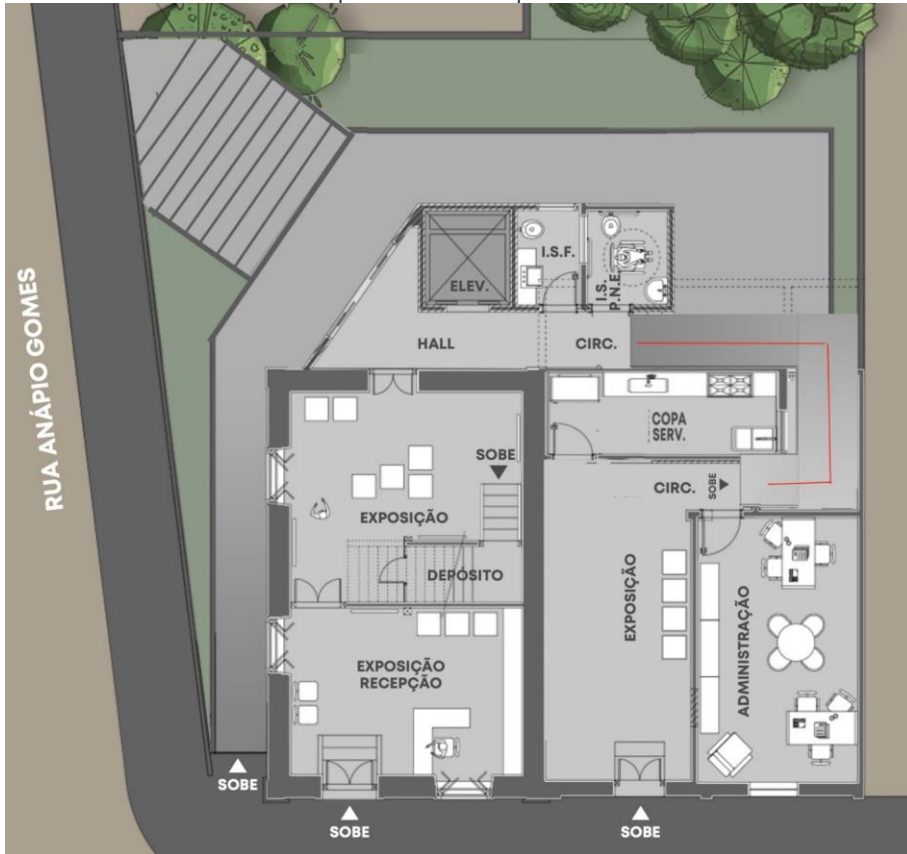
visando padronizar a entrada e tornar o ambiente atrativo aos visitantes (Figura 1 e 2);

Figura 117- Escadas em frente ao hall de entrada



2. que a parte superior da construção do elevador seja de vidro, dando visibilidade ao prédio histórico do Museu;
3. que não haja um banheiro interno no prédio do Arquivo Histórico, mas que os dois banheiros, sejam construídos um ao lado do outro, conforme projetos, sendo um com acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências (maior) e outro, unissex, ao lado do elevador (Figura 2);

Figura 118 - Relocação do banheiro PNE, redução a um banheiro unissex e alteração do circuito da rampa e escada na Anápio Gomes



4. que os três degraus de acesso do primeiro nível do prédio do Arquivo Histórico para o segundo nível, previsto na proposta original, sejam removidos e que a rampa de acessibilidade, prevista dentro do prédio do Arquivo Histórico ao lado dos citados degraus, seja realizada nos fundos dos prédios com acesso interno à sala onde está prevista a copa (Figura 2, 3 e 4);

Figura 119 - Vista dos fundos, com a rampa protegida estendendo as paredes de vidro



Figura 120 - Vista dos fundos, com a rampa protegida estendendo as paredes de vidro

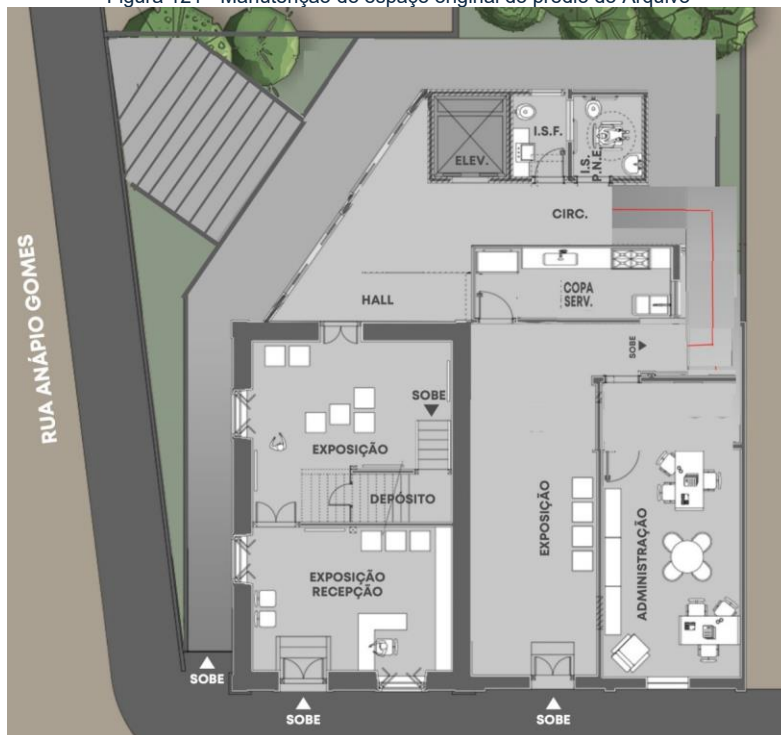


Esperamos que sejam levadas em conta as nossas propostas, buscando uma melhor utilização do espaço para a população da cidade.

Atenciosamente,
 Setorial do Patrimônio Material e Imaterial do
 Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC)

** Após o envio do primeiro documento, um dos membros da Setorial percebeu que, nas plantas apresentadas o prédio que abrigada o Arquivo Histórico parece menor, essa diminuição não percebida até o começo da tarde do dia 15 de setembro. Por esse motivo entramos em contato novamente, para frisar a necessidade de espaço para abrigar o acervo destas instituições que funcionam em conjunto. Sendo assim, enviamos mais uma sugestão que é a manutenção do espaço original, sem que haja diminuição desse, de acordo com a figura a seguir:*

Figura 121 - Manutenção do espaço original do prédio do Arquivo



ANEXO V – Demandas da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC 2024

DEMANDAS DA SETORIAL DE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC)

A Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do Conselho Municipal de Política Cultural de Gravataí (CMPC), por meio de seus representantes, Marlí Aparecida Thomassim Medeiros, conselheira titular da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial – Gestão 2024/2025 –, Nestor Ourique Medeiros, conselheira suplente da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial – Gestão 2024/2025 – e Helena Thomassim Medeiros, membro da Setorial do Patrimônio e ex-conselheira – Gestão 2022/2024, vem por meio deste documento apresentar as demandas do grupo.

Desde 2022 a Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC vem articulando ações, documentos e acompanhando o desenvolvimento de atividades nesta área na cidade. No final do ano de 2022 tivemos reuniões com os funcionários do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural de Gravataí, instituído em 2004 pela Lei 2114, representados pelos trabalhadores do Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca, entregamos ao secretário da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL) uma listagem das principais demandas identificadas pela Setorial (Apêndice I).

No final do ano de 2023 buscamos marcar reuniões, porém, não fomos atendidos pois houve uma reestruturação no quadro de funcionários: a única funcionária concursada para atuar no Museu e Arquivo se aposentou; a coordenação da instituição que foi alterada no decorrer daquele ano, deixou de atuar no local; a secretária responsável pelas instituições culturais deixou de ser a SMCEL e passou a ser a Secretaria Municipal de Governança, Comunicação e Cultura (SMGCC). Deste modo, iniciamos o ano de 2024 sem nenhum funcionário responsável pelo Museu e Arquivo Histórico, a partir de solicitações e indicações da Setorial o professor Carlos Albani assumiu a função de coordenador do setor de patrimônio histórico de Gravataí em maio de 2024.

Todavia, ao longo destes dois anos diversas demandas se mantiveram e outras foram detectadas dentro deste tema. Sendo assim, escrevemos e enviamos esse documento com o intuito de apresentar algumas preocupações compartilhadas pelos membros da Setorial de Patrimônio.

1 PRESERVAÇÃO DO TRECHO DA PRIMEIRA RUA ASFALTADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Na parada 72 da Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira podemos observar um trecho da primeira rodovia asfaltada do Rio Grande do Sul, construída entre 1933 e 1934. Alertamos para a necessidade de cuidado com a preservação e permanência deste trecho, fato levantado em e-mail enviado em 30 de novembro de 2023 para o CMPC, SMCEL e Museu, ao qual não obtivemos retorno. Destacamos a necessidade de colocar uma placa de identificação no local para que ele possa ser reconhecido pela população e para coibir sua destruição.

A partir de 2023 foi construído, paralelo a esse trecho, um prédio, ao qual notificamos o poder público. Há o receio de que esse local possa ser danificado devido ao tráfego intenso de veículos ou que seja apropriado indevidamente pelas edificações privadas que surgem ao redor. Para impedir isso, precisamos o poder público tome providências para preservação do local.

2 LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL DE GRAVATAÍ

Deste 2022 estamos alertando o poder público que a legislação patrimonial do município se encontra defasada, pois ela ainda faz referência à Fundação de Arte e Cultura (Fundarc), extinta em 2017. Além disso, desde 2012, a Câmara de Vereadores vem realizando processos de patrimonialização (tombamento de bens e reconhecimento de bens imateriais), sendo que a legislação vigente aponta que o Departamento de Patrimônio Cultural e Natural realizaria pesquisas e registraria os bens patrimonializados em Livro Tombo, documentando e demonstrando a importância destes espaços e manifestações, disponibilizando tal material à população.

Em função dos tombamentos realizados pela Câmara os bens patrimoniais não são de conhecimento público e seus processos de pesquisa ficam reduzidos à justificativa das leis que, muitas vezes, é insuficiente e não apresenta referências de pesquisa ou da relevância local dos bens. Essa situação já foi sinalizada e alertada ao poder público em diversos momentos e voltamos a destacar tal ação pois ela continua ocorrendo. O termo patrimônio vem sendo utilizado de forma equivocada e sem a devida seriedade com a qual precisa ser tratado, eventos vem sendo

patrimonializados com poucos anos de realização, sem que haja real necessidade de patrimonialização.

Essa confusão também se relaciona à equipe reduzida de funcionários na cultura da cidade; ao desmantelamento do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural e das instituições relacionadas ao tema, em especial o Museu e Arquivo Histórico; a inexistência de cargos que exijam qualificações necessárias para essa área, como conservadores, restauradores, museólogos, arqueólogos, dentre outros especialistas que pudessem contribuir com a preservação e a pesquisa do patrimônio gravataiense.

3 MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL – PRÉDIO E ACERVO

No item anterior citamos o desmantelamento do Museu e Arquivo Histórico de Gravataí, desde 2018, quando o prédio histórico e patrimônio municipal que era ocupado por estas instituições foi fechado devido a deterioração de sua estrutura, houve uma série de problemas relatados ao poder público. Dentre esses destacamos a falta de funcionários, a perda de bens musealizados expostas sem as devidas precauções com sua materialidade, a falta de ações em relação à preservação do prédio.

No final de 2022 foi aberto um espaço temporário de exposição do acervo no Centro Administrativo Leste, fechado deste o começo de 2024, quando a única servidora concursada para atuar nas instituições se aposentou. Notificamos a equipe do Museu, da SMCEL e do SMGCC sobre o estado de conservação dos bens distribuídos em diversos espaços públicos da cidade desde 2022. Algumas ações foram feitas, porém, a instituição segue fechada, seu acervo em espaços diferentes sem que haja funcionários para acompanhar e abrir os bens à pesquisa diariamente. Estamos muito preocupados com as perdas e problemas em relação à documentação e estado de conservação dos bens. Alertamos principalmente para as peças arqueológicas que estavam sob a guarda do Museu e são artefatos de cerâmica frágeis que deveriam ser preservados em ambiente com condições controladas. Pedimos que fosse revisto o tráfego de veículos pesados em frente ao prédio, algo que não foi visto mesmo com as alterações realizadas pelas obras do Novo Centro.

Gostaríamos de informações sobre o andamento do processo de captação de recursos para a restauração do prédio. Caso não seja possível essa captação, quais serão as medidas adotadas? Alertamos que há urgência pois o prédio, além de ser a

sede do Museu e do Arquivo Municipal, é atualmente conhecido como a edificação mais antiga da cidade de Gravataí, construído em 1826.

4 CASARÃO DOS BINA

O prédio tombado em 2005 estava em severo estado de deterioração até 2023 quando foram iniciadas reformas, solicitamos desde 2022 ter acesso à documentos e relatórios que nos dessem detalhes sobre as obras e quais foram os critérios utilizados para sua realização. Mesmo que esses documentos sejam de acesso público, nunca nos foram entregues, apesar de em 2023 a SMCEL ter entregado um ofício ao CMPC (Anexo I) que dizia o contrário.

É de nosso conhecimento que este local histórico e público será utilizado pelo projeto Casa Arte SESC, também se sabe que parte do acervo do Museu Municipal Agostinho Martha está na instituição, sendo assim, alertamos para que sejam contratados funcionários para acompanhar os bens musealizados e a conservação da edificação.

5 FONTE DO FORNO

Desde 2022 realizamos diversas reuniões com diferentes secretarias e até com o Prefeito Luiz Zafallon sobre o tema da Fonte do Forno. Em 2023, o então secretário da SMCEL solicitou que a Setorial de Patrimônio, que é composta por voluntários da sociedade civil, realizasse um projeto de revitalização do local (Apêndice II), que é tombado desde 2005. Elaboramos e entregamos tal documento e após meses de espera tivemos uma reunião na qual fomos informados que nada seria feito. Alertamos para o fato de que tal patrimônio segue sem ao menos uma placa de identificação, que poderia ser feita em lona, pois há uma estrutura de metal no local para esse uso, sendo de baixo custo para os cofres públicos.

6 COMISSÃO DE PATRIMÔNIO

No começo de 2024, a Prefeitura Municipal decretou diversos bens históricos da Igreja Católica como patrimônios de Gravataí, para que fossem feitas as pesquisas necessárias o Decreto nº 2.1371/2024 criou “um Grupo Especial de Trabalho para participação, revisão, aprimoramento e elaboração de dados, características, vistorias e estudos do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município de Gravataí, catalogados e em processo de inventário”. Além de não terem sido contratados

funcionários e especialistas que seriam necessários para tais atividades, as pesquisas e ações do grupo não foram divulgadas nem são de acesso público.

A criação desse grupo gera outros problemas em relação a gestão do patrimônio municipal, tendo em vista que essa deve ser uma ação emergencial e temporário, não substitui de forma alguma a necessidade de contratação de especialistas e funcionários qualificados para realizar pesquisas e cumprir com as demandas exigidas pela temática patrimonial e museal.

7 ANTIGA PREFEITURA – CASA DE CULTURA

O prédio da antiga Prefeitura Municipal é tombado desde 2005 e, no final de 2023, foi entregue simbolicamente para a cultura de Gravataí, desde então o espaço encontra-se em obras e não pode ser utilizado ao longo de 2024. Em 2023, foi entregue um documento ao CMPC e ao então secretário da SMCEL em que apontávamos algumas alternativas de uso para o espaço (Apêndice III). Dentre tais apontamentos destacamos o uso do local, temporariamente, para receber o acervo do Museu e Arquivo Histórico, unificando a guarda e prevenindo o risco de perdas relacionados ao contexto atual.

8 EQUIPE DE SERVIDORES

Conforme mencionamos em diversos momentos deste documento a necessidade de contratação de trabalhadores qualificados para atuar na área histórica e patrimonial da cidade é uma constante. Precisamos que tais assuntos sejam tratados com a seriedade devida pois existem legislações específicas e atividades que devem ser atribuídas aos profissionais competentes.

Nosso Arquivo Histórico precisa de arquivistas, por exemplo, tanto para realizar o acompanhamento e documentação do acervo, quando para orientar pesquisadores e realizar atividades diárias envolvendo essas materialidades. O Museu também precisa de uma equipe com diversos funcionários de diferentes áreas, para realizar pesquisas, documentação, conservação, preservação do acervo, ações de educação, circuitos guiados, acompanhamento dos bens materiais tombados, identificação de patrimonialidades, coleta de acervo, entre outras funções específicas que não podem ser atribuídas à profissionais sem a devida formação.

9 PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO

Ao longo deste documento apontamos a necessidade de placas de identificação nos bens patrimoniais e históricos de Gravataí. Essa pequena ação seria de grande importância para a preservação dos locais e a disseminação de conhecimento sobre a história da cidade. Em 2022 já relatávamos essa situação e também destacamos que o Quilombo Manoel Barbosa, importante local e reconhecido enquanto patrimônio histórico e cultural a nível nacional, não possui placas de identificação ou ações patrimoniais voltadas para essa população. É fundamental incluirmos a diversidade cultural e étnica da formação da cidade de Gravataí no discurso produzido pelo poder público.

10 ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE SEIS DE MAIO

Esse importante espaço de sociabilidade para a população de Gravataí, em especial a comunidade negra da cidade, foi criado em 1956 e enfrenta problemas relacionados a sua estrutura e permanência de ações. Diferente de outros locais que já receberam a chancela de patrimônio imaterial sem ter a mesma relevância histórica e local, esse espaço precisa ser preservado e apoiado pelo poder público também.

Esse documento, bem como diversos outros criados e entregues pela Setorial de Patrimônio Material e Imaterial do CMPC só foi possível devido aos membros voluntários da sociedade civil que se preocupam com a manutenção e preservação do patrimônio de Gravataí. Nossos membros são altamente qualificados e pesquisam a história e o desenvolvimento desta cidade de forma contínua, porém, são frequentemente esquecidos quando há tomadas de decisão em relação justamente à temas que dominam tão bem. Pedimos que o poder público trate com seriedade as solicitações que encaminhamos e dê os devidos andamentos, também gostaríamos que houvesse maior transparência nos processos, pois pedimos acesso a documentos que deveriam ser públicos.

O texto foi discutido e apresentado no dia 10 de dezembro de 2024, em reunião com o Grupo de Trabalho da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, que conta com diversos membros da sociedade civil que atuaram nos documentos anteriores.